

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TUANE LUDWIG DIHL

**“ANJOS DA CARIDADE”:
experiências femininas no processo de abolição da escravidão em
Porto Alegre (RS/ Séc. XIX-XX)**

São Leopoldo
2021

Tuane Ludwig Dihl

**“Anjos da caridade”: experiências femininas no processo de abolição da escravidão em
Porto Alegre (RS/ Séc. XIX-XX)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

São Leopoldo

2021

D575a Dihl, Tuane Ludwig.
 “Anjos da caridade”: experiências femininas no processo
 de abolição da escravidão em Porto Alegre (RS/ Séc. XIX-XX)
 / Tuane Ludwig Dihl. – 2021.
 316 f. : il. ; 30 cm.

 Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
 Programa de Pós-Graduação em História, 2021.
 “Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

 1. Mulheres. 2. Abolicionismo. 3. Gênero. 4. Agências
 femininas. 5. Porto Alegre (RS). I. Título.

CDU 981.65

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Tuane Ludwig Dihl

**“Anjos da caridade”: experiências femininas no processo de abolição da escravidão em
Porto Alegre (RS/ Séc. XIX-XX)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-
graduação em História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-
Americanos.

Aprovada em: 06/10/2021

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Ana Paula Korndorfer – UNISINOS

Prof^a. Dra. Magna Lima Magalhães - FEEVALE

Prof^a. Dra. Nikelen Acosta Witter - UFSM

Prof^a. Dra. Miriam Steffen Vieira – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (orientador) - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Os indicadores sociais das mulheres no Brasil, produzidos pelo IBGE, apontaram em 2019, nós mulheres como mais instruídas que os homens, apresentando índices superiores em praticamente todas as faixas etárias. No ensino superior essa diferença mostrou-se mais expressiva, onde nossos índices foram de 29,7% contra 21,6% para os homens. Apesar disso, ainda somos minoria em cursos de graduação de áreas ligadas às ciências exatas e às esferas de produção, entre docentes de ensino superior e entre cientistas que recebem bolsa produtividade. Indicadores que, por sua vez, são sintomáticos do tanto que ainda devemos percorrer para alcançar uma realidade mais igualitária em relação ao gênero, com mais visibilidade e reconhecimento de nossa produção científica. Dessa forma, concluir o curso de doutorado e alcançar o título de doutora com uma tese que justamente versa sobre protagonismo de mulheres, significa para mim ter feito parte desse progressivo avanço feminino sobre a ciência. Entretanto, não foi um caminho que trilhei sozinha, muitas pessoas me ajudaram a enfrentar os desafios oriundos da vida acadêmica e por isso merecem sinceros agradecimentos nessa etapa final.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Carla, à minha vó Loiva, à minha tia Roberta, ao meu pai Jair e ao meu padrasto Herbert, por sempre acreditarem e investirem em mim, sendo os maiores entusiastas da minha jornada acadêmica. Do mesmo jeito, sou grata ao meu noivo Arthur, com quem pude compartilhar diariamente os sucessos, os dilemas e as angústias que permearam a escrita desta tese.

Ao professor Paulo Moreira agradeço por todos os anos de orientação e de parceria nas pesquisas de mestrado e doutorado. Os conhecimentos e as experiências que gentilmente dividiu comigo contribuíram para meu aperfeiçoamento enquanto docente e, sobretudo, para minha formação como pesquisadora em História. Muito obrigada!

Sou grata a todo Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, em especial, à secretaria pela eficiência em atender as demandas estudantis, e aos professores e às professoras, cujo comprometimento com as aulas muito serviram ao desenvolvimento das bases teóricas e metodológicas deste trabalho.

Às professoras Ana Paula Korndorfer, Magna Magalhães, Nikelen Witter e Miriam Steffen gratidão por suas leituras criteriosas e pelas atentas observações feitas a este trabalho ao integrarem as bancas de qualificação e defesa.

Agradeço aos funcionários e às funcionárias das instituições de pesquisa que recorrentemente frequentei ao longo dos quatro anos de curso pelo excelente atendimento

prestado. Destaco principalmente o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana e o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa cuja seriedade nos agendamentos, agilidade na separação dos documentos e recepção nas salas de pesquisa facilitaram muito meu trabalho de investigação nas fontes.

À EMEF Duque de Caxias e ao Colégio Santa Luzia, especialmente aos colegas de docência e aos meus alunos e minhas alunas, que pelos laços de convivência e afeto constituídos diariamente me incentivaram a buscar na especialização acadêmica uma forma de contribuir para uma educação de maior qualidade.

Ao longo dos anos de pesquisa, tive a felicidade de entrar em contato com Silvia Käercher e Regine Brugelmann – trinetas, respectivamente, de Carolina Koseritz e Amália Haensel, importantes protagonistas desta tese. Agradeço às duas por terem compartilhado informações e fontes que foram de extrema valia para a construção de nossa narrativa histórica sobre suas antepassadas.

Por fim, sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela bolsa que custeou as taxas escolares do curso. Em tempos de sucessivos cortes na área das ciências humanas, sinto-me privilegiada de ter tido as pesquisas de mestrado e doutorado em História financiadas.

RESUMO

Esta tese propõe analisar diferentes experiências femininas no processo de abolição da escravidão em Porto Alegre, visibilizando suas agentes e respectivas ações nos espaços públicos-políticos dessa capital. Para atingir esse objetivo, utilizou-se um amplo e variado conjunto de fontes civis, eclesiásticas, cartoriais e impressas, o qual foi vislumbrado a partir dos referenciais teórico-metodológicos da micro-História, como a prosopografia e a biografia, e da combinação e alternância de abordagens qualitativas e quantitativas. Entre os resultados obtidos, constatou-se um número significativo de jovens e senhoras, socialmente brancas e oriundas dos segmentos mais abastados da sociedade, ensejando suas trajetórias em âmbitos diferentes do abolicionismo - do movimento organizado ao nível cotidiano. Como integrantes de sociedades abolicionistas, promovendo ações dentro e por meio delas, ou como senhoras travando negociações diretas em torno da liberdade de seus escravizados e suas escravizadas, essas mulheres testaram os limites de gênero que lhes eram impostos. Mobilizando de modo inteligente e inventivo os recursos que possuíam, observou-se uma significativa parte das abolicionistas criando e mantendo espaços de atuação para si em campos a priori entendidos como masculinos.

Palavras-chaves: Mulheres. Abolicionismo. Gênero. Agências femininas. Porto Alegre.

ABSTRACT

This thesis proposes to analyze several female experiences in the process of abolition of slavery in Porto Alegre, bringing visibility to its agents and consequent actions in public political spaces in the city. A wide and varied group of civil, religious, notarial, and printed sources were used to accomplish this goal, which was glimpsed from theoretical-methodological references from micro-history, like prosopography and biography, and from the combination and interchange of qualitative and quantitative approaches. From the obtained results, it was found a relevant number of young and ladies, socially white and from the wealthiest society segments, occasion their trajectories in different abolitionism perspectives - from the organized group to the daily level. As members of abolitionist societies, promoting actions within and through them, or as ladies directly dealing around the freedom of their slaved people, these women tested the gender limits imposed on them. Wisely and inventively mobilizing their resources, it was possible to note a relevant amount of abolitionists creating and maintaining their own operation spaces in segments a priori understood as male restricted spaces.

Keywords: Women. Abolitionism. Gender. Women's agencies. Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área aproximada de residência das abolicionistas delimitada sobre a planta da cidade de Porto Alegre e seus arraiais de 1888.....	62
Figura 2 - Acróstico das abolicionistas	88
Figura 3 - Ilustração da quermesse abolicionista de Porto Alegre	98
Figura 4 - Anúncio de espetáculo dedicado às quermessistas	106
Figura 5 - Carta de alforria passada por Damásia Joaquina Ferreira para o crioulo Matias (21 de abril de 1826).....	125
Figura 6 - Capa do jornal O Mercúrio (RJ) sobre Amália Iracema.....	215
Figura 7 - Retrato de Amália Iracema publicado no Deutsche Zeitung (RS).....	217
Figura 8 - Retrato de Hedy Iracema publicado na Revista da Semana (RJ)	227
Figura 9 - Retrato de Amália Iracema idosa.....	235
Figura 10 - Retrato de Carolina, Adelaíde, Zelinda e Zeferina Koseritz adolescentes	237
Figura 11 - Retrato de Carolina Koseritz jovem.....	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Das doações recebidas pelas quermessistas	91
Gráfico 2 - Do total de doações recebido pelas quermessistas.....	92
Gráfico 3 - Genealogias (1) da escravaria de Isabel Perpétua de Medeiros	112
Gráfico 4 - Genealogias (2) da escravaria de Isabel Perpétua de Medeiros	115
Gráfico 5 - Panorama geral das alforrias transmitidas por mulheres	131
Gráfico 6 - Distribuição anual das alforrias transmitidas por mulheres	132
Gráfico 7 - Distribuição anual de acordo com o sexo inscrito na alforria.....	134
Gráfico 8 - Distribuição anual de acordo com o tipo de alforria transmitida.....	140
Gráfico 9 - Distribuição anual de acordo com as condições impostas às alforrias	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição por distrito, freguesia e sexo das Comissões Libertadoras para Porto Alegre	55
Quadro 2 - Composição das Comissões Libertadora para Pedras Brancas	56
Quadro 3 - Naturalidades, idades e status civis das abolicionistas no momento de ingresso ao Centro Abolicionista	59
Quadro 4 - Os pais das abolicionistas.....	66
Quadro 5 - Os maridos das abolicionistas	67
Quadro 6 - Transmissão de alforrias pelos familiares das abolicionistas.....	68
Quadro 7 - As diretoras e as tendas da quermesse abolicionista	94
Quadro 8 - As receitas das tendas da quermesse abolicionista	104
Quadro 9 - Escravidão de Isabel Perpétua Gonçalves e Manoel Alves de Medeiros.....	111
Quadro 10 - Escravidão de Antônia Ferreira da Cruz e José Henrique da Cruz	152
Quadro 11 - Alforrias transmitidas por Antônia Ferreira da Cruz	154
Quadro 12 - Alforrias transmitidas por Maria do Carmo Ferreira Porto.....	162
Quadro 13 - Batismo de ingênuos de Maria do Carmo Ferreira Porto.....	163
Quadro 14 - Escravidão de Josefa Machado de Castro e João Dias de Castro	169
Quadro 15 - Alforrias transmitidas por Josefa Machado de Castro	171
Quadro 16 - Escravidão de Leonor Lopes Mariante e José Henrique Mariante	176
Quadro 17 - Alforrias transmitidas por Leonor Lopes Mariante.....	177
Quadro 18 - Escravidão de Martiniana Lopes Mariante	181
Quadro 19 - Alforrias transmitidas por Martiniana Lopes Mariante.....	183
Quadro 20 - Escravidão de Camila Josefa da Silva.....	186
Quadro 21 - Alforrias transmitidas por Camila Josefa da Silva	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Porto Alegre / censo de 1872 - condição, sexo, cor.....	41
Tabela 2 - População feminina de Porto Alegre / censo de 1872 - condição e cor	42
Tabela 3 - Dados sobre a instrução no Rio Grande do Sul/ censo de 1872.....	133
Tabela 4 - Distribuição de acordo com a cor inscrita na alforria	135
Tabela 5 - Distribuição de acordo com o local de procedência inscrito na alforria	137
Tabela 6 - Distribuição de acordo com a ocupação inscrita na alforria	138
Tabela 7 - Tipos de alforrias de acordo com sexo inscrito na alforria	140
Tabela 8 - Tipos de alforrias condicionais.....	143
Tabela 9 - Índices de alfabetização da população feminina no Rio Grande do Sul/ censos de 1900 a 1940	196

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ABOLICIONISMO FEMININO ORGANIZADO: O PERFIL E A ATUAÇÃO DOS ANJOS DA CARIDADE DO CENTRO ABOLICIONISTA	22
2.1 Assinalando a participação das mulheres no abolicionismo sul-rio-grandense.....	32
2.2 A primeira fase do Centro Abolicionista e a invisibilização feminina.....	40
2.3 Anjos da Caridade: as mulheres integrantes do Centro Abolicionista	53
2.3.1 O perfil das abolicionistas	59
2.3.2 Isabel Perpétua Gonçalves: apontamentos de uma biografia excepcional	70
2.4 Anjos da Caridade em ação: práticas abolicionistas femininas	72
2.4.1 O protagonismo feminino no agenciamento de alforrias	74
2.4.2 A organização e a execução da quermesse abolicionista	82
2.4.3 As homenagens aos Anjos da Caridade.....	105
3 ABOLICIONISMO FEMININO COTIDIANO: UMA ANÁLISE SOBRE SENHORAS E TRANSMISSÃO DE ALFORRIAS	111
3.1 As senhoras e as alforrias cartoriais	124
3.2 Os padrões das cartas de alforrias transmitidas por mulheres	130
3.2.1 O perfil dos alforriados.....	134
3.2.2 Os tipos de alforrias transmitidas	139
3.3 A circulação urbana das senhoras de escravizados	145
3.4 As irmãs Antônia Ferreira e Maria do Carmo Ferreira Porto	150
3.5 Josefa Machado de Castro	166
3.6 As irmãs Leonor e Martiniana Lopes Mariante.....	174
3.7 Camila Josefa da Silva	185
4 ABOLICIONISTAS PARA ALÉM DO ABOLICIONISMO: AS HISTÓRIAS DE AMÁLIA HAENSEL, CAROLINA KOSERITZ E SOFIA VELOSO	192
4.1 Feminino, feminismos e antifeminismo	194
4.2 Amália Haensel	204
4.2.1 A especialização e o início da carreira internacional	207
4.2.2 O início e o auge da carreira no Brasil	210
4.2.3 As duas Iracemas	221
4.2.4 Uma cantora sul-rio-grandense.....	229
4.3 Carolina Koseritz.....	235

4.3.1 Tradutora, contista e escritora	241
4.3.2 Da vida conjugal e seus dilemas.....	251
4.4 Sofia Veloso	255
4.4.1 A educação das filhas Alice e Maria de Lurdes Veloso	258
4.4.2 As sociabilidades das filhas Alice e Maria de Lurdes Veloso.....	265
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
REFERÊNCIAS	278
ACERVOS E FONTES.....	304
ANEXOS	310

1 INTRODUÇÃO

Brasil, Inglaterra e Estados Unidos foram três países cujo processo de abolição da escravidão foi marcado por uma intensa participação feminina, numérica e simbolicamente. Em relação aos dois últimos, sabemos que o abolicionismo feminino foi essencial para alavancar a campanha pelos direitos das mulheres, o que contou, inclusive, com redes tecidas entre ativistas britânicas e estadunidenses.¹ Ainda que se discuta sobre a relação causal entre abolicionismo e feminino nos dois ditos países,² personagens, laços organizacionais e influências ideológicas em comum já foram identificados e analisados.

Na Inglaterra e na Grã-Bretanha, de modo geral, a participação feminina no movimento antiescravista ocorreu em três fases distintas. A primeira referiu-se à ação de resistência das próprias escravizadas³ ao seu status de mercadorias, principalmente por meio da fuga, ao longo da década de 1760. A segunda, por outro lado, contou com campanhas populares mobilizadas por mulheres, em sua maioria brancas ou socialmente não-negras, dirigidas à abolição do tráfico britânico de escravizados, entre 1782 e 1792. E a terceira, ocorrida entre 1834 e 1868, concentrou-se na campanha pela abolição universal, com especial ênfase na escravidão nos Estados Unidos. Foi justamente nesse último momento, que a publicação de importantes folhetos e a formação das primeiras organizações feministas começaram a circular (MIDGLEY, 1992, 1993).⁴

¹ Um estudo sobre as conexões atlânticas do abolicionismo-feminismo anglo-americano pode ser encontrado em: MIDGLEY, 2001.

² Principalmente em relação aos estudos estadunidenses, muito já se discutiu sobre a intersecção de abolicionismo e feminismo. Segundo Karen Sánchez-Eppler (1993, p. 16-17, tradução nossa), as interrogações mais frequentes foram: “a consciência das mulheres sobre sua própria opressão derivou das analogias entre a posição das mulheres e a dos escravos revelada pela análise abolicionista? Ou as sensibilidades ‘*protofeministas*’ dessas organizações de benevolência e reformas femininas que antecedem as atividades radicais das mulheres abolicionistas forneceram uma fonte suficiente para uma ideologia feminista? O movimento abolicionista simplesmente ofereceu uma educação em estratégias e análises políticas para mulheres que já estavam bem cientes de seu status inferior? Ou será que o antagonismo que conheceu e tentou silenciar as agentes antiescravagistas provocou o ultraje final, catalisando o movimento feminista?”. Ao criticar os estudos que se debruçaram sobre a intersecção dos dois movimentos, a historiadora propôs examinar atitudes em relação aos corpos negros e o feminismo revelados ali, como esses dois tipos de corpos são equacionados e os custos inevitáveis de tais equações.

³ Nesta tese, demos preferência aos termos “escravizado/ escravizada” ao invés de “escravo/ escrava”, em decorrência dos significados e dos usos discursivos desses vocábulos. De acordo com Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues (2012), o vocábulo escravo conduz ao efeito de sentido da naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, reduzindo o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria. O vocábulo escravizado, por outro lado, remete a um campo mais dinâmico, onde o escravo é sujeito com poder de agir, pensar e até viver por si, de uma situação transitória, não permanente (HARKOT-DE-LA-TAILLE, SANTOS, 2012).

⁴ Os estudos de Clare Midgley (1992, 1993) são primordiais e de peso para o entendimento das relações entre abolicionismo e feminismo na Grã-Bretanha, além de ter emprestado valiosas reflexões para a construção desta tese. Essa historiadora explorou as duas fronteiras que as abolicionistas tiveram que desafiar: as barreiras de gênero que demarcavam espaços público e privado, e a barreira entre as próprias mulheres, entre brancas e

Em suma, foram as mulheres britânicas de classe média que protagonizaram esse processo de transição ou intersecção abolicionismo/ feminismo, contudo não existiu uma uniformidade de posições políticas entre elas, mesmo entre as que assumiram papéis de liderança. Existiram ativistas antiescravistas britânicas que prezaram pelo estabelecimento de suas atividades públicas e políticas como uma extensão aceitável de seus deveres domésticos e religiosos; enquanto outras prezaram por romper com essa ideologia (MIDGLEY, 1993).⁵

Atuando no movimento abolicionista, as estadunidenses aprenderam a se mobilizar e a se organizar, promover demonstrações públicas, reivindicar e apresentar petições – experiências políticas, por sua vez, úteis e necessárias para o alinhamento do feminismo, iniciado pouco tempo depois. Com essa participação, especificamente as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão falocêntrica e, ainda não sabendo como apresentar suas próprias reivindicações coletivamente, elas passaram a defender a causa de uma categoria igualmente oprimida (DAVIS, 2016). Contudo, devemos considerar que, concomitante ao abolicionismo, também se discutiu as ideias quanto ao lugar não só das mulheres brancas, como das mulheres negras e o dos homens negros na sociedade estadunidense, o que configurou um momento complexo em que a difusão do preconceito racial tomou fôlego nos Estados Unidos.⁶

Em relação ao Brasil, contudo, a historiografia sobre o envolvimento feminino no processo de abolição da escravatura não é farta. Recentemente foram construídas e publicadas algumas pesquisas que abordaram o envolvimento de mulheres em tal contexto. No geral, tais estudos defendem que somente algumas das ativistas testaram os limites de gênero a que estavam sujeitas, tendo a maior parte agido dentro dos padrões das esferas separadas. De modo muito relevante, esse nicho historiográfico tem atribuído não só importância histórica ao assunto, como caráter político às práticas das senhoras envolvidas. Porém, diferente do que já é consenso para os outros países mencionados, ainda não sabemos até que ponto o abolicionismo influenciou a vida das mulheres que nele atuaram ou mesmo de sua relação (ou não) com o início do movimento feminista. Além disso, por serem trabalhos restritos à atuação

negras, livres e escravizadas. Nesse sentido, Clare Midgley analisou e deu conta do papel de diferentes mulheres em diferentes etapas da luta antiescravista, ao mesmo tempo em que esboçou trajetórias de personagens específicas.

⁵ Clare Midgley (1993) chamou atenção para a importância de se estudar as trajetórias femininas dentro de suas vidas individuais e da influência de fatores como crença, religiosa, amizades, antecedentes. Em seus estudos, ela abordou algumas trajetórias específicas, com o objetivo de vislumbrar o ativismo abolicionista de modo mais individualizado, como a de Elisabeth Heyrick (1769-1831), Sarah Wedgwood (1776-1856) e Anne Knight (1786-1862).

⁶ Conforme aponta Nancy Hoffmann (1986), esse contexto histórico, marcado pela complexidade social, tem sido tratado de várias formas pelas historiadoras, estando as interpretações delas muito ligadas aos seus valores, perspectivas políticas e empatia frente à posição das mulheres negras.

de mulheres no abolicionismo, enquanto um movimento social organizado,⁷ também verificamos a ausência de estudos sobre outras personagens, cujas atuações na causa ocorreram de modo paralelo à campanha formal, no nível cotidiano.⁸

Diante desse cenário é que propomos como problemática para esta tese a de analisar diferentes agências femininas no processo de abolição da escravidão em Porto Alegre, visibilizando suas agentes e respectivas ações e experiências no espaço público dessa capital. Entre nossos objetivos, destacamos o de analisar a participação de *mulheres*⁹ no abolicionismo organizado propriamente, refletindo sobre como a vida de algumas seguiu e foi impactada pela participação pública em tal movimento político. Além disso, também enfatizamos a proposta de estudar outras agências femininas nos anos finais do escravismo, no caso as senhoras que registraram cartas de alforrias de escravizados e escravizadas.

Tendo em vista essas problemáticas, o conceito de *agência* inevitavelmente perpassou por todas as discussões em torno da participação feminina no processo de abolição da escravidão aqui propostas.¹⁰ Entendemos agência em sua relação com a experiência social, enquanto a capacidade de mulheres e homens intervirem ativamente no processo histórico, tanto individualmente como em grupo, e de refletirem sobre o que ocorre a si e ao mundo (THOMPSON, 1981). Obviamente que isso não acontece de maneira totalmente autônoma, “[...], mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras e [...] em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 181). Dessa forma, pensamos que as agências femininas no abolicionismo geraram experiências às suas personagens que certamente as levaram a refletir sobre si e seu mundo.¹¹

Outro conceito transversal nesta tese é o de *gênero*. Compreendemos que enquanto uma categoria de análise histórica, o referido termo tem inúmeros usos e significados, todavia,

⁷ Enquanto movimento social organizado, consideramos o que diz Angela Alonso (2015, p. 17): para existir é necessário organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva. Segundo a historiadora, isso só ocorre mediante conjunturas políticas que facilitem o uso do espaço público para exprimir reivindicações. No Brasil, tal situação organizou-se somente no fim dos anos 1860.

⁸ É importante afirmar que cada capítulo trará uma discussão historiográfica específica, assim, aqui não nos estenderemos demasiadamente em análises que serão retomadas no desenvolvimento da tese.

⁹ Nesta tese entendemos *mulher* como uma categoria que inclui traços biológicos e aspectos socialmente construídos.

¹⁰ Ao lado do conceito de gênero, outros também foram tencionados ao longo desta narrativa, como por exemplo os de *protofeminismo*, *feminismo* e *trajetórias*. Sobre eles falaremos mais adiante, de modo contextualizado, nos capítulos em que foram empregados.

¹¹ Ver também: JOHNSON, 2003; PERUSSATTO, 2018.

alinhamo-nos àqueles que não abordam a experiência de mulheres isoladamente e sim de uma maneira relacional (SCOTT, 1995). Essa utilização, por sua vez,

[...] rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Dessa maneira, em vários momentos da análise reconhecemos e pesamos que sobre as personagens históricas estudadas repousaram inúmeras restrições, expectativas e papéis sociais. Assim como, refletimos acerca da *violência simbólica* presente na estrutura social em que elas estavam inseridas, a qual “consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-las ou de sofrê-las” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Salientamos também a importância de levar em conta a *interseccionalidade* existente entre gênero, raça e classe, especialmente tendo em vista que o contexto estudado foi marcado não só pelo patriarcalismo, mas também pelo escravismo.¹² Afinal, ainda que todas as mulheres estejam até hoje sujeitas ao peso da discriminação de gênero, há outras diferenças que pesam na forma como se vivencia a discriminação (CRENSHAW, 2002). Ou seja, mulheres negras ou brancas, escravizadas, libertas ou livres, trabalhadoras ou de elite etc., sofreram discriminações distintas, assim como vivenciaram experiências ímpares dentro de suas respectivas realidades.

Refletindo novamente sobre o contexto abolicionista, especialmente no que tange aos Estados Unidos, ele constituiu-se num momento oportuno para que mulheres brancas de classes abastadas e médias comesçassem a questionar o caráter opressivo de seu papel no lar e iniciassem a campanha pelos direitos das mulheres. Nesse processo, frequentemente essas senhoras denunciaram o “caráter insatisfatório de sua vida doméstica, definindo o casamento como uma forma de escravidão” (DAVIS, 2016, p. 46). A metáfora, na realidade, ilustra o nenhum ou pouco entendimento da complexidade da situação da mulher escravizada por parte das mulheres brancas, uma vez que a escravidão era muito pior que o matrimônio. As mulheres brancas buscaram, então, romper com o estereótipo do ser doméstico, frágil e submisso, poucas

¹² Esse conceito foi desenvolvido e difundido por feministas negras na década de 1980. Entre os principais estudos brasileiros sobre o assunto estão: CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995; BARROS, 1991.

vezes compreendendo que as mulheres negras tinham realidades e interesses distintos, afinal eram submetidas a uma desumanização extrema (DAVIS, 2016). Tendo consciência disso é que salientamos que as mulheres aqui estudadas eram socialmente brancas e pertencentes aos círculos mais abastados da sociedade e que vislumbramos suas vidas a partir desses privilégios econômicos e raciais.¹³

Destacamos que essas personagens históricas, na sua maioria, eram socialmente brancas, porque compreendemos a própria *branquitude* como uma construção e não como algo que está naturalmente compreendido na realidade social. Trata-se, noutras palavras, de entender a *branquitude* como “uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2012, p. 23). Com bases em tais concepções é possível identificar os privilégios que acompanham “a cor branca” e analisar as práticas culturais que a criaram e a perpetuam.¹⁴ No caso das protagonistas desta tese, veremos que grande parte delas dispôs de privilégios materiais que foram essenciais na construção de suas trajetórias.

Para a construção da narrativa sobre as experiências femininas no contexto da abolição da escravidão em Porto Alegre, foram mobilizados diferentes tipos de fontes históricas e perspectivas. Dentre os documentos consultados, destacamos o Livro de Atas do Centro Abolicionista e o Livro de Ouro, disponíveis no Arquivo Histórico Moisés Velinho (AHPAMV), pois constituíram nosso ponto de partida na pesquisa. Ambos os documentos foram produzidos pelo Centro Abolicionista de Porto Alegre, uma importante organização, fundada em 1883, com o objetivo de aglutinar os esforços abolicionistas existentes na capital para encaminhar a transformação do trabalho. No Livro de Atas, os dirigentes do Centro organizaram uma narrativa contendo as principais atividades e festividades que marcaram o movimento abolicionista local, bem como inscreveram no Livro de Ouro o nome dos proprietários e das proprietárias que colaboraram com a causa transmitindo alforrias para suas escravarias.

Foi nessas fontes e, portanto, no espaço do Centro Abolicionista, onde identificamos nominalmente boa parte das abolicionistas abordadas na tese, sendo algumas delas: Amália Haensel, Carolina Koseritz, Sofia Veloso, Isabel Perpétua Gonçalves, Antônia Ferreira da Cruz,

¹³ Alguns trabalhos recentes que se apropriam do conceito de interseccionalidade para o estudo de mulheres populares e negras, podem ser encontrados em: ALMALEH, 2018; HAACK, 2019.

¹⁴ Sobre a *branquitude* enquanto uma construção, ver também: CARDOSO, 2014; ROEDIGER, 2013; SHUCMAN, 2012; WARE, 2004.

Josefa Machado de Castro, Maria do Carmo Ferreira Porto, Martiniana Lopes Mariante e Leonor Lopes Mariante. Todas essas, e, outras tantas mulheres que ainda serão apresentadas no decorrer do trabalho, empreenderam agências no processo de abolição da escravidão em Porto Alegre, algumas como integrantes do próprio Centro Abolicionista, atuando por intermédio dele; outras como proprietárias de escravizados que transmitiram alforrias no período, cujas agências foram também destacadas pela mesma organização.

Buscamos as informações biográficas dessas e das demais protagonistas do trabalho em fontes de variadas naturezas, como as eclesiásticas do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA), entre elas, registros de batismo, matrimônio e habilitações de casamento; e as civis e judiciais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), onde consultamos testamentos, inventários *post-mortem* e processos-crime. Primordialmente para a investigação sobre as senhoras escravistas-abolicionistas, examinamos as cartas de alforrias cartoriais que também estão sob a guarda do APERs; digitalizadas e disponíveis no site da instituição.

Ao lado das fontes primárias, a imprensa foi uma documentação de extrema valia para a construção do trabalho. Os jornais permitiram não só uma aproximação às atividades públicas desenvolvidas pelas mulheres investigadas, como revelou alguns aspectos também biográficos (com quem eram casadas, data de óbito, viagens realizadas etc.). Entre os periódicos locais utilizados, destacamos o Jornal do Comércio, O Século, A Reforma e A Federação. Com exceção do último, cujas edições acessamos as digitalizadas e disponíveis na Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional; todos os outros consultamos no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MCHJC), instituição que tem atravessado problemas nos últimos anos em decorrência do descaso de sucessivos governos estaduais e que em vários momentos esteve fechada e em outros o acesso foi feito mediante agendamento. A pesquisa na Hemeroteca Digital também nos permitiu acessar a imprensa de outras regiões do Brasil, especialmente a do Rio de Janeiro, onde algumas das trajetórias femininas estudadas foram frequentemente mencionadas. Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio e A Notícia foram alguns desses periódicos que mais serviram à nossa investigação. Cabe dizer que optamos por atualizar a grafia de todas as fontes históricas referenciadas ao longo da tese.

Para a análise teórica-metodológica dessas fontes, ora combinamos, ora alternamos as abordagens qualitativa e quantitativa, buscando influência nas bases metodológicas da micro-história, conversando com a prosopografia e com a biografia. É importante destacar que não nos alongamos na explanação desses tópicos estruturais do trabalho, pois em cada um dos três

capítulos que compõe a tese há uma introdução própria, onde as questões metodológicas, teóricas e conceituais empregadas estão especificamente desenvolvidas.

O primeiro capítulo dedicamos ao estudo das mulheres que se envolveram no abolicionismo organizado local, especialmente as que integraram o Centro Abolicionista de Porto Alegre. Além de traçar o perfil das vinte e três abolicionistas identificadas, pesquisando quem eram e a qual universo socioeconômico pertenciam, também exploramos as práticas empreendidas por elas em prol do movimento, atribuindo-lhes caráter político e de importância histórica.

O gerenciamento feminino no âmbito cotidiano do abolicionismo foi o tema abordado no segundo capítulo, no qual destacamos a atuação daquelas mulheres que eram proprietárias de escravizados e que registraram alforrias durante o período de 1880 a 1888. Buscamos, assim, identificar padrões (de gênero) nas cartas de alforrias cartoriais de Porto Alegre e investigar algumas trajetórias específicas de senhoras escravistas-abolicionistas.

No terceiro capítulo, enfim, propomos a realização de um exercício biográfico sobre três abolicionistas estudadas no primeiro capítulo: Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso. O objetivo principal é identificar se a experiência política no movimento organizado pelo fim da escravidão influenciou/ transformou de alguma forma a vida dessas mulheres. A escolha pelas três relacionou-se ao fato de todas terem se tornado figuras femininas públicas de alcances local, nacional e até mesmo internacional, o que, por consequência, gerou para nós quantidade e diversidade de fontes e registros históricos para esse estudo.

2 ABOLICIONISMO FEMININO ORGANIZADO: O PERFIL E A ATUAÇÃO DOS ANJOS DA CARIDADE DO CENTRO ABOLICIONISTA DE PORTO ALEGRE

Ao longo do século XX, a capital sul-rio-grandense, Porto Alegre, passou por um processo de urbanização que delineou a formação de seus atuais bairros, na zona central e nos arredores. Esse contexto foi marcado pelo surgimento de diversos logradouros, dos quais destacamos seis que foram nomeados em homenagem a personalidades femininas do século XIX. Nos bairros Partenon, Loteamento Vila Nova Restinga, Cidade Baixa e Moinhos de Vento, definiu-se respectivamente as ruas Narcisa Amália (Lei nº 1453, de 3 de agosto de 1955), Nísia Floresta (Lei nº 5914, 7 de julho de 1987), Sofia Veloso e Luciana de Abreu. E, no Bairro Rubem Berta, as ruas Amália Iracema (Lei nº 4760, de 18 de julho de 1980) e Carolina Koseritz (Lei nº 4941, de 21 de julho de 1981).

Consideramos que a presença feminina na denominação de logradouros é uma das formas de reverenciar a memória de diferentes mulheres, sejam elas trabalhadoras, ativistas, militantes, organizadoras das causas feministas etc. (PORTO ALEGRE, 2007). Ainda que os nomes das ruas sejam definidos em última instância pela Câmara dos Vereadores, geralmente é da própria comunidade que partem as sugestões, como uma forma de homenagear e manter a memória de pessoas que tiveram importância no local. No caso das seis personagens citadas, todas elas destacaram-se, entre outras coisas, por terem atuado em prol de uma mesma causa: o fim da escravidão. Nem todas viveram em Porto Alegre ou sequer se conheceram, mas cada uma das seis – Amália Iracema, Carolina Koseritz, Luciana de Abreu, Narcisa Amália, Nísia Floresta e Sofia Veloso – inscreveu sua própria trajetória em fases distintas desse movimento social. De vários modos, veremos que as trajetórias delas se aproximaram, sendo metade do grupo, inclusive, composto de algumas das protagonistas deste capítulo.

As primeiras manifestações pró-abolição no Brasil datam da década de 1860, com a criação de associações, das ações institucionais e judiciais de liberdade, *lobbys* e publicações – responsáveis por extrapolar as discussões sobre o fim da escravidão do ambiente parlamentar para os espaços públicos em todo o canto do império.¹ Justamente nessa conjuntura, viveram e

¹ Na realidade, o confronto entre as posições escravista e antiescravista delineou-se melhor na década de 1840, a partir das discussões sobre o fim do tráfico, que resultaram na aprovação da primeira das leis abolicionistas - a Lei Eusébio de Queiroz (1850). Ao estudar esse contexto, Boris Fausto (2006) afirmou que a aprovação e a efetivação dessa lei foram marcadas significativamente pela pressão dos ingleses, que cobravam o fim da escravidão do governo brasileiro desde a independência, em 1822. Após uma série de acordos não-cumpridos e desavenças entre as duas nações, a Inglaterra incrementou sua pressão a partir da década de 1840, com o *Bill Aberdeen*, pelo qual a marinha britânica podia apreender em alto-mar navios suspeitos de contrabandear escravizados, penetrar em águas territoriais brasileiras e bloquear os principais portos. O então ministro da justiça

foram personagens históricas a potiguar Nísia Floresta (1810-1885) e a porto-alegrense Luciana de Abreu (1847-1880). As duas protagonizaram experiências bem singulares quando comparadas às da maioria das brasileiras nascidas brancas e de famílias abastadas no oitocentos, as quais se travestiram nos posicionamentos políticos que defenderam e, principalmente, nas suas contribuições à campanha antiescravista.

Dionísia Gonçalves Pinto foi o verdadeiro nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta, cujo pseudônimo reflete algumas de suas escolhas de vida: Nísia como diminutivo de Dionísia; Floresta para lembrar o sítio Floresta, onde nasceu; Brasileira, como afirmação do seu sentimento pela terra natal; e Augusta, como homenagem ao companheiro e pai dos filhos Manuel Augusto (BATISTELLA, p. 62). Aos 13 anos, ela foi obrigada a se casar com o latifundiário Manoel Alexandre Seabra de Melo, matrimônio que abandonou poucos meses depois e que a legou inúmeros julgamentos morais. Junto dos pais que, ao contrário do esperado, acolheram-na, mudou-se para Goiânia onde tomou contato e gosto pelas letras. Pouco depois da morte do pai – com quem mantinha uma próxima e afetiva relação –, em 1828, Dionísia Gonçalves conheceu e foi morar junto de Manoel Augusto de Faria Rocha. O casal nunca contraiu matrimônio oficialmente (fato repercutido muito negativamente naquela sociedade), tendo nascido de sua união dois descendentes: Livia Augusta e Augusto Américo.

Sendo autodidata, Nísia Floresta adquiriu muito conhecimento e habilidade de escrita ao longo da vida, publicando vários livros, entre eles, “Direito das mulheres e injustiça dos homens (1832)” – obra considerada o marco de fundação do feminismo no Brasil. Outro fruto da trajetória dela foi a fundação do Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, em 1838, que durou 17 anos e que se constituiu numa instituição onde as mulheres poderiam receber a mesma educação que os homens. No currículo desta escola constava: latim, caligrafia, aritmética, geografia, desenho, piano, línguas e gramáticas portuguesas, francesa, italiana e inglesa (BATTISTELLA, 2017; LIRA, 2007).

Nísia Floresta morou em várias cidades brasileiras, entre elas, Goiana, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, e, em vários países da Europa, como França e Itália. Foi justamente nas experiências internacionais que Nísia Floresta travou contato com ideias abolicionistas, desenvolvendo seus argumentos explícitos contrários à escravidão, num momento em o

Eusébio de Queiroz - filho de um juiz luso-angolano, nascido em Angola e casado com uma moça de família de comerciantes cariocas - encaminhou o projeto de lei ao Parlamento, que previa a tomada de medidas mais eficazes contra o tráfico, como a caracterização da atividade como pirataria e o estabelecimento de tribunais especiais para julgar os infratores. Ao se converter o projeto em lei, a entrada de cativos no país reduziu de 54 mil, em 1849, para menos de 23 mil, em 1850, e em torno de 3300, em 1851, desaparecendo praticamente a partir de então (FAUSTO, 2006, p. 195). Óbvio que ocorreram eventuais desembarques, mas de pequena monta, como o de 1852, no Capão dos Negros, litoral norte gaúcho (OLIVEIRA, 2006).

abolicionismo ainda não era uma unanimidade no Brasil. De maneira perspicaz, essa escritora utilizou-se do conhecimento adquirido enquanto viajante para abordar a escravidão e a condição das brasileiras brancas e negras em perspectivas transnacionais, criando uma imagem de profissionalismo em seus textos (MAIA, 2014). No geral, a obra de Nísia Floresta criticou a escravidão como um sinal de atraso, ao mesmo tempo em que defendeu a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Afinal, em sua interpretação, a escravidão seria desnecessária se o trabalho fosse considerado moralmente valioso e o trabalho feminino, então, estimulado. Noutras palavras, “o empoderamento das mulheres tornaria a escravidão desnecessária” (MAIA, 2014, p. 65).

A vida de Luciana de Abreu começou na Casa dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, em 1847, onde foi abandonada logo após o nascimento e onde também foi adotada pela família do guarda-livros Gaspar Pereira Viana. Por volta dos vinte anos de idade, ela casou-se com João Gomes de Abreu, com quem teve dois filhos. Sempre muito estudiosa e interessada pelo universo das letras, obteve o diploma em 1872, na Escola Normal de Porto Alegre, o que lhe permitiu atuar como professora. Foi, entretanto, como sócia-fundadora da sociedade literária do Partenon Literário que Luciana de Abreu adquiriu notabilidade social, tornando-se a primeira mulher a protagonizar conferências públicas sobre assuntos sociais na capital gaúcha (PESAVENTO, 1991, p. 64-67; SILVEIRA, 2008; MOREIRA, VENDRAME, 2021).

Luciana de Abreu foi uma ferrenha defensora da liberdade de instrução e de trabalho para as mulheres, tendo assim, desenvolvido um pensamento muito próximo ao de Nísia Floresta. A porto-alegrense chegou inclusive a apontar a obra da contemporânea potiguar como uma leitura fundamental para as mulheres de sua época. Ainda que fizesse uso da escrita, foi na oratória que Luciana de Abreu obteve mais sucesso, empregando-a principalmente na tribuna do dito Partenon Literário e nas discussões políticas que frequentemente protagonizava nos saraus e salões – eventos que eram essencialmente destinados às diversões e exposições femininas. (SILVEIRA, 2016). Tais espaços serviram também de palco para ela defender o fim da escravidão, o que, aos nossos olhos, constituiu-se numa vanguarda do abolicionismo feminino local. Infelizmente, a notória partenonista morreu precocemente, aos 33 anos, vítima de uma tuberculose que a impediu de vivenciar o auge do abolicionismo na província gaúcha.

Entre 1868 e 1871, configurou-se um contexto propício para o surgimento do movimento nacional pelo fim da escravidão, o qual teria sido composto por três processos (ALONSO, 2014, 2015). O primeiro foi de caráter internacional. Com o fim da guerra civil norte-americana e o andamento da abolição nas colônias espanholas, o assunto da abolição foi

inserido à fórceps na agenda brasileira, o que produziu uma racha intra-elite entre uma ala modernizadora e outra resistente a qualquer mudança. O segundo, foi derivado de uma crise política doméstica. O Partido Liberal passou a protestar contra o governo conservador no espaço público e a reclamar reformas modernizadoras, aí incluída a abolição gradual da escravidão. E, o terceiro elemento, uma reforma modernizadora realizada pelo Partido Conservador, então na chefia do Executivo, como resposta à crise. Estabeleceu-se nela a expansão do acesso ao ensino superior e das possibilidades de criação de jornais que aumentaram os participantes e espaços de debates públicos, além da aprovação da Lei do Ventre Livre (ALONSO, 2014, 2015).

A decretação da Lei do Ventre Livre, em 1871,² e a subida dos Liberais ao poder, entre 1878 e 1885, criaram uma conjuntura política favorável ao abolicionismo, pois inspiraram um clima de maior liberdade para a expressão da causa.³ Doravante, o número de sociedades antiescravistas aumentou consideravelmente: entre 1860 e 1872 registrou-se a criação de 23 delas, sendo dez na região norte, oito no sul e cinco em São Paulo; enquanto que entre 1878 e 1885 esse número aumentou para 87 em todo o país (ALONSO, 2011). Junto dessa expansão, desencadeou-se também uma maior e mais diversificada onda de mobilização abolicionista para além da elite social.

A publicação de panfletos e jornais, campanhas de libertação de territórios por meio de compra ou cessão voluntária de alforrias, festas e bazares beneficentes, conferências, comícios e espetáculos teatrais foram ações frequentemente realizadas por essas associações, e, as responsáveis por dar o tom peculiar e a amplitude do abolicionismo brasileiro.⁴ Foi nesse momento de organização do abolicionismo, que a carioca Narcisa Amália (1854-1924) tornou-

² Foi a segunda das leis que aboliu gradualmente a escravidão no Brasil, também chamada de Lei Rio Branco. Determinou que filhos e filhas de mulheres escravizadas nascidos a partir da promulgação da lei, ocorrida em 28 de setembro de 1871, fariam *livres*. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), diferente da Lei Eusébio de Queiroz, a do Ventre Livre foi resultado unicamente de fatores internos, pois não havia mais a pressão inglesa e não havia mais traficantes. A iniciativa partiu da Coroa, secundada pelo gabinete conservador e apoiada na imprensa abolicionista e parte do Partido Liberal (CARVALHO, 2008, p. 314). Entretanto, existe uma intensa discussão historiográfica acerca dos reais resultados e dos limites da referida lei, da qual mencionamos somente alguns estudos: ALANIZ, 1997; AZEVEDO, 1987; LENIRA, 2007; MATTOSO, 1988; PERUSSATTO, 2009.

³ Angela Alonso (2011), chamou atenção para o seguinte fato: ainda que a maior parte das associações abolicionistas tenha se constituído durante o gabinete liberal, isso não significou um alinhamento entre o movimento e o partido. Segundo a socióloga, a relação com o Partido Liberal relacionou-se na proximidade dos líderes abolicionistas José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luís Gama com políticos liberais; tendo os três entrado na vida pública puxados por essas mãos. Contudo, o movimento também dispôs de membros do Partido Conservador (como Antônio Pinto, de Gusmão Lobo e de Antônio Bento), de uma porção bem considerável de republicanos, e de muitos outros que se apresentavam como se compusessem um partido autônomo ou movimento suprapartidário (ALONSO, 2011, p. 180).

⁴ A combinação de ações parlamentares com campanha pública foi a forma que o abolicionismo brasileiro assumiu. Essa fórmula, por sua vez, comportou elementos do modelo abolicionista anglo-americano, importado pelos abolicionistas brasileiros a partir de conexões vivenciadas diretamente por meio de encontros, congressos, correspondências e viagens particulares ao estrangeiro; ou indiretamente, através de relatos orais e escritos. Sobre a perspectiva de um abolicionismo transatlântico, ver: AZEVEDO, 1996; ALONSO, 2012a.

se conhecida na Corte e em outras províncias por meio de sua escrita direta e assertiva contra a escravidão.

Assim como Nísia Floresta, Narcisa Amália também foi obrigada a casar-se jovem, aos 14 anos de idade, cujo matrimônio com João Batista da Silveira durou cerca de quatro anos. Após a morte do pai e devido às dificuldades financeiras da família, essa abolicionista casou-se novamente em 1880, agora com o padeiro Francisco da Rocha. Nessa fase de sua vida, ela afastou-se da literatura para auxiliar o marido em seu negócio, entretanto, seguiu sendo muito visitada por poetas e amigos, inclusive pelo próprio D. Pedro II – fato que incomodou Francisco da Rosa e levou o casal à separação, em 1887. Depois disso, Narcisa Amália pode voltar a se dedicar à literatura e à educação, atuando como professora (TERNERO, NUNES, 2017). Sendo filha de pai e mãe professores, essa brasileira desde cedo teve contato com a cultura letrada, o que na vida adulta, então, materializou-se nas suas inúmeras publicações em jornais de poemas e textos que denunciavam a escravidão e que defendiam os direitos das mulheres. Justamente por isso, Narcisa Amália é considerada a primeira jornalista mulher profissional do Brasil.

No limiar da década de 1880, a abolição tornou-se o assunto do dia na agenda das províncias do reinado de D. Pedro II. A combinação de ações parlamentares com campanha pública foi a forma que o abolicionismo assumiu e que o transformou num campo fértil para a projeção das outras três, das seis abolicionistas citadas inicialmente.⁵ Amália Iracema Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso foram porto-alegrenses que atuaram juntas no abolicionismo local por intermédio do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Todavia, elas ficaram mais conhecidas e populares por outras atividades que desenvolveram ao longo de suas vidas.

Amália Haensel foi cantora lírica de carreira internacional; Carolina, escritora e tradutora conhecida nacionalmente, e Sofia Veloso ficou conhecida na cidade por suas práticas de caridade. Ao lado das três, pelo menos mais vinte mulheres também integraram o mesmo Centro Abolicionista e colaboraram com a campanha pelo fim da escravidão. A maioria delas são completamente anônimas até então, pouco ou nada se sabe ou foi escrito sobre essas abolicionistas e suas vidas. Mesmo sobre Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso, que são homenageadas e presentes na memória dos bairros onde há as ruas com seus nomes, o conhecimento sobre suas trajetórias profissionais e atuações no movimento pelo fim da

⁵ Especialmente para os homens, a década de 1880 foi fértil para a projeção de trajetórias que, posteriormente, tornaram-se (re) conhecidas nacionalmente, casos de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. A bibliografia sobre a atuação desses abolicionistas é vasta, assinalamos apenas algumas obras: ALONSO, 2007, 2012b, 2015; BETHELL; CARVALHO, 2007; GRINBERG, 2002; PINTO, 2014; SILVA, 2006; TRINDADE, 2004; VASCONCELOS, 2011.

escravidão ainda é muito frágil. Assim, para iluminar a memória de todas essas mulheres, militantes abolicionistas na capital, é que o presente capítulo propõe estudá-las.

Assim como Amália Haensel, Carolina Koseritz, Luciana de Abreu, Narcisa Amália, Nísia Floresta e Sofia Veloso, outras tantas mulheres contribuíram para o fim do trabalho escravo em diferentes províncias do Brasil. Nas narrativas historiográficas sobre o abolicionismo, contudo, a participação feminina nem sempre foi incluída devidamente. Principalmente as obras mais tradicionais sobre o assunto traçam, em seu conjunto, uma imagem predominantemente masculina do processo, como se a atuação dos homens tivesse sido a única ou sua principal responsável. No mais, o ativismo de mulheres foi invisibilizado ou esvaziado de sentido político, sendo reduzidas ao papel de coadjuvantes na causa. Em tais estudos, as motivações para a participação dessas mulheres foram comumente alocadas no terreno dos sentimentos, da emoção, da renúncia de si em nome do outro; isto é, teriam agido em nome da fraternidade, do amor ao próximo e da sensibilidade ao sofrimento do escravizado (MUNIZ, MACENA, 2012). Felizmente, as produções mais recentes sobre o tema têm visado desconstruir esse entendimento, promovendo tanto a visibilização das abolicionistas, como reconhecendo o caráter político de suas atividades.

Partindo de uma perspectiva mais ampla e abrangente sobre a participação feminina no movimento abolicionista brasileiro, existe o trabalho de Maria Lúcia Mott (1988), considerado um clássico sobre o tema. Essa historiadora produziu uma obra de fôlego, abordando aspectos da vida, obra e cotidiano tanto de mulheres negras como de brancas que lutaram contra a escravidão, defendendo ter sido essa a primeira experiência de militância política das brasileiras. Especialmente as mulheres brancas teriam integrado e participado das associações antiescravistas, nas quais puderam se tornar sócias, acompanhar os pais ou maridos ou ainda assumir a direção, especialmente daquelas exclusivamente femininas (MOTT, 1988).

Soma-se à análise de Maria Lúcia Mott, as considerações de Angela Alonso (2015) sobre as mulheres na campanha pelo fim da escravidão. Segundo essa socióloga, existiram três grandes caminhos disponíveis para as senhoras:

A consagrada era a da filantropia: a sociedade escravocrata liberava as senhoras de alta extração social do serviço doméstico, sem lhes abrir carreiras; tempo livre dedicado a causas beneméritas, por onde nasceram sociedades de libertação de crianças e escravas, como a Sociedade Redentora da Criança Escrava, fundada em São Paulo por uma Andrada, e a Aves Libertas no Recife, gerida por senhoras de estirpes. Outra possibilidade era entrar de braço com marido, pai, irmão, cunhado abolicionista. Assim nasceu o Clube José do Patrocínio, liderado por Bibi, que acompanhou o marido na vida pública, ao constatar que ele ficaria mais nela que em casa. Essas senhoras entretidas em lidas domésticas – decorar salão, coletar doações, vender prendas e ingressos – começaram também a tocar piano, cantar recitar, caso

de mulher e filhas de Clapp. [...] A disponibilidade biográfica dessas senhoras respeitáveis era menor que a das artistas, cantoras, escritoras, atrizes, instrumentistas, que, solteiras, separadas ou casadas no meio artístico, liberal quanto aos costumes, viviam sem impedimentos da família patriarcal. Pela porta do teatro, muitas seguiram Chiquinha Gonzaga e Luísa Regadas (ALONSO, 2015, p. 146-147).

Ao lado desses estudos mais abrangentes, há outros mais específicos, que se dedicaram ao estudo da participação feminina em determinadas províncias do império, como no Espírito Santo, Minas Gerais e Goiânia.

Ao estudar as mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo, Karolina Fernandes Rocha (2016) analisou tanto os discursos produzidos na imprensa sobre essa participação quanto a presença feminina nas associações antiescravistas locais. Para tal investigação, a historiadora utilizou 70 matérias e vários outros poemas, artigos ou textos sobre escravidão e liberdade publicadas nos exemplares de A Província do Espírito Santo e Folha de Victória, escritos e direcionados às mulheres (ROCHA, 2016, p. 59). Em seu levantamento, Karolina Rocha identificou a existência de duas associações emancipadoras capixabas que contaram com a associação de mulheres: a Libertadora Domingo Martins e a Sociedade Abolicionista Literária Peçanha Póvoa. Foi na primeira, entretanto, onde a presença e atuação das senhoras foi mais evidente, de modo que entre 1883 e 1888, 75 mulheres associaram-se à organização e onde desempenharam principalmente atividades de arrecadação de donativos e na organização de eventos (ROCHA, 2016, p. 72).

Visando oferecer outras interpretações e pontos de vistas para o abolicionismo mineiro, Fabiana Macena (2015) propôs em sua tese de doutorado um amplo estudo sobre a participação feminina neste contexto. Nesta perspectiva, a historiadora analisou tanto a participação das senhoras de elite no movimento organizado da província quanto o empreendimento das escravizadas na conquista da própria liberdade. Em relação às primeiras, Fabiana Macena (2015) apoiou sua pesquisa nas publicações da imprensa local, onde constatou que elas se envolveram em diversas atividades: na *concessão* de alforrias,⁶ na arrecadação de fundos, na organização, participação e mesmo apresentação em concertos e saraus beneficentes. Ainda que intensa e de muita valia, o aspecto político dessas práticas foram capturadas por discursos androcêntricos que afirmam que as mulheres eram movidas pelos sentimentos de altruísmo e filantropia, e da emoção de seus generosos corações (MACENA, 2015). Entre suas conclusões, a referida historiadora destacou que a participação das mulheres no abolicionismo pode ser

⁶ Existe abundante historiografia que questiona serem as alforrias *concedidas*, sendo isso parte do discurso autoelogioso e paternalista dos senhores que redigiam estes documentos de liberdade. Discutiremos essas questões no capítulo seguinte.

considerada uma forma de resistência à reclusão ao espaço doméstico a que estavam destinadas, “criando táticas e utilizando-se de expedientes considerados como próprios de seu sexo, como a apresentação em bailes e outras festividades, para construírem seu espaço de fala e lugar de sujeitos” (MACENA, 2015, p. 237).

Thiago Sant’ Anna (2005, 2006) dedicou-se ao estudo das abolicionistas goianas, sobre as quais identificou forte atuação nos eventos chamados de “noites abolicionistas”. De modo geral, tratou-se de espetáculos e festivais musicais, com sessões artísticas e vendas de produtos e prendas doados por homens e mulheres, visando a formação de fundos para compra de alforrias. Nessas atividades, a participação feminina ocorreu de variadas formas: como expectadoras ou como protagonistas de peças encenadas ou como intérpretes das músicas tocadas. A participação feminina nesses moldes, constituiu-se numa tática engenhosa, pois foi uma forma das mulheres integrarem um movimento sociopolítico e de adquirirem reconhecimento público, sem serem vistas como desonradas. Em especial, Sant’Anna (2006, p. 74) constatou que as abolicionistas teriam feito uso do piano, que sendo uma prática incorporada pelas famílias de elite goiana a arte de tocá-las possibilitou as senhoras de fazerem parte do mundo do espetáculo.

Os casos de abolicionismo feminino referenciados acima são os mais conhecidos e estudados no âmbito historiográfico do assunto, ou seja, os que já foram analisados de forma mais estruturada. É consenso entre as historiadoras e o historiador citados que a participação feminina no abolicionismo foi deveras importante no rompimento da prescrição do confinamento das mulheres ao espaço doméstico. Prevalece no grupo a ideia de que as reflexões de gênero não estiveram na agenda das abolicionistas, com exceção de algumas trajetórias desviantes – caso de Nísia Floresta, por exemplo. Assim, ainda que as abolicionistas tenham agido de modo essencialmente político, foram em ações autorizadas pelos homens, identificadas com elas e tidas como desdobramentos de suas vidas domésticas. As experiências das abolicionistas brasileiras, dessa maneira, estariam muito longe daquelas vivenciadas pelas inglesas e estadunidenses que, como já apontado, emendaram o abolicionismo à primeira onda feminista.

Mesmo que essa seja uma historiografia comprometida com o protagonismo das mulheres, devemos considerar que ainda é uma novidade acadêmica e, portanto, apresenta resultados limitados. Em específico, o abolicionismo feminino é tratado de forma muito homogênea, de modo que poucas obras se dedicam à análise de agências e de experiências mais

individualizadas.⁷ Sabemos pouquíssimo sobre o impacto que a participação nesse movimento social legou àquelas mulheres que nele atuaram. Tendo como referência nosso observatório – as abolicionistas porto-alegrenses – percebemos um quadro mais dinâmico e diversos do até então pintado, de modo que investigar as características de suas vidas e das *estratégias*⁸ empreendidas por essas senhoras nos conduziu a caracterização delas como *protofeministas*.

Não há uma uniformidade historiográfica no emprego desse termo, nem uma bibliografia vasta sobre ele. Porém, estamos pensando em *protofeminismo* a partir da seguinte definição:

O termo *feminismo* não foi usado na Inglaterra até final do século XIX. Apesar disso, outras designações já vinham sendo utilizadas para se defender a causa das mulheres. Ao longo da *Querelle de femmes*, ou seja, do debate que atravessou a modernidade em torno das capacidades intelectuais das mulheres e do seu direito à educação, destacaram-se as *protetoras* ou *baluartes* das mulheres entre os séculos XIV e XV, depois as *defensoras das ladies* e *female philosophers* nos séculos XVII e XVIII. Nesta pesquisa utilizamos os termos *proto-feminismo* e *proto-feminista* para se referir aos discursos, práticas e sujeitos vinculados ao processo histórico de problematização do lugar das mulheres na sociedade anteriores ao movimento de mulheres e aos vocábulos feminismo e feminista que emergiram nos séculos XIX e XX. Importa ressaltar que estas experiências da modernidade foram incorporadas pelo próprio feminismo, como parte de sua constituição histórica (MIRANDA, 2017, p. 1).

Trata-se, assim, de um conceito utilizado para definir experiências políticas femininas anteriores ao movimento feminista propriamente dito. No Brasil, a luta de mulheres por igualdade de direitos em relação aos homens data do início do século XX, sendo que é no abolicionismo onde localizamos a primeira intensa participação política feminina no espaço público. Movimentos sociais, como o abolicionismo, foram momentos propícios para que as qualidades de sujeito das mulheres se tornassem mais intensas, uma vez que poderiam se reconhecer e ampliar suas sociabilidades, bem como aprender a falar publicamente sobre sua experiência de vida e a interferir no mundo a partir dela. Ou seja, as mulheres puderam empreender no e por meio do abolicionismo diferentes formas de interação social, como sujeitos múltiplos que inventivamente entrelaçaram público e privado em prol de seus ativismos (NOVAES, 2015). Logo, a participação feminina no primeiro movimento social organizado no Brasil, certamente contribuiu para fomentar as futuras lutas femininas, formas de resistência e de reivindicação de direitos.

⁷ Nessa linha conhecemos somente trabalhos que abordam aquelas trajetórias mais excepcionais, como o estudo de Norma Telles (1989) sobre Maria Firmina dos Reis e Narcisa Amália, e, os de Michel da Silva Barbosa (2006) e Constância Duarte (2008) sobre Nísia Floresta - três personagens que além de abolicionistas, também defenderam os direitos das mulheres.

⁸ Entendemos *estratégias* conforme propõe Giovani Levi (2000): como ações conscientes que condicionam e modificam as formas de dominação, nas formas de resistência, transformação e utilização.

Pensar no abolicionismo feminino como uma forma de *protofeminismo* exige-nos também algumas reflexões sobre público e privado no século XIX e sobre como tal dicotomia é usada para determinar os lugares sociais de homens e mulheres. Em termos teóricos, durante muito tempo as vivências femininas foram identificadas como aquelas das esferas doméstica e privada, enquanto as dos homens com às pública e política. Entretanto, entendemos que há uma relação muito mais relacional entre espaços públicos e privados que simplesmente dicotômica. Afinal, “[...] homens e mulheres participavam das duas esferas, ainda que de formas distintas, o que não significa dizer que a mulher estava exclusivamente reclusa no lar, transitando pelas duas esferas, embora de maneira não explícita ou ostensiva” (NOVAES, 2015, p. 55).⁹

Espaços domésticos e políticos (mesmo o eleitoral e partidário) não são antagônicos, não representam campos estanques, mas se constituem dialógica e complementarmente. Mesmo para mulheres que cuidavam ou administravam as atividades cotidianas de suas casas, não significava que a política não fizesse parte de suas vidas e que fossem alheias às discussões da época. A educação dos filhos, as tarefas da cozinha e limpeza, a mediação com os homens da família, o gerenciamento dos bens e dos arranjos familiares, eram tarefas que explicitamente evidenciam a confusão das esferas pública e privada, e indicam que a família e o espaço doméstico eram também locais de poder (FUENTE, 2008). Além disso, a “casa era um centro essencial de onde as mulheres poderiam participar dos assuntos do mundo, ainda que parte desses assuntos somente fossem acessíveis aos homens” (FUENTE, 2008, p. 83, tradução nossa). Dentro dos lares, portanto, constituiu-se uma cultura feminina própria, muitas vezes ligada ao amparo e à solidariedade.¹⁰

O abolicionismo feminino enquanto forma de *protofeminismo*, além do aspecto temporal também englobou outras características essenciais, tais como: o associativismo e a colaboração entre e de mulheres. Como já foi possível perceber, a campanha pelo fim da escravidão mobilizou a seu favor a organização de inúmeras associações por todo o canto do

⁹ Reflexões sobre a construção histórica da dicotomia público/ privado somente começaram a ser questionadas a partir de outras reflexões, sobre gênero. Segundo Susan Moller Okin (2008, p. 308), as mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família”. As críticas a tal dicotomia tem, então, suas raízes nos primeiros movimentos organizados feministas, cujo slogan era “o pessoal é político”. Nas palavras dessa filósofa política, “[...] o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político”, logo “[...] nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro” (OKIN, 2008, p. 314).

¹⁰ Conforme a historiadora Nikelen Witter (2001), dentro da casa as mulheres também eram as responsáveis pelo cuidado, em especial, nos casos de moléstias. Essa historiadora tem destacado a nodal localização das mulheres nas redes relacionadas a auxílios entre vizinhos e vizinhas, no cuidado com os *sofredores* (WITTER, 2007) no gerenciamento familiar, destacando a questão do *amadrinhamento*, que evidencia como as personagens femininas participavam efetivamente das tramas sociais e familiares (WITTER, 2020).

Império. Em várias delas a presença de mulheres já foi apontada, enquanto sócias ou mesmo organizadoras. E, por meio dessas agremiações, elas puderam empreender ações políticas e públicas em prol da causa, de modo individual, mas, principalmente, em conjunto com suas parceiras.

Entendemos que “[...] a luta pela liberdade, isto é, a luta pelos direitos políticos e sociais básicos, não poderia deixar de ser um ponto de união entre os dois polos mais fragilizados da sociedade patriarcal-escravista. Escravizados e mulheres tinham, sem dúvidas, algumas reivindicações”. (SILVA, 2018, p. 339). Nessa perspectiva, a luta feminina contra o “sistema escravista” pode ser, então, entendida ao mesmo tempo como uma luta contra o sistema “patriarcal-escravista”. Ou seja, ainda que nem sempre explícitas e/ou conscientes, as abolicionistas podem ter questionado suas posições sociais ao questionarem a dos escravizados. Característica que, na verdade, somente reforça o *protofeminismo*, uma vez que expõe a falta de uma demanda especificamente feminina na agenda dessas ativistas. Ocorreu que a agência abolicionista feminina brasileira não se deu de forma autônoma, mas sim tutelada pelos homens que, durante todo o processo buscaram determinar papéis e funções. Algumas personagens específicas, como as já citadas Nísia Flores, Narcisa Amália e Luciana de Abreu foram exceções, pois entre suas ideias destacaram-se aquelas que questionavam o papel da mulher na sociedade, em especial sobre educação e trabalho. As denúncias da relação existente entre escravidão e patriarcalismo feitas por essas singulares personagens históricas, sinalizam para a existência de uma vanguarda feminista que somente foi se difundir com intensidade entre as brasileiras em meados do século XX.

Diante disso, é que além de estudar quem foi e como agiu o grupo de mulheres do Centro Abolicionista de Porto Alegre, também é de objetivo deste capítulo romper com as visões mais homogeneizantes sobre as abolicionistas de modo geral. Aliando à análise coletiva desse grupo, um olhar mais específico, direcionado às performances individuais, será possível não só argumentar acerca do *protofeminismo*, como avaliar o envolvimento de Amália Iracema Haensel, Carolina Koseritz, Sofia Veloso e das outras vinte abolicionistas no processo de abolição da escravidão.

2.1 Assinalando a participação das mulheres no abolicionismo sul-rio-grandense

Acompanhando o cenário nacional, a participação feminina na campanha pelo fim da escravidão na província do Rio Grande do Sul também foi estabelecida nas e por meio das

sociedades abolicionistas, constituídas em sua maioria na década de 1880.¹¹ Existe o registro de que ao menos 26 sociedades abolicionistas femininas se formaram ao longo da campanha, situadas em 10 das 20 províncias do Império, sendo 18 delas composta e dirigida exclusivamente por mulheres (ALONSO, 2011, p. 187). Entre esses números, foram apontadas apenas duas relativas à província: a Sociedade Abolicionista 28 de Novembro, criada em 1884, e o Centro Abolicionista de Porto Alegre, fundado em 1883. Ambas classificadas como sendo unicamente de “composição feminina” (ALONSO, 2011, p. 188) – o que, como veremos no decorrer do capítulo, não foi bem assim.

Na leitura dos jornais porto-alegrenses de grande circulação identificamos um número mais expressivo de associações abolicionistas que contou com a participação e/ou direção feminina. Notícias de todo o canto da província, principalmente no auge do movimento, em 1884, evidenciaram o envolvimento do “belo sexo” na campanha. De Montenegro, por exemplo, escreveu-se que “um grupo de senhoras atuou como ‘protetoras do clube’”;¹² enquanto em Pelotas, senhoras e cavalheiros organizaram uma comissão para negociar as cartas de liberdades com os senhores.¹³ Por outro lado, também se tem pistas de que existiram aqui, sociedades organizadas e comandadas somente por mulheres, como os casos reproduzidos abaixo:

As exmas. Sras. d. Bernardina Lobato Pessoa e d. Abrilina Walmrath [...] dirigiram a s. ex. esta comunicação: ‘Temos a honra de levar ao conhecimento de v. ex. que algumas senhoras desta vila organizaram uma associação abolicionista que foi hoje instalada, concedendo-se no ato 6 cartas de bondade’.¹⁴

No dia 7 de setembro vindouro deve ser instalada em São Sepé, por iniciativa de distintas senhoras daquela localidade, um clube abolicionista. A ideia avança!¹⁵

Ainda que escassos, os vestígios destacados acima indicam claramente a existência da mobilização feminina em várias regiões da província, em torno do movimento pelo fim da escravidão. Contudo, não podemos deixar de destacar que nossa pesquisa ficou restrita aos jornais de Porto Alegre e ao que neles foi noticiado. Investigações em periódicos de outras

¹¹ As primeiras iniciativas abolicionistas do Rio Grande do Sul são da década de 1860, com a criação de duas agremiações: a Sociedade Promotora da Emancipação de Escravos na Província do Rio Grande do Sul em Rio Grande, e, a Sociedade Libertadora em Porto Alegre. Com a decretação da Lei do Ventre Livre (1871) e a subjacente crença de que ela seria suficiente para encaminhar a questão, tais iniciativas emancipacionistas desapareceram da província e só retornaram dez anos depois (MOREIRA, 2003). Nos escritos sobre elas, não encontramos pistas sobre a atuação de mulheres.

¹² A REFORMA, Porto Alegre, 19 ago. 1884, p. 1.

¹³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 ago. 1884, p. 1.

¹⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 18 jul. 1884, p. 2.

¹⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 07 ago. 1884, p. 1.

localidades poderão certamente oferecer mais indícios sobre suas respectivas abolicionistas. No que tange à historiografia do tema, encontramos o trabalho de Verônica Monti (1985) sublinhando a existência de uma outra dessas sociedades emancipacionistas femininas no Rio Grande do Sul. De qualquer maneira, ficou muito claro para nós que mulheres de variadas localidades da província uniram-se e agiram, sozinhas ou com colaboração masculina, em sociedades e clubes emancipacionistas.

Na mesma linha, vem-se estruturando a pesquisa de Etiane Carvalho Nunes (2019, 2020) que se dedica a investigar o protagonismo feminino no abolicionismo de Pelotas. Nos trabalhos já publicados, essa historiadora identificou um grupo feminino atuando na campanha pelo fim da escravidão entre 1881 e 1884, cujas integrantes eram oriundas dos segmentos mais abastados da sociedade pelotense. Por meio de organizações abolicionistas, como o Club Abolicionista e o Centro Abolicionista de Pelotas, essas mulheres outorgaram alforrias e organizaram bazares beneficentes, contribuindo efetivamente para o desfecho da causa na dita região. Etiane Nunes (2019), tem argumentado ainda que as abolicionistas pelotenses agiram tanto isoladamente, como estabeleceram uma rede de sociabilidades entre elas e com mulheres de outros municípios, em especial as de Porto Alegre - protagonistas desta tese.

Quando levamos em conta somente o espaço da capital sul-rio-grandense, tanto nas fontes como na historiografia, somente um único núcleo feminino destacou-se. No caso, as mulheres ligadas ao Centro Abolicionista de Porto Alegre, organizado em setembro de 1883. Ainda assim, elas só foram visibilizadas no auge das atividades empreendidas pelo Centro, entre agosto e setembro de 1884, sendo ignoradas em todo o período anterior e posterior nas fontes. Muito desse destaque está relacionado ao papel que a própria agremiação exerceu e forjou no abolicionismo e nos registros sobre ele – assunto que ainda neste tópico exploraremos com mais afinco. Por isso que, as poucas referências existentes na historiografia sobre o assunto, no geral, também dizem respeito às mulheres que participaram do Centro Abolicionista.

Não podemos deixar de mencionar que mesmo sobre o abolicionismo regional e local, propriamente não existe uma gama considerável de trabalhos. Afinal, durante bom tempo o assunto foi entendido como pouco significativo para a História do Rio Grande do Sul, dada a minimização que se fazia do trabalho escravo aqui.¹⁶ Duas das primeiras obras que abordaram

¹⁶ Essa minimização do uso do escravizado como força de trabalho entre os gaúchos foi uma concepção que até pouco tempo era reproduzida na historiografia e mesmo no senso comum. Apesar de reconhecerem a existência generalizada da mão de obra cativa, os estudos mais tradicionais insistiam em sua pouca importância no processo de trabalho, sendo a produção do charque o único setor onde teria sido realmente preponderante. Nos últimos anos novos olhares e perspectivas passaram a ser lançadas sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, de modo que se passou a enfatizar a inserção dos escravizados em praticamente todas as atividades econômicas do mundo rural e urbano constatando a formação de diferentes elites e fortunas ligadas ao tráfico. Além disso, relativizou-

estritamente o abolicionismo são as de Margaret Bakos e Verônica Monti, produzidas no início da década de 1980. Com uma análise centrada na atuação dos partidos políticos, Margaret Bakos (1982) defendeu que a campanha pela emancipação adquiriu aqui um caráter apenas político-ideológico, representando a disputa entre os partidos Republicano, Liberal e Conservador.¹⁷ Enquanto Verônica Monti (1985), dedicou-se ao estudo da campanha e de sua irradiação pela província no ano de 1884, considerado por ela como o ponto alto do processo. Já nesses primeiros trabalhos, a intensa participação de mulheres no abolicionismo porto-alegrense não passou despercebida pelas autoras que, assim como nós, tiveram como importante fonte de suas pesquisas a imprensa local. Principalmente as atividades desempenhadas pelas integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, chamaram a atenção de Margaret Bakos e Verônica Monti que, então, dedicaram-lhes alguns poucos parágrafos essencialmente descritivos.

Entre a década de 1990 e os anos 2000, o historiador Paulo Moreira e a historiadora Maria Angélica Zubaran passaram a questionar a abolição antecipada em Porto Alegre em seus estudos, principalmente em relação ao fato dela ter se caracterizado pelas alforrias com cláusulas de prestação de serviço.¹⁸ Os dois criticaram duramente tal aspecto do abolicionismo regional, destacando em vários de seus trabalhos que se tratou de um forma dissimulada das elites manterem sua exploração sobre o trabalho da população negra. Nessa linha, ao se aprofundarem sobre o discurso local, identificaram também uma invisibilização de determinados setores sociais, dentre os quais mencionaram as mulheres, mas detendo-se especificamente à análise das experiências negras individuais e coletivas.

se a perda de cativos pelo tráfico interprovincial após principalmente 1850, percebendo que a província manteve um bom número de trabalhadores escravizados até as vésperas da abolição. Trabalhos com essas características podem ser encontrados em: BERUTTI, 2006; FARINATTI, 2007; VARGAS, 2013; XAVIER, 2009.

¹⁷ A atuação dos partidos políticos no processo abolicionista sul-rio-grandense também vem sendo analisado em trabalhos mais recentes. Gislaine Borba (2014), em sua dissertação de mestrado, analisou a atuação do Partido Liberal a partir do estudo do jornal *A Reforma*, órgão de propaganda da agremiação, em especial sua inserção nos debates. Para tanto, ela preocupou-se em demarcar as características da sociedade escravista porto-alegrense, entre 1870 e 1888, que possibilitaram a constituição de um movimento emancipacionista capaz de integrar diferentes personagens e posições políticas diversas, além de frisar o contexto político da criação do jornal identificando alguns de seus membros. Contemporâneo ao trabalho de Gislaine Borba foi defendida a dissertação de mestrado da autora, na qual se buscou investigar a participação do Partido Republicano, por intermédio de seu respectivo jornal, o *A Federação*, na campanha emancipacionista de Porto Alegre. Especificamente no primeiro capítulo, foi abordada a forma como abolicionistas homens de renome nacional e local, socialmente brancos ou negros, foram representados ali (DIHL, 2017).

¹⁸ Ao longo dos anos, a abolição antecipada na capital foi sendo cada vez mais questionada por esses e outros historiadores que, assim, produziram trabalhos mais focados no estudo de alforrias e da resistência escrava. Afinal, a maior parte desses contratos ocorreu com cláusulas de prestação de serviço. Sobre estes contratos, entendidos como uma forma de indenizar os senhores e garantir que o negro continuasse trabalhando, ver: ARAÚJO, 2015; KROB, 2016; LONER, 2008; MOREIRA, 1990, 1996; ZUBARAN, 1998.

Em sua análise, Paulo Moreira (2003) procurou pautar as vivências daqueles indivíduos ligados ao cativeiro como parte fundamental do processo de transformação do trabalho, de modo a perceber que se construiu uma narrativa oficial sobre os eventos abolicionistas. Segundo o pesquisador, a elite econômica e política local, à frente do movimento pela emancipação, preocupou-se em “criar símbolos que marcassem a sua ascensão, como bandeiras e manifestações festivas, buscando consenso e apoio das sociedades em geral”, bem como fazer com que suas ações ocupassem “as praças principais, prédios públicos e teatros com quermesses, queima de fogos e festividades diversas” (MOREIRA, 2003, p. 91). Percebendo a dimensão política das ações cotidianas engendradas pelos escravizados e pelas relações que eles estabeleciam com senhores e autoridades públicas, Moreira afirmou que essas mobilizações abriram espaços para que os cativos escapassem do cativeiro e atingissem a liberdade. Pois, gradativamente ampliavam-se o número de indivíduos aos quais “poderiam recorrer para conseguir empréstimos em dinheiro, apadrinhamento em casos de maus-tratos pelo senhor ou agenciamento para a venda, proteção e auxílio junto à justiça etc.” (MOREIRA, 2003, p. 91).

Maria Angélica Zubaran (1998), em sua tese de doutoramento, identificou que o protagonismo negro durante o processo abolicionista teria se manifestado fortemente no âmbito legal. Escravizados e contratados recorreram frequentemente à justiça em busca, respectivamente, da alforria e da absolvição das cláusulas de prestação de serviço aos senhores (ZUBARAN, 1998). Em seus trabalhos posteriores, a historiadora aprofundou as críticas ao discurso regional abolicionista, no qual identificou o domínio a narrativa de “uma invenção branca da liberdade negra”, isto é, um produto seletivo do imaginário das elites brancas (ZUBARAN, 2009). Nesta perspectiva, Zubaran (2009) dedicou-se, ainda que superficialmente, ao papel das mulheres do Centro Abolicionista na organização da quermesse abolicionista ocorrida em setembro de 1884, o qual caracterizou como o de “reformadoras sociais”. Tratou-se de um termo que fez referência à missão filantrópica associada às abolicionistas e ao reconhecimento social que tiveram, sendo repetidas vezes elogiadas na imprensa local como delicadas, generosas e doces.

Na mesma época, Roger Kittleson (2005) publicou um amplo estudo sobre as elites e os populares na política do século XIX – contexto marcado pelas discussões de cidadania e liberdade. Tendo como ponto de partida Porto Alegre, o autor argumentou que enquanto as elites lutavam pelo controle do Estado, as classes mais baixas buscavam inclusão na vida política. Nessa perspectiva, Kittleson (2005) perpassou por diversos temas, como os projetos de imigração, as disputas partidárias e o abolicionismo, especificamente acerca do papel do Centro Abolicionista e da atuação feminina nele. Tal assunto, rendeu-lhe inclusive outros

artigos onde aprofundou suas relações entre abolicionismo e gênero. De modo geral, nos seus trabalhos, Kittleson (2001, 2005, 2006) deu especial foco aos usos discursivos que os representantes da elite política local fizeram da participação feminina na campanha pelo fim da escravidão. Sua argumentação é baseada no que ele chamou de *feminização* do abolicionismo, onde a agência feminina foi incentivada e visibilizada unicamente com o intuito de criar um consenso moderado contra a escravidão e de, assim, driblar as disputas partidárias travadas em torno da causa. Em suas palavras,

Mais importante ainda para o abolicionismo que o serviço organizacional das ativistas femininas, contudo, foi a associação que seu presente tornou possível entre a abolição e as principais qualidades "femininas".

Afinal, não era simplesmente a existência ou os esforços "virgens e damas" nas categorias antiescravidão, mas o ar de moralidade e caridade que elas proporcionavam que permitia ao abolicionismo tornar-se em grande parte uma preocupação social nobre, um "ato de filantropia" [...] (KITTLESON, 2005, p. 109, tradução nossa).

Logo, qualidades como moralidade, sentimentalismo e caridade, identificadas na época com a natureza das mulheres, foram introduzidas nos discursos sobre a abolição, caracterizando o assunto como uma questão social adequada para a participação delas.

Ao estudar as atividades desempenhadas pelas mulheres integrantes da agremiação, Kittleson propôs uma análise mais reflexiva sobre elas, indo além do que já haviam feito os demais trabalhos aqui citados. Em suas afirmações, o historiador destacou que o abolicionismo foi a principal ação política das mulheres no século XIX, tendo sido um momento em que elas puderam ocupar espaços que até então não ocupavam (KITTLESON, 2006, p. 100). Por outro lado, a forma como ele abordou o assunto minimizou o protagonismo feminino em detrimento dos interesses masculinos. Em outras palavras, a contribuição das próprias ativistas na construção do seu espaço no abolicionismo pareceu ser inexistente ou não relevante para o autor. Ponto de vista que, por sua vez, afastará em certa medida o estudo de Kittleson do nosso, pois defenderemos que o ativismo abolicionista foi, além de mais significativo para a vida de suas agentes, fruto, ao menos em parte, de seus próprios esforços e ações.

Podemos, então, apontar três linhas gerais na modesta historiografia sobre a presença e a atuação feminina no abolicionismo sul-rio-grandense e, especificamente, porto-alegrense. Em primeiro lugar, todos os estudos que versam sobre o assunto foram produzidos na década de 1990, carecendo, assim, de uma atualização historiográfica. Em segundo lugar, a temática não se constituiu na problemática central de nenhum dos trabalhos citados, por isso oferecem uma visão limitada e superficial. E, em terceiro lugar, em seu conjunto ecoa a versão de que os homens foram os únicos ou pelo menos os principais protagonistas da abolição, enquanto às

mulheres restou uma posição acessória. Diante de tais fragilidades, é que este capítulo propõe a construção de uma narrativa alternativa, tendo por foco principal uma análise exaustiva das abolicionistas e de suas agências individuais e coletivas no abolicionismo de Porto Alegre.

Em relação às fontes disponíveis para o estudo das mulheres do Centro Abolicionista, cabe dizer que a documentação produzida por e sobre a agremiação não é abundante, apenas algumas atas oficiais de seus trabalhos foram devidamente redigidas e arquivadas, estando hoje no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho (AHPAMV). Com o Livro de Atas há o Livro de Ouro, que juntos são considerados os documentos que guardam a memória oficial da abolição em Porto Alegre, datada de 7 de setembro de 1884, cerca de quatro anos antes da lei nacional. No primeiro desses registros encontramos informações sobre a gestão, os integrantes e a descrição de algumas atividades da agremiação; enquanto o segundo foi criado para registrar o nome dos senhores e das senhoras que contribuíram com a assinatura de alforrias aos escravizados e escravizadas que possuíam. Por tais características, foram fontes comunmente utilizadas naqueles trabalhos citados sobre o abolicionismo gaúcho, porém, poucas vezes criticadas com rigor pelos historiadores e historiadoras.

Paulo Moreira (2003) e Maria Angélica Zubaran (2009) novamente são importantes representantes dessa minoria, afinal defendem que as referidas fontes apresentam uma narrativa linear e gloriosa na qual o Centro Abolicionista, seus membros e demais personalidades da elite política e econômica são os únicos protagonistas. Para esses dois historiadores foi construída pelos Livros de Atas e de Ouro uma versão cronologicamente linear e aparentemente abrangente dos passos do movimento emancipacionista, onde se enalteceram algumas figuras da época (políticos e grandes negociantes), desprezaram-se outras (como Apolinário Porto Alegre) e excluíram-se os escravizados e lideranças afro-gaúchas (MOREIRA, 2003; ZUBARAN, 2009). Em nossa análise, chamamos a atenção para a versão estritamente masculina presente nos documentos, a qual, como vimos, refletiu-se na historiografia. As vinte e três mulheres que são indicadas neles como contribuintes do Centro Abolicionista, na verdade tem suas ações secundarizadas e desprovidas de significado político. Afinal, foram registros formulados e forjados por homens com o fim de visibilizarem suas próprias agências.

Para este trabalho, cujo foco é o protagonismo feminino, é de nossa responsabilidade também problematizar a lógica daqueles documentos. Todavia, é necessário deixar claro que a maior contribuição dos Livros de Atas e de Ouro para a pesquisa aqui presente foi a de ter provido um ponto de partida. Foi onde pudemos identificar o nome das abolicionistas que atuaram no Centro Abolicionista, sendo a pesquisa sobre as vidas e agências delas calcada numa quantidade e pluralidade de fontes mais expressiva que serão apontadas e criticadas no decorrer

do capítulo. É válido sublinhar novamente que o núcleo feminino do Centro Abolicionista certamente não foi o único atuante no abolicionismo organizado da capital. Contudo, foi o único que identificamos significativamente nas fontes, tanto nos documentos oficiais, como na imprensa local.

O Centro e suas atividades tiveram muita visibilidade nos jornais, onde encontramos publicados relatórios das reuniões, bem como inúmeras descrições das atividades promovidas. Dessa forma, especialmente as edições dos anos de 1883 e 1884 dos periódicos *Jornal do Comércio*¹⁹, *A Reforma*²⁰ e *A Federação*²¹ foram essenciais para nossa investigação, principalmente em relação à pesquisa das agências individual e coletiva das abolicionistas.²² As coleções consultadas dos dois primeiros foram as disponíveis no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), as quais se encontram em estado avançado de deterioração - fato que dificultou uma apreciação adequada de algumas partes do material. E a coleção do último, foi acessada na plataforma da Hemeroteca Digital, mantida pela Biblioteca Nacional (BN), onde as edições estão digitalizadas e a coleção praticamente completa.

Os três jornais citados mantiveram significativas tiragens e edições diárias na capital. Contudo, eram bem díspares no sentido ideológico, afinal representavam e divulgavam interesses políticos diversos. *A Reforma* e *A Federação* eram jornais vinculados respectivamente ao Partido Liberal e ao Partido Republicano; enquanto o *Jornal do Comércio* divulgava não ter orientação partidária, mas suas publicações norteavam-se muito pela dos liberais. Os três impressos divulgaram ativamente a campanha abolicionista, em meio às querelas políticas existentes eles discutiram projetos para a transição do trabalho escravo para o livre e noticiaram os avanços da causa na província. Nos três a participação feminina foi amplamente noticiada. O veículo oficial do Centro Abolicionista, contudo, foi o *Jornal do Comércio*, onde as colunas e as atas da agremiação foram gratuitamente publicadas na sessão “Aurora da Redenção”.

¹⁹ Surgiu em 1865 e circulou em Porto Alegre até 1912. Seguiu muito a linha de seu homônimo carioca, de modo que se tornou uma das publicações culturalmente mais importantes da província.

²⁰ Começou a circular na capital em 16 de junho de 1869, era vinculado ao Partido Liberal de Gaspar Martins. Sofreu forte repressão do governo de Júlio de Castilhos após a Revolução Federalista de 1893-1895, mas permaneceu em circulação até 1912.

²¹ Foi fundado em 1º de janeiro de 1884 por Júlio de Castilhos para ser o órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Seu escritório e oficina inicialmente ficavam localizados na Rua dos Andradas, número 291. A partir de 1922 eles passaram para o endereço atual do MSHJC, esquina das ruas Caldas Júnior e Andradas, número 959 e 963. O jornal foi impresso até 1937, quando, por um ato oficial do Estado Novo, o partido e suas publicações tiveram suas atividades encerradas.

²² Nesses três periódicos foi onde encontramos o maior número de publicações sobre o Centro Abolicionista, mas outras coleções também foram consultadas e referenciadas neste trabalho, caso de *O Século* e *O Mercantil*.

Nesta pesquisa estamos considerando os periódicos como documentos que foram produzidos conscientemente por um grupo (que na maioria das vezes não possuía absoluta homogeneidade interna) com determinados fins.²³ Ou seja, temos consciência que são registros marcadamente parciais e que por isso sua utilização exige cautela.²⁴ Consideramos também para a investigação qualquer editorial, notícia, artigo, nota, anúncio ou outra publicação que se ligou ou que abordou informações relativas à temática proposta, estabelecendo assim uma abordagem qualitativa das fontes de imprensa utilizadas.

2.2 A primeira fase do Centro Abolicionista e a invisibilidade feminina

O Centro Abolicionista de Porto Alegre, onde ocorreu intensa participação feminina no abolicionismo local, foi organizado em setembro de 1883. Por essa época, a capital sul-riograndense passava por profundas transformações econômicas, que aos poucos foram contribuindo para alterar sua imagem de uma fortificação de estilo luso-brasileira numa mais cosmopolita.²⁵ Padrões culturais citadinos, em suma importados da Europa, foram sendo implementados, transformando o espaço público num prolongamento do privado e afetando os hábitos sociais de moradores e moradoras da capital.

Ao longo do século XIX, devido às suas características pluviais (ligação com quatro rios amplamente navegáveis: Gravataí, Rio dos Sinos, Caí e Jacuí), Porto Alegre tornou-se um

²³ Durante algum tempo a historiografia rejeitou o uso da imprensa, justamente por encará-la como uma fonte impura (marcada por parcialidades) e, portanto, imprópria para a pesquisa histórica. De acordo com Maria Capelato (1988, p. 21), até a primeira metade do século XX, circulava entre os historiadores brasileiros duas condutas distintas em relação ao documento-jornal: “o desprezo por considerá-la uma fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”. Ambas as posições são contestáveis; o jornal não é definitivamente uma fonte isenta, na medida em que veicula a visão de mundo do grupo social que o escreve, tampouco constitui um documento desprezível para a pesquisa.

²⁴ Cláudio Pereira Elmir (2012) alertou para as “armadilhas” desse tipo de fonte e apontou para alguns cuidados que o historiador deve ter para não realizar uma análise ingênua que pode desqualificar por completo seu trabalho. Um desses é o estabelecimento de uma mediação crítica, de modo que a análise proposta não se resuma a uma apropriação direta do conteúdo jornalístico; numa mera transposição de narrativas: “da narrativa jornalística à narrativa histórica”. O pesquisador deve estar simultaneamente num movimento de vaivém, entre o que está dentro – o próprio conteúdo jornalístico – e o que está fora – outras fontes (ELMIR, 2012). Estamos levando em consideração também as orientações quanto à utilização dos jornais na pesquisa histórica dos e das seguintes intelectuais: CAPELATO, 1988; LUCA, 2008; ZICMAN, 1985.

²⁵ É sabido que a ocupação do território gaúcho ocorreu inicialmente em função de questões militares, basicamente pela defesa frente às tentativas de invasões espanholas. No decorrer do século XVIII, o Rio Grande do Sul passou a integrar-se ao centro do país por meio do abastecimento de carne seca e de animais de transporte (mulas) devido à demanda da população mineira, estabelecida em torno da atividade mineradora. Durante o império, de modo geral, a pecuária e a produção de charque foram a principal atividade econômica na província. Eram praticadas de maneira extensiva e em latifúndios, sendo Rio Grande e Pelotas seus principais centros comerciais. Com a vinda dos primeiros imigrantes alemães, no século XIX, a agricultura gaúcha adquiriu caráter comercial de gêneros de subsistência para a capital da província, alcançando, posteriormente, o mercado interno do centro do país, exportando produtos demandados pela economia do café (OSÓRIO, 2007).

importante entreposto comercial de diversos produtos agrícolas e de consumo. De modo geral, a chegada dos imigrantes alemães e italianos foi bastante significativa no processo de renovação capitalista sul-rio-grandense. Foi a ação colonial do imigrante através da comercialização de produtos pecuários que permitiu o acúmulo de capital investido, por sua vez, na criação de indústrias (PESAVENTO, 2001). Assim, várias empresas foram surgindo na província gaúcha ao longo do oitocentos e nucleando-se, principalmente em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo e Caxias do Sul. Indústrias de madeira, metais, bebidas e couro, além de estabelecimentos comerciais diversificados (vestuário, máquinas, ferramentas etc.) passaram, dessa forma, a integrar os panoramas econômico e urbano da capital.

Devido ao florescimento comercial e industrial da província e especificamente de Porto Alegre, ocorreu um aumento demográfico da população em geral e, conseqüentemente da população escravizada:²⁶

Tabela 1 - População de Porto Alegre/ censo de 1872 – condição, sexo, cor

Raças	Livres			Escravizados			Total
	Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma	
Branca	12.052	10.881	22.933	0	0	0	22.933
Parda	2.998	3.048	6.046	1.435	1.522	2.957	9.003
Preta	2.357	2.407	4.764	2.701	2.497	5.198	9.962
Cabocla	958	1.142	2.100	0	0	0	2.100
Total	18.365	17.478	35.843	4.136	4.019	8.155	43.998

Fonte: Recenseamento geral do Brasil de 1872: Rio Grande do Sul, Diretoria Geral de Estatística. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rs.pdf. Acessado em: 11 mai. 2020.

É válido apontar que, em Porto Alegre, os escravizados e as escravizadas exerceram variadas funções, tanto na zona urbana, nos crescentes ramos industrial e comercial; quanto na zona rural, nas chácaras que produziam gêneros alimentícios. Contribuindo, assim, para a vida econômica da capital até os últimos anos da escravidão.

Especificamente em relação à população feminina de Porto Alegre, podemos observar que tanto as mulheres livres quanto as escravizadas eram numericamente menores que a população masculina:

²⁶ Reforçando que outros estudos sobre a população escrava de Porto Alegre do século XIX, podem ser encontrados em: ARAÚJO, 2011; MOREIRA, 2014; ZUBARAN, 1998.

Tabela 2 - População feminina de Porto Alegre / censo de 1872 – condição e cor

Raças	Livres	%	Escravizadas	%	Total
Branca	10.881	62,3	0	0	10.881
Parda	3.048	17,4	1.522	37,9	4.570
Preta	2.407	13,8	2.497	62,1	4.904
Cabocla	1.142	6,5	0	0	1.142
Total	17.478	100,0	4.019	100,0	21.497

Fonte: Recenseamento geral do Brasil de 1872: Rio Grande do Sul, Diretoria Geral de Estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rs.pdf>. Acessado em: 11 mai. 2020.

As transformações econômicas também acentuaram o processo de urbanização porto-alegrense e com ele inúmeras melhorias na infraestrutura foram sendo executadas. Somente no decorrer da década de 1850 ocorreram: a implementação de iluminação pública a gás, a regularização do abastecimento de água aos domicílios e chafarizes, a organização da Praça do Comércio, o funcionamento de linhas férreas e de bondes de tração animal e a construção de praças como a da Harmonia. A inserção desses elementos no meio urbano, além de dar ares modernos à Porto Alegre, também contribuiu para o surgimento de sociabilidades públicas identificadas como o cosmopolitismo, típicas da recém-formada burguesia comercial e industrial. Às classes trabalhadoras, por outro lado, associavam-se vadiagem e vícios - hábitos tidos como não-compatíveis ao ambiente público, que deveria ser a “expressão de limpeza, beleza e ordem” (CONSTANTINO, 1994).²⁷

À altura dos anos 80 do século XIX, o movimento emancipacionista regional e local já estava delineado e dispunha da atuação de diferentes veículos a seu serviço.²⁸ O associativismo abolicionista era uma realidade crescente no Rio Grande do Sul,²⁹ de modo que somente em Porto Alegre já funcionavam a Sociedade Emancipadora Rio Branco (1881), a Sociedade Esperança e Caridade (1883) e a Sessão Abolicionista do Partenon Literário (1883). A Câmara

²⁷ A historiadora Nilkelen Wittter (2007) pesquisou a epidemia de cólera em Porto Alegre, e defendeu que a insegurança e a elevada mortalidade causada, provocaram a inclusão de mudanças relativas à saúde pública na agenda pública local e provincial.

²⁸ As ideias contrárias à escravidão são relativamente antigas no território da província. Os textos e as manifestações considerados precursores datam do início do século XIX, entre eles destacamos as memórias de Antônio José Gonçalves - um estancieiro de Pelotas que apresentou sugestões para a extinção do escravismo no Rio Grande do Sul, em 1822. Segundo Paulo Moreira (2013, p. 92-93), Gonçalves adiantou assuntos que posteriormente permearam as discussões sobre a abolição, como as desvantagens econômicas do trabalho escravo e a vergonha frente aos países ditos como “civilizados”.

²⁹ Ao estudar o abolicionismo sul-rio-grandense, Verônica Monti (1985) identificou inúmeros clubes e sociedades abolicionistas que se organizaram na província entre 1881 e 1884. Entre eles, o Clube Abolicionista de Pelotas (1881), a Associação Emancipadora (1881) em Jaguarão, a Sociedade Emancipadora na Vila de São Sebastião do Cai (1883), o Clube Rio Branco em Santa do Livramento (1883), o Clube Abolicionista de Cacimbinhas (1884), a Emancipadora Arroio-grandense (1883), o Clube Abolicionista de Dom Pedrito (1884). A historiadora também assinalou a existência de outros Clubes Abolicionistas em variadas localidades do RS: São Sepé, Soledade, Uruguaiana, Viamão, Alegrete, São Borja e Itaquí (MONTI, 1985, p. 107-112).

Municipal que até então havia praticamente ignorado o assunto, começou a discuti-lo em suas sessões. Os principais partidos políticos também se mostravam, às suas maneiras, favoráveis à causa. Os Liberais e Republicanos disputavam pelo *capital simbólico* da abolição,³⁰ mas discordavam sobre como ela deveria ser encaminhada: os primeiros defendiam o gradualismo e a indenização dos proprietários, enquanto os segundos, imbuídos dos ideais positivistas, que fosse imediata e sem indenização. Quanto aos Conservadores, esses mantiveram-se combativos ao movimento, acreditando que a Lei de 1871 teria sido suficiente para resolver o fim da escravidão (BAKOS, 1982). Na imprensa, a campanha era diariamente divulgada. Não se poupavam páginas para discutir o assunto, tampouco elogios aos senhores e as senhoras que se rendiam às pressões e assinavam as alforrias de seus cativos e suas cativas. Os de grande circulação, como A Reforma e A Federação, eram os porta-vozes respectivos dos partidos Liberal e Republicano na discussão de seus projetos para a transformação do trabalho. A questão era igualmente debatida em impressos de outras naturezas, como o Jornal do Comércio, O Século e O Mercantil.

Sob a égide de concentrar todos os esforços existentes em prol do encaminhamento definitivo do fim da escravidão em Porto Alegre e no restante da província, Joaquim de Salles Torres Homem³¹ e Júlio César Leal formularam a organização de um Centro Abolicionista na capital. A ideia da dupla foi direcionada ao público citadino pela primeira vez em junho de 1883, por meio de uma extensa publicação no Jornal do Comércio, da qual reproduzimos alguns trechos:

Vamos levantar uma ideia, cuja realização é de inteira necessidade para o movimento abolicionista que ora se manifesta.

Falamos da criação de um Centro Abolicionista, composto de homens influentes, amantes e propugnadores, incansáveis da santa causa, que dirija com inteligência e critério esse mesmo movimento, para que se não perca em lutas estéreis toda a força da boa vontade e entusiasmo do público, tão necessária ao empreendimento encetado. Atualmente nota-se, e as festas do Partenon o provaram, que há em nossa sociedade grande simpatia pela abolição da escravatura.

Há diversas associações que trabalham pela libertação dos cativos, toda a imprensa da capital é manifestadamente abolicionista, os particulares alforriam espontaneamente e gratuitamente os escravos.

³⁰ Segundo Pierre Bourdieu (2005), no *capital simbólico* estão agrupados todos os outros tipos de capital – *econômico* (rendas e propriedades), *cultural* (diplomas e títulos) e *social* (redes de contatos). Assim, todo prestígio ou honra que identifica os agentes no espaço social formariam o chamado *capital simbólico* (BOURDIEU, 2005).

³¹ Nasceu em 1851, no Rio de Janeiro. Entrou no exército em 1868, tendo vindo para o Rio Grande do Sul em 1882, quando foi nomeado como instrutor da Escola Militar dessa Província. Foi exonerado em 1882 e em 1884 foi nomeado por ato do Presidente da Província como professor adjunto dessa mesma escola, e, em 1885, por outro decreto, foi nomeado professor de história dessa instituição. Em 1891, foi para a Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, retornando ao Rio Grande do Sul em 1897, como comandante da Escola Militar do Estado (BORBA, 2014, p. 12).

Tudo isso é muito bom.

Porém, são esforços isolados que não produzem; não podem produzir grandes cometimentos; cada um puxa para seu lado, sem ordem e sem nexos, e o resultado de tudo isso sem dúvida será o cansaço e o esfriamento de todo entusiasmo pela causa.

[...] A dificuldade está nos meios de organizá-lo e na escolha de seus dirigentes; mas todas as dificuldades se vencem, e esta não é das maiores.

A sessão abolicionista do Partenon Literário apresentamos a nossa ideia, esclarecida e interessada como é, contamos, não deixará de tomá-la em consideração.³²

Como é possível perceber, os idealizadores do Centro mantinham próximas relações com o Partenon Literário, especificamente com a Sessão Abolicionista que havia sido criada em maio de 1883. Na realidade, Joaquim Torres Homem e Júlio César Leal faziam parte do diretório de tal sociedade, sendo respectivamente seu orador e presidente. A proposta do Centro foi a de direcionar todas as agremiações já existentes, inclusive essa que já dirigiam.

Alguns meses se passaram até que os dois animadores da criação de um Centro Abolicionista para a capital encaminhassem a materialização da ideia, convidando o público desejado e marcando dia, local e hora para sua ocorrência:

A comissão abolicionista do Partenon Literário convida à todas as sociedades emancipadoras desta capital, à todas as corporações civis e militares, às redações de jornais e aos indivíduos a que serão dirigidos convites especiais, para se reunirem no dia 28 de setembro, antes das 4 horas da tarde, nos salões da dita sociedade, à rua Riachuelo:

1º Com o fim de fundar uma confederação abolicionista, e nomear em ato contínuo o respectivo diretório.

2º Realizar em seguida uma manifestação pública, em favor da causa humanitária por excelência.

Todos os esforços serão empregados para que este último ato assumo o elevado caráter de expressão da opinião geral, condenado uma lei iníqua e costumes odiosos.

Aos homens de bons sentimentos, de todas as nacionalidades e sinceros, é dirigido este singelo apelo.

Porto Alegre, 13 de setembro de 1883.

Júlio César Leal.

Joaquim de Salles Torres Homem.³³

No vespertino de 28 de setembro de 1883, num dos salões do Teatro São Pedro, Joaquim de Salles Torres Homem deu início à solenidade, proferindo um discurso explicativo ao “grande número de pessoas” ali presentes. Em seguida, prosseguiu o colega Júlio, aclamando o liberal Coronel Joaquim Pedro Salgado como presidente do recém-criado Centro Abolicionista.³⁴ Encerrando o ato de criação e para “bem corresponder à expectativa dos que o proclamavam” como líder, Joaquim Salgado declarou a liberdade dos quatro escravizados que possuía, tendo

³² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 20 jun. 1883, p. 1.

³³ O SÉCULO, Porto Alegre, 23 set. 1883, p. 3.

³⁴ AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 2.

“sido fervorosamente aplaudido” por isso.³⁵ No decorrer da noite do mesmo dia e no mesmo local, foi realizada também a segunda conferência abolicionista já sob organização do Centro Abolicionista. Na ocasião, “com assistência de extraordinária multidão”, falou Severino Prestes. Por fim, completando a grande festa, a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade realizou sessões públicas de entrega de 11 alforrias.³⁶

Aproximadamente dois meses depois da sessão de sua criação, o Centro Abolicionista compôs o diretório e a mesa administrativa exclusivamente com homens provenientes da elite econômica e política local que, por sua vez, ligavam-se aos três principais partidos políticos da época – o Liberal, o Conservador e o Republicano. Reunidos sob a mesma bandeira, eles buscaram garantir para si, tanto a liderança no abolicionismo, como o capital simbólico intrínseco à causa dos escravizados. Em 22 de novembro de 1883, então:

Foram nomeados: Coronel Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Aquiles Porto Alegre, Júlio César Leal, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Dr. Severino Prestes, Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro, João Fernandes Damasceno Vieira, Dr. Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Dr. Joaquim Pedro Soares, Sóter Caio da Silva, Dr. Artur Luiz Cadaval, João Duval, Inácio Vasconcelos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antônio Vasques, Antônio Cândido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa e Dr. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

Dias depois, reunidos os membros do diretório, ficou assim composta a sua mesa administrativa: Presidente – Coronel Joaquim Pedro Salgado; 1º Secretário - Torres Homem; 2º Secretário - Júlio César leal; Tesoureiro - Norberto Antônio Vasques.³⁷

Podemos perceber que, até aqui, a presença de mulheres integrando ou frequentando a agremiação não foi mencionada nem nas atas oficiais, nem nas publicações da imprensa. No ano de 1883, a agremiação de fato empreendeu poucas ações de efeito prático, dedicando-se mais à promoção de eventos públicos e manifestações de propagandas, como banquetes e discursos notáveis (MOREIRA, 2003, p. 169). Em tais atividades, a presença feminina raramente foi *visibilizada*, contudo, acreditamos que desde essa primeira fase do Centro Abolicionista ela já ocorria. Certamente as mulheres acompanhavam os pais e maridos, momentos que podem ter sido bem oportunos para que algumas delas desenvolvessem o interesse pela causa e pelo ativismo na mesma.

³⁵ MERCANTIL, Porto Alegre, 29 set. 1883, p. 1.

³⁶ AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 2.

A Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade era composta exclusivamente por escravizados, foi instalada no dia 6 de setembro de 1883, no salão da frente do teatro São Pedro. Ao investigar a documentação disponível, Paulo Moreira (2016) afirmou que essa sociedade parece ter sido a mais exitosa do tipo, uma vez que ela chegou a ter um máximo de 115 sócios; tendo sido 92 libertados.

³⁷ AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 3.

Tendo em vista a íntima relação existente entre o Centro Abolicionista e a Sociedade do Partenon Literário,³⁸ é de extrema relevância para este trabalho salientar a importância dessa última associação como um espaço de atuação feminina e de discussão acerca do papel da mulher. Além de forte presença na plateia, as senhoras também protagonizaram no Partenon inúmeras apresentações musicais, recitação de versos e até mesmo discursos na tribuna. Na Revista do Partenon, escreveu-se sobre e para elas, onde figuraram, ao mesmo tempo, “como um grupo cuja instrução era fundamental para o futuro da pátria, e como aquele que poderia garantir a subsistência do próprio periódico e de uma parte das atividades promovidas pelos Partenonistas” (SILVEIRA, 2016, p. 242). Tal característica tem eco na ideia oitocentista de que, embora as mulheres tivessem aptidões naturais à educação, a instrução delas seria uma garantia da boa formação dos cidadãos. Afora a revista, era principalmente por meio dos saraus promovidos pelo Partenon que as jovens poderiam ter contato com as ideias e os projetos do grupo. Afinal, esse tipo de evento foi o local por excelência de sociabilidade feminina do século XIX.

Especificamente, não sabemos ainda quem foram as senhoras que integraram ou acompanharam o Partenon, porém, nos registros existentes, elas foram comunmente elogiadas. Ao mostrarem suas habilidades artísticas, por meio de música e poesia, enobreciam e honravam os maridos. Nem todas seguiram por essa via, conhecemos ao menos uma *partenoense* desviante. Trata-se da já citada Luciana de Abreu, que proferiu os primeiros discursos reivindicando a liberdade de instrução e de trabalho para as mulheres em Porto Alegre, no ano de 1873. Em um deles, constou:

Minhas senhoras, nós temos sido vítimas dos prejuízos das preocupações do século; nós temos sido olhadas como seres à parte na grande obra da regeneração social, quando sem nós impossível seria a humanidade aperfeiçoar-se e progredir; porque nós somos mães e o primeiro e mais íntimo vago da infância do homem recebemo-lo nós em nosso seio, dispensando-lhe os cuidados que são a nossa vigília, as nossas lágrimas, as nossas dores e alegrias, o nosso amor enfim [...] o que venho aqui em vosso nome altamente é, de parceria com a educação, a instrução comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecermos, de exercer as profissões que nossas aptidões nos levarem (ABREU apud SILVEIRA, 2016, p. 248).

³⁸ A Sociedade do Partenon Literário foi organizada em Porto Alegre em junho de 1868. Entre seus componentes, havia professores, funcionários públicos, caixeiros, negros e mulheres que nesse grupo promoveram inúmeras atividades: a publicação de uma revista mensal, a criação de uma biblioteca própria e a motivação para a formação de outras, a dedicação ao teatro, o levantamento do primeiro registro das tradições e lendas locais e a promoção de aulas noturnas gratuitas. Como nunca chegaram a ter uma sede própria, os salões do teatro São Pedro tornaram-se seus espaços usuais de atuação. Naturalmente era voltado às ações literárias, porém tornou-se também porta-voz de outros assuntos, como o republicanismo, o abolicionismo e a emancipação feminina (SILVEIRA, 2016).

O tom combativo do discurso de Luciana de Abreu, certamente não é ilustrativo de um padrão de conduta usual entre as mulheres que poderiam ter frequentado o Partenon, mas o fato de suas conferências públicas terem sido difundidas pela imprensa, marcam uma posição de resistência que rompe com a tradicional submissão atribuída às mulheres do contexto da época (PESAVENTO, 1991, p. 66). Para nossa pesquisa, aponta para a existência desse movimento de vanguarda iniciado por essa personagem histórica que, direta ou indiretamente, pode ter influenciado na formação e na agência daquelas que atuaram posteriormente no abolicionismo.

Além do Partenon, à altura da década de 1880, o leque de distrações recomendáveis e aceitáveis às mulheres já havia ultrapassado o enclausuramento do lar. Os espetáculos no Teatro São Pedro, os bailes nas sociedades recreativas, como a Sociedade Germânia e a Leopoldina, eram possibilidades concretas de sociabilidade feminina, em especial, para aquelas jovens que assumiram suas posições abolicionistas no Centro. Outra atividade comum que integrava o rol de sociabilidades das classes altas do século XIX, eram os chamados “salões aristocráticos”. No geral, os salões eram espaços dentro de residências luxuosas, cujas salas eram abertas pelos anfitriões para receberem seus convidados. Tratava-se de reuniões sociais para comemorar, festejar ou mesmo para proporcionar momentos de lazer entre amigos e familiares. “Essas casas possuíam em suas dependências um grande salão com piano, e bastante espaço para realizações de bailes, saraus, sempre com o intuito de entretenimento, mas que também serviam como pretexto para encontros políticos, acertos de negócios etc.” (FREIRE, PORTELLA, 2010, p. 67). Foi justamente frequentando eventos do tipo, que a própria Luciana de Abreu e outras personagens históricas deste trabalho puderam projetar socialmente suas ideias, talentos e habilidades.

Em tais espaços do lar e da vida doméstica da aristocracia, abriram-se espaços “intermediários” entre o “público e o privado”, nas salas de visitas e nos salões, que recebiam familiares, parentes, amigos, pessoas influentes e importante para o mundo de atuação dos homens. Em tais momentos, a conduta das mulheres das famílias “bem-nascidas” era avaliada, pois elas deveriam mostrar certas habilidades, como a de anfitriã, com boa educação, amabilidade e simpatia, e os dotes artísticos (FREIRE, PORTELLA, 2010). Então que o piano passou a ocupar uma posição primordial, considerado uma atividade dignificante, o interesse das moças pelo instrumento não era só aprovado, como também cultivado.³⁹ Logo, tocar piano

³⁹ Ao estudar as estratégias sociais da elite agrária gaúcha, Luis Augusto Farinatti (2007) trouxe à tona a história da família do Brigadeiro Ortiz e de sua filha Maria Aldina, na qual destacou um piano. O objeto chamou atenção do historiador pelo fato de não ser algo comum no contexto do século XIX para regiões interioranas, caso do Alegrete, onde predominavam nos inventários bens apropriados para a produção, como gado, cativos e quantias. O que Farinatti (2007, p. 243-244) destacou foi que o piano pareceu ter se constituído numa parte importante do

nos salões era uma forma de aparição honrosa às mulheres em espaços de dupla função que articulavam, assim, reclusão e sociabilidade; privado e público.

Dessa forma, somos levados a questionar o quão privado era o ambiente das “casas” e o quão cerradas nos espaços domésticos estariam as mulheres daquele tempo. Afinal, por mais que saíssem menos que os homens para os espaços públicos, as mulheres eram responsáveis por organizar jantares, salões e demais recepções em seus lares, de onde interagiam com diferentes pessoas, redes e ideias. Portanto, entendemos que a “casa” não estava na contramão dos espaços públicos, mas no entroncamento entre público e privado, onde as mulheres ocupavam, então, posição central.

Outros espaços surgidos naquele contexto de modernização da capital sul-riograndense, certamente também foram atrativos para a sociabilização feminina, como a Confeitaria da Alfândega e a loja de Debise & Chauvin, onde as senhoras poderiam adquirir os chapéus da moda (CONSTANTINO, 1994). É importante reiterar que todos os lugares mencionados diziam respeito aos possivelmente frequentados por mulheres brancas (ou socialmente brancas) pertencentes às elites ou às camadas intermediárias – que são os grupos sociais de onde provinham as abolicionistas aqui analisadas. As mulheres populares certamente tinham outras sociabilidades ligadas ao trabalho e ao lazer.

Ainda que a presença feminina em eventos públicos já fizesse parte da vida sociocultural da cidade, desde a metade do século XIX, as informações disponíveis acerca da participação de mulheres, especificamente em eventos abolicionistas locais antes de 1884, são bem limitadas nas fontes. Os poucos vestígios existentes que encontramos na imprensa, especialmente no ano de 1883, em seu conjunto, indicaram-nos ter sido o momento de mobilização feminina em prol daquele movimento que ainda estava se organizando na capital. No extenso relato publicado no *Jornal do Comércio* acerca da conferência abolicionista do advogado e jornalista Antônio Lara da Fontoura Palmeiro, membro do Partido Liberal e redator d’ *A Reforma*, ocorrida na noite de 15 de abril de 1883, isso ficou muito evidente. O orador, integrante do diretório do Centro, dirigiu-se às expectadoras da plateia, agradecendo “suas graciosas presenças” e fazendo-lhes um pedido:

[...] que, assim como na América do Norte, um grupo de mulheres ilustradas, beneficentes e altamente amantes da liberdade da sua pátria ergueu a cruzada santa em prol da emancipação dos cativos, assim também devem elas proceder nesta

dote de Maria Aldina – constituindo assim uma forma da família construir alianças e estratégias sociais –, além disso, sinalizou para a crescente valorização desse objeto como parte das sociabilidades das classes altas.

província, a fim de que fique de uma vez e para sempre quebrada a cadeia do cativo entre nós.⁴⁰

O tom do discurso de Palmeiro foi o de instigar os sentimentos humanitários na província, a fim de que se levantasse a favor da libertação dos escravizados. As mulheres, tidas na época como as mais propensas à generosidade e à bondade, tinham o dever de contribuir com a causa. A imprensa, por sua vez, já havia dado início a esse recrutamento, publicando notícias elogiosas à atuação de mulheres na campanha de outras localidades do sul e de outras províncias. O Jornal do Comércio, dias antes da fala de Antônio Palmeiro, divulgou a criação de duas sociedades abolicionistas no Ceará por iniciativa de senhoras, sugerindo que as rio-grandenses seguissem o exemplo e agissem em prol da causa.⁴¹

Infelizmente não tivemos como precisar quem eram as expectadoras da conferência, nem sabemos quem acompanhava os jornais diariamente, especialmente se entre essas estavam as futuras componentes do Centro Abolicionista e qual efeito tais discursos poderiam ter incidido nelas. Mas, com segurança, podemos fazer duas importantes afirmações. A primeira é que as mulheres estiveram presentes desde o início do movimento emancipacionista local. E, a segunda, é que pelo menos algumas delas tiveram a oportunidade e a vontade de atuar em prol do fim do trabalho escravo.

É importante destacar que a fala do conferencista Palmeiro e os discursos jornalísticos iam ao encontro da crescente participação feminina de elite em ações caritativo-filantrópicas que ocorriam naquele fim de século, em vários locais do mundo.⁴² Devido à valorização da maternidade, as mulheres passaram a ser consideradas mais sensíveis e dotadas de sentimentos morais, especialmente os de piedade e cuidado com os mais fracos e miseráveis. Tais considerações promoveram no plano do imaginário social a bondade como sendo a expressão mais assertiva das mulheres do século XIX (MARTINS, 2013). Assim, a filantropia feminina foi amplamente incentivada e divulgada, tratando-se de um fenômeno de grande visibilidade pública. Para além de tais concepções, devemos entender que essas práticas, entre elas destacamos a abolicionista, constituíram uma via importante de acesso para as mulheres participarem da vida pública. Não dispondo da política formal e representativa, muitas senhoras

⁴⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 17 abr. 1883, p. 1.

⁴¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 23 mar. 1883, p. 1.

⁴² Buscando diferenciar filantropia de caridade, Gisele Sanglard (2003) afirmou que a maior diferença entre os conceitos não está na ação propriamente dita, uma vez que ambos destinam suas obras aos necessitados, mas nos meios de realizá-la. “[...] A caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma” (SANGLARD, 2003, p. 1096). Isto é, segundo a historiadora, enquanto as ações de caridade são mais discretas e circunscritas à esfera da ação; as de filantropia são amplamente divulgadas nos meios de comunicação, tendo também por fator limitador a ação do Estado (SANGLARD, 2003).

encontraram nesse lastro uma forma de atuar que, ao mesmo tempo, não era uma ameaça, mas que lhes permitiu vivenciar outras experiências sociais e políticas (MARTINS, 2015).

Mais relevante que a conclamação de Antônio Lara Fontoura Palmeiro, foi a realizada meses depois por Carolina Koseritz, por meio da imprensa. Essa jovem senhora escreveu um texto dirigido às sul-rio-grandenses, no qual posicionou-se favorável ao abolicionismo, buscando sensibilizar e engajar mais mulheres na causa. Suas palavras foram bem repercutidas nos jornais onde foram publicadas, no caso n' A Federação e n' A Reforma. Sob o título "Às minhas comprovincianas", Carolina escreveu:

Saúdo-te, oh heroica província do Rio Grande do Sul!
 Dentro em pouco o teu solo, outrora regado pelo sangue dos bravos heróis, teus filhos, quando defendiam a santa ideia da liberdade, não será pisado senão por homens livres! Os dilacerantes gritos, os amargurados soluços, arrancados pelo azorrague, não mais repercutirão nesta terra, onde o brado da liberdade sempre faz palpitir os corações com violência!
 A ideia abolicionista prorrompe com irresistível força, iluminando com as irradiações de sua brilhante luz as trevas que até hoje sinistramente enegreciam o futuro de milhares de criaturas humanas.
 Mais um esforço e podemos erguer com orgulho a frente!
 Que soe a hora da redenção para tantos desgraçados.
 É, porém, necessário que os esforços dos que tão nobremente se dedicam à abolição, sejam corroborados.
 Dirijo um apelo aos que se conservam indiferentes à abolição.
 É mister esquecer o interesse próprio para só pensar no que manda a humanidade.
 Que desapareça o escravocrata, para só aparecer o homem humanitário, e além disto lembrai-vos que enquanto se não despedaçarem as algemas do escravo, a província do Rio Grande não terá o direito de dizer-se amiga da liberdade.
 A verdadeira rio-grandense não pode, não deve, ser escravocrata.
 Se a raça dos Bento Gonçalves, Bento Manoel, Gomes Jardim e tantos outros heróis não está de todo extinta, se ainda vos corre nas veias o generoso e ardente sangue rio-grandense, é mister prová-lo, restituindo a autonomia social a tantos entes sem lar, sem família, pois que, é doloroso dizê-lo, o escravo não tem o direito de ser esposo, de ser pai!
 As mulheres, as mães sobretudo devem contribuir com toda sua influência para a libertação dos escravos. Que se lembrem o quão doloroso seria a separação de um filho, de um desses entesinhos por quem dariam a própria existência; lembrem-se também dos excruciantes martírios que sofreriam, se esta separação fosse acompanhada pela quase certeza de que o filho tão amado, tão acariciado, iria ser vítima dos maus tratos de um senhor desapiedado!
 A metade do dinheiro que empregais no luxo, nesta efêmera e vã ostentação, dedicai-o à libertação dos escravos, e tereis como recompensa a felicidade de inúmeras criaturas! Sede generosas e mostrai, por vossas ações, que o coração das mulheres rio-grandense não cede em generosidade ao das cearenses! Provai que o Rio Grande, esta terra de bravos, não quer em seu solo senão homens livres. Sim, salvai da abjeção tantas criaturas inocentes, e, ainda uma vez o repito: lembrai-vos que são desgraçadas que vem seus filhos sofrendo todos os martírios do cativo, que vos estendem as mãos súplices, implorando o vosso óbolo, a vós, as mães felizes! – *Uma rio-grandense*.⁴³

⁴³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 ago. 1884, p. 2; A REFORMA, Porto Alegre, 15 ago. 1884, p. 1.

Inicialmente a redação foi veiculada sem a identificação da autora, algo bem comum em se tratando de escritoras mulheres oitocentistas e que teve continuidade em relação ao abolicionismo feminino.⁴⁴ Porém, já no dia seguinte, o *Jornal do Comércio* atribuiu à Carolina Koseritz a autoria do texto, lançando a seguinte nota: “a eloquente proclamação abolicionista, dirigida ao belo sexo rio-grandense por uma filha da província, e que saiu ontem publicada na *Federação*, informam-nos que é devida à D. Carolina Koseritz”.⁴⁵ Vale mencionar que as habilidades da filha de Carlos Von Koseritz para a escrita já eram conhecidas, afinal ela dedicava-se à literatura alemã, tendo publicado alguns livros e contos nos jornais nesta época, além de ter sido frequentadora do Partenon Literário junto ao pai.

A atitude de Carolina Koseritz de redigir um texto abolicionista e enviá-lo para redação de um periódico, por si só, pode ser entendida como um alastramento dos espaços destinados às mulheres naquela época. Afinal, ao expor sua opinião e posicionamento frente ao assunto do dia ela se inseria num debate público e ultrapassava a demarcação dos limites impostos ao gênero feminino. Infelizmente não encontramos/identificamos outros textos abolicionistas escritos por mulheres nos jornais de Porto Alegre. Porém, sabemos que a nível nacional Carolina Koseritz não foi a única e, tampouco, a mais ousada. Como já citamos, nesta época já tinham se destacado as obras de Nísia Floresta, por exemplo.

Embora o texto de Carolina Koseritz fosse expressamente político, contendo sua opinião e posicionamento frente à problemática da escravidão, ela o fez engenhosamente. A literata utilizou-se de justificativas relacionadas aos sentimentos maternos que, como vimos anteriormente, eram aceitáveis, tanto que embasaram as ações filantrópicas femininas de elite do século XIX. Afinal, em sociedades onde os ativismos políticos eram tidos como impróprios para as mulheres, foi preciso desenvolver estratégias compatíveis com a ideologia das esferas separadas - sendo essa uma característica síntese do abolicionismo feminino organizado brasileiro. Ficou claro, também, que a referida senhora se dirigiu exclusivamente àquelas senhoras sul-rio-grandenses que compartilhavam do mesmo lugar social privilegiado que ela - caso, como veremos, das demais integrantes do Centro.

As abolicionistas inglesas, especialmente as que também advinham da classe média, já tinham agido amplamente por meio do discurso de salvamento da família da ação destrutiva da

⁴⁴ Segundo Fabiana Macena (2017, p. 48), o protagonismo das ativistas da abolição era sequestrado pelos discursos androcêntricos da imprensa, de modo que o ocultamento de seus nomes era entendido como “proteção” da visibilidade pública e suas ações, apesar de elogiadas, tidas como “caridade” ou “benfeitoria”. Como veremos, nem sempre foi assim que ocorreu em relação às porto alegrenses, o que acreditamos que se deve ao fato de, no geral, todas elas terem desenvolvido agências não afrontosas aos seus papéis sociais.

⁴⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 15 ago. 1884, p. 2.

escravidão, empregado em panfletos, reportagens, apelos, poemas e petições. Essa linguagem buscava contrastar a posição social das mulheres de elite com a das mulheres escravizadas, apelando para a existência de uma “empatia natural” mediada pelo sexo (MIDGLEY, 1993, p. 93). De forma semelhante, Carolina Koseritz propôs às suas comprovincianas um exercício de empatia, no qual elas foram levadas a refletir sobre o sofrimento que sentiriam caso fossem separadas de seus rebentos. Ainda que a própria jovem escritora não fosse mãe naquela época, podemos perceber que seu argumento estava imbuído na ideia de que a maternidade era uma vocação, ou seja, uma destinação inata às mulheres.⁴⁶

Quase desnecessário é afirmar que a fala de Carolina Koseritz se voltava, principalmente, às famílias possuidoras de escravizados, mas cabe lembrar que as escravarias gaúchas eram, em sua maioria, de pequenas e médias proporções. Ou seja, a escravidão atingia também todo um setor social médio (plurirracial), ao qual essa literata abolicionista também procurava atingir. Cabe-nos, quem sabe, pensar se esse discurso feminino abolicionista não serviu de reforço às negociações que os escravizados entretinham com seus senhores e, principalmente, senhoras.⁴⁷

Diferente do chamamento de Palmeiro ou de qualquer redator de algum jornal, agora tratava-se de uma conclamação vinda do seio do próprio *belo sexo*. Por isso que consideramos a publicação de Carolina Koseritz um importante marco para o abolicionismo feminino local, pois é junto dele que as agências das mulheres do Centro adquiriram contornos mais nítidos e divulgação pública. Na verdade, tal mudança relativa ao protagonismo abolicionista feminino - de *invisibilizado* para *visibilizado* - foi fruto também de um contexto fértil que se constituiu na capital a partir de 1884. Em primeiro lugar, porque o Centro Abolicionista organizou e implementou a maior parte de suas atividades práticas entre agosto e outubro de 1884. E, em segundo lugar, porque o mesmo Centro nas mesmas atividades incentivou a participação feminina como forma de atingir seus objetivos. Afinal, a presença de mulheres suavizava o

⁴⁶ Sandra Careli Moreira (2002), ao estudar os meandros sobre o “ser mãe” no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, por meio da imprensa porto-alegrense, identificou uma determinada leitura social sobre o assunto. Em sua leitura, Moreira (2002, p. 286) notou que enquanto as mulheres/mães eram construídas como amorosas, dedicadas e cuidadoras, educadoras, resignadas e abnegadas; os homens/ pais eram associados aos adjetivos de trabalhador e provedor, educador, amoroso, déspota, enérgico e símbolos da autoridade. Ao contrastar essa leitura com a realidade, pontuando algumas vivências sociais da maternidade no período, Sandra Moreira encontrou uma disparidade significativa. A historiadora notou que o modelo da maternidade inata não se enquadrava para todas as mulheres, caso, por exemplo, das prostitutas, consideradas maus exemplos de devassidão e de influências pecaminosas aos filhos (MOREIRA, 2002, p. 293-294).

⁴⁷ Assim como Carolina Koseritz, outras mulheres sul-rio-grandenses também se utilizaram da escrita como forma de participação política, caso, por exemplo de Ana Aurora do Amaral que por meio de publicações nos jornais locais, destacou-se em meio à Revolução Federalista (1893-1895). Sobre a trajetória dessa mulher, ver: FINGER, 2020.

assunto, tornando-o menos político e com maior apelo social. Argumentamos, assim, que a *visibilidade* feminina no abolicionismo diz respeito, em último grau, com a investidura de suas personagens enquanto *agentes*. E aqui pensamos *agências* conforme traçado na introdução desta tese, enquanto cerceada por experiências que geram reflexão e racionalidade acerca do que acontece a si e ao mundo.

Especificamente na descrição das atividades do Centro Abolicionista identificamos a presença e a colaboração de 23 mulheres. Levando em conta que as associações abolicionistas podem ser classificadas em quatro tipos: de homens; de mulheres como sócias; de mulheres aparentadas dos abolicionistas (esposas ou filhas) e exclusiva de mulheres (MOTT, 1988, p. 77); defendemos que o Centro Abolicionista se aproximou mais do terceiro. Afinal, ainda que tenham colaborado com a grande maioria das atividades empreendidas pela agremiação, elas não foram apontadas como integrantes regulares e tampouco eram convidadas formalmente para as reuniões. Além disso, como veremos com mais detalhes adiante, uma parte significativa delas era filha ou esposa dos sócios do Centro.

2.3 Anjos da Caridade: as mulheres integrantes do Centro Abolicionista

Em meados de setembro de 1884, o intelectual Aquiles Porto Alegre (1848-1926),⁴⁸ publicou um texto no Jornal do Comércio dirigido às porto-alegrenses, no qual destacou o perfil e as agências das integrantes do Centro Abolicionista – colocados como um modelo a ser seguido:

As porto-alegrenses

Foi a vós, gentis senhoras, a quem a cidade entregou a direção da Quermesse para solenizar o dia de hoje.

[...] A arte uniu-se à religião e concebeu num beijo amoroso a doce imagem da caridade, simbolizada na figura meiga e carinhosa de uma mulher.

Existe, pois, em cada uma de vós, o símbolo da religião do amor!

Sois as mensageiras de Deus sobre a terra.

Junto à pobreza, ao lado do infortúnio, à cabeceira dos que morrem, ou seguindo os combatentes que se empenham em favor das nobres causas do futuro, vós sempre apareceis como o anjo imaculado do bem.

Quando os homens perseguiram o Cristo e no furor de sua cólera o crucificaram nos braços de uma grande cruz – o emblema do opróbrio glorificado pelo martírio do Nazareno – só vós tinhas lágrimas para o chorar, só vós tinhas toda a doçura dos vossos corações para suavizar os últimos momentos de sua existência peregrina.

⁴⁸ Nasceu em 1848, em Rio Grande, e morreu em 1926, em Porto Alegre. Foi um intelectual, autor de inúmeras e variadas obras, encaixando-se em várias áreas do conhecimento: poeta, contista, romancista, dono, fundador editor de jornais locais, professor, cronista, biógrafo e historiógrafo. Ele também foi membro fundador e colaborador da Sociedade Parthenon Literário, da Academia Rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) (ANTONIOLLI, 2011).

Na cruzada da justiça, do amor e da verdade vós sois as adoradas embaixatrizes do céu!
 Salve, ó anjos sem máculas que viestes à terra para espalhar o bem em nome do Deus do Amor e da Justiça”.⁴⁹

Ainda que o autor estivesse se referindo somente a uma parte das abolicionistas, as que foram organizadoras da quermesse, o significado de suas palavras, na verdade, abrangeu a forma como o perfil e o comportamento do grupo todo foram sublinhados durante suas agências na campanha. De acordo com Porto Alegre, a natureza das mulheres enquanto *seres de infinitas bondade e amor*, foi o que lhes permitiu atuar em prol de diferentes causas tidas por ele como nobres, como a dos pobres, das guerras e, enfim, da liberdade de escravizados e escravizadas. Recorrendo a elementos do universo cristão, o referido autor também apontou para um tipo ideal de mulher: aquela cujas características afetivas e sentimentais tornavam sua religiosidade natural.

Doravante, a narrativa religiosa predominantemente cristã, bem como o insistente apelo ao caráter angelical das abolicionistas foram aspectos recorrentes nas descrições publicadas nos jornais locais sobre elas, principalmente no íterim de agosto e setembro de 1884 – auge do movimento em Porto Alegre, quando o número de alforrias aumentou significativamente, praticamente extinguindo a escravidão. (MONTI, 1985). A expressão que nos pareceu ter se tornado síntese dessas senhoras foi a de *Anjos da caridade*, cunhada pelo secretário do Centro Abolicionista, Joaquim Torres Homem. Tal termo, por si só, já diz muito sobre como as abolicionistas e suas contribuições à campanha local pelo fim do trabalho escravo foram consideradas pelos colegas homens e pela sociedade em geral. O termo “anjos”, na realidade sintetizou o tipo ideal de mulher daquela época, ou seja, a que compreendia seu papel secundário, neste caso no abolicionismo. Além de evocar toda àquela significação religiosa cristã que falávamos. Enquanto o complemento, “caridade”, elucidou a natureza moral da função feminina na causa, cujas motivações se deram por suas *naturezas* bondosas, humanitárias e sentimentalistas. A correspondência entre essa visão e a ação concreta das mulheres do Centro analisaremos no decorrer do capítulo, pois primeiramente nos dedicaremos a apresentar quem eram as abolicionistas, estabelecendo o perfil coletivo delas.

O coletivo dos Anjos da Caridade foi composto pelo total de 23 mulheres, tendo todas elas sido selecionadas pelo Centro Abolicionista para integrar as chamadas Comissões Libertadoras. Tais grupos foram estabelecidos na reunião do dia 6 de agosto de 1884, no salão do Teatro São Pedro, quando o diretório da agremiação nomeou os cavalheiros e as senhoras

⁴⁹ JORNAL DO COMÉRCIO, 10 set. 1884, p. 2.

que seriam responsáveis por promover a libertação dos escravizados nos diferentes distritos de Porto Alegre e Pedras Brancas.⁵⁰ Na ocasião, a maioria das abolicionistas consideradas por nós como integrantes do Centro foram, ao menos oficialmente, nomeadas. Somente cerca de 10 dias depois é que o secretário Torres Homem anunciou na imprensa as outras duas senhoras (no caso, Adelaíde Cardoso e Alice Fontoura) que então completaram o núcleo feminino a ser apresentado.⁵¹

De acordo com a documentação oficial da agremiação, após encerradas as nomeações, ficaram estabelecidos os seguintes conjuntos para atuação em Porto Alegre, divididos por gênero para os 1º, 2º e 3º distritos e para a Freguesia de Belém:

Quadro 1 - Composição por distrito, freguesia e sexo das Comissões Libertadoras para Porto Alegre

Região	Mulheres	Homens
1º distrito	Alice Fontoura Adelaíde Cardoso Amália Haensel Júlia dos Santos Lara Júlia Dias de Castro Maria Carlota Vieira Maria Jesuína Gay Maria Luiza Fernandes Barcellos	Antônio de Azevedo Lima Domingos de Souza Brito Ernesto Carneiro da Fontoura Germano Hasslocher Leopoldo Masson Olimpio da Cunha Brochado Ramiro Fortes de Barcelos
2º distrito	Afonsina dos Reis Cândida de Oliveira Vale Carolina Koseritz Elisa Camargo Júlia Köehler Leopoldina Chaves Mathilde Hasslocher Sofia Veloso	Ângelo Inácio de Barcellos Antônio Neco da Silva Bernardo Figueira Edmundo da Cunha João Alves Canteiro Justino Machado da Rocha Vicente José Barcelos
3º distrito	Francisca Menezes Lara Honorina de Castilhos Ignês Cordeiro Julieta de Oliveira Miguelina Werna Margarida Salgado	Antônio Onofre da Fontoura Cândido Pacheco João Batista de Oliveira Vale José Pedro Alves Júlio de Castilhos Mariano José do Canto Miguel de Werna
Freguesia de Belém	Não consta	Alexandre José Bernardes Camilo José Mendes Ribeiro Francisco Antônio de Barcelos Francisco Pereira José Manuel Correia

⁵⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 07 ago.1884, p. 2; A REFORMA, Porto Alegre, 08 ago. 1884; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 08 ago. 1884, p. 2.

⁵¹ A REFORMA, Porto Alegre, 16 ago. 1884, p. 2.

		Sebastião Correia da Silva Serafim Francisco de Souza e Silva
--	--	---

Fonte: AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 4-5.

Na mesma reunião de 6 de agosto de 1884, o Centro Abolicionista também compôs comissões por distritos para a região de Pedras Brancas.⁵² Para essa localidade, a distinção de sexo não foi necessária, pois, conforme é possível visualizar no quadro abaixo, apenas uma mulher foi nomeada:

Quadro 2 - Composição das Comissões Libertadoras para Pedras Brancas

Região	Integrantes
1º distrito	Antônio Jardim dos Santos Francisco Pereira da Silva <u>Isabel Perpétua Gonçalves</u> Tomas Antônio da Costa
2º distrito	Antônio da Silva Peixoto José Joaquim de Souza Malaquias Figueiró Pedro Gonçalves Pires
3º distrito	José Carlos de Araújo Ribeiro Manoel Alves Pires de Azambuja Miguel Centeno Bote Vitorino de Souza Feijó

Fonte: AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 5.

Levando em conta os números apresentados nos quadros acima, foi possível contabilizar que juntas, as Comissões Libertadoras do Centro para Porto Alegre e para Pedras Brancas reuniram o total de 62 pessoas, sendo 23 mulheres e 39 homens.⁵³ Isto é, o núcleo feminino representou cerca de 37% do grupo todo. Se levarmos em consideração somente o quadro para Porto Alegre e os números referentes ao 1º, 2º e 3º distritos – para onde praticamente todas as mulheres nomeadas foram designadas - notamos que tal presença foi mais significativa. Nesse caso, as senhoras totalizaram 22 comissionadas, enquanto os senhores somaram 21; logo, elas

⁵² Cabe mencionar que a freguesia de Pedras Brancas (criada pela lei provincial nº 358, em 17.02.1857) pertencia a Porto Alegre, mas ficava na outra margem do rio Guaíba, sendo uma região eminentemente rural. Esse local emancipou-se da capital do Estado apenas em 1926 (FORTES & WAGNER, 1963, p. 257).

⁵³ Nas páginas da imprensa, identificamos nomes de outros homens também atuando nas Comissões Libertadoras. Não contabilizamos esses casos, uma vez que estamos considerando para esse tópico somente as nomeações formais, registradas nos documentos oficiais do Centro Abolicionista. Tal situação não se repetiu em relação às mulheres, certamente por constituírem um grupo mais restrito.

representaram um percentual de cerca de 51%. Diante desses dados, é factível afirmar que as mulheres não constituíram uma presença desprezível em termos estatísticos. Além disso, no decorrer do capítulo também veremos que elas conquistaram resultados concretos na campanha pelo fim da escravidão, criticando a tese de uma presença essencialmente simbólica em relação às mulheres.

Visando vislumbrar melhor quem foram essas 23 mulheres, buscamos a partir de agora compor uma *cartografia social* delas. Essa cartografia social assemelha-se ao método prosopográfico, mesmo que a sua plena execução encontre muitos percalços, devido ao caráter fragmentado dos indícios biográficos encontrados sobre essas mulheres, militantes da campanha abolicionista local.

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história, por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos deste universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p. 115).

Ainda que façamos somente uma aproximação à prosopografia, é necessário apontar que nos guiamos por alguns de seus princípios, especialmente no que tange à construção de um *questionário biográfico* como ponto de partida para o estudo da *população* estabelecida (CHARLE, 2006). No nosso caso, tratando-se a investigação sobre as abolicionistas integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, pontuamos os seguintes itens: naturalidade, faixa etária, status civil e filiação. As informações coletadas foram dispostas numa tabela no *Excel*, da qual, posteriormente, extraímos os dados a serem apresentados.

O nome foi o que nos guiou nos arquivos e nas fontes à procura das informações sobre as referidas abolicionistas. Consideramos que as linhas que convergem para o nome e que dele partem” formam “uma malha fina” que dá “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175). Assim, a pesquisa nominal, nesses moldes, contribuiu para a visualização das ativistas da abolição tanto em suas individualidades, como em suas redes de sociabilidades.⁵⁴ As *vicissitudes biográficas* dessas

⁵⁴ A investigação das redes de sociabilidades ocorrerá através da identificação dos grupos familiares e das relações políticas, sociais e econômicas existentes entre eles. Trata-se de quadros incompletos que, na verdade, servem-nos para endossar tanto o pertencimento das abolicionistas aos mesmos estratos sociais, como para a convivência delas nos mesmos espaços culturais citadinos.

fragmentadas trajetórias, nos permitiram visibilizar essas mulheres em suas aparições na cena pública marcada pela campanha pela emancipação dos cativos, nos últimos anos do Império.⁵⁵

Ainda que a aproximação ao perfil coletivo das mulheres abolicionistas do Centro seja o principal objetivo nesta parte da tese, é necessário destacar que, por se tratar de um grupo pequeno, em alguns momentos será proposta uma análise mais individualizada.⁵⁶ Até porque, sobre algumas dispomos de mais informações que outras, o que nos permitiu vislumbrar melhor de certas personagens históricas. Nesse ponto, estamos nos baseando na ideia de que deve ser papel de historiadores e historiadoras captar a complexidade da realidade humana por meio de uma narrativa que demonstre a utilização consciente dos recursos materiais e imateriais pelos indivíduos históricos, mostrando-os agindo dentro de suas realidades normativas, muitas vezes opressora (LEVI, 2000). Assim, buscando estudar a racionalidade humana em sua pluralidade e (in) coerência, é que não pensamos nas 23 abolicionistas como um grupo homogêneo.

As fontes utilizadas para atender aos pressupostos teóricos-metodológicos alinhados acima foram de naturezas variadas. No geral, procuramos pelos nomes das abolicionistas e de seus familiares mais próximos em habilitações de casamento e em registros de batismo e casamento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), e no banco de dados do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) – onde basicamente destacaram-se os inventários post-mortem, testamentos, processos-crime e cartas de alforrias. A imprensa novamente foi de grande valia, possibilitando-nos, sobretudo, uma aproximação ao universo socioeconômico dessas mulheres. O olhar sobre essas fontes foi substancialmente qualitativo, ficando restrito às informações biográficas que procurávamos. Mesmo assim, o perfil traçado sobre os Anjos da Caridade é incompleto, de modo que não conseguimos dispor de todas e das mesmas informações para cada uma das integrantes desse grupo. Isso justifica o fato dos quadros e das tabelas construídos não apresentarem sempre as mesmas personagens.

O principal percalço encontrado nessa etapa da pesquisa referiu-se à grande quantidade de homônimos existentes em relação aos nomes mais comuns das mulheres do Centro Abolicionista. Ocasionalmente conseguimos contornar tal dificuldade tendo por base a

⁵⁵ Quando falamos em *trajetórias*, pensamos como ensinado por Pierre Bourdieu (1998, p. 189-190): “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir é submetido a transformações incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isso é, não podemos compreender uma trajetória, a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo é que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis”.

⁵⁶ O diálogo entre perfil coletivo e análise de trajetórias é uma possibilidade rica e interessante para análises prosopográficas. Ver: HEINZ, CODADO, 2015.

identificação temporal dos documentos ou tendo por referência o nome de familiares da senhora. Por outro lado, principalmente por esse motivo, não conseguimos rastrear nenhuma informação sobre as vidas de Afonsina Isabel dos Reis, Francisca de Menezes, Inês Cordeiro, Júlia dos Santos Lara e Maria Luiza Fernandes Barcelos. Sobre elas, tivemos acesso somente ao que foi publicado na imprensa acerca de suas atuações no movimento abolicionista.

2.3.1 O perfil das abolicionistas

Das 23 mulheres que integraram o Centro Abolicionista, conseguimos rastrear dados de caráter civil referentes à 14 delas. No quadro abaixo, dispomos informações sobre a naturalidade, faixa etária e status civil das abolicionistas referentes ao momento histórico em que elas ingressaram na referida agremiação, ou seja, agosto de 1884:

Quadro 3 - Naturalidades, idades e status civis das abolicionistas no momento de ingresso ao Centro Abolicionista

Abolicionista	Naturalidade	Idade	Status civil
Alice Fontoura	-	-	Casada
Amália Haensel	Porto Alegre	20 anos	Solteira
Cândida de Oliveira Vale	Porto Alegre	28 anos	Solteira
Carolina Koseritz	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Clara de Abreu e Silva	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Isabel Perpétua	-	63 anos	Viúva
Honorina Costa Castilhos	Cruz Alta	22 anos	Casada
Júlia Dias de Castro	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Júlia Köehler	-	-	Casada
Leopoldina Chaves	-	-	Solteira
Margarita Salgado	Porto Alegre	21 anos	Casada
Maria Carlota Vieira	Porto Alegre	-	Solteira
Maria Jesuína Araponga Gay	São Gabriel	19 anos	Casada
Maria Miguelina Werna	Porto Alegre	17 anos	Solteira
Maria Mathilde Hasslocher	Porto Alegre	23 anos	Solteira
Sofia Veloso	Porto Alegre	28 anos	Casada

Fonte: elaborado pela autora.

Podemos observar que a faixa etária das abolicionistas variou entre 17 e 63 anos, sendo a mais jovem Miguelina Werna e a mais velha Isabel Perpétua Gonçalves. Também é notório que a maioria das abolicionistas, na verdade, tinha em torno de 20 anos. Apenas duas delas não nasceram em Porto Alegre, caso de Honorina Castilhos e Maria Jesuína Gay que eram naturais, respectivamente, de Cruz Alta e São Gabriel. Sobre Alice Fontoura, Isabel Perpétua Gonçalves, Leopoldina Chaves e Júlia Köehler infelizmente não encontramos tais informações. Pelo que

nos foi possível verificar, todas eram, senão brancas; socialmente brancas, uma vez que não encontramos identificação de cor nos registros históricos sobre elas. Característica que, com a análise do perfil socioeconômico familiar delas, ficará ainda mais evidente.

Na investigação da variável do status civil, as habilitações matrimoniais do AHCMPA foram de extrema relevância, pois por intermédio delas pudemos identificar quando e com quem algumas delas eram desposadas.⁵⁷ Levando em conta à data de ingresso no Centro Abolicionista, observamos que a maioria das abolicionistas era solteira (9 mulheres), algumas casadas (6 mulheres) e apenas uma viúva. Em relação às senhoras casadas, sabemos que Sofia Veloso já era casada desde 1875 com Francisco José Veloso;⁵⁸ Margarida Salgado desde 1881 com José Cristino Bittencourt;⁵⁹ Maria Jesuína Araponga desde 1882 com Nemézio Gay;⁶⁰ e Alice Fontoura desde maio de 1884 com Silvio Ferreira.⁶¹ No caso de Honorina Castilhos, esposa de Júlio Prates de Castilhos desde 1883, era a única dessas mulheres que já era mãe, tendo dado à luz a primeira filha do casal em abril de 1884.⁶² Da análise dessa mesma

⁵⁷ O período anterior as núpcias, quando os nubentes buscavam observar as normativas e conseguir a autorização eclesiástica para casarem-se, refletem-se nas fontes conhecidas, então, como *habilitações de casamento*. Tais documentos eram forjados por três motivos principais: para investigar denúncias sobre a existência de impedimentos entre os noivos e/ou para fins de comprovação documental do batismo e/ou para requerer licenças para a forma da realização da cerimônia propriamente. As questões de natureza documental constituíam boa parte dos motivos pelos quais um processo de habilitação matrimonial era forjado, levando em conta, ao menos, aqueles que se observou para essa pesquisa. Os principais documentos exigidos pela Igreja para o casamento eram as certidões de batismo dos noivos e, se um deles fosse viúvo, a certidão de óbito do cônjuge falecido. Quando os nubentes haviam sido batizados na paróquia em que iriam contrair núpcias, não havia problema, uma vez que toda documentação eclesiástica ficava sob guarda da própria instituição. Porém, quando eram freguesias distintas, era necessário entrar com requerimento junto ao provisor do bispado solicitando que a certidão fosse copiada e enviada ao pároco responsável pelas núpcias. Por isso que em algumas Habilitações de casamentos encontramos e transcritas as certidões de batismo de um ou mesmo dos dois noivos. O mesmo procedimento deveria ser observado nos casos de comprovação da viuvez com a certidão de óbito.

⁵⁸ Quando se casou, Sofia Veloso era órfã e menor de idade, dessa forma, além dos trâmites eclesiásticos, o casamento dela com Francisco também teve de atender às diligências do Juízo de Órfãos de Porto Alegre. Foi o irmão mais velho e seu tutor, Antônio Paradedá, que encaminhou a licença para tal matrimônio (AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedá Veloso, nº 128, caixa 285, 1875).

⁵⁹ José Cristino Bittencourt, foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 10 de outubro de 1849. Nasceu em 24 de junho de 1849, era filho legítimo de Francisco Antônio da Silva Bittencourt e Maria Tereza Pinheiro Bittencourt, seus avós paternos eram Elesbão da Silva Bittencourt e Tereza José de Bittencourt, e maternos o Visconde e a Viscondessa de São Leopoldo (AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado, nº 233, caixa 302, 1881).

⁶⁰ Nemézio Gay foi integrante da Sociedade Emancipadora Rio Branco. Ele era reconhecido como filho natural ilegítimo de um padre, o Cônego Honorário João Pedro Gay.

João Pedro Gay era Vigário Colado da Freguesia de São Francisco de Borja em Missões e de Uruguaiana. Possuía em São Borja um campo de meia légua de extensão e 14 de largura, quase todo fechado. Vigário da Vara, Juiz de Casamentos de Uruguaiana (1881), sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e Rio-grandense, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo, Condecorado com a medalha da Capitulação de Uruguaiana. Nasceu em Altos Alpes (20.11.1815) e faleceu em Uruguaiana (19.05.1891); ordenado sacerdote na França, professor de matemática e francês, historiador (AHRs - Requerimentos, maço 101 (1863), 163 (1873) e 198 (1881) / Vilas-Boas, Pedro. Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre, IEL, 1974:212 e Martins, Op. Cit., 1978: 244).

⁶¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 11 maio 1884, p. 1.

⁶² Além de Júlia, o casal teve mais três filhas – Eugênia, Otília e Ambrosina – e dois filhos – Honório e Edmundo.

documentação, também observamos que 6 das 9 jovens solteiras casaram-se pouco tempo depois do abolicionismo, entre 1884 e 1886. Sendo essas: Júlia Dias de Castro⁶³ casou-se no fim de 1884, Clara de Abreu e Silva,⁶⁴ Maria Mathilde Hasslocher⁶⁵ e Maria Carlota Vieira⁶⁶ no decorrer do ano de 1885 e, em 1886, Leopoldina Chaves⁶⁷ e Miguelina Werna.⁶⁸ Seguiam elas, assim, o curso apropriado para mulheres (principalmente de elite) do século XIX: a constituição da vida conjugal e familiar.

A análise das habilitações matrimoniais também permitiu uma aproximação à religiosidade das abolicionistas e suas famílias, indicando-nos que pelo menos nove delas eram católicas e paroquianas nas três principais freguesias de Porto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário e na Nossa Senhora das Dores. Ainda que não tenhamos investigado muito sobre o assunto, sabemos que no grupo também tinham àquelas ligadas às religiões evangélicas (família Koseritz), protestantes e até mesmo ao espiritismo. Um exemplo disso foi o caso de Alice Fontoura e Silvio Ferreira Rangel, cujo matrimônio ocorreu num “oratório particular”.⁶⁹ De modo que não encontramos processo de habilitação matrimonial para esses noivos, inferimos que no mínimo não eram católicos.

Os dados referentes às freguesias, por outro lado, revelaram-nos que as abolicionistas residiam nas zonas centrais da capital sul-rio-grandense, estando praticamente todas elas muito próximas, também, geograficamente. Sendo um número significativo das senhoras filhas ou

⁶³ O então futuro esposo de Júlia Dias de Castro era Carlos Lisboa, natural de Porto Alegre, batizado na Igreja Nossa Senhora Madre de Deus em julho de 1859, sendo filho legítimo de Francisco Pereira da Silva Lisboa e de Júliana Mafalda Araújo Lisboa (AHCMPA - Habilitação Matrimonial. Noivo: Carlos Lisboa, noiva: Júlia Dias de Castro, caixa: 67, 1884).

Carlos Lisboa era médico, tendo trabalhado ao longo da vida no Hospício São Pedro e em sua clínica particular. Morreu em 1888, com cerca de trinta anos de idade, vítima de “enfermidades” (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 27 abr. 1888, p. 2).

⁶⁴ Clara de Abreu e Silva casou-se com João Pereira Machado, natural de Porto Alegre, nascido em 28 de maio de 1858 e batizado na freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus. Seus pais eram João Pereira Machado e Iria Vilhena Loureiro Machado, também naturais da dita capital (AHCMPA - ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva).

⁶⁵ Ela casou-se com Artemon Mazon, filho de Artemon Mazon (já falecido naquele ano; era natural da França) e de Maria Aurora Mazon. O noivo nasceu em Rio Grande, no dia 27 de março de 1852, tendo sido batizado na Madre de Deus de Porto Alegre, em 24 de junho de 1853 (AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher, nº 338, caixa 317, 1885).

⁶⁶ O futuro noivo era Carlos Bastian, filho legítimo de João Bastian e de Cristina Carolina Bastian, natural da província, católico e residente na freguesia Madre de Deus (AHCMPA - Habilitação Matrimonial. Noivo: Carlos Bastian, noiva: Maria Carlota Vieira, nº 203, 1885).

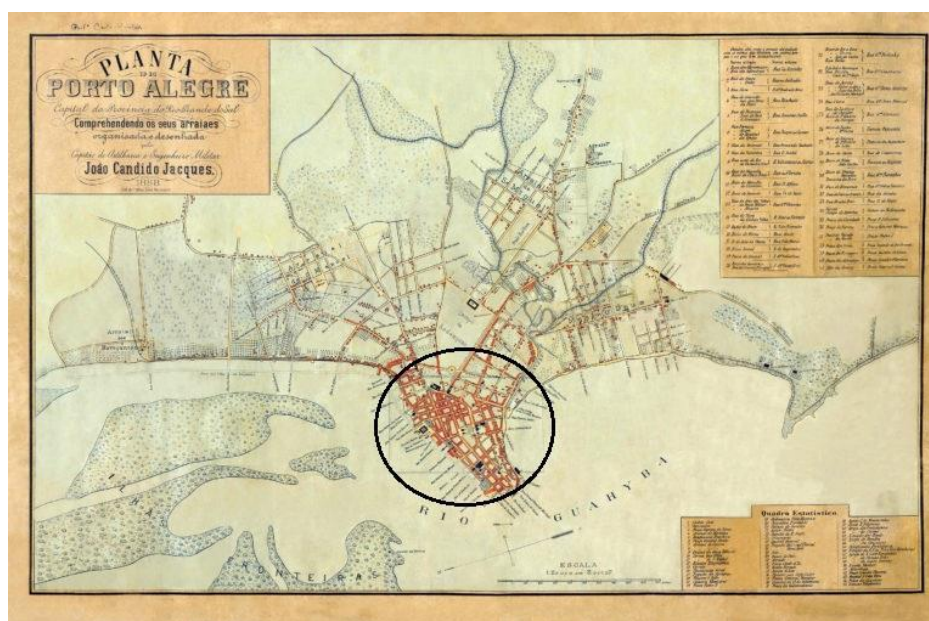
⁶⁷ De fato, não encontramos a habilitação de casamento referente ao casamento de Leopoldina Chaves com Argemiro Galvão, mas no jornal A Federação (02 jan.1886, p. 1), foi publicado uma nota sobre o casamento do colega: “unem-se hoje em matrimônio o nosso correligionário político dr. Argemiro Galvão e a exma. jovem Leopoldina Chaves, filha do sr. Joaquim Gonçalves Chaves, negociante desta praça”.

⁶⁸ Casou-se com João da Mota Coelho, nascido em 08 de fevereiro de 1855, paroquiano na Igreja Madre de Deus, filho legítimo de José Antônio Coelho Júnior (natural de Porto Alegre) e de Dona Maria Elvira da Silveira Coelho (natural do Rio Pardo) (AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: João da Mota Coelho, noiva: Maria Miguelina Werna, nº 193, caixa 319, 1886).

⁶⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 11 maio 1884, p. 1.

esposas de homens públicos de Porto Alegre – adiante falaremos sobre o assunto – foi fácil rastrear seus endereços. Além disso, durante os preparativos da quermesse, algumas das que se tornaram organizadoras do evento noticiaram a localização de suas casas para que as pessoas pudessem remeter suas doações. Com base em tal investigação, delimitamos a seguinte área na planta abaixo onde elas certamente moravam e circulavam:

Figura 1 - Área aproximada de residência das abolicionistas delimitada sobre a planta da cidade de Porto Alegre e seus arraiais de 1888



Fonte: Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1888. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapVII.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

A disposição geográfica delas, certamente facilitou na atuação e na presença na campanha local pela emancipação dos escravizados e das escravizadas. Em primeiro lugar, porque muitos dos eventos empreendidos pelo Centro Abolicionista ocorreram no Teatro São Pedro, assim como as manifestações públicas que também eram realizadas nas ruas principais da região central – onde muitas delas residiam e puderam acompanhar de suas janelas, calçadas ou varandas. E, em segundo lugar, embora algumas das atividades tenham exigido certo deslocamento das abolicionistas de casa em casa, ainda sim foram desenvolvidas nas próprias vizinhanças e comunidades onde estavam familiarizadas.

De modo geral, as atividades abolicionistas desenvolvidas pelos Anjos da Caridade exigiram-lhes um conjunto de habilidades específicas, entre elas o domínio da língua escrita, para dar conta de questões burocráticas exigidas pelo Centro Abolicionista, e a capacidade de exposição ao público. Logo, a maior parte de jovens senhoras deveria possuir

bom domínio e acesso à cultura letrada, sendo fruto das primeiras gerações de mulheres que tiveram acesso à uma educação mais institucionalizada. Ainda assim, a base curricular escolar da época era destinada para a formação doméstica feminina, adequada para o exercício de suas funções matrimoniais e maternas. No Rio Grande do Sul, a Carta de Lei que regia a educação na província desde o início do século XIX, evidenciava sobre essa diferenciação da educação de meninas. Deveriam ser ensinadas a elas as seguintes matérias: Leitura, Escrita, Quatro Operações Aritméticas, Gramática da Língua Nacional, Princípios de Moral Cristã e da Doutrina da Religião Católica Apostólica Romana e Prendas da Economia Doméstica. Essas instituições deveriam também ser regidas por professoras (MUNIZ, BARCELLOS, SANTI, 1993).

No fim do século XIX, contudo, a educação feminina passou a ser foco de vários debates. Especialmente esse era um assunto discutido pelos adeptos e simpatizantes das ideias positivistas, que viam a mulher enquanto um sujeito ativo em tal projeto e lhe atribuíam funções específicas nele. O discurso baseado nas ideias de Augusto Comte, era contrário ao trabalho feminino, de modo que o lar seria o campo de atuação feminino. Para que pudesse dirigir a iniciativa doméstica, a educação dos filhos e o aconselhamento do marido, a mulher não poderia estar exposta à ignorância. Isto é, para ter êxito no desempenho de suas funções, a mulher deveria estudar e “ter clarezas a respeito de tudo” (LEAL, 2003, p. 118).

Como é sabido, o ideário positivista foi muito incorporado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), organizado em 1884. Julio Prates de Castilhos e Argemiro Galvão eram, em 1884, dois representantes desse projeto político, que alguns anos depois foi concretizado. Esses advogados e políticos foram respectivamente casados com as então abolicionistas Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves. No caso do casal Castilhos, a correspondência trocada por eles, meses antes de casarem-se, deixou clara a preocupação do noivo com os estudos de sua futura esposa.⁷⁰ Castilhos cobrava que a noiva estudasse todos os dias, tendo organizado para ela um cronograma de estudos onde lhe indicava as leituras clássicas do positivismo (LEAL, 2003). Além disso, Honorina demonstrava interesse por canto e música, enquanto Castilhos determinava que a noiva deveria se dedicar mais à pintura. Não é à toa que durante a campanha abolicionista ela tenha se destacado mais pela doação de quadros – cuja venda era destinada à compra de alforrias – que por apresentações artísticas – como foi comum para outras de suas colegas de Centro.

⁷⁰ Quem estudou a correspondência trocada entre o casal Castilhos foi Elisabete Leal (2003). A historiadora analisou as 16 cartas trocadas entre Julio e Honorina, nos três meses que antecederam o casamento, ele vivendo na Fazenda da Reserva, na região de Santa Maria, e depois em Porto Alegre; ela em Pelotas.

Em relação ao casal Galvão, que se uniu em 1886, não temos pistas similares. Pela data do casamento, é provável que no contexto abolicionista Leopoldina Chaves ainda não se relacionasse com Argemiro Galvão, não sendo assim pressionada por tais parâmetros como Honorina Castilhos já era. É de nosso conhecimento que Leopoldina Chaves dava aulas de canto e desenho, porém, não sabemos se ela abandonou essa atividade ao casar-se com o republicano. Interessante pontuar que Júlio de Castilhos, inclusive, foi testemunha no casamento de Argemiro Galvão, apontando para a existência de laços afetivos, bem como para um convívio entre essas duas famílias.

Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves tinham em 1884 ou tiveram no decorrer de suas vidas, as concepções positivistas muito presentes. Logo, tratou-se de mulheres bastante intelectualizadas, porém dedicadas à vida familiar e conjugal, sendo a atuação nas causas sociais e filantrópicas circunstâncias oportunas de socialização e de envolvimento em atividades distintas. Pelo que sabemos, entre as abolicionistas do Centro, essas duas parecem ter sido minoria, uma vez que os pais e/ ou maridos da maioria eram ligados ao Partido Liberal. O que obviamente não significou ausência de expectativas, cobranças e limitações sobre as vidas de todas aquelas mulheres.

Dessa maneira, entre os Anjos da Caridade também existiam trajetórias diferentes, cuja intelectualidade foi *autorizada* a ser usada no exercício de algum ofício. Os casos mais significativos entre as abolicionistas foram, ainda, os de Carolina Koseritz e de Amália Iracema Haensel, que respectivamente tornaram-se escritora e cantora de ópera – que hoje dão nomes àquelas ruas de Porto Alegre mencionadas bem no início do capítulo. Curiosamente, das colegas de Centro, elas também foram as que se casaram com mais idade.⁷¹ Carolina Koseritz casou-se em meados de 1892, aos 27 anos, com o militar Rodolfo Brasil; enquanto Amália Haensel tornou-se esposa do fotógrafo Jacinto Ferrari tendo cerca de 44 anos de idade. Tais fatos, por sua vez, demonstraram excepcional foco por parte das duas abolicionistas em suas próprias carreiras e trajetórias. Por essa e demais afinidades existentes entre suas vidas é que acreditamos que as duas jovens mantinham fortes laços de amizade.

⁷¹ Na verdade, Cândida de Oliveira Vale foi a abolicionista que se casou com mais idade, aos 45 anos. Ela uniu-se em matrimônio ao Tenente Coronel José Victorino da Rocha, de 52 anos de idade. O casal recebeu a licença da igreja para casarem-se em março de 1901 (AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: José Vitorino da Rocha, noiva: Cândida de Oliveira Vale, nº 41, caixa 343, 1901).

Cândida era filha legítima e primogênita de João Batista Oliveira Vale e de Cândida Gomes de Oliveira Vale. A mãe faleceu em 1905, sem deixar testamento; tendo sido o viúvo seu inventariante, os bens arrolados resumiram-se a três imóveis residenciais na zona central de Porto Alegre. Não constou o auto de partilha dos bens (APERS - 3º Cartório de Porto Alegre. Inventário post-mortem. Inventariada: Cândida Gomes de Oliveira vale, inventariante: João Batista de Oliveira Vale, nº 166, maço 41, 1905).

À altura do abolicionismo, Carolina Koseritz já havia publicado duas obras de traduções do alemão para o português que, por sua vez, tiveram ampla e positiva repercussão, não só na província, mas também na Corte. Na verdade, meses antes de ter se engajado no abolicionismo local, ela colhia os frutos do seu segundo trabalho, a tradução do poema *Hermann e Dorothea*. Na mesma época, Amália Haensel apenas aspirava alçar uma carreira internacional futuramente, estudando e apresentando-se em palcos regionais. Em Porto Alegre, inclusive, o movimento abolicionista abriu algumas oportunidades para essa jovem mostrar seu talento enquanto cantora de ópera. Conforme veremos melhor no decorrer deste capítulo, Amália Haensel e Carolina Koseritz foram duas entre outras colegas do Centro que souberam utilizar de modo muito engenhoso as habilidades que possuíam em prol do abolicionismo, endossando suas performances individuais e projetando-se no mundo público. E, enfim, no último capítulo exploraremos de modo mais aprofundado as trajetórias dessas duas mulheres para além da campanha pelo fim da escravidão.

Levando em conta que ao se analisar a história de mulheres não devemos desconsiderar sua interação com os homens, buscamos investigar algumas informações sobre os pais e maridos das abolicionistas para nos aproximar de seus universos socioeconômicos no ano de 1884. Durante a leitura das fontes o frequente uso de insígnias de poder antecedendo o nome dessas figuras, como “Dr.”, “tenente”, “coronel” e “general”, já nos indicaram que se tratava de indivíduos que dispunham de certo prestígio social, *brancos* ou *socialmente brancos*.

A organização das informações sobre suas profissões e ocupações nos permitiram confirmar tais suposições. A definição dessa categoria guiou-se pela forma como os personagens foram identificados na documentação ou mesmo na historiografia existente sobre eles. Sabemos que se trata de classificações frágeis, uma vez que muitos desses homens dedicaram-se a mais de uma ocupação profissional ao longo da vida. Ainda assim, buscamos sistematizar as informações coletadas em dois quadros, o primeiro relacionando todas as abolicionistas aos seus respectivos pais, à ocupação econômica deles e à participação ou não no Centro Abolicionismo; no segundo fizemos o mesmo, mas somente com as abolicionistas casadas, relacionando-as aos respectivos maridos.

Quadro 4 - Os pais das abolicionistas

Abolicionistas	Pai	Ocupação	Participação no Centro Abolicionista
Amália Haensel	Frederico Haensel	Comerciante/ político	Não participante
Alice Fontoura	Ernesto Carneiro da Fontoura	Comerciante	Integrante de Comissão Libertadora
Cândida de Oliveira Vale	João Batista de Oliveira Valle	-	Integrante de Comissão Libertadora
Carolina Koseritz	Carlos Von Koseritz	Jornalista/ político	Não participante
Clara de Abreu e Silva	Florêncio Carlos de Abreu e Silva (falecido)	Político	Não participante
Elisa Camargo	Antônio Eleutério de Camargo	Político	Não participante
Honorina de Castilhos	Francisco Antônio da Costa	-	Não participante
Júlia Dias de Castro	João Dias de Castro (falecido)	Advogado/ Político	Não participante
Leopoldina Chaves	Joaquim Gonçalves Chaves	Comerciante e militar	Não participante
Margarida Salgado	Joaquim Pedro Salgado	Militar/ Político	Presidente
Maria Carlota Viera	Manoel José Vieira	-	Não participante
Maria Jesuína Araponga Gay	Policarpo Araponga do Amaral	Médico	Não participante
Maria Miguelina Werna	Miguel de Werna	Jornalista	Integrante de Comissão Libertadora
Maria Mathilde Hasslocher	Germano Hasslocher	Comerciante e jornalista	Integrante de Comissão Libertadora
Sofia Veloso	Jaime Paradedda Veloso (falecido)	-	Não participante

Fonte: elaborado pela autora.

Com base no levantamento acima, foi possível perceber que os pais de três abolicionistas já eram falecidos em 1884 – Florêncio Abreu e Silva, João Dias de Castro e Jaime Paradedda Veloso. Afora esses casos, cinco das outras 13 senhoras elencadas na tabela compartilharam o espaço do Centro Abolicionista com seus pais. Dessas, quatro eram solteiras (Alice Fontoura, Cândida de Oliveira Vale, Maria Miguelina Werna) e apenas uma era casada – Margarida Salgado, filha do presidente da agremiação, Joaquim Pedro Salgado. Podemos entender a participação desses pais junto das filhas nas Comissões Libertadoras de duas formas, por um lado como uma possível supervisão paterna sobre o comportamento das jovens; por outro, uma estratégia delas para darem mais voz e legitimidade às suas militâncias. Afinal, a simples presença masculina junto das abolicionistas, por si só, já conferia maior seriedade às suas agências perante à sociedade local.

No que se referiu às senhoras casadas do Centro Abolicionista, a presença de alguns dos maridos também se fez presente:

Quadro 5 - Os maridos das abolicionistas

Abolicionistas	Marido	Ocupação	Participação no Centro Abolicionista
Alice Fontoura	Silvio Ferreira Rangel	-	Não participante
Honorina de Castilhos	Júlio Prates de Castilhos	Advogado/ jornalista	Integrante de Comissão Libertadora
Júlia Köehler Prestes	Severino Prestes	Advogado/ político	Membro do diretório
Margarida Salgado	José Cristino Bittencourt	Militar	Não participante
Maria Jesuína Araponga Gay	Nemézio Gay	-	Não participante
Sofia Veloso	Francisco José Veloso	Político	Não participante

Fonte: elaboração da autora.

Nesses casos, destacam-se os casos de Honorina Castilhos e Júlio de Castilhos, ambos integrantes da Comissão do 3º distrito, e de Júlia Köehler Prestes e Severino Prestes, ela integrante da Comissão Libertadora do 2º distrito e ele do diretório. Margarida Salgado, embora o marido não tenha participado da agremiação, sabemos que o pai era o presidente do Centro Abolicionista.

Além disso, tiveram homens e mulheres que colaboraram de modo mais informal nas atividades, mas que receberam certo destaque nos registros do Centro Abolicionista. Foram os casos de Carlos Koseritz, pai de Carolina Koseritz, e de Nemézio Gay e Policarpo Araponga do Amaral, respectivamente marido e pai de Maria Jesuína Araponga. Podemos destacar também o casal Maria José Palmeiro e Júlio César Leal. Embora ela não tenha integrado oficialmente a agremiação ao lado das demais abolicionistas, veremos adiante que acabou participando de uma das atividades. O marido, já mencionado aqui, foi integrante do diretório e fundador do Centro ao lado de Joaquim Torres Homem.

Com base nos dados abordados nos dois quadros acima, em relação às ocupações socioeconômicas dos familiares das abolicionistas, foi possível identificar uma significativa presença de comerciantes e profissionais liberais. Alguns deles, inclusive, figuras públicas conhecidas na capital e que ocupavam naquela época cargos políticos, caso dos deputados Antônio Eleutério de Camargo, Carlos Koseritz, Frederico Haensel, Joaquim Pedro Salgado e do senador Francisco José Veloso. Todos eles filiados ao Partido Liberal. Muitos eram jornalistas ou mesmo correspondentes nos periódicos locais, o que, como veremos, serviu para algumas abolicionistas promoverem e divulgarem suas atividades na campanha. Quanto aos

comerciantes, é importante apontar que eles faziam parte do Clube do Comércio, onde suas filhas e esposas organizavam festas e eventos, além de socializarem.

Outra característica importante é que endossa o pertencimento dessas famílias aos universos socioeconômicos referenciados é o fato de que foram proprietárias de escravizados e escravizadas. Ao investigarmos as cartas de alforrias passadas pelos familiares (pais e/ ou maridos) das abolicionistas, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 6 - Transmissão de alforrias pelos familiares das abolicionistas

Senhor	Data	Alforriada/ alforriado	Características
Ernesto Carneiro da Fontoura	22/08/1884	Bendita	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	22/08/1884	Felisberta	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
Francisco Antônio da Costa	28/11/1879	Perpétua	Paga e incondicionada
	19/12/1881	Mathias	Incondicionada
	24/01/1883	Mercedes	Gratuita e incondicionada
João Batista de Oliveira Vale	10/05/1867	Balduino	Paga e incondicionada
Joaquim Gonçalves Chaves	20/05/1876	Maria de Nação	Gratuita e incondicionada
Joaquim Pedro Salgado	09/03/1870	Maria Emília	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	09/06/1876	Arão	Gratuita e incondicionada
Policarpo Araponga do Amaral	10/02/1871	Maria Tomásia	Gratuita e incondicionada
	16/03/1871	Conrada	Gratuita e incondicionada
	16/03/1871	Rosalia	Gratuita e incondicionada

Fonte: elaborado pela autora.

Os senhores apontados no quadro acima eram respectivamente os pais de Alice Fontoura, Honorina Castilhos, Cândida de Oliveira Vale, Leopoldina Chaves, Margarida Salgado e Maria Jesuína Araponga. A maior parte das alforrias datam da década de 1870, momento de repercussão da Lei do Ventre Livre (1871), e pontuam a liberdade imediata às alforriadas e aos alforriados. Fatos que, por sua vez, indicam a contribuição dessas famílias com o abolicionismo local desde antes do movimento estourar com força, e, até mesmo uma provável posição desses indivíduos quanto ao fim da escravidão. O pai de Alice Fontoura, entretanto, apresentou-se como uma exceção, pois somente no contexto das campanhas libertadoras do Centro é que registrou as alforrias das duas escravizadas, tendo feito de forma condicional, visando explorar a mão de obra delas por mais um tempo. Pelas datas, é possível que as abolicionistas tenham convivido apenas uma pequena parte de suas vidas com aqueles escravizados e escravizadas pertencentes à família.

Destacamos dessas famílias, o caso dos Dias de Castro, pois encontramos um conjunto de aproximadamente trinta cartas de liberdade registradas por seus pais, João Dias de Castro e Josefa Machado Dias de Castro, tanto individualmente como em conjunto. Especialmente a mãe de Júlia Dias registrou nove manumissões – fato que nos levará a estudar melhor a trajetória de Josefa Machado e sua família no próximo capítulo. Das cartas registradas por esse grupo familiar, a última, datada de 30 de agosto de 1884, foi justamente passada pela abolicionista Júlia Dias de Castro. Em relação às colegas do Centro Abolicionista, somente ela e Isabel Perpétua Gonçalves tiveram a oportunidade de contribuir de tal modo. A primeira, em 1884, era solteira e o pai já falecido – o que lhe proporcionou um pouco mais de autonomia civil; enquanto a segunda, era viúva e administradora de seus negócios. O documento feito por Júlia de Castro foi em benefício da escravizada de nome Branca, recebida de herança do pai, e a qual transmitiu de modo gratuito e imediato, ou seja, sem cláusulas de prestação de serviços.⁷² Característica que, por sua vez, tomamos como indicativo do posicionamento da abolicionista frente à causa. As alforrias transmitidas por Isabel Perpétua serão, por sua vez, esmiuçadas no segundo capítulo. Não tivemos como investigar qual foi a posição das demais abolicionistas frente à forma de encaminhamento da transformação do trabalho, se gradual ou imediata. De modo que não tomamos as 23 abolicionistas como um grupo homogêneo, acreditamos que elas divergissem nesse tópico – tal qual ocorreu entre os homens do Centro Abolicionista.

Por fim, é necessário pontuar algumas relações sociais de maior proximidade que se estabeleciam entre os e as integrantes do Centro Abolicionista, principalmente de natureza social, mas também de laços étnicos e por vezes familiares. Entre as famílias Haensel, Hasslocher e Koseritz existiam laços étnicos, uma vez que eram todas famílias de imigrantes alemães. Os pais de Amália Haensel e de Carolina Koseritz, foram ambos alemães que vieram ao Brasil como legionários contratados para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) a serviço do império brasileiro (integraram a Legião alemã de soldados Brummer) e primeiros deputados provinciais do Rio Grande do Sul de origem alemã (PIASSINI, 2016, p. 15). Tais afinidades nos levam a inferir que essas duas famílias conviviam tanto na cena pública, representadas por seus patriarcas, como possivelmente também na vida privada.

Entre Amália Haensel e Maria Matilde Hasslocher também se somavam ligações familiares. A mãe de Amália, Ernesta Hasslocher Haensel, era irmã ou prima de Germano Hasslocher, pai de Maria Matilde. Além disso, percebemos vestígios da proximidade familiar no fato de que Ernesta Haensel foi escolhida por Maria Matilde para ser madrinha em seu

⁷² APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, livro 27, p. 198r, carta de 30/08/1884, registrada em 30/08/1884.

casamento com Artemon Mazon.⁷³ Frederico Haensel (pai de Amália Haensel) também foi sócio do avô de sua esposa, Nicolau Hasslocher, na empresa conhecida como Haensel & Hasslocher, uma das proprietárias do vapor Guaíba. Essa união, tanto a matrimonial quanto a econômica, representou o enlace das duas famílias (PIASSINI, 2016, p. 86).

É provável que senão todas, talvez boa parte das integrantes dos Anjos da Caridade já se conhecesse antes da atuação conjunta no abolicionismo. Certamente se encontravam em eventos citadinos, em espaços tradicionalmente frequentados por suas famílias, como os espetáculos no Teatro São Pedro, e os bailes do Clube Comercial e do Salão da *Soirée*. Especialmente em relação ao espaço do teatro, mesmo antes do contexto abolicionista, os nomes de várias dessas personagens já apareciam juntos em anúncios de espetáculos em benefícios, oferecidas ao “gentil sexo Porto Alegrense”, das quais elas eram apontadas como representantes.⁷⁴ Fato que, por sua vez, reforça a pré-existência de uma interação social entre elas.

2.3.2 Isabel Perpétua Gonçalves: apontamentos de uma biografia excepcional

Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros constituiu-se num caso excepcional em relação ao núcleo feminino do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Quando participou das atividades empreendidas por essa agremiação, ela era uma senhora de 63 anos de idade, viúva do Major Manoel Alves de Medeiros, falecido em 1874, com quem não teve filhos e de quem foi a segunda esposa.⁷⁵ Isabel Gonçalves era administradora dos bens que assumiu legalmente após a morte de Manoel de Medeiros, principalmente da fazenda em Pedras Brancas, onde morava e de onde tirava seus proventos econômicos por meio da criação de gado bovino.⁷⁶ Tratava-se

⁷³ AHCMPA - Habilitação Matrimonial. Noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher, nº 338, caixa: 317, 1885.

⁷⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 23 abr. 1884 e 24 abr. 1884, p. 3.

⁷⁵ Com a primeira esposa, Manoel Alves de Medeiros teve cinco filhas: Maria Luiza Alves de Medeiros, Maria da Conceição Alves de Medeiros, Maria Manoela de Medeiros Pires, Maria do Carmo Medeiros Pires e Maria José Alves de Medeiros) e um filho (Marciano Alves de Medeiros (APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874).

⁷⁶ No inventário de Manoel Aves os bens arrolados referiram-se a algumas propriedades em Pedras Altas, a fazenda e a casa da família com o mobiliário descrito, 8 escravizados (5 homens e 3 mulheres), e inúmeros animais de criação que nos apontaram, então, tal atividade econômica. Foram elencados: 1806 rezes chucras de criar, 144 novilhos, 208 rezes mansas de criar, 30 bois mansos, 150 éguas xucras de criar, 6 éguas mansas, 4 potros, 53 cavalos mansos e 130 ovelhas (APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874).

A atividade pecuarista foi bastante intensa em Pedras Brancas, uma vez que essa região oferecia boas condições de acesso e de menores distâncias em relação ao comércio com as cidades do outro lado do lago Guaíba, principalmente Porto Alegre. Além disso, outros fatores como significativas áreas de terras planas e de vegetação

de uma mulher que, se não analfabeta, com uma alfabetização muito frágil, uma vez que nas documentações judiciais e nos registros cartoriais em que identificamos seu nome, no geral foram conduzidos por procuradores. Certamente seus conhecimentos não iam muito além da leitura, escrita e das operações matemáticas básicas, essenciais para que ela mantivesse os negócios em ordem.

Isabel Perpétua era, assim, uma mulher da estância, ambientada na zona rural, cujos hábitos e padrões sociais eram substancialmente diferentes daqueles citadinos que falávamos anteriormente. No caso do Rio Grande do Sul, local marcado pelas lutas e pela consolidação da fronteira até mais ou menos a década de 1870, a situação concreta das mulheres abastadas da campanha diferenciou-se muito daquelas que viviam nas cidades. Com a situação de guerra que mantinha os homens fora por longos períodos, as esposas eram obrigadas a assumiram periodicamente a direção da estância e dos negócios, tomando frente das atividades econômico-financeiras (PESAVENTO, 1991, p. 63). Isabel Gonçalves certamente vivenciou experiências afins, as quais podem ter contribuído para que ela se mantivesse à frente dos negócios de sua fazenda até sua morte, em 1901.

Uma vez que, geográfica, social e culturalmente Isabel Gonçalves estava distante das demais abolicionistas, é provável que a relação entre essa senhora e as 22 companheiras de Centro não tenha sido estreitada. Acreditamos que ela tenha agido de uma maneira mais individualizada. Sua atuação no abolicionismo organizado não recebeu atenção na imprensa por parte do Centro Abolicionista, assim, não encontramos evidências sobre como Isabel Gonçalves conduziu sua participação nas campanhas de ruas em Pedras Brancas. Todavia, o convencimento da vizinha senhorial a emanciparem suas escravarias não deve ter sido algo difícil para uma senhora que, ao que tudo indica, era bem relacionada nas redondezas.

No início de 1884, inclusive, Isabel Gonçalves demonstrava essas boas relações sociais ao recorrer à justiça para protestar contra a ação de Isidoro Belmonte. Ela, enquanto autora do protesto, alegou por meio de seu procurador que Belmonte estaria cercando uma “área seguramente maior que 500 braças quadradas”, abrangendo “matos superiores, aguadas e pedreiras”. Fato que Isabel Gonçalves alegava ser “ilegal” e que iria impedir ela e os demais proprietários do entorno de usufruírem tais recursos naturais. Pareceu-nos, assim, que ela tomou

menos densa também facilitavam o desenvolvimento da pecuária, especialmente a apreensão e o transporte dos animais (BARBOSA, 2012, p. 13).

para si a posição de porta-voz de dado grupo de proprietários que se sentiu incomodado com o procedimento de Isidoro Belmonte.⁷⁷

Quando da morte de Manoel Alves de Medeiros, Isabel Gonçalves tomou como herança 5 escravizados e 3 três escravizadas que trabalhavam na fazenda.⁷⁸ Entre 1875 e 1883, ela registrou em cartório alforrias de alguns e algumas dessas e teve seu nome registrado no Livro de Ouro – criado pelo Centro Abolicionista para inscrever os senhores e senhoras que concederam alforrias no contexto abolicionista. Assim, além do envolvimento de Isabel Gonçalves no abolicionismo organizado, ela também se empenhou cotidianamente na causa, enquanto proprietária que era e servindo como um exemplo à vizinhança. Diante disso, é que retornaremos à trajetória de Isabel Perpétua no próximo capítulo, cujo foco serão as senhoras que transmitiram cartas de liberdade no contexto abolicionista local.

2.4 Anjos da Caridade em ação: práticas abolicionistas femininas

As ações abolicionistas em que as chamadas Anjos da Caridade tiveram maior visibilidade foram nas campanhas de rua, onde negociaram alforrias com senhores e senhoras, e na preparação e execução de uma quermesse. Ambas as atividades se configuraram como de *ação direta*⁷⁹ e ocorreram simultaneamente, entre agosto e setembro de 1884, tendo a maioria daquelas integrantes do Centro Abolicionista atuado nas duas. Para a investigação de suas agências foram, novamente, utilizados os periódicos como fontes de pesquisa. Ainda que nos documentos oficiais do Centro – Livro de Atas e de Ouro – constem algumas informações sobre o assunto, foi nas páginas da imprensa onde encontramos as descrições mais detalhadas e específicas que nos permitiram uma aproximação tanto à performance coletiva, como às individuais.

É importante salientar que a maior parte daquele grupo de mulheres comissionadas, apresentado anteriormente, cumpriram as duas tarefas que lhes foram designadas na campanha

⁷⁷ APERS - Juízo Distrital da 1ª Vara civil de Porto Alegre, Protesto. Protestante Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, Protestado Isidoro Belmonte Ursua de Montajol, nº 2344, 1884.

⁷⁸ No inventário estão assim descritos: 08 escravizados, 05 masculinos, 03 femininos. Abel, 34 anos, Crioulo, campeiro, fistuloso, 1:000\$; Eleutério, 32 anos, Crioulo, roceiro, rendido das duas virilhas, 700\$; Belmiro, 22 anos, Crioulo, campeiro, 1:200\$; Rosa, 38 anos, Crioula, adoentada, 500\$; Clemência, 42 anos, Crioula, adoentada, 500\$; Maria Salomé, 26 anos, Crioula, 800\$; Irineu, pardo, 22 anos, 1:300\$; Geraldino, 17 anos, Crioulo, 1:300\$ (APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874, p. 12).

⁷⁹ Ao categorizar os tipos de eventos que caracterizaram o abolicionismo feminino, Angela Alonso (2014, p. 121) estabelece como os de “ação direta” aqueles que contemplavam: “arrecadação de fundos, libertação de territórios, libertações coletivas de escravizados, compra de liberdades individuais, visitas de persuasão visando concessão de manumissão em manumissão espacial – casa/ fazenda, quarteirão, rua, bairro, município, província.”

abolicionista de Porto Alegre. Uma das jovens, todavia, não aceitou atuar em nenhuma das atividades, caso de Alice Fontoura que recusou sua integração ao grupo de comissionadas do 1º distrito. Ela enviou formalmente suas justificativas ao secretário Joaquim Torres Homem que as reproduziu no jornal A Reforma:

Tendo sido lembrada pelo Centro Abolicionista de Porto Alegre, para desempenhar uma importante missão, sinto dizer que não posso aceitar tão honrosa distinção, que estava bem longe de esperar, porque para bem desempenhá-la careço de necessário prestígio, que infelizmente me falta. Sendo por assim dizer menina ainda, nem por isso desconheço quanto bem de grandioso e nobre cometimento, que essa patriótica associação se encarregou voluntariamente de realizar! E querendo de algum modo concorrer também, para fazer parte desaparecer a única mancha, que se mostra no estandarte da minha querida pátria, rogo a V.S. queira aceitar o encargo de transmitir ao Sr. Tesoureiro da associação, da qual V.S. muito digno secretário, a humilde oferta que com acanhamento aqui envio – Deus Guarde a V.S. – Ilmo. Sr. Joaquim de Salles Torres Homem, digno secretário do Centro Abolicionista – Porto Alegre, 24 de agosto de 1884 – Alice Fontoura.⁸⁰

As palavras de Alice Fontoura nos indicam que certamente as jovens foram selecionadas e, então, convidadas pelo diretório do Centro Abolicionista a participarem de suas atividades; não sendo uma iniciativa somente delas propriamente. Por outro lado, a jovem deixou claro seu posicionamento favorável à causa, reconhecendo a necessidade do fim da escravidão. Ainda que não tenhamos evidências, especulamos que a recusa tenha sido mais uma escolha da própria Alice Fontoura em não se envolver no abolicionismo, que talvez uma proibição familiar. Afinal, durante as atividades ela estaria sobre constante supervisão paterna, visto que havia sido designada para a comissão do 1º distrito em que o pai Ernesto Carneiro da Fontoura era o presidente.

Situação um pouco distinta, ocorreu com algumas outras senhoras que executaram somente uma ou outra daquelas duas tarefas que foram designadas aos Anjos da Caridade. Casos de Adelaíde Cardoso, Cândida de Oliveira Vale, Elisa Camargo, Francisca Menezes Lara, Honorina Castilhos, Júlia dos Santos Lara, Júlia Dias de Castro, Margarida Salgado, Maria Luiza Fernandes Barcellos e Matilde Hasslocher que parecem ter atuado somente no agenciamento das alforrias, distanciando-se dos preparativos da quermesse. Algumas dessas trataram de enviar justificativas de suas escolhas ao secretário, das quais trataremos adiante. Ao contrário de Maria José Palmeiro e Nonô Carvalho⁸¹ que não foram identificadas enquanto

⁸⁰ A REFORMA, Porto Alegre, 27 ago. 1884, p. 2.

⁸¹ Sobre essas senhoras sabemos apenas que Maria José Palmeiro era esposa de Júlio César Leal, integrante do Centro Abolicionista e fundador da agremiação.

componentes de nenhuma das Comissões Libertadoras do Centro, não atuaram na campanha de rua, mas dirigiram uma tenda da quermesse.

O esperado pelo Centro Abolicionista era que seus comissionados e suas comissionadas percorressem as principais ruas dos três distritos da cidade, negociassem as alforrias dos escravizados e escravizadas diretamente com os senhores e senhoras, enquanto também angariavam objetos para serem vendidos na quermesse, marcada para ocorrer no dia 7 de setembro de 1884. Ambas as operações ocorreram simultaneamente dentro de aproximadamente um mês, certamente agitando e ocupando o dia a dia daquelas mulheres que, então, empreenderam diferentes práticas abolicionistas na execução das incumbências recebidas. Unicamente por fins didáticos da análise é que abordaremos separadamente as duas atividades em que o protagonismo feminino se sobressaiu.

2.4.1 O protagonismo feminino no agenciamento de alforrias

Os avanços abolicionistas das Comissões Libertadoras de Porto Alegre na angariação das alforrias foram quase que diariamente noticiados na imprensa, principalmente n' *A Reforma*, n' *A Federação* e no *Jornal do Comércio*, para onde o Centro Abolicionista enviava seus relatórios. Esses registros redigidos pelo secretário da agremiação Joaquim Torres Homem não foram muito detalhados, no geral informavam as ruas e as quadras que haviam sido emancipadas por essas Comissões. No Livro de Atas do Centro Abolicionista as informações sobre essas atividades foram ainda mais rasas. Nesses documentos oficiais, toda a *jornada abolicionista* foi brevemente narrada, praticamente oferecendo a quem lê uma versão resumida de todos os relatórios publicados na imprensa. Por conta de tais características, não nos foi possível saber como se deu a desenvoltura específica das Comissões, uma vez que sabemos mais de seus resultados que de sua operação propriamente dita. Importante mencionar que duas mulheres foram identificadas como “presidentas” – Maria Luiza Fernandes da comissão do 1º distrito, e Honorina Castilhos da do 3º distrito –, contudo não há vestígios sobre o que isso significou na prática abolicionista delas.

De acordo com as diligências publicadas pelo secretário do Centro nos veículos de imprensa da época, os abolicionistas e as abolicionistas deveriam ir de “porta em porta” “procurar os donos de cativos e implorar”, “em nome da pátria, da humanidade e da justiça”, para que consentissem na “liberdade condicional ou completa dos seus escravos”.⁸² As

⁸² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 25 ago. de 1884, p. 1.

instruções demonstram-nos que ao menos formalmente não existiu nenhuma distinção de gênero quanto à execução da atividade; ou seja, em teoria comissionados e comissionadas receberam as mesmas incumbências na campanha de rua. Afora essa oficialidade nas funções, não podemos ignorar que as diferenças de gênero certamente interferiram nas performances delas.

Conforme já apontamos, de modo geral, a participação das mulheres no abolicionismo brasileiro foi relegada pela historiografia ao levantamento de fundos e à execução de apresentações artísticas, significando apenas uma expansão da cultura feminina estabelecida. Por outro lado, as abolicionistas do Centro Abolicionista vivenciaram também outro tipo de experiência ao desempenharem importantes papéis no agenciamento de alforrias;⁸³ na persuasão⁸⁴ dos senhores e senhoras ao abolicionismo – atividade que, por sua vez, é comunmente associada ao abolicionismo masculino. Dessa forma, acreditamos que tais experiências foram aprendizados políticos e contribuíram no processo de formação dessas mulheres enquanto cidadãs formais – o que corrobora com aquela agência *protofeminista* que viemos defendendo.

O processo de convencimento abolicionista dos senhores e senhoras pareceu ter exigido uma significativa circulação pública das Comissões Libertadoras como um todo.⁸⁵ Como já visto, a maior parte das abolicionistas do Centro residia na região central de Porto Alegre, justamente nos 1º, 2º e 3º distritos, onde suas Comissões foram designadas. Significa, então, que as atuações delas foram desenvolvidas nas próprias vizinhança e comunidade. Não podemos esquecer, contudo, que a exposição feminina ao espaço público gerava também riscos para as mulheres. Em primeiro lugar, aqueles relacionados ao assédio, existente ainda nos dias

⁸³ Atuações femininas de elite no agenciamento de alforrias foram, até então, raramente apontadas pela historiografia brasileira do abolicionismo. Em relação ao Brasil, os estudos de Carolina Cowling (2013, 2018) têm aberto essa discussão ao analisar casos de escravas que se utilizaram dos fundos municipais de emancipação em prol da própria liberdade ao longo dos anos de movimento abolicionista. Por outro lado, há também uma significativa bibliografia que dá conta do agenciamento das escravas em suas próprias alforrias ao longo de todo o período escravista, ver: ALVES, 2010; DOURADO, 2017; MACENA, 2017; MACHADO, 2010.

⁸⁴ Dentro do ideal de mulher virtuosa do século XIX, na verdade a persuasão integrava um valor ligado à vida familiar e conjugal. Conforme apontado Mônica Yumi Jinzenji (2012), o Tratado de Educação Pública e Privada, de M. de Suzanne foi um livro bastante indicado à educação das meninas daquela época, no qual se sublinhou que dentre as funções das mulheres, estavam: “[...] vigiar na educação de seis filhos, no governo doméstico, a ajudar o marido com sãos conselhos, a consolá-lo nos desgostos, a tratá-lo nas enfermidades, a tirá-lo do caminho do erro por meio da doçura, paciência, persuasão e amizade, em duas palavras, a concorrer par o bem da família por sua terna solicitude, bom senso, razão, paciência, coragem, enfim, por uma conduta judiciosa e adesão sem limites”. No contexto abolicionista, as mulheres foram autorizadas a levar algumas dessas habilidades do espaço privado para o espaço público – fato que apesar de atender a certos interesses políticos masculinos, leva-nos a supor que também pode ter contribuído para dar início às reflexões de gênero por parte delas.

⁸⁵ É importante reafirmar que a promoção da participação feminina e sua circulação pela cidade atendia, por parte do Centro Abolicionista, a propósitos claros: tratava-se de *feminizar* e moralizar os espaços públicos com a finalidade de transformar a abolição de um assunto ameaçador em uma preocupação social nobre (KITLLESON, 2005, 2006).

de hoje, como olhares intimidadores, comentários e violências sexuais. Em segundo lugar, a familiaridade das jovens senhoras com o espaço percorrido por elas no cumprimento da tarefa abolicionista também acenava para uma espécie de supervisão social. Como eram conhecidas naquelas redondezas, esperava-se que fizessem valer nos espaços públicos as decências e honras de suas famílias. Suas roupas, gestos e formas de falar certamente chamaram atenção, sendo alvos de comentários por onde passaram.

Talvez nesses riscos esteja a explicação (ou parte dela) do porquê membros de uma mesma família atuaram juntos numa mesma Comissão Libertadora ou mesmo em Comissões diferentes.⁸⁶ O casal Honorina e Júlio de Castilhos e Miguelina Werna e o pai Miguel de Werna foram todos integrantes da Comissão do 3º distrito. Também identificamos a atuação familiar de filha e pai ocorrendo separadamente, isto é, em comissões distintas; situação de Matilde Hasslocher e Germano Hasslocher, ela integrante da Comissão do 2º distrito e ele do 1º; e de Cândida de Oliveira Vale e João Batista Oliveira Vale, ela atuante no 2º distrito e ele no 3º. Por um lado, essas parcerias podem indicar uma tentativa desses pais e marido manterem as filhas e esposa sob suas tutelas e supervisões diretas durante o abolicionismo; garantindo um comportamento adequada dessas mulheres e assim a honra e a dignidade do grupo familiar frente à sociedade.⁸⁷

Como esposa de um homem público, Honorina Castilhos deveria acompanhar Júlio de Castilhos, ser uma companhia agradável para ele e para as pessoas com quem ele mantinha relações de amizade ou negócios. Além disso, pesava sobre ela a responsabilidade de preservar a honra dos homens da família a qual pertencia, em relação à fidelidade, legitimidade da prole e masculinidade do marido. Situação diferente era a das outras que estavam sob a supervisão paterna nas Comissões Libertadoras, uma vez que se tratava de jovens ainda solteiras. Miguelina Werna era a mais nova das três, com apenas 17 anos de idade, seguida por Matilde

⁸⁶ Conforme já apontamos anteriormente, ocorreram casos em que pais e maridos das abolicionistas atuaram em outros eixos do Centro Abolicionista ou ainda de modo mais informal na campanha local. Entretanto, neste momento do trabalho serão adensadas somente as relações familiares identificadas nas Comissões Libertadoras, ou seja, aqueles pais e filhas ou marido e esposa que oficialmente integraram esses grupos.

⁸⁷ O conceito de honra sempre esteve muito presente no processo de formação e diferenciação da sociedade gaúcha. Ao estudar tal assunto por meio da literatura da segunda metade do século XIX, José Martinho Rodrigues Remedi (2011), constatou que a conquista e a manutenção da honra familiar se associavam a diversos requisitos, como pureza de sangue, legitimidade, níveis de poder econômico e político e influência social. Em tal processo, a conduta moral de homens e mulheres adequados ao gênero era de suma importância. Para José Martinho, os papéis femininos eram expressos de forma negativa, de modo que para ter honra a mulher não deveria fazer/ ter condutas inapropriadas, assim mantendo a virgindade, fidelidade e castidade. Enquanto os homens tinham um papel positivo, pois eles deveriam demonstrar suas virtudes, desempenhando práticas de lealdade, valentia, coragem e de controle das mulheres sob sua responsabilidade. Além disso, o referido autor também enfatiza a necessidade do reconhecimento público da honra, isto é, um sujeito só era considerado honrado se sua reputação fosse confirmada pelo veredito coletivo (REMEDI, 2011, p. 10-11).

Hasslocher, com 23 anos e Cândida de Oliveira com 28 anos. A pouca idade da primeira explica por que ela e o pai atuaram juntos na mesma comissão; diferente das outras duas colegas que já tinham mais idade. Como toda e qualquer jovem solteira oriunda de família burguesa, Miguelina Werna, Matilde Hasslocher e Cândida de Oliveira deveriam ser vigiadas por seus pais a fim de que se garantisse a preservação de suas virgindades, castidades e, por consequência, também da honra de todos os familiares. Afinal, o normal recomendado para as mulheres desse contexto era o casamento, sendo a virgindade e a beleza consideradas “dotes naturais” (MATOS, 2013, p. 3).⁸⁸

Não descartamos também que, em alguns casos, algumas das abolicionistas tenham conscientemente *levado* os pais e maridos para participarem dessas atividades com elas. Como uma forma de sentirem-se mais seguras em relação às ameaças sobre seus corpos no espaço público e, mais que isso, para legitimar suas agências. Afinal, a voz de uma mulher acompanhada por uma figura masculina sempre adquire maior alcance e atenção dos grupos sociais.

Nessa linha, é digno destacar que algumas abolicionistas conseguiram demarcar espaços próprios, mais individualizadas no agenciamento das alforrias, em virtude dos resultados expressivos que conquistaram. Maria Jesuína Gay é um desses casos, afinal, os organizadores da versão da história oficial do abolicionismo porto-alegrense julgaram “digo de mencionar o ato” da “jovem senhora” que “aos seus esforços, secundando os da diretoria do Centro”, deveu-se a “libertação da praça D. Pedro”.⁸⁹ No Jornal do Comércio a atuação da mesma abolicionista foi mais de uma vez elucidada e elogiada. Em 10 de agosto de 1884 a notícia foi que ela já tinha agenciado oito cartas de liberdade,⁹⁰ enquanto no dia 14 o impresso referiu-se à Maria Jesuína como um “verdadeiro anjo da caridade”, afirmando que ela havia se dirigido “pessoal e cansadamente a várias famílias, pedindo sua cooperação no trabalho humanitário de resgatar os

⁸⁸ Tais considerações acerca do valor moral da virgindade e da beleza física foram realizadas por Paulo Matos (2013) ao estudar a cidade de São Luís, entre 1880 e 1920. Ao analisar documentação policial e imprensa, o autor constatou que os padrões morais burgueses estabeleciam valores sociais que deveriam ser seguidos no cotidiano das mulheres de elite, enquanto o discurso jurídico tratava de definir e observar o comportamento feminino e classificá-lo como honesto ou não. Dessa maneira, a virgindade feminina era condição essencial para legitimar e comprovar sua honra e boa fama da mulher, possibilitando ao marido, caso descobrisse que sua esposa não fosse mais “pura, virgem,” para a união, poderia este, sobre respaldo do código civil, solicitar a anulação do casamento. Nessas situações, não se tratava unicamente do desfloramento, mas sim de um “mau comportamento” feminino anterior, uma vez que estupro ou ilusões amorosas era perdoáveis se o marido fosse previamente avisado (MATOS, 2013).

⁸⁹ AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 6.

⁹⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 ago. 1884, p. 2.

escravos”.⁹¹ No final do mês de agosto, já eram atribuídas à agência dessa abolicionista cerca de trinta libertações.⁹²

Afonsina dos Reis e Leopoldina Chaves são outras senhoras cujas atuações nas Comissões Libertadoras também se sobressaíram. As próprias abolicionistas encaminharam comunicados ao secretário do Centro sobre seus avanços, os quais, posteriormente, foram publicados na imprensa. Afonsina, em fins de agosto informou que havia agenciado 16 cartas de liberdade, as quais deveriam ser entregues no dia 7 de setembro ou quando a confederação julgasse adequado.⁹³ Enquanto Leopoldina Chaves, participou em informes diferentes remetidos ao secretário Joaquim Torres Homem a obtenção de 24 cartas de alforrias no 2º distrito (onde era comissionada) e de outras 6 de Pedras Brancas.⁹⁴ Num desses relatórios, ela relatou de modo mais detalhado as conquistas: “Comunico a V. S. que hoje obtive as seguintes cartas de liberdade: de Manoel José Gonçalves Mostardeiro 4, sendo 2 sem condição; de José Botelho do Rego 4, de José Constantino da Rocha 3”.⁹⁵ Destacamos que o comunicado publicado na imprensa não só destaca as alforrias, mas salienta as formas como foram *concedidas*. No caso dos quatro documentos de liberdade do Sr. Mostardeiro, duas eram incondicionadas, ou seja, não traziam cláusulas que prendiam os agora egressos do cativeiro à família senhorial.

Interessante é que esta *gratuidade* não apareceu nos documentos de liberdade: em 16 de agosto de 1884 o senhor José Gonçalves dos Santos Mostardeiro (até hoje nome de rua) alforriou quatro cativos, todos descritos como de cor preta – Antero, de 20 anos, Isabel, de 27 anos, Manoel, de 18 anos e Serafim, de 26 anos. As cartas de alforria foram registradas em cartório no mesmo dia, 20 de agosto de 1884, mas todas traziam a mesma cláusula restritiva, sendo concedida "com a condição de servir mim e aos meus filhos por espaço de 5 anos".⁹⁶ Ou os abolicionistas mentiram ou ocorreu uma distância entre intenção e gesto senhorial, ou melhor, entre a promessa feita à jovem senhora abolicionista e à confecção do documento de liberdade. Mostardeiro deve ter percebido que os quatro cativos estavam em idade produtiva e tratou de prendê-los por mais alguns anos à exploração senhorial.

Carolina Koseritz integrou também esse grupo de destaque no agenciamento das alforrias, tendo arrecado o total de 32 cartas de liberdade. No dia 5 de setembro de 1884, o

⁹¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 ago. 1884, p. 2.

⁹² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 29 ago. 1884, p. 1.

⁹³ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 28 ago. 1884, p. 1.

⁹⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 set. 1884, p. 3.

⁹⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 21 ago. 1884, p. 2.

⁹⁶ APERS - 3º Tabelionato de Porto Alegre, Registro gerais, Livro 7, folhas 3 e 4, cartas de 16/08/1884, registradas em 20/08/1884.

secretário do Centro noticiou o ofício enviado por ela ao Jornal do Comércio, afirmando que “a cooperação das encantadoras moças rio-grandenses no movimento abolicionista” ficaria assinalada “como a passagem do Anjos da lenda, por um rastro luminoso”.⁹⁷ Ou seja, reforçando o caráter caritativo, quase religioso e, portanto, apartidário dos abolicionismos femininos.

As primeiras semanas de agosto 1884, imediatamente após o estabelecimento oficial das Comissões Libertadoras, foram de intensas manifestações no espaço público de Porto Alegre. Acompanhando o crescente número de alforrias, muitas festas comemorativas foram ocorrendo e mobilizando a população. No geral, caminhadas e discursos públicos espalharam-se pelas redondezas da região central. Ainda que nas fontes tenham sido feitas pouquíssimas referências à participação feminina em tais comemorações, pudemos perceber que as mulheres, especialmente aquelas integrantes do Centro Abolicionista, estiveram presentes e atuantes.

Nessa linha, no dia 16 de agosto de 1884, A Reforma noticiou a comemoração ocorrida na noite anterior, realizada em virtude da libertação de 24 quadras das principais ruas de Porto Alegre. Conforme a publicação, uma “imponente manifestação cívica” partiu do escritório do dito jornal para percorrer a cidade, tendo parado em frente de diferentes residências para ouvir os discursos e saudações de líderes político-abolicionistas, como Torres Homem, Júlio de Castilhos, Júlio César Leal e Ramiro Barcelos.⁹⁸ Em tal descrição, cujo objetivo claramente foi o de destacar o protagonismo masculino no processo abolicionista local, a atuação das mulheres também foi apontada, ainda que em um status secundário:

[...] O Dr. Torres Homem aclamou as senhoras sul-rio-grandenses pela parte saliente que tem tomado em todos os grandes movimentos sociais. Brindou igualmente à associação emancipadora Rio Branco, cujo representante correspondeu à saudação de uma das janelas da casa do referido coronel. Chegando ao Palácio, tomou a palavra Dr. Ramiro Barcelos, improvisando uma lindíssima alocução. Descendo os manifestantes a rua do General Câmara, foi a bandeira do Centro Abolicionista ornada de uma linda coroa de flores naturais, oferta das gentis senhoras da família do Dr. Araponga.⁹⁹

O mesmo fato também apareceu no relato daquelas comemorações publicado n’ A Federação, onde publicou-se: “a ilustre família do dr. Araponga do Amaral enlaçou no estandarte do Centro Abolicionista uma esplêndida coroa de flores”, ato que o “povo aclamou vitoriosamente as “dignas representantes do belo sexo porto-alegrense”.¹⁰⁰ Notemos que em

⁹⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 05 set. 1884, p. 1.

⁹⁸ A REFORMA, Porto Alegre, 16 ago. 1884, p. 1.

⁹⁹ A REFORMA, Porto Alegre, 16 ago. 1884, p. 1.

¹⁰⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 16 ago. 1884, p. 2

ambas as referências, as mulheres da família Araponga tiveram suas identidades individuais negadas, repousadas sobre o anonimato. Acreditamos, porém, que se tratava de Amábília Mena Barreto, então esposa de Policarpo Antônio Mena Barreto, e a filha Maria Jesuína Gay, abolicionista integrante da Comissão Libertadora do 1º distrito.

O oferecimento de coroas de flores, na realidade configurou uma *ação simbólica* bastante empreendida tanto pelas mulheres do Centro,¹⁰¹ como por outras que decidiram contribuir de alguma forma com o movimento local. Caso de Madalena Torres Homem, esposa de Joaquim Torres Homem, que noutra manifestação abolicionista igualmente ofereceu para “adornar a bandeira da Confederação uma linda coroa de flores naturais”.¹⁰² E, também, de D. Afonsina Isabel dos Reis – abolicionista integrante da Comissão do 2º distrito –, Glória Maggesi e Sofia dos Reis que ofereceram à redação do Jornal do Comércio “uma bela coroa de louros com espigas de ouro, pelos modestos serviços” que prestava à causa abolicionista. O jornal, por sua vez, agradeceu o “mimo” afirmando não estranhar a “delicadeza das gentis senhoras”.¹⁰³

Aliando o oferecimento da “simpática” coroa de flores ao recurso da escrita, Maria Jesuína também buscou inscrever sua personalidade no abolicionismo, agradecendo sua indicação enquanto comissionada do Centro. No dia 6 de setembro de 1884, ela encaminhou ao presidente da agremiação o seguinte ofício:

Illmo. Sr. Conhecimento que meu esforço pelo bem êxito da comissão com que me distingui o Centro Abolicionista, não tem correspondido ao desejo que nutro de bem servir à causa da abolição, e querendo dar meu testemunho, ainda que singelo, do modo porque me penhorou a inclusão de meu nome na lista das comissionadas do Centro, tomo a liberdade de oferecer a modesta coroa que junto remeto, para que V.S. a coloque na gloriosa bandeira, que envolve em suas dobras a sublime legenda: “Liberdade para todos os homens”.

Deus guarde a V.S.

Illm. Sr. Coronel Joaquim Pedro Salgado, digno presidente do Centro Abolicionista.
Maria Jesuína Araponga Gay.¹⁰⁴

¹⁰¹ As ações simbólicas, conforme apontou Angela Alonso (2014, p. 121), foram aquelas que envolveram: “ação artística (caricatura; huno; pintura; alegoria; ornamentação, decoração com flores, embandeiramento, iluminação, de casas, teatros, edifícios comerciais, jardins, ruas; criação de monumentos; salva de tiros); atribuição de prestígios ou estigma (criação e outorga de títulos e registros honoríficos ou depreciativos; boicote à publicação de anúncios de escravizados fugidos; produção de símbolos e de heróis abolicionistas; politização de rituais da vida privada (manifestação em festa privada, batizado, aniversário, casamento, cortejo fúnebre, missa fúnebre, funeral).

¹⁰² A REFORMA, Porto Alegre, 26 ago. 1884, p. 2.

¹⁰³ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 16 set. 1884, p. 1-2.

Lembrando que algumas flores eram vistas como representações se posicionamentos políticos abolicionistas, ver: SILVA, 2003.

¹⁰⁴ A REFORMA, Porto Alegre, 10 set. 1884, p. 2

Levando em conta a estrita relação existente entre flores e feminilidade, podemos afirmar que as movimentações femininas mencionadas transcorreram dentro da lógica da domesticidade.¹⁰⁵ No entanto, os gestos das senhoras de oferecerem as coroas como forma de homenagear agentes abolicionistas (homens ou instituições), demonstram seus posicionamentos políticos enquanto favoráveis frente ao assunto. Ou seja, tratou-se de mulheres que diante das dificuldades inerentes à dominação patriarcal, agiram de um modo próprio para contorná-las e, assim, demarcarem seus espaços na vida pública e especialmente naquele movimento social que agitava a cidade. Comportamentos do tipo, por sua vez, são traços marcantes do abolicionismo desenvolvido por algumas das porto-alegrenses estudadas e de outros grupos a nível nacional.

Durante as festividades abolicionistas da noite de 15 de agosto de 1884, um grande entusiasmo tomou conta das ruas da cidade frente às passeatas e aos eloquentes discursos proferidos pelos membros do Centro Abolicionista. Em meio à toda essa agitação, um fato chamou a atenção de um periodista d' A Federação que registrou o seguinte:

[...] o povo parou à frente da casa onde reside o presidente do Centro Abolicionista, o sr. coronel Joaquim Pedro Salgado, e o sr. Torres Homem, correspondendo à saudação aos abolicionistas, ergueu uma interessante jovem que sintetizou os auxílios poderosos que à santa causa tem prestado o belo sexo da capital. O povo aclamou com grande fervor as ilustres senhoras que da casa daquele cidadão levantavam saudações aos patriotas da abolição.¹⁰⁶

O fato é bastante ilustrativo dos usos feitos por mulheres desses 'novos' espaços de sociabilidades, oriundos do abolicionismo, como forma de escaparem da "invisibilidade doméstica para a visibilidade pública" (RAGO, 2007, p. 86). Afinal, ao saudar os membros do Centro Abolicionista, a anônima jovem mencionada no texto não só se fazia notável frente àquela multidão, mas também demarcava um espaço feminino numa festividade pública onde o protagonismo seria exclusivamente masculino. Assim, de alguma maneira, seu comportamento instigou o secretário Torres Homem a proferir algumas palavras acerca da contribuição feminina no abolicionismo e chamou a atenção do público para as demais senhoras presentes que também foram saudadas. Mesmo que o trecho acima seja sucinto, o homem que

¹⁰⁵ No contexto do século XIX que, como vimos, vigoravam as concepções de que as mulheres deveriam ter suas vivências restritas ao espaço privado, entende-se *domesticidade* como o conjunto de discursos que prescrevem uma série de normas e requisitos para a vida em família. Dentro disso, estariam os preceitos sobre "as necessidades das crianças, os cuidados com corpo e a saúde, as exigências de limpeza e higiene, a melhor forma de dividir o tempo entre o trabalho e o descanso, as maneiras apropriadas de preparar a comida e de cuidar das roupas, até a configuração do espaço da casa, o que inclui a decoração doméstica" (SANTOS, 2011, p. 260).

¹⁰⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 16 ago. 1884, p. 1.

o redigiu tratou de fazer acompanhar a descrição da participação política feminina de um modo particularmente generificante, demarcando-a como uma ação consentida pelo patriarcado. A *síntese* da militância abolicionista feminina feita pela autora do relato não foi destacada, nem muito menos transcrita, mas ela recebeu as costumeiras depreciações, feitas através de aparentes elogios: a fala foi feita por uma “interessante jovem”, representando o “belo sexo da capital”.

Foi possível perceber que na descrição dessas manifestações públicas a presença feminina se não invisibilizada – dados os poucos vestígios históricos encontrados – recaiu no anonimato. Tal característica, na verdade, já veio aparecendo nos estudos das agências femininas abolicionistas de outras províncias do império, como, por exemplo, em relação às mineiras. O ocultamento dos nomes das ativistas relacionava-se aos discursos androcêntricos da imprensa oitocentista que sequestravam o protagonismo feminino sob a justificativa da “proteção” da visibilidade pública (MACENA, MUNIZ, 2017, p. 48).

O Centro Abolicionista alegou que rapidamente promoveu com suas Comissões a libertação de Porto Alegre. Conforme o Jornal do Comércio, de 25 de agosto de 1884, a jornada toda teria se concluído em apenas 8 dias, e, o melhor: “sem gastar um ceítil com indenizações aos senhores de escravos”. Apesar de todos os louros conferidos às ações do Centro, o periodista deixou escapar que as tantas alforrias que vinham ocorrendo nem sempre previam a liberdade completa e imediata do escravizado ou da escravizada. Ainda que os proprietários não cobrassem por elas, muitas eram condicionadas, ou seja, dispunham de cláusulas de prestação de serviço de até três anos aos alforriados. Como já mencionado, não sabemos qual o posicionamento das abolicionistas frente a isso, temos apenas um indício sobre Júlia Dias de Castro acreditar na abolição imediata, vide a já citada carta de alforria passada por ela em 30 de agosto de 1884 à libertanda Branca.¹⁰⁷

Acompanhando o sucesso das Comissões Libertadoras, o momento era de encaminhar o abolicionismo porto-alegrense para seus dias finais, encerrando-o com inúmeros festejos pela cidade. Adiante, então, será explorado o protagonismo das integrantes do Centro Abolicionista na organização do evento que foi o mais esperado: a quermesse abolicionista.

2.4.2 A organização e a execução da quermesse abolicionista

Para além da fundação e da participação em associações abolicionistas, as mulheres também desempenharam importantes papéis na organização de festas e bazares beneficentes

¹⁰⁷ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 27, p. 198r, carta de 30/08/1884, registrada em 30/08/1884.

que visavam arrecadar fundos para a compra de alforrias. Foi no envolvimento em atividades assim, de caráter filantrópico, que a participação feminina no abolicionismo adquiriu maior notabilidade pública e incentivo social. Em Porto Alegre, o exemplo mais significativo foi a atuação das senhoras integrantes do Centro Abolicionista na preparação e execução de uma quermesse abolicionista.¹⁰⁸ Tal evento foi pensado e divulgado por seus organizadores como sendo o ponto alto das comemorações que marcariam o fim do abolicionismo na capital gaúcha, pois seu produto seria aplicado na compra das últimas cartas de liberdade. Em específico, os rendimentos da quermesse e os donativos constituem o pecúlio dos escravizados que se achavam sob a proteção do Juiz de Órfão, Olinda Cavalcanti (BAKOS, 1982, p. 122).

O estudo da agência feminina nesse bazar beneficente já foi algumas vezes apontado em trabalhos sobre o abolicionismo regional (KITTLESON, 2006; MONTI, 1985; BAKOS, 1982; ZUBARAN, 2009), onde foi caracterizada unicamente como um instrumento utilizado pelos dirigentes do Centro na composição de um consenso antiescravidão. Não discordamos aqui dessa conclusão, nosso objetivo, porém, é diferente. Visamos promover uma interpretação que caracterize a quermesse como mais uma via de acesso para esse grupo de mulheres ao espaço público, aberta pelo contexto abolicionista e que certamente possibilitou-lhes angariar alguma experiência política.

Toda a movimentação do Centro Abolicionista, de seu diretório e de seus e suas agentes, em prol da organização e execução da quermesse abolicionista foi amplamente divulgada na imprensa local. Em relação à ideia de realização desse bazar, ela veio a público quando o secretário Joaquim Torres Homem encaminhou para publicação a ata de reunião do diretório ocorrida no dia 6 de agosto de 1884, no salão do Teatro São Pedro. Nela, noticiou-se que o seletto grupo de homens haviam deliberado duas decisões: a preparação da referida quermesse para o dia 7 de setembro na praça Pedro II e um festival no teatro para comemorar a data de 28 de setembro.¹⁰⁹ Um dia após o anúncio, o mesmo secretário publicou outra versão da referida ata, onde tratou de explicitar os papéis que as colegas de Centro desempenhariam nessa

¹⁰⁸ Ao estudar as quermesses como uma forma de sociabilidade do século XIX, Irene Vaquinhas (1996) constatou que esse tipo de evento é originalmente flamengo e de caráter religioso, como a própria etimologia da palavra demonstra – *kerk* (igreja) e *messe* (missa). Analisando o caso da “Quermesse da Tapada da Ajuda”, ocorrida em Lisboa no ano de 1884, a autora afirmou que “[...] tendo começado com um forte cunho religioso, as quermesses converteram-se em festas profanas e locais de entretenimento, correspondendo cada vez mais às formas de sociabilidade, informais e lúdicas, que se desenvolvem, no século XIX, em estreita articulação com o fortalecimento da burguesia” (VAQUINHAS, 1996, p. 288). Tais transformações acompanharam, conforme Vaquinhas (1996), o processo de laicização da sociedade na medida em que as quermesses adquiriria duas características específicas: a iniciativa particular e o objetivo filantrópico. Ambas, por sua vez, identificáveis no caso aqui estudado. Sobre a “circularidade cultural” que festividades de matrizes diversas comportavam, ver: ABREU, 1999.

¹⁰⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 07 ago. 1884, p. 2

atividade, no caso as senhoras teriam “[...] cada uma a sua tenda, elegantemente adornada”, onde venderiam os objetos ofertados para “[...] esta festa da caridade”.¹¹⁰

Desde o princípio os dirigentes do Centro buscaram estabelecer uma íntima relação entre a quermesse e as mulheres. Joaquim Torres Homem, ao redigir a ata da primeira reunião em que se deliberou a preparação de um bazar, tratou de deixar claro que as comissões dos senhores deveriam entender-se com as comissões de senhoras sobre todas as disposições relativas ao evento.¹¹¹ Contudo, elas não estiveram presentes nessa ocasião e tampouco foram convidadas a participar das que seguiram ocorrendo até a data do evento. As chamadas para esses encontros foram regularmente publicadas pelo 1º secretário em diferentes jornais da capital, e, em todas elas o texto era bem claro: “convido os cavalheiros fazendo parte da comissão central,¹¹² encarregada de organizar a quermesse, para reunirem-se [...]”.¹¹³

A exclusão do grupo feminino desses debates sobre um evento do qual elas eram apontadas como organizadoras, na verdade só reflete e reforça a subordinação de gênero existente na época, onde as mulheres deveriam submeter-se às decisões masculinas, sendo inclusive as suas ações invisibilizadas ou discretamente depreciadas, mesmo quando chamadas a desempenhar papéis fundamentais no gerenciamento daquelas ações abolicionistas. Se por um lado, o protagonismo feminino era incentivado porque às mulheres associavam-se importantes qualidades naturais úteis ao fortalecimento do abolicionismo, como, por exemplo, moralidade, sentimentalismo e caridade; por outro, tratava-se de mantê-lo dentro dos limites da ordem patriarcal (KITTLESON, 2005, p. 99). As próprias funções, então, que foram atribuídas às comissões femininas pelas masculinas, trataram por deixar claras as fronteiras de suas atuações. Na reunião de 14 de agosto de 1884, a comissão diretora da quermesse resolveu que:

[...] cada uma das senhoras receberia as prendas que obtiver, devendo vendê-las em sua respectiva barraca e distribuindo-se as prendas recebidas pela comissão central entre as barracas.

As senhoras que compõem as comissões são rogadas a remeterem semanalmente ao 1º secretário do Centro Abolicionista Dr. Torres Homem no escritório do *Jornal do Comércio* a relação dos objetos que receberem, com indicação dos nomes das ofertantes, a fim de serem publicados na imprensa.¹¹⁴

¹¹⁰ A REFORMA, Porto Alegre, 08 ago. 1884, p. 1.

¹¹¹ A REFORMA, Porto Alegre, 08 ago. 1884, p. 1

¹¹² A comissão central da quermesse era composta pelos senhores: Joaquim Pedro Salgado, Falcão da Frota, José Simeão de Oliveira, Apolinário Porto Alegre, Augusto Eiras, Jayme Couto, G. Ahrons, Álvaro N. Pereira, Carlos Koseritz, Oreste Coliva, João Antônio da Rosa Filho e Virgílio de Abreu (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 07 ago. 1884, p. 2).

¹¹³ A REFORMA, Porto Alegre, 14 ago. 1884, p. 3.

¹¹⁴ A REFORMA, Porto Alegre, 15 ago. 1884, p. 2.

As abolicionistas, então, deveriam dedicar-se *estritamente* ao levantamento dos fundos e à sua posterior venda; não cabendo a elas participação direta na tomada de decisões sobre a organização do evento. Ainda que aparentemente simples, na verdade a *obtenção* dessas prendas implicava numa série de atividades que exigiu das abolicionistas conhecimentos específicos e capacidade de exposição ao público. Tratava-se de *obter* os bens a serem leiloados de diversos modos (pedindo de casa em casa ou enviando circulares, por exemplo), organizar e gerenciar as barracas (talvez ajudadas por *criadas* das suas casas e outras mulheres de elite), vender os artigos, contabilizar o dinheiro arrecadado e prestar contas aos homens, que teriam, por fim, o trabalho de comunicar o que foi feito para a imprensa.

As mulheres a que o secretário se referiu como organizadoras da quermesse, em teoria, eram todas aquelas senhoras nomeadas nas Comissões Libertadoras. Porém, conforme já apontamos, 12 das 22 comissionadas de Porto Alegre não participaram. Sendo elas: Alice Fontoura, Cândida de Oliveira Vale, Clara de Abreu e Silva, Elisa Camargo, Francisca Menezes, Honorina Castilhos, Júlia dos Santos Lara, Júlia Dias de Castro, Margarida Salgado, Maria Carlota Vieira, Maria Luiza Fernandes Barcellos e Matilde Hasslocher. Acompanhando as atas que anunciaram os preparativos dessas atividades, percebemos que, ao menos inicialmente, o diretório do Centro esperava a participação do grupo todo. Afinal, no dia 15 de agosto de 1884, a comissão central anunciou que seriam construídas 24 barraquinhas para as senhoras das comissões distritais;¹¹⁵ quatro dias depois já discutiam a construção somente de 14,¹¹⁶ e, por fim, poucos dias antes da realização do evento deliberou-se sobre a distribuição de 13 barracas, sendo duas dessas de responsabilidade de funcionários públicos do Estado.¹¹⁷

Daquelas onze senhoras, Júlia Dias de Castro, Elisa Camargo, Honorina Castilhos, Maria Carlota Vieira configuraram uma situação um pouco distinta, pois sabemos que elas deram início aos preparativos da quermesse, mas que não concluíram a incumbência de dirigirem uma tenda no dia do evento. As três abolicionistas encaminharam ofícios para Joaquim Torres Homens, lastimando e/ou justificando suas saídas da atividade:

Não me sendo possível por motivos totalmente estranhos à minha vontade dirigir uma das tendas da quermesse, que se há de realizar no dia 7 do corrente, envio a V.S. os objetos, cuja relação junto encontrará, para que tenham o destino que V.S. designar. Com este, receberá também V.S. a carta de liberdade de que o Centro Abolicionista se digna fazer a entrega.
Deus guarde a V.S. Illmo. Sr. Dr. Joaquim de Salles Torres Homem, digníssimo secretário do Centro Abolicionista.

¹¹⁵ A REFORMA, Porto Alegre, 15 ago. 1884, p. 2.

¹¹⁶ A REFORMA, Porto Alegre, 19 ago. 1884, p. 2.

¹¹⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 03 set. 1884, p. 1.

Porto Alegre, 2 de setembro de 1884. Júlia Dias de Castro.¹¹⁸

A distinta jovem D. Elisa Camargo, a quem fora confiada uma barraquinha na quermesse, não pode, bem a seu pesar, continuar a prestar ao Centro e à causa da redenção dos cativos, os seus valiosos serviços.

Contando a próxima chegada de seu ilustre pai Dr. Antônio Eleutério de Camargo, que soubera jubiloso dos projetados festejos e de que sua dileta filha honraria, tomando neles parte, os seus patrióticos sentimentos, a interessante jovem haviam aceitado com grande prazer aquela comissão e procurava dar-lhe brilhante desempenho; infelizmente, porém, a transferência da partida do vapor da corte demora a chegada do Dr. Camargo e priva o Centro do concurso extremado de D. Elisa.

Sentimos deveras a falta da ilustre jovem nas festas abolicionistas, respeitando os justos motivos a obrigaram a excusar-se.¹¹⁹

D. Honorina Castilhos, virtuosa esposa do ilustríssimo Dr. Julio de Castilhos, dignou-se comunicar por ofício, dirigido em 6 do corrente ao Sr. Presidente do Centro, que não podia figurar em pessoa na Quermesse, para uma de cujas comissões havia... [trecho rasgado] com a quantia de cem mil réis, que nesta carta envio, e ofereço para a quermesse um quadro representando as armas da extinta república rio-grandense, trabalho este por mim feito.

Com quanto fiquemos muito reconhecidos à generosidade da nobre senhora, estamos igualmente convencidos de que a sua ausência tende a diminuir, que conjecturávamos da Quermesse, quando para figurar nesta escolheu o Centro, não só senhoras amáveis, como as mais bondosas.¹²⁰

Por um lado, é possível notar que as três não estavam alheias às discussões sociopolíticas da época. Ao ofertarem e publicarem suas contribuições à causa emancipacionista como forma de se desculparem pela não conclusão de suas atividades perante o Centro, no caso as quantias, a carta de alforria e a doação de objetos para a quermesse, demonstravam publicamente seus sentimentos humanitários, bem como seus posicionamentos frente à abolição.¹²¹ Por outro lado, as naturezas das recusas não ficaram exatamente claras. Júlia Dias apontou algum imprevisto que a impedira de estar presente no dia do evento, os objetos que já tinham sido arrecadados por ela foram divididos entre Maria Jesuína Gay e Elisa Camargo. Essa última, contudo, dias depois também anunciou que não participaria, parecendo ter sido privada pelo atraso do retorno do pai que estava no Rio Janeiro. Situação que reforça a importância da supervisão familiar nas atividades abolicionistas, públicas de modo geral, que já falávamos anteriormente em relação a outras senhoras do Centro. E, no caso de Honorina, não conseguimos vislumbrar seus motivos dada a deterioração da edição do jornal onde seu ofício foi publicado, impedindo-nos de fazer

¹¹⁸ A REFORMA, Porto Alegre, 03 set. 1884, p. 2

¹¹⁹ A REFORMA, Porto Alegre, 06 set. 1884, p. 2

¹²⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 set. 1884, p. 3.

¹²¹ Conforme Paulo Moreira (2003, p. 201), sempre que possível os senhores faziam questão de dar visibilidade às alforrias que concediam, seja através da imprensa, ou aproveitando comemorações públicas e privadas, expondo seus sentimentos humanitários e o apoio à causa Imperial. Para o autor, afinal, na segunda metade do século XIX já existia o sentimento de que a escravidão, apesar de importante economicamente, não poderia ser justificada em termos religiosos e humanitários, além de que a Coroa se inclinava cada vez mais pela sua extinção, ainda que gradualmente.

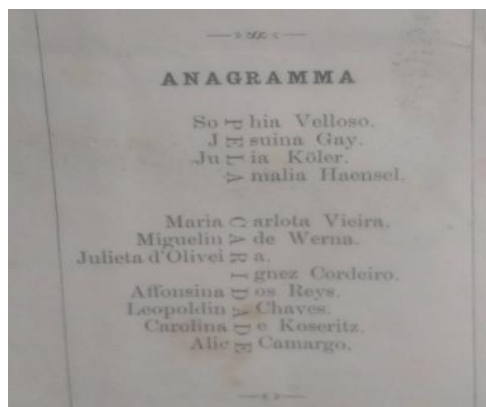
uma leitura integral. Porém, ao ofertar um quadro alusivo ao regime republicano, ela exprimiu outro posicionamento político além do abolicionismo.¹²² Assim, às suas maneiras, utilizando-se de comportamentos socialmente aceitos, as três jovens mostraram suas capacidades em manifestar decisões e opiniões.

De modo geral, não encontramos nas fontes os motivos pelos quais a maioria daquelas 12 senhoras não participou da quermesse. O alto grau de envolvimento e dedicação que a tarefa parece ter exigido talvez tenha se configurado em um fator que levou alguma delas a não se comprometerem com a atividade. Tendo em vista que algumas atividades impostas às tendeiiras demandavam conhecimentos específicos – como domínio da escrita e cálculos matemáticos – e capacidade de exposição ao público, talvez muitas não se sentiram aptas a desempenhar os tantos papéis exigidos pela organização da quermesse. Afinal, sobre as mulheres pesavam os limitados padrões sociais, comportamentais e educacionais.

No lugar dessas senhoras, acreditamos que o Centro nomeou Maria José Palmeiro e Nonô Carvalho. Não encontramos registros dessas nomeações na imprensa, mas sabemos por meio das publicações que descreveram o evento que elas dirigiram juntas uma das barracas da quermesse. Maria José Palmeiro, Nonô Carvalho e as comissionadas Afonsina Reis, Amália Haensel, Carolina Koseritz, Inês Cordeiro, Júlia Köehler, Julieta de Oliveira, Leopoldina Chaves, Maria Jesuína Gay, Miguelina Werna e Sofia Veloso compuseram o grupo de tendeiiras no bazar abolicionista. No decorrer dos dias de preparação da referida festa, não foram poucas as publicações na imprensa local que se valeram do signo da caridade para caracterizar essas senhoras. Abaixo reproduzimos um acróstico publicado no jornal *O Século* que ilustrou claramente essa relação:

¹²² Tal posicionamento advém diretamente da influência do marido sobre sua formação intelectual que, como sabemos, foi líder do Partido Republicano de Porto Alegre (PRR) e importante animador das ideias positivistas no Rio Grande do Sul. Antes de contraírem núpcias, Honorina se dedicou ao estudo, especialmente fazendo a leitura de todas as obras clássicas da filosofia positivista que lhe foram recomendadas pelo próprio noivo. Também por influência de Júlio, Honorina dedicou-se mais à pintura, que à música e ao canto – sendo as últimas atividades as que mais lhe interessava (LEAL, 2003).

Figura 2 - Acróstico das abolicionistas



Fonte: O SÉCULO, Porto Alegre, 07 set. 1884, p. 2.

Os nomes das senhoras que se formam a partir da expressão “pela caridade”, no geral, referem-se ao grupo das abolicionistas que organizaram a quermesse. Com exceção de Alice Camargo (certamente era “Elisa Camargo”) e Maria Carlota Viera que, conforme apontamos, não participaram dessa etapa. Tomando por base os dados apresentados sobre o perfil das abolicionistas do Centro, percebemos alguns pontos em comum entre essas que assumiram seus postos nas barracas da quermesse. Eram jovens, suas idades variavam de 17 a 28 anos, sabemos que quatro delas eram solteiras (Amália Haensel, Carolina Kosertiz, Leopoldina Chaves e Miguelina Werna) e que três eram casadas (Júlia Köller, Maria Jesuína Araponga Gay e Sofia Veloso). Não à toa que as descrições sobre elas na imprensa, na maioria contemplaram a faixa etária e a parte fisionômica dessas senhoras. Além disso, todas elas devem ter tido acesso à escolarização, pois como já mencionado, a tarefa da quermesse exigiu uma série de procedimentos, como o envio de relatórios e a contabilização dos valores obtidos no evento.

Uma maior parte das tendeiiras teve uma atuação discreta durante os preparativos do referido bazar, de modo que nada ou muito pouco foi escrito na imprensa sobre elas individualmente. Por outro lado, uma outra parte dessas mulheres optou por assumir uma posição de frente, empenhando-se bastante para conferir visibilidade pública às suas performances. No texto intitulado “As senhoras da Quermesse”, publicado no jornal A Reforma pelo secretário do Centro, podemos observar os elogios à contribuição das comissões femininas e, em especial, à algumas de suas integrantes.

Coincidiu recair a escolha das jovens comissionadas, para a libertação dos escravos, em moças a um tempo caridosas e das mais bonitas. Não é também a primeira vez, que se nota reunidas a beleza e a bondade. Flores de um dia, a mocidade e os encantos das rainhas da terra não existem, senão para o amor e a saudade...

Inspirando-se da sua engrada missão de caridade, as gentis abolicionistas têm patenteado inextinguível desvelo, quer obtendo donativos, quer alcançando libertações. Os nomes da distinta e amável *D. Maria Jesuína Araponga Gay*, das amáveis senhoras *Carolina Koseritz*, *Leopoldina Chaves*, *Miguelina Werna*, por mais de uma vez tem figurado nos anais do Centro Abolicionista.¹²³

O redator, como recorrentemente fazia, deu especial ênfase à faixa etária e à parte fisionômica das senhoras que destacou: Maria Jesuína Gay, Carolina Koseritz, Leopoldina Chaves e Miguelina Werna. Essas quatro abolicionistas cuja atuação alcançou grande notabilidade pública, tanto no agenciamento das alforrias quanto na angariação de objetos para suas tendas. Não somente nessa ocasião, mas em tantas outras, esses quatro nomes e o de Sofia Veloso foram elogiados nos jornais e em festividades pelos dirigentes do Centro Abolicionista em virtude de seus esforços, principalmente, no que tange à execução do bazar abolicionista. Entendemos que essa repercussão positiva não foi fruto unicamente do prestígio familiar que as recobria ou do caráter caritativo associado às suas mobilizações, mas também de seus esforços pessoais em prol da construção de uma imagem pública própria.

O envio de notas para publicação nos jornais, contendo solicitações de doações para a quermesse foi uma das atitudes que aquelas tendeiças destacadas pelo secretário tomaram durante os preparativos da quermesse. Carolina Koseritz e Maria Jesuína Gay enviaram mais de uma vez à folha A Reforma seus apelos:

Carolina Von Koseritz pede às pessoas a quem dirigiu pedidos de objetos para a *Quermesse*, se sirvam enviar os mesmos à casa de sua residência na rua da Olaria n.55 ou à loja de livros dos Srs. Gundlach & C., a rua dos Andrada n.497 a 501.¹²⁴

Maria Jesuína Araponga Gay roga às pessoas a quem dirigiu pedidos de ofertas para a *Quermesse*, e que queiram honrá-la com seus donativos, se sirvam remetê-los à rua do General Câmara n.63.¹²⁵

Outras tendeiças também encaminharam aos jornais publicações com o mesmo teor, porém numa intensidade menor que essas duas. Casos de Afonsina dos Reis, Júlia Köehler e Sofia de Veloso.¹²⁶ A similaridade entre todas as notas que encontramos deixou claro o objetivo comum das jovens abolicionistas: o de reforçar seus pedidos de doação para a quermesse, visando angariar mais prendas para suas tendas. Ao tomarem tal atitude num jornal de grande circulação local, elas exprimiram suas escolhas e vontades de contribuírem com o evento,

¹²³ A REFORMA, Porto Alegre, 27 ago. 1883, p. 2, grifos nossos.

¹²⁴ A REFORMA, Porto Alegre, 19 ago. 1884, p. 1; 21 ago. 1884, p. 4; 05 set. 1884, p. 3.

¹²⁵ A REFORMA, Porto Alegre, 23 ago. 1884, p. 3; 24 ago. 1884, p. 3.

¹²⁶ Os anúncios de Afonsina dos Reis e Júlia Köehler foram encontrados na seguinte edição: Jornal do Comércio, Porto Alegre, 04 set. 1884, p. 3. E o de Sofia Veloso em: A Reforma, Porto Alegre, 17 ago. 1884, p. 3.

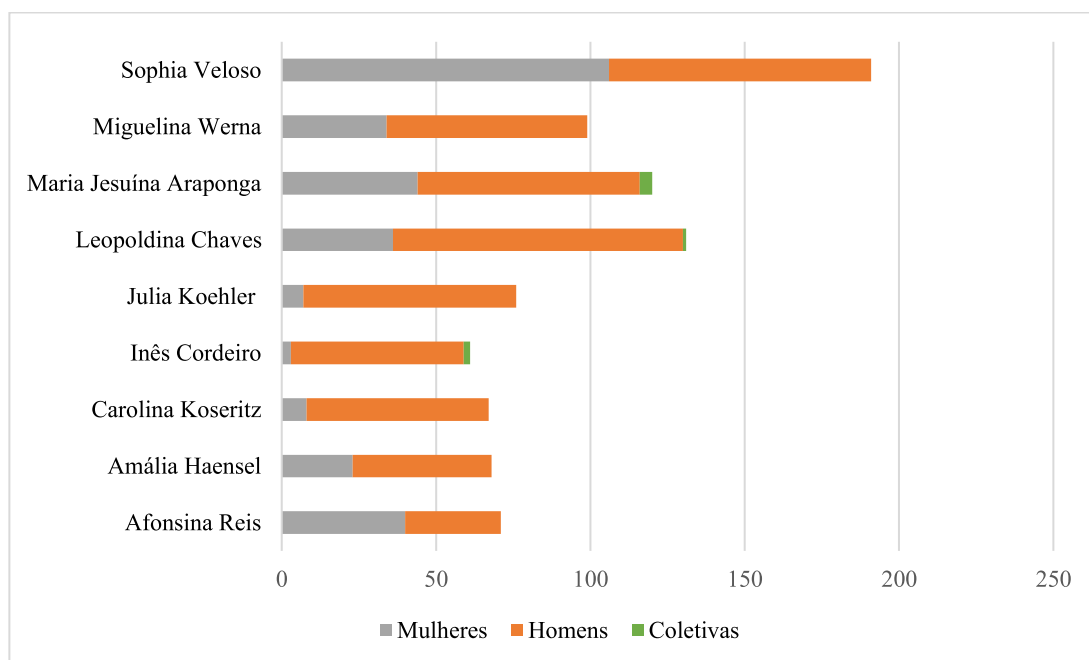
subvertendo assim a ideia de que eram movidas estritamente pela natureza bondosa creditada ao gênero. Além disso, também entendemos que sendo os jornais espaços essencialmente masculinos, criados e utilizados por e para homens, a simples utilização deles por mulheres já denota a importância da agência abolicionista na expansão dos espaços que a elas eram prescritos.

Não podemos ignorar, no entanto, que essas mulheres eram filhas ou esposas de personalidades públicas de Porto Alegre que muitas vezes colaboravam com esses jornais - fato que certamente facilitou os trâmites para as suas publicações. Carlos Von Koseritz, pai de Carolina Koseritz, que nessa época era membro do Partido Liberal e já colaborava com textos para *A Reforma* – o órgão oficial de imprensa desse partido. Outro caso foi o de Miguelina de Werna, cuja atuação na quermesse foi muito evidenciada no jornal *O Século*, do qual seu pai, Miguel de Werna, era o principal redator e onde ela também frequentemente publicava poemas e anagramas. Acreditamos também que essa estratégia de substanciar suas solicitações de donativos nos jornais certamente repercutiu no aumento do número de doações enviadas às abolicionistas.

Entre agosto e setembro de 1884, abundaram nas páginas das folhas locais as listagens dos objetos arrecadados por elas, bem como publicações do Centro Abolicionista elogiando suas atuações ao informar os leitores sobre os preparativos da aguardada *Festa da Caridade*. Conforme haviam sido instruídas inicialmente, as senhoras das comissões deveriam encaminhar semanalmente ao secretário do Centro Abolicionista uma relação contendo as prendas recebidas. Apesar disso, não pareceu existir uma obrigatoriedade em relação à publicação desses arrolamentos em determinado jornal e, especificamente, por intermédio do Centro. De fato, encontramos a maior parte das listagens no *Jornal do Comércio* e n' *A Reforma* (com os quais o diretório da agremiação era mais afinado), porém outros veículos também foram usados por elas, como *O Século* por Miguelina Werna e *A Evolução*, por Julieta de Oliveira. As senhoras deveriam prestar contas ao público geral de seus recebimentos, não importando tanto o veículo utilizado. Pareceu-nos que elas procuraram aqueles cujos trâmites lhe fossem mais fáceis, como Miguelina Werna n' *O Século*, em que o pai Miguel de Werna era o diretor.

Todas as listagens com que nos deparamos nas fontes consultadas transpareceram a seriedade das quermessistas com o evento, uma vez que todas seguiram um padrão comum na organização, indicando o nome do doador ou doadora, a quantidade e a identificação das prendas oferecidas por ele ou ela. Tentando nos aproximar minimamente dos e das contribuintes da quermesse, montamos o seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Das doações recebidas pelas quermessistas



Fonte: elaboração da autora

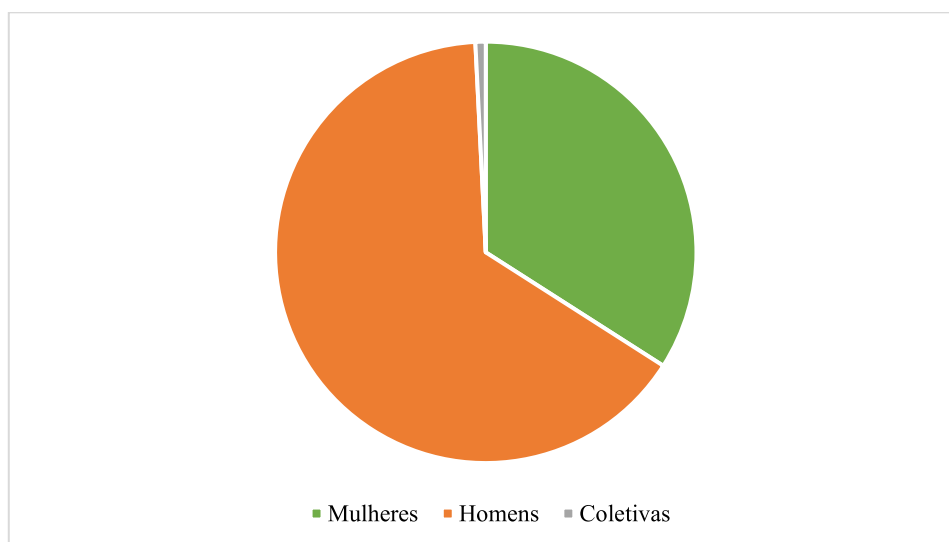
Para a construção do gráfico acima foram levadas em consideração as listas das doações encaminhadas pelas próprias tendeiças à imprensa. Salientamos que se tratou de uma aproximação deveras frágil, pois não tivemos acesso a todas as listas de todas as organizadoras da quermesse. Caso das listagens de Julieta de Oliveira, que parecem ter sido publicadas no jornal *Evolução*, o qual não encontramos edições disponíveis para consulta, e da dupla Maria José Palmeiro e Nonô Carvalho que não sabemos onde foram publicadas. Algumas outras listagens publicadas nos jornais em que pesquisamos também podem ter passado despercebidas aos nossos olhos, ou ainda, impressas em algum dos números faltantes nas coleções. Destacamos também que para a quantificação acima não foi levada em conta a quantidade de doações realizadas por cada doador ou doadora, tendo em vista que vários indivíduos contribuíram com mais de uma prenda.

Com base nos números dispostos na tabela acima, notamos que os referentes à Sofia Veloso foram os mais expressivos no que tangeu ao somatório das contribuições de homens e mulheres e só nas feitas por mulheres. Ela recebeu o total de 191 contribuições, sendo 106 femininas e 85 masculinas. Afonsina Reis foi a senhora com menos arrecadações, mas ainda assim, com maior equilíbrio entre doações femininas e masculinas. É notório também que as doações coletivas, de casais ou instituições foram pouco significativas, porém volumosas, caso da Escola Militar que doou cerca de 21 objetos distintos para Maria Jesuína Gay, por exemplo.

Outro fato a ser destacado é que também identificamos algumas doações entre as próprias tendeiras, como Carolina Koseritz que dou para o bazar de sua amiga, Amália Haensel o total de 50 garrafas de cerveja,¹²⁷ e, Maria José Palmeiro Salgado que ofereceu para a tenda de Afonsina dos Reis um “ótimo relógio de plaque dourado e níquel, sobre um pedestal de prata contendo um lindo tinteiro de cristal”.¹²⁸ Abolicionistas de outras regiões, como Pelotas, teriam também colaborado com a quermesse das porto-alegrenses ao enviarem objetos para venda nas tendas (NUNES, 2020). Tais exemplos, por sua vez, reforçam as ações colaborativas entre essas mulheres, endossando suas agências como *protofeministas*.

Levando agora em consideração a somatória das doações recebidas por todas as tendeiras, podemos perceber que a maior parte delas foram realizadas por homens:

Gráfico 2 - Do total de doações recebido pelas quermessistas



Fonte: elaboração da autora

Pareceu-nos, então, que apesar do forte apelo social estabelecido entre o evento e as mulheres, na prática, o evento não contou com uma participação amplamente feminina. Na realidade, entendemos que mais que uma presença concreta/ física das senhoras, o que de fato interessou aos dirigentes do Centro foi a mobilização daqueles valores tidos como *inerentes* ao gênero feminino. Assim, podemos concluir que a quermesse abolicionista mobilizou contribuições tanto de mulheres como de homens, delineando bem a faceta assistencialista que as famílias de elite vinham assumindo naqueles tempos.

¹²⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 16 set. 1884, p.1.

¹²⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 07 set. 1884, p. 2.

Os objetos recebidos foram de variados tipos e seguimentos, como joias, perfumarias, artigos de escritório (canetas, pesos de papel, tinteiros etc.), utensílios de cozinha, bolsas, sapatos, entre outros. Não pudemos ignorar que uma parte significativa dos produtos foi doada pelas elites tratando-se, assim, de objetos de fino trato.¹²⁹ Algumas das doações recebidas pelas abolicionistas, inclusive, mereceram notas específicas na imprensa, dado o valor excepcional de certas prendas. Transcrevemos abaixo os exemplos mais expressivos que identificamos:

O Sr. João Rossetti dirigiu ao Sr. Presidente do Centro uma rica oferta, num quadro alegórico, relativo ao recente movimento abolicionista da província.

O sr. Coronel Salgado enviou o bonito quadro, para ser vendido na quermesse, a Exma. Sra. D. Maria Jesuína Gay, que teve a delicadeza de dar à sua tenda o nome do mesmo digno presidente da confederação abolicionista.¹³⁰

Foi remetida à Exma. Sra. D. Afonsina Reis uma bela coleção de chapéus, de vários feitios, muitos de pequeníssimas dimensões, para serem vendidos na tenda intitulada Jornal do Comércio.¹³¹

O Sr. Araújo Guerra, habilidoso artista, ofereceu a Exma. Sra. Maria Jesuína Gay, um primoroso e rico quadro a óleo, em ponto grande, para a quermesse.

Representa a figura da liberdade, quebrando as algemas de um cativo.¹³²

O tom das notas é claramente o de elogio à boa vontade de quem ofertava a doação, e, não de reconhecimento ao fruto do bom trabalho de divulgação que as abolicionistas estavam realizando do bazar, utilizando-se das circulares e dos anúncios nos periódicos locais.

Enquanto processou-se a angariação dos objetos pelas tendeiiras, a comissão central do evento reuniu-se novamente no salão do Teatro São Pedro para resolver sobre os moldes e a distribuição das barraquinhas. Publicou-se, assim, no dia 03 de setembro de 1884 que a feira formaria “uma rua de vistosas tendas”, no lado da praça D. Pedro II, onde ficavam o palácio e a catedral, sendo colocadas seis barracas encostadas ao gradil do jardim, as outras oito com frente ao norte e uma, a da secretária, no meio da linha entre o palácio e a igreja. Haveria três modelos de tendas, as de pano, as de madeira e pavilhões rústicas, cujos desenhos e orçamentos foram sendo apresentados e discutidos pelos cavalheiros durante as reuniões. Pelo que identificamos, a distribuição das tendas entre as senhoras foi feita por meio de um sorteio, sobre

¹²⁹ O caráter elitista da quermesse já foi denunciado no trabalho de Maria Angélica Zubaran (2012). Segundo a historiadora, ainda que na imprensa a quermesse tenha sido considerada como extremamente popular e para todas as classes, a maior parte dos objetos doados confirmaram a presença majoritária das elites na organização do evento (ZUBARAN, 2012, p. 15).

¹³⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 03 set. 1884, p. 1

¹³¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 03 set. 1884, p. 2.

¹³² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 06 set. 1884, p. 1.

o qual só foi divulgado que Sofia Veloso e Miguelina Werna ficaram com as de pano, e Maria Jesuína Gay com um pavilhão rústico.¹³³

Assim, durante os preparativos as mulheres foram mantidas afastadas de todas as principais decisões da quermesse, reforçando a forma como os colegas de Centro encaravam-nas: enquanto agentes morais e não políticas na campanha. No entanto, as abolicionistas puderam elas próprias atribuírem um nome e um lema para suas respectivas tendas. A partir da leitura das publicações sobre a quermesse, organizamos o quadro abaixo onde consta a diretora, o nome e algumas das legendas escolhidas por elas para suas barracas:

Quadro 7 - As diretoras e as tendas da quermesse abolicionista

Tendeira	Tenda	Legendas
Afonsina Reis	Jornal do Comércio	Não identificada
Amália Haensel	Eusébio de Queiroz	Não identificada
Carolina Koseritz	Rio Grande do Sul	Prima Inter Pares
Ignês Cordeiro	Rio Branco	Não identificada
Júlia Koehler	Conselheiro Dantas	Tudo pelo Rio Grande
Julieta de Oliveira	Severino Ribeiro	Não identificada
Leopoldina Chaves	Silveira Martins	Não identificada
Maria Jesuína Gay	Coronel Salgado	Não identificada
Maria José Palmeiro e Nonô Carvalho	José do Patrocínio	Não identificada
Miguelina Werna	Bazar Charitas	Por Deus e pela liberdade
Sofia Veloso	Luiz Gama	Pela pátria e humanidade

Fonte: A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

Conforme a tabela demonstra, todas as tendeiras propuseram nomes de personalidades ou instituições abolicionistas de reconhecimento local ou nacional.¹³⁴ Duas delas, inclusive, homenagearam abolicionistas negros – José do Patrocínio e Luiz Gama –, ainda que eles não tenham sido explicitamente destacados por seus lugares sociais não-brancos. Em relação à escolha de Sofia Veloso foi publicada seguinte nota:

¹³³ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 03 set. 1884, p. 1.

¹³⁴ Conforme José Maira Bezerra Neto (2011), os emancipadores e abolicionistas brasileiros buscaram estabelecer uma relação entre o fim da escravidão e a conclusão da independência política do país, de modo que lutar pela abolição era completar a obra inacabada dos fundadores da pátria brasileira. Em seu estudo, o referido autor elenca o caso de Porto Alegre, mencionando a própria nomeação das tendas da quermesse e a escolha do 7 de setembro para a realização das comemorações abolicionistas como constituintes de tal simbiose. A utilização dos nomes de abolicionistas e emancipadores, para Neto (2011, p. 99-100), tornava-os ícones de uma memória recente e consequentemente contribuía para forjar lugares dessa memória que tomava o processo abolicionista como parte da constituição da nacionalidade brasileira.

Luiz Gama - A Exma. Sra. D. Sofia Paradedda Veloso teve a feliz ideia de denominar sua tenda com o título acima. Luiz Gama foi um dos mais fervorosos adeptos da grande causa da abolição.

Com sacrifícios, arcando com a indiferença popular, plantou na província de São Paulo a gloriosa bandeira da redenção.

Escolhendo, pois, tal nome para encimar sua tenda, D. Sofia Veloso presta uma homenagem a esse vulto respeitável da história do abolicionismo.¹³⁵

Na realidade, a maior parte das senhoras foi elogiada na imprensa pelas nomeações de suas “tendasinhas” – diminutivo inúmeras vezes empregado pelo secretário do Centro como forma dissimulada para reduzir as contribuições femininas. A escolha de Carolina Von Koseritz por Rio Grande foi caracterizada como “excelente” e como uma manifestação do “acendrado amor da gentil rio-grandense à cara província”.¹³⁶ Igualmente destacada foi a opção de Maria Jesuína Gay pelo nome do presidente do Centro Abolicionista – coronel Pedro Salgado -, tendo sido por esse comportamento e por toda agência no movimento considerada “uma das mais bonitas e dignas senhoras”.¹³⁷ Miguelina Werna, pela legenda religiosa, foi cumprimentada pelo esforço empenhado em favor do abolicionismo.¹³⁸ As abolicionistas eram assim apresentadas como referências para as demais porto-alegrenses, pois manifestavam comportamentos julgados como passíveis de serem copiados, como o bairrismo, a moralidade e a religiosidade.

Duas abolicionistas em específico julgaram importante elas mesmas noticiarem suas escolhas ao público, de modo que encaminharam declarações de próprio punho para publicação nos jornais, casos de Amália Haensel e Sofia Veloso:

A exma. Sra. Amélia Haensel dignou-se escrever uma preciosa *cartinha* ao Secretário do Centro:

“Porto Alegre, 4 de setembro de 1884. Illmo. Sr. Joaquim de Salles Torres Homem. Envio-lhe junto à lista dos objetos que me foram oferecidos para a quermesse, que se realizará no dia 7 do corrente; outrossim participo-lhe que resolvi dar a minha tenda o nome Eusébio de Queiroz, a quem devemos a proibição do tráfico de escravos africanos. Esperamos que a minha escolha mereça os seus aplausos, subscrevo-me de V.S. Amália Haensel”.

Se aplaudimos?

Com toda a força, excelentíssima senhora. Eusébio de Queiroz foi um caráter vasado no molde antigo, dos homens de Plutarco [?]. Desprendido dos interesses imediatos, que tanto assoberbam o espírito do comum dos estadistas, só tinha as suas vistas de águia fitas na grandeza social da pátria, que muito estremeceu. Achou-se assim isolado dos abutres da escravidão, que todos vivendo da corrupção do presente, chamam de utopia a tudo que é simplesmente – humano.¹³⁹

A abaixo assinada deliberou denominar Luiz Gama, com o dístico – Pela pátria e humanidade – a tenda que lhe foi confiada pela comissão abolicionista na quermesse

¹³⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 06 set. 1884, p. 1.

¹³⁶ A REFORMA, Porto Alegre, 30 ago. 1884, p. 2.

¹³⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 02 set. 1884, p. 2.

¹³⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 29 ago. 1884, p. 2.

¹³⁹ JORNAL DO COMÉRCIO, 05 set. 1884, p. 1, grifos nossos.

que tem de funcionar nos dias 7 a 9 do corrente mês, e como reconheça a impossibilidade de dispor de todos os objetos que ali tem de ser expostos, resolver organizar uma rifa, cujos bilhetes, com a inscrição dos respectivos prêmios, serão vendido desde já, esperando mais uma vez o bom acolhimento e coadjuvação do respeitável público, atento ser tão humanitário o fim a que se destina.

Sofia Paradedda Veloso.

Porto Alegre, 5 de setembro de 1884.¹⁴⁰

Como já deve ter sido possível perceber até aqui, Carolina Koseritz, Maria Jesuína Gay, Miguelina Werna e Sofia Veloso foram algumas das jovens que mais mantiveram seus nomes em evidência na agenda do abolicionismo local, usando para isso a escrita. Afinal, frequentemente encaminharam notas e ofícios publicando acerca de suas ações e decisões. Dessa maneira, em meio aos incontáveis elogios que receberam na imprensa e aproveitando-se das oportunidades criadas pelo movimento abolicionista, essas senhoras operalizavam uma verdadeira resistência à reclusão ao espaço doméstico. Agindo nos moldes da expectativa social, elas expressaram-se enquanto pessoas com poder de decisão, com atuação política. Por outro lado, o secretário discretamente depreciava suas agências ao empregar recorrentemente termos no diminutivo (neste caso, “cartinha”) para noticiar os relatórios das abolicionistas.

Cerca de uma semana antes da realização da aguardada *Festa da Caridade*, o Centro encaminhava para publicação o cronograma de sua execução. A quermesse foi marcada para iniciar às 17 horas do dia 7 de setembro de 1884 e teria duração de três dias. O primeiro dia foi destinado somente à exposição e à venda dos objetos; nos demais poderiam ser feitos anúncios nas próprias barraquinhas. A atividade seria embalada pelo som de diversas bandas de músicas, previamente convidadas para tocar na praça durante as horas da feira. Além disso, deixava-se claro que a distribuição, colocação e armação das barraquinhas, assim como a disposição dos objetos nas tendas seriam de única responsabilidade da comissão central do evento. Juntamente à quermesse também se previam outras cerimônias para marcar o fim da escravidão em Porto Alegre: um animado cortejo pelas principais ruas do centro da cidade, uma sessão solene na câmara municipal com discursos, leitura de atas, entonação dos hinos nacional e do Centro Abolicionista e a reza de uma missa em ação de graças.¹⁴¹

A fim de divulgar a programação específica de sua tenda e visando também atrair o maior público possível, Miguelina Werna publicou o anúncio que reproduzimos abaixo. Nele, constam as atividades previstas para ocorrerem na barraca *Charitas* em cada um dos três dias de quermesse.

¹⁴⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 05 set. 1884, p. 3.

¹⁴¹ A REFORMA, Porto Alegre, 30 ago. 1884, p. 1; 31 ago. 1884, p. 1; 06 set. 1884, p. 1; 07 set. 1884, p. 3.

Tenda – Charitas

7 de setembro: grande e esplêndida exposição, das 5 horas da tarde às 10 da noite.

8 de setembro: venda das ofertas, por meio de rifas e diversos preços conforme o valor delas.

9 de setembro: às 5 horas em ponto correrá uma loteria, cujos bilhetes custam 5\$000 cada um.

Esta loteria é de preciosos mimos, estando avaliado o menor deles em 100\$000.

Durante os dois últimos dias vender-se-ão os objetos para os quais aparecerem compradores, notando-se que os preços serão sempre inferiores ao seu real valor.¹⁴²

De modo que não identificamos anúncios afins por parte das demais tendeiças, caracterizamos a atitude de Miguelina Werna como individual. Sendo tal estratégia, mais uma das empregadas por tal jovem que, como já deve ter ficado claro, foi uma das abolicionistas com mais destaque na preparação da quermesse, tendo arrecadado um número expressivo de doações.

Chegado o dia 6 de setembro, véspera da quermesse, foram armadas e preparadas as 13 tendas na Praça Pedro II, sendo 11 delas dirigidas pelas senhoras integrantes das comissões organizadoras.¹⁴³ As outras duas, nomeadas de *José Julio* (homenagem ao então presidente e, portanto, representante máximo do Império da Província, o Sr. Conselheiro Dr. José Júlio de Albuquerque Barros) e *Pedro II* foram respectivamente coordenadas por funcionários públicos do Estado e empregados do correio. As barracas foram dispostas basicamente em duas fileiras paralelas: uma acompanhando o gradil da praça e a outra seguindo da frente da Igreja à Assembleia Provincial. Amália Haensel, Ignês Cordeiro e Sofia Veloso foram colocadas em frente ao Palácio do Governo, enquanto Carolina Koseritz e Júlia Köehler ficaram em frente à Igreja Matriz da Madre de Deus. Na parte sul do gradil do jardim foram colocadas Leopoldina Chaves, Maria Jesuína Gay e a dupla Maria José Palmeiro e Nonô Carvalho.¹⁴⁴ Em relação à localização de Afonsina dos Reis, Julieta de Oliveira e Miguelina Werna não foram feitas referências na imprensa.

No jornal *O Século* foi publicada uma ilustração da quermesse abolicionista que nos oferece uma ideia visual do evento, das características e da distribuição das treze barracas na praça. Notamos também que a imagem traz elementos que enfatizam o protagonismo das

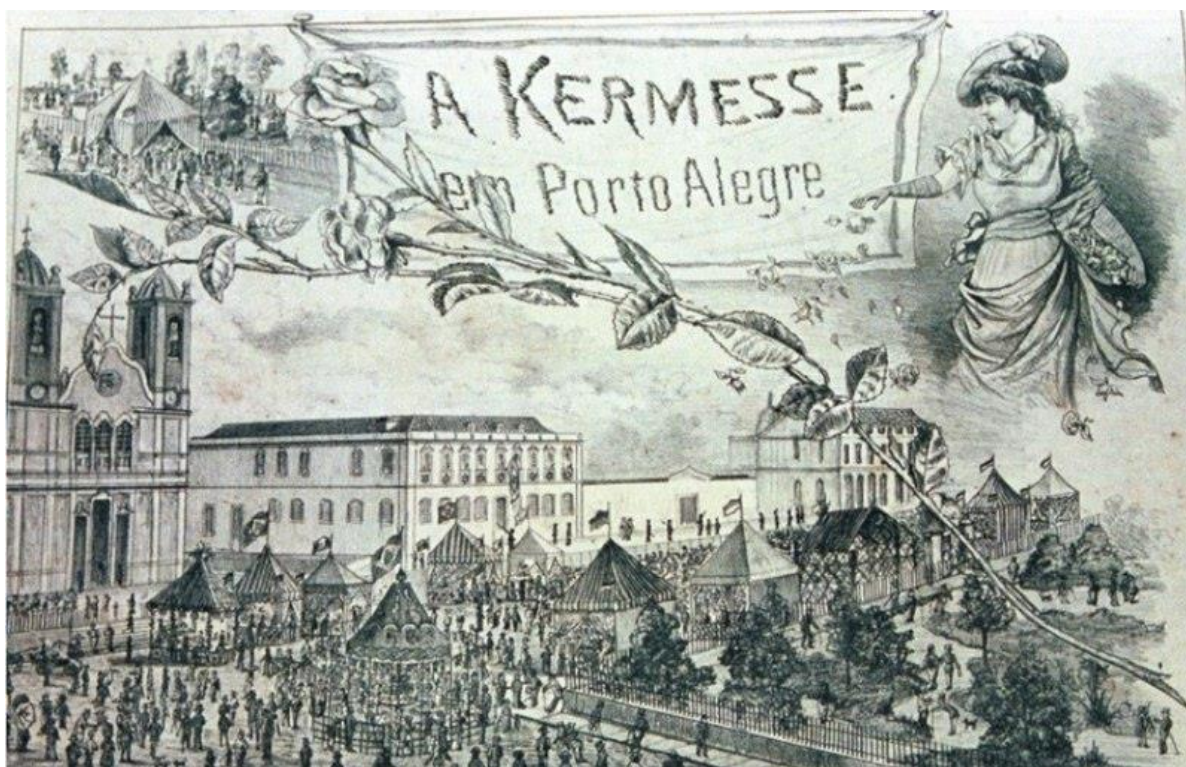
¹⁴² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 06 set. 1884, p. 3, grifos do autor.

¹⁴³ Pareceu-nos que mulheres de outras agremiações abolicionistas de Porto Alegre também armaram barracas na quermesse. Conforme afirmou uma nota publicadas no Jornal do Comércio (23 ago. 1884, p. 2), existia uma comissão de senhoras da Sociedade Abolicionista 7 de setembro que naquele contexto também estava empenhada na angariação de objetos e que armaria uma barraca na praça para vendê-los no dia do evento. Na ocasião, o redator fez questão de frisar de que se tratava de algo independente, não tendo relação com a atuação do Centro Abolicionista. De fato, não encontramos mais referências a esse grupo de mulheres, o que reforça àquela ideia apontadas inicialmente de o Centro ter construído uma memória para o abolicionismo onde a agremiação é protagonista. Nessa perspectiva, somente as mulheres ligadas e tuteladas à tal agremiação eram passíveis de destaque e elogios.

¹⁴⁴ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set.1884, p. 1.

mulheres na quermesse – simbolizado pela senhora que adorna o canto direito superior -, e acima disso o abolicionismo – representado pela camélia que transpassa a figura.¹⁴⁵

Figura 3 - Ilustração da quermesse abolicionista de Porto Alegre



Fonte: O SÉCULO, Porto Alegre, 07 set. 1884, p. 1.

O relato de viajantes que estavam em Porto Alegre na época também vai ao encontro das descrições encontradas nos periódicos. Wilhelm Lacmann (apud CONSTANTINO, 2016), registrou que a praça foi iluminada com lampiões, enfeitada com guirlandas e bandeiras, com tendas multicoloridas onde “damas da alta sociedade apareciam como vendedoras”, sendo finalizada com uma queima de fogos de artifício – seguindo o costume de toda manifestação cívica da época. Os jornais endossam essa observação quanto às tendas, uma vez não pouparam elogios à elegância das tendas, veiculando que elas foram “ornadas com capricho e gosto” para exibir os “custosos e delicados objetos”.¹⁴⁶

A quermesse que teria duração de três dias seguidos – 7, 8 e 9 de setembro de 1884 – acabou tendo sua programação alterada em razão das más condições climáticas que abalaram o último dia. A finalização do evento foi, assim, adiada em uma semana, para o dia 14 de setembro de 1884. Nas páginas da imprensa local não faltaram publicações que, com louvores,

¹⁴⁵ Sobre a relação das camélias com o abolicionismo, ver: SILVA, 2003.

¹⁴⁶ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

descreveram a dita *festa da caridade* e a atuação de suas organizadoras, chamadas recorrentemente de *anjos*. Para as duas noites de bazar, registrou-se uma “enorme concorrência em frente às diferentes tendas”; uma “multidão” “por toda a parte” que teria tornado o “trânsito” ali “difícilimo”.¹⁴⁷ As “gentis” diretoras, por sua vez, não pouparam esforços para atrair e agradar esse grande público, “entre um sorriso gracioso e duas palavras de bondade” ofereceram flores, um copo de cerveja, um bilhete de rifa, um exemplar de música ou um número de jornal.¹⁴⁸ O papel que desempenharam na quermesse tornou-se, assim, o palco ideal para demonstrarem aquelas habilidades sociais esperadas de uma mulher de elite oitocentista, como o saber conversar polidamente, entreter convidados e demonstrar maneiras refinadas.

Diante de tamanha audiência, certamente essas senhoras tiveram que ter muita destreza para bem atender todos e todas que compareceram em seu bazar. Por outro lado, teve senhora que recorreu à colaboração da família na execução da tarefa, caso de Carolina Koseritz, que levou consigo o pai Carlos von Koseritz e a irmã Adelaíde Koseritz para ajudá-la.¹⁴⁹ É digno destacar que a presença e o prestígio do pai Carlos Koseritz provavelmente contribuíram para o sucesso da tenda *Rio Grande*, uma vez que transmitia seriedade e confiança aos compradores (KÄERCHER, 2011). Ainda que não tenhamos encontrado outras evidências nas fontes consultadas, acreditamos que mais quermessistas valeram-se tanto da colaboração física como do capital social de seus pais e/ou maridos em benefício da própria performance. Afinal, o público-alvo da quermesse integrava o mesmo círculo socioeconômico que elas e suas famílias, ou seja, indivíduos que podiam oferecer cem mil réis (100\$000) por uma “pequena medalha”, consumir “taças de champanhe e copos de cerveja a cinquenta mil réis (50\$000)” e mesmo realizar fartas ofertas por simples botões de rosa.¹⁵⁰

A *admirável generosidade* dos compradores foi, certamente, um dos aspectos mais destacado nas descrições da quermesse, divulgadas na imprensa local. As grandes quantias dispendidas por objetos banais foram encaradas, em maior grau, como resultado da boa vontade daqueles que compravam; não como fruto do trabalho realizado pelas tendadeiras. Na barraca *Luís Gama*, por exemplo, registrou-se que

[...] o Sr. Ernesto Paiva, tendo bebido uma taça de champagne quebrou-a em seguida e pondo em leilão um dos fragmentos obteve por ele quinze mil réis. Animado,

¹⁴⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 09 set. 1884, p. 1.

¹⁴⁸ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

¹⁴⁹ Ainda que não tenhamos encontrado indícios nas fontes, é possível que outras abolicionistas possam ter levado criadas de suas residências para ajudar na tarefa. Afinal, pertencendo essas mulheres às classes mais abastadas, era comum que dispusessem dessa mão de obra.

¹⁵⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 09 set. 1884, p. 2.

apregooou uma medalha comemorativa da quermesse que a distinta dona da tenda trazia.

Um digno cavalheiro, estimado e honrado comerciante alemão, o Sr. Luis Fraeb, arrematou-a por cem mil réis! Este bonito ato a ninguém surpreendeu, tão habituados estamos todos aos rasgos de cavalheirismo do digno comerciante.¹⁵¹

Os bons resultados obtidos na referida barraca foram outorgados aos dois consumidores ali presentes, sendo a diretora Sofia Veloso caracterizada como uma expectadora do protagonismo masculino. Noutros momentos, também se atribuiu as vendas à “beleza”, à “elegância” e às “maneiras delicadas” das tendeiiras, atributos que teriam cativado “espíritos” e encantado os compradores.¹⁵²

Na visão dos homens que escreveram sobre os acontecimentos da quermesse, toda a dedicação das quermessistas era entendida como a natureza feminina sendo posta “ao serviço da mais santa das causas”. Aos nossos olhos, no entanto, trata-se claramente de mulheres convictas perante a abolição e decididas a oferecerem seu melhor em prol dela:

Animadas com os resultados de seus esforços, as encantadoras tendeiiras disputavam apenas a primazia das vendas e caprichavam em atrair concorrentes para as suas elegantes barracas.

Nunca Porto Alegre vira uma reunião tão brilhante de belezas e elegâncias, de gosto e de distinção, tudo ao serviço da mais santa das causas.

E toda a festa correu plácida e calma, sem que houvesse de lamentar a menor falta de delicadeza, o mais pequenino ato de desatenção: o nosso povo mostrava-se digno da honra que lhe faziam as senhoras incumbidas da quermesse – transformando-se em vendedoras do bazar da caridade!¹⁵³

Do dia 6 ao dia 9 de setembro de 1884, a agitação promovida pelos homens e mulheres abolicionistas alterou completamente a rotina da capital: ruas, prédios e casas foram iluminados, discursos políticos eram proferidos de todo o canto, passeatas, cerimônias e bandas tocando músicas horas a fio. Esse ambiente festivo, por sua vez, foi muito positivo para todas as abolicionistas do Centro, em especial às tendeiiras, pois autorizava a circulação delas pelo espaço público da cidade, bem como favorecia a explanação de suas atuações políticas. Por outro lado, pôde tirar maior proveito de tal situação aquela que entre as senhoras dominava a linguagem das artes: Amália Haensel.

Como sabemos, Amália Haensel aspirava carreira como cantora de ópera, e, diante de tal cenário não perdeu a chance de utilizar de seu talento para marcar um espaço de destaque no evento. Ela aproveitou-se de dois momentos muito parecidos das festividades para galgar

¹⁵¹ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

¹⁵² A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

¹⁵³ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

uma posição de protagonista. O primeiro deles foi no dia 6 de setembro de 1884, quando após uma passeata noturna organizada pelo Centro, Amália Haensel cantou no paço da câmara municipal solos do hino nacional, acompanhando a execução da “grande orquestra”. E o segundo episódio ocorreu no dia 8 de setembro daquele ano, quando de sua tenda *Eusébio de Queiroz* entoou novamente o hino nacional, sendo acompanhada por um grupo de amadoras (suas irmãs), acompanhando a banda de música do Arsenal de Guerra que ali tocava.¹⁵⁴ Não por acaso que a barraca de Amália Haensel foi palco para influentes líderes do Centro, como o presidente Júlio Cesar Leal, Aquiles Porto Alegre e o conselheiro José Júlio, proferirem discursos e saudações durante as festividades.¹⁵⁵ Por fim, constou que a tendeira foi acompanhada pelo “povo” até sua residência, uma vez que se “tornará o alvo de tanta distinção”.¹⁵⁶

A quermesse abolicionista adquiriu tamanha repercussão na capital sul-rio-grandense que o Jornal do Comércio produziu uma edição especial em homenagem ao evento. Sob o título Jornal do Comércio na Quermesse, os exemplares, impressos em pequeno formato, foram vendidos na tenda de Afonsina dos Reis, cuja divisa era justamente o nome do referido periódico.¹⁵⁷ Em tal edição foram publicados artigos e poesias sobre a temática abolicionista e as abolicionistas, além de alguns anúncios das tendas. Do material, destacamos os versos de Aquiles Porto Alegre:

A tendeira
 Estende a mão mimosa
 Á multidão que passa,
 Ó alma carinhosa,
 Que escudas a desgraçada!
 A esmola generosa
 Acolhe em tua graça,
 E ao teu perfume, ó rosa,
 A mágoa se desfaz!
 O teu olhar se inflama
 Na casta e pura chama
 Que vem da divindade!
 Ó santa, profetiza,
 Tua alma sintetiza
 O amor da caridade!¹⁵⁸

Findado o evento, duas tendeiiras novamente e numa última oportunidade aberta pelo movimento pelo fim da escravidão, lançaram mão do recurso escrito para destacarem-se ao

¹⁵⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 09 set. 1884, p. 1.

¹⁵⁵ A REFORMA, Porto Alegre, 11 set. 1884, p. 1.

¹⁵⁶ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 set. 1884, p. 2.

¹⁵⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 07 set. 1884, p. 2.

¹⁵⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 set. 1884, p. 2, grifos do autor

agradecerem àqueles senhores e àqueles senhoras que haviam contribuído com os bons resultados de seus bazares na quermesse. Tratam-se de duas jovens, cujos nomes foram evidenciados no processo todo – Maria Jesuína Gay e Sofia Velloso que, então, finalizavam publicamente suas performances abolicionistas:

Maria Jesuína Araponga Gay agradece a todas as pessoas que tiveram a delicadeza de corresponder a seus pedidos de donativos para a quermesse e assim também aos senhores de escravos que tão generosamente atenderam a seus pedidos, concedendo liberdade aos escravos que possuíam.

Outrossim aproveita a ocasião para dar público testemunho de agradecimento ao sr. Araújo Guerra pela atenção com que a distinguiu, ofertando-lhe para sua tenda o precioso quadro tão justamente apreciado por todos os frequentadores da feira, que teve lugar na praça Pedro 2º.

Porto Alegre, 16 de setembro de 1884.¹⁵⁹

A abaixo-assinada agradece do imo da alma a todas as Exmas. Sras. e Illmos. Srs. Cavalheiros que tiveram a nímia atenção de acudir ao apelo que lhes fez para ajudá-la a desempenhar a tarefa que lhe foi confiada e por essa forma tornar mais saliente a sua tenda, sem o que ser-lhe-ia difícil o cumprimento de seu dever.

Porto Alegre, 6 de setembro de 1884. Sofia Paradedá Velloso.¹⁶⁰

Transcorridos alguns dias após a última noite da quermesse, os elogios à atuação das tendeiiras seguiram sendo amplamente publicados na imprensa local. N' *A Reforma* de 16 de setembro de 1884, dedicou-se ao menos uma frase à atuação de cada uma das dez principais organizadoras:

A graça e a perfeita distinção com que as mimosas quermessistas se houveram durante dos dois dias da feira, encantaram, e os brilhantes resultados por elas obtidos, prova em que os seus esforços têm sido devidamente compensados.

Por outro lado, vê-se que a grandiosa ideia recebeu a consagração do nosso público, verdadeiramente interessado no extermínio imediato da escravatura.

Todos corriam pressurosos a depositar nas aristocráticas mãozinhas das vendedoras óbolo que lhes inspirava a sua possível generosidade.

Em quem seria capaz de resistir às solicitações daquelas meigas tentadoras?

Aquí era a voz insinuante e suave de D. *Júlia Köehler*, que – tudo pelo Rio Grande – ia vendendo aos transeuntes um milhão de pequeninos nadas.

Ali era D. *Leopoldina Chaves*, loura e graciosa escocesa, a quem a gente não podia eximir-se de aceitar um bilhetinho para a sua tombola.

Mais adiante era D. *Carolina Koseritz*, inteligente menina, que une os sentimentos de coração juvenil aos rutilos de seu apreciável talento.

Além, D. *Jesuína Gay*, uma intrépida espartana que combateu na vanguarda da gloriosa revolução que se operou a favor dos escravos nesta cidade.

Em frente, D. *Inês Cordeiro*, a cuja adorável súplica todos curvavam-se como se recebessem uma ordem.

Ao lado, num soberbo chale, D. *Sofia Paradedá Velloso*, uma elegante senhora cuja altivez senhoril bem prova que lhe corre nas veias o sangue ardoso dos filhos daquela bela Espanha, iluminada pela liberdade, e onde o preconceito não acha guarita.

¹⁵⁹ A REFORMA, Porto Alegre, 17 set. 1884, p. 3.

¹⁶⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 07 set. 1884, p. 3.

Mais para diante, D. *Amália Haensel* com umas maneiras adoráveis e singelas, atraindo ao seu gracioso tivolý a fina flor da mocidade, que lhe retribuía prazenteira e interessada.

D. *Julietta d' Oliveira* era por sua vez incansável na sua tenda, tornando-se com distinta amabilidade, merecedora de pronunciadas simpatias.

D. *Afonsina Reis* na sua tenda Jornal do Comercio tinha uma missão duplamente significativa. Representava o triunfo da caridade e o da imprensa, a poderosa alavanca social de nossos dias.

No seu abundante bazar D. *Miguelina Werna* ostentava-se em toda a plenitude de suas graças.

A distinta jovem, uma perfeita fidalguinha, pela educação, elegância e pela mais cativante urbanidade, exercia poder e ascendência sobre aquela multidão que a contemplava.

E mais outras, de que não falo para não me tornar ainda mais prolixo.¹⁶¹

Ainda que as dimensões e a qualidade atingida pela quermesse tenham sido em boa parte fruto do envolvimento e da dedicação das suas organizadoras; o reconhecimento público desse protagonismo foi limitado pelas concepções da época. Essas mulheres desenvolveram estratégias para angariar o máximo de doações possível, divulgaram incansavelmente o evento, organizaram os objetos e suas tendas elegantemente e esforçaram-se no bom atendimento do público recebido. Ou seja, elas comportaram-se conscientemente na campanha abolicionista e agiram de maneira essencialmente política em prol dela. O apelo às características físicas das abolicionistas e o repetitivo emprego de diminutivo nos adjetivos atribuídos a elas, certamente deram o tom de como eram vistas pelos homens. Logo, embora as descrições sobre as abolicionistas parecessem enaltecê-las, na verdade reduziam sua importância a algo não-político.

Nos dias de setembro que se seguiram à realização da quermesse, cada tendeira passou a cumprir sua última responsabilidade enquanto abolicionistas: o repasse ao tesoureiro do Centro da quantia total arrecadada em seus bazares. No geral, as senhoras encaminharam ofícios com a discriminação dos valores e informando algum ou outro objeto que não havia sido vendido, os quais foram publicados na imprensa. Algumas das abolicionistas, entretanto, aproveitaram um dos últimos espaços públicos abertos pelo abolicionismo a elas para proferir algumas palavras sobre suas performances. Leopoldina Chaves escreveu: “sei que não correspondo dignamente ao honroso cargo que V. SS. confiaram-me, mas, a inépcia reunida à falta de prática dedica este mau resultado, de que lhe peço desculpas.”¹⁶² De forma semelhante, Miguelina Werna e Júlia Köehler também lastimaram a não-correspondência às expectativas próprias e as daqueles que destinaram o “honroso cargo”.¹⁶³ Assim, elas confirmaram a

¹⁶¹ A REFORMA, Porto Alegre, 16 set. 1884, p. 2, grifos nossos.

¹⁶² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 21 set. 1883, p. 3.

¹⁶³ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 16 set. 1884, p. 1; 18 set. 1884, p. 2.

seriedade e a dedicação com que conduziram a tarefa, bem com a modéstia em relação aos resultados, uma vez que Leopoldina e Miguelina obtiveram resultados bem expressivos.

Dispusemos os valores arrecadados por elas na tabela abaixo:

Quadro 8 - As receitas das tendas da quermesse abolicionista

Tendeira	Tenda	Quantia arrecadada
Sofia Veloso	Luiz Gama	1:871\$080
Funcionários públicos	José Julio	1:707\$240
Leopoldina Chaves	Silveira Martins	1:570\$000
Miguelina Werna	Bazar Charitas	1:025\$000
Amália Haensel	Eusébio de Queiroz	1:200\$000
Julietta de Oliveira	Severino Ribeiro	916\$000
Maria Jesuína Gay	Coronel Salgado	912\$400
Empregados do correio	D. Pedro II	868\$500
Maria José Palmeiro e Nonó Carvalho	José do Patrocínio	811\$300
Afonsina Reis	Jornal do Comércio	742\$000
Ignês Cordeiro	Rio Branco	633\$000
Júlia Koher	Conselheiro Dantas	540\$000
Carolina Koseritz	Rio Grande do Sul	524 \$000

Fonte: O CONSERVADOR, Porto Alegre, 31 out. 1884 apud BAKOS, 1985, p. 121.

Sofia Veloso, na tenda Luiz Gama, foi a abolicionista que repassou o maior valor ao tesoureiro Norberto Vasques, lembramos que essa mesma senhora também foi a que recebeu o maior número de doações de pessoas diferentes. Os funcionários do Estado, Leopoldina Chaves, Miguelina Werna e Amália Haensel também obtiveram valores significativos, sendo todos superiores a um conto de réis. Como vimos, tais senhoras, com exceção de Amália, destacaram-se nos preparativos do evento e na divulgação de seus bazares por meio dos anúncios publicados na imprensa. Por outro lado, Maria Jesuína Gay e Carolina Koseritz que empreenderam comportamento semelhante, não conquistaram resultados tão expressivos quanto as demais, visto a diferença nas receitas de suas tendas.

Após receber as quantias das quermessistas, era necessário que o diretório do Centro prestasse contas do saldo e dos gastos da quermesse. Conforme o balancete publicado no Jornal do Comércio pelo 1º tesoureiro do Centro Abolicionista Norberto Vasques, a receita obtida pelas quermessistas em suas tendas elevou-se a quinze contos novecentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa réis (15:936\$90), sendo constituída pelos donativos em dinheiro e pelas vendas de objetos. As despesas com a organização do evento – iluminação, construção das tendas, telegramas, bailes, medalhas etc. - totalizaram quatro contos, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis réis (4:178\$486), gerando um saldo final, então, de onze contos,

setecentos e cinquenta e oito mil, cento e quatro réis (11:758\$104).¹⁶⁴ Essa quantia, conforme projetado inicialmente pelo Centro, foi arrecadada visando a compra das alforrias dos últimos cativos do município; atitude que segundo divulgado pelo diretório da agremiação não se fez necessária. Muitos debates foram travados nos jornais locais em torno do melhor destino para o produto da quermesse; todos eles, protagonizados por homens. A construção de um monumento ou de um prédio no Partenon Literário foram duas das ideias mais discutidas por eles.¹⁶⁵

2.4.3 As homenagens aos Anjos da Caridade

Após o encerramento das campanhas de rua e da quermesse, a agenda social de suas organizadoras seguiu agitada. Durante boa parte do mês de outubro de 1884, apresentações artísticas, bailes, discursos e homenagens foram executados nos espaços culturais da capital em tributo às quermessistas e ao trabalho prestado por elas no abolicionismo. Conforme já abordamos anteriormente, mesmo antes de adentrarem à cena abolicionista, os nomes de boa parte das integrantes do Centro Abolicionista já apareciam juntos em anúncios e notas relacionados à espetáculos e demais eventos culturais na capital. Característica que nos sugeriu que essas mulheres certamente já se conheciam e estavam acostumadas a frequentar os mesmos locais e eventos culturais da capital. Com a campanha abolicionista, esses laços sociais (e talvez até os afetivos) estreitaram-se ainda mais.

A primeira das dedicatórias às mulheres do Centro foi a execução do espetáculo *Filha de Maria Angu*,¹⁶⁶ no tradicional e frequentado Teatro São Pedro. Os periódicos locais publicaram os informes da atração destacando seu oferecimento e dedicação aos Anjos da Caridade:

¹⁶⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 12 out. 1884, p. 1.

¹⁶⁵ Em um estudo anterior, analisamos as discussões políticas suscitadas em torno da aplicação do produto da quermesse a partir do posicionamento republicano, por meio do jornal *A Federação*, ver: DIHL, 2016. Uma análise mais exaustiva e geral das discussões político-partidárias que suscitaram na imprensa local em relação ao tesouro da quermesse, pode ser encontrada no Capítulo 5 de Margaret Bakos (1985).

¹⁶⁶ Tal apresentação era uma paródia, escrita por Artur de Azevedo baseado na opereta francesa *La Fille de Mme Angot* (1872, texto de Siraudin, Clairville e Koning; música de Charles Lecocq). Esse gênero teatral foi muito apreciado pelo público brasileiro oitocentista; nele, os comediógrafos basicamente adaptavam as peças inspiradas à cultura brasileira, mantendo as melodias musicais, mas alterando e tropicalizando as letras, nomes de personagens e lugares. Em *Filha de Maria Angu*, a protagonista recebeu o nome de Clarinha Angu, nasceu clandestinamente no Hotel Ravot, na rua do Ouvidor, e, ao ficar órfã, foi adotada por operários da fábrica do Pinho. Originalmente, a personagem atravessou mar e desertos em um balão, esteve na Índia e na Turquia; enquanto na paródia dedicada às tendeiiras ela andou por Sorocaba, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Jacarepaguá (SICILIANO, 2012, p. 120-121).

Figura 4 - Anúncio de espetáculo dedicado às quermessistas



Fonte: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 7, 8, 9 e 10 out. 1884, p. 4. A REFORMA, Porto Alegre, 8, 9 e 10 out. 1884, p. 4.

Os espetáculos em benefício, como esse dedicado às tendeiiras, foram bastante comuns no século XIX. Seu objetivo principal era o de auxiliar nas condições de sobrevivência de artistas estrangeiros, uma vez que a renda da bilheteria era revertida ao indicado/indicada que, em agradecimento, assumia os papéis principais e dirigia algumas palavras de gratidão ao público (LEVIN, 2011, p. 12). A beneficiada mencionada no anúncio acima é Rosa Villiot, imigrante francesa que se tornou bastante conhecida nos palcos pelas atuações em português em operetas e teatro de revista. Como também era comum em anúncios do tipo, o/a artista em questão encaminhar um apelo aos espectadores para que comparecessem ao programa, conforme fez Rosa ao se referir ao “ilustrado e generoso povo porto-alegrense” destacando desse as “ilustres e virtuosas quermessistas”.

Rosa Villiot foi uma das várias atrizes que colaborou com seu trabalho em prol do abolicionismo, participando inclusive das conferências-concerto promovidas por José do Patrocínio no Rio de Janeiro. Significa para nós, então, que parece ter ocorrido uma motivação para a intérprete de *Clarinha Angu* ter se dirigido e dedicado a apresentação às tendeiiras: eram todas mulheres que partilhavam do mesmo posicionamento político. Infelizmente não encontramos nenhuma descrição da execução do referido espetáculo na imprensa; não sabemos quais das senhoras compareceram, tampouco suas opiniões sobre ele.

Duas noites após a apresentação de Rosa Villiot no Teatro São Pedro, precisamente no dia 12 de outubro de 1884, as tendeiiras tiveram outro compromisso: um baile no Salão da *Soirée* Porto-Alegrense.¹⁶⁷ A festividade foi um oferecimento do Centro Abolicionista em homenagem às “distintas jovens que se prestaram ao serviço da Quermesse”. Tendo sido amplamente comentada na imprensa, foi uma festa comumente caracterizada como “esplendida” e “animada, onde mais de “cem pares” teriam ocupado o “vasto salão” onde ocorrera.¹⁶⁸ Todavia, também pudemos ler nos jornais da capital que o público frequente não era expressivo, justificando o secretário do Centro com o fato de ter sido num domingo, de ter ocorrido reunião no Clube antes, e da ocorrência de um outro baile na noite anterior”¹⁶⁹. Mesmo que com poucas pessoas, a festa adentrou à madrugada, encerrando-se por volta das três horas da manhã.

O ponto alto da solenidade foram os discursos e a entrega de homenagens do Centro Abolicionista às tendeiiras. Conforme noticiado no Jornal do Comércio, “à meia noite foi servida uma lauta mesa de doces e vinhos finos”, momento em que o secretário Joaquim Torres Homem também tomou a palavra e ofereceu em nome da organização “uma medalha”, “comemorativa da abolição dos escravos” de Porto Alegre, “acompanhada de um lindo ramalhete de flores naturais” a cada uma das tendeiiras ali presentes.¹⁷⁰ Essas condecorações foram confeccionadas com ouro e “especialmente gravadas para a ocasião, lendo-se na frente – Centro Abolicionista, 7 de setembro de 1884 – e no verso o nome da respectiva senhora e o título de sua tenda”.¹⁷¹

Do referido discurso feito pelo secretário na noite do baile, destacamos o seguinte trecho onde ele concluiu a participação feminina naqueles moldes cultivados durante todo o processo abolicionista:

Se as virtudes, que adornam essas rainhas da terra, fez de há muito circundar-lhes as cabeças com uma aureolam de sagração, essa luz passa a envolver toda a individualidade das devotadas tendeiiras da quermesse de Porto Alegre, que o povo se acostumou desde os primeiros dias, a chamar de – anjos da caridade.

O Centro não possui tesouros, com que recompensar; serviços tais que não tem valor e a que já se deve a libertação de mais de trinta mil escravos, na fronteira do Rio Grande do Sul.¹⁷²

Encerrava-se a participação das mulheres reforçando o caráter *angelical* de suas atuações, de um auto sacrifício delas em prol da causa dos escravizados. Assim, mantinha-se

¹⁶⁷ Era um clube de dança popularmente chamado de “bailante”, localizado no entorno da atual Praça da Matriz.

¹⁶⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 16 out. 1884, p. 2.

¹⁶⁹ A REFORMA, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 2.

¹⁷⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 1.

¹⁷¹ A REFORMA, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 2.

¹⁷² JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 2; 15 out. 1884, p. 1.

elas em suas *tradicionais* posições, alinhadas aos parâmetros de gênero, daquela sociedade marcada pelo patriarcalismo.

O relatório produzido e encaminhado pelo próprio secretário para A Reforma sobre a dita solenidade, deu especial destaque aos trajes e penteados utilizados pelas homenageadas. Assim, por meio de uma elogiosa descrição, Joaquim Torres Homem evidenciou o tom com que Centro tratou da contribuição do abolicionismo feminino:

A diretora da barraquinha – Coronel Salgado, - trajava elegantemente um vestido de seda, de cor verde suave, com sobressaia de damassé, oleada de franjas, e *Puff* disposto no melhor gosto. Como penteado, trazia os bastos cabelos da mais bela cor negra, enrolados em tranças sobre a nuca, e um ramo artístico de flores, sobre o lado da cabeça.

A tendeira – Luiz Gama – tinha um rico vestido do mais precioso gorgorão de seda, de cor vinho, arrastando grande cauda, com o avental bordado de pérolas, corpo e colarinho a Henrique IV.

A florista do pavilhão – José do Patrocínio – trajava de seda cor de rosa, com avental de rendas de linho e grande cauda. Nos cabelos, uma singela flor, colocada com a maior graça.

A tendeira – Bazar Charitas – trazia vestido redondo de seda verde, com adornos de rendas brancas, harmonizando-se o traje com a primavera da vida, em que se encontra a sua galante proprietária.

A tendeira – Severino Ribeiro – estava vestida de cetim branco, de corpinho justo e saia de *Puff*. Tinha os cabelos arranjados com muito gosto.

A diretora da barraquinha – Rio Grande – trajava vestido de tafetá cor de pinhão, com pequena sobressaia de fazenda clara. A sua cabeça estava por natureza adornada com os seus cabelos de cor loira.¹⁷³

Ainda que não identificadas na ocasião, por meio do nome de suas tendas sabemos que se trataram as seis tendeiiras mencionadas de Maria Jesuína Gay, Sofia Veloso, Maria José Palmeiro, Miguelina Werna, Julieta de Oliveira e Carolina Koseritz. Algumas dessas, como vimos, destacaram-se muito durante a campanha e contribuíram concretamente para o bom andamento das atividades encaminhadas pelo Centro Abolicionista. Todavia, os elogios e as homenagens não enfatizaram suas agências e resultados, mas sim seus corpos, características físicas e vestuário, exprimindo, inclusive, um teor sensualizado sobre as jovens.

Entendendo que as roupas têm um papel importante de comunicação simbólica, e que no século XIX eram meios de transmitir informações sobre o papel, a posição social e a natureza pessoal de quem as vestiam (CRAINE, 2006), é importante fazermos algumas observações sobre as indumentárias escolhidas pelas abolicionistas para receberem as homenagens prestadas pelo diretório do Centro Abolicionista. Percebemos que os trajes das senhoras descritos acima seguiam as tendências da moda francesa e estadunidense: compostos por diversas peças

¹⁷³ A REFORMA, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 1.

separadas, com enormes quantidades de tecidos e ornamentos elaborados e complicados (CRAINE, 2006, p. 199-200).

Os Anjos da Caridade vestiram vestidos, sobressaías, saias de *Puff* e aventais, todos confeccionados com tecidos finos, como seda e cetim, bem justos aos corpos e arrastando grandes caldas pelo salão. As franjas, rendas e bordados de pérolas em suas roupas, juntamente dos cabelos trançados com flores, expressaram também a atenção que essas mulheres certamente dispensaram para apresentarem-se de forma adequada aos membros de seu grupo social. Esses estilos, por sua vez, restringiam o corpo e dificultavam qualquer forma de movimento, simbolizando, assim, a exclusão das mulheres de ocupações masculinas e sua dependência econômica dos maridos ou parentes do sexo masculino (CRAINE, 2006, p. 199-200).

Por outro lado, uma referência específica à indumentária de Sofia Veloso chamou-nos atenção. O secretário do Centro referiu-se ao vestido usado pela abolicionista na ocasião como de “corpo e colarinho à Henrique IV”. Acreditamos que na leitura de Joaquim Torres Homem, elementos da roupa escolhida por Sofia Veloso aproximaram-se (em algum grau) ao vestuário masculino, no caso ao do referido monarca inglês. Tendo em vista que na falta de outras formas de poder, as mulheres recorrentemente usavam símbolos não verbais como meio de se expressar, é possível que a abolicionista estivesse consciente ou inconscientemente resistindo ao estilo de vestuário dominante, assumindo uma postura alternativa ao aproximar-se dos padrões masculinos (CRAINE, 2006).¹⁷⁴ Assim, Sofia Veloso sutilmente acabara por subverter as fronteiras simbólicas dos papéis submissos e passivos que as senhoras deveriam desempenhar tanto no abolicionismo propriamente, como na sociedade em geral. Não é à toa que essa tenha sido a escolha de uma das integrantes do Centro Abolicionista que mais trabalhou e se envolveu na campanha pelo fim da escravidão, especialmente na quermesse, onde foi a tendeira com o maior valor arrecadado – ou seja, desempenho que nada teve de secundário e que ela talvez tivesse a consciência.

Como porta-voz da agremiação, Joaquim Torres Homem deixou claro o papel dos homens e das mulheres do Centro Abolicionista no discurso que proferiu na noite do baile oferecido às tendeiros. Segundo ele, o triunfo do “movimento libertador” em Porto Alegre

¹⁷⁴ Segundo Diana Craine (2006, p.201-202), o “estilo alternativo” do século XIX, pode ser compreendido como um conjunto de sinais, extraídos do vestuário masculino, composto de itens usados separadamente ou em conjunto, que modificavam sutilmente o efeito geral do traje feminino. Gravatas, chapéus, paletós, coletes e camisas, por exemplo, passavam a ser utilizados pelas mulheres e foram adquirindo novos significados – mais especificamente a independência feminina – que desafiaram as fronteiras de gênero (CRAINE, 2006, p. 265).

deveu-se à “cooperação da fraternidade dos homens e ao auxílio pessoal da mulher”.¹⁷⁵ Conforme observamos anteriormente, a participação feminina no abolicionismo foi muito além de *pessoal*; de motivada unicamente pela *natureza caridosa* atribuída à mulher – conforme sugeriu o secretário do Centro em sua fala. O abolicionismo feminino foi político e intelectual. Afinal, as atividades desempenhadas pelas integrantes do Centro exigiram-lhes algumas habilidades, como as de gerenciamento, organização e domínio da prática escrita.

Poucos dias depois do baile oferecido pelo Centro Abolicionista às tendeiças, ocorreu um outro; dessa vez oferecido por elas em homenagem à agremiação. A festividade foi realizada no mesmo local, no Salão da Soirée, prolongou-se até depois das três horas da manhã e encerrou os festejos pela abolição na capital. Como de praxe, o secretário produziu seu relato para a imprensa, no qual novamente deu ênfase à “bela presença” e à elegância dos trajes das jovens presentes.¹⁷⁶

Após a repercussão das últimas solenidades, os colegas homens tratavam de pôr um ponto final na participação feminina, excluindo-as de todas as discussões subsequentes. Entendiam eles que era hora de suas esposas e filhas voltarem à reclusão do lar e à vida que tinham antes do abolicionismo. Entretanto, tudo o que elas experimentaram naqueles meses de 1884, todas as novas experiências e oportunidades de atuação pública-política que tiveram, talvez tenham modificado a forma como elas viam e viviam suas vidas.

¹⁷⁵ A REFORMA, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 14 out. 1884, p. 1.

¹⁷⁶ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 16 out. 1884, p. 1.

3 ABOLICIONISMO FEMININO COTIDIANO: UMA ANÁLISE SOBRE SENHORAS E TRANSMISSÃO DE ALFORRIAS

Como vimos, na década de 1880, Isabel Perpétua Gonçalves colaborou com o Centro Abolicionista de Porto Alegre atuando nas atividades pelo fim da escravidão na freguesia de Pedras Brancas, onde residia. Ela se diferenciava em algumas questões das demais componentes do grupo Anjos da Caridade: era mais velha, tinha pouca escolarização e administrava seus bens e propriedades *sozinha*, pois era viúva e não teve filhos.¹ A agência abolicionista de Isabel Gonçalves esteve centrada na promoção de alforrias, seja de seus próprios escravizados e escravizadas ou no convencimento de seus vizinhos e vizinhas a colaborarem com a causa da abolição gradual. Dessa forma, interessa-nos agora examinar como a própria Isabel Perpétua gerenciou a liberdade dos cativos em sua estância. Essa breve análise nos servirá como ponto de partida para o estudo do grupo senhorial feminino de Porto Alegre, proposto neste capítulo.

Pouco tempo antes de falecer, o marido de Isabel Gonçalves, o Major Manoel Alves de Medeiros, realizou a matrícula dos cativos pertencentes ao casal, indicando que eram senhor e senhora de uma escravaria composta por nove indivíduos.²

Quadro 9 - Escravaria de Isabel Perpétua Gonçalves e Manoel Alves de Medeiros

Escravizado (a)	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Ocupação
Abel	Preto	32	Solteiro	Desta província	Ignorada	Bastante	Campeiro
Aquim (liberto)	Pardo	25	Solteiro	Desta província	Ignorada	Bastante	Campeiro
Eleutério	Preto	30	Solteiro	Desta província	Ignorada	Pouca	Campeiro
Irineu	Pardo	20	Solteiro	Desta província	Da crioula Rosa	Alguma	Campeiro
Belmiro	Preto	20	Solteiro	Desta província	Da crioula Clemência	Bastante	Campeiro
Geraldino	Preto	15	Solteiro	Desta província	Da crioula Rosa	Alguma	-
Rosa	Preta	36	Solteira	Desta província	Ignorada	Pouca	-
Clemência	Preto	40	Solteira	Desta província	Ignorada	Pouca	-
Maria Salomé	Preta	24	Solteira	Desta província	Da crioula Clemência	Bastante	-

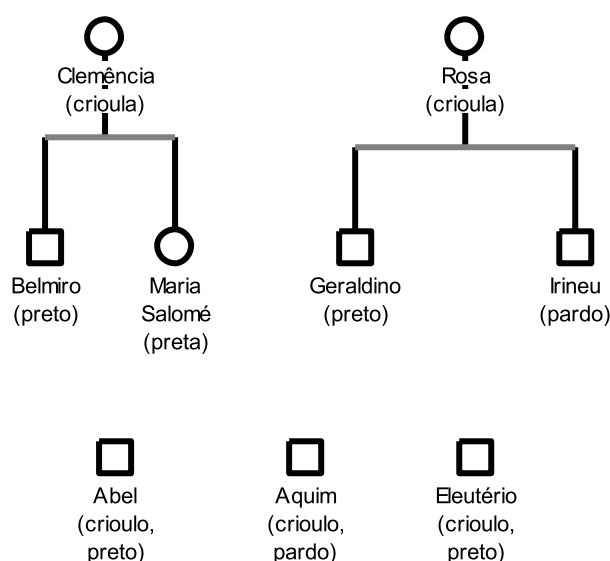
Fonte: APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre. Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874.

¹ Sobre a administração de patrimônios por mulheres que enviuvaram, ver: SELISYER, 2014.

² A feitura da matrícula dos escravizados foi determinada pela Lei do Ventre Livre (28/09/1871) que, “[...] além de libertar o ventre, regular a alforria, estabelecer o fundo de emancipação e libertar os últimos escravos da nação, também impôs a primeira matrícula geral dos escravos residentes no Brasil, executada em 1872. Era um levantamento nominal de todos os escravos existentes no Império. O registro serviria, dali em diante, como identificação dos escravos e prova de propriedade para senhores, e seria requerido em todas as transações civis e comerciais” (MAMIGONIAN, 2011, p. 23).

Observamos a existência de vínculos familiares entre as mulheres e os homens integrantes da senzala do casal Alves de Medeiros, revelando-nos pelo menos duas gerações de indivíduos escravizados, bem como a participação da reprodução natural na ampliação da força de trabalho cativa para seus senhores:

Gráfico 3 - Genealogias (1) da escravidão de Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros



Fonte: APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre. Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874.

Conforme o arrolamento dos bens do casal, feito no inventário de Manoel Alves de Medeiros, no início de 1874, além dos escravizados e das escravizadas, eles eram proprietários de uma estância com casa de moradia, milhares de cabeças de gado, objetos de ouro e prata, além de outras casas e terrenos nas redondezas de Pedras Brancas.³ Grande parte desses bens foram herdados por Isabel Gonçalves e, a partir de então, gerenciados principalmente por ela.⁴

³ O Major Manoel Alves de Medeiros foi sepultado em 15 de abril de 1874 no cemitério das Pedras Brancas, com 62 anos de idade, vitimado pela hidropsia. (AHCMPA - Livro 1º de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, folha 26v, em 15 abr. 1874).

⁴ Especificamente, Isabel Gonçalves herdou a estância *Casa Branca*, a casa de moradia e os móveis, oito escravizados e os seguintes semoventes: 1000 das 1806 rezes chucras de criação, 45 dos 144 novilhos, 30 das 208 rezes mansas de criação, 9 dos 30 bois mansos, 100 das 150 éguas xucras, 26 dos 53 cavalos mansos e 130 ovelhas. As demais propriedades, principalmente terras e demais animais, foram divididas entre os descendentes de Manoel Alves e Floripes Maria Alves, a primeira esposa do Major, sendo eles, as filhas Maria Luiza Alves de Medeiros, Maria da Conceição Alves de Medeiros, Maria Manoela de Medeiros Pires e Maria do Carmo Medeiros; o filho Marciano Alves de Medeiros; e os netos Otaviano e Félix, órfãos da falecida filha Maria José Alves de Medeiros com Elesbão Alves Dutra (APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre. Inventário post-mortem. Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874).

As filhas solteiras do Major Manoel com sua primeira esposa,⁵ Maria Luiza Alves de Medeiros e Maria da Conceição Alves de Medeiros, respectivamente com 29 e 24 anos de idade, certamente seguiram morando na fazenda junto da madrasta após o falecimento do pai, afinal receberam de herança apenas gado e quinhões de terra. Os outros filhos do Major já eram casados, sendo eles Marciano Alves de Medeiros e Maria do Carmo de Medeiros Gonçalves Pinto (casada com Antônio Gonçalves Pinto), cujas propriedades faziam divisa com as do pai e de sua esposa. Ainda existiam os órfãos menores, Otaviano, Crescência e Félix, filhos dos falecidos Maria José Alves de Medeiros e seu esposo Elesbão Lopes Duro.⁶

Tendo em vista a atividade econômica que era desenvolvida na fazenda dos Alves de Medeiros, chamada de Casa Branca, bem como a região onde estava localizada, podemos considerar que a viúva assumiu legalmente a propriedade de uma escravaria mediana.⁷ Para garantir o bom funcionamento de sua estância e, por consequência, sua condição socioeconômica, Isabel Gonçalves precisou manter o domínio senhorial sobre seus trabalhadores, ainda mais no contexto abolicionista que àquela altura já se anunciava e se fortalecia a cada dia. Os familiares mais próximos do falecido Major, especialmente o filho e o genro, possivelmente auxiliaram a viúva no gerenciamento da fazenda, ainda que eles próprios tivessem seu próprio patrimônio para administrar.

O uso de qualquer documento histórico gera entusiasmo, insegurança e ansiedade. No caso dos inventários *post-mortem* os historiadores já têm alertado para as enormes potencialidades de pesquisa que eles reservam, seja para pesquisas de teor serial ou qualitativo (FRAGOSO, 2001; FARINATTI, 2008). Entretanto, a beleza dos documentos guarda certas armadilhas com as quais temos que estar preparados. Os inventários *post-mortem* padecem de

⁵ O Major Manoel Alves de Medeiros foi casado com Floripes Maria Alves de Medeiros, falecida em 1859. O inventário dessa senhora foi feito em 1861, no qual constou que o casal era proprietário da Fazenda Casa Branca, alguns campos e matos, dez escravizados, móveis e vários animais de criação, sendo o monte mor estimado em 45:135\$498 (APERS - 1º cartório de órfãos, Inventário post-mortem. Inventariada: Floripes Maria Alves de Oliveira, inventariante: Manoel Alves de Medeiros, nº 1865, 1861).

Notamos que no inventário do Major, feito anos depois, em 1874, o capital material dele era maior. Dessa forma, Manoel Alves pode ter prosperado economicamente no interim dos inventários, ou mesmo, ter aumentado seu patrimônio por meio do casamento com Isabel Perpétua. Afinal, essa senhora poderia dispor de suas próprias propriedades, oriundas de herança familiar ou mesmo dadas como dote.

⁶ Não encontramos registros do falecimento ou inventário de Maria José Alves de Medeiros, apenas sabemos que ela faleceu entre os anos 1867 e 1874. Em relação ao seu marido, o tenente Elesbão Lopes Duro, a própria Maria José Alves deu início ao arrolamento dos bens do casal, no ano de 1867. Esse processo, contudo, pareceu-nos não ter sido concluído, pois nele só constam o termo de abertura e a declaração do pai do inventariado, Joaquim Lopes Duro, como tutor dos netos menores - Otaviano, Crescência e Félix (APERS - Juízo de Órfãos, Inventário post-mortem. Inventariado: Elesbão Lopes Duro, inventariante: Maria José Alves de Medeiros, nº 1934, 1867).

⁷ Ao estudar os laços de compadrio entre os escravizados e escravizadas da Freguesia de Pedras Brancas, o autor Michel Barbosa (2012), buscou estabelecer um panorama sobre o tamanho das escravarias dessa região, por meio do estudo dos registros de batismo. Em sua pesquisa, Barbosa (2012, p. 25) constatou que a “grande maioria dos proprietários (75,3%) era dona de pequenos plantéis, com 1 até 4 escravos, seguidos pelos detentores de posses médias, com 5 até 9 cativos (18,6%), e por um seletivo grupo de 13 senhores com 10 ou mais escravo (6,1%)”.

falta de dinamismo, apresentando uma imagem um tanto estática do patrimônio dos defuntos proprietários (FAGUNDES, 2009; KÜLZER, 2009). Esses imprescindíveis documentos para a história social do oitocentos pouco contribuem para o entendimento da constituição dos patrimônios e para a história das famílias escravizadas, necessitando, quando possível (!), o cruzamento com outros documentos primários. Recomenda-se, entre outras fontes, o acesso aos documentos eclesiásticos, registros de compra e venda etc. Cruzando documentos diversos temos uma outra comunidade de senzala presente na fazenda da Casa Branca, na atual cidade de Guaíba.

Isabel Perpétua exerceu o seu poder de senhora escravista adquirindo pelo menos dois escravizados após a morte de seu marido. Em 18 de maio de 1881, comprou, por 800 mil réis, a cozinheira Maria, solteira, de cor preta, de filiação desconhecida, pertencente a Matildes Pimentel Py. A criada Maria tinha “aptidão para o serviço doméstico” e levou em sua companhia o filho ingênuo, de 6 para 8 meses, de nome Eufrásio. Dois anos após, em 23 de outubro de 1883, ela pagou 300 mil réis pelo campeiro Pio, de cor preta, com 18 anos de idade, natural desta província e filho de Listarda.⁸

A cozinheira Maria, que ingressou na escravaria de Isabel Perpétua em 1881, teve ainda dois filhos ingênuos, ambos chamados de Manoel, mas que não vingaram muito tempo: em 29 de maio de 1882 foi sepultado o primeiro Manoel, com 3 anos de idade, morto por apoplexia; e em 23 de agosto de 1883 desceu a sepultura seu irmão homônimo, com apenas dois meses de idade, vitimado por moléstia interior.⁹

Inegavelmente, somar às nossas pesquisas os documentos eclesiásticos e os de compra e venda permeiam de dinamismo as experiências sociais dos escravizados, escravizadas, senhores e senhoras. Notamos acima uma comunidade de senzala com pelo menos três gerações, com a qual a família senhorial viveu em intensa interdependência. É esta interdependência que ditava as políticas senhoriais colocadas em ação pela senhora Isabel Perpétua. Entretanto, destacar essa interdependência não pressupõe negarmos que os escravizados e as escravizadas estavam envolvidas em relações familiares próprias e na costura de redes de parentesco e amizade horizontais.

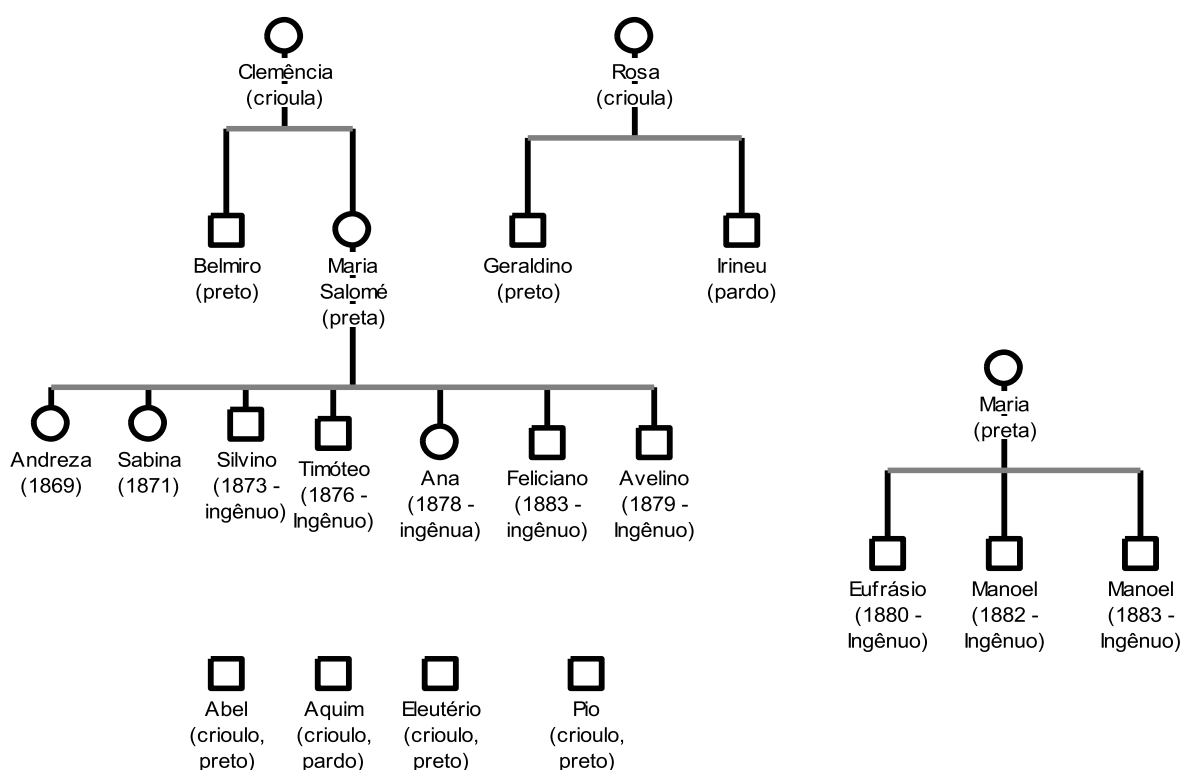
⁸ APERS - Registros Notariais de Transmissões e Notas da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Livro 7 - 1878 a 1879, p. 90v; Registros Notariais de Transmissões e Notas da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Livro 10 - 1882 a 1884, p. 18v.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*. Compra e venda de escravos. Acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul (Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha). Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

⁹ AHCMPA - Livro de Óbitos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, 1873/1884, folhas 5 e 5v.

A menina Andreza, nascida em 4 de fevereiro e batizada em 1º de novembro de 1869, filha natural de Maria Salomé, foi apadrinhada pelo *preto forro* Timóteo e pela escravizada Clemência. Foram os escravizados Aquim e Romana que acompanharam até a pia batismal a irmã de Andreza, Sabina, em 8 de outubro de 1871, tornando-se seus fiadores na religião católica e compadres de sua mãe Salomé.¹⁰

Gráfico 4 - Genealogias (2) da escravaria de Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros



Fonte: Pesquisa da autora em documentos diversos.¹¹

Como percebemos no Gráfico 4, o ventre da crioula Maria Salomé gerou sete rebentos, duas escravizadas e cinco ingênuos. O exercício da maternidade das mulheres negras escravizadas era dificultado pelas arbitrárias ações senhoriais, que podiam de um momento para outro mercadejar as crianças distanciando-as de suas mães, mas também pela elevada

¹⁰ AHCMPA - Livro de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, 1860/1873, folha 34v e 45v.

¹¹ Não inserimos nas genealogias acima o escravizado Luiz, que foi enterrado em 24 de junho de 1869, aos 38 anos de idade, falecido de apoplexia, por este fato ser bem anterior ao inventário de 1874 (AHCMPA - Livro de Óbitos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, folha 3, em 24 jun. de 1869).

mortalidade infantil do período.¹² Já mencionamos acima as escravizadas Andreza e Sabina e abaixo listamos as suas irmãs e irmãos, nascidos após a lei do ventre livre de 1871:

- Batismo - 17 de outubro de 1873 – Silvino, nascido em 30.08.1873, padrinhos: Nossa Senhora da Conceição e João Antônio da Silva;
- Batismo - 05 de outubro de 1876 – Timóteo, nascido em 08.02.1876, padrinhos: Rafael Alves de Godói e Quitéria Gonçalves Pires;¹³
- Batismo - 01 de novembro de 1878 – Ana, nascido em junho de 1878, padrinhos: Domingos Gomes e Nossa Senhora;
- Batismo - 24 de dezembro de 1883 – Feliciano, nascido em 20.07.1883, padrinhos: Zeferino Leocádio da Silva e Andreza Gonçalves de Miranda;
- Óbito - 16 de janeiro de 1882 – Avelino, 3 anos – causa da morte: apoplexia.¹⁴

O que queremos com este *afogamento em nomes* é ressaltar que mesmo que apenas o nome da senhora e da escravizada ou escravizado apareçam na carta de alforria, outros personagens estavam ali envolvidos, assistindo e sendo afetados por aquele documento de liberdade: filhos/ filhas, amásios/ amásias, amigos/ amigas, compadres/comadres, afilhados e afilhadas. Alforriar, principalmente condicionalmente, uma escravizada, apostava num enraizamento ou uma permanência mais prolongada de um núcleo familiar, que naquele período, já era também constituído pelos indivíduos nascidos *de ventre livre*. As famílias negras do período eram constituídas por pessoas de diversos status em relação à escravidão e à liberdade - ainda cativos, nascidos livres, ingênuos, libertandos.

Em 1884, quando Isabel Perpétua assumiu um lugar nas Comissões Libertadoras do Centro Abolicionista, foi registrado no Livro de Ouro que ela própria havia alforriado o total de nove indivíduos. Lembramos que esse documento foi criado pelo Centro para justamente escrever os nomes de homens e mulheres que colaboraram com o abolicionismo na capital sul-rio-grandense, garantindo-lhes prestígio social.¹⁵ Ainda que no Livro de Ouro não constem as informações de quando e como as alforrias anunciadas concretizaram-se, acreditamos que as nove cartas relacionadas à Isabel Perpétua se referiram, basicamente, aos homens e mulheres listados no Quadro 9. Sabemos, contudo, que nem todas as libertações anunciadas no referido

¹² Sobre a maternidade escravizada, ver: COWLING, 2018; MUAZE, 2018; CANDIDO, JONES, 2019; TELLES, 2018.

Para uma análise interseccional da sociedade escravista, ver: SANTOS, 2020; HAACK, 2019.

¹³ Sepultado em 28 de março de 1880, aos 4 anos de idade, de apoplexia.

¹⁴ AHCMPA - Livro de Batismos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, 1872/1888, folhas 4, 16, 24v e 44v; Livro de Óbitos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, 1873/1884, folhas 3v e 4v.

¹⁵ AHPAMV - Livro de Ouro, Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 11, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884.

documento foram acordadas precisamente no período da campanha abolicionista de 1884, em que a senhora atuou. Tais discrepâncias, conforme veremos em relação à outras personagens deste capítulo, foram comuns. Como o anúncio das *concessões* senhoriais publicamente no Livro de Ouro ou mesmo na imprensa - tinha, sobretudo, um caráter simbólico muito importante naquele contexto, não é improvável que os proprietários e as proprietárias tivessem anunciado mais alforrias do que realmente haviam feito naquele momento (KROB, 2016, p. 74).

A libertação de escravizados era uma prática que poderia ocorrer de diferentes formas, sendo principalmente de forma oral, em verbas testamentárias como um dos últimos desejos do senhor ou da senhora, na pia batismal no caso de crianças, ou, então, nos livros de notas lançados em instituições cartoriais. Como neste capítulo temos especial interesse nas alforrias cartoriais, verificamos que no caso da senhora Isabel Gonçalves, daquelas nove libertações associadas a ela no Livro de Ouro, somente três foram registradas em cartório, sendo elas as de Aquim, Rosa e Clemência - registradas respectivamente em 1873, 1874 e 1883. Embora nem todas estejam precisamente localizadas nas balizas temporais do abolicionismo local, acreditamos que seus processos e negociações tenham sido importantes para a construção de Isabel Gonçalves como abolicionista. Além disso e principalmente, elas reforçam os diferentes espaços em que essa senhora transitou, isto é, desde a participação nas atividades do movimento organizado pelo fim da escravidão até às negociações cotidianas em torno da liberdade de escravizados e escravizadas de sua propriedade.

A primeira das alforrias cartoriais em que o nome de Isabel Gonçalves apareceu foi a de Aquim, passada por ela ainda em conjunto com o marido o Major Manoel Alves, poucos meses antes dele falecer, em junho de 1873. O acordo entre o cativo e o casal de senhores, contudo, já havia ocorrido anos antes, pois como vimos, ele apadrinhou a menina Andreza, filha de Maria Salomé, em 1869, sendo já descrito como *preto forro*. Na manumissão registrada em cartório, Isabel Gonçalves e Manoel Alves afirmaram que se tratava de uma retribuição pelos bons serviços prestados por Aquim e impuseram a condição dele administrar a fazenda dos senhores até suas mortes. Além disso, o senhor e a senhora também registraram que o salário a ser pago para o então liberto, não excederia cem mil réis anuais.¹⁶

O ônus sobre a liberdade de Aquim, na verdade, foi uma forma dos senhores garantirem a exploração dos talentos desse trabalhador, ao que tudo indica, valioso para a estância. Afinal, era um homem em idade produtiva, saudável e especializado nas atividades da criação de gado. Pesquisas sobre o universo escravista agrário já demonstraram a importância e a valorização

¹⁶ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 22, folha 30v, carta de 04/06/1873, registrada em 25/06/1873.

dos trabalhadores cativos campeiros, responsáveis pelo cuidado do gado e provavelmente pela condução deles para os locais consumidores, como as charqueadas.¹⁷ O ofício de campeiro envolvia muito talento e coragem, sendo uma atividade passível de uma infinidade de acidentes de trabalho. O campeiro Eleutério, por exemplo, que aparece na lista de 1874, morreu por submersão (afogamento) em 27 de agosto de 1874, aos 40 anos de idade, quem sabe atravessando uma tropa de gado por uns dos caudalosos rios da região.¹⁸ Mesmo que todos os escravizados e escravizadas da lista de 1874 apareçam como *solteiros*, os homens e mulheres ali descritos entretinham relações afetivo-sexuais. A atuação como campeiro pressupunha obrigatoriamente uma autonomia relativa, principalmente no trato do gado e da sua condução para locais de abate, e a negociação entre os cativos e os senhores e senhoras incluía retribuições materiais e afetivas, como a garantia da estabilidade dos laços familiares. No caso dessa propriedade específica, da fazenda da Casa Branca, não encontramos, por exemplo, nenhuma venda de escravizados ou escravizadas, apenas a obtenção de novos membros através da compra. Ou seja, a dependência da família senhorial de sua escravaria no gerenciamento da fazenda provavelmente criou um contexto em que a maternidade escravizada pode ser exercida, mesmo que dentro dos limites do cativeiro.

Por outro lado, devemos considerar a própria participação de Isabel Gonçalves na alforria de Aquim, sugerindo-nos que mesmo antes da morte do esposo ela já partilhava da gerência dos escravizados, o que certamente também se dava no cotidiano da lida da estância. Não descartamos também outras hipóteses, como a de que Manoel Alves já estaria adoentado e que, então, Isabel Gonçalves naquele momento já estava tomando um melhor conhecimento dos negócios e das questões mais burocráticas. A afirmação da negociação em torno da liberdade de Aquim frente ao tabelião, poderia, assim, ter sido uma forma dos senhores garantirem que o escravizado mantivesse seu acordo em relação à Isabel Gonçalves mesmo após a morte de Manoel Alves.

Podemos ainda apontar, observando o Quadro 9 e os Gráficos 3 e 4, que Aquim e Irineu são os únicos descritos como *pardos*, em uma escravaria onde não aparecem africanos. Essa denominação de cor aponta mestiçagem e, quem sabe, abuso senhorial (MOREIRA, PACHECO, HAACK, 2020). Assim, talvez a confiança que o casal de senhores tinha com relação a Aquim derivasse de seu talento profissional e de ser fruto de uma relação

¹⁷ Lembremos que o gado da fazenda Casa Branca talvez fosse direcionado para as charqueadas localizadas nas margens do Rio Jacuí, em São Jerônimo e Arroio dos Ratos (FARINATTI, 2007; MATHEUS, 2012).

¹⁸ AHCPMA - Livro de Óbitos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, 1860/1884, folha 7v.

extraconjugal do senhor com uma escravizada da casa. Finalmente, nota-se a importância do campeiro Aquim para seus senhores que estabeleceram como condição para a alforria manter-se administrando a fazenda onde foi escravizado, por tempo indeterminado e mediante assalariamento. Não existe no inventário de 1874 imóveis urbanos, o que poderia também apontar que os proprietários eram absenteístas, ou seja, que deixavam a propriedade sob o gerenciamento de alguns trabalhadores.

É importante destacar que Isabel Gonçalves foi uma senhora que, algumas vezes durante sua vida buscou garantir seus direitos junto à justiça. No capítulo anterior já tínhamos destacado que ela mobilizou um protesto contra Isidoro Belmonte, em relação ao cercamento de uma área que Isabel Gonçalves julgou como inapropriada. Agora, destacamos o inquérito judicial que essa senhora abriu, em 1878, contra José Couto, pelo furto de duas rezes dos campos de criação de sua propriedade em Pedras Brancas. De acordo com os autos do processo, Isabel Gonçalves mobilizou as autoridades locais que, então, flagraram o réu carneando os animais e fizeram sua prisão.¹⁹

Quanto às alforrias de Rosa e Clemência, Isabel Perpétua já era viúva e, assim, respondia legalmente por seus bens e propriedades. Foi justamente nos trâmites da realização do inventário de Manoel Alves, no início de 1874, que Rosa aproveitou para negociar a compra de sua alforria com a senhora. A escravizada pagou por sua liberdade o valor de 250 mil réis, o que representou metade da quantia pela qual foi avaliada no inventário do falecido senhor.²⁰ A alforria de Clemência, por sua vez, foi registrada sem ônus, ou seja, de forma *gratuita* e sem a imposição de condições, anos depois da de Rosa, em julho de 1883. Dessa vez, Isabel Gonçalves incumbiu o sobrinho João Ventura Contino de se dirigir ao cartório e tramitar a alforria da libertanda.²¹ Como nenhum ofício foi atribuído a elas na matrícula feita por Manoel Alves em 1873, suspeitamos que Rosa e Clemência eram escravizadas domésticas.

Ainda que Isabel Gonçalves não tenha imposto restrições ou condições nas alforrias de Rosa e Clemência, pelas circunstâncias acreditamos que ambas seguiram vivendo na fazenda da antiga senhora em caráter de dependência, prestando-lhe algum serviço. Para isso, é importante frisar que as duas possuíam filhos e netos que seguiriam como escravizados ou ingênuos da senhora.²² O afeto maternal das libertas com sua prole certamente influenciou as

¹⁹ APERS - Juízo do 3º Distrito Criminal de Porto Alegre, Processo crime. Autora: Isabel Perpétua Gonçalves, Réu: José Macedo Couto, nº 1351, 1878.

²⁰ APERS - 3º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 20, folha 76, carta de 05/12/1874, registrada em 22/11/1875.

²¹ APERS - 3º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 06, folha 29, carta de 06/07/1883, registrada em 13/07/1884.

²² Já existe uma historiografia razoável sobre as experiências dos ingênuos, mostrando como a exploração dos

circunstâncias das cartas de liberdade, levando-as a seguirem sob a dependência de Isabel Gonçalves. No caso de Rosa, ainda em idade produtiva quando alcançou a alforria, poderia seguir oferecendo bons serviços à fazenda Casa Branca, buscando acumular algum pecúlio, conforme já havia feito em relação à sua carta de alforria, para, então, agenciar a liberdade dos filhos. Clemência, por outro lado, já tinha mais de 50 anos quando se libertou do cativeiro, portanto, deve ter optado por passar seus últimos anos na fazenda em que vivera a vida inteira, usufruindo da companhia dos filhos que ali seguiriam escravizados.²³ Destaquemos que a abolição da escravatura no Brasil não foi acompanhada de qualquer forma de indenização aos escravizados e escravizadas pelo tempo de cativeiro. O projeto de alguns abolicionistas negros, como André Rebouças, da efetivação de uma “Democracia Rural” (reforma agrária) podemos afirmar que não se realizou até hoje no país (TRINDADE, 2004; MAGALHÃES, 2014). Assim, manter relações cordiais com os ex-senhores muitas vezes era a alternativa para obter acesso à terra, para famílias de trabalhadores rurais.

Os leitores e leitoras notaram que alguns parágrafos acima grifamos em itálico a palavra *gratuita*, referindo-se à alforria de Clemência. Isso tornou-se necessário para que não nos julguem ingênuos caindo nas falácias retóricas senhoriais. Clemência não obteve de graça a sua liberdade, mas trabalhou por ela por décadas, além de enriquecer o patrimônio senhorial com dois filhos e vários netos. No sentido de evidenciar as múltiplas opressões que atingiam as mulheres negras escravizadas, incorporamos aqui a expressão *cultura do cuidado*, tecida por Karine Damasceno (2019, p. 125) em sua tese. De acordo com a referida historiadora, essa cultura era imposta às negras escravizadas, mas também *compartilhada* por elas: “a cultura do cuidado e a maternidade, uma vez que tradicionalmente era papel das mulheres negras a responsabilidade de cuidar das crianças, dos mais velhos, dos doentes, da comunidade negra e da classe senhorial, se constituíram como diferenciais fundamentais entre a escravidão feminina e a masculina” (DAMASCENO, 2019, p. 137). Sintetizando:

Nesse sentido, mais uma vez, é importante lembrar que a cultura do cuidado para as negras em cativeiro se estendia aos trabalhos relacionados ao âmbito doméstico, criação e educação das crianças, cuidados com doentes e velhos e ainda com o bem-estar das pessoas da comunidade negra. Além destas responsabilidades com as suas e os seus, as mulheres escravizadas ainda precisavam se dedicar a cuidar do bem-estar

mesmos persistiu apesar de seu status de *libertando*: ver: ALLANIZ, 1994; CARDOSO, 2015; GEREMIAS, 2005; GÓES, 2002; GUSMÃO, 2016; MATTOSO, 1988; MODESTO, 2018; MOREIRA, 2013; MOREIRA, PINTO, 2020; PAPALLI, 2003; PERUSSATTO, 2010; URRUZOLA, 2014; ZERO, 2004.

²³ Os laços familiares entre os escravizados poderiam tanto ser usados como uma ação em prol da obtenção da alforria, como uma estratégia senhorial para evitar a migração em massa de seus cativos após aquisição da liberdade. Acerca desses distintos significados em torno da família escrava, ver: SLENES, 1999; FLORENTINO, GÓES, 1997; JUNIOR, 2011; MATTOSO, 1990.

da família senhorial executando tarefas domésticas mais pesadas e aquelas consideradas inapropriadas para as mulheres da classe senhorial como, por exemplo, lavar roupa e fazer compras (DAMASCENO, 2019, p. 190).²⁴

Certamente a senhora Isabel Perpétua usufruiu dos cuidados de suas escravizadas, as quais a ajudaram em momentos diversos, servindo e alimentando a família senhorial, costurando e lavando as suas roupas, produzindo alimentos, cuidando e curando a família senhorial e os demais integrantes do domicílio, conservando e protegendo a integridade dos bens e das pessoas da casa etc. Assim, pode ter ocorrido uma certa aproximação de gênero entre a senhora e as suas escravizadas.

Também encontramos Isabel Gonçalves envolvendo-se noutra negociação de liberdade. Em janeiro de 1879, na região de Pedras Brancas, essa estancieira pagou à senhora Jerônima Barbosa de Oliveira a quantia de 400 mil réis, referente à liberdade da crioula Maria. Por essa alforria, Maria deveria servir Isabel Gonçalves pelo período de 3 anos e 6 meses.²⁵ É difícil precisar as motivações de Isabel Gonçalves nessa negociação, porém ficamos especulando se esta Maria alforriada em 1879 ou aquela outra adquirida em 1881, pudesse ser amásia do campeiro Pio, comprado em 1883. Um item importante na negociação dos senhores com seus escravizados campeiros era a estabilidade das famílias escravizadas, portanto, quem sabe Isabel Gonçalves investiu na reunião de um núcleo familiar que lhe garantisse trabalhadores e trabalhadoras fiéis e talentosas.

Em relação a Abel, Maria Salomé, Belmiro e Irineu o registro cartorial não foi feito, mas, muito provavelmente, fizeram parte daquelas nove atribuídas à Isabel Gonçalves no Livro de Ouro. Dessa forma, podem ter sido sim, fruto da agência abolicionista empreendida pela senhora ao integrar e colaborar com o Centro Abolicionista, mesmo que as suas dinâmicas estivessem relacionadas as suas políticas senhoriais cotidianas. Conforme visto no capítulo anterior, as tendências políticas dos partidos e o próprio movimento abolicionista, estiveram pautados na ideia de abolição lenta e gradual. Ainda que as elites e lideranças abolicionistas (principalmente o Centro Abolicionista) tenham construído um discurso oficial em torno da

²⁴ Além das referências sobre maternidade escrava já citadas, recomendamos a leitura de: WITTER, 2006; MOREIRA, 2012.

²⁵ APERS - Tabelação Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre/ Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Livro 7, página 12v, carta de 22/01/1879.

Jerônima Barbosa de Oliveira era viúva de Cândido Leite de Oliveira, falecido em 1860, com quem teve doze descendentes. Como inventariante dos bens, Jerônima Barbosa recebeu pelo inventário do marido a quantia de 4:741\$890 em propriedades, terras, móveis, semoventes e escravizados que, desde então, passou a gerenciar. Tratava-se assim, de uma senhora cujo perfil socioeconômico era bastante próximo ao de Isabel Perpétua e as demais personagens do capítulo (APERS - Cartório de órfãos e ausentes, Inventário post-mortem. Inventariante: Jerônima Barbosa de Oliveira, inventariado: Cândido Leite de Oliveira, nº 97, 1860).

emancipação antecipada da província, sabemos que a estratégia foi a de manter o controle sobre os libertos, a partir da feitura de alforrias ou contratos com cláusulas de prestação de serviço (MOREIRA, 2013; ZUBARAN, 1998).

Por mais que Isabel Gonçalves concordasse com a causa abolicionista, uma vez que integrou e colaborou com o Centro Abolicionista, ela também havia de seguir a sua lógica de mulher proprietária, criada dentro de uma ordem escravista, e pensar na manutenção de sua estância, cuja mão de obra, até então, usufruía do trabalho escravo. Por isso e diante das características dos referidos escravizados, certamente as alforrias de Abel, Maria Salomé, Belmiro e Irineu ocorreram mediante a imposição de cláusulas de prestação de serviço. Entre eles estavam os escravizados mais jovens de Isabel Gonçalves, sendo três deles homens identificados como *campeiros* que, então, constituíam mão de obra necessária e fundamental em seu negócio.²⁶ Preocupada com sua velhice, pois já tinha mais de 60 anos de idade, e não tendo filhos para dar continuidade às suas propriedades, Isabel Gonçalves certamente firmou a condição dos escravizados servirem-lhe até a morte. Essas pessoas viviam com ela na fazenda, partilhavam tanto das atividades laborais como dos momentos de lazer, gozavam, assim, de uma convivência diária e íntima com sua senhora.

A forte campanha abolicionista que se processava na capital porto-alegrense, bem como o envolvimento público de Isabel Gonçalves na causa, em sua conhecida participação no Centro Abolicionista, podem ter sido elementos suficientes para que os cinco indivíduos não reivindicassem ou pressionassem a senhora pela oficialização das alforrias. Aquim, Clemência e Rosa, por sua vez, haviam conquistado suas alforrias num contexto diferente, em que as possibilidades de reescravização eram maiores. Por outro lado, a convivência desses escravizados com sua senhora no cotidiano da fazenda, poderia ter desenvolvido em Isabel Gonçalves, não só um respeito pela competência do trabalho das referidas pessoas, mas também a confiança de que elas não a abandonariam, que manteriam o acordo verbal estabelecido.

Isabel Gonçalves faleceu em 1901 e o sobrinho Eduardo Pires encaminhou seu inventário, no qual o patrimônio dela foi avaliado em vinte e dois contos, quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta réis (22\$475.180). Entre os bens constavam praticamente todos

²⁶ Reiteramos que os escravizados campeiros costumavam ser muito valorizados nas estâncias devido às habilidades que possuíam em relação à todas as etapas de criação de gado, como equitação, manejo do laço, arrebanhamento, marcação e castração. Devido à natureza de suas tarefas, esses homens andavam a cavalo e armados e, assim, poderiam fugir com certa facilidade. Por tais motivos, era comum os estanceiros empreenderem diferentes estratégias para impedir suas fugas, como tratá-los relativamente bem (em comparação com outros escravizados), destinando melhor alimentação e roupas, deixando que criassem algumas rezes e plantassem roças próprias, incentivando a formação de famílias e mesmo prometendo a alforria depois de muitos anos de serviço fiel (MONSMA, 2011, p. 7).

aqueles que a senhora havia assumido após a morte do marido: a fazenda Casa Branca com todas as benfeitorias (área aproximada de 8.215.758 m²), incluindo a casa de moradia e o mobiliário, outras três propriedades menores nas redondezas de Pedras Brancas e os semoventes. Em relação aos últimos, realmente observamos um número muito menor em relação ao herdado por ela em 1874, o que nos sugere uma diminuição nas atividades econômicas da fazenda. De acordo com o inventário de Manoel Alves, a referida senhora herdou: 1000 rezes chucras de criação, 45 novilhos, 30 rezes mansas de criação, 9 bois mansos, 100 éguas xucras, 26 cavalos mansos e 130 ovelhas. Quando morreu, Isabel Perpétua deixou: 424 rezes, 6 bois mansos, 20 cavalos mansos, 40 cavalos mansos, 6 éguas mansas, 3 potros, 1 burro manso, 3 petiços. Ainda assim, podemos considerar que Isabel Gonçalves obteve sucesso em manter sua condição socioeconômica enquanto viúva, afinal não precisou desfazer-se de nenhuma de suas propriedades, preservou seu patrimônio deixando-o de herança para sobrinhos e sobrinhas. Infelizmente, esse tipo de fonte – os inventários post-mortem – raramente informam sobre a permanência dos ex-escravizados e de suas proles nas fazendas, o que nos impede de saber se permaneciam ainda por lá, mas podemos facilmente imaginar algumas mulheres negras egressas do cativeiro *cuidando* de Dona Isabel em sua velhice e o campeiro Aquim administrando competentemente aqueles bens rurais.²⁷

Neste capítulo, buscaremos destacar a atuação de outras mulheres como Isabel Perpétua, proprietárias de escravarias que, entre os anos 1878 e 1888, registraram alforrias nos cartórios de Porto Alegre. Não é fácil fazer um corte de gênero nas políticas senhoriais já que as opções e estratégias, na maioria dos casos, eram derivadas de percepções familiares, onde certamente as opiniões das senhoras escravistas contavam, entre outras. Nosso foco é na ação, na área pública do abolicionismo, das mulheres adeptas da causa da abolição, mesmo que gradual.²⁸ Consideramos que as ações dessas personagens ocorreram na esfera do cotidiano, pois entendemos que esse âmbito comporta as questões do dia a dia, rotineiras. No cotidiano estão os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo em suas variadas instâncias, como “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2016, p. 32).

²⁷ APERS - 3º Cartório, Inventário post-mortem. Inventariada: Isabel Perpétua Gonçalves, inventariante: Eduardo Pires Martins, nº 213, 1901.

²⁸ A professora e romancista Toni Morrison (2020, p. 120) destaca, para os Estados Unidos, o que já apontamos com relação à Inglaterra: “O feminismo é tão antigo quanto a repressão sexual. Nesse país [Estados Unidos], a emancipação das mulheres floresceu melhor no solo preparado pela libertação negra. O movimento abolicionista de meados do século XIX engendrou sufragistas; o movimento pelos direitos civis de meados do século XX engendrou a emancipação das mulheres.”

Viúvas ou solteiras, e por vezes em conjunto com os maridos, inúmeras senhoras empreenderem estratégias em relação à liberdade de seus trabalhadores e trabalhadoras escravizados, visando, sobretudo, manterem seus padrões socioeconômicos. De modo geral, veremos que essas mulheres não possuíam uma situação financeira estável, por isso buscavam seu sustento cotidianamente. Elas não se limitaram somente à esfera doméstica, pois a necessidade de sobrevivência as empurrava para o espaço público, e preocupadas com sua velhice, cultivavam relações afetivas, econômicas e de dependência com familiares, amigos e até mesmo escravizadas e ex-escravizadas. Além disso, buscaremos demonstrar que nem todas tiveram uma experiência tão exitosa quanto Isabel Gonçalves, tendo suas posses afetadas com o desmanche do escravismo na província.

3.1 As senhoras e as alforrias cartoriais

Para o estudo proposto sobre o abolicionismo feminino cotidiano, temos como fontes principais as cartas de alforrias registradas nos cartórios de Porto Alegre,²⁹ principalmente aquelas transmitidas na última década de escravidão, isto é, entre 1878 e 1888. Ainda que elas representem apenas uma parcela das libertações acordadas na capital, acreditamos que sua análise já nos oferecerá uma boa amostragem acerca do gerenciamento senhorial feminino sobre a liberdade negra escravizada. Essa documentação encontra-se sob custódia do APERS, estando praticamente toda digitalizada e disponível no site da instituição.

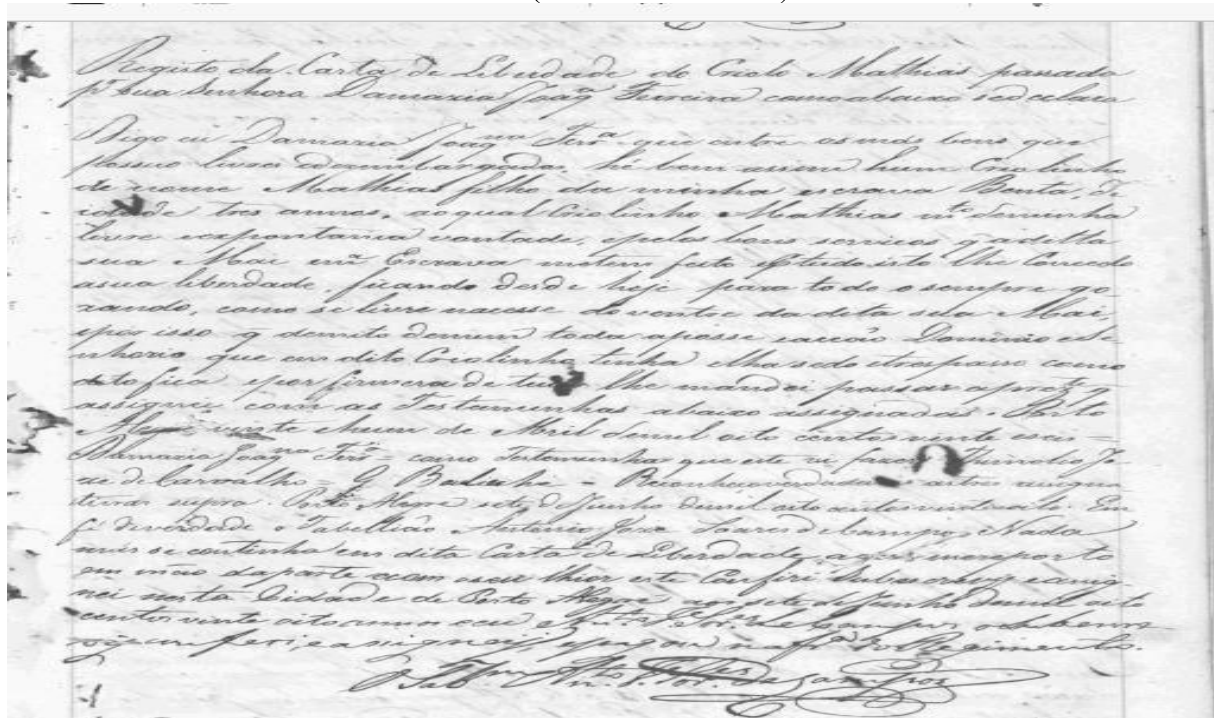
É importante destacar que não existiu no Brasil, durante o período escravista, uma obrigação legal quanto aos registros cartoriais de alforrias, mas convencionou-se fazê-lo para evitar contestação por parte de senhores ou de escravizados. Para o liberto sempre existia o risco da reescravização, e, para o senhor, nos casos da imposição de condições à liberdade, significava uma maneira de fazer o escravizado cumprir a obrigação acordada. Muitos dos libertos fizeram os registros de seus documentos de liberdade nos cartórios, como garantia contra a reescravização e foi comum que as cartas originais fossem guardadas com muito

²⁹ Optamos por levar em conta todas as sete freguesias que integravam Porto Alegre – Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Belém, Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Nossa Senhora da Conceição de Viamão e Nossa Senhora Anjos da Aldeia - visando computar uma amostragem maior de alforrias concedidas por mulheres e, assim, obter resultados mais expressivos. Mesmo assim, temos consciência de que muitas das manumissões analisadas diziam respeito a libertações que ocorreram fora do espaço de Porto Alegre, em localidades que se emanciparam da jurisdição administrativa da capital ou em municípios que nunca estiveram ligados a Porto Alegre, mas que careciam de cartório (MOREIRA, 2007, p. 14).

cuidado pelos egressos do cativeiro.³⁰ Afinal, as alforrias poderiam ser *concedidas* gratuitamente – sem ônus ou condição alguma – ou onerosas. Nesse último caso, o escravizado teria que cumprir obrigações diversas ou pagamento, podendo ser condicionais ou incondicionais - conforme aprofundaremos no decorrer do capítulo.

Quando registradas em cartório, as manumissões ocorriam em livros de notas e, no geral, seguiam certos padrões. O tabelião iniciava com a escrita de um cabeçalho onde identificava que se tratava de uma “alforria”, passada por determinado “senhor ou senhora” para dado “escravo ou escrava”. Uma alforria poderia ser passada por um ou mais proprietários e referir-se a mais de um cativo, embora não fossem casos muito recorrentes. Depois disso, transcrevia-se o conteúdo da carta, o local, a data e assinatura do senhor. O tabelião finalizava asseverando a validade do documento e anotando o local e a data de quando o registro foi feito. Como muitas vezes passavam-se meses e até anos entre a data da concessão da liberdade e a data do reconhecimento cartorial, frequentemente encontram-se duas datas nas manumissões.

Figura 5 - Carta de alforria passada por Damásia Joaquina Ferreira para o crioulo Matias (21 de abril de 1826)



Fonte: APERS - 2º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 13, f. 124r, carta de: 21/04/1826, registrada em: 07/06/1828.³¹

³⁰ Sobre a precariedade estrutural da liberdade, ver: LIMA, 2005; CHALHOUB, 2010, 2021; MOREIRA, MUGGE, 2013.

³¹ Transcrição da imagem: “Registro da Carta de Liberdade do Crioulo Mathias passada por sua senhora Damásia Joaquina Ferreira, como abaixo se declara. Digo eu, Damásia Joaquina Ferreira, que entre os mais bens que posso livres e desembargados, é bem assim um crioulinho Mathias, filho da minha escrava Benta, de idade três

De modo geral, esses documentos eram compostos por “textos curtos, secos e diretos”, cujo objetivo era mesmo de comprovar a negociação entre “quem alforriava e quem era alforriado”, mas que na imensa maioria foram “produzidos pela vontade senhorial e, obviamente, expressam a visão de mundo da casa-grande” (MOREIRA, 2007, p. 13). Muitas delas, inclusive, apresentam justificativas relacionadas à boa vontade do senhor ou da senhora que, num ato de *caridade* e *generosidade*, *agraciavam* o escravizado com a liberdade. Frequentemente constava no corpo desse documento algumas informações do escravizado ou escravizada, como o sexo, cor, origem, idade, por vezes a ocupação ou ofício, bem como a identificação do tipo de alforria, se gratuita ou onerosa. Sobre os proprietários ou proprietárias encontram-se poucas informações nesses documentos, no geral, nome e estado civil para as mulheres, especialmente. Por conta disso é que para estudarmos as estratégias cotidianas das senhoras, conforme apresentaremos no decorrer do capítulo, cruzaremos as cartas de alforrias com fontes de outras naturezas.

O uso das alforrias como fonte de trabalhos historiográficos remonta à década de 1990, acompanhando uma série de revisões e reflexões sobre a própria escravidão brasileira. Nessa época, a visão da alforria como um instrumento de abrandamento ou de caridade dos senhores passou a ser superada, dando espaço para uma mais crítica que passou a investir de protagonismo histórico escravizados, escravizadas, agências individuais e coletivas de grupos de parentesco, familiaridade, étnicos etc. As cartas de alforria tornaram-se, então, um importante documento de pesquisa onde é possível encontrar variados elementos da vida cotidiana de senhores e de escravizados. Por conta disso é que diversas discussões em torno das alforrias já foram suscitadas, pois tanto são instrumentos de coerção ideológica sobre a população escravizada, quanto fruto de estratégias de resistência de escravizados. As alforrias, por sua vez, comportam significados múltiplos e conflituosos. Aos senhores ou senhoras interessava a manutenção dos laços de dependência em relação aos cativos, garantindo sua fidelidade, obediência e, sobretudo, trabalho gratuito. Já os escravizados desejavam autonomia e ascender à condição de libertos, ou seja, era uma conquista importante.³²

anos, ao qual crioulinho Mathias, muito de minha livre e espontânea vontade, e pelos bons serviços que a dia sua mãe e minha escrava me tem feito e por tudo isto lhe concedo a sua liberdade, ficando desde hoje para todo o sempre gozando, como se livre nascesse do ventre a dia sua Mãe, e por isto que demito de mim qualquer posse e ação, Domínio e Senhorio, que no dito Crioulinho tinha e a cedo e trespasso como dito fica e por firmeza de tudo, lhe mandei passar a presente, que assinei com as testemunhas abaixo assinadas. Porto Alegre, vinte e um de abril de mil oitocentos e vinte e seis. Damásia Joaquina Ferreira”.

³² Os primeiros trabalhos que promoveram essa atualização nas interpretações e nos usos históricos das alforrias, podem ser encontrados em: MATOSO, 1988b; SCHWARTZ, 2001; CHALHOUB, 1990.

Ainda que nosso foco no capítulo esteja nas proprietárias de escravarias, não consideramos as alforrias apenas como uma *concessão*, um benefício movido unicamente pela *boa vontade* dessas senhoras. Observamos que a ocorrência da alforria, na verdade, envolvia muita luta por parte dos escravizados, que mobilizavam ações de resistência, recursos e estratégias variados para defenderem seus interesses e, muitas vezes, negociar suas liberdades (CHALHOUB, 1990; LARA, 1988; FARIA, 2004). Entretanto, buscamos considerar que ao mesmo tempo as senhoras faziam valer de suas posições hierárquicas para empreender medidas de controle e reprodução da própria escravidão, visando a reprodução do *status quo* (FLORENTINO, 2005). Nosso entendimento, então, está centrado na alforria enquanto um campo onde os interesses das senhoras entrecruzavam-se com a de seus escravizados e de suas escravizadas, sendo marcado por tensões, negociações e estratégias de todos os personagens. Sabemos que as proprietárias ocupavam uma posição hierárquica em relação à sua escravaria, mas que em relação ao seu grupo social enfrentavam restrições de gênero que, quando em comparação aos senhores homens, também interferia em suas agências – sendo a identificação disso, um objetivo importante no capítulo.

Ainda são escassos os trabalhos que abordam especificamente o protagonismo senhorial feminino em relação às alforrias e suas disputas. Na verdade, a maior parte dos trabalhos que tem nas alforrias suas fontes principais, sequer assinalam a diferenciação entre senhores e senhoras, assumindo uma postura generalista de que a classe senhorial era exclusivamente masculina. Com isso, ignora-se que embora estivessem numa mesma posição privilegiada, homens e mulheres enquanto proprietários de escravizados enfrentavam situações distintas e, portanto, agiam de formas diferentes, especialmente no que tangia às negociações em torno das alforrias e da manutenção de bens e propriedades. Além disso, ainda que os homens de fato predominassem numericamente nesse grupo, veremos que a presença feminina em relação ao compute geral das alforrias não foi nem de longe inexpressiva. Muito recentemente é que se vê a publicação de alguns trabalhos mais críticos em relação ao assunto, que incorporaram em suas discussões os aspectos concernentes ao gênero dos senhores.³³

Entre esses, destacamos a dissertação de Daniela Sbravati (2008) que identificou uma recorrente presença de mulheres (viúvas e solteiras) proprietárias de escravizados em Desterro (atual Florianópolis, Santa Catarina), na segunda metade do século XIX. Essa historiadora buscou estudar as trajetórias individuais de algumas dessas mulheres para tentar compreender

³³ Tais estudos encontram-se na esteira daqueles que buscam compreender o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade brasileira, dos quais destacamos: PRIORE, 1988; DIAS, 1995; GRAHAM, 2005; NAZZARI, 2001; SAMARA, 1989.

as estratégias que usaram para construir suas vidas, lidar com as incertezas do cotidiano, tecer relações sociais e ter acesso a recursos materiais e imateriais (SBRATIVI, 2008). Utilizando-se não somente das cartas de alforrias, mas também de várias outras fontes, como contratos de locação de serviço, testamentos, inventários post-mortem e imprensa, Daniela Sbravati (2008) constatou que a propriedade escrava para essas mulheres, na maioria solitárias, não era apenas uma garantia econômica, mas também uma fonte de status, suporte material e companhia pessoal. Não por acaso a historiadora identificou formas de companheirismos - amistoso e desigual – ligações de afeto e de interdependência entre as senhoras e seus escravizados/escravizada.³⁴

Mariana Almeida Assunção (2011), em sua tese de doutorado em História, buscou traçar o perfil dos senhores e das senhoras que alforriaram em Fortaleza, Ceará, entre 1838 e 1884. Em seu estudo, ela identificou que das 987 pessoas que alforriaram nessa região, 606 (61,3%) eram homens, 261 (26,4%) eram mulheres e 89 (9,0 %) foram mistas, isto é, envolveram homens e mulheres (ASSUNÇÃO, 2009, p. 19). Em sua pesquisa, ela constatou diferenças entre o conjunto de senhores e senhoras que residiam no ambiente rural ou urbano quanto ao perfil do escravizado que alforriava ou na modalidade da alforria.

De acordo com os dados, os homens residentes tanto no meio rural quanto urbano libertavam mais escravos do sexo masculino, e as senhoras que alforriavam, libertaram mais escravas; independente de qual fosse o ambiente que residissem. Essas escravas libertas pelas senhoras estavam na maioria abaixo dos 15 ou acima dos 35 anos. Mulheres que mais raramente engravidavam cujos preços eram baixos, e as mais maduras provavelmente já vinham prestando serviços há muito tempo para suas donas, talvez até criado os filhos dessas escravas com ajuda das senhoras e vice-versa. Talvez isso indique que a afeição aliada a um pouco de lógica econômica escravista tenha sido realmente um fator que interferiu na concessão de alforrias feminina (ASSUNÇÃO, 2009, p. 164).

Podemos perceber que o trabalho de Mariana Assunção já levantou reflexões bem importantes sobre as questões de gênero em relação às formas de alforriar. De modo que, a historiadora observou características distintas entre senhores e senhoras acerca do encaminhamento das liberdades de escravizados e escravizadas.

Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, as alforrias já foram base para a produção de trabalhos historiográficos que versam sobre os temas circundantes aos de

³⁴ Não focando especificamente nas cartas de alforria, mas nos questionamentos levados até a justiça por parte de mulheres negras escravizadas, a já citada historiadora Karine Damasceno (2019, p. 17) argumentou que “Em Feira de Santana, embora não tenha sido descartado algum nível de solidariedade entre elas, o que saltou aos olhos na documentação analisada foi a existência de alianças pontuais contra o patriarcalismo unindo mulheres negras e algumas senhoras”.

escravidão e liberdade.³⁵ Destacaremos aqui apenas alguns que julgamos mais relevantes para a construção deste capítulo e que se referem a Porto Alegre.

Paulo Moreira (1996, 2003, 2007) possui variados trabalhos cuja base documental foram as alforrias cartoriais referentes à capital da província, nos quais ele buscou destacar o protagonismo histórico de escravizados. Entre eles, destacamos a elaboração de um catálogo com todas as alforrias registradas nos livros de cartório de Porto Alegre, entre os séculos XVIII e XIX, organizadas em verbetes. Tal obra, feita por Moreira em conjunto com Tatiana Tassoni (2007), é um importante guia para os historiadores nesse acervo, tendo sido de extrema relevância para a elaboração deste capítulo. Com base nesse levantamento, que totalizou dez mil e cinquenta e cinco (10.055) cartas de alforrias, Moreira (2007) empreendeu uma análise quantitativa dos padrões mais recorrentes, destacando variáveis como gênero, origem, tipos de alforrias, entre outros relativos aos alforriados.

Ao estudar os padrões de alforrias e a inserção social de libertos em Porto Alegre, entre 1880 e 1835, Gabriel Aládrén (2008), buscou observar os mecanismos de obtenção da manumissão e as formas específicas através das quais os pretos e forros vivenciaram suas experiências de liberdade. Em seu trabalho de mestrado, o dito historiador constatou uma predominância nas cartas passadas para escravizados nascidos no Brasil de mulheres, em detrimento das passadas para homens nascidos na África. Dos 662 escravizados cuja naturalidade foi identificada, Aladrén (2008, p. 41) constatou que 66% eram nascidos no Brasil e 34% na África; sendo 59% mulheres e 41% homens. Além disso, predominou entre os cativos africanos a obtenção da alforria por meio da compra; enquanto para os nascidos aqui, predominaram as gratuitas ou sob condições. Na verdade, como os últimos gozavam de uma maior proximidade com seus proprietários e alguns, inclusive, de sua confiança constituíam-se relações paternalistas que, então, tornavam esses indivíduos privilegiados na conquista da alforria (ALADRÉN, 2008).

Uma das pesquisas mais recentes nesse campo, é a dissertação de mestrado de Bruna Krob (2016), onde essa historiadora analisou as alforrias registradas nos cartórios de Porto Alegre, entre 1884 e 1888, visando traçar um perfil dos libertandos e examinar as condições sob as quais alcançaram a liberdade. Por meio de uma análise estatística, essa historiadora investigou o peso de variáveis como, sexo, faixa etária, cor, local de procedência, ocupação, bem como a relação existente com cada tipo de alforria (gratuitas, pagas e condicionais). De modo geral, Bruna Krob (2016, p. 233) identificou uma “maioria de libertandas mulheres, de

³⁵ Sobre a minimização da escravidão na historiografia do Rio Grande do Sul, ver nota 14 do capítulo anterior.

crioulos nascidos na própria província e em plena idade produtiva”. As mulheres também tiveram vantagem em relação aos homens sobre as alforrias gratuitas e condicionais, cujas cláusulas de prestação de serviços foram menores que a de seus companheiros.

Como podemos perceber as cartas de alforrias dos cartórios de Porto Alegre já foram base para a produção de alguns trabalhos historiográficos que versam sobre os temas circundantes aos de escravidão e liberdade nessa capital.³⁶ Foram frequentes em tais estudos as reflexões de gênero em relação aos alforriados, onde tencionaram-se as reflexões sobre escravizadas e a conquista de suas liberdades. Tendência que igualmente observamos nos estudos desse campo para outras províncias do país. Por outro lado, em nenhum dos trabalhos observamos recorte afim em relação a quem alforriavam, ou seja, as senhoras.

Visando contribuir com o preenchimento dessa lacuna na historiografia, é que inicialmente faremos um estudo essencialmente quantitativo das manumissões registradas por mulheres, tendo por base a análise das variáveis mais recorrentes nesse conjunto, principalmente em relação ao perfil dos alforriados e aos tipos de alforrias concedidas por elas. Num segundo momento, após identificar as senhoras com os maiores números de cartas passadas em seus nomes, partiremos para um estudo mais focalizado nas estratégias empreendidas por elas em relação à liberdade de suas escravarias. Para tanto, faremos o cruzamento das manumissões com outras fontes, como inventários *post-mortem*, testamentos, imprensa, entre outras. Aqui, como no capítulo anterior, as inspirações nas bases da micro-história foram de muita valia e contribuição.

3.2 Os padrões das cartas de alforrias transmitidas por mulheres

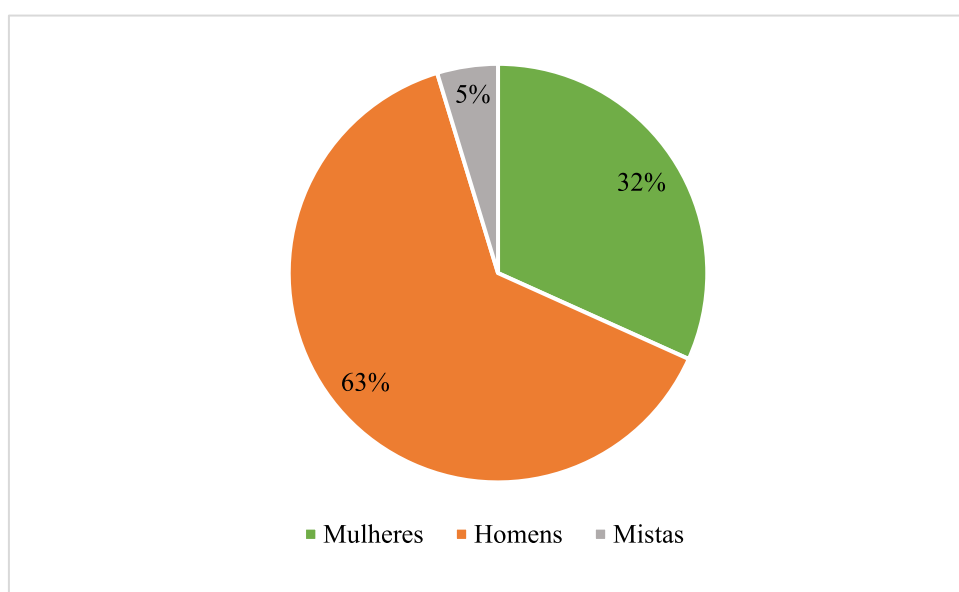
Achamos mais fácil fazer o levantamento das alforrias passadas por mulheres a partir do catálogo feito por Paulo Moreira e por Tatiani Tassoni (2007), no qual se encontram todas as Cartas de Liberdade registradas nos tabelionatos de Porto Alegre entre 1763 e 1888. Nesse trabalho, a documentação foi organizada por seus autores em verbetes formulados da seguinte forma: “Nome escravo; observação; estado civil; filiação; cor; origem; idade; profissão; proprietário (Sr); data da concessão da carta (dt. Conc.); data em que foi registrada a carta (dt. Reg.); localidade em que foi concedida a carta (Referência do documento). Descrição da carta de liberdade” (MOREIRA, TASSONI, 2007, p. 91). Dessa forma, conseguimos selecionar

³⁶ Assinalamos ainda a existência de trabalhos nesse campo que se referiram a outras regiões do Rio Grande do Sul, como o de Melina Perussatto (2010) sobre Rio Pardo, Marcelo Matheus (2012) com foco em Alegrete e de Jovani Scherer em relação a Rio Grande (2008).

somente o conjunto de manumissões que nos interessava e, quando necessário, acessar o documento original diretamente pelo site do APERS. Com base na seleção desse catálogo, organizamos uma tabela no *Excell* com os dados coletados que serviram, então, para sustentar a análise quantitativa que segue.

De modo que nosso objetivo é privilegiar a atuação das senhoras, buscamos, em primeiro lugar, perceber qual foi a representatividade delas no conjunto de 2175 registros identificados entre os anos de 1878 e 1888.

Gráfico 5 - Panorama geral das alforrias transmitidas por mulheres

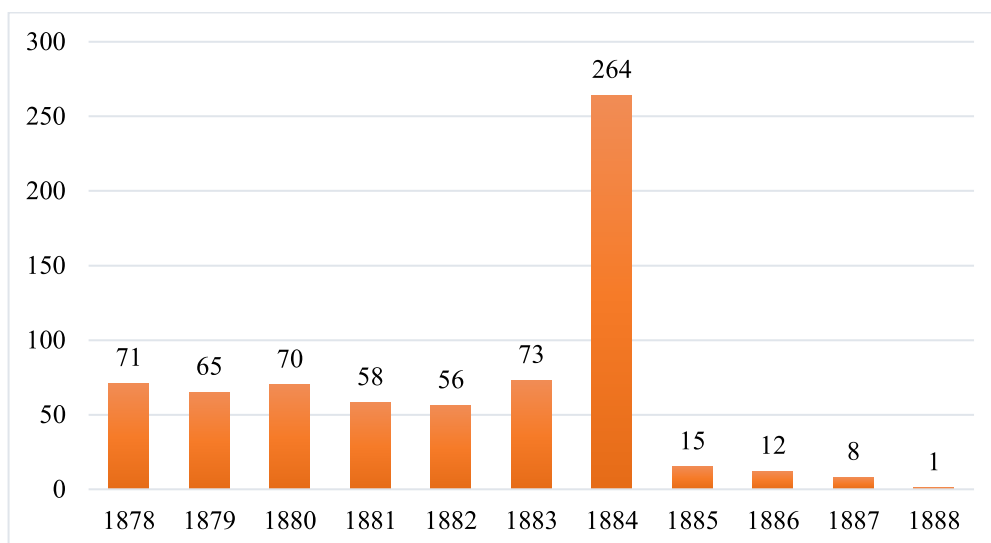


Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Ainda que a maioria das alforrias tenha sido registrada por homens, que contabilizaram 1380 (63%), a participação das mulheres não foi inexpressiva. Em relação ao total, 693 (32%) das cartas foram passadas por ou em nome de senhoras. Nesse grupo, contamos também os casos de alforrias concedidas em conjunto por duas ou mais mulheres – tão embora essa ocorrência tenha sido bem baixa, visto que encontramos somente 6 com tal característica. Além disso, as mulheres também participaram das 102 (5%) alforrias que categorizamos como mistas, isto é, com homens, seus cônjuges ou pais, irmãos e parentela em casos de divisão de heranças.

Em relação à distribuição das alforrias ao longo do período selecionado, cujo levantamento pautou-se pela data do registro cartorial do documento, verificamos que a quantidade de manumissões passadas por senhoras não aumentou nem diminuiu significativamente até o ano de 1884.

Gráfico 6 - Distribuição anual das alforrias transmitidas por mulheres



Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

É possível perceber que o ano de 1884 foi o momento em que mais as proprietárias de escravizados e escravizadas registraram alforrias nos cartórios locais, característica que interferiu em todas as variáveis propostas na presente análise. Tal sobressalto, está fortemente relacionado ao fato de 1884 ter sido um ano significativo no abolicionismo, quando a campanha tomou forma e estrutura em Porto Alegre - conforme já estudado no capítulo anterior. A média de cartas de liberdades transmitidas pelas senhoras que, entre os anos 1878 e 1883, teve média de 65,1; em 1884 chegou a 263 registros. A partir desse ano, como esperado, a quantidade de alforrias caiu drasticamente até 1888, e com isso também o número daquelas passadas especificamente por mulheres. Por conta disso é que frequentemente ficamos diante de três panoramas distintos: entre 1878 e 1883, o ano de 1884 e entre 1885 e 1888.

Observamos que foram 693 alforrias passadas por 479 senhoras distintas, sendo a média, então, de 1,45 alforrias por senhora. Identificamos que 371 mulheres registraram somente 1 manumissão, 70 registraram 2, e, 18 registram 3, sendo essas as variáveis mais recorrentes. Dessa forma, predominou no grupo senhorial feminino de Porto Alegre proprietárias de pequenas escravarias, certamente mulheres que recebiam alguns poucos escravizados/escravizadas de herança familiar ou matrimonial. É importante destacar que ter e governar sobre a mão de obra escravizada não era unicamente um privilégio de elite, provavelmente também se incluíram nesse grupo mulheres negras e pardas, forras. O máximo de cartas de liberdade que encontramos para o período sendo transmitidas por uma mesma senhora foi de 20, no caso Antônia Ferreira da Cruz. Adiante falaremos especificamente da agência dessas mulheres que

se destacaram no grupo senhorial feminino de Porto Alegre por terem registrado uma quantidade mais expressiva de cartas de liberdade.

Os senhores alforriaram com mais frequência que senhoras porque geralmente eram possuidores de terras e escravizados e quando casados gerenciavam os bens do casal, diferente das senhoras cujas posses eram originadas de dotes e partilhas ou de heranças, no caso de viuvez. Logo, as mulheres alforriavam com menos frequência, pois necessitavam mais dos cativos ao seu lado no trabalho cotidiano. Tais características ajudam a explicar o sobressalto nos dados obtidos para 1884, quando o abolicionismo chegou em seus últimos dias e essas senhoras tiveram, então, que encontrar alternativas para manter o controle sobre a mão de obra escravizada. Conforme veremos adiante, elas aderiram amplamente a política senhorial das alforrias com cláusulas de prestação de serviço.

É importante destacar que em 63 (9,15%) do conjunto de 688 alforrias, as senhoras foram identificadas expressamente como “analfabetas”. Nesses casos, geralmente elas encarregaram procuradores ou familiares aptos para fazerem o dito registro em seu nome. É provável que esse número fosse ainda maior na prática, afinal os índices de instrução para a província, em meados do século XIX, eram os seguintes:

Tabela 3 - Dados sobre a instrução no Rio Grande do Sul/ censo de 1872

Instrução	População	Percentual
Sabem ler e escrever	95,403	21,34 %
Não sabem ler e escrever	339,410	75,94%
De instrução não declarada	12,149	2,72 %
Total	446,962	100%

Fonte: Recenseamento geral do Brasil de 1872: Rio Grande do Sul, Diretoria Geral de Estatística. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rs.pdf. Acessado em: 11 mai. 2020.

Ou seja, a maior parte das pessoas eram analfabetas e no caso das mulheres esse dado deveria ser ainda mais expressivo. Mesmo algumas pessoas que sabiam ler e escrever, de modo geral, sabiam de forma bastante precária, ainda mais em relação às personagens deste capítulo que como veremos nasceram e cresceram no início do século, quando a escolarização feminina era mais limitada. Adiante veremos que, se por um lado essa deficiência certamente impunha limites à atuação das senhoras no mundo dos negócios; por outro exigiu que elas o acessassem de outras maneiras. Cenário bem diferente daquele que observamos no capítulo anterior, onde

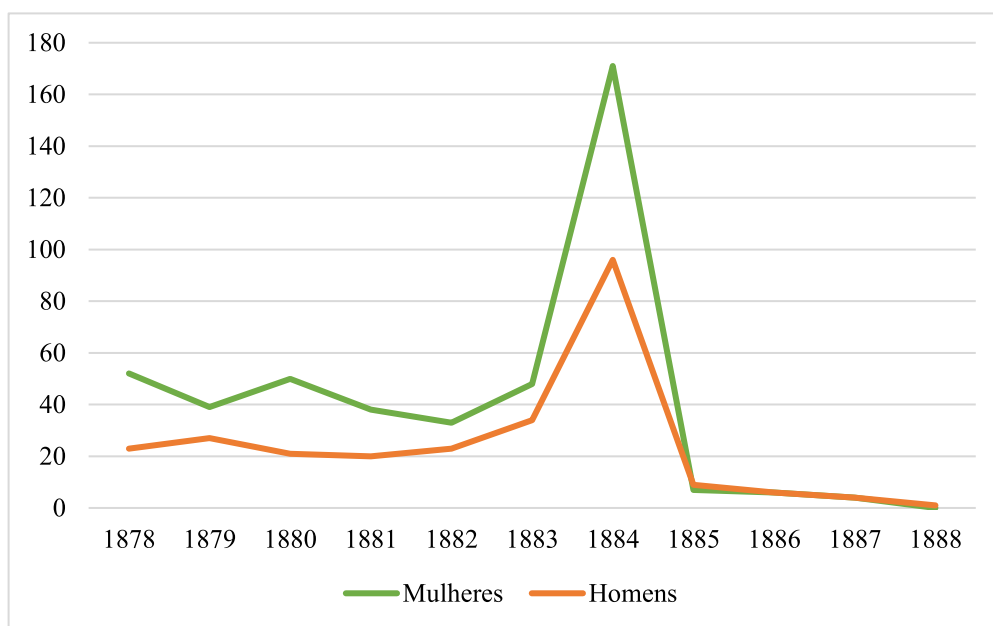
as abolicionistas estudadas tinham bom domínio da cultura letrada, o que inclusive contribuiu para o desenvolvimento de suas agências no Centro Abolicionista.

3.2.1 Perfil dos alforriados

Nesta parte da tese, traçaremos um breve perfil do grupo a quem as senhoras *concederam* as manumissões. Com isso, será possível nos aproximar dos interesses e das motivações que circundavam o grupo senhorial feminino de Porto Alegre, na última década do escravismo.

As 693 alforrias registradas por elas referiram-se ao total de 712 indivíduos. Desses, 684 cartas beneficiaram apenas uma pessoa, enquanto 9 libertaram entre duas e seis, somando 28 indivíduos. A variável mais perceptível em todas essas alforrias foi a de “sexo”, o que nos permitiu aferir que 448 (63%) foram para escravizadas e 264 (37%) para escravizados.

Gráfico 7 - Distribuição anual de acordo com o sexo inscrito na alforria



Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Quando observamos a distribuição anual, ao longo de praticamente todo o recorte cronológico houve predomínio feminino enquanto destino da manumissão. Na verdade, somente em 1885 e 1888 o número de alforrias para homens superou o de mulheres. Contudo, devemos considerar a drástica redução no número total de alforrias após 1884, bem como a pequena diferença aferida nesses dois anos, 2 para 1885 e 1 para 1888.

Embora seja um consenso a ascendência de mulheres sobre homens na conquista de alforrias, a maior parte das explicações levam em conta as relações das escravizadas com seus senhores. Isto é, “entretendo relações íntimas (de diversas formas) com seus senhores, muitas dessas mulheres ocupavam-se no serviço doméstico e deveriam ser seduzidas com promessas de liberdade, não só para evitar possível vinganças como também para incentivarem a produção de “crias” que aumentassem o patrimônio dos senhores” (MOREIRA, 2007, p. 16). Conforme observamos, senhoras também alforriaram mais mulheres que homens e certamente suas motivações também se relacionavam aos estreitos laços que as aproximavam, como de amizade, tempo de serviço, afeto e convívio familiar. Claro que o fato de “serem do mesmo gênero nem sempre significou relações solidárias, humana e amigáveis” entre senhora e escravizada, “afinal o gênero estava eivado por outros critérios de condição social e de cor.” “Se para os homens escravizados a ameaça maior estava na força física, as mulheres na mesma condição ameaçavam em outras esferas das relações de poder, as afetivo-sexuais” (REIS, 2018, p. 109). Ao longo deste capítulo, especialmente com as análises mais individualizadas do grupo senhorial feminino, será possível levantar outras hipóteses acerca das relações entre senhoras e escravizadas.

A cor dos homens e mulheres alforriados por senhoras, ao lado do sexo, foi uma das variáveis mais recorrentes na documentação, de modo que encontramos essa característica para 328 dos 712 indivíduos. Inserimos no quadro abaixo todas as designações de cor encontradas:

Tabela 4 - Distribuição de acordo a cor inscrita na alforria

Cor	Homens	Mulheres	Total
Preto	62	119	181 (55,2%)
Pardo	51	87	138 (42,1%)
Mulato	0	3	3 (0,9%)
Parda/mulato	1	2	3 (0,9%)
Branco	0	1	1 (0,3%)
Cabra	0	1	1 (0,3%)
Fula	0	1	1(0,3%)
Total	114	214	328

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Podemos perceber que homens “pretos” e mulheres “pretas” foram as designações de cor com mais ocorrências no conjunto de alforrias analisado, seguido por “pardo” e “parda” e “mulato” e “mulata”. Ainda que guardassem diferenças e peculiaridades, os termos

“pardo/mulato”, “fula” e “cabra”, no geral, eram utilizados para designar homens e mulheres não-brancos.³⁷

É importante não esquecer que a classificação racial no Brasil é situacional e relacional, variando conforme o contexto, a fonte, quem nomeia e quem é nomeado.³⁸ No caso das cartas de alforria nos parece óbvio que se trata de uma descrição que partiu das senhoras e não dos escravizados e escravizadas. Não nos alongaremos nessa variável, que demandaria uma discussão bem mais complexa, mas a cor *preta*, por exemplo, provavelmente é uma referência a alforria de africanos ou de filhos e filhas de africanos, o que de certa forma denuncia os milhares de indivíduos que foram ilegalmente escravizados após as leis de fim do tráfico internacional de 1831 e 1850.³⁹ *Pardo*, por outro lado, é uma categoria que pode indicar mestiçagem, mas que é importante também na localização social intermediária de trabalhadores que até mesmo podiam gozar de autonomia relativa ainda cativos.

Em relação ao local de procedência, 242 indivíduos tiveram essa informação identificada em sua alforria. Resolvemos dividi-los entre “Brasil” ou “África”, ainda que saibamos o quão genérico e homogeneizantes essas categorias sejam. Afinal, aqueles e aquelas que procediam da África vinham de diferentes locais do continente e abarcavam diferentes culturas, não por acaso que encontramos frequentemente designações nas alforrias que referenciaram isso, como “mina”, “nagô”, “rebolo”, “da costa”, por exemplo. Isso também serve para os crioulos, ou seja, os nascidos no Brasil, pois ainda que muitas vezes tenhamos identificado indivíduos “da província do Rio Grande do Sul”, também havia aqueles provenientes do sudeste e nordeste. Na tabela abaixo dispomos esse levantamento:

³⁷ Nos anos finais da escravidão, as relações entre identificação de cor e mobilidade social tornaram-se elementos dialógicos. Ao investigar os processos criminais e judiciais da região sudeste do país, Hebe Mattos (2013) percebeu que à medida que a abolição se consolidava, as referências a cor das pessoas foram desaparecendo em alguns documentos. Segundo essa historiadora, “o sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue significando escravo, e a uma desconstrução social do ideal de liberdade do período colonial, ou seja, a desconstrução de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava” (MATTOS, 2013, p. 107)

A liberdade, assim, ainda era encarada como oposta à escravidão, tanto que, mesmo na segunda metade do século XIX, “negro/preto” continua significando “escravo”. No caso específico do desígnio “pardo”, ele servia para demarcar o meio caminho entre os “homens bons” e os “escravos”, por isso seu uso estava mais relacionado à posição social a uma referência a um tom de pele mais clara (MATTOS, 2013).

³⁸ A historiografia sobre isso já é ampla e citamos apenas algumas referências: LARA, 2007; GUEDES, 2008; GUZMÁN, 2010; MATTOS, 2013; PAIVA, 2012; ROSA, 2014; WEIMER, 2013.

³⁹ Ver: RODRIGUES, 2000; MAMIGONIAN, 2017.

Tabela 5 - Distribuição de acordo com o local de procedência inscrito na alforria

Local	Homens	Mulheres	Total
Brasil	69	115	184 (76%)
África	30	28	58 (24%)

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

O que observamos foi que os indivíduos nascidos no Brasil tiveram mais sucesso nas negociações das alforrias com as senhoras, constituindo 76%; enquanto os oriundos da África somaram 24%. Em função do recorte cronológico estabelecido, sendo esse o dos anos finais da escravidão no país, é provável que a população escravizada nascida no Brasil já superasse a africana.⁴⁰ Ademais, tem-se a ideia de que “[...] haver nascido no Brasil, falar português, gozar de maior proximidade com o senhor e sua família desde o nascimento e, não raro, participar de redes parentais que funcionavam como fontes de auxílio mútuo”, concorreria para graus de aculturação e sociabilidade dificilmente alcançáveis pelos africanos (FLORENTINO, 2002, p. 22).⁴¹ Muitos desses crioulos/crioulas eram *crias da casa*, nascidos/nascidas nas casas senhoriais, assim tinham (eles ou suas mães e pais) muitos anos de convívio e interdependência com as senhoras.

Por fim, somente em 30 das 693 manumissões analisadas constou alguma identificação sobre a ocupação dos escravizados e das escravizadas. Sistematizamos esse levantamento no quadro abaixo, onde as ocupações foram inscritas de acordo com o gênero que apareceu na documentação:

⁴⁰ O historiador Eisenberg (1989) já questionou sobre a veracidade da procedência dos cativos após 1831, quando o tráfico se tornou ilegal, nas manumissões. Com medo de perderem os indivíduos que foram escravizados ilegalmente, Eisenberg afirma que os proprietários poderiam omitir a origem africana.

⁴¹ Há estudos mais localizados que, por outro lado, apontam para um cenário inverso, onde os escravizados africanos superaram o número dos nascidos no Brasil. Ver: FLORENTINO, 2002; MATTOSO, KLEIN, ENGERMAN, 1988; FARIA, 2004. Importante considerar que isso não diminui a agência dos egressos do tráfico transatlântico, pois muitos crioulos e crioulas, ainda crianças, adquiriram a liberdade graças ao empenho e talento de seus pais e mães africanos (MOREIRA, 2010; PINTO, 2018).

Tabela 6 - Distribuição de acordo com a ocupação inscrita na alforria

Ocupações	Total
Doméstica	6 (20%)
Pedreiro	5 (16,7%)
Cozinheira	5 (16,7%)
Lavrador	4 (13,3%)
Carpinteiro	2 (6,7%)
Jornaleiro	2 (6,7%)
Marítimo	2 (6,7%)
Boleeiro	1 (3,3%)
Cocheiro	1 (3,3%)
Campeiro e boleiro	1 (3,3%)
Roceiro	1 (3,3%)

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

É notório que a maior parte, isto é, 19 dos ofícios, identificavam-se com trabalhadores homens. Entre eles, delinearam-se dois contextos distintos: um ligado às atividades do mundo urbano, como “pedreiro” e “carpinteiro” (presentes também no meio rural); e outro ao mundo rural, como “boleeiro” “campeiro e boleiro” e “roceiro”. Em ambos, contudo, tratava-se de trabalhadores que gozavam de certa autonomia e que tinham possibilidade de acumular algum pecúlio que poderia ser usado na compra da liberdade. Como a vida dessas senhoras viúvas e solteiras era de bastante imprevisibilidade, é provável que muitas optassem por manter a exploração prolongada sobre esses cativos, obtendo assim, maior tranquilidade quanto ao amparo econômico e afetivo. Afinal, escravizados especializados geralmente eram essenciais para a manutenção dos negócios, tendo em vista que dos 19, 10 tiveram condições de prestação de serviço impostas às suas liberdades. Situação afim já tínhamos abordado em relação à Isabel Perpétua Gonçalves e que, veremos adiante, repetiu-se nas análises individualizadas de outras senhoras do capítulo. Quanto aos trabalhos femininos, destacaram-se os de “doméstica” e “cozinheira”. Duas funções que, por sua vez, implicavam em uma larga convivência no âmbito privado das escravizadas com suas senhoras. Proximidade que certamente vinha à tona nas negociações das alforrias.

Tais considerações são endossadas também pela média de idade aferida entre os alforriados e as alforriadas pelas senhoras. Dos 346 (49,2%) indivíduos que tiveram esse dado inscrito pela senhora na carta de liberdade a idade foi de aproximadamente 32,75 anos. Sendo a média de idade de mulheres e homens praticamente a mesma, respectivamente 32,9 e 32,6. Essa faixa etária se referia a indivíduos que já não estavam mais no auge de sua idade produtiva,

indicando que talvez as senhoras fossem mais propensas a negociar a liberdade daqueles trabalhadores cuja rentabilidade era mais baixa. No caso das escravizadas, provavelmente a idade de geração de filhos já havia passado e as alforrias premiavam aquelas que mais crias tinham dado, sendo que muitas delas permaneciam no espaço senhorial com trabalhadoras domésticas visando ficar por perto de suas proles.

Como foi possível observar, os dados referentes à idade, local de procedências e profissão apareceram de modo mais fragmentado nas alforrias cartoriais registradas por mulheres, levando-nos a uma aproximação frágil de tais características. Por outro lado, acreditamos que o perfil que mais se destacou nas negociações de liberdade com o grupo senhorial feminino foram mulheres brasileiras, pretas, certamente ainda em idade produtiva. Além disso, pareceu-nos que essas trabalhadoras partilhavam da convivência diária e, assim, da confiança de suas senhoras, dada a incidência de “domésticas” e “cozinheiras” entre elas.

3.2.2 Os tipos de alforrias

Em relação aos tipos de alforrias passadas pelas senhoras em Porto Alegre, estabelecemos os seguintes grupos: “pagas”, “incondicionadas” e “condicionadas”. No primeiro, agrupamos todas as manumissões cuja negociação envolveu transição monetária, feita pelo próprio forro ou por terceiro, sendo a liberdade obtida de modo imediato. Na categoria “incondicionada”, inserimos as cartas que foram passadas de modo *gratuito* pelas senhoras e que não tiveram a imposição de restrições à liberdade dos beneficiados.⁴² E, nas “condicionadas”, incorporamos todas as alforrias em que encontramos as senhoras impondo o cumprimento de alguma obrigação aos escravizados. Sobre as obrigações mais recorrentes, abordaremos na sequência. Fizemos o levantamento observando também as diferenças em relação ao sexo dos forros, onde obtivemos os seguintes números:

⁴² Conforme Kátia Mattoso (1990) questionou, a liberdade do escravizado ou escravizada nunca era realmente “gratuita”. Afinal, ela “é paga muito caro”, “[...] é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação.” (MATTOSO, 1990, p. 184). Lembrando que as cartas de alforria podiam ser revogadas pelos senhores e senhoras até a proibição desta prerrogativa senhorial feita com a lei de 28 de setembro de 1871.

Tabela 7 - Tipos de alforrias de acordo com o sexo inscrito na alforria

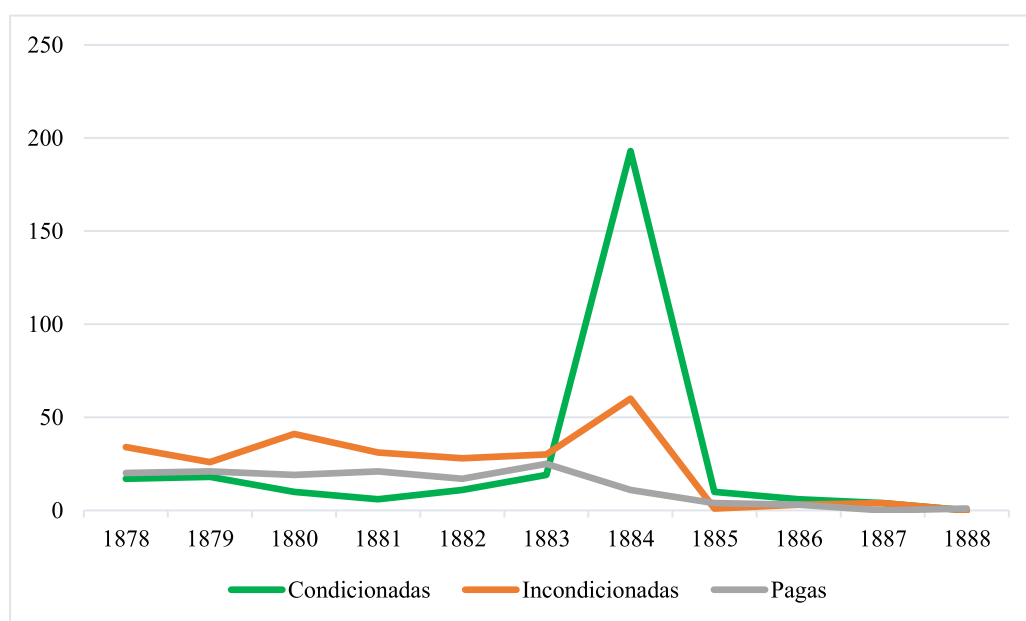
Tipos	Homens	Mulheres	Mistas	Total
Condicionadas	114 (38,8%)	176 (59,9%)	4 (1,3%)	294 (42,4 %)
Incondicionadas	89 (34,5%)	167 (64,72%)	2 (0,78%)	258 (37,3%)
Pagas	50 (35,47%)	91 (64,53%)	0 (0%)	141 (20,3%)

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Com base no somatório acima, para o qual levamos em conta o total de 693 alforrias, podemos perceber que predominou no núcleo senhorial feminino a concessão das de tipo condicional, tanto em relação aos homens, como para as mulheres, constituindo 42,4% do total. Todavia, como a diferença para as alforrias incondicionadas foi pequena, de apenas 5,1%, é difícil afirmar que foi uma regra as senhoras optarem por prolongar a exploração de seus trabalhadores, traduzindo a alforria numa promessa ao escravizado.

Ao observarmos a distribuição dos tipos de alforrias ao longo do período estudado, foi possível vislumbrar melhor o quadro sobre as senhoras e as manumissões por elas passadas:

Gráfico 8 - Distribuição anual de acordo com o tipo de alforria transmitida



Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Até o ano de 1884, predominaram as cartas de liberdade incondicionadas, sendo as condicionadas, na verdade, minoritárias. Tal situação se alterou radicalmente a partir de 1884, quando as condicionadas se sobrepuseram aos demais tipos. Além disso, identificamos que as

proprietárias das maiores escravarias registraram a maior parte das cartas de liberdade somente no ano de 1884. Caso de Antônia Ferreira Cruz e Maria do Carmo Porto que na dita data passaram respectivamente 20 e 10 manumissões, sendo praticamente todas de tipo condicional e com a imposição de cláusulas de prestação de serviço.

Com base nesses dados, acreditamos que até às vésperas do abolicionismo local estourar predominou no grupo senhorial feminino aquelas mulheres possuidoras de um ou dois escravizados apenas, cuja mão de obra não era essencial para a sobrevivência ou manutenção dos status delas, mas que a promessa de liberdade, a negociação com seus trabalhadores, foi passo essencial para manter os cativos. Por outro lado, em 1884, teriam adentrado à cena aquelas possuidoras de escravarias maiores, sendo a exploração dos escravizados vitais para o sustento e a viabilidade de seus negócios. Não é à toa que também, conforme densificaremos adiante, a maior parte dessas alforrias condicionadas impunha aos forros e forras períodos de prestação de serviço.

Tal aspecto sobressaiu-se mais ainda em relação àquelas senhoras que impuseram condições a seus libertandos e libertandas, como a passada por Joaquina Maria da Silva ao pardo André, de 18 anos, na qual constou que ele ficava “obrigado a contribuir” com a quantidade que pudesse, para auxiliá-la em sua “subsistência” enquanto vivesse.⁴³ Ou ainda, como a transmitida por Maria José da Costa a Teodora, que determinava a seguinte condição a escravizada: “pagar em serviços ou dinheiro a importância de minhas dívidas, especialmente as que estou contraindo com a minha enfermidade e as que se fizerem com o meu enterro”.⁴⁴

As alforrias concedidas de *modo imediato e gratuito*, ou melhor, incondicionadas constituíram 37,3% (258) do conjunto total das 693 alforrias passadas por senhoras em Porto Alegre, no recorte cronológico estabelecido. De modo geral, as senhoras foram muito sucintas nas justificativas que inscreveram nas cartas de liberdade de seus forros e forras, resumindo-se a dizer que se tratava de uma *remuneração aos bons ou leais serviços prestados*.⁴⁵ As próprias palavras e expressões utilizadas em alforrias afins, na verdade, moldavam o cenário paternalista

⁴³ APERS - 2º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 21, p. 65, carta de 10/10/1880, registrada em 20/10/1880.

⁴⁴ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 26, p. 8v, carta de 16/02/1878, registrada em 18/05/1880.

⁴⁵ Ao pesquisar sobre as motivações de senhores e senhoras para alforriar, em duas regiões do Rio de Janeiro - Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, entre 1780 e 1870, Moisés Soares (2015) não encontrou divergências significativas. Segundo o historiador, a maior parte das motivações que foram externadas por homens e mulheres, relacionou-se com motivos que convergiam valores religiosos, afetividade pessoal e familiar ou por pressão escrava, representando respectivamente 93,5% e 94,5% dos documentos. Moisés Soares (2015, p. 96) apenas aferiu uma pequena diferença em relação as alforrias que tiveram por motivação algum tipo de pagamento, onde do total de 11,7% com tal característica, 6,5% foram concedidas por senhores homens e 5,2% por mulheres.

das relações das senhoras com seus cativos, recompensando espontaneamente seus trabalhadores e por consequência esvaziando a ação escrava no processo de obtenção da própria liberdade (MOREIRA, 2007, p. 25). Afinal de contas, uma alforria nunca era gratuita, pois homens e mulheres durante sua vida de escravizado já entregavam valores a senhora, sem que tivesse havido uma contrapartida de valores iguais entregues ao escravizado (EISENBERG, 1989).

Quando destacamos o *paternalismo* entre as senhoras e suas escravizadas e escravizados não estamos adotando uma posição ingênua de pensá-las enquanto benevolentes e alheias às suas sobrevivências (que envolviam no *ethos* senhorial da época a exploração dos seus cativos). O conceito de paternalismo tem sido usado com bastante ênfase pela historiografia da escravidão e esse discurso certamente se reforçou no período final da vigência da escravidão negra no Brasil, já que os senhores investiram na manutenção da fidelidade e do trabalho dos egressos do cativo:

Isso endossa uma visão que muitos queriam ter e manter das relações escravistas, e que talvez tomasse relevo em um momento em que, como já dissemos, era difícil justificar moralmente a manutenção dessa forma de trabalho compulsório. Segundo o historiador inglês E. P. Thompson, o “paternalismo sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial”. Segundo Hebe Mattos, “o segredo do código paternalista de dominação escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão toda e qualquer ampliação do espaço de autonomia dentro do cativo”. O historiador Sidney Chalhoub alerta, entretanto, que “a vigência de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais”. Ou seja, os códigos paternalistas só podem ser entendidos se analisados relacionalmente, sendo criados e mantidos por (tensos) consensos sociais, barganhados por grupos de indivíduos situados desigualmente nas hierarquias econômicas, políticas e étnico-raciais (MOREIRA, 2021, p. 71).⁴⁶

As alforrias pagas constituíram 20,3% (141) do total das alforrias passadas por mulheres em Porto Alegre, sendo a variável dos tipos de alforrias com menos ocorrências. 35,47% (50) desse conjunto alforriaram homens, enquanto 64,53% (91) mulheres. Identificamos que a maioria, 83,6% (118) foram pagas com recursos dos próprios escravizados, enquanto 16,4% (23) foram pagas por terceiros – sociedades abolicionistas e até senhores e senhoras que assim agiam para explorar a mão de obra do indivíduo em questão. O valor médio das alforrias foi quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos réis (483\$500), sendo o mais baixo de quarenta

⁴⁶ Ver também: CHALHOUB, 2003; MATTOS, 2013; THOMPSON, 1998.

réis (40\$)⁴⁷ e o mais alto de um conto, oitocentos e cinquenta mil réis (1:850\$).⁴⁸ Em nenhuma das alforrias analisadas aqui, encontramos assinalada a origem do dinheiro arrecado pelos alforriados e alforriadas que compraram a própria alforria. Mas, é provável que tivessem suas próprias roças, cedidas pelos senhores, onde produziam algum excedente que vendiam; ou que exercessem algum ofício de ganho, especialmente quem viviam na zona urbana.

Em relação especificamente ao conjunto de 294 alforrias que foram passadas pelas senhoras com condições aos escravizados, não identificamos muitas variações, de modo que três categorias foram suficientes para sistematizá-las, sendo elas: “morte da senhora”, “prestação de serviço” e “outras”. Na primeira, agrupamos aquelas manumissões que condicionaram o gozo da liberdade à morte da senhora; na segunda, as que impuseram o cumprimento de um período de trabalho; e nas “outras”, inserimos as que combinavam as características – pagamento e cumprimento de cláusulas - ou que não deixaram claras as obrigações impostas.

Tabela 8 - Tipos de alforrias condicionais

Tipos	Homens	Mulheres	Mistas	Total
Prestação de serviço	83 (37,55%)	137 (62%)	1 (0,45%)	221 (75,1%)
Morte da senhora	28 (43,75%)	33 (51,57%)	3 (4,68%)	64 (21,8%)
Outras	1 (11,1%)	8 (88,9%)	0 (0%)	9 (3,1%)

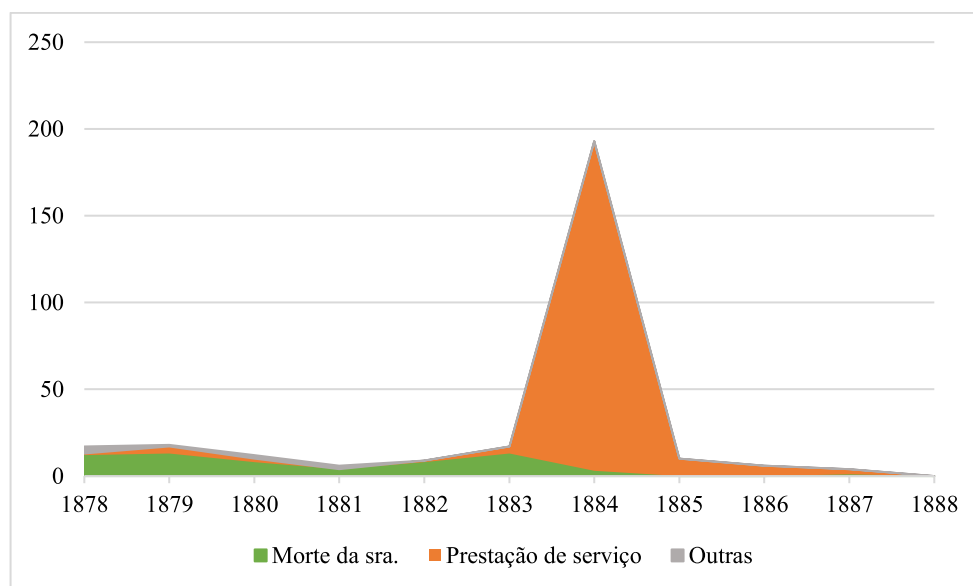
Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Considerando o levantamento exposto na tabela acima, identificamos que as cartas de liberdade passadas pelas senhoras com condições de “prestação de serviço” constituíram a maioria, representando 75,1%, seguidas pelas relacionadas à “morte da senhora”, que configuraram 21,8%, e, com pouca expressão, as de “outras”, com 3,1%. Observamos que as mulheres receberam mais a imposição de “prestação de serviço” que os homens, constituindo 62% (137) do total. Nas demais categorias, as diferenças entre os sexos não foram tão significativas. Entretanto, quando observamos novamente a distribuição anual, ficou visível que até 1883, o quadro foi outro:

⁴⁷ O valor foi o acertado pela liberdade de Narcisa, parda, na época com mais de 60 anos, com sua senhora Lucinda Fernandes dos Reis, em 05/04/1884 (APERS - 3º Tabelionato de Registros Gerais de Porto Alegre, Livro 6, p. 88r, carta de 05/04/1884, registrada em 05/04/1884).

⁴⁸ O valor foi o acertado pela liberdade de Diogo, nagô, de 38 anos, na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, com sua senhora Maria Madalena Tubbs (APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 26, p. 138v, carta de 29/01/1869, registrada em 08/11/1881).

Gráfico 9 - Distribuição anual de acordo com as condições impostas às alforrias



Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Novamente o ano de 1884 pesou demasiadamente em relação aos dados totais e apresentou-nos dois panoramas diferentes. Entre 1878 e 1883, de 393 alforrias lançadas nos livros notarias por mulheres, somente 81 (21%) impuseram condições aos alforriados e alforriadas. Nesses registros, destacaram-se os que condicionaram a liberdade à morte da senhora, os quais totalizaram 59 (73 %); enquanto 12 (15 %) estipularam dado período de prestação de serviço e 9 (12%) que combinavam essas características. Pensando que a maior parte das mulheres que se dirigia aos cartórios da capital para firmar uma negociação do tipo tinha dada autonomia sobre suas propriedades, é provável que fossem, em suma, viúvas ou solteiras, muitas encontravam nessas pessoas suas famílias, podendo prezar pela companhia e pelo afeto delas.

Por outro lado, entre 1884 e 1888, 213 (71%) das 300 manumissões registradas por senhoras foram com condições, sendo a esmagadora maioria delas, 209 (98,1%), impôs aos alforriados cláusulas de prestação de serviço. O tempo que os escravizados e as escravizadas ainda deveriam trabalhar para suas senhoras variou bastante, sendo o menor período de 9 meses e o mais extenso de 7 anos, ficando a média dessas restrições em torno de 5,6 anos. Na verdade, essa emancipação por contrato de prestação de serviço era uma forma de “escravidão disfarçada”, pois enganava as estatísticas, satisfazia a opinião pública abolicionista e a resistência escrava e postergava a abolição definitiva por alguns anos (MOREIRA, 2007, p. 57).

Assim, acreditamos que protagonizaram esse período final do escravismo, àquelas senhoras possuidoras de quantidades mais expressivas de escravizados, todavia, conforme veremos adiante nem sempre essas senhoras dependiam unicamente de mão de obra escravizada para garantir sua sobrevivência. Ao imporem as prestações de serviço, as senhoras prolongavam a exploração sobre os cativos e as cativas e, ao mesmo tempo, mostravam-se socialmente benevolentes ao acompanharem os apelos abolicionistas na capital. Através da análise de fragmentos das trajetórias dessas poderosas proprietárias, que será feita adiante, poderemos vislumbrar melhor quais atividades econômicas elas comandavam.

3.3 A circulação urbana das senhoras de escravizados

Antônia Ferreira da Cruz, Maria do Carmo Ferreira Porto, Camila Josefa da Silva, Josefa Machado de Castro, Leonor Lopes Mariante e Martiniana Lopes Mariante compuseram o grupo de senhoras que mais alforriou entre 1878 e 1888. Juntas, elas transmitiram o total de 65 cartas de liberdade dentro do referido recorte temporal, sem contar outras 5 que identificamos essas senhoras transmitindo um pouco antes de 1878 e que também serão inclusas no estudo proposta.

Ao lado de uma análise descritiva das alforrias passadas pelas referidas mulheres, para complementar e dar mais precisão à pesquisa, buscamos fazer um cruzamento com outras fontes, principalmente, testamentos, inventários *post-mortem*, processos-crime e imprensa. Dessa forma, será possível analisar as atividades econômicas empreendidas por elas, investigar seus círculos sociais e principalmente as estratégias de domínio senhorial que protagonizaram. Como observamos muitas afinidades de natureza econômica, familiares e sociais entre as referidas senhoras, resolvemos abordar primeiramente os espaços citadinos em que elas circularam, identificando práticas comuns, para depois desenvolver suas agências individuais.

É interessante destacar que as sociabilidades e as formas de protagonismo feminino das senhoras analisadas neste capítulo, diferem-se das abolicionistas estudadas no capítulo anterior. Aquelas utilizaram-se, principalmente, da escrita e das artes como formas de marcarem suas agências no mundo público. As senhoras de escravizados, por outro lado, sendo mais velhas e com escolarização mais precária, tiveram que encontrar outras formas de protagonismo, onde destacamos as ações caritativas e as judiciais. Não podemos ignorar que para essas diferenças, recorre o fato de se tratar de mulheres de gerações diferentes, ainda que todas fossem pertencentes aos círculos abastados da sociedade. Pelo fato de terem também se tornado agentes dentro do contexto do movimento abolicionista, sendo senhoras que colaboraram com a

transmissão de alforrias, também iremos nos referir às personagens deste capítulo como abolicionistas.

Assim como verificamos em relação às integrantes do grupo Anjos da Caridade, Antônia Ferreira da Cruz, Maria do Carmo Ferreira Porto, Camila Josefa da Silva, Josefa Machado de Castro, Leonor Lopes Mariante e Martiniana Lopes Mariante eram *brancas* ou *socialmente brancas*. Verificamos que as senhoras aqui estudadas nasceram na primeira metade do século XIX, tendo assim assistido a todo o processo de urbanização da capital e vivenciado, inclusive, o período da Guerra dos Farrapos (1835-1845), que afetou fortemente a economia de todo o estado.⁴⁹ Foi somente após cerca de dez anos desse conflito que Porto Alegre retomou o seu desenvolvimento, passando por uma forte reestruturação urbana por meio do acelerado crescimento da atividade portuária e dos estaleiros. Justamente em meio a esse processo que algumas das personagens vieram morar ou ao menos adquirir imóveis na capital junto de suas famílias, afinal identificamos que algumas eram naturais, ou tinham seus principais empreendimentos noutras regiões da província. Josefa Machado, Martiniana Lopes e Leonor Lopes residiam, por exemplo, na zona central de Porto Alegre, mas possuíam propriedades, respectivamente, em Rio Pardo, Rio Grande e Taquari.

Especificamente em Porto Alegre, a zona rural concentrava também a maior parte dos trabalhadores e das trabalhadoras escravizados – ainda que, como já apontamos anteriormente, a escravidão tenha sido amplamente utilizada em todas as atividades econômicas, rurais, urbanas e domésticas. Algumas das personagens estudadas, mantinham pequenas chácaras nos arredores da capital, voltadas para subsistência e comércio local, onde uma parte de sua escravaria trabalhava. Em suas casas, nas atividades domésticas, eram poucos os trabalhadores e as trabalhadoras mantidos, somente aqueles e aquelas que gozavam de maior confiança de sua senhora.

De acordo com nossa pesquisa documental, identificamos que Antônia Ferreira, Maria do Carmo Ferreira, Josefa Machado, Leonor Lopes, Martiniana Lopes e Camila Josefa, no geral eram mulheres afortunadas, cujo patrimônio foi oriundo de herança familiar (de pai e mãe, principalmente) e por meio do matrimônio. Não por acaso que quatro delas eram irmãs: Antônia

⁴⁹ Segundo Hilda Agnes Hübner Flores (2013), as mulheres responderam de várias maneiras à conjuntura da Guerra dos Farrapos, cada qual dentro de seus talentos e habilidades. Em sua pesquisa, a autora identificou o protagonismo de diferentes mulheres, entre elas as escravizadas, guerreiras, costureiras do exército, imigrantes alemães, estancieiras, as ligadas à Casa da Roda, professoras e outras intelectuais. Para a referida autora, juntas elas elaboraram o que hoje se reconhece como pré-feminismo, “não formando escola porque a mulher, minoritária e de pouca cultura, devolveu a administração ao filho crescido e auxiliou na reconstrução da pátria arrasada” (FLORES, 2013, p. 1). Devido à falta de vestígios históricos sobre nossas personagens para esse período, não foi possível identificar se e como elas podem ter vivenciado esse período de guerra. Sobre o cotidiano feminino no período farroupilha, ver também: RAMOS, 2008.

e Maria do Carmo Ferreira, e Leonor e Martiniana Lopes Mariante. Entre os bens que possuíam, destacaram-se escravizados e escravizadas, imóveis, móveis, objetos de ouro e prata, além de propriedades de terras, e, em alguns casos, fazendas e estâncias com animais de criação. Dessa forma, percebemos que a maioria delas tinha seu sustento oriundo principalmente de atividades agropecuárias, enquanto uma minoria tirava os proventos de empreendimentos mais urbanos e comerciais. Tratavam-se de poderosas latifundiárias que viviam na riqueza e ostentação.

Cinco das seis senhoras investigadas somente adquiriu maior autonomia e visibilidade social, após sair da sombra de seus maridos, ou seja, quando ficaram viúvas. Somente Martiniana Lopes optou por manter-se solteira até o fim de sua vida. Segundo o Código Filipino, que se manteve efetivo no Brasil até 1916, as mulheres eram perpetuamente menores, especificamente como esposas deveríamos nos submeter à autoridade do marido em decisões relativas à educação e criação dos filhos, bem como não se tinha o direito de vender, arrendar ou mesmo administrar propriedades sem o consentimento do marido (HAHNER, 2013, p. 26). Na condição de viúva, mulheres como as aqui estudadas, assumiram a posição de chefes de família, tornando-se não só administradoras, mas em alguns casos também empreendedoras. Assumindo o controle de suas vidas, da dos filhos e de todo o patrimônio familiar, as viúvas passavam a participar de espaços que não se restringiam unicamente aos domínios do lar. Mais que isso, no contexto de desmanche do escravismo, essas mulheres tiveram que ser dinâmicas: demonstrar a benevolência socialmente esperada frente à causa abolicionista e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção de suas atividades econômicas, as quais, em significativa parte, dependiam do trabalho escravo.

Conforme estudaremos nas agências das senhoras, ainda que assumissem papéis mais ativos com a viuvez, para exercerem a tutela sobre seus filhos essas mulheres tinham ainda que percorrer um caminho burocrático por via ação judicial. As viúvas, ao contrário dos viúvos que eram transformados naturalmente em tutores quando do falecimento de suas mulheres, só poderiam exercer a tutoria com autorização dada no Juízo de órfãos – órgão responsável por amparar e regularizar a vida de órfão e viúvas no Brasil (CHEQUER, 2002). O papel que as tutoras desempenhavam na vida dos filhos menores era de extrema importância, pois além de permanecerem atentas à educação e criação dos órfãos, deveriam administrar as legítimas de tal forma que, quando da emancipação dos menores, eles pudessem receber a herança deixada pelo pai sem prejuízo; além é claro do necessário para as despesas de sua criação.

Ainda que estejamos tratando de mulheres na posição de “chefes de família” – lugar social que geralmente era reservado aos homens –, não significa que elas não tenham desafiado

ou tensionado a ordem patriarcal vigente, como vimos que esboçaram as abolicionistas.⁵⁰ Elas desempenharam papéis bem característicos do *pater familias*: administrar bens, prover o sustento, cuidar da educação dos filhos, coordenar os trabalhadores escravizados etc. Todavia, não consideramos que nenhuma das mulheres aqui estudadas foi passiva diante das estruturas em que se inseriram, pelo contrário, constantemente elas agiram e reagiram a elas.

Identificamos que as integrantes do grupo senhorial aqui estudado, recorrentemente figuraram nos espaços jurídicos, sendo a maioria delas mães e viúvas, assumiram a posição de inventariante do marido, bem como encaminharam justificações pela tutela dos filhos. Além disso, também recorreram à justiça para reivindicar e resolver problemas e conflitos entre vizinhos e parentes. Caso, por exemplo, de Maria do Carmo Ferreira que cobrou judicialmente uma dívida do irmão Manoel Ferreira Porto, o Barão do Caí. Em alguns casos, essas mulheres dispuseram de procuradores e advogados para auxiliá-las; em outros, elas próprias gerenciaram os processos.

Entre os vestígios históricos encontrados sobre as agências de Antônia Ferreira, Maria do Carmo Ferreira, Josefa Machado, Martiniana Lopes e Camila Josefa, verificamos boa parte delas contribuindo em vida, bem como deixando em seus testamentos doações aos pobres e/ou instituições de caridade e acolhimento. A natureza de suas ações, pareceu-nos muito mais caritativas que filantrópica,⁵¹ pois a caridade refletia o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza, pautada por minimizar o sofrimento alheio. Sendo essas mulheres predominantemente católicas, elas recorreram à intermediação da Igreja, por meio de esmolas, ou das irmandades que realizavam obras de caridade, como a distribuição de alimentos, agasalhos, manutenção de hospitais, asilos, orfanatos etc. (SANGLARD, GIL, 2014, p. 69).

Como sabemos, no século XIX, as mulheres das classes mais privilegiadas tinham argumentos não só de ordem moral, mas também religiosos para se envolver com questões sociais e seus problemas (MARTINS, 2015). A bondade, com gestos e palavras de excelência, pode ser entendida como uma forma de empoderamento feminino que não colocava em risco a respeitabilidade das senhoras nem a existência das fronteiras entre os sexos. Antônia Ferreira e Josefa Machado adquiriram um pouco mais de visibilidade nessa via, devido a seus empreendimentos individuais e por suas conexões familiares. Em 1884, as duas foram nomeadas pelo então presidente da província, Júlio de Albuquerque Barros, entre as 24 pessoas

⁵⁰ Cada vez mais as pesquisas salientam a presença de mulheres como *chefes de fogos*, desde o período colonial, ver: FURTADO, 2003.

⁵¹ Sobre as diferenças entre caridade e filantropia ver nota 54 do capítulo anterior.

(12 homens e 12 mulheres)⁵² que foram consagradas como “grandes protetoras” do recém-inaugurado Hospício São Pedro.⁵³

Antônia Ferreira e Josefa Machado devem, então, ter realizado doações em dinheiro ou em materiais, bem como angariado recursos junto de seus pares. É importante destacar que tanto uma como outra tinham laços familiares com médicos citadinos que, direta ou indiretamente, ligaram-se à instituição do Hospício São Pedro. A primeira, foi esposa de José Henrique da Cruz, um cirurgião que atuou na Santa Casa de Misericórdia. A segunda, por sua vez, era sogra de Carlos Lisboa, médico que assumiu a direção do referido hospital psiquiátrico. Lisboa foi casado com a filha de Josefa Machado, Júlia Dias de Castro, que como vimos, foi uma das integrantes do Centro Abolicionista.

A própria irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi um espaço em que algumas das senhoras perpassaram fazendo doações tanto em vida, como por disposição testamentária. Caso de Maria do Carmo Ferreira Porto que deixou por testamento uma quantia a essa e outras instituições voltadas à saúde. Estando a dita irmandade especialmente à serviço do hospital, roda dos expostos, cadeia e do cemitério, ela destinava-se a trata dos doentes, presos, crianças abandonadas e dos mortos. Essa agremiação era formada principalmente por brancos e homens ricos ligados ao poder municipal e provincial, de modo que as mulheres desempenharam, então, historicamente um papel secundário em seu sistema caritativo. Fosse como filhas e esposas de ilustres provedores da Santa Casa, fosse como doadoras anônimas de esmolas, nos testamentos ou então no interior da hierarquia eclesiástica como irmãs de caridade (MARTINS, 2015, p. 24).⁵⁴

⁵² Entre as mulheres selecionadas, além de Antônia Ferreira da Cruz e Josefa Machado de Castro, estavam: a Condessa de Porto Alegre, Viscondessa de Pelotas, Baroneza de Caí, Baronesa de Cacequi, Baronesa de Jacuí, Deolinda Canabarro da Câmara, Francisca da Chagas Araújo Vieira, Maria José Palmeiro Salgado, Maria Luiza de Abreu Fernandes e Rita Eulália Torres da Fonseca.

E entre os homens, constaram: Sebastião Dias Laranjeira, Antônio de Souza Martins, Carlos Thompson Flores, Antônio Borges, Francisco José de Almeida, João Batista Ferreira de Azevedo, Antônio Domingues, Antônio José Gonçalves Mostardeiros, Domingos Paranhos Porto, Edmundo Tecitscher, Francisco Gonçalves Carneiro e João Breyer (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 jun. 1884, p. 2).

⁵³ Foi inaugurado em 29 de junho de 1884, tendo recebido o nome em homenagem ao santo do dia e padroeiro da Província. Segundo Edson Medeiros Cheuiche (2004, p. 119), antes da criação da referida instituição, os alienados eram alojados em uma ala especial da Santa Casa, com o crescimento do número de insanos, provenientes de diversas regiões do Rio Grande do Sul, foi necessário que os recolhessem à Cadeia Civil. Assim, dependendo da conduta que apresentavam, tranquilos ou agitados, iam para um ou outro local. Finalmente, com uma circular imperial que definiu os hospitais e as casas de caridade das províncias como as instituições responsáveis pela administração da loucura, acabando com a possibilidade de enviar os insanos para o Hospício D. Pedro II, no Rio Janeiro, alinhavou-se o contexto propício para a construção do primeiro hospital psiquiátrico da província gaúcha (CHEUICHE, 2004).

⁵⁴ Ver: TOMASCHEWSKI, 2014; WITTER, 2007. Sobre a atuação das irmãs de caridade, ver: ALMALEH, 2018; FRANCO, STIGGER, 2003.

Justamente pela atuação feminina ser mais limitada em dadas irmandades de elite, como a da Santa Casa e a Senhor dos Passos, por exemplo, é que verificamos algumas das personagens do capítulo integrando irmandades negras. Antônia Ferreira da Cruz era irmã na Nossa Senhora do Rosário, Maria do Carmo e Leonor Lopes Mariante na Irmandade Nossa Senhora da Conceição.⁵⁵ Mulheres *brancas* como elas tinham facilidade em filiar-se nas irmandades negras, pois além de serem aceitas, tinham uma participação efetiva diferentemente de algumas irmandades dos homens brancos. Isso ocorria por várias razões:

[...] uma delas, devido ao mercado matrimonial no Brasil, pois como os homens africanos eram maioria em relação às mulheres africanas, eles precisavam criar estratégias para adquirir as núpcias e uma delas foi o de não impedir a entrada das mulheres nas irmandades e em algumas irmandades o ingresso delas foi estimulado. Outro motivo, possivelmente seja em virtude do papel que as africanas tinham em algumas sociedades africanas (SANTOS, 2011, p. 22).⁵⁶

Portanto, as senhoras integrantes do grupo senhorial feminino que destacamos para aprofundar o estudo - composto por Antônia Ferreira, Maria do Carmo Ferreira, Josefa Machado, Leonor Lopes, Martiniana Lopes e Camila Josefa – apresentaram várias semelhanças. Consideramos para isso, obviamente, o recorte cronológico da década final do escravismo. Percebemos que eram senhoras na faixa etária dos 60 e 70 anos de idade, sendo a maioria viúvas, praticantes ativas de caridade e com trânsito pelas irmandades locais. Apenas Camila Josefa apresentou algumas peculiaridades em relação a esse quadro. Adiante, abordaremos essas mulheres de forma mais individualizada, prezando pela análise de suas agências cotidianas enquanto senhora de escravizadas no contexto de desmanche do escravismo na província.

3.4 As irmãs Antônia Ferreira e Maria do Carmo Ferreira Porto

Antônia Ferreira da Cruz e Maria do Carmo Ferreira Porto foram duas senhoras que se destacaram em nosso levantamento das alforrias cartoriais, em virtude do significativo número de registros que fizeram. Pesquisando na documentação disponível sobre elas, descobrimos que eram irmãs, filhas de Manoel Ferreira Porto e Maria Antônia Nunes Benfica. Não tivemos como investigar como era o relacionamento delas, na verdade só descobrimos que eram parentes

⁵⁵ Normalmente as irmandades com predominância negra em seus quadros diretivos e irmãos de devoção não fazia exclusão de brancos, o que não ocorria nos casos contrários. Sobre irmandade do Rosário e da Conceição no Rio Grande do Sul, ver: MÜLLER, 1999; NASCIMENTO, 2006; TAVARES, 2007; GRIGIO, 2016; HAACK, PACHECO, MOREIRA, 2020; ALMEIDA, MOREIRA, 2017.

⁵⁶ Sobre o papel das irmandades nos arranjos familiares, ver: REGINALDO, 2005.

porque Antônia Ferreira apareceu cobrando o pagamento de uma dívida nos autos do inventário de Maria do Carmo.⁵⁷

Como viemos apontando, dentro de nosso recorte cronológico e espacial, Antônia Ferreira Benfica da Cruz foi a senhora que mais transmitiu cartas de alforrias. Essa destacável mulher, nasceu em meados de 1804, em Porto Alegre, era bastante devota da religião católica e conhecida por suas ações de caridade na capital. Ela foi casada com o médico José Henrique da Cruz, cirurgião mor da Santa Casa de Misericórdia, com quem não teve filhos.⁵⁸ Como era comum para mulheres oitocentistas, Antônia Ferreira só passou a se destacar na sociedade porto alegreense (e por consequência a aparecer nos vestígios históricos) quando pode experimentar de uma maior autonomia civil ao tornar-se viúva, em meados de 1843.

Ao falecer José Henrique fez de Antônia Ferreira sua testamenteira e principal herdeira. Em seu testamento, o marido deixou claro que a esposa seria senhora e possuidora de todos os seus bens enquanto fosse *viva*, não se *casasse* e vivesse com *honra*, caso contrário perderia o direito sobre a herança.⁵⁹ Dessa forma, ao que tudo indica, respeitando as disposições colocadas pela última vontade de José Henrique, Antônia Ferreira recebeu um significativo valor em imóveis localizados na capital,⁶⁰ móveis, louças, objetos de ouro e prata e escravizados. Entre esses bens, não constou nenhuma unidade produtiva, o que nos leva a inferir que até então, o sustento do casal advinha dos proventos de José Henrique da Cruz enquanto cirurgião na Santa Casa e do aluguel de alguns imóveis que possuíam na capital.

Especificamente em relação à escravaria, nos autos do inventário de José Henrique da Cruz, constou que ele e a esposa Antônia Ferreira possuíam cinco escravizados e seis escravizadas. No quadro abaixo resumimos as informações disponíveis em tal processo sobre a escravaria do casal:

⁵⁷ Não sabemos os meandros dessa dívida, apenas que era no valor de oito contos de réis (8:000\$000) e que foi paga pelo inventariante de Maria do Carmo Ferreira (APERS - Cartório da Provedoria, Inventário post-mortem. Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº 727, 1890).

⁵⁸ Ele era filho de Manoel José Henrique da Cruz e Maria de Oliveira, natural de Porto Alegre, também católico, atuou como cirurgião na instituição da Santa Casa de Misericórdia, não teve filhos (APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842).

⁵⁹ José Henrique da Cruz estipulou em seu testamento que caso a esposa não cumprisse com as disposições de manter-se *viúva* e *honrada*, ou mesmo quando viesse a falecer, as propriedades deveriam ser passadas para sua cunhada e afilhada Teresa Benfica que, quando morresse, legaria tudo para a Santa Casa de Misericórdia e para a Igreja Madre de Deus. (APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842).

⁶⁰ No inventário de José Henrique, essas propriedades não foram detalhadas, mas conseguimos identificar pelo menos três delas: uma casa de sobrado situada na Rua de Bragança, avaliada em sete contos e quinhentos mil réis (7:500\$000); uma casa assobradada na Rua do [?], avaliada em quatro contos e quinhentos mil réis (4:500\$000); e um terreno na Rua do Arvoredo com 102 palmos de frente e fundo a Rua da Varginha, avaliado em um conto de réis (1:000\$000) (APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842).

Quadro 10 - Escravidão de Antônia Ferreira da Cruz e José Henrique da Cruz

Nome	Etnia/ cor	Idade
Joana	Nação	30 anos
Felipa	Nação	30 anos
Paulo	Nação	27 anos
Maria Joana	Crioula	20 anos
Gregória	Crioula	20 anos
Isabel	Crioula	9 anos
Geralda	Parda	8 anos
Nicolau	Crioulo	8 anos
Antônio	Crioulo	6 anos
Clemente	Crioulo	6 anos
Matheus	Pardo	2 anos

Fonte: APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842.

Como podemos perceber, uma boa parte da escravidão era composta por indivíduos nascidos no Brasil e, principalmente, de pouca idade. Ainda que não tenhamos encontrado meios de verificar, possivelmente eram filhos e filhas dos mais velhos – Paulo, Joana, Felipa, Maria Joana e Gregória. Por tudo isso, provavelmente tratava-se na maioria de escravizados e escravizadas domésticos do casal que através de arranjos familiares e afetivo-sexuais foram gerando descendentes.⁶¹

Além disso, é importante pontuar que em seu testamento, José Henrique da Cruz doou um dos escravizados para servir à Irmandade Senhor dos Passos e designou uma das escravizadas para engomar a roupa de Nossa Senhora da capital, não identificando precisamente quais do grupo. É válido pontuar que não encontramos nenhuma alforria sendo passada por José Henrique da Cruz. Ao ficar viúva, então, Antônia Ferreira tornou-se oficialmente senhora de nove indivíduos, cuja exploração passou a ser sua fonte de renda mais importante. Sem os proventos do marido e contando com a instabilidade do aluguel de suas propriedades, Antônia Ferreira provavelmente investiu em seus escravizados e suas escravizadas enquanto seu *ganha pão*, numa estratégia para sobreviver, transformando-os em escravizados de ganho, além, obviamente, de tratarem dos serviços domésticos e dos cuidados da família senhorial.

Nessa modalidade, os escravizados e as escravizadas eram enviados às ruas para executar algum trabalho; no final do dia ou da semana, voltavam e entregavam a seus proprietários uma soma de dinheiro previamente estipulada. Entre as principais atividades,

⁶¹ Sabemos que Matheus era filho de Lorena, pois esta filiação consta quando de seu batismo em 2 de abril de 1842, com apenas 7 meses de idade. Ele era filho natural e por isso não consta o companheiro ou amásio de sua mãe, mas ele tornou-se afilhado de outro Mateus (escravizado de Maria Antônia Nunes) (AHCMPA - Livro 6º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 15).

estavam as de carregadores, pequenos consertos, venda de doces e demais produtos, serviços domésticos e até mesmo prostituição no caso de escravizadas (MATTOSO, 1972; SOARES, 1988). À altura dos anos de 1850, Porto Alegre estava em pleno desenvolvimento urbano e comercial, o que abria novas e maiores oportunidades para esse tipo de escravidão. Percebendo talvez a existência desse contexto favorável e diante da necessidade de manter sua condição econômica, Antônia Ferreira investiu nesse segmento, tendo aparente sucesso, afinal, quando observamos as alforrias registradas por ela, identificamos uma escravaria bem maior numericamente que a herdada do marido.

Ao longo de sua vida, Antônia Ferreira Benfica da Cruz transmitiu 22 cartas de liberdades, tendo sido 20 delas registradas na década de 1880. Ainda que as outras duas não se encaixem no recorte cronológico estabelecido deste capítulo, porque foram transmitidas em 1867 e 1874, resolvemos incluí-las por julgarmos serem de importância para a análise proposta. Foi devido a esse montante de alforrias registrados, grande parte durante o período de maior fôlego da campanha abolicionista local, que Antônia Ferreira também encabeçou a lista de mulheres incluídas no Livro de Ouro do Centro Abolicionista. Em tal documento, constou que a referida senhora *concedeu* 16 manumissões.⁶²

⁶² AHPAMV - Livro de Ouro, Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 11, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 13.

Quadro 11 - Alforrias transmitidas por Antônia Ferreira da Cruz

Ano do registro	Alforriado	Cor/ Etnia	Idade	Tipo	Condição	Período
1867	Clemente	Pardo	30 anos	Paga		
1874	Tomas	Mina	46 anos	Paga		
1882	Fortunato	Crioulo	38 anos	Sem ônus	-	-
1883	Maria Joana	-	-	Sem ônus	-	-
1884	Nicolau	-	-	Sem ônus	-	-
1884	Leonarda	Crioula	26 anos	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Rosa	Preta	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Leandro	Preto	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Honória	Preta	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Bernardina	Parda	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Braz	Preto	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Manoel	Preto	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Fábio	Preto	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Leonarda	Preta	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Querina	Preta	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Sara	Preta	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Romualda	Parda	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Urbano	Pardo	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Mateus	Pardo	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Verônica	Parda	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Domingas	Parda	-	Condicional	Serviço	3 anos
1884	Isabel	Preta	-	Condicional	Serviço	-

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Somente Maria Joana, Nicolau e Isabel integravam aquela escravaria herdada por Antônia Ferreira, em 1842, com a morte do marido. Os demais indivíduos foram, então, sendo provavelmente adquiridos pela senhora posteriormente, talvez à medida que suas estratégias foram prosperando, ou sendo gerados pelos ventres de suas escravizadas.

Entretanto, mesmo que não possamos descartar a compra de mercadorias escravizadas por esta senhora, não achamos nos catálogos do APERS de registros de compra e venda nenhum documento constando o nome dela. Mas os documentos eclesiásticos confirmam a potência dos ventres das suas escravizadas. Querina nasceu em 4 de junho de 1853, sendo batizada em 6 de novembro do mesmo ano, apadrinhada por Antônio escravizado da mesma senhora, e Feliciano, escravizado de Francisco Ferreira Porto. Querina era filha da crioula Isabel. Honória recebeu a benção dos santos óleos da Igreja Católica em 26 de novembro de 1865, tendo nascido em 24 de abril daquele ano também do ventre de Isabel, sendo apadrinhada por Vitorino e amadrinhada por Nossa Senhora.⁶³

⁶³ AHCMPTA - Livro 7º de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 43/44; Livro 17º de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 54.

Conforme demonstra o quadro acima, as primeiras alforrias transmitidas por Antônia Ferreira foram compradas pelos próprios escravizados. Clemente pagou à senhora a quantia de um conto de réis (1\$000);⁶⁴ enquanto Tomás obteve a liberdade pelo valor de um conto e quatrocentos mil réis (1\$400).⁶⁵ Ambos os casos reforçam a ideia de que os escravizados de Antônia Ferreira exerciam atividades de ganho. Afinal, era comum que esse tipo de trabalho rendesse algum pecúlio que geralmente era empregado na compra da carta de liberdade. A compra das próprias liberdades salienta o fato daquelas pessoas não viverem em anomia social, mas entreterem diversos tipos de relacionamentos afetivos, já que é desse esforço coletivo que partiram as economias que os libertaram. Do lado da senhora, certamente estas *concessões* ocasionais de alforrias pagas era uma forma eficiente de negociar com o talento e a fidelidade de seus trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo que obter uma não pequena capitalização. Cabe perceber que não se tratava de quantias irrisórias, mas montantes substanciais, que se investidos na nova vida em liberdade daria um bom ponto de partida.

Ainda sobre essas alforrias pagas, é importante destacar que a manumissão de Clemente não foi passada pela senhora propriamente, mas sim, pelo seu “procurador oficial, Porto Irmãos & Cia”. Ainda que seja essa uma evidência frágil, não descartamos a ideia de que Antônia Ferreira recorreu a ajuda de homens bem colocados socialmente para auxiliá-la na administração de suas propriedades.

Somente as alforrias de Fortunato, Maria Joana e Nicolau, foram passadas por Antônia Ferreira de *modo gratuito e imediato*, o que nos leva a pensar que o relacionamento de Antônia da Cruz com essas pessoas certamente era distinto, ou que as circunstâncias dessas alforrias se deram de forma diferente. Na verdade, as escravarias eram vistas de forma complexa pelos senhores e senhoras, sendo as *concessões* de alforrias feitas de forma personalizada, beneficiando alguns e não outros. Isso indica hierarquias internas, onde alguns escravizados e escravizadas gozavam de uma maior simpatia por parte dos senhores, tendo em vista sua importância em suas vidas e negócios (GUEDES, 2007). De modo geral, todas as manumissões transmitidas pela senhora foram muito diretas, contendo apenas o nome do beneficiado ou da beneficiada, cor e se havia ou não a imposição de condições. Por tal característica, ficou mais difícil vislumbrar as relações e tensões travadas em torno da liberdade do escravizados e escravizadas dessa senhora.

⁶⁴ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 18, p. 221r, carta de 30/01/1867, registrada em 30/01/1867.

⁶⁵ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 23, p. 6v, carta de 27/10/1874, registrada em 27/10/1874.

A primeira desse tipo de alforria transmitida por Antônia da Cruz, foi registrada em 2 de agosto de 1882. Na ocasião, o beneficiado foi o crioulo Fortunato, que aos 38 anos de idade conquistou a liberdade de modo *gratuito* e imediato. Conforme constou nesse documento, ainda que fosse a proprietária legal de Fortunato, Antônia da Cruz havia doado o escravizado à Igreja Nossa Senhora do Rosário, em 29 de agosto de 1881, no valor de quatrocentos réis (400\$). Em 23 de julho de 1882, a Mesa Administrativa da Arquiconfraria teria, então, *libertado* Fortunato.⁶⁶ A doação e sequente alforria de Fortunato são, na verdade, elucidativas do trânsito dessa senhora pelas irmandades mais tradicionais de Porto Alegre.

Quando Antônia da Cruz faleceu, em junho de 1890, a secretaria da Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário publicou na imprensa local, os informes acerca das missas que seriam realizadas “pelo descanso eterno de sua lembrada *irmã*”, convidando os “os irmãos da arquiconfraria e a família da finada.”⁶⁷ Por meio dessas notícias e pela forma como se referiram à Antônia da Cruz, pudemos observar que, de fato, ela fazia parte da dita irmandade. É sabido que o ingresso em empreendimentos católicos do tipo significava um elevado reconhecimento social para a elite. Contudo, não podemos desconsiderar que a Arquiconfraria do Rosário havia sido fundada e era composta majoritariamente por homens livres de cor preta ou parda (MULLER, 2013).

Sabemos que Antônia Ferreira era *branca*, sendo ao menos dessa forma identificada na imprensa quando na ocasião de seu falecimento, na sessão dos obituários.⁶⁸ Como vimos anteriormente, mulheres brancas tinham facilidade em filiar-se nas irmandades negras – como a do Rosário de Porto Alegre – pois além de serem aceitas, tinham uma participação efetiva diferentemente de algumas irmandades dos homens brancos; espaço que as mulheres brancas não eram aceitas ou tinham uma participação limitada. O que faz bastante sentido, pois Manoel José Henrique da Cruz manteve relações mais estreitas com outra irmandade da capital, a Senhor dos Passos, na qual Antônia Ferreira não apareceu (ao menos na documentação encontrada) interagindo. Tal instituição ligava-se, por sua vez, à Santa Casa de Misericórdia, onde trabalhava José Henrique, e ficou conhecida por agregar membros da elite local. Em seu

⁶⁶ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 27, p. 2v, carta de 23/07/882, registrada em 02/08/1882.

⁶⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 jun. 1890, p. 2-3.

⁶⁸ Antônia Ferreira da Cruz faleceu em 30 de maio de 1890, no jornal A Federação, na sessão dos obituários, publicou-se: “D. Antônia Ferreira da Cruz, 86 anos, deste estado, branca, viúva. Ateromatosa (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30 maio 1890, p. 2).

testamento, o marido de Antônia Ferreira destinou, inclusive, um de seus escravizados para serviço da dita irmandade.⁶⁹

Por outro lado, Antônia Ferreira também teve passagem pela Irmandade Madre de Deus. No inventário de Manoel Henrique, consta anexado um recibo no nome da viúva no valor de vinte e seis mil e quatrocentos reis (26\$400). Desta quantia, foram deixados seis mil e quatrocentos réis (6\$400) como esmola por José Henrique para a dita irmandade, destinados à festividade da Semana Santa, como irmão de Mesa, e vinte mil réis (20\$000) que a própria Antônia Ferreira contribuía como esmola à dita Irmandade.⁷⁰ Consideramos que o trânsito dela pelas associações locais de devoção cristã foi também uma estratégia de sobrevivência, afinal, tais espaços tinham a finalidade de promover ajuda mútua, socialização e diversão.

Em outubro de 1883, Antônia Ferreira da Cruz dirigiu-se pela segunda vez ao tabelionato do 1º distrito de Porto Alegre para fazer o registro da alforria de Maria Joana. O documento foi forjado sem fornecer quaisquer justificativas, apenas informando que liberdade da alforriada ocorria de forma incondicionada.⁷¹ Encontramos o mesmo padrão na carta de liberdade de Nicolau, passada oficialmente no dia 19 de junho de 1884, por meio da qual o escravizado garantiu sua liberdade sem ônus. O escravizado estava matriculado sob nº 854 da ordem da matrícula e 14 da relação.⁷² Em ambos os casos, as informações disponíveis foram mínimas, porém, a idade avançada de Maria Joana e Nicolau - respectivamente 61 anos e 41 anos - e os muitos anos de convivência com a senhora certamente foram aspectos levados em conta nas ditas negociações. Afinal, ambos eram dos cativos mais antigos de Antônia Ferreira, daqueles inscritos no testamento do marido, em 1842.⁷³

É possível observar que foi no ano de 1884 que Antônia Ferreira da Cruz passou o maior número de cartas de liberdade, totalizando dezoito. Quinze foram registradas na mesma data,⁷⁴ em 28 de agosto de 1884, mês e ano correspondentes aos de maior agitação abolicionista em

⁶⁹ Sobre as relações entre a Irmandade Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia, ver: NASCIMENTO, 2014.

⁷⁰ APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842.

⁷¹ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 27, p. 95r, carta de 17/10/1883, registrada em 19/10/1883.

⁷² APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 27, p. 138r, carta de 18/06/1884, registrada em 19/06/1884.

⁷³ Existe a possibilidade concreta de Nicolau ser filho de Maria Joana. Em 2 de dezembro de 1832 foi batizado Nicolau, filho da parda Maria, nascido em 10 de setembro daquele ano. A mãe e o filho eram escravizados pelo senhor Manoel José Henriques da Cruz, futuro sogro de nossa personagem abolicionista. Os padrinhos/madrinhas foram Militão, parceiro de Maria na mesma escravaria e Nossa Senhora (AHCMPA - Livro 4 de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 47).

⁷⁴ APERS - 3º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 7, p. 40 e 41, cartas de 22/08/1884, registradas em 28/08/1884.

Porto Alegre -, e três em meses posteriores do mesmo ano. Em relação às alforrias registradas em 1884, praticamente todas ocorreram com a imposição de cláusulas de prestação de serviço, explanando assim, a intenção de Antônia Ferreira em prolongar a exploração do trabalho de seus escravizados e escravizadas. Afinal, conforme viemos argumentando, sua principal fonte de renda era justamente o lucro advindo do trabalho de seus negros e negras de ganho. Na maior parte dos casos, Antônia Ferreira determinou o cumprimento de três anos de serviço “para ela e sua família”. Especificamente na alforria de Rosa, a senhora determinou que o cumprimento da cláusula seria para a sobrinha Maria Luísa de Carvalho Palmeiro.⁷⁵

Notamos que no caso da alforria de Isabel, a última das alforrias registradas por Antônia Ferreira, não constou o período de trabalho a ser cumprido.⁷⁶ Não por acaso essa era a escravizada mais antiga da dita senhora, certamente havia nascido e crescido em sua propriedade, pois em 1842 foi identificada no inventário de José Henrique como tendo apenas 9 anos de idade. Certamente Isabel era a de maior convívio, intimidade e confiança da senhora, quem Antônia Ferreira desejaria manter por perto até os últimos dias de vida. Dada a avançada idade de Antônia Ferreira, na época com mais de 70 anos, é provável que além da preocupação em manter seu sustento econômico ela própria precisava de cuidados, alguém para realizar os serviços domésticos, velar por sua saúde e até mesmo para fazer-lhe companhia. Logo, a não inscrição de um período na alforria almejava manter Isabel por perto.⁷⁷

Ao lado das estratégias empreendidas em relação à sua escravaria, é válido pontuar que Antônia Ferreira da Cruz também vivia dos rendimentos do aluguel de propriedades na capital. Algumas vezes, inclusive, foi necessário que ela se impusesse em relação aos seus inquilinos e inquilinas, garantindo sua respeitabilidade ao entrar com medidas de despejo judicial. Encontramos três ações do tipo sendo movidas pela própria Antônia Ferreira da Cruz ou por seus procuradores, contra José Clemente em 1884, Bernardo Ribeiro em 1886, e Joana Eiras

⁷⁵ APERS - 3º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 7, p.38r, carta de 15.08.1884, registrada em 28.08.1884. Provável que a sobrinha Maria Luíza tenha nascido em Porto Alegre em 26.10.1851 e batizada na catedral em 6 de abril do ano seguinte. Era filha legítima de Luiz José da Fontoura Palmeiro e dona Maria Lara Palmeiro, naturais desta província. Neta paterna do Coronel João José Palmeiro (de Portugal) e dona Maria Josefa Fontoura Palmeiro (desta província); neta materna do tenente José Antônio dos Santos Lara (de Santa Catarina) e dona Bernardina dos Santos Lara (desta província) (AHCMPA - Livro de Batismos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1849/1858), folha 96).

⁷⁶ APERS - 3º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 8, p. 22r, carta de 22/08/1884, registrada em 16/09/1884.

⁷⁷ Difícil se imiscuir nos afetos que envolviam as relações entre as pessoas que pesquisamos, principalmente neste caso em que estas duas mulheres – Isabel e Antônia – eram assemelhadas pelo gênero, mas distanciadas pela classe, raça e status de cada uma. Eram mulheres em relações de afrontosa desigualdade, mas que certamente gozaram de boa dose de intimidade. Por vezes a necessidade que a senhora sentia de sua escravizada mais próxima podia até mesmo postergar ou bloquear a concessão da liberdade direta da cativa, sendo frequente a negociação com o exercício da maternidade e da sua estabilidade familiar. Lembremos que as escravizadas, segundo a *cultura do cuidado*, ainda tinham que velar pelas senhoras em suas velhices, em suas senilidades.

em 1887. A situação de todos foi basicamente a mesma, pois eles alugavam da senhora casas localizadas na Rua da Margem, cujos valores mensais ficavam na medida de 27\$, e receberam o despejo após ficarem vários meses sem pagar o aluguel.⁷⁸

Chamou-nos atenção, o despejo envolvendo Joana Eiras, não tanto pela situação com Antônia Ferreira, mas pela mulher em questão. Na época, ela era conhecida pela cidade por seu envolvimento em crimes e contravenções, dos quais geralmente saiu impune.⁷⁹ Destacamos, especificamente, o envolvimento de Joana Eiras com a comunidade afro-brasileira de Porto Alegre, uma vez que sua casa foi identificada como local de concentração de negros livres, escravizados e contratados fugitivos, que por ali se acoitavam. Logo, essa mulher “[...] era indicada como a pessoa que fornecia agasalho e proteção e aquela que chamava seus parceiros para trabalhos eventuais e missões de ataque ou defesa frente aos inimigos vizinhos e à polícia” (MOREIRA, 2003, p. 144). Ainda que não se tenha certeza, por tal atuação e demais evidências, especula-se que Joana Eiras era uma mulher *não-branca* (ALMALEH, 2018; MOREIRA, 2003). Para nós que, neste trabalho evidenciamos diferentes atuações de mulheres brancas ou socialmente brancas no fim da escravidão, é importante assinalar a existência de outras mulheres, como Joana Eiras, que de outros lugares sociais igualmente foram protagonistas nesse contexto.

Antônia Ferreira da Cruz faleceu em Porto Alegre, em 26 de maio de 1890, sem filhos e sem ascendentes vivos. Em seu testamento, cujo testamenteiro foi o sobrinho Luís Lara da Fontoura Palmeiro, ela declarou suas últimas vontades e determinou com precisão seus herdeiros e herdeiras e o que cada um herdaria. Em suma, Antônia Ferreira beneficiou determinados sobrinhos e sobrinhas legando-lhes propriedades que possuía na capital. Em especial, destacamos o trecho em que essa senhora destacou a parte de sua sobrinha Francisca Ferreira Porto:

Declaro que instituo por minha universal herdeira a minha sobrinha Francisca Ferreira Porto, filha legítima do meu finado irmão Barão de Cai, a qual pertencerão, depois de cumpridos os legados, os meus bens restantes, inclusive os quatro lances de casas situados à rua da Margem, legados em usufruto à minha irmão Teresa, sob a condição seguinte – que minha sobrinha não poderá alienar os bens que herdar de mim nem sobre eles terá comunhão nem direito de administração seu marido, se vier a casar.

⁷⁸ APERS - Juízo de Direito de 2ª vara civil, Ação de despejo. Autora: Antônia Ferreira da Cruz, réu: José Clemente Palma Dias, nº 3907, 1884.

APERS - Juízo de Direito da 1ª vara, Ação de despejo. Autora: Antônia Ferreira da Cruz, réu: Bernardo Ribeiro da Fonseca, nº 2150, 1885.

APERS - Juízo de Direito da 1ª vara civil nesta cidade de Porto Alegre, Ação de despejo. Autora: Antônia Ferreira da Cruz, réu: Joana Eiras, nº 2993, 1887.

⁷⁹ Sobre a vida criminal de Joana Eiras, ver: PESAVENTO, 2008.

Que por sua morte os bens passarão a seus legítimos herdeiros ou a quem ela nomear em testamento.⁸⁰

Notemos que as condições de Antônia Ferreira foram na direção de forçar a sobrinha a manter o controle sobre o patrimônio que a ela estava transmitindo. Inferimos que nos vários anos que, na condição de viúva, essa senhora pode ser mais atuante na gestão de seu patrimônio, tenha se dado conta de como o controle sobre o próprio sustento incidia num maior controle da mulher sobre sua vida e escolhas. Assim, de alguma maneira querendo transmitir esse ensinamento à sobrinha Francisca Ferreira, conferindo-lhe como sua principal herdeira e ao mesmo tempo impondo que ela própria administrasse o patrimônio recebido da tia.

Cabe ainda destacar que Antônia Ferreira legou parte de sua fortuna para inúmeras irmandades citadinas: legou um conto de réis (1:000\$000) para a de Nosso Senhor dos Passos, quinhentos mil réis (500\$00) para a Irmandade Nossa Senhora Madre de Deus, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição, quatrocentos mil réis (400\$000) para a Santa Casa de Misericórdia e duzentos mil réis (200\$00) para a Nossa Senhora do Bonfim.⁸¹

A vida de Maria do Carmo Ferreira Porto, quando comparada com a de sua irmã Antônia Ferreira da Cruz, pareceu-nos ter sido de maior prosperidade material. Em seu inventário, feito em 1890, constatamos que Maria do Carmo Ferreira Porto era dona de pelo menos dois sobrados e usufrutuária de alguns prédios no centro de Porto Alegre.⁸² Entre suas propriedades também foram arrolados: uma chácara e um terreno, ambos localizados nos arredores da capital, móveis, joias e cinquenta ações do Banco da Província.⁸³ Pela ausência de unidades produtivas entre seus bens, certamente a ocupação de Maria do Carmo Ferreira Porto era a de *proprietária*, cuja renda deveria advir principalmente do aluguel de seus imóveis. Fora isso, sabemos que durante uma boa parte de sua vida, essa senhora dispôs da exploração da mão de obra escrava, dada a localização de cartas de alforrias registradas no nome dela.

Foi uma senhora católica e alfabetizada, tendo escrito as próprias disposições testamentárias - documento que, inclusive, permitiu-nos conhecê-la um pouco mais. Assim

⁸⁰ APERS - Cartório da Provedoria de Porto Alegre, Testamento. Testadora: Antônia Ferreira da Cruz, Testamenteiro: Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, maço 72, Auto 2286, 1889.

⁸¹ APERS - Cartório da Provedoria de Porto Alegre, Testamento. Testadora: Antônia Ferreira da Cruz, Testamenteiro: Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, maço 72, Auto 2286, 1889.

⁸² Um dos sobrados ficava localizado na Rua Sete de Setembro, nº 76 e 78, e o outro na Rua dos Andradas, nº 312 e 314. Os prédios de que era usufrutuária localizam-se nas mesmas redondezas do centro da capital: na Rua General Silva Pessoa [Tavares?], nº 182 e 184, na Rua dos Andradas, nº 308 e 310, e na Rua Sete de Setembro, nº 70 (APERS - Cartório da Provedoria, Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº. 727, 1890, p. 31-32).

⁸³ APERS - Cartório da Provedoria, Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº. 727, 1890, p. 11-12.

como sua irmã Antônia Ferreira, Maria do Carmo também realizou ações filantrópicas em benefício de conhecidas instituições de Porto Alegre. Por seu testamento, deixou duzentos mil réis (200:000\$) para a Santa Casa de Misericórdia, cem mil réis (100:000\$) para dois hospícios, o das Alunadas e o Nossa Senhora do Carmo, e 50 mil réis (50:000\$) para a Irmandade da Nossa Senhora da Conceição. Tal agremiação devocional, por sua vez, foi estabelecida na capital em 1790 e integrada por indivíduos não-brancos, no geral *pardos* (ALMEIDA, MOREIRA, 2017; MÜLLER, 1999; TAVARES, 2007). Assim como constatamos em relação à irmã, Maria do Carmo também deve ter encontrado mais espaço e autonomia nas irmandades negras.

Maria do Carmo Ferreira também não teve filhos e não contraiu núpcias sendo, portanto, a única das personagens deste capítulo que se manteve (ao menos legalmente) solteira até a morte. Temos algumas evidências de que Maria do Carmo Ferreira, na realidade, não era adepta da ideia de perder o domínio sobre seus bens para um homem. A principal dessas foi a situação envolvendo o irmão Manoel Ferreira Porto, o Barão do Caí, falecido em 1882, e uma dívida que Maria do Carmo teve que cobrar judicialmente dos sobrinhos e da cunhada. Conforme constou nos autos do processo, o Barão do Caí era “encarregado de todos os seus negócios”, especialmente na cobrança dos aluguéis de seus prédios, e na prestação de contas que lhe fez no dia 14 de agosto de 1882, “apresentou um saldo a favor da mesma autora de vinte e um contos, quinhentos e vinte mil, trezentos e vinte réis (21:520\$320) e reconheceu-se obrigado a lhe restituir”.⁸⁴ Como se pode imaginar, os herdeiros do Barão do Caí não incluíram a dívida em seu inventário, fazendo com que Maria do Carmo recorresse à justiça. O processo foi iniciado em 1882, tendo resolução favorável à Maria do Carmo. Contudo, em 1889, a senhora teve que mover uma nova ação contra a Baronesa e seus filhos a fim de que a sentença fosse executada e a dívida efetivamente paga.⁸⁵

Os documentos de liberdade passados por Maria do Carmo Ferreira foram o principal meio que dispusemos para identificar as características de sua escravaria e analisar a agência senhorial dela. Encontramos essa mulher transmitindo, ao longo de sua vida, o total de onze manumissões, cujo resumo dispomos no quadro abaixo:

⁸⁴ No processo consta anexado a descrição da dívida, com data e assinatura do Barão do Caí. Empréstimo de quantias, charutos, joias, cobertores - são alguns entre os variados itens listados no manuscrito (APERS - 4ª classe do Tribunal da Relação em Porto Alegre, Apelação civil. Apelante: Baronesa de Caí como tutora de seus filhos menores e outros, apelada: Maria do Carmo Ferreira Porto, nº 1276, 1886).

⁸⁵ APERS - Juízo de Direito da Vara Civil de Porto Alegre, Execução. Executante: Maria do Carmo Ferreira Porto, executada: Baronesa de Caí, nº 3229, 1889.

Quadro 12 - Alforrias transmitidas por Maria do Carmo Ferreira Porto

Ano do registro	Alforriado	Cor	Idade	Tipo de alforria	Condição	Período
1877	Inês	-	26 anos	Paga	-	-
1884	Leopoldo	Pardo	8 meses	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Josino	Pardo	3 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Esperança	Crioula	7 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Jacinta	Parda	9 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Afonso	Crioulo	9 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Cristino	Crioulo	12 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Cândida	Parda	15 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Dionísio	Pardo	23 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Teresa	Crioula	26 anos	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Maria Rita	Parda	37 anos	Sem ônus		

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Pelas idades informadas por essa proprietária, observamos a significativa presença de *ingênuos*.⁸⁶ É importante salientar – uma vez que identificamos essa mesma característica em relação à escravaria de outras personagens do capítulo – que a chamada “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 28 de setembro de 1871, estabeleceu que os “filhos de mulher escrava que nascerem no Império” eram “considerados de condição livre”. Contudo, não se tratava de uma medida imediata, pois os filhos de mãe escravizada permaneceriam sob o poder dos senhores de suas mães até os oito anos de idade, com a condição de “criá-los e tratá-los” (§ 1º do artigo 1º). Nesta idade, os senhores tinham duas opções: utilizar os serviços dos ingênuos até os 21 anos ou entregá-los ao Estado recebendo a indenização de seiscentos mil réis (600\$000). Ficou bastante evidente que a escolha desta senhora, seguindo o padrão geral, foi pela primeira opção.

⁸⁶ Sobre as precárias condições de vida e saúde de ingênuos em Porto Alegre, ver: MOREIRA, 2013.

Quadro 13 - Batismos de ingênuos de Maria do Carmo Ferreira Porto

Mãe	Ingênuo	Batismo	Nascimento
Cândida	Silvino	03/01/1879	05/08/1878
Cândida	Florêncio	04/06/1876	10/04/1876
Cândida	Liberato	02/02/1881	23/08/1880
Cândida	Avelino	15/08/1884	10/11/1883
Esperança	Otávio	02/08/1879	22/02/1879
Esperança	Deolinda	19/03/1882	24/06/1881
Inês	Alzira	29/09/1873	03/06/1873
Inês	Rosalina	19/10/1875	14/02/1875
Marcelina	Gervásio	26/01/1877	09/03/1876
Madalena	Hortência	30/06/1877	23/02/1877
Madalena	Delfina	19/12/1880	21/01/1879
Madalena	Joana	09/07/1882	27/12/1881
Maria Rita	Marcos	06/01/1875	01/04/1874
Raquel	Julieta	07/12/1873	03/03/1872
Raquel	Alfredo	27/12/1875	25/08/1875
Tereza	Cecilia	08/12/1880	01/09/1880

Fonte: AHCMPA - Livro de Batismo de Ingênuos da Paróquia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folhas 7, 7v, 10v, 13v, 14v, 16, 18, 22v, 39v, 43v, 52v, 53, 54, 62, 65v, 78v.⁸⁷

Em meados de 1877, Maria do Carmo Ferreira outorgou a primeira carta de liberdade, sendo ela destinada à escravizada Inês, na época solteira e com 26 anos. A alforria, na verdade, foi obtida mediante o pagamento de um conto de réis (1:000\$) por Inês à senhora.⁸⁸ A forra seguiu de alguma forma nas proximidades de Maria do Carmo, visto que anos depois, em 1889, quando Maria do Carmo Ferreira redigiu seu testamento e determinou sobre o destino de seus bens, Inês e suas filhas apareceram entre as principais beneficiárias da herança da então ex-senhora. De próprio punho, Maria do Carmo escreveu:

Deixo a chácara do Camargo nos subúrbios dessa cidade, com todos os pertences, à minha liberta Inês, e suas filhas - Rosalina, Maria, Fausta, Alzira e Maria Júlia⁸⁹, sendo a terça parte da dita chácara e seus pertences à Rosalina e as duas restantes à mãe e irmãos desta, com a cláusula de não poderem aleirar aos seus quinhões durante a vida, seja qual for o protesto e de não poder o marido de Inês nem usufruir nem administrar o legado.⁹⁰

⁸⁷ Dois dos ingênuos desta tabela viveram pouco, morrendo ambos de gastroenterite: Silvino (morto em 04/09/1879) e Cecília (falecida em 05/05/1881) (AHCMPA - Livro de Óbitos de Ingênuos da paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folhas 22 e 34).

⁸⁸ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 4, p. 75r, carta de 06/01/1877, registrada em 18/01/1877.

⁸⁹ A filha Maria, da crioula Inês, foi batizada em 15 de agosto de 1869 (nascida em 19/12/1868) e foi apadrinhada por João Claudino de Mello e Nossa Senhora (AHCMPA - Livro 18 de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 79).

⁹⁰ APERS - Cartório da Provedoria de Porto Alegre, Testamento. Testadora: Antônia Ferreira da Cruz, Testamenteiro: Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, maço 72, nº 2286, 1889.

Além do imóvel, Maria do Carmo também legou às filhas de Inês: cem mil réis para cada uma, os móveis de sua residência e as roupas de seu uso.⁹¹ É necessário considerar que havia uma distância social grande entre mulheres brancas, como Maria do Carmo, e suas escravizadas, caso de Inês, mas que fisicamente elas viviam bem próximas umas das outras, e podiam criar laços pessoais bastante estreitos. As *mucamas*, por exemplo, penteavam as senhoras, cuidavam de suas roupas, ajudavam-nas a se vestir, além disso, podiam sentar-se lado a lado na casa, costurando, bordando ou fazendo renda (HAHNER, 2013, p. 27). Apesar dessa proximidade, havia também outros sentimentos, como o de desconfiança e o de dominação e controle.

As palavras de Maria do Carmo em seu testamento revelam-nos justamente a ambiguidade ou ambivalência dos sentimentos que perpassavam esse tipo de relação, por um lado pautada pelo evidente afeto que a senhora nutria por Inês e as filhas; e por outro pelo ímpeto senhorial de manter o controle sobre a vida da ex-escravizada após sua morte. Não à toa que várias vezes Maria do Carmo referiu-se à Inês em seu testamento como “minha liberta”, exteriorizando o sentimento de posse que a ex-senhora ainda cultivava.

Maria do Carmo Ferreira também pareceu não acreditar muito na capacidade das herdeiras de gerenciarem os bens, uma vez que as proibiu de se desfazerem da chácara. Local que Inês e as filhas certamente habitavam e de onde tiraram a subsistência da família.⁹² A senhora também não confiava no marido de Inês, sendo enfática que ele não deveria usufruir, tampouco administrar os ditos bens. Essa *desconfiança* senhorial sobre o esposo de sua escravizada mostra como os arranjos familiares dos cativos gozavam de autonomia, mesmo que relativa, já que Inês pelo jeito escolhera um companheiro que não gozava da afeição de sua senhora. Posição que endossa também aquilo que falávamos anteriormente sobre Maria do Carmo não ter se casado, de ter sido a forma dela manter o controle sobre seu capital.

⁹¹ Trajetória parecida a de Maria do Carmo Ferreira Porto, foi a de Inácia Delfina Werneck, analisada por Sandra Graham (2005). Em seu estudo, a referida autora identificou que Dona Inácia Werneck era uma senhora branca da classe dominante que aos 86 anos de idade, deixou em seu testamento bens para a família de sua escravizada Bernardina (GRAHAM, 2005). Práticas costumeiras como essas aparecem na história de várias comunidades quilombolas atuais, como da de Casca, em Mostardas (RS), ver: BARCELLOS, 2004; LEITE, 2002.

⁹² No inventário dos bens de Maria do Carmo Ferreira, constou que a chácara ficava localizada na Estrada do Meio, dispunha de uma casa assobrada, “com três janelas de frente e porta lateral” em um terreno de “cento e trinta e dois metros (1m 32cm) de frente e cento e oito metros e cento e vinte quatro centímetros (108m 124 cm) de extensão de frente ao fundo”. Além disso, foram arrolados os seguintes bens como pertencentes à chácara: “uma carroça com arreios, uma mula, dois bois manos, duas vacas, uma novilha, um arado e sete cadeiras com assento de pau” (APERS - Cartório da Provedoria, Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº. 727, 1890, p. 11-12). Com base nessas descrições, acreditamos que o local se destinava unicamente à subsistência da família de Inês que ali vivia, não representando uma fonte de renda para a senhora.

Temendo pelo futuro dessas pessoas queridas para ela, e as quais ela devia considerar sem o discernimento necessário para manter os patrimônios materiais recebidos, principalmente os de Rosalina, Maria, Fausta, Alzira e Maria Júlia, estabeleceu em suas disposições testamentárias: “Instituo por meus herdeiros os filhos de minha irmã Francisca, casada com Miguel T. de Carvalho, com a condição de socorrem as filhas já mencionadas da minha liberta Inês a fim de que não fiquem em desamparo e na indigência”.⁹³ Acreditamos que o zelo de Maria do Carmo com o bem-estar dessas mulheres era sincero, porém o desejo de controle e subordinação eram também presentes e foram transmitidos aos sobrinhos, sobre os quais recaiu a tutela das descendentes de Inês. Nesse ponto também deve ter contada a questão racial, com a senhora endossando o discurso senhorial de que os forros não tinham condições de se gerirem sozinhos, necessitando da tutela branca.

Depois da alforria de Inês, Maria do Carmo Ferreira Porto só voltou ao cartório no dia 18 de agosto de 1884, quando fez o registro de mais dez cartas. Na ocasião, somente a escravizada Maria Rita recebeu a liberdade de modo incondicional, constando que daquela data em diante ela gozaria de “plena liberdade sem condição alguma”.⁹⁴ Sabemos somente que Maria Rita era a escravizada com mais idade e que talvez por isso tenha sido escolhida pela senhora para desfrutar da liberdade imediatamente. Os demais indivíduos, receberam alforrias condicionadas à prestação de serviço. Todos eram indivíduos ainda em idade produtiva e seguiriam sendo explorados pela dita senhora por mais cinco anos.⁹⁵

Não sabemos exatamente em quais atividades os escravizados e as escravizadas de Maria do Carmo Ferreira trabalhavam, mas é possível que fossem variadas. Alguns com certeza realizavam os serviços domésticos na residência da senhora, outros na chácara junto da forra Inês ou até mesmo prestando serviços pela cidade na modalidade de *ganho*, sem falar nas possíveis amas de leite – dada a significativa presença de crianças na escravaria. A exploração dessa mão de obra não pareceu ser tão essencial para a sobrevivência de Maria do Carmo Ferreira quanto foi para sua irmã Antônia Ferreira.

No Livro de Ouro do Centro Abolicionista, foram creditadas à Maria do Carmo Ferreira Porto o total de onze alforrias.⁹⁶ Todavia, como visto, somente dez dessas foram transmitidas

⁹³ APERS - Cartório da Provedoria de Porto Alegre, Testamento. Testadora: Antônia Ferreira da Cruz, Testamenteiro: Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, maço 72, nº 2286, 1889.

⁹⁴ APERS - 2º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 22, p. 78 v., carta de 15/08/1884, registrada em 18/08/1884.

⁹⁵ APERS - 2º Tabelionato de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 22, p. 76 – 80r, carta de 15/08/1884, registradas em 18/08/1884.

⁹⁶ AHPAMV - Livro de Ouro, Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 11, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 13.

no contexto abolicionista, o que nos leva ao entendimento que a manumissão de Inês, de 1877, entrou na conta. Dessa forma, ela tornava pública e oficial sua “generosidade” para com os cativos e cativas, naquele contexto político de pressão do abolicionismo, e ao mesmo tempo tentava tornar os libertos seus dependentes, para que assim continuassem a servi-la (KROB, 2016).

3.5 Josefa Machado de Castro

Josefa Machado de Castro transmitiu apenas nove manumissões entre os anos de 1878 e 1884, número que, por si só, parece pouco expressivo quando comparado aos de Antônia Ferreira, por exemplo. Entretanto, por meio de um conhecimento mais amplo dessa senhora e de seu contexto familiar foi possível vislumbrar sua agência noutras negociações em torno da liberdade de escravizados e escravizadas. Afinal, conforme já foi assinalado no capítulo anterior, encontramos vários descendentes dos Dias de Castro transmitindo cartas de alforrias ao longo de suas vidas. Tal família, inclusive, participou do movimento abolicionista local através da atuação de Júlia Dias de Castro nas atividades promovidas pelo Centro Abolicionista.

Antes mesmo de se tornar viúva e assumir a responsabilidade sobre suas posses, pareceu-nos que Josefa Machado já partilhava com o marido João Dias de Castro,⁹⁷ em algumas circunstâncias, do poder senhorial sobre sua escravaria e da concessão de alforrias. Entre 1866 e 1877, o casal transmitiu em conjunto o total de cinco manumissões, sendo praticamente todas incondicionadas. As primeiras duas ocorreram em datas especiais para os senhores, sendo as beneficiadas Rita e Clarinda, respectivamente alforriadas para “perpetuar e comemorar” o casamento da filha Isabel Dias de Castro com o médico Joaquim Pedro Soares, e em comemoração ao batizado da filha caçula, Júlia Dias de Castro. Em ambos os documentos também constou que se tratava de “um ato de filantropia e caridade”.⁹⁸ As outras três, decorreram de retribuições ao cativo Enéas e às cativas Adriana e Anacleto.

⁹⁷ João Dias de Castro nasceu no dia 30 de outubro de 1807, em Porto Alegre, seus pais foram Bernardo Dias de Castro e Isabel Alves. Graduiu-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou diversos cargos políticos na província do Rio Grande do Sul, entre eles o de presidente por três vezes, de 12 de junho a 24 de junho de 1839, de 12 de setembro a 20 de outubro de 1871 e de 5 de fevereiro a 21 de maio de 1877.

Ele e Josefa Machado casaram-se em 30 de abril de 1835, tiveram seis filhos, mas três deles foram natimortos ou morreram muito precocemente, sendo os demais: Bernardo Dias de Castro Sobrinho, Isabel Soares de Castro e Júlia Dias de Castro (APERS - Cartório da Provedoria, Testamento. Testadora: João Dias de Castro, testamenteiro: Josefa Machado de Castro, nº 2004, 1878).

⁹⁸ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 18, p. 68v., carta de 10/06/1865, registrada em 30/08/1865; APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 18, p. 99v., carta de 01/01/1866, registrada em 03/01/1866.

Enéas teve a alforria registrada por Josefa Machado e João Dias de Castro em junho de 1872, o casal alegou que o mulato de 26 anos havia sido “criado” por eles e que merecia sua “estima pelo bom comportamento”.⁹⁹ Em março de 1873, foi a vez de Antônia que diferente dos demais, recebeu a “restrição única de acompanhar e servir” a filha do casal, Júlia Dias, até que ela completasse a “idade de 15 anos”, não podendo “antes disso retirar-se” da casa dos senhores. Nesse documento, ainda constou que os senhores haviam libertado seis filhos de Antônia, “em atenção à amizade”, “por ter ela sido criada” por eles e, especialmente, por ter “amamentado” a mencionada filha.¹⁰⁰ Enfim, a última escravizada a ser contemplada pelo casal foi Anacleta, em setembro de 1877, sendo a “carta concedida em retribuição aos bons serviços prestados, principalmente na criação da neta dos senhores, Adelaíde, filha de Isabel Soares.”¹⁰¹

Josefa Machado e João Dias de Castro certamente confabularam acerca dessas alforrias que outorgaram enquanto casal, como visto, fosse para *celebrar* ou para *recompensar*, em todos os casos elas relacionaram-se aos interesses da família, ao campo doméstico. Endossa essa nossa afirmação, o fato dele ter feito o registro de mais 15 alforrias individualmente, ou seja, sem qualquer referência à participação da esposa.¹⁰² Nesse conjunto, a maior parte das cartas

⁹⁹ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 21, p. 160r., carta de 30/05/1872, registrada em 15/06/1872. Eneas nasceu em 8 de maio de 1846 e foi batizado em 17 de janeiro do ano seguinte, sendo filho natural de Maria. Foi apadrinhado por Antônio de Castro e Gertrudes de Freitas (AHCMPA - Livro 1º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folha 46).

¹⁰⁰ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 21, p. 243v., carta de 29/06/1872, registrada em 15/03/1873.

Tanto em Enéas como Anacleta foram identificados como “crias da casa”, sendo ele “mulato” e ela “parda”. Tendo em vista que era comum a existência de filhos naturais de senhores com escravizadas, não descartamos a hipótese de que Enéas e Anacleta pudessem ser descendentes ilegítimos de João Dias de Castro.

Sobre as relações de senhores, escravizadas e filhos ilegítimos, ver: DIAS, 2013; SLENES, 1999.

¹⁰¹ APERS - Tabelionato do Município de Porto Alegre, Livro 24, p. 143v., carta de 12/09/1877, registrada em 13/09/1877. Encontramos quatro batizados de filhos e filhas de Anacleta, todos registrados como filhos naturais e, portanto, sem indicação do pai: Ramiro (batizado em 15.04.1848), Fabrício (batizado em 15/12/1850, nascido em 11/11/1849), Horácio (batizado em 21/11/1853, nascido em 18/05/1852) e Ovídio (batizado em 06/06/1858 e nascido em 11/05/1858) (AHCMPA - Livro 1 de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folhas 80, 145, 172 e 244).

¹⁰² André, preto, carta obtida pelo valor de oitocentos réis (800\$00) (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 14, p. 10v., carta de 29/05/1842, registrada em 03/02/1849).

Pacífico, carta obtida pela mãe Bernarda Maria Machado de Castro no valor de 1:700\$ (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 15, p.104r., carta de 21/08/1856, registrada em 21/08/1856).

Madalena, preta, carta obtida pelo valor de 680\$ (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 15, p. 137v., carta de 19/12/1856, registrada em 19/12/1856).

Luís, carta concedida com a condição de o escravizado servir e acompanhar o filho do senhor, Bernardo Dias, até sua formatura (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 15, p. 178v., carta de 04/12/1857, registrada em 09/12/1857).

Esperança, nação, carta obtida pelo valor de 1:400\$ (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 17, p. 87v., carta de 11/08/1862, registrada em 12/08/1862).

Rafaela, crioula, carta obtida pelo valor de 1:900\$ e “em retribuição pelos serviços prestados” (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 20, p. 178v., carta de 11/04/1870, registrada em 13/04/1870).

envolveram transações monetárias. De qualquer forma, as alforrias em que Josefa Machado corroborou não foram fruto de escolhas aleatórias do casal ou puramente da bondade deles, mas sim de estratégias que visavam a otimização do uso da mão de obra escravizada. Em primeiro lugar, verificamos que o discurso senhorial presente naquelas cinco manumissões foi marcado pela benevolência, sendo uma visão que poderia pretender resguardar os vínculos de dependência com os ex-escravizados. Em segundo lugar, principalmente em relação às alforrias de Clarinda, Enéas e Antônia certamente tratou-se um investimento no controle das famílias escravizadas, pois os dois primeiros eram filhos de outras escravizadas do casal - respectivamente, Antônia e Maria - e a terceira por meio da *gratidão* pelos senhores terem libertado seus descendentes.¹⁰³

Certamente essas experiências junto do marido foram úteis para Josefa Machado quando, aos 58 anos de idade, ficou viúva e passou a responder pelos bens que herdou, entre eles, um significativo número de escravizados e escravizadas. Quando João Dias de Castro faleceu, em meados de 1878, a referida esposa, na posição de testamenteira e inventariante agilizou o processo de arrolamento e divisão dos bens do casal. De acordo com tal documento, em Porto Alegre, Josefa Machado e João Dias eram donos de um sobrado na Rua Silva Tavares, sendo possivelmente essa a residência da família na cidade, dois terrenos na Rua General Lima

Antônio, pardo/mulato, carta concedida em retribuição aos bons serviços prestados “e por ser cria de casa de minha sempre lembrada e querida mãe, e por ela ter-me dado desde a idade de 1 anos” (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 21, p. 229v., carta de 08/01/1873, registrada em 30/01/1873).

Margarida, crioula, carta obtida pelo valor de 400\$ (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 23, p. 28r., carta de 10/01/1875, registrada em 14.01.1875).

Sebastiana, crioula, carta obtida pelo valor de 800\$ tendo sido paga por José Afonso Pereira. (APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 24, p. 30r., carta de 31/10/1876, registrada em 04/11/1876).

Micaela, preta, carta obtida pelo valor de 1:000\$ (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Transmissões e notas, Livro 67, p. 34v., carta de 04/08/1854, registrada em 15/11/1855).

Antônia, preta, nação, carta obtida pelo valor de 550\$ (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros de Notas, Livro 15, p. 109v., carta de 30/12/1843, registrada em 30/12/1843).

Raimundo, preto, carta obtida pelo valor de 800\$ (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros de Notas, Livro 16, p. 18r., carta de 26/02/1846, registrada em 26/02/1846).

Maria, preta, nagô, carta obtida pelo valor de 1:300\$ (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros de Notas, Livro 17, p. 117r., carta de 26/02/1862, registrada em 11/04/1862).

Januário, pardo, carta obtida pelo valor de 1:200\$, tendo sido paga pela pessoa que o escravizado deveria substituir no Exército (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros de Notas, Livro 18, p. 138r., carta de 21/11/1866, registrada em 03/12/1866).

José Rodrigo, desta província, obtida pelo valor de 1:300\$, tendo sido paga por Antônio da Silva, com a condição de o escravizado substituí-lo no Exército (APERS - 2º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros de Notas, Livro 18, p. 175r., carta de 09/10/1867, registrada em 10/10/1867).

¹⁰³ Segundo Paulo Moreira (2003), ao alforriarem *partes* da família escrava, os senhores conseguiam manter demais integrantes em rijo cativeiro. “Pais, mães e filhos evitam afastar-se demasiadamente de suas ex-casas-grandes e senzalas para não perderem o contato com seus familiares e parentes, tendo ainda que manter boas relações com os ex-senhores para que seus entes queridos não sofressem alguma vingança” (MOREIRA, 2003, p. 29).

e Silva e seis escravizados. Em Rio Pardo, de onde Josefa Machado era natural, é que estava o principal empreendimento econômico do casal: a Fazenda Tabotingaí. Essa propriedade, com área aproximada de seis léguas de campo, compreendia uma “casa com pomar e mais benfeitorias de sobrado”, tendo “móveis, utensílios de campo e lavoura, e serviço de uso de mesa em cozinha”. Viviam e trabalhavam nesse local cerca de vinte escravizados que mantinham 6279 rezes de criar, 1173 éguas, 219 cavalos e 1346 ovelhas.¹⁰⁴

Compilamos no quadro abaixo os cativos e as cativas que foram arrolados no inventário de João Dias de Castro:

Quadro 14 - Escravidão de Josefa Machado de Castro e João Dias de Castro

Escravizado (a)	Idade	Ocupação	Estado de saúde
Balbina	40 anos	Engomadeira	-
Feliciano	30 anos	Cozinheiro	-
Diamantina	8 anos	Serviço doméstico	-
Liberato	23 anos	Serviço doméstico	-
João Paulo	40 anos	Oleiro	-
Turíbio	33 anos	Pedreiro	-
Boaventura	45 anos	Campeiro	Doente do coração
João	41 anos	Campeiro	-
Cândido	33 anos	Campeiro	-
Ramiro	50 anos	Campeiro	-
José	20 anos	Campeiro	-
Francisca	44 anos	Cozinheira	Embriaguez
Adriana	24 anos	Serviço doméstico	-
Arnuida	24 anos	Serviço doméstico	Em mal estado de saúde
Domingos	15 anos	Campeiro	-
Joaquim	17 anos	Campeiro	-
José Maria	9 anos	Serviço do campo	-
Elisa	8 anos	Serviço doméstico	-
Hilário	15 anos	Campeiro	-
José	11 anos	Serviço do campo	-
Firmina	34 anos	Serviço doméstico	Loucura
Narcisa	32 anos	Serviço doméstico	Em mal estado de saúde
Branca	23 anos	Serviço doméstico	-
Maria	63 anos	Lavadeira	Em mal estado de saúde
Manoel	19 anos	Campeiro	
Ezequiel	63 anos	Serviço doméstico	

Fonte: APERS - 1º Cartório de Órfãos, Inventário post-mortem. Inventariado: João Dias de Castro, inventariante: Josefa Machado de Castro, nº 2175, 1878.

Conforme o marido deixou expresso em seu testamento, Josefa Machado deveria assumir 1/3 das propriedades do casal.¹⁰⁵ Sendo assim, a maior parte da escravidão de fato

¹⁰⁴ APERS - 1º Cartório de Órfãos, Inventário post-mortem. Inventariado: João Dias de Castro, inventariante: Josefa Machado de Castro, nº 2175, 1878.

¹⁰⁵ APERS - Cartório da Provedora, Testamento. Testadora: João Dias de Castro, testamentário: Josefa Machado de Castro, nº 2004, 1878.

passou para o domínio direto dessa senhora a partir de 1878, juntamente com a casa e os terrenos de Porto Alegre, além de algumas ações de companhias de transporte.¹⁰⁶ Na época, Júlia Dias tinha apenas 12 anos de idade, Josefa Machado como mãe e tutora, acabou ficando responsável pela administração da herança da caçula até que ela fosse maior de idade.

Tendo em vista as ocupações dos escravizados, as instalações da Fazenda Tabotingaí e o elevado número de semoventes, especialmente, o de rezes, deduzimos que se tratava de uma *estância*. Como é sabido, a criação de gado era a atividade econômica predominante em Rio Pardo, cujos animais eram vendidos para açougues e charqueadas da própria região de Porto Alegre e Pelotas. Pelos dados do inventário também é possível supor que a família era uma das mais poderosas da região, situados certamente no topo da hierarquia econômica do município.¹⁰⁷ Também percebemos que na Fazenda os escravizados homens trabalhavam nos espaços ligados à agricultura e à pecuária, enquanto as escravizadas mulheres no espaço doméstico, mesmo que de muitas maneiras os limites entre esses espaços fossem porosos. Além disso, notamos que alguns desses indivíduos estavam doentes, o que possivelmente decorria do esforço exigido por seus ofícios que ocasionavam desgastes físicos e mentais e denunciando, por sua vez, as difíceis condições de trabalho que enfrentavam.

Diferente de Isabel Perpétua que, como vimos no início do capítulo, assumiu a administração da *estância* da família após a morte do marido Manoel Alves de Medeiros (junto com cativo campeiro Aquim), acreditamos que este não foi o caso de Josefa Machado. Mesmo porque, João Dias deixou enfatizado em seu testamento que a propriedade deveria ser conservada “sempre unida”, de modo que os herdeiros formassem entre si “uma sociedade sob a administração daquele que de acordo elegerem”.¹⁰⁸ Desejo que pareceu ter sido atendido, uma vez que pelo menos até 1894 a Fazenda seguia em funcionamento e sendo de propriedade dos Dias de Castro. Dessa maneira, Josefa Machado passou a partilhar da gerência com os três filhos, entre os quais, Bernardo Dias, por ser o primogênito homem, deve ter se sobressaído.

Em relação às alforrias transmitidas por Josefa Machado de Castro, encontramos o seguinte quadro:

¹⁰⁶ De acordo com o inventário de João Dias de Castro, o monte mor de seus bens foi avaliado em 360:780\$000 réis. Cada um dos três filhos herdou 40:086\$666 réis em terras, dinheiros e escravizados. Em relação aos últimos, ficou dividido da seguinte forma: Bernardo Dias recebeu a propriedade de João e Ezequiel; Isabel Soares a de João Paulo, Domingos e Elisa; e Isabel a de Hilário, José e Branca. É também importante mencionar que João Dias de Castro deixou em testamento a alforria do escravizado Boaventura. (APERS - 1º Cartório de Órfãos, Inventário post-mortem. Inventariado: João Dias de Castro, inventariante: Josefa Machado de Castro, nº 2175, 1878).

¹⁰⁷ Sobre experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade vivenciadas por escravizados em Rio Pardo, nas últimas décadas da escravidão, ver: PERUSSATTO, 2010.

¹⁰⁸ APERS - Cartório da Provedora, Testamento. Testadora: João Dias de Castro, testamentário: Josefa Machado de Castro, nº 2004, 1878.

Quadro 15 - Alforrias transmitidas por Josefa Machado de Castro

Ano do registro	Alforriado	Cor	Idade	Tipo de alforria	Condição	Período
1878	Diamantina	-	8 anos	Paga	-	-
1878	Balbina	-	-	Sem ônus	-	-
1883	Feliciano	-	-	Sem ônus	-	-
1883	Adriana	-	-	Sem ônus	-	-
1884	José	-	-	Sem ônus	-	-
1884	Turíbio	-	-	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Manoel	-	-	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Cândido	-	-	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Liberato	-	-	Condicional	Serviço	5 anos

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Cruzando as informações das alforrias com os autos do inventário do marido dessa viúva, percebemos que a maior parte das pessoas que receberam alforrias de Josefa Machado eram escravizados e escravizadas que se ocupavam dos serviços domésticos, tanto em sua residência em Porto Alegre como na de Rio Pardo. Eram eles: Balbina, Diamantina, Feliciano, Adriana, Liberato e Turíbio. Fora essa semelhança, as alforrias apresentaram características bem variadas que demonstraram a inventividade da senhora, bem como a ambiguidade de suas relações com tais trabalhadores e trabalhadoras.

A primeira dessas alforrias foi a de Diamantina, cuja mãe era Sebastiana, outra escravizada da senhora, sendo a única das que transmitiu que foi paga. O valor pela liberdade de Diamantina foi de quinhentos réis (500\$), tendo sido paga por José Afonso Pereira.¹⁰⁹ Poucos meses depois foi a vez de Balbina, que trabalhava como engomadeira e tinha cerca de 40 anos de idade. Em sua alforria, Josefa Machado afirmou que se tratava de uma retribuição pelos “bons serviços prestados e dedicação”.¹¹⁰ Justificativa semelhante também foi a dada nas manumissões de Feliciano e Adriana, ambas outorgadas no mesmo dia por Josefa Machado.¹¹¹ Os dois foram os únicos entre esses escravizados domésticos que trabalhavam na Fazenda Tabotingaí, os demais eram de Porto Alegre. Nesses casos, observamos o uso da ideologia senhorial por parte de Josefa Machado, algo que certamente ela havia aprendido com o marido nas cartas transmitidas pelo casal – faladas anteriormente. Turíbio e Liberato, por fim,

¹⁰⁹ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 25, p. 84r, carta de 17/12/1878, registrada em 18/12/1878.

¹¹⁰ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 25, p. 89r, carta de 25/12/1878, registrada em 30/12/1878.

¹¹¹ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 88v e 89r, concedidas em 12/09/1883, registradas em 13/09/1883.

integraram a última leva das alforrias transmitidas pela referida senhora, na qual receberam alforrias condicionadas a mais cinco anos de prestação de serviço.¹¹²

Além de Turíbio e Liberato, mais três escravizados da Fazenda Tabotingaí receberam alforrias de Josefa Machado, sendo eles José, Manoel e Cândido. Os três apareceram nas fontes como *campeiros* que eram trabalhadores especializados e muito importantes na criação de gado e na gestão das propriedades rurais. Somente José recebeu a liberdade de modo incondicional, enquanto Manoel e Cândido deveriam servir a família por mais cinco anos.¹¹³ É possível que o pouco investimento em alforrias em Rio Pardo estivesse relacionado ao entendimento da senhora acerca da importância do trabalho escravo para o bom funcionamento da estância. A perda dessa mão de obra, poderia comprometer os proventos da família e até mesmo levá-la à ruína. Assim, ainda que a senhora aparentasse ter uma relação de maior proximidade com os escravizados e as escravizadas dos âmbitos domésticos e, portanto, mais autoridade nesse espaço, não significava que Josefa Machado estivesse alheia ao funcionamento e à administração da estância.

Observamos uma maior circulação de Josefa Machado em empreendimentos urbanos, principalmente investindo na compra de ações. Quando João Dias morreu, o casal possuía cinco ações na Companhia Hidráulica,¹¹⁴ avaliadas em 500 mil réis, e onze na Companhia Fluvial,¹¹⁵ avaliadas em 1 conto e cem mil réis. Ambas as companhias eram referentes à navegação fluvial, tendo esse capital ficado para Josefa Machado que não só o manteve, como aumentou-o. Em 1894, as ações na Companhia Hidráulica já valiam setecentos mil réis (700\$000) e na Fluvial três contos, quinhentos e vinte mil réis (3:520\$000), valores superiores se comparados com a avaliação de 1878. Josefa Machado seguiu investindo nesse mesmo ramo enquanto viúva, uma vez que adquiriu ações noutra empresa do tipo, a Seguros Marítimos e Terrestre. Era comum que acionistas como Josefa Machado possuísem um pequeno número de ações em várias empresas, pois além de se associarem para expandir seus investimentos, o objetivo mais evidente era que se associassem para fortalecer a atividade das empresas de navegação e defender seu campo de atuação no comércio e transportes (REINHEIMER, 2007).

¹¹² APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 198v. e 199v., concedidas em 30/08/1884, registradas em 30/08/1884.

¹¹³ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 198, concedidas em 30/08/1884, registradas em 30/08/1884.

¹¹⁴ Teve a concessão para explorar os serviços de água potável em Porto Alegre até 1896.

¹¹⁵ Conforme afirmou Dalva Reinheimer (2007), a Companhia Fluvial foi formada em 1880, inicialmente reunindo algumas empresas de navegação sob uma diretoria. Muitas delas se desligaram da companhia na década de 1890, voltado a ser independentes, mas os proprietários delas permaneceram como acionistas. Em 1893, ela estava constituída como uma empresa própria com estatuto. O capital investido era de seiscentos e cinquenta contos de réis (650.000\$000) e as ações eram oferecidas a duzentos mil réis (200\$000). Era formada por acionistas e administrada por um conselho fiscal pelo qual respondia o diretor-gerente

Josefa Machado também diversificou tais empreendimentos, de modo que adquiriu algumas ações na Companhia do Prado Rio-grandense.¹¹⁶ Essa iniciativa correspondia à prática esportiva do turve, de modo que se dedicava ao gerenciamento de apostas. No inventário dessa senhora foram arrolados 25 cavalos, 50 potros e 541 éguas de cria, o que nos assinala para a possibilidade de que também tivesse cavalos correndo nos prados da cidade. É importante destacar que o turve era um esporte aristocrático e rural, perfil no qual Josefa Machado e as demais senhoras estudadas no capítulo se enquadram. Embora tenhamos somente evidências de um envolvimento mais profícuo de Josefa Machado com o dito esporte, acreditamos que as outras abolicionistas no mínimo também eram frequentadoras dos prados. Afinal, a presença das mulheres nas arquibancadas dos hipódromos foi algo comum entre os séculos XIX e XX, sendo esse espaço, inclusive, tido como de socialização entre famílias, elas acompanhavam os pais e maridos, desfilando belos vestidos e penteados da moda (MAZO, SILVA, LYRA, 2010).

Conforme observamos em relação à Antônia Ferreira e Maria do Carmo Porto, Josefa Machado também outorgou a maior parte das alforrias em 1884, em pleno contexto abolicionista. Obviamente, também encontramos o nome dela incluído no Livro de Ouro do Centro Abolicionista, onde consta que Josefa Machado *colaborou* com a liberdade de cinco indivíduos.¹¹⁷ Número que, por sua vez, coincide com os registros notariais encontrados para a dita senhora no mesmo período. Podemos considerar que a resposta de Josefa Machado ao abolicionismo local, no qual sua filha foi protagonista, foi bastante ponderada. Afinal, ela não alforriou todos os escravizados que possuía, e os que *beneficiou*, prezou por prolongar a exploração sobre eles por meio da imposição de cláusulas de prestação de serviço.

Josefa Machado faleceu no dia 26 de abril de 1894, em Montevideo, com aproximadamente 74 anos de idade.¹¹⁸ Pelo inventário de seus bens feito pelo genro Joaquim Pedro Soares, constatamos que a dita senhora desfrutava de uma boa condição financeira.¹¹⁹ Entre seus patrimônios seguia sua parte na Fazenda Tabotingaí, a qual incluía a casa do estabelecimento e inúmeros animais de criação, as ações nas companhias de transporte da cidade e um sobrado na Rua Marechal Floriano Peixoto, na área central de Porto Alegre. O

¹¹⁶ O Prado Rio-grandense foi o segundo hipódromo oficial de Porto Alegre, tendo sido inaugurado em fevereiro de 1881, localizava-se na atual Avenida Getúlio Vargas. Sua existência, inclusive, auxiliou na expansão e no crescimento do bairro Menino Deus. Sobre as relações históricas entre o turve e Porto Alegre, ver: LIBERATO, 2012; PEREIRA, SILVA, MAZO, 2010; PEREIRA, MAZO, LYRA, 2010.

¹¹⁷ AHPAMV - Livro de Ouro, Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 11, O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884.

¹¹⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30 abr. 1894, p. 3.

¹¹⁹ O médico Joaquim Pedro Soares era genro de Josefa Machado. Ele foi presidente interino da província em 1881 e deputado provincial e geral eleito pelo Partido Liberal (apesar de que seu sogro, João Dias de Castro, atuar pelo partido Conservador) (FRANCO, 2010, p. 196).

montante mor de seus bens, cujo valor foi de aproximadamente duzentos e quarenta contos, novecentos e treze mil réis (240\$913.000), foi dividido entre Quintina Dorneles de Castro, viúva do filho Bernardo Dias de Castro Sobrinho, Isabel de Castro Soares e Júlia Dias de Castro.¹²⁰

3.6 As irmãs Leonor e Martiniana Lopes Mariante

Leonor Corrêa Lopes e Martiniana Corrêa Lopes eram irmãs, filhas de João Antônio Lopes e Maria Joaquina Côrrea, naturais de Rio Grande. As duas assumiram o sobrenome Mariante após casarem-se com dois irmãos dessa família, sendo eles, respectivamente, José Henrique da Silva Mariante e Antônio Joaquim da Silva Mariante. Tais matrimônios certamente foram arranjados, como forma de preservarem a posição financeira e social das famílias dos noivos.¹²¹ Essas mulheres, residentes em Porto Alegre, circularam por espaços sociais afins na capital, essencialmente após assumirem a posição de viúvas e administradoras de significativas fortunas. Ambas, conforme premissa da análise proposta neste capítulo, destacaram-se no que tange à transmissão de alforrias. Para Leonor Lopes encontramos o registro de doze manumissões, enquanto para Martiniana oito.

Leonor Lopes foi a primeira das irmãs a tornar-se *senhora de si*, uma vez que em 1875, seu esposo José Henrique Mariante veio a falecer. Os dois eram casados e juntos geraram sete descendentes, sendo eles: José Henrique Mariante, Isolina Lopes Mariante, Zulmira Lopes Mariante, Francisco Henrique Mariante, Ida Lopes Mariante, Gonzaga Henrique Mariante e Serapião Henrique Mariante. Diferente do que observamos para as demais personagens do capítulo, o inventário não foi conduzido pela própria viúva, a qual delegou a função a um procurador, no caso Francisco de Souza Leal Filho. Sabemos que ela possuía alguma instrução, pois nos autos desse processo de arrolamento dos bens identificamos sua assinatura. Dessa maneira, o auxílio do procurador deve ter se dado como uma escolha da senhora para melhor conduzir o processo, até porque ela possuía filhos pequenos que demandavam certamente

¹²⁰ APERS - 2º Cartório do Civil de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Josefa Machado de Castro, inventariante: Joaquim Pedro Soares, nº 579, 1894.

¹²¹ Segundo June Hahner (2013), as opções de vida disponíveis para mulheres de elite, como as irmãs Martiniana e Leonor Lopes, estavam intimamente ligadas aos interesses familiares. Para a autora, “especialmente no início do século XX, como eram poucas as famílias importantes, as uniões matrimoniais entre parentes próximos (como primos de primeiro grau, tios e sobrinhos) eram muito comuns, tanto no mundo rural quanto nas cidades. [...] Os casamentos “arranjados” facilitavam a manutenção da linhagem e asseguravam a concentração de terras e demais propriedades nas mãos de poucas pessoas e grupos. Também evitavam que estas se dispersassem ao serem divididas entre os diversos herdeiros” (HAHNER, 2013, p. 25).

maiores cuidados. Conforme argumentaremos adiante, essa senhora não pareceu ser alienada aos negócios familiares, mesmo quando José Henrique era vivo e cabeça do casal.

A situação financeira em que ficou Leonor Lopes após o falecimento de seu marido foi bastante confortável. O casal possuía várias propriedades em Rio Grande e em Porto Alegre,¹²² além de móveis, objetos de prata, animais de criação, um iate denominado Isolina e seus pertences, quantias no Banco Mauá, apólices em companhias da cidade e vinte e cinco escravizados. Na posição de viúva, Leonor Mariante tomou posse de boa parte desses bens, além de também administrar a herança de quatro dos filhos que eram menores de idade naquela época.¹²³

Em relação à escravidão de propriedade do casal Leonor Lopes e José Henrique Mariante, dispomos os dados obtidos no inventário no quadro a seguir:

¹²² Em Rio Grande, o casal Lopes Mariante possuía: uma terça parte nas casas de sobrado nº 20 e 22 na Rua Pedro II, uma casa de sobrado nº na Rua do Arsenal, uma casa térrea nº 16 na rua do Lousado, meias-águas na Rua da Alfândega, uma casa térrea nº 3 na Rua da Alfândega.

E, em Porto Alegre eram proprietários de: uma chácara com casa de moradia na Rua do Moinhos de Vento, um sobrado na Rua do Caminho Novo, uma casa térrea na Rua Caminho Novo, um terreno em frente a essa casa, um sobrado na Rua Santa Catarina, e um potreiro na Estrada do Mais (APERS – 2º Cartório de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique Mariante, inventariante: Leonor Lopes Mariante, nº 324, 1875).

¹²³ Quando do falecimento de José Henrique Mariante, os filhos eram, na maioria, muito jovens: José Henrique tinha 21 anos, Isolina Lopes tinha 15 anos, Zulmira Lopes Mariante tinha 14 anos, Francisco Henrique Mariante tinha 9 anos, Ida Lopes Mariante tinha 8 anos, Gonzaga Mariante tinha 4 anos, Serapião com 4 anos. Isolina e Zulmira casaram-se enquanto o processo de inventário ainda corria, conforme e a mãe Leonor Mariante informou nos autos. Francisco, Ida, Gonzaga e Serapião, por outro lado, ficaram sob a tutela da mãe (APERS - 2º Cartório de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique Mariante, inventariante: Leonor Lopes Mariante, nº 324, 1875).

Quadro 16 - Escravidão de Leonor Lopes e José Henrique Mariante

Escravizado/ escravizada	Idade	Ocupação
José Maria	70 anos	Roceiro
José Carreteiro	43 anos	Marinheiro
Francisco	43 anos	Marinheiro
Chico	55 anos	Marinheiro
Joaquim	42 anos	Marinheiro
Sebastião	22 anos	Marinheiro
Caetano	19 anos	Marinheiro
Pedro	50 anos	Marinheiro
José	14 anos	Marinheiro
Hilário	30 anos	Vendedor de água
Albano	28 anos	Vendedor de água
Venâncio	17 anos	Vendedor de água
Joaquim Velho	80 anos	Roceiro
Henrique	34 anos	Pedreiro
Benedito	70 anos	Servente
Porfírio	7 anos	-
Inácia	32 anos	Doméstica
Filha da Inácia	7 meses	-
Maria (filha da Inácia)	13 anos	-
Cesária	23 anos	Doméstica
Filha da Cesária	12 anos	-
Filha da Cesária	7 meses	-
Maria Velha	70 anos	-
Maria Nova	32 anos	Doméstica
José	60 anos	Marinheiro

Fonte: APERS - 2º Cartório de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: José Henrique Mariante, inventariante: Leonor Lopes Mariante, nº 324, 1875.

A escravidão dos ditos senhores era composta por escravizados e escravizadas com diversas ocupações, mas se destacaram os identificados com a de “marinheiro”. Esses trabalhadores certamente se ocupavam do iate *Isolina* de propriedade da família, naquela época esse tipo de embarcação era considerado de pequeno porte e poderia ser destinado ao lazer ou à atividade mercantil. Não descartamos a hipótese de que alguns dos escravizados tidos como “marinheiros” também prestassem serviços noutras embarcações, sobre a modalidade de ganho.

Também nos chamou atenção a presença de escravizados cuja ocupação era a de “vendedor de água”, conhecidos ainda como “aguadeiros”. Esses trabalhadores garantiam o abastecimento de água potável nas cidades, pois transportavam a água até as residências, principalmente as mais populares.¹²⁴ Certamente Hilário, Albano e Venâncio exerciam essa

¹²⁴ Sobre os aguadeiros e as transformações no abastecimento de água em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, ver: SILVEIRA, 2009.

função na modalidade de ganho, tendo em vista que entre os bens de José Henrique e Leonor Lopes foram arroladas “três pipas de água”.¹²⁵

Os escravizados e escravizadas com ocupações domésticas, roceiros, pedreiro e servente, certamente serviam Leonor Lopes e à família na chácara onde residiam, localizada na rua Moinhos de Ventos, em Porto Alegre. Nesse local, havia também alguns animais – especificamente 7 rezes de criar, 4 bois lavradores, 2 touros, 1 égua, 11 mulas mansas, 13 mulas chucas, 2 cavalos, 8 vacas de raça, 5 novilhas, 2 vacas de parir – carroças, arados e um engenho de moer garapa. Tais bens nos sugerem que a propriedade era, então, voltada à produção de subsistência. Observando tais ocupações, bem como os demais bens arrolados, concluímos que os proventos da família de Leonor Lopes e Henrique Mariante eram oriundos de diferentes atividades econômicas. Entre elas, destacamos o aluguel de propriedades, a exploração do trabalho de escravizados de ganho e a produção agrícola da chácara.

A dita viúva não ficou de posse de toda a escravaria listada anteriormente, na verdade ela recebeu de herança os seguintes indivíduos: José Maria, José Carreteiro, Chico, Joaquim, José, Hilário, Albano, Joaquim Velho, Henrique, Inácia, Maria Velha. Os demais foram divididos entre os filhos. Para alguns desses, inclusive, veremos que a senhora outorgou alforrias entre 1866 e 1884:

Quadro 17 - Alforrias transmitidas por Leonor Lopes Mariante

Ano do registro	Alforriado	Cor	Idade	Tipo	Condição	Período
1866	José	-	-	Sem ônus		
1872	Inácia	-	-	Paga		
1878	José	Preto	60 anos	Paga		
1879	Hilário	Preto	51 anos	Sem ônus		
1883	José	Preto	31 anos	Sem ônus		
1883	Ana	Preta	51 anos	Sem ônus		
1884	Maria	Parda	-	Sem ônus		
1884	Porfírio	-	-	Condicional	Serviço	4 anos
1884	Basílio	-	-	Condicional	Serviço	4 anos
1884	José	-	-	Condicional	Serviço	6 anos
1884	Joaquim	-	-	Sem ônus	-	-
1884	Jerônimo	-	-	Condicional	Serviço	6 anos

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Observamos que as alforrias transmitidas por Leonor apresentaram diferentes características, o que nos sugere um quadro mais complexo, com estratégias senhoriais mais

¹²⁵ Sobre o abastecimento de água em Porto Alegre e os problemas da distribuição de água de má qualidade, ver: WITTER, 2007; FRANCO, 1998; RÜCKERT, 2015.

individualizadas. Entre os indivíduos que receberam alforrias dessa senhora, acreditamos que somente Ana, Basílio e Jerônimo não integravam aquela escravaria que Leonor Mariante assumiu após a morte do marido, podendo ter sido adquiridos pela senhora posteriormente. Dessa maneira, também identificamos que nem todos os que ela recebeu naquela ocasião foram libertos, assinalando-nos que possivelmente a senhora manteve alguns no cativeiro, não aderindo totalmente aos apelos abolicionistas de 1884.

Além disso, percebendo que Leonor Lopes dirigiu-se ao cartório em anos variados, é possível que essa senhora utilizasse da prática das alforrias como uma forma de manter o controle na escravaria. Quando ela se dirigiu a primeira vez para fazer o registro da alforria do José foi em fevereiro de 1866, seu marido ainda era vivo. Na ocasião, ao que tudo indica ela estava sozinha, tendo inscrito que a manumissão foi transmitida para que José pudesse “tratar de seus interesses e sem embaraço”.¹²⁶ É possível, então, que Leonor Mariante tivesse alguma autonomia frente aos negócios da família. Pensando que José Henrique integrava a Guarda Nacional e que o Rio Grande do Sul foi palco de alguns conflitos na primeira metade do século XIX, é possível que ela tenha tomado a frente das atividades econômicas na ausência do esposo.¹²⁷

Posteriormente, Leonor Mariante transmitiu duas alforrias pagas. Primeiro para a crioula Inácia, em 1872, pelo valor de 500 mil réis.¹²⁸ Em tal registro, constou que Inácia possuía uma filha de seis meses de idade que pela data, nasceu ingênua. Ambas, Inácia e sua filha, constaram na descrição dos bens de José Henrique, sendo a ocupação da mãe identificada como de “serviço doméstico”, o que nos sugere que elas seguiram trabalhando para a senhora mesmo após a alforria. Em 1878, foi a vez do preto José que aos 60 anos de idade obteve a alforria mediante o pagamento de 400 mil réis.¹²⁹ Pelo cruzamento das fontes, acreditamos que a ocupação de José fosse a de marinheiro.

Nos anos de 1879, 1883 e 1884 a senhora Leonor Lopes outorgou a maior parte das alforrias, sendo cinco delas de forma incondicionada e quatro com a imposição de prestação de

¹²⁶ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 18, p. 113v, carta de 19/06/1866, registrada em 21/02/1866.

¹²⁷ Sobre a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, ver: MÜGGE, 2012, 2016.

¹²⁸ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 21, p. 207r, carta de 02/08/1872, registrada em 14/12/1872.

¹²⁹ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 25, p. 77v., carta de 03/11/1878, registrada em 14/11/1878.

serviços. Hilário,¹³⁰ José,¹³¹ Ana,¹³² Maria¹³³ e Joaquim¹³⁴ foram beneficiados com alforrias incondicionadas, nos registros de suas liberdades não constam muitas informações, apenas que a senhora estava *concedendo plena liberdade*. Notamos que especialmente aos referentes à Maria e a Joaquim foram feitas em 22 de agosto de 1884, juntamente com as de outros escravizados que receberam liberdades condicionadas. Se esses escravizados eram a Maria e o Joaquim que Leonor herdou pelo inventário do esposo não sabemos. Mas se de fato eram as mesmas pessoas, é válido pontuar que ambos eram indivíduos que possuíam mais de 80 anos cada um, que pela velhice acabavam sendo, na verdade, onerosos para a senhora.

As cartas de alforria de Porfírio, Basílio, José e Jerônimo, além de *concedidas* e registradas nos mesmos dias, isto é, em 22 de agosto de 1884, apresentaram o mesmo formato. Em todos os documentos constou: “carta concedida de o escravo servir por mais” 4 ou 6 anos “à sua senhora ou à minha família”. Para Porfírio e Basílio a senhora impôs o cumprimento de seis anos, enquanto José e Jerônimo quatro.¹³⁵ Acreditamos que se tratava de escravizados mais jovens que, portanto, a senhora poderia explorar o trabalho por mais um tempo. No Livro de Ouro do Centro Abolicionista foi atribuído a Leonor Lopes o total de seis liberdades, exatamente a mesma quantidade que ela registrou no cartório do 1º distrito de Porto Alegre, em 22 de agosto de 1884.

Leonor Lopes faleceu em 1914, conforme foi publicado na imprensa local, ela já tinha avançada idade e há algum tempo estava enferma. No jornal A Federação, noticiou-se que “era uma senhora muito conhecida” na sociedade e “gozava de geral estima no vasto meio de suas relações”. As missas de sétimo dia do passamento dessa senhora, realizadas na Igreja da Conceição, contaram com presença de “crescido número de famílias e cavalheiros” – delineando as boas relações sociais que Leonor Lopes construir em seu círculo.¹³⁶ Certamente contribuíram para a boa sociabilidade de Leonor Lopes, seu trânsito pela Irmandade de Nossa

¹³⁰ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 25, p. 98v., carta de 06/02/1879, registrada em 06/02/1879

¹³¹ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 96r., carta de 08/10/1883, registrada em 23/10/1883.

¹³² APERS - 3º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 5, p. 38r, carta de 30/01/1882, registrada em 30/01/1884.

¹³³ Nessa manumissão, a senhora também declarou que forra levaria consigo suas filhas ingênuas Rosalina, Belmira, Adelina e Georgina
APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 140v, carta de 20/06/1884, registrada em 20/06/1884.

¹³⁴ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 193v, carta de 22/08/1884, registrada em 22/08/1884.

¹³⁵ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 193, cartas de 22.08.1884, registradas em 22/08/1884.

¹³⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 13 fev. 1914, p. 4.

Senhora da Conceição¹³⁷ e as contribuições em dinheiro para entidades de caridade, como a “Pão dos Pobres”.

Em 23 de maio de 1914, o filho mais novo de Leonor Lopes deu início ao processo de inventário de seus bens. Serapião Mariante, por intermédio de seu procurador, informou naquela data à justiça que estava de posse da herança da mãe e que encaminharia o inventário para proceder com a partilha entre os herdeiros. Nesse documento, constou que procedeu a partilha dos bens por meio de escritura pública, o que indica que os herdeiros eram todos maiores de idade, estavam de comum acordo sobre a divisão e que não havia testamento por parte da falecida.¹³⁸ Todavia, não constou nesse processo o arrolamento dos bens, de modo que não tivemos como saber quais foram as circunstâncias materiais de Leonor Lopes no fim de sua vida.

Outra abolicionista, Martiniana Lopes, foi casada com Antônio Joaquim da Silva Mariante, coronel reformado da Guarda Nacional, natural do Rio Grande Sul, filho de Joaquim Manuel da Silva e Irma Inácia. Martiniana Lopes e Antônio Joaquim Mariante tiveram quatro filhos: Martiniana Lopes Mariante, Maria Amália Mariante, Antônio Mariante e Guilherme Mariante. Quando o esposo morreu, em 1881, vítima de uma gastroenterite,¹³⁹ Martiniana assumiu a posição de inventariante, bem como solicitou a tutela de sua prole por meio de um processo de justificação.

Em 1883, pelo inventário do marido, Martiniana Lopes herdou a Fazenda Severino, localizada nas margens do Rio Taquari, com todas suas benfeitorias, pertences, animais, casa de moradia e móveis, uma chácara na Rua Independência de Porto Alegre, bem como várias outras propriedades - terrenos, casas e sobrados - na capital, em Taquari e em Rio Grande. Especialmente em relação à Fazenda Severino e demais propriedades localizadas em Taquari, eram várias atividades econômicas desenvolvidas, como a criação de gado, produção de farinha, agricultura de subsistência e voltado ao mercado interno, a extração de madeira.¹⁴⁰ Além disso,

¹³⁷ Apontada como “definidora” na Confraria da Irmandade Conceição de Nossa Senhora para o ano de 1901. (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 04 jan. 1901, p. 2).

¹³⁸ APERS - Juízo Distrital de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Leonor Lopes Mariante, inventariante: Serapião Mariante, nº 6391, 1914.

¹³⁹ Coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante, branco, natural desta província, faleceu aos 73 anos de idade. Foi enterrado em 23.01.1881 no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, morto por uma gastroenterite. (CHC-SCMPA - Livro nº 16 de Óbitos de Livres da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, registro 24165).

¹⁴⁰ Entre os bens da Fazenda Severino, destacamos centenas de animais (71 bois mansos, 91 novilhas, 71 vacas mansas, 1022 reses de criar, 24 cavalos mansos, 18 éguas mansas, 64 éguas xucras, 27 potrancas, 12 potrancas de raça, 17 potros, 1 potro de raça, 8 mulas mansas, 6 mulas chucras, 100 ovelhas, 4 porcos, 18 capachos, 23 gansos, 30 galinhas), atafona, ceifadeira, semeador, arado e vários instrumentos de serraria (APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: Antônio Joaquim da Silva Mariante, inventariante: Martiniana Lopes Mariante, nº 455, 1883).

os proventos da família também advinham da renda de aluguéis. Como veremos no quadro abaixo, a maior parte dos indivíduos que compunham a escravaria de Martiniana Lopes ocupavam-se dos serviços domésticos e das atividades de agricultura. Imaginamos, então, que deveriam ser alguns trabalhadores e trabalhadoras na chácara onde a dita senhora residia.¹⁴¹

Essa família possuía mais de trinta escravizados, sendo a maior parte relativa ao município de Taquari e uma menor para Porto Alegre. Fato que nos assinala que era na Fazenda Severino onde a mão de obra cativa era mais empregada pela família Lopes Mariante. Ainda que Martiniana Lopes não tenha herdado somente doze, vide que alguns foram alforriados por disposição testamentárias e que outros foram divididos entre seus filhos, por certo que a senhora seguia convivendo com eles e exercendo tal autoridade. Contudo, achamos mais relevante focar nos indivíduos que diretamente ficaram da propriedade de Martiniana Lopes. De acordo com os autos do processo de inventário dos bens do marido, a viúva herdou os seguintes:

Quadro 18 - Escravaria de Martiniana Lopes Mariante

Escravizado	Cor	Idade	Naturalidade	Ocupação	Avaliação (réis)
Manoel	Pardo	33 anos	Desta província	Boleiro	800\$
Frosina	Preta	-	Desta província	Serviço doméstico	400\$
Rosa	Preta	13 anos	Desta província	Serviço doméstico	100\$
Balbina	Preta	18 anos	Desta província	Serviço doméstico	400\$
Joana	Preta	39 anos	Desta província	Serviço doméstico	300\$
Adão	Preto	11 anos	Desta província	Serviço doméstico	300\$
Theodoro	Preto	54 anos	Desta província	Campeiro	300\$
Jerônimo	Preto	59 anos	Africano	Roceiro	200\$
Raimundo	Preto	54 anos	Africano	Roceiro	200\$
Manoel Serrano	Pardo	54 anos	Desta província	Muito doente	50\$
Elias	Preto	54 anos	Africano	Roceiro	300\$
José	Preto	59 anos	Africano	Pedreiro	200\$

Fonte: APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: Antônio Joaquim da Silva Mariante, inventariante: Martiniana Lopes Mariante, nº 455, 1883.

Considerando a totalidade de escravizados que o casal possuía, ainda assim tratava-se de um plantel pequeno frente a todas as propriedades que foram declaradas pelo casal. Isso se justifica pelo fato de que a família se utilizava da mão de obra livre de imigrantes italianos. Afinal, nas terras particulares do Coronel Antônio Joaquim da Silva, em Taquari, foi fundada a Colônia Mariense. As terras da região do alto Taquari eram as mais procuradas e disputadas para a criação de colônias, tendo o comércio de terras no local gerado grandes fortunas aos

¹⁴¹ Sobre Taquari, ver: CHRISTILINO, 2004; PIRES, 2016; MOREIRA, MUGGE, 2019.

integrantes das companhias de colonização, comerciantes e fazendeiros locais, como Antônio Joaquim (CHRISTILLINO, 2008, p. 92).¹⁴²

Conformou constou no testamento de Antônio, a Fazenda Severino era administrada pelo filho Guilherme Silva Mariante. Apesar disso, Martiniana Lopes certamente não era alienada ao funcionamento dessa e de outras fontes de rendas, mas é possível que sua vida social e interesses estivessem mais centrados em Porto Alegre, onde afinal ela residia. Tanto que, em 1886, foi noticiado em nota na imprensa que a senhora havia dado uma entrada de cinquenta mil réis (50\$000) na Hidráulica Guaibense.¹⁴³ Empreendimento que, inclusive, observamos em relação a outra viúva, Josefa Machado de Castro. Não encontramos mais vestígios em relação à Martiniana Lopes e sua movimentação na capital.¹⁴⁴

Antes mesmo de se tornar viúva, Martiniana Lopes já havia outorgado duas alforrias junto do marido Antônio Joaquim Mariante, tendo sido ambas em comemoração ao casamento de suas filhas. A primeira, em 1863, beneficiou a escravizada Feliciano, em função do matrimônio de Martiniana Lopes Mariante, homônima da mãe, com Antônio Henrique da Silva.¹⁴⁵ E a segunda, em 1869, pelo casamento da filha Maria Amália Mariante m Antônio dos Santos, transmitiram alforria ao escravizado Julião, que trabalhava como marceneiro.¹⁴⁶ Como vimos anteriormente, observamos esse mesmo padrão em relação à Josefa Machado de Castro que, junto do marido João Dias de Castro, outorgaram algumas manumissões em datas comemorativas familiares.

¹⁴² Segundo Cristiano Luís Christillino (2008), grande parte das terras colonizadas foram griladas pelos colonizadores, exatamente nos ervais, nos quais estavam alojados uma grande massa de homens livres e pobres. Em Taquari, um grande número de ervateiros registraram suas posses nas bordas das grandes fazendas; os fazendeiros, por outro lado, não reconheciam os posseiros como seus confrontantes, declarando seus limites até às margens dos arroios. O próprio coronel Antônio Joaquim Mariante, conforme constatou Cristiano Chistillino (2008, p. 93), declarou nos registros paroquiais de terras de Santo Amaro a Fazenda Mariante. Nesse documento, ele alegou que a propriedade fazia fundos nos “terrenos ocupados por posseiros”, declarando, assim, como confrontantes aqueles lavradores. Em seguida, em 1857, Bento José da Rosa, apareceu como proprietário das terras existentes aos fundos da Fazenda Mariante, no lugar denominado Serro dos Bois. Tendo sido ambas as áreas comercializadas pelos mesmos colonizadores, e aqueles posseiros, reconhecidos pelo próprio Coronel Mariante, seriam considerados invasores dentro de suas próprias terras (CHRISTILLINO, 2008, p. 93).

¹⁴³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 06 out. 1886, p. 1.

¹⁴⁴ Justificações eram documentos produzidos visando a comprovação judicial de algum fato, mediante certidões e testemunhas, a fim de servir de prova a um processo regular. Corria junto do Juízo de órfão locais, geralmente tinham o nome do justificante, interrogatório das testemunhas, certidões, conclusão, despacho e publicação. Nas justificações geralmente afirmavam que a suplicante havia sido casada segundo as normas da Igreja Católica. Que após o falecimento do esposo havia ficado com filhos menores, sem se casar novamente, que era pessoa recolhida e honrada e, finalmente, que tinha boa capacidade administrativa. O objetivo principal era mesmo comprovar que a mãe viúva poderia administrar o patrimônio da família e educar seus filhos (CHEQUER, 2002).

¹⁴⁵ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 17, p. 142r, carta de 16/05/1863, registrada em 23/05/1863.

¹⁴⁶ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 20, p. 90r, carta de 03/04/1869, registrada em 15/09/1869.

Na condição de viúva, Martiniana Lopes outorgou o total de oito alforrias. Todavia, sabemos que esses registros não correspondem à totalidade da escravaria que a dita senhora possuía. Em relação às alforrias outorgadas por Martiniana Lopes, obtivemos o seguinte quadro:

Quadro 19 - Alforrias transmitidas por Martiniana Lopes Mariante

Ano	Alforriado	Local de procedência	Cor	Idade	Tipo	Condição	Período
1883	Jacinta	-	Crioula	46	Sem ônus		
1884	Rosa	Brasil	Preta	Não consta	Sem ônus		
1884	José Marinheiro	África	Preto	Não consta	Sem ônus		
1884	Joana	Brasil	Preta	Não consta	Sem ônus		
1884	Balbina	-	Preta	Não consta	Condicional	Serviço	5 anos
1884	Manoel	-	Pardo	Não consta	Condicional	Serviço	4 anos
1884	Elias	-	Preto	Não consta	Condicional	Serviço	3 anos

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

A entrega da alforria de Jacinta foi, na verdade, um “desejo do finado marido” que, tendo falecido em meados de 1883, foi atendido meses depois por Martiniana Lopes que passou à escravizada uma manumissão sem ônus.¹⁴⁷ Importante destacar que Antônio Joaquim Mariante deixou em seu testamento algumas alforrias, como a de João (que trabalhava como capataz na Fazenda Severino), Valério e Francisco. Aos três indivíduos o dito senhor impôs a seguinte condição: “que acompanhem a minha família, servindo a ela mediando o ajuste que tiverem.” José Mario, Faustina, Vitoriana, Paulina, Luzia, Margarida, Luís, José e Saturnino foram outros escravizados alforriados por disposição testamentárias, porém, sobre esses não sabemos como se deram as negociações.¹⁴⁸

Posteriormente, em meio às campanhas de rua do Centro Abolicionista, Martiniana Lopes registrou seis manumissões, sendo três sem ônus e três condicionadas. Todos esses documentos possuem um texto muito curto e direto, dificultando nossas aproximações às relações existentes entre a senhora, seus escravizados e suas escravizadas. Importante destacar que nessa ocasião, ela foi acompanhada da irmã Leonor Lopes, uma vez que os registros das alforrias feitas pelas irmãs foram feitas no mesmo dia e são sequenciais. Algo que, por sua vez, pode ser indicativo de um convívio próximo e de sociabilidades afins entre as irmãs Lopes

¹⁴⁷ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 108v, carta de 08/01/1883, registrada em 10/01/1883.

¹⁴⁸ APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariado: Antônio Joaquim da Silva Mariante, inventariante: Martiniana Lopes Mariante, nº 455, 1883.

Mariante. O curioso é que o nome de Martiniana Lopes não foi incluído no Livro de Ouro, conforme ocorreu com o da irmã.

Observando os dois quadros acima, da escravaria e das alforrias de Martiniana Lopes, percebemos que no tocante às alforrias condicionais, a senhora instituiu uma certa relação entre idade e período de prestação de serviço. Ou seja, a escravizada Balbina, sendo a mais nova com cerca de 18 anos, recebeu cinco anos a mais no cativo; seguida por Manoel que tinha 33 anos e recebeu a prestação de mais 4 de serviço, e por fim, Elias que estando com aproximadamente 54 anos, recebeu mais 3 de trabalho. É importante destacar que as ocupações desses indivíduos foram apontadas da seguinte forma: Balbina como de serviço doméstico, Manoel de boleiro e Elias como roceiro.¹⁴⁹

Tal variável não se repetiu naquelas manumissões que Martiniana Lopes outorgou de modo incondicionado, vide o fato que Rosa tinha em torno de 13 anos. Entretanto, tanto Rosa quanto Joana ocupavam-se do serviço doméstico e talvez nutrissem de uma maior convivência e afeto de sua senhora, utilizando-se disso teriam garantido melhores termos para suas liberdades.¹⁵⁰ No caso de José Marinheiro, contou que ele havia sido liberto por disposição testamentária, contudo Antônio Joaquim da Silva havia imposto que continuasse servindo à sua família. Na ocasião José tinha cerca de 60 anos e estava *doente*, dessa forma, tratava-se de um trabalhador fora de idade produtiva, sendo a alforria talvez uma forma de Martiniana Lopes se eximir da responsabilidade de prover a subsistência desse indivíduo.¹⁵¹

Observamos que Martiniana Lopes não alforriou todos os indivíduos de sua escravaria. Certamente essa senhora quis dar uma resposta social aos apelos abolicionistas que tomavam conta das ruas da capital. Ainda que não tenhamos vestígios de sua participação nas irmandades locais ou manifestações filantrópicas, imaginamos que no mínimo ela fosse conhecida nos círculos mais abastados da cidade, dada à sua condição econômica.

Ao falecer, em 1898, o filho Guilherme Mariante encaminhou o inventário da mãe Martiniana Lopes. Todos os bens que ela havia herdado pela morte do marido constavam entre suas propriedades. Contudo, alguns desses, principalmente os de raiz localizados em Taquari, desvalorizaram. Constatou nos autos de avaliação do processo de inventário de Martiniana Lopes:

Nós abaixo assinado, o primeiro avaliador do juízo deste termo, e o último de nomeação e que prestou o compromisso legal, certificamos que em cumprimento do

¹⁴⁹ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 195, cartas de 20/08/1884, registradas em 22/08/1884.

¹⁵⁰ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 194, cartas de 20/08/1884, registradas em 22/08/1884.

¹⁵¹ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais, Livro 27, p. 194r, carta de 20/08/1884, registrada em 22/08/1884.

mandado fomos ao lugar onde estão localizados os bens de raiz pertencentes à herança da finada D. Martiniana Lopes Mariante as quais tem sofrido depreciação, atenta a crise comercial que afeta a lavoura e por consequência o valor das terras. Considerando que a casa de moradia se acha em ruínas, carecendo extraordinários consertos para torná-la habitável, e bem assim suas dependências. Considerando ainda que o terreno em que está a casa e que é beira-rio, nele existia o porto pelo qual se exportavam produtos coloniais, cujo porto foi mandado mudar pela intendência para terrenos dos herdeiros do finado Manoel Gomes Junqueira. Considerando finalmente que essas mudanças produziram imensa perda de importância nos terrenos ora inventariados [...].¹⁵²

O monte mor dos bens de Martiniana Lopes correspondeu a duzentos e noventa e um, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta réis (291:157\$980). Enquanto o monte partilhável ficou no valor de duzentos e oitenta e quatro contos, novecentos e noventa e oito mil e novecentos e vinte réis (284:4998.920\$). A pouca diferença entre os valores é indicativo que a Martiniana Lopes possuía poucas dívidas. Além disso, ambas as quantias são superiores ao pagamento que ela recebeu pelo inventário do esposo em 1883, que foi de duzentos e vinte sete contos, trezentos e quarenta e nove e cento e vinte quatro réis (227:349\$124). Ou seja, significa que mesmo suas propriedades tendo sofrido desvalorizações, a viúva não só teve êxito em preservar o patrimônio, como inclusive em aumentá-lo.

3.7 Camila Josefa da Silva

Até então, verificamos que as mulheres com os maiores números de alforrias registrados em seu nome, no geral, eram integrantes da elite porto-alegrense, transitavam pelas irmandades e praticavam atos de caridade e filantropia. Situação bem diferente foi a que encontramos para Camila Josefa da Silva, viúva do Capitão Antônio Cândido da Silva, mãe adotiva de João Antônio da Silva e moradora de uma região circundante à capital, chamada de Passo do Feijó.¹⁵³ Essa senhora, tendo falecido em 1879, vivenciou ainda um contexto diferente das demais personagens no que tange ao abolicionismo, levando-nos a identificar estratégias de sobrevivência diferentes em relação à libertação de seus dez escravizados.

Entre os bens arrolados no inventário de dona Camila Josefa da Silva, constaram: o sítio com a casa de moradia da senhora, alguns itens de mobiliário descritos como “velhos”, duas carretas (uma de carga e outra de passeio), semoventes (precisamente 22 rezes, 1 cavalo e 1 égua), dez escravizados e três terrenos, sendo dois identificados como *potreiros* e um como

¹⁵² APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Martiniana Lopes Mariante, inventariante: Guilherme Mariante, nº 2454, 1898, p. 189.

¹⁵³ Atualmente o local corresponde a um bairro de Alvorada, município vizinho de Porto Alegre e antes pertencia a Viamão.

chacrinha.¹⁵⁴ Essas propriedades, por sua vez, revelam-nos uma senhora que certamente não era rica, mas que também não se pode dizer que era pobre. As características de sua escravaria, inseridas na matrícula dos escravizados que consta anexada no inventário de Camila Josefa, revelam-nos um pouco mais sobre as posses e o cotidiano da senhora.¹⁵⁵

Quadro 20 - Escravaria de Camila Josefa da Silva

Nome	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Ocupação
Cesário	Preto	40	Solteiro	Da Bahia	Ignora-se	Apto	Roceiro
Guilhermino	Parda	24	Solteiro	Desta província	Filho de Maria	Apto	Roceiro
Firmino	Pardo	22	Solteiro	Desta província	Filho de Maria	Apto	Roceiro
Manoel	Preto	11	Menor	Desta província	Filho de Maria	Apto	Roceiro
Belarmino	Pardo	9	Menor	Desta província	Filho de Maria	Apto	Roceiro
Manoel	Pardo	2	Menor	Desta província	Filho de Maria	Nenhuma	Nenhuma
Tereza	Preta	58	Solteira	Africana	Ignora-se	Apto	Cozinheira
Maria	Preta	40	Solteira	Desta província	Filho de Tereza	Apto	Cozinheira
Virgínia	Parda	15	Solteira	Desta província	Filha de Maria	Apto	Costureira
Rita	Parda	13	Solteira	Desta província	Filha de Maria	Apto	Costureira

Fonte: APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariada: Camila Josefa da Silva, inventariante: João Antônio da Silva, nº 431, 1879.

É possível observar a forte presença de vínculos consanguíneos entre os escravizados de Camila Josefa, uma vez que sete indivíduos eram filhos de Maria que, por sua vez, era filha de Tereza. Ainda que não tenhamos como verificar, é possível que Cesário vivesse amasiado com Maria e, assim, fosse pai de seus filhos. Como é sabido, o investimento na família escrava foi uma estratégia de controle comumente empregada por proprietárias e proprietários, o que não sabemos é se Camila Josefa fez um uso *consciente* disso. De qualquer maneira, ficou claro que a reprodução natural foi responsável pelo aumento da escravaria da referida senhora.

Localizamos quatro batismos de filhos naturais da crioula Maria registrados na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, indicando que talvez ela atuasse como cozinheira em casas da cidade, alugada por sua senhora.

- 29/04/1851 – Firmino, nascido em 18/03/1851 – padrinhos: Firmino (pardo, *escravo da casa*, solteiro) e Venância (escravizada de Fausta de Oliveira)

¹⁵⁴ APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariada: Camila Josefa da Silva, inventariante: João Antônio da Silva, nº 431, 1879.

¹⁵⁵ O documento de matrícula dos escravizados pertencentes à Camila Josefa da Silva foi feita em maio de 1872, na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, pelo filho adotivo dela João Antônio da Silva. Na ocasião do inventário dessa senhora, nove dos dez escravizados matriculados já haviam recebido suas cartas de liberdade. (APERS - 1º Cartório do Civil, Inventário post-mortem. Inventariada: Camila Josefa da Silva, inventariante: João Antônio da Silva, nº 431, 1879).

- 20/03/1859 – Manoel, nascido em 10/01/1859, Padrinhos: Adão José da Silva & Nossa Senhora;
- 15/04/1861 – Belarmino, nascido em 25/02/1861, padrinhos: José Moreira da Silva & Nossa Senhora;
- 28/11/1868 – Manoel, nascido em 15/05/1868, Padrinhos: Manoel José de Souza Barros & Nossa Senhora.¹⁵⁶

Pela significativa presença de cativos “roceiros”, deduzimos que na propriedade de Camila Josefa mantinha-se o cultivo de gêneros alimentícios que se destinavam certamente para subsistência, alimentação dos animais e até mesmo para o comércio local. Levando em conta que a senhora possuía algumas rezes, é possível que em sua propriedade também ocorresse a produção de leite como uma atividade complementar – algo que era comum na região onde ela vivia. Também percebemos uma divisão de trabalho por gênero, estando os escravizados homens ligados à produção agrícola e as mulheres aos serviços domésticos. Todavia, como a propriedade de Camila Josefa era pequena, é possível que as mulheres também contribuíssem com os serviços de agricultura e auxiliassem na criação dos animais. Além disso, presença da própria senhora certamente foi constante, tanto no sentido de supervisionar o trabalho dos escravizados, como no de participar nas tarefas cotidianas.

É importante destacar que parte das posses de Camila Josefa da Silva foi oriunda da herança de seu irmão, José Antônio da Silva Barros. Entre os bens do irmão, constavam duas propriedades, alguns pedaços de terra e semoventes, cujo montante foi avaliado em quatro contos, trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos réis (4.325\$500). Camila Josefa, por sua vez, recebeu em terras o valor aproximado de quatro contos, vinte e quarto mil, oitocentos e oito réis (4:024\$808).¹⁵⁷ O mais interessante é que as possessões recebidas circundavam outras que já eram de domínio dessa senhora, ocasionando, assim, um aumento em seu patrimônio. Nesse processo, contudo, o que imediatamente chamou nossa atenção foi o fato de a referida senhora assumir a posição de inventariante, já que o inventariado possuía herdeiros diretos, suas filhas, e outros irmãos.¹⁵⁸

¹⁵⁶ AHCMMPA - Livro 1º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folhas 152; Livro 2º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folhas 7, 22 e 90.

Encontramos um casamento de um ex-escravizado de Camila José da Silva. Em 07.05.1887, às 15 horas da tarde, na Igreja do Rosário, casaram o forro Guilherme Antônio da Silva (ex-escravizado de Camila Josefa da Silva) e Corina Maria da Conceição (filha natural de Maria da Conceição), ambos desta província, às 15:00 horas, servindo como padrinhos Francisco de Oliveira Flores e Luiz de Oliveira Garcia (AHCMMPA - Livro 7º de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folha 33v).

¹⁵⁷ APERS - 2º Cartório Civil de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: João Antônio da Silva Barros, inventariante: Camila Josefa da Silva, nº 393, 1868.

¹⁵⁸ A senhora era uma entre oito indivíduos que foram listados no processo como herdeiros do inventariado, sendo eles: Manoel José de Souza Barros, Francisco José de Souza, Bibiana Matilde da Conceição (casada com

Não sabemos exatamente por que Camila Josefa assumiu sozinha essa função, o que sabemos é que durante a condução de um inventário, o inventariante é responsável por organizar e manter os bens existentes para serem divididos entre os herdados. Além das várias responsabilidades, ainda existia a cobrança e vigilância sobre o inventariante que enfrentava os credores e as autoridades. É factível que entre os herdeiros, Camila Josefa fosse considerada a pessoa com mais condições de encaminhar a atividade, fosse por possuir alguma instrução, dispor de recursos materiais e imateriais e conhecer os bens e as atividades produtivas familiares. Noutras situações veremos que Camila Josefa não era uma mulher alheia ao que lhe era garantido por lei, na verdade ela apresentou ter ciência de seus direitos e deveres, bem como do funcionamento de dados trâmites judiciais.

No mesmo ano em que Camila Josefa da Silva veio a falecer, em 1879, encontramos o registro das manumissões de praticamente toda sua escravaria, cujo quadro apresentou-se da seguinte forma:

Quadro 21 - Alforrias transmitidas por Camila Josefa da Silva

Ano do registro	Alforriado	Cor	Idade	Tipo	Condição	Período
1879	Teresa	-	70 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Maria	Crioula	42 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Guilhermino	-	22 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Firmino	Crioulo	20 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Virgínia	Crioula	18 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Rita	Crioula	16 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora
1879	Manuel	Crioulo	14 anos	Condicional	Serviço	10 anos ao filho adotivo da senhora
1879	Belarmino	Crioulo	12 anos	Condicional	Serviço	10 anos ao filho adotivo da senhora
1879	Manoel Francisco	Crioulo	5 anos	Condicional	Serviço	Até a morte da senhora

Fonte: APERS - Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Como podemos observar, todas as alforrias outorgadas por Camila Josefa da Silva foram atreladas ao cumprimento de exigências por parte dos alforriados e das alforriadas. Para a maioria, a senhora impôs que lhe prestassem serviços até a morte; enquanto para os crioulos

Felisberto José Machado), Eufrásia Maria da Conceição (Falecida, representada pelas filhas: Tomásia, casada com Artur Gonçalves Maia e Gertrudes), Lauriana Rosa da Silva, Maurício Rosa da Silva e Maria Rosa da Silva. Nem todos os vínculos familiares dessas pessoas foram inscritos no inventário, sabemos somente que Bibiana Matilde e Eufrásia Maria eram filhas de José Antônio, por consequência que Tomásia e Gertrudes eram suas netas. Deduzimos, assim, os demais herdeiros eram outros irmãos e filhos do inventariado (APERS - 2º Cartório Civil de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: João Antônio da Silva Barros, inventariante: Camila Josefa da Silva, nº 393, 1868).

Manuel e Belarmino determinou o cumprimento de dez anos de trabalho para José Antônio da Silva, seu filho adotivo. As relações afetivas entre Camila Josefa da Silva e seus escravizados e escravizadas, no entanto, pareceram-nos ter sido mais profundas. Como sabemos, muitos deles eram “crias da casa”, Guilhermino, Firmino, Virgínia, Rita, Manuel, Belarmino e Manuel Francisco, haviam nascido e crescido em sua propriedade. Não por acaso, na alforria de todos eles, a senhora mandou constar: “em retribuição aos bons serviços prestados” e “foi por mim criada”.¹⁵⁹ Ao reivindicar a criação desses indivíduos para si, Camila Josefa transpareceu nutrir de uma relação próxima e de afeto com eles, porém, isso não eliminava a tensão e a dominação próprias daquelas relações escravistas. Sendo assim, a imposição da condição de servi-la até a morte pode ser entendida como uma estratégia encontrada por Camila Josefa de, ao mesmo tempo, garantir amparo e proteção na velhice e prolongar a exploração do trabalho e da dominância sobre as referidas pessoas. É importante mencionar que no caso das mulheres, o uso de vínculos afetivos tem se apresentado como uma estratégia de maior eficácia que as formas legais de dominação, mais associados aos homens (SBRAVATI, 2008, p. 106).

Devemos considerar algumas outras informações contidas nas alforrias outorgadas por Camila Josefa da Silva. Todas as cartas passadas por essa senhora foram concedidas e registradas nas mesmas datas, sendo elas respectivamente 19 de julho de 1873 e 07 de agosto de 1879. Ou seja, a promessa de liberdade para os nove indivíduos beneficiados havia sido, na verdade, feita aproximadamente cinco anos antes da oficialização no tabelionato. Claro que o fato de Camila Josefa residir numa zona mais afastada do centro urbano da capital deve ter sido um empecilho para que de pronto o registro notarial das cartas fosse feito. No entanto, quem assinou e fez o rogo no cartório foi o filho adotivo João Antônio da Silva, a pedido da dita senhora que, conforme constou nas ditas cartas de liberdade, já estava com “falta de vista”.¹⁶⁰ Pelo fato de que ela faleceu naquele mesmo ano, é possível deduzir que quando mandou o filho ao cartório Camila Josefa já estivesse com a saúde debilitada. Percebendo que a senhora estava vivendo os últimos dias, a senzala deve ter exigido a prova de suas liberdades, a fim de se garantir para quando não tivessem mais a palavra dela.

Não encontramos muitas informações sobre João Antônio da Silva, o que sabemos é que Camila Josefa garantiu os direitos dele enquanto único herdeiro em meados de 1859, por meio

¹⁵⁹ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 25, p. 147r a 152v, cartas de 19/07/1873, registrada em 07/08/1879.

¹⁶⁰ APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 25, p. 147r a 152v, cartas de 19/07/1873, registrada em 07/08/1879.

de uma escritura pública, quando João Antônio tinha oito anos de idade.¹⁶¹ Isso foi necessário, porque a legislação brasileira da época não previa filhos adotivos como herdeiros, algo que só vigorou a partir de 1919. Antes de falecer, Camila Josefa também passou esse documento e o da matrícula dos escravizados para as mãos do filho, garantindo que ele não tivesse problemas para encaminhar o inventário e assumir os bens deixados por ela. Tais situações demonstram, mais uma vez, o conhecimento de Camila Josefa em torno da lei e de seus direitos.

Voltando às alforrias, destacamos agora as de Manuel e Belarmino, nas quais a senhora mandou registrar que os escravizados deveriam ser por 10 anos ao filho adotivo, “atendendo a sua pouca idade e precisando por isso quem cuide da sua pessoa”.¹⁶² Na verdade, João Antônio da Silva não era tão jovem naquela época, já tinha cerca de 27 anos. Sendo assim, certamente as preocupações dela enquanto mãe deveriam referir-se ao fato dele ser seu único herdeiro e ainda não ter constituído família ou trilhado alguma carreira profissional que garantisse seu sustento. Corroborar a isso o fato de Camila Josefa não ter alforriado seu escravizado mais velho, Cesário, indivíduo que melhor conhecia o serviço no sítio e que poderia coordenar a manutenção de suas atividades, mantendo os proventos do filho.

Observamos, portanto, que Camila Josefa faleceu antes do movimento abolicionista ganhar fôlego em Porto Alegre e que, portanto, o registro de suas alforrias não se relacionou com a pressão social exercida pela causa sobre mulheres de elite. Por outro lado, por meio do estudo de fragmentos da vida dessa senhora e das nove manumissões que ela outorgou, podemos perceber o uso dos vínculos afetivos como estratégia de domínio senhorial por parte de mulheres.

Enfim, no que tange às transmissões de alforrias, quadro em que justamente essas senhoras abolicionistas destacaram-se para nós, verificamos diferentes circunstâncias e motivações por parte delas em relação aos seus escravizados e suas escravizadas. O movimento abolicionista de Porto Alegre, de 1884, como viemos argumentando, motivou a ida de várias delas aos cartórios da cidade com o objetivo de fazer o registro das alforrias *concedidas* aos escravizados e escravizadas que possuíam. No geral, muitas dessas cartas concretizaram-se com

¹⁶¹ No século XIX, a exposição de crianças era uma prática bastante comum e aceita, podendo ser motivada por inúmeros e variados fatores, como filhos ilegítimos e pobreza. Inicialmente o sustento das crianças abandonadas em Porto Alegre era responsabilidade da Câmara Municipal, a partir de 1837, foi estabelecida a Roda dos Expostos, ficando as crianças abandonadas sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, cabendo à Câmara Municipal a responsabilidade pelo pagamento de 12 contos de réis para a criação do exposto (RITTER, 2001). Embora não tenhamos como verificar, não descartamos que essa tenha sido a origem do filho adotivo de Camila Josefa.

Sobre a prática de exposição de crianças em Porto Alegre no século XIX, ver: SILVA, 2014; RITTER, 2011.
¹⁶² APERS - 1º Tabelionato do Município de Porto Alegre, Registros gerais, Livro 25, p. 147r a 152v, cartas de 19/07/1873, registrada em 07/08/1879.

a imposição de cláusulas de serviço, e nem sempre correspondendo ao total da escravaria que a senhora em questão possuía. Características que nos levam à ideia de que era de interesse delas, estender ao máximo a exploração dessa mão de obra, especialmente nos casos das senhoras proprietárias de escravarias maiores e cuja sustentabilidade dependia disso.

4 ABOLICIONISTAS PARA ALÉM DO ABOLICIONISMO: AS HISTÓRIAS DE AMÁLIA HAENSEL, CAROLINA KOSERITZ E SOFIA VELOSO

No contexto do abolicionismo, Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso foram três mulheres que se destacaram como integrantes do Centro Abolicionista, no coletivo Anjos da Caridade. As performances das três, naquela época, chamou a atenção da sociedade porto-alegrense pela dedicação que dispensaram em prol da campanha local pelo fim da escravidão. No agenciamento de alforrias, no gerenciamento de suas respectivas tendas na quermesse, bem como nos demais eventos que se desdobraram da campanha abolicionista de Porto Alegre, essas três jovens utilizaram-se das redes de sociabilidades de suas famílias, da cultura letrada a que tinham acesso e, finalmente, de suas principais habilidades.

Naquela época, Amália Haensel e Carolina Koseritz eram ainda muito jovens, com respectivamente 20 e 19 anos de idade, e recém descobriam seus talentos como cantora e escritora. Com a participação no abolicionismo, Amália e Carolina puderam exercitar essas habilidades em várias oportunidades surgidas da dinâmica do movimento – conforme esmiuçamos no primeiro capítulo. Sofia Veloso, por outro lado, era um pouco mais velha, com 28 anos de idade, já era casada, traçou com e a partir do abolicionismo uma série de ações de caridade, pelas quais adquiriu a alcunha de benemérita na capital. Dessa forma, é de nosso interesse neste capítulo analisar como Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso inseriram-se por meio de suas ocupações em contextos marcados por várias discussões em torno da mulher, seu papel e seus direitos na sociedade. Pela música, pela literatura ou pela via da caridade essas três mulheres colocaram-se e mantiveram-se ativas no mundo público-político, vivenciando de formas distintas o gênero feminino e suas prerrogativas, sofrendo, resistindo e arcando com as consequências sociais de suas escolhas de vida.

Diferente do que foi proposto até aqui, neste capítulo não iremos restringir a análise a algum momento específico da vida das três mulheres que serão estudadas, conforme fizemos inicialmente em relação às integrantes do Centro Abolicionista em seu protagonismo no movimento pelo fim da escravidão e, posteriormente, às senhoras de escravizados/ escravizadas e à transmissão de alforrias. Propomos realizar um *exercício biográfico*, orientando nossa análise em alguns princípios característicos de tal campo, como estudar aspectos que marcaram as diferentes fases da vida dessas mulheres (do nascimento à morte) e detalhar os contextos e/ou momentos cuja participação delas foi mais ativa. Não foi, assim, nosso objetivo realizar ou sequer propor a feitura de uma biografia propriamente dita dessas mulheres, afinal, temos

consciência de que para isso seria necessário um maior aprofundamento documental que demandaria muitas mais horas de pesquisa.¹

Ainda que tenhamos como foco realizar apenas um ensaio das biografias de Amália Haensel e Sofia Veloso, temos conhecimento da complexidade que é transpor em narrativa a vida dessas mulheres, as quais foram marcadas e influenciadas por inúmeros fatores: psicológicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, de gênero etc. Todavia, em se tratando de um trabalho historiográfico, o significado de fazer uso das bases da biografia é o de explicar e/ou compreender o passado (SCHIMIDT, 2012). Tal tarefa, por sua vez, requer alguns cuidados de ordem teórico-metodológica, especialmente no que tange à articulação das personagens com os contextos em que se inseriram. Nesse sentido, buscamos atentar para o que era o estilo próprio da época ou da classe que faziam parte Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso, ao mesmo tempo identificando o que dizia respeito à “singularidade das trajetórias sociais” de cada uma (LEVI, 1996, p. 174).² Além disso, por mais que tenhamos entre os objetivos verificar a influência do abolicionismo na vida dessas senhoras, cuidamos para não sobrepesar esse acontecimento em detrimento de outros. Isto é, de tomar o envolvimento de Amália Haensel e Sofia na campanha abolicionista como um ponto de partida para a execução de um projeto linear e coerente que seguiu se desenvolvendo em todas as demais agências posteriores delas (BOURDIEU, 1996).³

Corroborar a isso, o fato de que em muitos momentos do capítulo não ficamos presos somente às protagonistas, pois buscamos vislumbrá-las em relação à outras mulheres de suas

¹ As relações existentes entre História e Biografia são estreitas e já foram amplamente discutidas por diferentes autores e autoras desses campos. Benito Bisso Schmidt (2012), ao tratar do uso da biografia entre os historiadores brasileiros, por exemplo, afirmou que esse gênero exerceu importante papel na construção da história nacional. Durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil tocou o projeto de constituir uma narrativa oficial do país, fornecendo biografias de “brasileiros ilustres” que se apresentassem como modelos para a nação. Entre os anos de 1960 e 1970, assistiu-se ao crepúsculo da biografia como forma legítima de se pensar e escrever história, as análises coletivas e os movimentos de média e longa durações eram as interpretações mais inovadoras da história brasileira no período. Contudo, fora da academia, Schmidt (2012, p. 201) afirma que tinham ainda considerável circulação as vidas dos “grandes vultos”, “inclusive por estímulo do regime militar que também buscava, por meio do exemplo de brasileiros ilustres, difundir uma pedagogia cívica e patriótica.”

Assim, a partir da década de 1980, surgiram muitos estudos interessados em promover uma renovação teórico-metodológica quanto ao uso das biografias pela história, instaurando novas bases para essa relação. Entre esses, destacamos: BOURDIEU, 1996; DOSSE, 2009; LEVI, 1996; REVEL, 1998; SCHIMIDT, 2012.

² Quando a narrativa biográfica não promove uma acertada articulação entre esses dois elementos, ocorre aquilo que Sabina Loriga (1998) nomeou de *paradoxo do sanduíche*. Isto é, a narrativa fica estruturada por uma *fatia* de contexto seguida por uma *fatia* da vida individual e assim sucessivamente.

³ Em suas reflexões, Pierre Bourdieu (1996, p. 184) denominou como “ilusão biográfica” justamente aquela narrativa biográfica que constitui “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção satriana de “projeto original” somente coloca de modo explícito o que está implícito nos “já”, “desde então”, “desde pequeno” etc. das biografias comuns ou dos “sempre” das histórias de vida”.

famílias por meio de alguma investigação sobre elas. Sendo a família um meio privilegiado para a convivência de variadas gerações, os processos de transmissões – da própria vida, de um nome, sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou de uma profissão – ocorridos dentro desse grupo certamente foram fundamentais para a construção de nossas personagens e suas identidades. Entendemos como geração um grupo de pessoas que por terem nascido num mesmo período e terem uma mesma faixa etária, viveram os mesmos acontecimentos e transformações históricas.⁴ Dessa forma, a análise, ainda que superficial, das trajetórias das mães, irmãs e filhas de Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso também nos permitirá observar diferentes formas de vivenciar as ideias e discussões de gênero que marcaram o início do século XX.

Os acervos e as fontes consultadas para a construção deste capítulo, em suma, não variaram muito em comparação aos já utilizados e referenciados até aqui. Para a investigação dos dados biográficos, relativos ao contexto familiar e financeiro das referidas personagens históricas, os documentos do APERS foram de extrema valia, especialmente os testamentos, inventários-post mortem e demais processos judiciais. Por outro lado, tanto a imprensa local, como nacional, permitiu-nos mapear o trânsito dessas mulheres em diferentes locais da esfera pública-política, bem como possibilitou nossa aproximação aos engajamentos e posicionamentos delas. Os periódicos digitalizados e disponíveis para consulta online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, facilitaram muito tal investigação, principalmente pelo fato desta etapa da pesquisa ter ocorrido durante a pandemia de COVID-19 – momento de sucessivas interrupções nos atendimentos dos arquivos.

4.1 Feminino, feminismos e antifeminismo

Até este momento do trabalho, observamos que foram poucas as mulheres que aproveitaram a visibilidade abolicionista para tecer críticas aos padrões de gênero. Trajetórias como as de Dionísia Gonçalves Pinto (Nísia Floresta), Luciana de Abreu e Narcisa Amália de Campos, comentadas no primeiro capítulo, representam bem o ativismo de mulheres que se posicionaram a favor do fim da escravidão e ao mesmo tempo defenderam a liberdade de instrução e de trabalho feminino. Entre as abolicionistas porto-alegrenses – os chamados Anjos

⁴ Sobre o conceito de geração, ver: MANHEIN, 1986; DOMINGUES, 2002; SIRINELLI, 1996.

Cabe também destacar a forma como a socióloga Angela Alonso (2002), já citada em nosso texto, pensa a *geração de 1870* como uma “comunidade de experiência social”, portanto, formada por pessoas não necessariamente uniformes em termos etários. Ver também: CALDEIRA, 2015.

da Caridade – nenhuma destacou-se por manifestações do tipo, naquele contexto. Entretanto, neste último capítulo, temos como objetivo vislumbrar três daquelas vinte e três jovens do Centro Abolicionista noutros cenários sociopolíticos, posteriores à campanha pelo fim da escravidão. Carregando uma maior bagagem política e com mais experiência de vida, veremos que Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso seguiram circulando intensamente no mundo público-político, num contexto em que diferentes discussões sobre a mulher, seu papel e suas funções agitaram a sociedade brasileira.

Com a instauração da República em 1889, inúmeros projetos de modernização começaram a ser postos em prática, a fim de se conquistar a famigerada “ordem e progresso”. No Rio Grande do Sul, com a consequente hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), a ideologia positivista, fortemente incorporada por seus líderes, passou a pautar a organização de variados campos da sociedade.⁵ De modo geral, organizou-se aqui um estado de caráter intervencionista, tanto no plano econômico como no social. Em termos econômicos, essa intervenção buscou promover o progresso aos moldes capitalistas, enquanto, em termos sociais, visou a pacificação como condição de próprio desenvolvimento.⁶

Em relação aos papéis de homens e mulheres na construção de uma pátria que se pretendia moderna, os princípios propostos por Augusto Comte estabeleceram as funções de cada um de acordo com suas supostas inteligências. O homem, por ter qualidades práticas, ficava encarregado do exercício do comando; enquanto a mulher, cujas qualidades eram as sentimentais, de bondade, amor e obediência, deveria se dedicar ao aperfeiçoamento da humanidade. Noutras palavras, a “função feminina consistia em “aperfeiçoar a natureza humana” [...] e “deveria agir mais especialmente sobre seus filhos, seu esposo, seus pais”, sendo o papel de mãe o mais sublime que uma mulher poderia desejar (PRIORE, 2004, p. 249). Sendo assim, a mulher deveria respeitar o pai e marido, bem como cuidar da educação dos filhos e do lar, por outro lado, o homem deveria trabalhar e manter o sustento da casa. Justamente nesse sentido é que a própria alegoria de República, disseminada pelos governos brasileiros, foi a de uma figura feminina:

⁵ Sobre a relação do PRR com a ideologia positivista, ver: AXT, 2002; BOEIRA, 1996; HEINZ, 2009; LOVE, 1975; PINTO, 1986.

⁶ As preocupações com a ordem pública e a moralização social também marcaram grande parte das deliberações sobre os rumos políticos e sociais do país, ao longo dos primeiros anos da República. A respeito da população de origem africana, em processo de libertação na época e cujo modo de vida (composto das expectativas individuais, familiares e comunitárias) preocupava as elites, uma vez que práticas identificadas como ócio poderiam levá-la a protagonizar desordens e a fragilizar o mercado de trabalho. Assim, foram formuladas e executadas medidas que tivessem como fim máximo controlar o trabalhador liberto e livre, sua vida e trabalho. Ver: ROSA, 2014.

Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade [...] A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade [...] Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços (CARVALHO, 1989, p. 81).

Essa simbologia não significou, obviamente, uma inclusão feminina nas questões políticas, na verdade esse campo continuou sendo entendido como impróprio para mulheres. Mas, ela permitiu a ampliação da educação feminina, pois entendia-se que era necessário preparar aquelas que seriam as responsáveis pelo progresso da nação, por educar e preparar as *novas* gerações, especialmente os *novos* homens.

A ampla adesão ao ideário positivista por parte do PRR e seus líderes influenciou, assim, na ampliação da rede de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do aumento da remuneração dos professores e da criação de prédios escolares. A própria Constituição de 1891, plenamente em sintonia com o pensamento de Augusto Comte, instituiu como obrigação a propagação ao acesso à instrução, tido como indispensável a nova ordem. Somente em relação aos índices de alfabetização das mulheres, os censos de 1900, 1920 e 1940 assinalaram o seguinte cenário:

Tabela 9 - Índices de alfabetização da população feminina no Rio Grande do Sul/ censos de 1900 a 1940

Ano	População Feminina	Sabiam ler e escrever	%
1900	564.862	157.722	28%
1920	1.078.727	378.205	35%
1940	1.656.631	722.640	43%

Fonte: BRASIL, 1900, 1920, 1940.

Em relação à população feminina do Estado, então, é possível observar que o crescimento no número de alfabetizadas foi bastante expressivo já nos primeiros quarenta anos de regime republicano. Obviamente que a educação promulgada pela política do PRR, especialmente a pública, esteve relacionada aos interesses de seus líderes. A doutrinação por meio da ideologia positivista, a orientação pelas ideias higienistas e a valorização da propriedade privada e do capital foram alguns dos aspectos presentes nessa política (CORESETTI, 1998).

No caso da educação feminina, aquelas diferenças de sexo seguiram pautando sua instrução formal, de modo que se guiava pela formação das meninas enquanto “guardiãs do lar”, enquanto a dos meninos visava a formação de cidadãos. Sendo obrigatório apenas a frequência na escola primária, neste espaço as mulheres aprendiam a ler e a escrever, as quatro operações matemáticas, bem como estudavam canto, música e dança, e alguns conceitos científicos da psicologia, da economia doméstica e da purieultura. Às mulheres, então, era ensinado aquilo que fosse estritamente necessário ao desempenho de sua função enquanto formadoras dos futuros cidadãos. Além dessas limitações curriculares, existiam outras, como a impossibilidade de acesso ao ensino superior, por exemplo.

De qualquer maneira, não podemos negar que as melhorias em alfabetização e escolaridade certamente abriam caminhos no mundo moderno para as mulheres, visto que:

[...] alfabetização afinal de contas é mais do que uma habilidade técnica, ela possibilita novos tipos de competências e pode atenuar a rigidez dos comportamentos tradicionais. Ela facilita a preservação e manutenção de uma rede de comunicação mais ampla do que a da própria localidade e pode gerar ceticismo sobre opiniões regionais. Ela facilita a preservação e manutenção de uma rede de comunicações mais ampla do que a da própria localidade e pode gerar ceticismo sobre opiniões regionais facilitando o acesso a outros pontos de vista. Para as mulheres a diminuição da disparidade entre as taxas de alfabetização masculina e feminina, pode trazer grandes implicações, ajudando-as a entrar num mundo maior. Um aumento do uso da escrita em vez da comunicação oral poderia ajudar a fechar o abismo entre a experiência masculina e feminina, uma vez que a palavra falada ligada a presença do orador transmite o gênero de um amaneira que a escrita não faz (HAHNER, 1994, p. 53-54).

Diante disso, foi cada vez mais possível que as mulheres se organizassem para reivindicar igualdade de educação entre os sexos – conforme adensaremos adiante. Não por acaso que a própria inserção da mulher no mercado de trabalho se deu nesse momento de alastramento de sua instrução, quando também se consolidava o mercado capitalista. Nesse campo, a docência foi o campo onde mais as mulheres encontraram espaço para atuarem, pois cada vez mais essa profissão passou a ser identificada com *feminino*, pelo entendimento de que era uma continuidade do lar. Lembremos que entre as funções consideradas femininas estava justamente a de educadora dos filhos.⁷

Quando integraram o Centro Abolicionista e participaram de suas atividades, observamos que Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso eram bem jovens e recém davam os primeiros passos no mundo público-político. Conforme destacamos naquele

⁷ Não se pode esquecer que tais prerrogativas dizem respeito à inserção de mulheres brancas no mercado de trabalho, de modo que não desconsideramos que mulheres populares, principalmente negras, eram majoritárias no serviço doméstico. Ver: ARIZA, 2012; BAKOS, 1984; COSTA, 2013; GRAHAM, 1992; MARTINS, 2006; SILVA, 2004, 2011; SOUZA, 2017; TELLES, 2011.

momento do trabalho, o abolicionismo feminino foi bastante influente no reconhecimento da mulher enquanto cidadã, tendo sido um fenômeno associativismo e colaborativo de e entre suas agentes. Por essas e outras características que identificamos a agência feminina na campanha pelo fim da escravidão enquanto uma forma de *protofeminismo*. No início do século XX, com maior consciência sobre sua situação de subalternização, brasileiras de diferentes grupos sociais passaram a se organizar de forma sistemática para reclamar por seus próprios direitos, dando origem a diferentes *feminismos* no país.⁸ As três protagonistas do capítulo assistiram toda essa movimentação nacional, estando com mais experiência de vida e de agência no espaço público-político. Por isso, buscaremos explicar inicialmente alguns aspectos primordiais dessa outra conjuntura em relação às mulheres, já em tempos republicanos, a fim de entender posteriormente como Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso vivenciaram e interagiram com ela.

O pensamento feminista foi introduzido no Brasil, em meados do século XIX, por mulheres como Nísia Floresta Brasileira Augusta e Narcisa Amália que criticaram a submissão da mulher através de publicações autorais e de tradução.⁹ No primeiro capítulo, já assinalamos as trajetórias e as contribuições dessas escritoras e abolicionistas para a tomada de consciência crítica acerca da condição feminina na sociedade e, assim, do debate já existente acerca da cidadania feminina. Até então, as principais formas de ativismos feminista eram a feita pela literatura e a por intermédio da imprensa que cumpria o importante papel na publicização da luta da mulher por seus direitos, inserindo a escrita feminina num espaço de cidadania ativa. Alguns jornais feministas de maior destaque foram: O Jornal das Senhoras (1852), Belo Sexo (1862), O sexo feminino (1873), O Eco das Damas (1879) e A Família (1888) (MOURA, 2018, p. 69).¹⁰

A partir da Proclamação da República, em 1889, e do posterior desenvolvimento capitalista, alinhou-se um contexto mais propício para a efetivação de ações concretas por parte

⁸ O uso do termo no plural – feminismos – tem por objetivo dar reconhecimento e valorização aos aspectos particulares dos posicionamentos que esse movimento social comporta, bem como das diferentes formas de opressão que atingem diferentes mulheres. Sobre essa discussão, ver: COSTA, 2004; RAGO, 2007; SOIHET, 2006.

⁹ As raízes do feminismo remontam aos ideais de igualdade divulgados na Revolução Francesa (1789-1793), tão embora na prática, não implicou naquele momento no reconhecimento da cidadania da mulher. A participação feminina nesse contexto ficou destacada pela “Declaração dos Direitos da Mulher”, proposta por Olympe de Gouges. Foi na Inglaterra, como decorrência das transformações geradas pela Revolução Industrial, no século XVIII, que as mulheres obtiveram suas primeiras conquistas. Após, alcançarem importantes avanços nos movimentos sociais, as inglesas passaram a travar lutas por seus direitos civis, praticamente emendando duas agências: abolicionista e feminista. O movimento sufragista, como ficou conhecida essa fase inicial do feminismo, espalhou-se e ganhou aliadas nos Estados Unidos e, posteriormente, também na América Latina. (TELLES, 1993, p. 39-40).

¹⁰ Sobre imprensa feminina e feminista, ver: DUARTE, 2016.

das mulheres. Assim, foram criados partidos e associações, realizaram-se congressos e demais pronunciamentos públicos. Entre as principais reivindicações feministas dessa época, destacamos: a elevação no grau de instrução e os direitos de voto, de elegibilidade, de divórcio, de concorrer e assumir cargos públicos. Essa mobilização mais institucionalizada no espaço público republicano, foi protagonizada, principalmente, por mulheres *brancas* e oriundas de segmentos médios e altos – mesmo lugar social das personagens desta tese. Por esse motivo é que daremos ênfase a esse feminismo específico, sem ignorar que simultaneamente outras mulheres, ligadas às classes populares, também articulavam suas próprias lutas.¹¹

O direito ao voto, sem dúvidas, foi a pauta mais discutida e pleiteada pelas mulheres em todo o mundo ocidental, não por acaso a primeira *onda* do movimento feminista é conhecida como *sufragista*.¹² Em relação à América Latina, o Brasil foi um dos países pioneiros em discutir esse assunto no ambiente parlamentar, já no final do século XIX, com a feitura da Constituição republicana. Esse documento, inclusive, não deixou claro em seu texto a exclusão das mulheres da política, declarando no artigo 70 o seguinte: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei”. Ao não deixar explícita a exclusividade masculina na participação eleitoral, permitiu que contestações fossem feitas pelas mulheres que queriam participar do mundo político (KARAWCZYK, 2014a, p. 71).

Um agente pioneiro nessas contestações foi o Partido Feminino Republicano (PFR), fundado em 1910, no Rio de Janeiro, cujo objetivo era o de representar e integrar as mulheres

¹¹ O anarcofeminismo, por exemplo, foi outra mobilização de mulheres com bastante força no período da Primeira República. As ativistas desse tipo de feminismo, viam na teoria e na prática anarquistas o principal meio para alcançar a libertação total da mulher e de toda a humanidade, ou seja, a partir da destruição da sociedade capitalista e da consequente construção da sociedade anárquica, pautada no amor, solidariedade e apoio mútuo. As operárias foram as principais partidárias do anarcofeminismo, reivindicavam a igualdade salarial e de jornadas de trabalho entre homens e mulheres. Devido ao desenvolvimento industrial de São Paulo, é que esse estado foi o principal foco desse tipo de feminismo, principalmente por parte das operárias do setor têxtil que fundaram organizações como a Liga de Resistência das Costureiras e a União das Costureiras (MENDES, 2010, p. 119). Greves, panfletos, publicações na imprensa foram algumas das principais estratégias protagonizadas pelas ativistas do anarcofeminismo. Sobre esse assunto, ver também: MENDES, 2010; PENA, 1981; RAGO, 2007.

¹² São geralmente apontadas três “ondas” para sistematizar a História do movimento feminista ocidental. A primeira refere-se à conquista do sufrágio feminino, cujas mobilizações ocorreram entre os séculos XIX e XX. A segunda, ocorrida na década de 1960, diz respeito às ideias e ações relacionadas às lutas por igualdade jurídica e social das mulheres. E, a terceira, iniciada na década de 1990, colocou em foco as questões de interseccionalidade. Há autoras que, inclusive, defendem a ideia de uma quarta onda, caracterizada por um ativismo digital e pelo aprofundamento de questões relativas à identidade e corpo. Essa utilização do termo *ondas*, todavia, é amplamente criticada. Segundo Suely Costa (2009, p. 3), a noção de “onda” tem se construído “[...] como um ‘marcador’ de intervalos de tempo, um indicador de periodizações e de referências conjunturais de narrativa da história das mulheres e dos feminismos”, a qual, entretanto, pode “favorecer uma percepção de descontinuidades para processos sociais construídos em muitos tempos, situando suas variações em áreas de invisibilidades”. Ou seja, transmite as ideias de progressão e de uniformidade ao movimento, pois é como se todas as vindicações da primeira onda tivessem sido alcançadas na segunda e sucessivamente, bem como ignora a existência de diferentes feminismos dentro de uma mesma onda.

na sociedade política brasileira. Reunindo professoras, donas de casa e escritoras, lançou-se à tarefa de promover a cooperação entre mulheres de todos os estados do Brasil na defesa ao progresso pátrio. O PFR foi presidido por Leolinda Daltro que exerceu seu ativismo através do jornal *A Política* e de alianças com figuras políticas masculinas de destaque, visando dar visibilidade aos atos do partido em suas manifestações públicas (KARAWJCZYK, 2014a, p. 72).¹³ Uma das ações dessa organização que mais recebeu destaque na imprensa foi a marcha realizada pelo centro do Rio de Janeiro, em 1917, que reuniu cerca de 90 ativistas. Além disso, as integrantes do PFR encabeçaram e influenciaram outras mulheres a requisitarem o alistamento eleitoral, uma vez que, como vimos, a exclusão da mulher do direito ao voto não era explícita na Constituição vigente. Obviamente que esses pedidos foram negados, mas serviram para disseminar e acirrar ainda mais esse debate na sociedade brasileira.

Fornecendo inicialmente suporte ao PFR, surgiu a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LPEIM), fundada em 1919, encabeçada pela ativista feminista e defensora mais conhecida dos direitos das mulheres no Brasil: Bertha Lutz (1894-1976).¹⁴ Sendo formada em biologia e especialista em zoologia, trabalhou quarenta e seis anos no Museu Nacional, onde construiu uma reputação como cientista. A associação feminista LPEIM, tinha justamente a alcunha de defender o direito à Educação e à formação científica das mulheres, de uma forma mais igualitária do que a que ocorria até então no Brasil, marcada pela restrição feminina ao ensino superior. Também constavam em suas reivindicações: sufrágio feminino e participação política, princípios de igualdade salarial para homens e mulheres, inclusão da mulher no serviço de proteção aos trabalhadores. Bertha Lutz e suas companheiras, no geral mulheres cultas e ricas, além de publicarem amplamente na imprensa, também se aproveitaram de suas conexões, laços de amizades familiares e grupos no poder, para instigar a opinião pública e fazer pressão

¹³ Leolinda Daltro nasceu na Bahia, em 14 de julho de 1859, ao longo de sua vida foi professora, escritora, jornalista, feminista e indigenista. Ganhou destaque por seu ativismo no Rio de Janeiro, para onde migrou em 1887, buscando melhores condições de vida junto do segundo marido e dos filhos. Além de sua contribuição na busca pelos direitos políticos das mulheres, Leolinda Daltro defendeu os direitos dos indígenas, propondo a incorporação dessas populações à sociedade brasileira por meio da alfabetização laica. Projeto esse que ela colocou em prática ao longo de cinco anos, percorrendo o interior de Goiás. Mais informações sobre a trajetória de Leolinda Daltro podem ser encontradas nos trabalhos de: ABREU, 2007; KARAWJCZYK, 2013, 2014a, 2014b; ROCHA, 2016.

¹⁴ Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 1894, era filha do renomado cientista Adolpho Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler. Após cursar o ensino primário em São Paulo, seu pai a enviou aos quatorze anos de idade para prosseguir os estudos em Paris, acompanhada da mãe e do irmão caçula de cinco anos. Bertha, então, completou os estudos secundários na Cours Bouchut e depois ingressou na Faculté des Sciences da Universidade de Paris – Sorbonne, onde cursou botânica, zoologia e evolução dos seres organizados, química biológica, entre outros. Somente retornou ao Brasil em 1918, para tornar-se assistente do pai no Instituto Oswaldo Cruz e, em seguida, deu início a sua militância feminista (KARAWJCZYK, 2013, p. 159-160). Existem vários trabalhos que se dedicam ao estudo da trajetória de Bertha Lutz, entre eles destacamos: LÔBO, 2010; SOIHET, 1974, 2000; SOUSA, SOMBRILO, LOPES, 2005.

sobre o congresso, visando aglutinar mais partidários as suas causas (SOUZA, ABDALA-MENDES, 2018, p. 33).

Em 1922, após o progressivo desaparecimento do PFR, a LEIM transformou-se noutra organização, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Essa sociedade feminista foi a de maior destaque e articulação na campanha pública pelo voto, tendo inspirado, inclusive, o mesmo tipo de mobilização noutros Estados – casos de Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. É importante ressaltar que a criação e atividades da FBPF esteve em consonância principalmente com o ativismo estadunidense. Afinal, uma de suas principais fundadoras, Bertha Lutz, participou dos congressos promovidos pela National American Woman's Suffrage Association (NAWSA) e recorreu à líder Carrie Chapman Catt, presidente da NAWSA, para a elaboração dos estatutos da FBPF (SOHET, 2000, p. 101).

Entre os objetivos da FBPF, estavam o de “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, que na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2000, p. 101). No Art. 3º dos estatutos, discriminava as seguintes ações necessárias para se atingir esses objetivos:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.
2. Proteger as mães e a infância.
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
5. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental (SOIHET, 2000, p. 102).

Como é possível observar, esse grupo optava por uma abordagem sutil que apelava para aspectos ligados à maternidade e ao matrimônio, por exemplo, compatíveis com os discursos hegemônicos da época. Além disso, as estratégias de ação dessa sociedade foram basicamente a promoção de discussões, por meio da realização de Congressos e publicações na imprensa, e a busca de aliados políticos no âmbito parlamentar. Por essas características é que esse feminismo já foi interpretado como “bem-comportado”, pois “agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (PINTO, 2003, p. 26). Por outro lado, também já foi definido como “tático” (SOIHET, 2006).

Decorrente de toda essa mobilização feminina no espaço público, cada vez mais o sufrágio feminino foi sendo incorporado no âmbito político institucionalizado. Deputados e senadores apresentaram e discutiram projetos de lei que previam o direito feminino ao voto, sendo o do senador Justo Chermont, proposto em 1927, o que chegou mais longe. As feministas da FBPF acompanharam de perto esse debate, chegando a enviar cartas aos senadores a fim de convencê-los a votar a favor no projeto Chermont, além de protocolarem um abaixo-assinado no Senado com cerca de duas mil assinaturas (MARQUES, 2019, p. 99). Somente em 1930, com Getúlio Vargas na presidência e a pretensão de reformular as leis eleitorais do país, é que se alinhou uma oportunidade mais concreta para o sufrágio feminino. Após muitos debates e pressões, as mulheres conquistaram a incorporação dos direitos de voto e elegibilidade no Código Eleitoral de 1932. Apesar de se tratar de um marco importante, sabemos que a inclusão feminina no âmbito da política, especialmente no que tange à ocupação de cargos, não se resolveu naquele momento. Afinal, ainda hoje são significativas as desigualdades entre homens e mulheres nesse e em tantos outros segmentos da sociedade.

É importante destacar que são pouquíssimos os estudos que se dedicam a estudar as mobilizações feministas no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da República. Na realidade, o mais próximo que encontramos desse tema, foi a dissertação de mestrado de Mônica Karawejczyk (2008) sobre o sufrágio feminino no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre. Essa historiadora buscou destacar o papel desempenhado pelo estado do Rio Grande do Sul no debate acerca da inserção feminina no mundo público e político, através de uma análise quantitativa e de conteúdo.

Entre os tópicos desenvolvidos por Mônica Karawejczyk (2008), destacamos o que versou sobre as discussões do anteprojeto da lei eleitoral e a novidade da possível incorporação das mulheres como futuras eleitoras, ocorridas entre 1930 e 1932. No *Correio do Povo*, o assunto recebeu destaque, somando 82 matérias que foram publicizadas nas principais páginas, bem como suscitou questionamentos positivos e negativos. Aquelas que se mostraram favoráveis, constituíram 60% desse corpus documental, mas no geral condicionavam a incorporação da mulher nas pugnas eleitorais à sua independência econômica. Ou seja, se pudesse se sustentar financeiramente, poderia tornar-se eleitora. Os argumentos desfavoráveis foram encontrados por Karawejczyk (2008), em suma, nos artigos, que perfizeram 26 do total de 82 matérias. Entre eles, destacaram aspectos negativos, como: “a suposta fragilidade, doçura e despreparo feminino para exercer qualquer atividade fora do ambiente doméstico” e o “perigo de a mulher se masculinizar ao adquirir os mesmos privilégios que os homens” (KARAWEJCZYK, 2008, p. 139). Na verdade, pairava nas páginas no *Correio do povo* (como

no país inteiro), um tom de desconfiança: especulava-se que ao obter o direito de participar mais ativamente da política, a mulher poderia pôr em risco a família, desagregando-a; bem como a vida doméstica, desorganizando-a e masculinizando a imagem do ‘anjo do lar’” (KARAWAJCZYK, 2008, p. 139).

De nossas personagens, apenas Amália Haensel chegou a assistir a conquista do direito ao voto, afinal ela faleceu em 1937, enquanto Carolina Koseritz em 1922, e Sofia Veloso em 1930. De qualquer modo, as três assistiram toda ou pelo menos parte dessa mobilização feminista da Primeira República, ocorrida em suma no Rio de Janeiro, mas que foi amplamente divulgada pela imprensa e demais meios por praticamente todo o país. Além disso, conforme será pontuado adiante, as vivências dessas três mulheres não se restringiram ao espaço da capital Porto Alegre propriamente, pois elas tiveram oportunidade de viajar e conhecer outros locais do Brasil e mesmo do mundo. Da mesma forma, Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso também tiveram acesso a outras discussões que circularam no início do século XX, como o discurso positivista que atribuía à mulher o papel de “guardiã do lar”, e o antifeminismo.

Tanto as representações defendidas pelas feministas, como pelas antifeministas, tiveram como suporte a função e os papéis feminismo de mãe e esposa, considerados, naquela época, os pilares da família e da sociedade.

As “antifeministas”, ao contrário das “feministas”, tentavam convencer que a mulher, ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher, a maternidade, uma vez que se tornariam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza (VANIN, 2011, p. 166-167).

Dessa forma, difundiram-se muitos estereótipos em torno do movimento feminista e de suas integrantes. Entre eles, o mais recorrente era o que associava suas militantes a aspectos masculinizados. O eixo dessa argumentação advinha da Teoria da Complementariedade do Útero e Evolucionista, importada da Europa, que justificava e legitimava a exclusão das mulheres da ciência. Sendo a mulher vista como um ser puro, inocente e frágil, não era adequado seu envolvimento em atividades que a corromperia, transformando-a em um ser sem pudor, sem timidez e com espírito forte – características, por sua vez, associadas à masculinidade (VANIN, 2011).

Nesse sentido, o movimento feminista também acabou promovendo um questionamento das noções de masculinidade e feminilidade. Até então, o feminino havia sido construído em

oposição e inferioridade ao masculino: “a mulher é o fraco, o homem o forte; a mulher é o sensível e emocional, o homem é o frio e racional; a mulher é o privado e o homem é o público, etc.” (MARSON, 1996, p. 74). Com a mulher se infiltrando no território supostamente masculino, incorporando as características, as sociabilidades e os comportamentos masculinos, essa imagem alterou-se, bem como a própria imagem masculina desabou. O homem, antes tido como a referência superior, como o padrão social, passou a não conseguir mais distinguir-se da mulher se masculinizando. Ao buscarem uma nova identidade frente aos homens, “[...] as feministas acabaram por serem vistas (e até mesmo incorporar tal imagem) como não-femininas, como não-mulheres. Daí a visão, até hoje bastante difundida, da feminista “mulher feia e mal-amada” que por isso se mete em assuntos masculinos [...]” (MARSON, 1996, p. 74).

A partir deste ponto da tese, buscaremos localizar as vidas de Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso em relação ao contexto exposto até aqui, que como vimos foi permeado por diferentes debates acerca da mulher em seu papel social e em suas lutas por direitos e conquistas. Assim, é de nosso interesse, identificar como essas personagens históricas, que foram tão ativas no abolicionismo, posicionaram-se nesse outro momento também caracterizado por uma significativa agitação social. Entretanto, mesmo que esse seja o foco, não ficaremos restritos a ele, pois como já dito, visamos apresentar essas três mulheres com mais afinco, propondo um exercício biográfico sobre cada uma delas.

4.2 Amália Haensel

Amália Haensel nasceu em 03 de dezembro de 1863, em Porto Alegre, como a quarta descendente do casal de imigrantes alemães Frederico Haensel e Ernestina Hasslocher Haensel.¹⁵ Seus irmãos mais velhos eram Oscar Haensel, Waldemar Haensel e Otília Haensel. A família residiu na capital sul-rio-grandense numa ampla propriedade na rua Coronel Genuíno (localidade que hoje corresponde ao bairro Cidade Baixa), local onde Amália Haensel cresceu e viveu até a fase adulta. Não encontramos vestígios sobre a vida dela nessa época de infância

¹⁵ É importante mencionar que Ernestina Hasslocher e Frederico Haensel se conheceram possivelmente na década de 1850, em Rio Pardo, quando e onde a família dela já se encontrava consolidada no ramo do comércio, onde ele buscava, justamente, estabelecer-se. Ele havia vindo ao Brasil como legionário Brummer, enquanto soldado mercenário contratado para lutar na Guerra contra Oribes e Rosas (1851-1852). A união dos pais de Amália Haensel ocorreu em Porto Alegre, em 1859, e segundo Piassini (2017) foi dupla, pois além do casamento, Haensel virou sócio de seu sogro, com a Companhia Haensel, Hasslocher & Cia. Ainda que não se saiba o que ocorreu primeiro, se o matrimônio ou a sociedade, ambas foram de suma importância para Haensel prosperar economicamente e destacar-se entre os teuto-brasileiros.

e adolescência, sabemos apenas que quando tinha quatorze anos de idade nasceu a irmã caçula, Edwiges Haensel que futuramente seguiu os passos de Amália enquanto cantora.

Os Haensel pertenciam aos círculos abastados e dominantes de Porto Alegre, afinal o patriarca era um negociante bem-sucedido e com inserção nos meios políticos locais. Por isso deduzimos que Amália Haensel, bem como seus irmãos e irmãs, receberam instrução formal enquanto crianças, inclusive em relação à cultura alemã, tendo aprendido a falar e a escrever o idioma nativo de seus pais. Da mesma forma, a família deveria ser assídua frequentadora da Sociedade Germânia, organização recreativa fundada em 1855 por imigrantes alemães radicados em Porto Alegre. A vivência com a comunidade teuto-brasileira sobretudo também se relacionava com a própria realidade de trabalho do pai Frederico Haensel, que constituiu carreira enquanto porta voz das colônias alemãs do estado, além de ter exercido o cargo de vice-cônsul da Prússia na década de 1870, foi deputado provincial entre 1881 e 1889.¹⁶

Dada a posição econômica da família e consequentemente seu trânsito nas atividades culturais citadinas, é provável que Amália Haensel tenha tido contato com os princípios de canto e piano desde a infância. Afinal, os dotes artísticos eram estimulados desde muito cedo na vida das meninas, tanto na informalidade do lar, quanto na instrução formal recebida na escola. Além disso, famílias abastadas e bem relacionadas, como era a dos Haensel, eram presenças recorrentes nos salões aristocráticos. Conforme comentamos no primeiro capítulo, esses espaços eram reuniões sociais que ocorriam nas residências de famílias aristocráticas para comemorar, festejar ou simplesmente proporcionar momentos de lazer entre amigos e familiares (FREIRE, PORTELLA, 2010, p. 67). Nesses locais era permitido que as mulheres, meninas e moças apresentassem seus dotes artísticos, principalmente os relacionados ao canto e ao piano, que eram atividades incentivadas tanto em casa como na escola.

Fora do ambiente dos salões que, por sua vez, eram espaços que ficavam num meio-termo entre o público e privado, os primeiros registros de Amália Haensel cantando para a sociedade porto-alegrense são aqueles da época do abolicionismo. Lembremos que ela utilizou justamente as habilidades musicais como forma de angariar visibilidade à sua agência na campanha pelo fim da escravidão. Até porque todas as exibições que protagonizou foram informais, de improviso, ocorridas em momentos oportunos, gerados pela dinâmica das próprias atividades que ela desenvolveu pelo Centro Abolicionista. Em uma das passeatas noturnas organizadas pelo Centro, por exemplo, ela cantou no paço da câmara municipal solos

¹⁶ Sobre a trajetória de Frederico Haensel como político, ver: PIASSINI, 2017.
Sobre a *colônia* alemã em Porto Alegre, ver: GANS, 20014.

do hino nacional junto de uma orquestra. Noutra ocasião, enquanto dirigia sua tenda na quermesse, Amália Haensel entoou o hino rio-grandense, o que além de atrair o público comum e das autoridades para seu bazar também lhe rendeu vários elogios na imprensa.¹⁷

Nesse início da década de 1880, Amália Haensel era uma jovem de vinte anos de idade e talvez já ambicionasse construir uma carreira na música, utilizando-se dos espaços gerados pelo abolicionismo às mulheres como forma de colocar-se mais intencionalmente no mundo público. Até porque, pouco tempo depois, ela já começou a participar como cantora de concertos, especialmente pela Sociedade Filarmônica de Porto Alegre. A primeira apresentação realmente formal de Amália Haensel de que temos vestígios foi quando participou de um concerto da Sociedade Filarmônica de Porto Alegre, realizado em 1885, em oferecimento à Princesa Isabel e ao Conde D'Eu que estavam de passagem na capital. O espetáculo ocorreu no Teatro São Pedro e de acordo com a programação divulgada na imprensa, Amália Haensel entoou junto de Celia Queima o dueto da Aída, o qual obteve boa repercussão na capital.¹⁸

Não tivemos como precisar quando a música deixou de ser apenas um *hobbie* para Amália Haensel, para se tornar sua profissão. O que sabemos é que, no geral, naquela época, quando uma mulher ambicionava construir uma carreira que atraia grande visibilidade nos palcos dos teatros, isso não era bem recebido socialmente. Afinal, no final do século XIX, a atividade musical era tolerada como lazer, como adorno feminino ou, quando muito, como uma opção profissional através do magistério, não sendo bem-visto como uma escolha de profissionalização. As mulheres que conquistaram algum espaço profissional na música, especialmente nas atividades identificadas como de cunho mais masculino, como a de composição e regência, sofreram muitos preconceitos e sanções (FREIRE, PORTELLA, 2010).¹⁹

Ao que tudo indica, ao menos no ambiente familiar, Amália Haensel contou com o apoio da família e especialmente com a anuência do pai Frederico Haensel. Em um dos tantos textos que encontramos publicados na imprensa nacional sobre a trajetória dessa mulher na música, encontramos a seguinte afirmação sobre o assunto.

Felizmente para todos nós que hoje podemos admirar o seu invejável talento, não lhe faltou o encorajamento por parte dos que souberam reconhecer e apreciar os seus preciosos recursos vocais, o seu ardente pai, o conceituado cavalheiro sr. Frederico

¹⁷ Lembrando que a música do hino rio-grandense foi composta pelo maestro negro Joaquim José de Mendanha. Ver: MARQUES, 2017.

¹⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 14 fev. 1885, p. 1.

¹⁹ Uma trajetória importante nesse campo foi a de Chiquinha Gonzaga que lutou nos níveis familiar e social pelo direito de exercer profissionalmente o papel de musicista. Ver: ANDRADE, 1991; ANELHE, 2007; DINIZ, 1991.

Haensel, estranho a esses absurdos preconceitos sociais, desgraçadamente tão enraizados ainda no nosso país, não opôs embaraços à resolução de sua filha de seguir a carreira do teatro.²⁰

O trecho acima integrou um texto que originalmente foi publicado na Revista Artística de São Paulo, mas reproduzido noutros periódicos do país. Obviamente que temos o cuidado de não tomar essa e as demais publicações sobre nossa personagem como verdades absolutas, ainda mais em textos como esses, cujo objetivo era o de enaltecer a figura de uma cantora que àquela altura fazia sucesso. De qualquer modo, ainda que tenha sido essa realmente a posição familiar, ela ainda teve que enfrentar inúmeras outras restrições e julgamentos de uma sociedade que considerava a mulher como a "rainha do lar" e que deveria submeter-se ao marido.

Adiante veremos que a trajetória de Amália Haensel como atriz-cantora nos teatros brasileiros estourou entre as décadas de 1890 e 1900, momento esse, que como vimos inicialmente, foi marcado por discussões e movimentações feministas no país. Sua carreira enquanto musicista, então, deu-se num contexto permeado por conflitos e contradições sobre a mulher que, de um lado deveria se dedicar à família, e de outro lutava por direitos enquanto cidadã. É de nosso interesse perceber que papel essa mulher, cujo reconhecimento foi amplo tanto no meio artístico nacional como no internacional, desempenhou e como ele foi atingido por essas questões de gênero.

Devido ao alcance que a trajetória de Amália Haensel adquiriu enquanto cantora, encontramos muitos vestígios sobre sua vida e principalmente sobre sua carreira. Essa mulher e sua arte foram recorrentemente notícias nos principais periódicos das capitais do Brasil – fontes que, por sua vez, foram essenciais para rastreamos seus passos na música. Para compor uma narrativa biográfica sobre Amália Haensel, então, valemo-nos principalmente da pesquisa em jornais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, entre outros, disponíveis e digitalizados no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

4.2.1 A especialização e o início da carreira internacional

Em 1886, Amália Haensel seguiu para a Europa a fim de buscar estudar e se especializar em canto lírico. Especialmente ela foi viver na Alemanha, terra natal do pai e da mãe, onde matriculou-se no curso musical do Instituto Hoch's Conservatorium de Frankfurt, o qual concluiu em cinco anos. Em tal instituição, Amália Haensel estudou canto com o professor

²⁰ JORNAL DO RECIFE, Pernambuco, 16 dez. 1899, p. 1.

Herborns e frequentou as aulas de declamação e de opera do professor Carl Hermann, afinal era o desejo dela ensejar sua carreira no teatro.²¹ A motivação de ir atrás de uma profissionalização fora do país, certamente esteve relacionada às limitações existentes nos processos de escolarização feminina no Brasil do século XIX. Especificamente em relação ao campo da música, desde meninas se recebia alguma instrução sobre canto e piano, podiam, inclusive, receber tais conhecimentos nas academias de música. Entretanto, a finalidade dessa educação era aquela voltada aos salões, uma vez que o treinamento profundo e profissional era destinado somente aos rapazes (ANDRADE, 1991, p. 239). À essa altura as condições de acesso à educação eram realmente menos excludentes para mulheres noutros lugares do mundo, caso da Europa onde o movimento feminista já havia feito algumas conquistas. E o Conservatório Hoch, por sua vez, era bastante internacionalizado, além de estudantes alemães também eram numerosos os oriundos da Inglaterra, Holanda, Áustria e América de modo geral.

Sendo uma jovem solteira é pouquíssimo provável que Amália Haensel tenha ido e permanecido desacompanhada ao longo dos doze anos em que viveu fora do Brasil. Na imprensa, certa vez foi publicado que a cantora havia viajado na companhia da “família”, a qual sabemos que era composta por seus pais, dois irmãos e duas irmãs. Não sabemos quem exatamente acompanhou Amália Haensel nesse período, mas tendo em vista que ela se estabeleceu na Alemanha, onde certamente os pais tinham parentes estabelecidos, é possível que a família tenha viajado junto com ela para deixá-la sobre os cuidados de algum familiar, retornando para Porto Alegre em seguida. Até porque, ela se estabeleceu em Frankfurt, justamente de onde o pai era originário e onde certamente ainda tinha ligações. Reforça essa nossa ideia, o fato de que em 1895, Frederico Haensel ter falecido, vítima de um assassinato em meio à Revolução Federalista. Nos trâmites do processo de inventário do pai, Amália Haensel foi a única da família que não se encontrava presente. Inclusive, ela enviou da cidade alemã de Aia uma procuração autorizando a mãe a agir em seu nome. Neste documento, afirmou que era domiciliada na capital sul-rio-grandense e que não possuía residência definitiva na Europa, pois encontrava-se em turnê.²²

Entre 1886 e 1891, Amália Haensel estudou canto no Conservatório em Frankfurt, onde além de sua formação para cantora de concertos, também adquiriu conhecimentos sobre óperas

²¹ JORNAL DO RECIFE, Pernambuco, 15 dez. 1899, p. 2.

²² APERS - Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Frederico Haensel, inventariante: Amália Haensel, nº 799, 1894.

Por este processo, Amália Haensel recebeu a quantia de um conto e duzentos mil réis (1:000\$200), referente ao único bem arrolado no inventário que era a propriedade em que residia a família, localizada na Rua Coronel Genuíno, em Porto Alegre.

e performances práticas dramáticas. Logo que terminou os estudos, Amália Haensel estreou vários espetáculos pelas cidades alemãs. De acordo com o Jornal de Recife:

Terminados os estudos estreou logo, em 1892, no teatro Aix La Chapelle, fazendo o papel de Selika, a Africana, e tal foi a sua estreia que lhe valeu dos críticos daquela cidade calorosa elogios e a aceitação completa do público.

Nesse teatro conservou-se a sra. Amália Iracema durante duas estações e tendo-lhe sido feito oferecimento mais vantajoso para Mannheim, estreou-se também no teatro dessa cidade apresentando-se em duas estações seguidas.

Desejando tornar-se um pouco mais conhecida a sra. Iracema encetou a sua peregrinação artística, cantando em Wiesbaden, Frankfurt, Basel, e outras cidades da Alemanha, ora em concertos, ora em teatros.

Em 1898, o conhecido empresário Damrosh convidou-a, sob condições excelentes, para uma turnê nos Estados Unidos da América do Norte (New-York, Filadélfia e São Francisco); mas a nossa eminente artista preferiu voltar à Pátria, da qual se ausentara havia dozes anos, e onde a esperavam saudosos à família e os amigos.²³

Emendando os estudos ao início de sua carreira pelos teatros, performando em diferentes papéis de espetáculos líricos por mais de uma temporada, Amália Haensel fez nome na terra natal de seus progenitores e antepassados. Durante todo esse período, foram poucas as notícias sobre Amália Haensel na imprensa brasileira. Um dessas, publicada em Porto Alegre, em 1895, afirmou que a “filha do comendador Frederico Haensel”, fazia “brilhante carreira artística, depois de ter recebido esmerada educação em um conservatório europeu” e que estava conseguindo “chamar a atenção pública na cena lírica europeia”, sendo lisonjeiramente destacada nos jornais alemães.²⁴ Somente quando ela retornou ao Brasil, em 1898, e dando seguimento à carreira por aqui, é que o nome dessa cantora passou a ser recorrente nos periódicos de variados estados. Por isso, não dispomos de muitas informações sobre essa fase da vida da cantora, algo que certamente seria sanado com pesquisas nos arquivos e impressos nas cidades por onde ela passou na Alemanha – algo que não nos foi possível durante o doutorado.

A experiência de viver afastada da família e, portanto, distante de julgamentos e supervisões mais incisivas, e ao mesmo tempo estando em contato com outra cultura, podem ter refletido de forma positiva na construção da personalidade e da carreira de Amália Haensel. Ao menos foi assim que experiências do tipo refletiram noutras mulheres, especialmente em escritoras do oitocentos como Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, Adèle Thousand e mesmo Nísia Floresta. Viajando para fora das fronteiras de seus países de origem, todas elas

²³ JORNAL DO RECIFE, Pernambuco, 16 dez. 1899, p. 1.

Informações semelhantes também foram encontradas noutras publicações afins sobre Amália Haensel: O PAÍS, Rio de Janeiro, 10 fev. 1895, p. 5; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 01 nov. 1894, p. 1; A REPÚBLICA, Pará, 21 jan. 1900, p. 1.

²⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 mar. 1895, p. 1.

vivenciaram experiências de deslocamento, as quais se refletiram fortemente em seus escritos, muitas vezes marcados por ideias feministas. No geral, a viagem podia assumir para dada mulher um caráter libertador, abrindo possibilidade de escapar das amarras sociais de seu gênero e de suas obrigações de classe ao partirem para outro continente (MAIA, 2016, p. 20).²⁵

4.2.2 O início e o auge da carreira no Brasil

Amália Haensel retornou ao Brasil no final do mês de julho de 1898, quando desembarcou do paquete *Bellaggio* no Rio de Janeiro.²⁶ Após um breve período de descanso, certamente destinado à família que foi encontrá-la em sua chegada,²⁷ a cantora iniciou uma série de apresentações pelo país, iniciando pela capital federal, onde foi recebida com grande entusiasmo pelos meios artísticos, tornando-se pauta dos noticiários e da crítica por várias semanas seguidas. É essencial destacar que nessa fase de sua vida percebemos que os jornais deixaram de se referir a ela como “Amália Haensel”, como até então ocorria, passando a chamá-la de “Amália Iracema”. Nos documentos oficiais que consultamos sobre essa mulher (inventários e testamentos, basicamente) foi identificada como “Amália Haensel” ou como “Amália Haensel Ferrari” – nome que assumirá após o casamento com Jacinto Ferrari. Dessa forma, acreditamos que “Iracema” tenha sido uma escolha dela enquanto um nome artístico e pode estar relacionado a um certo *abrasileiramento* de seu nome na Europa, incorporando como nome artístico o seu segundo nome, que lembrava o romance indigenista de José de Alencar.²⁸

Poucos dias após o desembarque em sua Terra natal, Amália Iracema tratou de revelar seu talento e técnica à sociedade carioca, convocando a imprensa para uma exclusiva sessão

²⁵ Em sua tese de doutorado Ludmila Maia (2016), investigou justamente as influências do ser mulher sobre as experiências das escritoras e viajantes Nísia Floresta e Adèle Toussaint-Samson, ao longo do século XIX, no Brasil e na Europa. As duas compartilharam espaços, empreenderam viagens atlânticas e refletiram por meio da escrita a “condição feminina”, ainda que não tenham se conhecido, pois nasceram em países distintos, vieram de famílias muito diferentes, foram educadas de maneira diversa e vivenciaram realidades antagônicas nas primeiras décadas de suas vidas. De acordo com essa historiadora, Nísia e Adèle “[...] foram mulheres que se casaram, tornaram-se mães, depois viúvas e ocuparam os lugares que lhes cabiam nas prescrições sociais de sua classe naquela época. E, apesar de conformarem as normas e costumes de seu tempo, também foram transgressoras. Não à moda dos séculos seguintes, mas à sua própria maneira. Elas agiram de dentro das amarras de sua época, observando, viajando, escrevendo e publicando. Prescreveram aos seus leitores e leitoras suas próprias morais, tornaram públicas suas visões de mundo, defenderam novos lugares para as mulheres, percorreram caminhos além das fronteiras de suas terras de origens, observaram os outros, desafiaram-se em textos literários de diversos gêneros e lutaram para que fossem lembradas, ainda que de diferentes maneiras” (MAIA, 2016, p. 348).

²⁶ O PAÍS, Rio de Janeiro, 26 jul. 1898, p. 2; CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 26 jul. 1898, p. 2.

²⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 24 jul. 1898, p. 3.

²⁸ Óbvio que sabemos que o romance foi publicado pela primeira vez em 1865 e que Amália Haensel nasceu em 1863, não sendo, portanto, uma homenagem sua ou de seus pais ao romance de José de Alencar.

musical que ocorreu dia 6 de agosto de 1898, no salão Bevilaqua do Rio de Janeiro.²⁹ Essa apresentação foi repercutida de forma muito positiva nos periódicos que, de modo geral, expressaram grande entusiasmo com a cantora recém-chegada da Europa:

O fato é característico e enche-nos de prazer. *Ele vem provar, com efeito, o desenvolvimento da arte no Brasil, que pouco a pouco vai produzindo artistas de real merecimento e que voltam da Europa tendo lá deixado um nome glorioso.*

A voz da sra. Amália Iracema é na verdade de grande beleza e de extensão pouco vulgar. Ela abrange, com efeito, a tessitura do contralto a soprano dramático, e todo o registro é igual, cheia, as notas perfeitamente redondas. Os graves, sobretudo, são muito belos. A voz é possante; é uma voz teatral.

Se passarmos à cantora, encontramos qualidades preciosas. A correção do seu canto, sem exagerações nem portamentos revela a severa escola em que a sra. Amália Iracema foi educada.

[...] Tal foi a primeira impressão que nos deixou a sra. Amália Iracema, de cujo talento teremos, sem dúvida, ocasião de falar ainda.³⁰

Além da exaltação do aparelho vocal e de sua característica mais marcante, a voz de soprano, chamou-nos a atenção que desde o momento inicial de seu retorno ao Brasil, os articulistas e críticos destacaram Amália Iracema como parte do processo de formação da arte brasileira. Assim como o trecho que destacamos na citação acima, destacamos outro que endossam a mesma ideia ao referir-se à Amália Iracema: “[...] É uma bela artista que, como Clotilde Maragliano, mostrará ao mundo que o Brasil não produz somente deputados, negociantes e fazendeiros”.³¹ É sabido que os esforços para renovação e atualização das artes no Brasil já se alinhavam naquele fim de século XIX e que estouraria com maior intensidade na década de 1920 com o modernismo. Dessa forma, especulamos que a escolha pelo nome artístico “Iracema” tenha tido alguma relação com o papel que a própria Amália Haensel designava para si enquanto cantora brasileira em meio a essas transformações artísticas que se processavam na época.

Àquela altura do século XIX, o Rio de Janeiro já era uma cidade cosmopolita e, por isso as atividades musicais eram diversas e extremamente favorecidas ali. Especificamente em relação à ópera, segmento em que atuava nossa personagem histórica, já era um gênero popularizado e dispunha de uma estrutura institucional bem consistente, com conservatórios, sociedades filarmônicas, publicações, casas de óperas, jornais com cobertura de espetáculos, além dos teatros e salões que serviam do divertimento a atividades políticas (SILVA, 2007).

²⁹ O PAÍS, Rio de Janeiro, 07 ago. 1898, p. 2.

Outras notícias sobre essas audições podem ser encontradas em: O PAÍS, Rio de Janeiro, 21 ago. 1898, p. 2; A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 09 ago. 1898, p. 3; O MERCÚRIO, Rio de Janeiro, 06 ago. 1898, p. 2; PEQUENO JORNAL, Pernambuco, 25 ago. 1898, p. 2.

³⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 07 ago. 1898, p. 2, grifos nossos.

³¹ A ESTAÇÃO, SUPLEMENTO LITERÁRIO, Rio de Janeiro, 31 ago. 1898, n. 16, p. 93.

No tocante ao público feminino, sua presença também era constante em eventos desse tipo, sendo a apreciação e a prática musical incentivadas nas mulheres de elite no sentido recreativo. Quando falamos, entretanto, de um público feminino mais especializado e crítico, o cenário era mais restrito, uma vez que o espaço era mais limitado. Ainda assim, existiam aquelas que organizavam jornais e faziam publicações especializadas, caso do *Jornal das Senhoras*, publicado na capital federal entre 1852 e 1855, cujas redatoras presenciavam as práticas musicais e escreviam sobre o assunto.³²

Sendo o Rio de Janeiro, então, centro cultural do país, o público e a crítica fluminense eram os primeiros a serem conquistados por aqueles e aquelas que aspiravam estabelecer uma carreira artística próspera – caso de Amália Iracema. Como vimos, suas audições no Bevilacqua à imprensa transmitiram a melhor primeira impressão possível à sociedade e aos meios artísticos brasileiros. Além disso, também renderam à artista um contrato com a empresa *Sansone e Rotolli*, cujo elenco da companhia trabalhava no Teatro Lírico, para que Iracema cantasse em seis recitais.³³ Essas apresentações ocorreram em seguida, já naquele final de agosto de 1890, com Iracema interpretando o papel de Selika, da obra *Africana* de Mayerbeer – papel esse que já havia feito na Alemanha. A boa impressão que causara nas audições com a imprensa, geraram um clima de grande expectativa para sua estreia efetiva no teatro. Expressões como “esperamos seja um triunfo”, “o fato é digno de nota”, “deve causar verdadeiro contentamento” foram recorrentes nas notas e artigos publicados que comunicaram essas exhibições.³⁴ Entretanto, deste momento em diante, que é quando ela dá início efetivamente a uma carreira profissional como cantora lírica no teatro no Brasil, sua arte começa a suscitar opiniões mais críticas. Na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, publicou-se o seguinte:

Efetivamente, apesar da grande comoção que a dominava, a Sra. Iracema revelou dotes muito apreciáveis e que aproveitados poderão garantir-lhe brilhante futuro. A sua voz é de bom quilate, bastante extensa e bem-educada, se bem que a sua afinação não seja impecável. É provável que, mais calma a cantora, esse senão desapareça completamente, podendo ela então revelar toda a beleza da sua voz. Se como cantora a sra. Iracema pode mostrar a sua boa escola de canto, como atriz revelou certo acanhamento, que será corrigido com mais prática de cena.

³² Ao estudar as relações do *Jornal das Senhoras*, suas redatoras e as práticas musicais no Rio de Janeiro, Everton Barbosa (2014), observou que nas edições desse periódico as escritoras retransmitiam para suas leituras os espaços de sociabilidades que frequentavam, incentivando-as a apreciarem dadas músicas e a aprendê-las, já que algumas partituras musicais eram também publicadas. Com seu estudo, esse historiador observou o caráter pedagógico, instrutivo e disciplinador que determinava às leitoras da época quais músicas elas deveriam aprender, para reproduzirem a cultura europeia em solo brasileiro.

³³ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 18 ago. 1898, p. 3; O MERCÚRIO, Rio de Janeiro, 20 ago. 1898, p. 2.

³⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 10 set. 1898, p. 2; A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 10 set. 1898, p. 3; O PAÍS, Rio de Janeiro, 08 set. 1898, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 05 set. 1898, p. 1.

Em todo o caso, esperamos ouvi-la em outra ópera mais de acordo com o seu temperamento, um tanto frio, e com a escola em que foi educada.³⁵

Noutros periódicos, pudemos entender melhor que essa “comoção” que teria atrapalhado a Amália Iracema relacionou-se ao pouco tempo de ensaio que ela teve com a orquestra, bem como a episódios de “desequilíbrio” e “desafinação” entre os músicos que a acompanhavam.³⁶ Além da esperada ansiedade pela estreia, Amália Iracema também teve que enfrentar esses contratempos o que, então, refletiu-se em sua performance no palco e ao público que a assistia. Percebemos também que algumas críticas à sua atuação também começaram a ser tecidas, passou-se a especular o talento de Iracema como atriz. Afinal, tendo por ambição a de seguir carreira no teatro melodramático era necessário que dominasse ambas as habilidades, a de cantora e a de atriz.

Depois das apresentações no Teatro Lírico pela *Companhia Sansone e Rotolli*, ainda no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, Amália Iracema realizou algumas récitas em seu benefício. Nessas ocasiões, as críticas sobre dados aspectos de sua arte novamente foram publicitados na imprensa fluminense, dessas destacamos duas em específico. Em primeiro lugar, pela primeira vez desde que retornara ao Brasil, seu estudo e profissionalização foram questionados. Na Gazeta de Notícias, por exemplo, publicou-se sobre Iracema: “[...] a artista que como sra. Iracema dispõe de um órgão vocal privilegiado como o seu, não pode sem um crime de lesa-arte, deixá-lo inculto”; “[...] é uma artista de futuro, mas para isso só precisa trabalhar”.³⁷ Ao contrário do que o redator desses trechos sugeriu, sabemos que Amália Iracema não era nenhuma principiante ou amadora em sua arte, afinal, passou doze anos na Europa aperfeiçoando e treinando suas habilidades musicais. Em segundo lugar, o significado de ser mulher para aquela sociedade do final do século XIX, também incidiu sobre os olhares masculinos que avaliavam a carreira da atriz-cantora:

Na Africana a nossa patricia achava-se *possuída de tal comoção*, que não pode revelar os seus dotes de cantora. Atribui essa comoção ao *receio natural* que se apodera de uma artista quando pela primeira vez tem de se apresentar em público. Amália Iracema é um *temperamento nervoso*. Pisar um palco para cantar e representar diante de uma sala repleta incute-lhe tal receio, que ela *não consegue dominar os nervos*. Daí, a paralisação de seus recursos vocais, a ponto de pôr vezes faltar-lhe a respiração, chegando-se a desconhecer a cantoria correta que tão bem cantou no salão Bevilacqua e que há dias entusiasmava Leopoldo Miguel com a sua voz quente e vibrante [...].³⁸

³⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 ago. 1898, p. 2.

Outras notícias que repercutem essas primeiras apresentações no Teatro Lírico podem ser encontradas em: JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 30 ago. 1898, p. 3; PEQUENO JORNAL, Recife, 12 set. 1898, p. 1; O PAÍS, Rio de Janeiro, 24 set. 1898, p. 2.

³⁶ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 24 ago. 1898, p. 3.

³⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 16 set. 1898, p. 1.

³⁸ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 15 set. 1898, p. 1, grifos nossos.

Ainda que fosse dona de uma voz admirável, o articulista deixou claro que as falhas nas apresentações de Amália Iracema não se resolveriam com mais estudo e mais experiência, pois elas tinham relação com a falta de controle da artista sobre seus sentimentos e emoções. Como sabemos, essas características eram comumente tidas como *inerentes* ao feminino naquela época, utilizadas como argumentos para excluir as mulheres dos espaços públicos-políticos. Assim, aos olhos daquele jornalista, as falhas de Amália Iracema relacionavam-se mais ao fato dela ser mulher num lugar de grande visibilidade – como o palco do teatro, onde, a priori, ela não deveria estar.

Publicações desse tipo, que desqualificaram Amália Iracema em sua profissão pelo viés de gênero não foram abundantes. O que, por sua vez, não significou que o ‘ser mulher’ não fosse acionado de outras formas, mais sutis, pelos periodistas. Em raras publicações as características técnicas do canto de Iracema, bem como sua formação musical europeia e a própria qualidade de sua voz vieram desacompanhados de outros atributos, de caráter mais pessoalizado, ou seja, que destacavam aspectos da personalidade, comportamento e mesmo físicos da cantora. Nesse sentido, destacamos os seguintes trechos que ilustram nossa análise: “gentilíssima cantora” de “voz extensa e volumosa, de timbre agradabilíssimo, que tem belíssimas notas graves”;³⁹ “dotada de bela e simpática figura, voz extensa e sonora, cultivada sob os conselhos da severa escola [...]”.⁴⁰ Além desses, há também outras inúmeras vezes que seu talento e técnica foram restringidos à “dotes artísticos”.

Essa feminilidade com a qual Amália Iracema foi identificada ficou de forma bem evidente na seguinte publicação de capa do jornal O Mercúrio, do Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1898:

³⁹ GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 08 ago. 1898, p. 1.

⁴⁰ PEQUENO JORNAL, Pernambuco, 10 set. 1898, p. 2.

Figura 6 - Capa do jornal O Mercúrio (RJ) sobre Amália Iracema

Anno I RIO DE JANEIRO, 14 DE SETEMBRO DE 1898 N. 48

MERCÚRIO

PUBLICAÇÃO DIÁRIA ILLUSTRADA
Redacção: RUA DA ASSEMBLEIA, 46
RIO DE JANEIRO — BRAZIL

PROPRIEDADE DE
GASTON & ALVES

ASSIGNATURAS:
Trimestre 124000 réis
Semestre 248000 réis
Número avulso 200 réis
Número atrasado 300 réis

ESTADOS E ESTRANGEIRO
Trimestre 138000 réis
Semestre 276000 réis

Quando ella aqui chegou, ha pouco mais de um mez, nós outros — rapazes amadores de boas vözes — dissemos-lhe coisas bonitas e logo ella, pelo seu talento e pela sua educação de artista, fez-nos mudar as gentilezas em sinceras phrases de elogio.

Depois veio a selecta plateia do *Lyrico* que a tratou com o carinho de que ella se fez merecedora e commosco todo o publico comprehendeu que a patria de Carlos Gomes, o grande orchestrador do *Guarany*, transformára-se em viveiros d'aves canóras e as harmonias das pautas para instrumentos encontravam, tambem, instrumentação na garganta apaixonada de almas eleitas.

Que vale como artista a nossa fornosa patricia todos nós sabemos, e a critica, sendo severa, não lhe negou os dotes raros e a seriedade dos estudos. Não accrescentaremos mais ao que d'ella já dissemos, por ser superfluo e mesmo, pondo de parte a modestia, insignificante por desautorizado. Mas, tratando-se da sua festa artistica, a realizar-se hoje com a dulcissima encarnação de *Margarida* — a eterna illudida do amor — é dever d'*O Mercúrio* prestar homenagem a quem tanto honra o nome brasileiro levando ás almas dos sensiveis o luar harmonioso das sonatas e aos corações delicados o perfume balsamico das *arias*.



Amalia Iracema

Fonte: O MERCÚRIO, Rio de Janeiro, 14 set. 1898, p. 1.

É notório que a publicação se refere ainda ao momento em que Amália Iracema recém chegara ao Brasil e que fazia suas primeiras apresentações no Rio de Janeiro. Àquela altura, a sociedade fluminense já havia aplaudido e se entusiasmado com a cantora recém-chegada da Europa. No texto, o articulista enfatiza que Iracema estava *honrando* o nome brasileiro com sua

voz e talento. Ainda que não tenha sido explícito, sabemos que no caso de artistas mulheres, a *honra* relacionava-se muito mais com seu comportamento público que com os aspectos técnicos de seu trabalho.⁴¹ É também necessário considerar que todas as mulheres que, assim como Amália Iracema optaram por um caminho diferente que aquele imposto pela sociedade, o de casar e constituir família, estiveram à mercê de julgamentos e restrições. Manter uma vida profissional com uma vida familiar era, inclusive, impossível naquele momento para essas mulheres. Dedicar-se à carreira artística significava renunciar ao papel tradicional de mãe e esposa para exercer um outro, onde podiam expressar suas vontades e liberdade (ANELHE, 2007). Logo, é factível imaginar que a vida de uma mulher que saía para companhias de ópera, para ser atriz e cantora, trabalhando junto de outros homens, abandonando o espaço privado e caindo totalmente na esfera do domínio público diante de uma plateia – como foi o caso de Iracema – não deveria ser fácil naquela época. O texto exprime essa exposição e mudança de comportamento ao descrever como os *rapazes amadores de boas vozes* receberam-na dizendo *coisas bonitas* e depois o talento e a educação artística de Amália Iracema transformaram as “gentilezas em sinceras frases de elogio”. Julgada inicialmente apenas pela aparência e beleza física, as habilidades musicais de Amália mereceram a mudança de avaliação daqueles cantores, não sem denunciar certos traços de misoginia. As *coisas bonitas* de certa forma testavam, ao mesmo tempo, o poder de sedução daqueles que as emitiam e o pudor de quem merecia tal atenção.

Assim, a linha entre ser vista como uma profissional respeitada e como uma mulher degradada era muito tênue, qualquer comportamento que essas artistas demonstrassem e que não fosse aceito socialmente já bastava para que fosse rotulada como prostitutas e afins. Ainda que não tenhamos muitas evidências sobre quais dificuldades concretas nossa personagem enfrentou em sua trajetória, sabemos que elas existiram e que Iracema teve que lidar com elas para manter o respeito do público e da crítica. Jornalistas mais progressistas, inclusive, reconheceram a resiliência dessa artista ao publicarem notas do tipo: “[...] A Cidade do Rio saúda com efusão a jovem artista, entretanto augurando-lhe brilhante futuro na difícil carreira a que corajosamente, sem atenção a tolos preconceitos se dedicou”.⁴²

Justamente prezando por manter-se respeitada em sua carreira é que Amália Iracema optou por se casar somente após abandonar os palcos, sabendo que quando constituísse família sua carreira deveria ficar em segundo plano. Além disso, em grande parte de suas excursões pelo Brasil, observamos que Iracema foi acompanhada da mãe, Ernestina Haensel, o que servia

⁴¹ Sobre honra feminina ver nota 87 do capítulo 2.

⁴² CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 23 ago. 1898, p. 2.

como trunfo para resguardar sua imagem de *moça de família* e as especulações sobre sua virgindade, uma vez que era uma jovem solteira. É dentro dessas colocações que percebemos, agora, aquela representação gráfica de Amália Iracema na capa do jornal O Mercúrio. Se voltarmos um pouco e observamos novamente tal imagem, percebemos que a cantora foi representada com um manto sobre a cabeça e uma coroa, aspectos que lembram a Virgem Maria. O discurso católico havia incorporado e difundido a imagem da santa como ideal feminino para referir-se às mulheres puras e de boa conduta; enquanto a figura de Eva, a pecadora, servia para designar aquelas malcriadas e devassas. A escolha dos editores do jornal em destacar Amália Iracema desta forma, pode ter sido no sentido de expressar como certamente a cantora era vista pela sociedade daquela época, como um exemplo de comportamento feminino, marcado pela pureza e santidade.

Noutra ocasião, em 1899, Amália Iracema foi capa do jornal alemão Deutsche Zeitung, publicado em Porto Alegre, na qual apareceu representada de outra forma:

Figura 7 - Retrato de Amália Iracema publicado no Deutsche Zeitung (RS)



Fonte: DEUTTCHE ZEITUNG, Porto Alegre, 18 fev. 1899, p. 1.

Sendo um periódico produzido pela comunidade germânica de Porto Alegre era comum que personalidades de sucesso, cuja descendência era justamente alemã, fossem ali exaltadas. Neste caso, com os ombros a mostra e os cabelos presos, o dito jornal transmitiu uma imagem da jovem cantora de modo mais humanizado, diferente daquela situação que vimos anteriormente, onde Amália Iracema foi comparada à Virgem Maria.

As principais discussões em torno de Amália Iracema, elucidadas até aqui, focalizaram-se mesmo neste momento após seu retorno ao Brasil em 1898. Assim com as principais críticas direcionadas à suas performances enquanto atriz e cantora também foram nessa época e especificamente referentes às realizadas no Rio de Janeiro, cujo público e crítica sabemos eram mais exigentes. Justamente relacionando-se com as publicações desse teor, veio a público uma especulação sobre a intenção da cantora em desistir da carreira no teatro. Uma das notas publicadas na imprensa fluminense, dizia o seguinte: “Ouvimos dizer que a senhoria Amália Iracema abandonará a carreira lírica, ficando como professora nesta capital”.⁴³ Diante de todos os julgamentos e preconceitos que sabemos que Amália Iracema enfrentou, é possível que não somente desta vez, mas em tantas outras ela tenha questionado se realmente valia a pena investir nesse caminho. E a melhor resposta a essas especulações que ela poderia dar veio com o tempo, em sua insistência e resistência durante muitos anos mais de dedicação exclusiva à sua profissão.

Além dos espetáculos protagonizados por Amália Haensel no Teatro Lírico, sua passagem pelo Rio de Janeiro também foi marcada pela participação noutros eventos, que seguiram ocorrendo até meados de novembro de 1898. Entre esses, destacamos sua performance como solista no 1º Congresso Sinfônico, pelo Centro Artístico, ocorrido no salão do Instituto Nacional de Música.⁴⁴ A cantora também esteve presente em seletos eventos da sociedade fluminense, como um banquete ocorrido no cassino da cidade, que foi oferecido ao presidente da República eleito, Campos Salles.⁴⁵ Mesmo presidente que a própria Amália Iracema foi procurar no palácio do catete dias depois para convidá-lo a assistir sua festa artística.⁴⁶ Tais fatos, ilustram o bom trânsito social e as conexões que possivelmente buscou estabelecer para ensejar sua carreira.

⁴³ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 16 set. 1898, p. 3; JORNAL DE NOTÍCIA, Bahia, 27 set. 1898, p. 1.

⁴⁴ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 15 set. 1898, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 17 set. 1898, p. 14; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 17 set. 1898, p. 4; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 18 set. 1898, p. 6;

⁴⁵ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 02 set. 1898, p. 2.

⁴⁶ A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 15 set. 1898, p. 1.

Findada a temporada no Rio de Janeiro, no dia 24 de novembro de 1898, Amália Iracema seguiu com a *Companhia Sansone e Rotolli* para uma temporada de apresentações pela América do Sul, tendo cantado em Buenos Aires e em Montevideo onde foi primordialmente aplaudida e elogiada.⁴⁷ Em janeiro de 1899, Iracema rumou para seu estado natal, o Rio Grande do Sul, onde foi recebida com um “grande festival” em sua “honra”.⁴⁸ Adiante falaremos especificamente da carreira dela no Rio Grande do Sul e da relação com seu estado natal. Aqui, Iracema além de ter convivido um pouco mais com a família, também apresentou-se em festivais em Porto Alegre e demais cidades gaúchas, entre fevereiro e setembro de 1899 pela *Companhia Bernini*.⁴⁹

Em setembro daquele mesmo ano Amália Iracema rumou para São Paulo, onde foi acaloradamente recebida e aplaudida pelos concertos dados, conforme foi publicado na folha Correio Paulistano: “[...] foi, repetimos, uma das melhores noites do Salão Steinway. Felicitamos a nossa ilustre patrícia, e destas colunas fazemos votos sinceros pela sua felicidade de artista, conservando sempre a aureola de virtude que a circunda, para satisfação dos brasileiros e orgulhos dos seus colegas”.⁵⁰ Em seguida, acompanhada da mãe Ernestina Haensel, Amália Iracema partiu para uma excursão pelas principais cidades do país, da qual encontramos registro de apresentações suas em Juiz de Fora, Recife e Belém.⁵¹

No Pará, sua temporada no Teatro da Paz foi muito ansiada pelo público geral e pelos meios artísticos do local, de lá vieram as seguintes palavras:

E em noite de hoje que em sala de espetáculo do nosso teatro leva a efeito o seu primeiro concerto a talentosa artista brasileira Amália Iracema.

Nome altamente reputado no mundo artístico, a nossa formosa compatriota tem a felicidade de ver seu nome de há muito aureolado pelos inúmeros triunfos obtidos, quer no estrangeiro, quer no país cuja imprensa tem feito os mais justos e merecidos elogios aos seus primorosos dotes artísticos que a fazem festejada onde quer que ela se apresente, conquistando-lhe proeminentíssimo lugar nos domínios superiores da divina arte.

Quem, pois, como Amália Iracema vem precedida de tão grande renome, bem merece de nosso público a mais fidalga recepção a primeira vez que diante dele se apresenta, convicta do seu valor, que ade numa grande evidenciação triunfal de luz mostra-se

⁴⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 23 nov. 1898, p. 3; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 07 jan. 1899, p. 1; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 19 jan. 1899, p. 1.

⁴⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 11 jan. 1899, p. 1; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 12 jan. 1899, p. 1.

⁴⁹ PEQUENO JORNAL, Recife, 05 maio 1899, p. 1.

⁵⁰ CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 23 out. 1899, p. 2.

Outras publicações que divulgaram a temporada de Amália Iracema em São Paulo nessa época, podem ser encontradas em: JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 26 set. 1899, p. 2; A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 23 e 24 out. 1899, p. 3; A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 27 e 28 set. 1899, p. 3; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 09 out. 1899, p. 2.

⁵¹ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 31 out. 1899, p. 2; A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 14 e 15 nov. 1899, p. 3, PEQUENO JORNAL, Recife, 29 dez. 1899, p. 2.

hoje em o nosso teatro, por entre as ovações que irrecusavelmente lhe devem ser conferidas.⁵²

Quando encerrou suas apresentações nessa região, em meados de janeiro de 1900, Amália Iracema enviou ao periódico *A República* um cartão de despedida, agradecendo o carinho e a receptividade com que foi tratada tanto pela redação quanto pelo povo paraense. Comportamento que ela repetiu outras vezes em relação a outros locais por onde passou em sua carreira.

Na realidade, em todos esses locais o anúncio da chegada de Amália Iracema foi muito laureado, afinal àquela altura era um nome em voga no mundo artístico e vinha precedido de grande entusiasmo. Pela leitura das publicações na imprensa informativa de modo geral, identificamos que a carreira dessa cantora-atriz foi também muito comentada em impressos mais especializadas. Descobrimos que Iracema foi foco de algumas edições de pelo menos dois magazines sobre música e arte: *Letras e artes*, de Porto Alegre e *A imprensa musical e Revista Artística* de São Paulo. Como não encontramos essas edições para consulta, não sabemos o que se escreveu sobre nossa personagem nelas.

Até aqui foi possível perceber quão movimentada esteve a vida de Amália Iracema entre 1898 e 1900, uma vez que ela emendou inúmeras viagens pelo Brasil e América, apresentando-se em variados palcos e tendo contato com diversas culturas. Após esse período, ficou um pouco mais difícil rastrear os passos de Amália Iracema em sua carreira, uma vez que ela foi passar nova temporada na Europa. Enquanto esteve fora do país, as notícias sobre ela se escassearam, dificultando assim a delimitação de sua partida e de seu retorno. Ao que tudo indica, Amália Iracema embarcou para a Europa em março de 1901 e só retornou em agosto de 1906.⁵³ Nesse ínterim a única notícia que encontramos dela foi no jornal *A Federação* de Porto Alegre que comentou as apresentações da cantora em Milão, afirmando: “a festejada cantora rio-grandense Amália Iracema acaba de ser muito aplaudida em Milão, onde cantou o *Ry Blass*. Diversos

⁵² *A REPÚBLICA*, Pará, 25 jan. 1900, p. 1.

Outras publicações sobre a passagem de Amália Iracema no Pará podem ser encontradas em: *O PARÁ*, Pará, 11 jan. 1900, p. 3; 20 jan. 1900, p. 1; 23 fev. 1900, p. 2; *A REPÚBLICA*, Pará, 12 jan. 1900, p. 2; 21 jan. 1900, p. 1

⁵³ *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 09 mar. 1901, p. 2; 31 ago. 1906, p. 2.

Determinamos esse período com base em duas pequenas notas publicadas nas edições referenciadas acima, do jornal *A Federação*, que noticiaram respectivamente a partida de Amália Iracema para a Europa e o retorno ao Rio Grande do Sul. Como nesse ínterim, de 1901 a 1906, não encontramos vestígios da cantora no país, deduzimos que ela esteve durante esse tempo todo vivendo noutro local. Entretanto, por ser um período relativamente longo, não desconsideramos que Iracema tenha vindo ao Brasil antes de 1906, ainda que não profissionalmente, para visitar a família.

jornais milaneses publicaram seu retrato, acompanhando-o de lisonjeiras referências aos seus méritos.⁵⁴

Entre 1906 e 1907, Amália Iracema ficou estabelecida no Rio Grande do Sul, apresentando-se em recitais e festivais em Porto Alegre e demais cidades gaúchas. Em 1907, a cantora partiu, ao que tudo indica, para sua última viagem à Europa que teve curta duração, entre maio e junho do referido ano.⁵⁵ Quando retornou, iniciou a última excursão musical pelo país de que temos registro, a qual foi realizada em conjunto com a irmã Hedy Iracema. Hedwiges Haensel, a caçula da família, havia seguido os passos da irmã e, inclusive, assumido o mesmo nome artístico que ela na carreira musical. As duas apresentaram-se pelo menos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre aonde foram, segundo as notícias publicadas, muito aplaudidas. A relação de Amália e Hedy Iracema vamos explorar na sequência no trabalho.

As últimas apresentações internacionais de que temos registro de Amália Iracema ocorreram também em seguida, em meados de 1908, em Montevideo e Buenos Aires.⁵⁶ Depois desses registros, Amália Iracema anunciou por meio de uma nota no jornal A Federação, publicada em 29 de agosto de 1908, que havia fixado “definitivamente residência” na capital sul-rio-grandense.⁵⁷ Com isso, a cantora afastou-se dos teatros e dos palcos, mas não da música propriamente, pois a partir de então abriu uma aula de canto em sua residência, à rua da Ladeira em Porto Alegre.

4.2.3 Duas Iracemas

Hedwiges Haensel, ou Hedy Iracema como ficará conhecida no meio artístico, era quatorze anos mais jovem que a irmã Amália Haensel e certamente inspirou-se e influenciou-se na carreira e no sucesso dessa para ensejar a sua. O talento e a qualidade vocal das irmãs, por sua vez, explicavam-se pela *genética*, a imprensa recorrentemente evidenciava a “linda voz” e o “soprano” como características predominantes no canto das duas. Na imprensa, veiculou-se que “desde criança” Hedwiges Haensel “revelou grande predisposição para a arte do canto” e

⁵⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 04 abr. 1904, p. 1.

⁵⁵ Conforme foi publicado no dia 29 de maio de 1907 no jornal A Federação de Porto Alegre: “Teve hoje a gentileza de vir trazer nossa ilustre patricia cantora Amália Iracema, que segue amanhã para o Rio onde terá uma demora de dois meses, partindo em seguida para a Europa. Filha de uma estimada família, tendo se distinguido, desde muito jovem no seio do escol da culta sociedade artística de Porto Alegre, a nossa patricia aprimorou, Na Europa, os seus privilegiados dotes de cantora distinta ao lado do alto e fino trato cavalheiresco, de requintada delicadeza e cativante lhaneza” (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 29 maio. 1907, p. 1).

⁵⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 11 maio 1908, p. 3; 19 jun. 1908, p. 1; 16 jun. 1908, p. 3.

⁵⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 29 ago. 1908, p. 2.

que assim como a irmã buscou aperfeiçoar-se fora do Brasil, na Alemanha, onde cursou durante cinco anos o Conservatório da Colônia e deu início à sua carreira artística pelos teatros desse país.⁵⁸ Diferentemente de Amália Iracema que quando partiu a primeira vez para a Europa a estudo já havia feito algumas incursões na música e era conhecida no meio artístico local de Porto Alegre, Hedy Iracema partiu daqui no completo anonimato nesse sentido, dando início à sua experiência de fato na Alemanha. Certamente por isso, é que não encontramos registros sobre a irmã de Amália Iracema na imprensa brasileira anteriores a 1907 – ano em que Hedy retornou ao Brasil a fim de empreender uma carreira aqui.

Na Europa, Hedy Iracema tornou-se muito famosa, realizando incontáveis concertos nos meios da alta sociedade e, especialmente, nos eventos cortesãos pela Alemanha e demais regiões do continente. Numa publicação na imprensa carioca de 1920, sua trajetória internacional foi assim resumida:

Na Alemanha, para onde foi, logo depois de casada com Sr. Th. Brugelmann, Hedy Iracema fez-se ouvir, e tantos louvores mereceu, que decidiu seguir carreira teatral. Em pouco tempo, de êxito em êxito, chegou a obter o título de cantora da então Corte do Wurtemberg. Foi prima-dona da Opera de Stuttgart, sempre elogiada unanimemente pelos maiores críticos. De 1917 a 1921, como prima-dona da Opera de Viena, cantou as operas do seu repertório e marcou com um triunfo cada representação. Atualmente pertence à companhia da Grande Opera de Karlsruhe, outrora também teatro real.⁵⁹

Hedy Iracema também recebeu uma condecoração pela corte da Baviera, em 1912, onde e quando lhe foi conferida a “medalha de arte e ciência da Baviera”, considerada a “maior honra” que uma artista poderia receber.⁶⁰ No Brasil, temos conhecimento de algumas passagens de Hedy Iracema enquanto cantora, ou seja, realizando concertos e excursões musicais, as quais ocorreram no nos anos de 1907, 1914, 1920 e 1932.

Em 1907, podemos considerar que foi a apresentação de Hedwiges Haensel enquanto cantora aos meios artísticos musicais do Brasil – momento esse em que fez um amplo uso do capital artístico já acumulado pela irmã Amália Iracema aqui, começando pelo fato de que também adotou o “Iracema” como nome artístico. Logo que desembarcou no Brasil, Hedy Iracema, junto inclusive de Amália que passava àquela altura uma de suas temporadas na Europa, apresentou-se numa audição organizada exclusivamente para a imprensa fluminense, a qual repercutiu de forma muito positiva na capital federal – tal qual a irmã mais velha tinha

⁵⁸ O SÉCULO, Rio de Janeiro, 26 jun. 1907, p. 2.

⁵⁹ LEITURA PARA TODOS, Rio de Janeiro, 1920, p. 16.

⁶⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 10 jun. 1914, p. 2.

feito em 1898.⁶¹ Em seguida, entre julho e outubro daquele ano, as irmãs iniciaram juntas uma intensa excursão pelo país, tendo registrado passagem por inúmeras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre.

O sucesso de Amália Iracema certamente emprestou visibilidade aos concertos realizados com a irmã, os quais provocaram “interesse enorme” nas “rodas de arte” e atingiram enorme concorrência do público em geral.⁶² Abaixo, reproduzimos algumas das várias publicações que, além de repercutirem o sucesso dos concertos realizados pelas ditas cantoras, tanto na imprensa comum como na especializada, também evidenciaram Amália e Hedy Iracema em suas performances individuais:

São duas artistas de mérito superior.

Amália Iracema já se fez aqui aplaudir, recebendo a mais franca consagração, quer da crítica, quer do público, quando trabalhou em uma companhia lírica, da qual era uma das principais figuras.

Hedy Iracema, que nos vem laureada da velha Europa, onde cantou com sucesso, há dias deu uma audição à imprensa.

E os mais reputados críticos, presentes na casa Artur Napoleão, foram unânimes em reconhecer os eminentes dotes da cantora patricia.⁶³

Das ilustres cantoras Amália e Hedy Iracema não se pode dizer o que já não se tenha dito e redito na imprensa, em termos mais laudatórios possíveis.

Amália Iracema é uma artista consumada, cujo talento não precisa de adjetivos encomiásticos.

Hedy Iracema revelou-se uma artista fina, possuidora de boa escola e com todos os predicados para tornar-se dentro em breve uma cantora deveras notável.⁶⁴

Teve as proporções de um verdadeiro acontecimento artístico o concerto anteontem realizado pelas irmãs Amália e Hedy Iracema.

A primeira, artista de reputação firmada, por vezes laureada pelos aplausos do público carioca, não fez mais do que confirmar o retorno conquistado até nos grandes centros da Europa.

Hedy Iracema, que pela primeira vez se apresentava publicamente no Brasil, revelou-se a cantora que já conhecíamos, não só através da crítica estrangeira, como por uma audição particular, dada a imprensa no estabelecimento do comendador Artur Napoleão.

Possui ela todos os requisitos de uma artista de primeira ordem: voz bem impostada, maleável, vigorosa, extensa, dicção clara e correta, extraordinária expressão no frasear, emissão fácil e espontânea nos diferentes registros, tudo isso realçado ainda mais pela sua figura insinuante e elegantíssima.⁶⁵

⁶¹ A audição de Hedy Iracema à imprensa ocorreu na tarde do dia, na casa de música de Arthur Napoleão, localizada na Avenida Central do Rio de Janeiro (O SÉCULO, Rio de Janeiro, 26 jun. 1907, p. 2; REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, 14 jul. 1907, p. 15; O PAÍS, Rio de Janeiro, 26 jun. 1907, p. 4).

⁶² O PAÍS, Rio de Janeiro, 13 ago. 1907, p. 4.

⁶³ O SÉCULO, Rio de Janeiro, 08 jul. 1907, p. 2.

⁶⁴ A RENASCENÇA, Revista Mensal Ilustrada Letras, Ciências e artes, julho/ 1907, p. 42.

⁶⁵ O SÉCULO, Rio de Janeiro, 11 jul. 1907, p. 3.

Outras publicações que repercutiram os concertos das irmãs Iracema, em 1907, podem ser encontradas em:

A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 11 e 12 jul. 1907, p. 3; 10 e 11 ago. 1907, p. 4; 14 e 15 ago. 1907, p. 3; 22 e 23 ago. 1907, p. 3; 20 e 21 set. 1907, p. 1;

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 31 ago. 1907, p. 2; 16 set. 1907, p. 2; 30 set. 1907, p. 2; 01 out. 1907, p. 2; 03 out. 1907, p. 2; 05 out. 1907, p. 2; 16 out. 1907, p. 2; 26 out. 1907, p. 2.

É possível identificar que a experiência de uma e o entusiasmo pela estreia da outra, foram os pontos mais destacados pelos articulistas. Ainda que ambas fossem *laureadas* nos palcos europeus, diferente de Amália Iracema que já havia conquistado o público e a crítica brasileiros, Hedy Iracema ainda era uma revelação por aqui.

Mesmo retornando à sua carreira na Alemanha, Hedy Iracema não deixou mais de aparecer na imprensa brasileira que, volta e meia, passou a noticiar as apresentações da cantora no exterior, assim como a especular quando seria seu retorno ao país. Uma nova temporada em sua terra natal só ocorreu cerca de sete anos depois, em 1914, quando Hedy Iracema partiu da Alemanha acompanhada de “duas amigas”, para vir ver o seu “querido” Brasil.⁶⁶ Desta vez, com Amália Iracema já afastada dos palcos e sendo Hedy Iracema já conhecida e aclamada pelo público e crítica, ela pode *brilhar* de modo mais individual que da primeira vez. Entre os meses de abril e agosto de 1914, então, ela apresentou-se basicamente nos teatros do Rio de Janeiro e de São Paulo onde foi acaloradamente prestigiada, encerrando a temporada no Rio Grande do Sul. “A exímia cantora [...] recebeu entusiásticas e frenéticas palmas”;⁶⁷ “a sala achava-se completamente cheia, vendo entre a assistência grande numero de artistas musicais, professores, amadoras e exmas. Famílias da colônia alemã”⁶⁸; “o público não regateou aplausos à grande artista, crescendo o entusiasmo e multiplicando-se os chamados à cena depois de cada parte nova do programa”⁶⁹ – foram alguns trechos das inúmeras publicações que repercutiram essa segunda passagem de Hedy Iracema.⁷⁰

Logo que retornou à Alemanha em 1914, eclodiu a Primeira Guerra Mundial que se alastrando até 1918, dificultou o deslocamento de Hedy Iracema na própria Europa, bem como seu retorno ao Brasil. Além disso, dada a situação em que ficou a Alemanha nos anos finais desse conflito e mesmo nos anos posteriores, certamente não foram anos fáceis para ela enquanto cidadã e artista. Durante uma entrevista de Hedy Iracema a um articulista do jornal A Federação relatou sobre isso: [...] as terríveis condições de vida nos países posteriormente vencidos também pesaram sobre a nossa patricia, que, consoante nos disse ontem, há quatro anos não via um bocado de leite fresco ou de açúcar digno desse nome.”⁷¹ Diante desse contexto

⁶⁶ GAZETA DE NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 02 jun. 1914, p. 1.

⁶⁷ CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 10 jun. 1914, p. 1.

⁶⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 jun. 1914, p. 3.

⁶⁹ O IMPARCIAL: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 07 jun. 1914, p. 11.

⁷⁰ Outras publicações do tipo podem ser encontradas em: CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 27 maio 1914, p. 1; JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 23 maio 1914, p. 9; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 jun. 1914, p. 4; O SÉCULO, Rio de Janeiro, 04 jun. 1914, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 01 jun. 1914, p. 1.

⁷¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 10 ago. 1920, p. 4.

difícil, somente em 1920, Hedy Iracema pode retornar ao seu país, quando tirou uma “licença especial” da Ópera de Karlsruhe onde trabalhava na época.

Em sua temporada em 1920 no Brasil, a irmã de Amália Iracema foi considerada pelos círculos musicais daqui como “uma das melhores intérpretes do teatro de Wagner”.⁷² Inclusive, na mesma entrevista concedida ao Federação, Hedy Iracema foi perguntada se havia justamente se especializado na interpretação de certos autores em voga na época, caso de Wagner, respondeu o seguinte: “Não. Sou contra o processo chamado de especialização. Penso que o essencial é cantar bem o que é digno de ser cantado. Isto, aliás, não impede que eu tenha por Wagner, uma admiração imensa, infinita [...]”.⁷³ Nessa ocasião, nas apresentações executadas por Hedy Iracema ela protagonizou a inédita ópera intitulada “Iracema”, do maestro brasileiro Otaviano Gonçalves, certamente escrita em homenagem a própria intérprete.⁷⁴ Tais colocações expressaram-nos uma personalidade musical mais arrojada que Amália Iracema que transparecia tanto nas escolhas de repertórios, como na entonação da voz e performance no palco. Até porque, as óperas de Wagner não tinham naquela época muita aceitação pelo público brasileiro que não parecia se empenhar tanto em ouvir as composições do alemão (FERREIRA, 2017, p. 85).⁷⁵

Afora o sucesso e prestígio angariados pelas irmãs Iracema no Brasil e fora dele, ambas estiveram à mercê dos mesmos julgamentos e pressões sociais, oriundos das concepções sobre as mulheres e seus lugares sociais. De modo geral, percebemos que as irmãs Haensel conduziram suas vidas enquanto cantoras de forma um pouco distinta. Como vimos, Amália Iracema investiu e vivenciou o auge de sua carreira enquanto solteira, afastando-se dos palcos ao casar-se com Jacinto Ferrari; Hedy Iracema, por sua vez, somente dedicou-se à música de forma profissional após casar-se com Theodor Brugelmann e já tendo o filho Hermann Brugelmann, em 1899. Esses caminhos tão opostos que traçaram as irmãs Iracema despertaram, inclusive, interesse social, sendo analisados da seguinte forma na imprensa:

[...] Hão de lembrar quando Hedy esteve cá há tempos. Deu-nos concertos com Amália Iracema sua irmã; e muitos admiravam que nessa família privilegiada o casamento tivesse tido resultados tão diversos, Amália Iracema, depois de ser cantora mundial, aclamada na Rússia, na Alemanha, em Buenos Aires, foi para Porto Alegre,

⁷² JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 06 ago. 1920, p. 3.

⁷³ A FEDERAÇÃO, Rio de Janeiro, 10 ago. 1920, p. 4.

⁷⁴ A PROVÍNCIA, Pernambuco, 01 out. 1920, p. 3.

⁷⁵ De acordo com Liliana Carneiro Ferreira (2017), Wagner foi um compositor de óperas alemão, considerado por muitos estudiosos e contemporâneos como um reformador do gênero operístico. “[...] Sua forma de composição coadunava em grande medida com os preceitos ditos científicos, de uma música planejada, racional, em que a voz humana não se sobressaía ao conjunto musical, mas fazia parte desse conjunto, que devia ser homogêneo” (FERREIRA, 2017, p. 85).

seu torrão natal e se casando, apagou em pleno Zenith o sol da sua carreira. Hedy se casou para mais firmar a sua carreira. Seu marido, um banqueiro, é o seu mais devoto admirador. A razão dessa diferença dos efeitos do casamento na arte, vem da diversidade dos climas e principalmente dos costumes. A arte é na Europa uma coisa sempre acima das exigências da vida, mas é preciso estar na Alemanha, nesse povo disciplinado e melomano para ver o poder da música. Música na Alemanha é missa, é pão para boca, é diversão. A compreensão da música mais elevada está nos cérebros menos cultos da música, os intérpretes têm o respeito incondicional, a admiração patética em torno. Os grandes artistas são contratados por anos para as diversas operas, os príncipes confabulam com eles, é uma honra excepcional recebê-los num salão. Hedy Iracema, que é cantora oficial da opera de Stutgard, esposa de um homem de posição, vive nessa atmosfera. Se a opera fosse assim cá – evidentemente as nossas cantoras não abandonariam o palco, ao casar-se – porque lá cantar os grandes autores é, além do mais, uma função social elevadíssima.⁷⁶

Para o articulista da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, se para Amália Iracema o casamento significou seu afastamento dos palcos e uma desaceleração de sua carreira; para a irmã teria sido o extremo oposto. No trecho destacado, a argumentação para tal divergência repousou unicamente na questão espacial, no sentido de o ambiente alemão valorizar mais a música e, por consequência, suas artistas que o do Brasil. Além disso, também achamos importante considerar, ainda que superficialmente, também as próprias individualidades dos maridos das cantoras e as possíveis relações com suas *masculinidades*.⁷⁷

Mesmo tendo por base as poucas informações que dispomos sobre Jacinto Ferrari e Theodor Brugelmann, captadas em referências esparsas sobre eles na imprensa consultada, pudemos perceber que eram homens bem diferentes. O esposo de Amália Iracema era italiano, mas viveu no Brasil desde a infância, tendo trabalhado como fotógrafo em Porto Alegre durante toda a vida - profissão essa que aprendeu com o pai e que compartilhava com os irmãos (ETCHEVERRY, 2007, p. 83-84). O companheiro de Hedy Iracema, por outro lado, era alemão, membro do alto comércio – sua família era proprietária de uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão e posteriormente também se tornou banqueiro, recebeu instrução formal e constantemente viajava pela Europa e Brasil (BRÜGELMANN, 2021). Dessa forma, as distintas vivências, personalidades e formas de se relacionar com o “ser homem” certamente incidiram diretamente sobre essas diferentes formas de Ferrari e Brugelmann lidarem com as carreiras de suas respectivas esposas. Enquanto Brugelmann não viu a vida artística Hedy Iracema como uma ameaça à sua masculinidade, ainda que a posição hegemônica lhe dissesse o contrário; Ferrari encarou a carreira de Amália Iracema com mais resistência.

⁷⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 02 jun. 1914, p. 1.

⁷⁷ Entendemos que a masculinidade se refere às características construídas socialmente em torno dos homens e identificadas com o gênero masculino, tais como agressividade, dominação, insensibilidade etc. Sobre esse conceito, ver: ARILHA, UNBEHAUM, MEDRADO, 1998; CONNEL, 1995; MATOS, 2001; SCPUN, 2004.

Quando solteira, Amália Iracema prezava por manter sua reputação enquanto mulher no mundo artístico, de modo que sempre viajava acompanhada da mãe, evitando suscitar comentários sobre sua suposta *virgindade*. Aspectos esses que, inclusive, estiveram por trás das representações cristãs que se articularam em torno da figura da cantora e que a aproximaram da imagem de Virgem Maria. Muito diferentes foram as concepções veiculadas em torno de Hedy Iracema, as quais transmitiam a imagem de uma jovem mulher moderna, típica da Belle Époque europeia; foi casada, como artista de sucesso adquiriu sua independência financeira, viajava em suas turnês sozinha ou acompanhada de amigas. Encontramos várias fotografias de Hedy Iracema na imprensa nacional que reforçam essas características:

Figura 8 - Retrato de Hedy Iracema publicado na Revista da Semana (RJ)



Fonte: REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, 23 maio 1914, p. 8.⁷⁸

No geral, as fotografias de Hedy Iracema na imprensa eram deste tipo: dela caracterizada de suas personagens no teatro. Nesse sentido, dava-se seriedade ao trabalho dessa mulher,

⁷⁸ Nos anexos da tese inserimos a publicação completa sobre Hedy Iracema na Revista da Semana. Intitulada “Garganta de Ouro”, foi feita na ocasião da segunda temporada da cantora no Brasil, consta nessa edição outras fotografias suas e um texto laudatório enfatizando seus principais sucessos.

retratando-a enquanto uma profissional. Outro material importante que encontramos publicados na imprensa foram entrevistas, as quais citamos alguns trechos anteriormente e que representaram um espaço de fala maior para essa mulher, permitindo-a expressar pensamentos sobre sua arte e carreira.

Essas repercussões mais progressistas que cercaram Hedy Iracema devem ter relação com o fato dela ter passado a maior parte de sua vida efetivamente na Europa, vindo ao Brasil basicamente a trabalho, mantinha sua vida conjugal e demais comportamentos sociais longe da imprensa brasileira. Diferente da irmã que, depois de certo tempo, estabeleceu-se definitivamente no país, tendo uma vida pública numa sociedade que educava mulheres para uma vida familiar. Lembremos que muitas cantoras e atrizes brasileiras, como vimos ter sido o caso de Amália Iracema, tiveram suas habilidades e técnicas artísticas reduzidas a “dotes”, vistas como amadoras pelo público e crítica no geral. Assim como seus comportamentos e características físicas muitas vezes eram mais determinantes para a afirmação de suas carreiras que a qualidade de suas performances.

Os últimos registros que encontramos de Hedy Iracema apresentando-se no Brasil datam de 1932, sendo eles bem poucos. Na ocasião, noticiou o Diário de Notícias do Rio de Janeiro que a cantora, naquela época com 54 anos de idade, estava em Porto Alegre e que realizaria uma série de concertos no Rio Grande do Sul.⁷⁹ Depois disso, não encontramos mais informações desse tipo sobre Hedy Iracema. Pela ausência dela nos processos de inventários das irmãs Amália e Margarida Haensel, feitos respectivamente em 1937 e 1938, tendo sido representada por um procurador, é possível que tenha vivido seus últimos anos de vida na Europa, cujo falecimento ocorreu de forma súbita em 1941.

Por fim, observamos que na Alemanha há um crescente interesse pelo estudo e pela preservação da memória de Hedy Iracema, uma vez que encontramos alguns sites, publicações e artigos sobre ela na internet, originários desse país.⁸⁰ Situação que não se repetiu em relação à Amália Iracema, nossa personagem, sobre quem não encontramos nenhum material afim, originário da Alemanha ou mesmo brasileiro.

⁷⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 02 jun. 1932, p. 8.

⁸⁰ Chamou-nos a atenção, pela riqueza de informações, o site organizado pela bisneta de Hedy Iracema, Regine Brügelmann. Reunindo e organizando o acervo da família ela criou o site “Hedy Iracema-Brügelmann” [<https://www.iracema-brugelmann.de/>], onde consta muito material sobre a vida e carreira dessa cantora, como fotos, cartas e até áudios de suas apresentações. Entramos em contato com Regine Brügelmann que, de forma muito simpática, compartilhou conosco as informações e os documentos que possuía sobre Amália Iracema – os quais foram muito importantes para a construção deste subtítulo.

4.2.4 Uma cantora sul-rio-grandense

Conforme fomos assinalando até aqui, Amália Haensel nasceu e viveu no Rio Grande do Sul até os vinte e dois anos de idade, quando foi pela primeira vez à Alemanha aperfeiçoar-se enquanto cantora e atriz lírica. Doze anos depois, em 1898, ela retornou ao Brasil para ensejar sua carreira nacional e desde então, em meio às excursões musicais que fazia pelo país, passou algumas temporadas por aqui. Pelo que conseguimos aferir nas fontes consultadas, Amália Iracema esteve no Rio Grande do Sul entre os períodos de fevereiro de 1899 e agosto de 1901, e, entre outubro de 1906 e junho de 1907. Essa delimitação das passagens dessa gaúcha por seu estado está relacionada com a vida profissional dela, ou seja, com as vezes em que esteve trabalhando por aqui. Não significa, dessa forma, que Amália Haensel não tenha vindo noutros momentos para visitar familiares e amigos e descansar.

Na sua primeira temporada de apresentações no Rio Grande do Sul como cantora-atriz, ocorrida entre 1899 e 1901, Amália Iracema era contratada da Companhia Bernini. Primeiramente ela foi recebida com grande entusiasmo pela sociedade porto-alegrense, com um festival organizado no Teatro São Pedro em sua homenagem, tendo os ingressos esgotado em poucos dias. Na ocasião, a cantora-atriz interpretou “Meyerbeer, Gried, Luzzi, Ambroise Thomas, Alberto Nepomuceno e Araújo Viana”.⁸¹ Depois disso, Iracema estreou no sul do estado, apresentando-se nos teatros de Rio Grande, Pelotas e Bagé, cujas passagens foram marcadas por “triunfos, homenagens e festejos”.⁸²

Entre agosto de 1898 e agosto 1901, Amália Iracema protagonizou e participou de variados concertos e festivais em Porto Alegre, no Teatro São Pedro. Entre eles, destacamos o espetáculo em benefício do tenor Callconi,⁸³ e o concerto Garbini-Mouret de Sá.⁸⁴ Nas vésperas de partir para a Europa novamente, no início de 1901, Iracema participou de um baile oferecido em sua homenagem pela Condessa de Porto Alegre em sua residência e, assim, encerrou-se sua primeira temporada no estado.⁸⁵ Pouco tempo depois, em fevereiro de 1901, certamente como decorrência do sucesso dessa cantora sul-rio-grandense pelo Brasil e Europa,

⁸¹ CIDADE DO SALVADOR, Bahia, 16 fev. 1899, p. 1.

⁸² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 23 ago. 1899, p. 2.

Os registros de sua passagem por esses locais podem ser encontrados em: PEQUENO JORNAL, Recife, 22 jun. 1899, p. 1; A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 13 jul. 1899, p. 1; 11 ago. 1899, p. 1; 15 jul. 1899, p. 1; 24 jul. 1899, p. 1.

⁸³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 29 ago. 1899, p. 2.

⁸⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 10 jul. 1900, p. 2; 16 jul. 1900, p. 2.

⁸⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 jan. 1901, p. 1.

colocou-se um retrato de Amália Iracema, executado por Pulcheria Assunção, na sala Gomes Jardim que era destinadas às belas artes na capital.⁸⁶

A segunda vez em que Amália Iracema passou uma temporada de apresentações no Rio Grande do Sul teve uma duração mais curta, de apenas alguns meses entre 1906 e 1907. Da mesma forma que alguns anos antes, a cantora-atriz novamente apresentou-se em festivais e concerto no Teatro São Pedro,⁸⁷ bem como partiu em excursão pelo estado, tendo passado pelo menos por Rio Grande, Bagé, Pelotas e Santana do Livramento.⁸⁸

Em todas as circunstâncias em que esteve ou que permaneceu no Rio Grande do Sul, Amália Iracema utilizou de seu sucesso para contribuir com causas beneficentes por onde passou, como o fez em favor do Asilo de órfãos de Pelotas⁸⁹, da Sociedade Protetora da Infância e da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre.⁹⁰ Lembremos que, mesmo antes da carreira de cantora engrenar, ela havia atuado no abolicionismo, causa social mais importante da década de 1880. Na imprensa, o “espírito caritativo” de Iracema era sempre elogiado, os articulistas enfatizavam sua recorrente disposição de “proteger as iniciativas nobres” e de contribuir para “verdadeiras obras de altruísmo”.⁹¹ Da mesma forma, também ficou expresso durante suas estadias no Rio Grande do Sul a relação de Amália Iracema com a religiosidade católica. Afinal, foram inúmeras as festividades em que seu nome foi anunciado como atração, entre elas as solenidades do Divino Espírito Santo, missas em geral e demais eventos promovidos pelas irmandades cidadinas.⁹²

Afora essas questões mais pontuais sobre o que Amália Iracema fez e por onde se apresentou enquanto esteve em seu Estado natal, chamou-nos a atenção as relações estabelecidas entre essa cantora e a sociedade sul-rio-grandense e vice-versa. Um dos vestígios mais interessantes que encontramos foi um poema escrito em dedicação à Amália Iracema por Arnaldo Damasceno Vieira, o qual foi recitado no Rio de Janeiro, em meio as primeiras apresentações da cantora no Teatro Lírica, em setembro de 1898:

A Amália Iracema
Senhora! O sol do Gênio esplendido de vida,
De vida e de calor as almas arrebatas.

⁸⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 21 fev. 1901, p. 2.

⁸⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 31 ago. 1906, p. 2; 27 set. 1906, p. 2; 12 out. 1906, p. 1; 09 out. 1906, p. 2; 11 out. 1906, p. 1.

⁸⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 mar. 1907, p.2.

⁸⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 jul. 1899, p. 1; 24 jul. 1899, p. 1.

⁹⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 17 maio 1907, p. 2; 21 maio 1907, p. 1; 19 ago. 1924, p. 4; 18 dez. 1907, p. 2.

⁹¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 19 ago. 1924, p. 4.

⁹² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 maio 1900, p. 4; 09 maio 1907, p. 1; 18 maio 1907, p. 1; 26 dez. 1900, p. 2; 29 dez. 1906, p. 2; 01 jan. 1907, p. 2.

O entusiasmo se expande e louva de vencida
O próprio coração que em flores se desata.

E essas flores, Senhora, alçadas da guarida.
Mais íntima do seio, em pétalas de prata.
Muito brancas, da cor de uma ilusão florida,
Vão rolar-vos aos pés em rutila cascata.

Mas ainda ó muito pouco! Os vitoriosos louros.
Não bastam para erguer troféus imorredouro.

A quem a Glória, na arte, intrépida conquista.
Abri o Partenon que ufano vos encerra
- O Rio Grande do Sul, a nossa heroica terra,
Vem beijar-vos a fronte, extraordinária artista!⁹³

O poeta constatou o sucesso da autora, afirmando sê-lo merecido e motivo de orgulho para seu estado natal que a saudava, então, por meio daqueles versos. Notamos que em associação aos aspectos profissionais, indissociavelmente estava presente o aspecto de gênero, afinal, não esqueçamos que se tratava de uma mulher sul-rio-grandense. Não por acaso, nos versos do poema, aspectos entendidos como pertencente à feminilidade da época foram associados a ela, como as flores, por exemplo.

Sempre ao noticiar sobre Amália Iracema, em seus espetáculos pelo Brasil e fora dele, os articulistas sul-rio-grandenses reivindicavam para o estado o talento da cantora, referindo-se a ela quase sempre como: “nossa aplaudida patrícia”, “nossa ilustre cantora patrícia” e “ilustre rio-grandense”. O uso do pronome possessivo “nossa”, acompanhado por um adjetivo que sublinhava seu sucesso como cantora, foi a fórmula mais utilizada na imprensa local quando o assunto era Amália Iracema. Obviamente a postura íntegra que, como vimos anteriormente, Amália Iracema busca resguardar, pelo fato de ser uma mulher em posição de extrema visibilidade e estar constantemente sendo vigiada socialmente, foi determinante para que ela fosse vista de forma tão honrosa por seus conterrâneos. Ainda mais quando levando em conta à cultura sul-rio-grandense, onde os aspectos ligados à honra eram muito presentes. Não por acaso era chamada de “patrícia”, expressão que sublinha sua respeitabilidade enquanto mulher da alta sociedade.

Certamente Amália Iracema nutria bons sentimentos para com o seu estado, afinal é inegável que ela vivenciou muitos momentos ímpares no Rio Grande do Sul. Além de ter sido o lugar onde nasceu e cresceu, também foi onde ensaiou os primeiros passos como cantora de ópera, conheceu e se casou com Jacinto Ferrari, apresentou-se e foi aplaudida por incontáveis

⁹³ CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 12 set. 1898, p. 3.

vezes, bem como foi onde estabeleceu seu curso de música e passou os últimos dias de vida. Como vimos, ao menos levando em conta o que era divulgado na imprensa, a população gaúcha pareceu corresponder essa conterrânea, orgulhando-se da trajetória construída por ela e ofertando-lhe algumas homenagens. Menções honrosas na imprensa, retratos seus pendurados em salas governamentais sobre arte e dedicatórias por meio de poemas foram alguns dos exemplos que encontramos nesse sentido. Relembramos também que, como forma de perpetuar a memória de Amália Iracema em sua cidade natal, seu nome foi colocado numa rua localizada no atual Bairro Rubem Berta.

Foi aos quarenta e quatro anos de idade que Amália Iracema anunciou à imprensa que estava fixando residência definitiva em Porto Alegre e que iria dedicar-se à docência, ministrando aulas de canto para outras mulheres. Seu afastamento dos palcos pareceu ter sido definitivo, pois desde então não encontramos mais notícias que relatassem a ocorrência de apresentações suas como cantora – algo que, como viemos destacando, era recorrente não só na imprensa local, como na de outros estados. Além dessa mudança nos rumos de sua carreira artística, Amália Iracema também se casou, aos quarenta e sete anos de idade, com Jacinto Ferrari, em junho de 1910, numa cerimônia civil.

Jacinto Ferrari tinha quarenta e quatro anos quando se casou com Amália Iracema, ele era filho de Rafael Ferrari e Maria Antônia, católico e italiano, tendo vindo para o Brasil com nove anos de idade.⁹⁴ Em Porto Alegre, trabalhou como fotógrafo junto do irmão Carlos Ferrari, ambos aprenderam o ofício com o pai, herdando também o ateliê *Fotografia Ferrari & Irmão* montado por ele. Acreditamos que o afastamento da cantora dos teatros teve relação com seu casamento, podendo ter sido uma consequência dele. Diferente de quando iniciou sua trajetória como cantora, quando contou com o apoio e autorização do pai Frederico Haensel; especulamos que o mesmo não ocorreu em relação ao marido. É possível que Jacinto Ferrari não tenha aceitado que Amália Iracema seguisse apresentando-se pelos palcos do Brasil e Europa afora, forçando um redirecionamento em sua profissão. Como o trabalho de professora era mais afinado ao arquétipo esposa-dona de casa que aquele dos palcos, Amália Iracema pode ter visto aí uma alternativa pleiteada junto ao marido para não se afastar totalmente da música. Nessa linha, também podemos pensar que o próprio casamento dela com um fotógrafo pode ter sido uma opção por alguém que de certa forma também se relacionava com algum tipo de arte. Essa nova fase de sua vida refletiu-se na imprensa que, a partir de então, passou a se referir a ela como “Amália Ferrari”.

⁹⁴ APERS - 2º Juízo Distrital de Porto Alegre, Testamento. Testador: Jacinto Ferrari, testamentário: Antônio Leão da Costa Ferreira, nº 168, 1935.

Ministrando o curso de música para mulheres, a trajetória de Amália Ferrari também atraiu atenção e visibilidade, ainda que mais restritas ao âmbito local da capital. Muitas jovens das classes médias e abastadas foram atraídas às aulas da cantora cujo nome e sucesso haviam ultrapassado as fronteiras do estado e mesmo do país. Entre as alunas de Amália Ferrari, destacamos as filhas de Sofia Veloso, Maria de Lourdes e Alice Veloso, que de forma recreativa cantava música lírica em eventos e festividades citadinos. A professora também teve como discípulas nomes como de Idade Donth-Schwarz e Iracema Follador, que se destacaram como cantoras profissionais na capital, obtendo certo sucesso. Dessa forma, ainda que ela não mais pudesse/ quisesse brilhar nos palcos teatrais, Amália seguiu até o fim de seus dias auxiliando e incentivando outras jovens mulheres que decidiram trilhar caminhos semelhantes ao dela profissionalmente.

Apesar de não termos encontrado informações sobre como esse curso funcionava efetivamente, pudemos perceber que as estudantes de Amália Ferrari frequentemente eram convidadas a participar de concertos beneficentes na capital. Como no festival em favor das carmelitas, ocorrido em junho de 1922, no Teatro São Pedro, organizado por senhoras da alta sociedade, entre elas Carlinda Borges de Medeiros, esposa do então presidente do estado Borges de Medeiros. Na ocasião, as alunas de Iracema fizeram coro, acompanhando a orquestra, para o quadro Jesus de Nazareth que serviu de abertura ao dito evento.⁹⁵ Em 1924, por iniciativa da própria, a professora organizou uma audição com suas alunas em favor da construção da Maternidade junto à Santa Casa de Misericórdia. N' A Federação, os articulistas elogiaram o empenho de Amália Iracema a favor da caridade:

Como é justo, dado o fim altruístico desse festival e os reconhecidos dotes artísticos de d. Amália Ferrari, é certo que a nossa sociedade, sempre disposta a proteger as iniciativas nobres, há de recorrer, prazerosa no São Pedro, na tarde de 8 do mês vindouro.

E, fazendo-o, revelará, mais uma vez o nosso elevado espírito caritativo, retribuindo assim para uma verdadeira obra de altruísmo.⁹⁶

Nota-se, desde já, uma pronunciada e simpática expectativa para essa vespéral de arte, a qual, como é do domínio público, será realizada em benefício da projetada Maternidade junto à Santa Casa de Misericórdia.

Dada a fama de que goza entre nossa melhor sociedade a emérita cantora, é plenamente justificada essa expectativa, tanto mais que se trata de contribuir, ainda uma vez, para que se torne formosa a realidade a aspiração altruística de corações piedosos.⁹⁷

⁹⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 12 jun. 1922, p. 3.

⁹⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 29 ago. 1924, p. 4.

⁹⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30 ago. 1924, p. 2.

Notemos que, mesmo depois de anos afastada dos palcos, o talento e sucesso feito por Amália Iracema não foram esquecidos e naquele momento ainda incidiam sobre seu trabalho como professora. Além disso, aos olhos dos articulistas, Iracema teria passado a usar o reconhecimento existente em torno de seu talento para contribuir com causas sociais e altruísticas. Nos mesmo moldes que a audição em favor da maternidade, Amália Ferrari também organizou um concerto em benefício da creche de São Francisco de Assis, em 1928. Esse, contou com o patrocínio de senhoras da alta sociedade, como Darcy Sarmento Vargas, esposa do então presidente do estado, Getúlio Vargas.⁹⁸ Notemos, mais uma vez, o bom trânsito dessa senhora nos mais altos escalões da sociedade porto-alegrense, o que certamente servia para angariar ainda mais visibilidade para suas ações.

Mesmo contendo esses espetáculos um cunho caritativo, Amália Iracema Ferrari também os organizava como forma de expor seu trabalho como professora, afinal eram protagonizados por suas alunas e destinados a apresentá-las aos públicos especializado e geral. Um dos mais esperados e últimos de que se tem registro, foi o de 1931, sobre o qual se escreveu na imprensa: “Em vista do interesse que essa audição vem despertando em nossas rodas artísticas, a de se esperar que a mesma que é em benefício da Caixa do Centro Musical porto-alegrense, se revista de quando brilho e marque novos aplauso às alunas da consagrada professora patricia”.⁹⁹ Na década de 1930, o trabalho de Amália Ferrari alastrou-se para fora do espaço dos teatros, afinal, iniciava-se no país a *era* do rádio. Encontramos o registro de suas alunas transmitindo “uma hora de arte com um bom organizado programa de músicas finas” pela Rádio Guaíba, em meados de 1932.¹⁰⁰

No fim da década de 1920 e no início da de 1930, em meio às aulas de canto e a organização desses eventos musicais de caráter caritativo, Amália Ferrari teve duas perdas em sua vida: a mãe Ernestina Haensel¹⁰¹ e o marido Jacinto Ferrari que faleceram. Nessa época, ela passou a morar num prédio localizado na Rua Venâncio Aires, junto de sua irmã mais velha que também era viúva. Otília Haensel havia sido casada com Frederico Bahlcke, comerciante e proprietário do Hotel Brasil, com quem teve duas filhas: Irma e Amália.¹⁰² Diferente das irmãs

⁹⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 12 nov. 1928, p. 2; 20 nov. 1928, p. 3

⁹⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 22 ago. 1931, p. 4.

¹⁰⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 19 ago. 1932, p. 4.

¹⁰¹ N° A Federação publicou-se uma longa nota sobre o falecimento de Ernesta Haensel, a qual transcrevemos alguns trechos: “Faleceu na madrugada de hoje, vitimada por longa enfermidade, a venerada senhora dona Ernesta Hasslocher Haensel, viúva do sr. Frederico Haensel. A extinta, que contava a avançada idade de 83 anos, era muito estimada no dilatado círculo de suas relações, quer pelos seus dotes de espírito e coração, quer pelo seu gênio afável e comunicativo, causando a notícia de seu falecimento pesar no seio da sociedade porto-alegrense [...]” (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 08 jul. 1927, p. 3).

¹⁰² Otília Haensel foi, na verdade, a segunda esposa de Frederico Bahlcke que em 1893 ficou viúvo de Ida Bahlcke. Foram arrolados como bens do casal, no processo de inventário de Ida, o Hotel Brasil, situado na rua dos

Amália e Hedy, que seguiram carreira artística, Otília Haensel seguiu a *cartilha* determinada para mulheres naquela época: casou-se, teve filhos e cuidava da casa. Amália e Otília Haensel passaram os últimos anos de suas vidas compartilhando da rotina diária e, ao que tudo indica, eram bastante próximas. Não por acaso a filha mais nova de Otília Haensel recebeu o nome de Amália, certamente uma evidência da admiração e do afeto que nutria pela irmã.

Figura 9 - Retrato de Amália Iracema idosa



Fonte: DUARTE, Miguel Antônio de Oliveira: Faça chuva ou faça sol, fotógrafos em Porto Alegre 1849-1909, Porto Alegre, 2016.

Nossa protagonista Amália Iracema morreu subitamente em sua casa, vítima de uma hemorragia cerebral, aos setenta e dois anos de idade, na noite do dia vinte de dezembro de 1936. Não deixou testamento e no inventário de seus bens constou simplesmente que seu patrimônio correspondia ao arrolado no inventário do marido Jacinto Ferrari que ainda tramitava.¹⁰³ Não conseguimos, porém, localizar esse processo no APERS, ficando sem saber quais bens exatamente ela possuía. Por outro lado, pelo testamento de Ferrari, sabemos que Amália tinha pelo menos duas propriedades que por ele foram legadas: parte do prédio à rua

Andradas, nº 323, e a casa de moradia da família na rua General Camara nº 57 e seus respectivos móveis. Com a primeira esposa, Frederico Bahlcke teve três filhas: Ana (1877), Augusta (1878) e Marta (1880). (APERS - 2º Cartório de órfãos, Inventário post-mortem. Inventariada: Ida Bahlcke, inventariante: Frederico Bahlcke, nº 15, 1893).

¹⁰³ APERS - 1º Cartório do Civil e Comércio de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Amália Haensel Ferrari, inventariante: Otília Haensel Bahlcke, nº 896, 1937.

Venâncio Aires nº. 925, onde ela morava, e uma chácara na estrada da Cascata da Glória, n. 4462.¹⁰⁴ As propriedades foram herdadas pela irmã Hedy Haensel e os sobrinhos e sobrinhas, filhos dos irmãos já falecidos de Amália. A própria Otília Haensel, que também era herdeira e inventariante do patrimônio da irmã, faleceu poucos meses depois em decorrência de uma insuficiência cardiorrenal, em março de 1937, também no apartamento onde residia.

No atestado de óbito de Amália Iracema, anexado ao processo de inventário de seu patrimônio, chamou-nos atenção que ela foi identificada como “professora de canto” – sugerindo-nos que àquela altura da vida ainda exercia a profissão – e como “não eleitora”.¹⁰⁵ Até 1946 o voto só era obrigatório para aquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos, sendo facultativo para as demais. Tentamos imaginar por que uma mulher ainda ativa e apaixonada por seu trabalho, conhecedora de várias culturas, com bom domínio da cultura letrada e acostumada com o trânsito nos espaços públicos, como era Amália Iracema, não teve interesse em usufruir dessa conquista. Ainda que ela tivesse consciência sobre a condição feminina e a importância de se lutar por certas melhorias – lembremos que existiram obstáculos em sua trajetória enquanto cantora de teatro, os quais ela teve que lidar e resistir – o espaço da política institucionalizada era (e ainda é) muito masculinizado. Essa mentalidade machista que definiu política como “assunto de homem” impediu que muitas mulheres como Amália Iracema não fizessem uso de um direito conquistado, talvez por simplesmente pensarem que não eram capazes de utilizá-lo ou que eram estruturados de forma tão excludente para as mulheres que não valia a pena o esforço. Atualmente, essa perspectiva ainda prevalece, afinal, a presença e a ocupação dos espaços de poder por mulheres ainda são minoritárias no Brasil.

4.3 Carolina Koseritz

Carolina von Koseritz nasceu em 23 de outubro de 1865, em Porto Alegre, sendo a primogênita da família constituída por Carlos von Koseritz e Zeferina von Koseritz. Esse casal também gerou outras três descendentes, sendo elas Adelaíde Elisa Aurora von Koseritz (1868), Zelinda Lídia Esmeralda Conradina von Koseritz (1870) e Zeferina von Koseritz (1872). Quando nossa personagem nasceu, sua família havia se mudado há pouco tempo de Rio Grande para a capital, especificamente para uma propriedade localizada na Rua da Olaria – local em

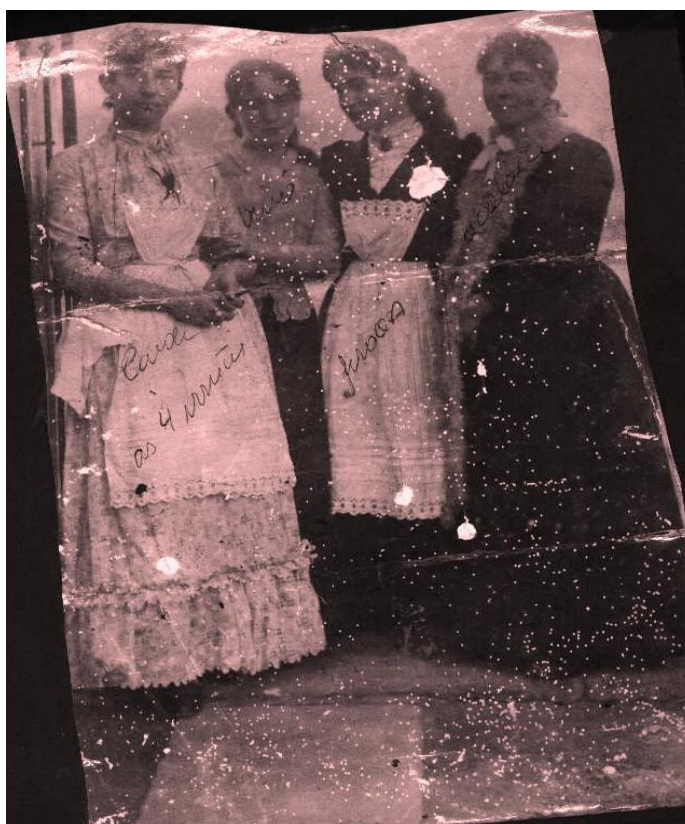
¹⁰⁴ APERS - 2º Juízo Distrital de Porto Alegre, Testamento. Testador: Jacinto Ferrari, testamentário: Antônio Leão da Costa Ferreira, nº 169, 1935.

¹⁰⁵ APERS - 1º Cartório do Civil e Comércio de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariada: Amália Haensel Ferrari, inventariante: Otília Haensel Bachlke, nº 896, 1937.

que a primogênita e as irmãs, então, cresceram. Não encontramos muitos vestígios da época de infância e do crescimento de Carolina Koseritz, sendo assim, buscamos nos apoiar em alguns dos estudos existentes sobre Carlos Koseritz,¹⁰⁶ bem como numa literatura produzida por descendentes dessa família – conforme apresentaremos melhor adiante.

Abaixo, segue uma fotografia de Carolina Koseritz (à esquerda) e suas três irmãs, possivelmente enquanto adolescentes:

Figura 10 - Retrato de Carolina, Adelaíde, Zelinda e Zeferina Koseritz adolescentes



Fonte: Acervo pessoal de Silvia Meirelles Käercher.

¹⁰⁶ Carlos von Koseritz era alemão, veio ao Brasil em 1851, como mercenário para atuar na Guerra dos Rosas, entretanto, logo deserdou e encaminhou sua trajetória para outra direção. Inicialmente, enfrentou bastante dificuldade, trabalhando como cozinheiro, jornaleiro e portuário nas localidades de Rio Grande e Pelotas, posteriormente, foi contratado como professor particular de piano e tropeiro. Em 1855, conheceu e casou-se com Zeferina Maria de Vasconcelos, filha de um estancieiro da região da campanha, com quem foi morar em Rio Grande. Desde então, Koseritz buscou inserir-se nos meios jornalísticos, estreitando contatos e alinhando suas primeiras publicações, as quais, recorrentemente polemizaram com as autoridades locais e resultaram em ataques morais e físicos a seu escritor. Fugindo das polêmicas que então o envolviam em Rio Grande, Koseritz e a esposa mudaram-se para Porto Alegre, onde logo depois nasceram as quatro filhas do casal. Foi na capital que esse homem articulou sua trajetória como intelectual, jornalista e político de forma mais contundente, contribuindo regularmente com publicações em diversos periódicos em língua alemã e portuguesa (KEIL, 2008; WIZENMANN, 2015).

Especulamos que Carolina Koseritz e as irmãs certamente receberam alguma instrução, não sabemos se em casa ou se frequentando alguma escola, mas que lhes garantiu ao menos conhecimentos básicos de alfabetização e matemática. Em especial, inferimos que elas tiveram especial contato com a cultura letrada germânica, obviamente por influência paterna que além da nacionalidade também era politicamente envolvido com os assuntos da imigração alemã da província. Um dos projetos defendidos por Carlos Koseritz, inclusive, enquanto deputado foi a de uma educação bilingue nas colônias.¹⁰⁷ Ao menos no que tange à Carolina Koseritz sabemos que aprendeu a falar e a escrever em alemão, dominando ao longo da vida todas as estruturas desse idioma. Além disso, é factível que a família também fosse assídua frequentadora dos salões da Sociedade Germânia e, no caso de Carolina Koseritz, quando mais moça, atuou na organização de bailes e demais eventos promovidos pela agremiação.

Conforme já mencionamos no primeiro capítulo, Carolina Koseritz e Amália Haensel eram possivelmente próximas, amigas. Tendo em vista que os pais delas tinham trajetórias muito parecidas – sendo os dois alemães vindo ao Brasil como soldados mercenários que, posteriormente, tornaram-se deputados provinciais e defensores dos interesses da imigração – suas famílias tenham estreitado laços e convivência. Além disso, as afinidades entre as jovens Koseritz e Haensel, especialmente no tocante às ambições profissionais das duas eram evidentes. Nutrindo ambições destoantes daquelas que as normativas da época impunham às mulheres – casamento e filhos – as duas devem ter desenvolvido uma amizade. Não temos evidências mais contundentes sobre a relação que Carolina e Amália podem ter desenvolvido além daquelas que já citamos anteriormente, quando falamos da atuação delas nos Anjos da Caridade e, especificamente, da contribuição de uma na tenda organizada pela outra na quermesse, ofertando objetos para a venda.

Como uma jovem senhora, pertencente a uma família de classe média e urbana, desde cedo Carolina Koseritz teve contato com diversas atividades culturais citadinas. Foi uma árdua frequentadora do Teatro São Pedro, onde tanto assistia os espetáculos que ali ocorriam, como acompanhava o pai nos encontros e eventos promovidos pelo Partenon Literário. Ali, eram organizados saraus que proporcionavam um ambiente no qual a música e a poesia eram componentes fundamentais, e as senhoras que deles participavam podiam mostrar suas habilidades artísticas. “As mulheres recitavam poesias, tocavam piano e faziam apresentações de canto, entretanto, ao mesmo tempo que serviam de exemplo umas às outras, reforçando o significado daquele papel social na sociedade brasileira do oitocentos, aumentavam seu próprio

¹⁰⁷ Em relação ao discurso sobre o português como segunda língua nas escolas da imigração alemã de Carlos Koseritz e outros políticos, ver: BREDEMEIER, 2010.

grau de educação” (SILVEIRA, 2016, p. 247). Outro entretenimento que certamente fazia parte das sociabilidades da família Koseritz e que, assim como já mencionamos em relação à outras mulheres pode ter contribuído para desenvolvimento de Carolina Koseritz como escritora é os salões. Em tais espaços, como nos saraus, ela tinha a oportunidade de fazer declamações e leituras em voz alta, tanto de obras renomadas como dos primeiros versos que escrevera.

Não podemos desconsiderar que ter crescido junto de um pai cujo trabalho era escrever, que certamente passava horas nesta atividade, assim como na de leitura, impactou na formação de Carolina Koseritz e no seu interesse pela literatura. Algo que somado à personalidade dela fez com que sua trajetória destoasse, inclusive, da das irmãs que, por sua vez, tornaram-se mulheres *do lar*, aproximando-se mais do exemplo da mãe Zeferina Barbosa.¹⁰⁸ Em alguns estudos sobre Carlos Koseritz assinala-se que ele e a filha mais velha eram de fato muito próximos, compartilhavam sobretudo o apreço pela literatura, tanto que ela teria exercido às vezes de secretaria do pai. Além disso, consta-nos que as primeiras publicações de Carolina Koseritz teriam ocorrido naturalmente no jornal Koseritz’ Deutsche Zeitung – produzido, mantido e dirigido pelo pai. Lembremos também que os dois atuaram juntos na campanha abolicionista, integrando lado a lado as comissões libertadoras, agenciando alforrias – evidência de que Carlos e Carolina Koseritz compartilhavam causas sociais em comum.

É importante destacar que observamos que Carlos Koseritz não ofereceu resistência às aspirações de sua primogênita em traçar uma carreira enquanto escritora, visto que naquela época quando uma jovem manifestava a intenção de ter uma ocupação deveria contar com a autorização do pai ou marido para tal. Sendo ele um intelectual que escreveu sobre vários assuntos de sua época, não podemos deixar de elucidar o que ele publicitou sobre o trabalho feminino:

Sua visão para o trabalho buscava também inserir a mulher em diferentes ocupações, já que, até então, ela se encontrava condenada às lides domésticas. Poderia ela investir em profissões que não exigissem grande força, e que não fossem de “natureza repugnante”, como a fotografia, a encadernação, a padaria, a tinturaria, trabalho de armador, de seringueiro, de escultura e muitas outras artes e profissões. Ainda outras

¹⁰⁸ A única das irmãs de Carolina Koseritz que conseguimos localizar nas fontes e extrair algumas informações foi a caçula Zeferina Koseritz. Nascida em 27 de janeiro de 1872 foi batizada na freguesia Madre de Deus. Aos dezoito anos de idade, ela entrou com pedido de emancipação com suprimento de idade, cujo objetivo especulamos ter sido o de casar-se (APERS - 1º Cartório do Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Processo judicial/emancipação. Requerente: Zeferina von Koseritz, nº 3343, 1890).

Sabemos também que Zeferina Koseritz foi a segunda esposa do advogado Antônio Carlos Pereira da Cunha, com quem teve uma única filha, chamada Laura que nasceu em 1907. Tendo falecido o companheiro em 1944, Zeferina tomou a posição de inventariante dos bens do casal, herdando um patrimônio pouco expressivo, composto por alguns prédios e terrenos em Porto Alegre. (APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariando: Antônio Carlos Pereira da Cunha, inventariante: Zeferina Koseritz Pereira da Cunha, nº 24, 1944).

tarefas rendosas, que em nada desdourariam a mulher poderiam ser exercidas pelo “sexo fraco”, entre ela, o comércio, a arte tipográfica e a revisão de textos. Que notassem os leitores, segundo Koseritz, que sua proposição nem chegava próxima à realidade inglesa e norte-americana, onde mulheres faziam carreiras de médico, de advogado, de juiz, de engenheiro e de teólogo. Não se sentia à vontade para propô-las, pois havia “nessas profissões incompatibilidade invencível com as qualidades essenciais da mulher; as outras, porém, lhe deviam ser acessíveis, e evitar-se-ia com isso muita miséria e muita vergonha. Por esse mesmo horizonte, Koseritz chegou a considerar que na instrução pública, somente professores do sexo masculino deveriam assumir a tarefa. Diria que incomum “seria a senhora, com respeito aos seus atributos de sexo fraco e gentil, que pudesse concorrer com professores distintíssimo”, formados pela Escola Normal. Era algo natural: uma senhora não teria a energia ao estudo de que pode servir o sexo viril (WEIZENMANN, 2015, p. 190-191).

Como um homem de sua época, o pai de Carolina Koseritz também entendia que as mulheres não poderiam exercer qualquer atividade profissional em razão das *limitações* atribuídas ao sexo feminino. Especialmente àquelas que exigiam maior profundidade intelectual, bem como responsabilidade social não pareciam ser adequadas às mulheres, de acordo com o entendimento de Carlos Koseritz. No caso do trabalho escolhido pela filha Carolina Koseritz, de escritora, como veremos adiante, em suma de contos e poesias, não pareceu ter sido um problema para esse homem. No geral, pareceu-nos que Carlos Koseritz inclusive incentivou a filha em sua escolha, afinal auxiliou-a desde cedo com as publicações dela em seus periódicos, bem como na publicação de seus primeiros livros.

A trajetória de Carolina Koseritz como mulher e escritora, bem como a próxima relação que estreitou com o pai, parecem ter se mantido vivas na memória das descendentes desta família. Afinal, foram aspectos que despertaram o interesse de Silvia Meirelles Käercher e Regina Gonçalves, duas trinetas de Carolina Koseritz que se dedicaram a produzir livros em homenagem a ela e seu pai. Silvia Käercher (2011) publicou uma biografia romanceada, onde explorou a vida de Carlos e Carolina Koseritz. Enquanto Regina Gonçalves (2010), elaborou uma narrativa fictícia onde narra uma entrevista de Carlos Koseritz, acompanhado da filha mais filha, com Dom Pedro II. Tanto Käercher como Gonçalves, utilizam-se de diversas fontes, bem como da tradição oral de seus familiares para compor suas escritas. Todavia, além de se tratar de duas produções literárias, são declaradamente parciais, sendo suas autoras, assumidas admiradoras de seus personagens. Por tais características, tivemos bastante cautela em nos apropriarmos das informações trazidas pelas duas trinetas de Carolina Koseritz como referência para nosso trabalho.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Especificamente em relação à Silvia Meirelles Käercher, identificamos também que ela mantém um blog sobre a família Koseritz, o chamado “Almanaque Koseritz”, no qual compartilha o resultado de suas pesquisas sobre seus antepassados. Entramos em contato com Silvia Käercher em 2018, no início do curso de doutorado, que, prontamente, compartilhou conosco variados documentos que possuía sobre Carolina Koseritz, como algumas cartas, fotografias e recortes de jornais. Tal material foi de extrema valia para a construção deste subtítulo.

No âmbito acadêmico, a pesquisadora Hilda Hübner Flores (1983) foi quem, assim como nos, interessou-se pela trajetória de Carolina Koseritz. Ela produziu um único artigo sobre essa mulher, no qual abordou aspectos de sua vida pessoal, com especial destaque à produção literária por meio de diversos documentos, como livros, jornais e de uma entrevista com Áurea Estela (filha de Carolina Koseritz). Hilda Flores (1983), chamou a atenção para a importante contribuição de Carolina Koseritz como escritora e tradutora aos leitores brasileiros, uma vez que seus trabalhos buscaram privilegiar a cultura germânica, contrariando o domínio cultural francês existente no século XIX. Tal trabalho foi de muita valia para a análise aqui feita, sendo, então, referenciado várias vezes nas páginas que seguem.

4.3.1 Tradutora, contista e escritora

Foi em meados de 1883, com cerca de dezenove anos de idade que Carolina Koseritz passou a inserir-se de modo mais intencional no campo literário. Utilizando-se do amplo conhecimento que tinha dos idiomas alemão e português, ela publicou uma tradução do poema *Réquiem*, escrito pelo suíço Fernando Schmidt, que utilizava o pseudônimo “Dranmor”. A repercussão deste primeiro trabalho foi bastante positiva entre os círculos letrados locais e nacionais, especialmente no Rio de Janeiro, de onde ecoaram críticas e comentários acerca da tradução feita pela jovem filha de Carlos von Koseritz. Da imprensa carioca, pudemos ler que a dita obra “foi recebida com gerais aplausos”,¹¹⁰ sendo sua tradutora felicitada pela realização de um “primoroso trabalho” que “subiu o grandioso talento do seu autor e o não menor da mimosa tradutora”.¹¹¹

O principal aspecto debatido em relação à versão em português feita por Carolina Koseritz de “*Réquiem*” foi o fato dela ter proporcionado ao público brasileiro a leitura de um poema cuja influência no mundo literário europeu havia sido “estrondosa”, o qual teria inovado e alargado os horizontes da poesia moderna.

O poeta Dranmor

Para os nossos leitores já não é desconhecida a existência de um notável poeta estrangeiro que reside entre nós e cujo trabalhos literários têm comovido profundamente o mundo literário, aqui e na sua pátria, e em toda a parte onde as belas letras merecem culto.

[...] A censura do nosso compatriota seria mais justa, se, na sua generalidade, abrangesse a falta lamentável do estudo da língua alemã, que nos priva, literária e cientificamente, do conhecimento de tantas coisas úteis e da apreciação de tantas

¹¹⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 02 abr. 1884, p. 1.

¹¹¹ O MERCANTIL, Rio de Janeiro, 06 ago. 1884, p. 1.

belezas, apenas percebidas nas traduções mais ou menos imperfeitas, com que na língua francesa são elas ordinariamente vulgarizadas.

[...] Bastou que o poeta, por meio das traduções do seu poema – Réquiem – uma para o francês, outra para o português, devida essa a uma gentil senhorita D. Carolina von Koseritz, se colocasse ao alcance, ou melhor, em contato com a inteligência brasileira, para que pudéssemos, nós aos poucos que com tais leituras nos deleitamos, aferir o quilate do gênio poético do Sr. F. Schmid Dranmor e desvanecermos-nos de que, fosse ao sol tropical da nossa terra e ao farfalhar da brisa sobre as nossas florestas seculares, que o estro do estrangeiro ilustra se ascende e que da sua alma irrompessem sonorosos os hinos que ele exalou, tão profundamente melódicos e tão profundamente melancólicos.¹¹²

Notamos que a intenção do articulista do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro não foi, obviamente, a de destacar o protagonismo e a importância do trabalho feito por Carolina Koseritz, mas sim a do autor do poema. Entretanto, ao elucidar o pouco contato que existia no Brasil com a literatura e a ciência alemã, a contribuição da tradutora no alastramento desses campos tornou-se evidente.

Poucos meses depois, em meados de 1884, entusiasmada pela boa repercussão do primeiro trabalho, Carolina Koseritz lançou outra tradução, desta vez vertendo em prosa o poema *Hermann e Dorotéia*, do escritor alemão Johann Wolfgang Goethe, pela editora Typ. De Gundlach & Cia. Desta vez, seu trabalho também chamou a atenção de periódicos mais especializados em literatura, caso da Gazeta Literária do Rio de Janeiro, onde foram escritas as seguintes linhas:

Não somos apologistas das traduções do verso para a prosa: por mais poética que esta ser possa e mais fiel ao original, a ideia não pode deixar de ressentir-se passando de um meio para o outro. Conhecíamos o poema por uma tradução francesa, também em prosa: não estamos por isso no caso de avaliar do mérito do trabalho da jovem, formosa e ilustrada tradutora em confronto com a sua fonte primitiva. Da obra, porém, em si mesma, isolada e absolutamente considerada, só nos é dado dizer que honra a autora pelo purismo da língua a que fica de ora em diante incorporado o poema do grande poeta alemão.¹¹³

Em praticamente todas as publicações que encontramos repercutindo a tradução de *Hermann e Dorotéia* por Carolina Koseritz, a adaptação do texto original, escrito em versos, para a prosa foi o principal aspecto analisado na imprensa. Como no trecho referenciado acima, no geral, os periodistas destacaram que tal adaptação não era apreciada pelo público leitor e pela crítica. Entretanto, a forma como a tradutora realizou seu trabalho os conquistou, sendo esse caracterizado como “simples, geralmente correto e puro” e “fiel ao original”¹¹⁴ –

¹¹² JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 15 out. 1885, p. 3.

¹¹³ GAZETA LITERÁRIA, Rio de Janeiro, 31 mar. 1884, p. 252-253.

¹¹⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 02 abr. 1884, p. 1.

características, por sua vez, essenciais para quando se traspõe um texto de um idioma para outro.

Tendo viajado com a família para o Rio de Janeiro entre abril e julho de 1883, pouco tempo antes de lançar seu primeiro livro, Carolina Koseritz teve a oportunidade de conhecer o mundo intelectual da capital e os movimentos contestatórios ao monopólio cultural francês que ocorriam naquela época. Especialmente advindo da Escola de Direito de Pernambuco, o germanismo começou a ganhar fôlego entre seus estudantes que buscaram reagir ao modismo da época, de que tudo o que era bom vinha da França; pregando, em contrapartida, a superioridade da cultura alemã (FLORES, 1983, p. 102). De mão dos conhecimentos da língua germânica e dessa tendência, Carolina Koseritz buscou tecer uma obra no mínimo inovadora para àquela época, uma vez que a aversão da crítica às traduções de verso para prosa parecia ser ainda mais contundente quando em relação à idiomas tão distantes, como são o português e o alemão.

Sendo uma jovem conhecedora do público em geral e especializado para os quais escrevia e por quem seria avaliada, é inegável a ousadia e a inovação dela ao propor uma tradução com aquelas ditas características. Não por acaso que sua versão de *Hermann e Dorotéia* foi considerada pelo jornal O Brasil como uma “exceção à regra”, sendo Carolina Koseritz considerada uma verdadeira promessa no campo da literatura:

Carolina Von Koseritz consinta que assim a trate camarariamente uma vez que nós achamos na república das letras; revela em suas traduções não só estudado conhecimento das duas línguas, a pátria e a paterna, como uma nascente estilo que com o tempo e prática a tornará uma das nossas mais insignes escritoras em prosa. A mútua aplicação e o cultivo dos dois idiomas hão de completar-se mutuamente para a formação de um dizer terso e elegante; a concisão teutônica dará a harmonia lusitana um tom cheio de viver e vivido colorido em que a jovem tradutora virá um dia a escrever páginas hauridas de sua própria inspiração como no bronze de rija tempera os artistas florentino burilaram essas esculturas imortais que nos assombram.¹¹⁵

No trecho acima, o articulista destacou que após o bom trabalho feito por Carolina Koseritz na tradução, o próximo passo seria o dela lançar obras autorais. Obviamente que àquela altura, certamente essa jovem já rascunhava suas próprias ideias no papel, talvez até fazendo pequenas publicações na imprensa local, de forma anônima ou com pseudônimos. Entretanto, especulamos que se lançar na literatura como tradutora foi entendida por ela como uma estratégia mais segura, uma vez que essa era uma atividade ainda não profissionalizada, o que tornava a crítica, por sua vez, menos exigente.

¹¹⁵ O BRASIL, Rio de Janeiro, 27 abr. 1884, p. 1.

Certamente esse estilo de tradução inusitado, lançado por Carolina Koseritz contribuiu para que *Hermann e Dorotéia* se tornasse um de seus trabalhos de maior repercussão nacional. Por outro lado, não podemos esquecer que se tratava de uma mulher e que isso sobrepesava sobre as visões e os comentários emitidos sobre ela na imprensa:

Tivemos ocasião de ler a versão, em prosa portuguesa, do poema Hermann e Dorotéia, do grande poeta alemão Goethe, *feita pela inteligente senhora* D. Carolina von Koseritz.

Perfeita conhecedora dos segredos das duas línguas, tão rivais, a sra. D. Carolina deu-nos uma tradução tão amena e tão bela como soe ser o original do inspirado poeta. Nós, brasileiros e portugueses, bem temos que nos orgulhar com este trabalho: - *além de tudo, por ser feito por uma mulher, que além dos elogios merecidos, precisa de animação e aplausos*. E nunca seremos nós a sonegá-los à mulher, onde, rara e timidamente, ela entra no campo da literatura.

Mil aplausos à D. Carolina von Koseritz.

Já conhecíamos a ilustre literata por sua versão do Réquiem, de Dramor.

Avante! Que é mister aparecer a mulher brasileira.¹¹⁶

Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção as características que foram atribuídas à tradutora, uma vez que elas destacaram aspectos intelectuais de Carolina Koseritz, como sua inteligência e o domínio dos idiomas alemão e português. Como vimos até então, em se tratando de mulheres no espaço público, geralmente os aspectos evidenciados eram os físicos, os comportamentais ou de personalidade que estivessem dentro dos ideais de feminilidade vigentes no contexto. Em segundo lugar, destacamos o entusiasmo do periodista do Campeão Lusitano ao elucidar o fato de se tratar de uma mulher na literatura. Naquela época, de fato existiam muitas barreiras ao desenvolvimento intelectual feminino, como a inferiorização da literatura que produziam, por exemplo. Além disso, muitas escritoras não foram legitimadas, pois temendo os julgamentos sociais, deixavam de assinar seus textos ou faziam uso de pseudônimos.

A publicação das duas referidas traduções, parecem ter sido suficientes para inserir Carolina von Koseritz nas rodas literárias, especialmente na do Rio Grande do Sul. Num artigo publicado em fevereiro de 1885, na Gazeta de Notícias, o nome da literata foi arrolado entre a mais alta intelectualidade da província:

[...] Tenho tido ocasião de observar quanto se acha adiantada esta província em matéria de ensino e grau a que chega a intelectualidade de seus habitantes, não sendo cousa de outro mundo encontrar-se não só entre os homens, como entre as senhoras, escritores e escritoras distintas, como as quais tive ocasião de conversar amiudadas vezes.

Pouco conhecidos, sem dúvida, são os poetas Zeferino Vieira e Damasceno, cujas produções são aqui muito apreciadas, notavelmente as traduções já impressas dos

¹¹⁶ CAMPEÃO LUSITANO, Rio de Janeiro, 26 abr. 1884, p. 3, grifos nossos.

poemas de Byron e Lamartine feiras pelo sr. Zeferino Vieira, que são muito apreciadas.

Entre as senhoras, ocupa lugar saliente a notável, gentil escritora e tradutora d. Carolina Von Koseritz, filha do laureado jornalista o sr. Carlos Koseritz, que tanto tem trabalhado em favor da colonização nesta província.

O resultado deste cabedal intelectual, tão desenvolvido e aproveitado na província, é a prova mais exuberante e cabal de que os rio-grandenses só consideram um povo grande e apto para compreender a sua missão, quando instruído. Daí a preponderância desta província sobre todas as outras do sul do império.¹¹⁷

O tom do articulista, que por sua vez não assinou o texto, é de destacar a suposta superioridade do Rio Grande do Sul no âmbito intelectual em comparação com outras regiões. De acordo com a visão dele, Carolina Koseritz ocupava àquela altura, ainda que com apenas duas traduções publicadas, um lugar de destaque entre as senhoras escritoras da capital. Sabemos que além dela, o Rio Grande do Sul foi o berço de tantas outras que, por meio da escrita, criticaram o lugar da mulher na sociedade, defenderam suas ideias e posicionaram-se politicamente, são exemplos disso: Maria Clemência Sampaio, Delfina Benigna da Cunha, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas e Maria Josefa Barreto.¹¹⁸ Não podemos esquecer que Carolina Koseritz ficou famosa por traduzir poemas de grandes poetas internacionais, o que era considerado um tipo de intelectualidade compatível aos ideais de feminilidade da época, talvez por isso tenha sido a única elegida como exemplo pelo autor do trecho acima.

Nessa linha, é importante considerarmos as influências positiva e negativa que a reconhecida e polêmica trajetória do pai incidiu sobre o trabalho de Carolina Koseritz enquanto escritora de modo geral. Em primeiro lugar, observamos que inúmeras vezes ela sequer foi identificada pelo próprio nome, o qual era substituído pela alcunha de “a filha de Carlos von Koseritz”. Por um lado, isso conferia maior visibilidade ao trabalho dela, afinal o nome do pai era bem-quisto no âmbito literário nacional; entretanto, ao mesmo tempo, ofuscava o protagonismo e os méritos da própria Carolina. Em segundo lugar, os desafetos políticos de Carlos Koseritz fomentaram dúvidas quanto à autoria das traduções feitas por Carolina Koseritz, levantando questionamentos sobre a capacidade intelectual da jovem. Hans von Frankenberg, que era também deputado provincial, por exemplo, escreveu em 1884, no jornal *Deutsche Zeitung*, que a filha de Carlos Koseritz não teria capacidade para fazer a tradução *goetheana*, tendo sido feita pelo próprio por vaidade pessoal (FLORES, 1983, p. 103).

¹¹⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 14 fev. 1885, p. 1-2, grifos nossos.

¹¹⁸ Essas mulheres viveram e escreveram na primeira metade do século XIX, inseridas nos contextos de guerras e revoluções que assolaram o Rio Grande do Sul nessa época. Ao estudá-las, Zahidé Lupinacci Muzart (1996), identificou-as como “mulheres de faca na bota”, uma vez que através de sua pena, desenvolveram poesias, poemas e demais gêneros literários com conotação política. Algumas, inclusive, chegaram a debater ideias sobre a mulher e seus direitos, de liberdade, de voto e participação política e à palavra.

Não podemos deixar de evidenciar o importante papel que Carolina Koseritz desempenhou com suas traduções, especialmente pelo fato delas terem sido feitas do alemão para o português. No século XIX, o espaço cultural do Ocidente era essencialmente dominado pela França, assim, no campo literário a língua francesa era a predominante, tanto das composições como das traduções feitas. Dessa forma, ao introduzir nos círculos letrados brasileiros obras originalmente produzidas em alemão, Carolina Koseritz contribuiu para a promoção dessa literatura estrangeira por aqui e, por consequência, lançando novas perspectivas ao horizonte literário.

Mesmo em vida, a contribuição de Carolina Koseritz no alargamento do contato cultural brasileiro foi reconhecida por alguns de seus contemporâneos. Como ocorreu no jornal Rio-Post, onde afirmou-se que o valor das traduções feitas pela jovem não tinha sido devidamente valorizado, uma vez que elas ofereceram “[...] aos falantes de português uma contribuição para o autoaperfeiçoamento intelectual, ao mesmo tempo que permitiu a quem não conhecia outra língua um estudo de obras clássicas”.¹¹⁹ Também é necessário destacar que não eram muitas as mulheres que se dedicavam ao trabalho de tradução, sendo ainda mais incomum aquelas que faziam de idiomas que não o francês.¹²⁰ Como vimos, o amplo domínio de Carolina Koseritz da língua alemã relacionava-se especialmente à nacionalidade do pai e, assim, do amplo contato que procurou manter com o dito idioma.

Também identificamos Carolina Koseritz realizando traduções do inglês para o português. Publicado pela casa editora Carlos Pinto de C., em 1887, a “distinta e inteligente escritora rio-grandense” lançou sua versão novamente em prosa de *Manfredo, Mazeppa e Oscar d’Alva*, cujo autor era Lord Byron.¹²¹ Ainda que não tenhamos encontrado uma significativa repercussão na imprensa desse trabalho, como ocorreu em relação às traduções anteriores, por meio de sua existência pudemos concluir que Carolina Koseritz era poliglota, pois além do idioma nativo, também dominava o alemão, o francês e o inglês.

¹¹⁹ RIO-POST, Rio de Janeiro, 14 ago. 1886, p. 4, tradução nossa.

¹²⁰ Maria Eduarda dos Santos Alencar (2017), realizou um levantamento sobre tradutoras brasileiras dos séculos XIX e XX, por meio de pesquisa em bibliotecas, internet e diversas fontes. Essa pesquisadora localizou 32 tradutoras e 91 obras traduzidas publicadas por essas profissionais que nasceram e atuaram no oitocentos, salientando que possivelmente este número seja maior, uma vez que recorrentemente as mulheres utilizavam pseudônimos masculinos, assinando com iniciais, siglas ou sem assinatura (ALENCAR, 2017, p. 6). Outro aspecto levantado por Maria Luiza Alencar foi a dominação da cultura francesa nessas traduções, bem como a prevalência da tradução de obras escritas por homens, sendo 56 de autoria masculina e apenas 18 de autoria feminina. Em relação ao século XX, os dados obtidos por essa pesquisadora foram mais significativos, o que teria ocorrido pelo desenvolvimento do movimento feminista que propiciou um espaço maior à mulher na literatura.

¹²¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 jun. 1887, p. 4.

Lembremos que bem no ano de lançamento de *Hermann e Doroteia*, em 1884, Carolina Koseritz engajou-se no movimento abolicionista, integrando o núcleo feminino do Centro Abolicionista. De acordo com as memórias familiares de Silvia Käercher (2011) e Regina Gonçalves (2010) sua trisavó teria doado tudo o que ganhara com os dois trabalhos literários publicados até então à causa dos escravizados, para a compra de alforrias. Em nosso levantamento sobre a performance de Carolina Koseritz no abolicionismo não encontramos vestígios disso. Entretanto, sabemos que ela foi responsável por agenciar um número significativo de alforrias nas campanhas de rua, assim como arrecadou uma quantia na organização da tenda Rio Grande do Sul na quermesse promovida pelos Anjos da Caridade.

Ainda conforme estudamos no primeiro capítulo, as habilidades de escrita dessa jovem foram utilizadas por ela em prol da causa pela qual combatia nos Anjos da Caridade. Em específico, retomamos que Carolina Koseritz escreveu um texto conclamando as mulheres do Rio Grande do Sul a lutarem contra a escravidão – o qual teve uma ampla circulação na imprensa porto-alegrense. Com isso, especulamos que Carolina Koseritz também escrevia textos de cunho mais político e que quando publicados na imprensa, nem sempre vinham com sua autoria identificada, podendo fazer uso de pseudônimos ou mesmo do anonimato. Consta-nos, inclusive, que ela teria defendido dessa forma seu pai, contra os detratores que o prenderam após a instalação da República (GONÇALVES, ROSA, 2010, p. 359).¹²² Todavia, não conseguimos encontrar nas pesquisas documentais esse tipo de vestígios de nossa personagem histórica.

A partir de 1886, as traduções parecem ter ficado um pouco de lado na produção literária de Carolina Koseritz, na qual os textos autorais ganharam maior destaque, especialmente contos, poesias e crônicas que foram, em suma, publicados na imprensa local e nacional. Especula-se que esse teria sido um dos anos de maior produtividade da literata, o que teria sido motivada como forma de compensar a ausência do pai, que viajara à Europa durante aproximadamente seis meses para visitar a mãe e familiares (FLORES, 1983, p. 105). Os principais títulos que se atribui à autoria de Carolina Koseritz são “A vingança das flores”, “Flor fenecida”, “O leito nupcial”, “Uma dor de cabeça”, “A freira”, “Risos e sorriso”, “Antigualhas” e “Episódios obscuro” (GONÇALVES, ROSA, 2010, p. 358). Diante da limitação das fontes, principalmente em decorrência dos poucos exemplares de impressos disponíveis para a

¹²² A prisão de Carlos von Koseritz foi de caráter político, pois tendo sido ele um representante do Partido Liberal, acabou na mira do Partido Republicano Rio-grandense que, àquela altura, instalava-se no poder do Rio Grande do Sul e empreendia perseguições e atentados a seus opositores. Koseritz foi detido em 14 de maio de 1890, enquanto almoçava com a família na Chácara das Pedras Brancas, propriedade de José Vicente da Silva Teles, onde havia buscado refúgio temporariamente (PIASSINI, 2017, p. 181).

pesquisa dessa época, só nos foi possível travar a leitura de um desses textos, “A vingança das flores”, publicado em 1886 no Jornal do Comércio de Porto Alegre, o qual transcrevemos integralmente nos anexos deste trabalho.

Talvez o vestígio mais interessante que encontramos de Carolina Koseritz tenha sido um conto de sua autoria, publicado em 1889, no periódico *A Família*, do Rio de Janeiro. De antemão, devemos destacar que tal veículo de imprensa era dirigido e produzido por mulheres, muitas delas professoras, e o teor das publicações eram essencialmente feministas. Das páginas do jornal *A Família*, desprenderam-se artigos, traduções, contos e poemas cujo assunto era a mulher, seu papel social e sua busca por direitos.¹²³ Entre os principais temas debatidos ali sobre a mulher, destacamos o sufrágio, a participação no mercado de trabalho e na contribuição das finanças do lar, a educação etc. (OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, especulamos que se Carolina Koseritz chegou a colaborar com o jornal por meio de sua escrita, provavelmente ela também era uma de suas leitoras e consumia o conteúdo ali divulgado. Pela falta de maiores vestígios, ficou difícil precisar o grau de envolvimento dessa senhora com o movimento feminista da época, até porque encontramos somente um texto assinado por ela n’ *A Família*.

O conto propriamente escrito por Carolina Koseritz que foi, então, publicado no dito jornal, intitulava-se *Ao luar*. Nele, a literata narrou um diálogo entre rosas de um jardim, conforme já assinalamos, o estabelecimento de relações entre elementos da natureza e o feminino foi um dos traços mais marcantes de sua produção literária. Apesar de constar nos anexos o texto de “Ao luar” na íntegra, reproduzimos aqui um trecho que nos chamou atenção:

[...] Elas as simples e modestas rosas silvestres em nada se pareciam com as suas aristocráticas irmãs que com tanto orgulho se ostentam nos jardins e rivalizam entre si, querendo cada qual ser a mais bela, almejando como suprema felicidade a escolha de algum noivo para serem oferecidas como mensageiras de amor; ou então ornarem a frente de alguma donzela, emprestando-lhe por algumas horas o seu brilho. Não! Seus sonhos eram outros e não se pareciam com as da altiva Guanabara, da graciosa rosa Chá ou as rubra Senateur Réveil. A lua cada vez se tornava mais clara e seus pálidos raios espalhavam-se em profusão sobre a terra.¹²⁴

¹²³ O jornal *A Família* foi fundado pela professora Josefina Álvares de Azevedo em São Paulo, no ano de 1888. Após um ano de existência, passou a ser produzido e a circular no Rio de Janeiro, onde sua proprietária acreditava que seu conteúdo, essencialmente feminista, teria maior aceitação. No comando d’ *A Família*, Josefina Álvares conseguiu montar uma rede de colaboradoras vinda de várias partes do país, mesmo enfrentando sérias dificuldades econômicas para manter seu impresso em circulação até 1898. Ao estudar o jornal e sua fundadora, Karine da Rocha Oliveira (2009, p. 70), enfatizou que nas páginas desse impresso ficaram gravadas as lutas das primeiras feministas no Brasil, suas conquistas, debates e obstáculos, tendo suas colaboradoras emprestado grande contribuição para as gerações posteriores de escritoras terem mais liberdade de expressão e acesso à cultura. Ver trabalho completo dessa historiadora: OLIVEIRA, 2009.

¹²⁴ *A FAMÍLIA*, Rio de Janeiro, 09 nov. 1889, p. 3-4.

Notemos que a rosa protagonista da história tinha *sonhos* diferentes das três irmãs (Guanabara, Chá e Senateur Réveil) que, então, buscavam a *felicidade no amor*. De modo amplo, pareceu-nos que, por meio dessa narrativa, Carolina Koseritz exprimiu uma verdadeira crítica ao casamento e, especialmente, deste ser encarado como o principal *objetivo* na vida das mulheres daquela época. Estando, assim, alinhada aos princípios promulgados pelo periódico A Família, tecendo críticas ao lugar predestinado às mulheres naquela época e consequentemente defendendo suas atuações noutros espaços que não unicamente o familiar.

Além disso, foi impossível não estabelecer uma relação clara de *Ao luar* com os dilemas que Carolina Koseritz possivelmente enfrentava naquela época: a pressão e os julgamentos sobre uma mulher de vinte e cinco anos que não tinha a perspectiva de casar e constituir família. Afinal, diferente de suas três irmãs – Adelaíde, Zelinda e Zeferina – ela foi a única que trilhou um caminho profissional, as demais tornaram-se senhoras de prendas domésticas. Conforme veremos adiante, Carolina Koseritz acabou casando-se posteriormente, em 1892 – escolha que lhe causou muitas frustrações.

Geralmente quando escrevia textos mais enfáticos, abordando problemáticas sociais da época, Carolina Koseritz optava por utilizar pseudônimos, sendo “Walquiria Carstonez” um dos nomes já atribuídos a ela (FLORES, 1893, p. 105). Dessa forma, a escritora fugia dos julgamentos sociais e, ao mesmo tempo, resguardava o nome de Carolina Koseritz que, como vimos, era elogiado por sua contribuição à literatura.

Na fotografia abaixo, que nos foi gentilmente cedida por Silvia Käercher, observamos Carolina Koseritz ou “Carola”, forma como era chamada por seus familiares. Pelas feições joviais de nossa personagem histórica, especulamos que o retrato tenha sido feito entre as décadas de 1890 e 1900, justamente no auge de sua carreira literária.

Figura 11 - Fotografia de Carolina Koseritz jovem



Fonte: Acervo pessoal de Silvia Käercher.

Consideramos até aqui como o auge da carreira de Carolina Koseritz, porque após a publicação de “Ao luar”, em 1889, não encontramos mais nenhum vestígio sobre ela e, especialmente sobre sua produção literária, na imprensa. O que, por sua vez, acreditamos ter tido relação com as mudanças significativas ocorridas em sua vida – a morte do pai, em 1890, e o casamento com Rodolfo Brasil, em 1892 – que estudaremos na próxima seção.

Ainda que não tenhamos entrado em contato com eles, Hilda Flores (1983) rastreou mais três contos publicados da autora, datados de 1919, sendo eles:

Episódio Obscuro, editado no número especial para o 5º aniversário da Revista “Kodak”, em 02.08.1919, e que se refere a um ato de heroísmo ocorrido durante a Guerra dos Farrapos, na qual lutou um ancestral seu; Risos e Socorridos e Antigualhas foram publicados na Revista “Norte-Sul”, edição da Globo. No primeiro Carolina analisa a variada gama de sentimento humanos escondidos atrás de um sorriso; Antigualhas encerra reminiscências do sofrimento que a vida lhe reservou. Há informação de que tenha traduzido “Os últimos Moicanos”, cuja adaptação para televisão teria sido levada ao ar na década de 1960 (FLORES, 1893, p. 108).

Enfim, reafirmamos a inegável contribuição de Carolina Koseritz à literatura, seja como tradutora de obras clássicas, na difusão da literatura alemã no Brasil; seja como autora – produção que lhe rendeu, inclusive, uma posição na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, como patrona da cadeira nº 15, após sua morte em 1922. Todavia, salientamos

o uso feito da escrita por essa mulher, como forma dela marcar sua posição no mundo público, de expressar seus sentimentos, angústias, opiniões e posicionamentos políticos.

4.3.2 Da vida conjugal e seus dilemas

No início de agosto de 1892, a imprensa local noticiou o casamento de Carolina von Koseritz com Rodolfo Brasil.¹²⁵ A mãe Zeferina Barbosa certamente trabalhou bastante para que essa união ocorresse, ainda mais na condição de viúva e enfrentando dificuldades econômicas após a morte do marido, viu no casamento uma forma de ver a filha amparada. Afinal, lembremos que para Carolina Koseritz o casamento significaria renunciar a muitos sonhos que ela ainda gostaria de realizar, não sendo algo que ela aspirasse até então. Consta que Rodolfo conheceu Carolina por meio de seus trabalhos publicados e que os dois namoraram por correspondência durante alguns anos. Ele era cearense e militar, chegou a ocupar o posto de coronel, bem como exerceu a profissão de engenheiro militar (FLORES, 1983, p. 106-107).

Carolina Koseritz e Rodolfo Brasil, em virtude da profissão dele, viveram em algumas regiões do país, como Porto Alegre, Rio Grande e no Rio de Janeiro. Ainda que não tenhamos rastreado na imprensa disponível para pesquisa, especulamos que Carolina Koseritz tenha feito algumas publicações nos jornais locais dessas regiões por onde passou e residiu por algum tempo. Do casamento com Rodolfo Brasil, nasceram dois filhos, sendo o primeiro chamado Carlos – nome do avô a quem certamente Carolina Koseritz quis homenagear; e o segundo chamado João.

Esse casamento teve curta duração, uma vez que Carolina Koseritz, infeliz em sua vida com Rodolfo Brasil, abandonou-o no Rio de Janeiro e voltou para Porto Alegre com os filhos Carlos e João (FLORES, 1983). Importante destacar que os dois seguiram legalmente casados até o final de suas vidas, uma vez que nenhum deles solicitou o desquite que, àquela altura, era uma opção disponível. Além disso, no próprio testamento de Carolina Koseritz, datado de julho de 1909, ela declarou-se ainda como casada com Rodolfo Brasil. Não sabemos ao certo os motivos que levaram essa mulher à decisão de não viver mais com o esposo e, ao mesmo tempo, a de enfrentar os pesados julgamentos sociais que recaíram sobre ela no imediato rompimento do laço matrimonial.

Pouco tempo depois de abandonar Rodolfo Brasil, em meados de 1904, Carolina Koseritz iniciou um novo relacionamento, com o militar e jornalista Mário Teixeira de Sá.

¹²⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 09 ago. 1892, p. 1.

Podemos imaginar quantos ataques morais ela deve ter sofrido, afinal, além de abandonar o marido passou a viver em concubinato com esse outro homem. A situação de Mário de Sá era semelhante à de Carolina Koseritz, uma vez que ele era oficialmente casado com Damiana Vale de Sá, com quem teve uma filha, Dilá Vale de Sá. Pelo que averiguamos na documentação consultada, o abandono da família por Mário de Sá ocorreu em meados de 1899, isto é, anos antes de se unir à Carolina Koseritz.¹²⁶

Do relacionamento de Carolina Koseritz e Mário Teixeira, parecem ter nascido quatro descendentes: Estélio, Áurea Estela, Isis e Célio. Estélio faleceu tendo pouco tempo de vida, em 1905, vitimado por uma infecção viral conhecida por crupe.¹²⁷ Áurea Estela, por sua vez, nasceu em 27 fevereiro de 1906, em Porto Alegre, as informações que levantamos sobre ela serão explanadas adiante. Isis e Célio, que eram gêmeos, da mesma forma morreram precocemente, em 1908, ambos por complicações de colite.¹²⁸ Como aos olhos da lei esses filhos eram considerados ilegítimos, por terem sido fruto de um concubinato, ficou difícil rastrear maiores informações sobre os nascimentos e óbitos desses indivíduos.

Em suas disposições testamentárias, Carolina Koseritz identificou apenas Carlos e João como seus filhos legítimos, negando a maternidade de Áurea Estela ao atribuir-lhe outro papel:

Declaro viver em minha companhia a menor Áurea Estela com três anos de idade, filiação ignorada, mas que eu e meus filhos a adoramos pela convivência, criação e educação sob o nosso teto e com os carinhos que ela tanto merece por falar ao nosso espírito e aos nossos corações. Deixo a esta criança, Áurea Estela, a terça parte dos bens que possuía e que venha a possuir, achando-se de pleno acordo a este respeito os meus dois filhos.¹²⁹

Ainda que a testadora tenha demonstrado nutrir afeto e convivência por Áurea Estela, não se declarou expressamente mãe da então menina, cuja filiação declarou ser “ignorada”. Carolina Koseritz atribuiu os mesmos direitos sobre seus bens para Áurea Estela e os filhos legítimos, patrimônio esse que não conseguimos precisar qual era especificamente em razão da ausência de vestígios sobre.

¹²⁶ Informações coletadas em: APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Ação de tutela. Tutelada: Áurea Estela, tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

APERS - 2ª Vara Família e Sucessões, Ação de investigação de paternidade. Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968.

¹²⁷ Certidão anexada em: APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Ação de tutela. Tutelada: Áurea Estela, tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

¹²⁸ Certidão anexada em: APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Ação de tutela. Tutelada: Áurea Estela, tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

¹²⁹ APERS - Juízo Distrital de Porto Alegre, Testamento. Testadora: Carolina Koseritz Brasil, testamenteiro: não consta, nº 05, 1922.

Além disso, a testadora deixou outras recomendações direcionadas para Áurea Estela, demonstrando preocupação com seu futuro. Atribuiu aos filhos Carlos e João e a irmã Zelinda Koseritz, a responsabilidade de manterem Áurea Estela em um colégio de freiras no Rio de Janeiro, cuidando para que não lhe faltasse uma “esmerada educação de ordem moral e religiosa”. Conforme a própria Áurea Estela relatou à pesquisadora Hilda Flores, sua mãe teria aconselhado que ela evitasse o casamento, por não ser um estado de vida que trouxesse felicidade (FLORES, 1983, p. 109). Dessa forma, pareceu-nos que tal pensamento foi o principal motivador para que Carolina desejasse manter Áurea Estela no colégio de freiras, garantindo que a filha ficaria afastada da instituição matrimonial.

As frustrações com a vida pessoal somaram-se aos problemas de saúde que acometeram Carolina Koseritz em seus últimos anos de vida, vindo a falecer em 1922. Ela desenvolveu a uremia, uma doença rara que acomete os rins, e, que aos poucos foi restringindo suas capacidades vitais, afetando inclusive sua capacidade de escrever. Após sua morte, o companheiro Mário de Sá e seus filhos Carlos e João Koseritz travaram uma intensa disputa judicial pela tutela de Áurea Estela, que na época tinha 16 anos de idade. Nesse processo, aberto por Mário de Sá, ele afirmou que a menina “sempre viveu em companhia de seus pais, sendo por ambos vestida, alimentada e educada” e que poucos dias após o falecimento de Carolina Koseritz foi levada pelos irmãos para viver em São Francisco de Paula. Após meses de investigação, a justiça determinou Carlos Koseritz como tutor de Áurea Estela, os principais argumentos para o veredito foram a ausência de registros civis que comprovassem o vínculo paternal de Mário de Sá e, especialmente o testamento de Carolina Koseritz, que sequer mencionou o companheiro e apontou os filhos com Rodolfo Brasil como os responsáveis pela menor.¹³⁰

Dessa forma, especulamos que Carolina Koseritz negou a maternidade de Áurea Estela como uma estratégia de resguardar a filha em sua família, sob os cuidados de seus filhos mais velhos, irmãos da menina. Isso porque talvez não julgasse Mário de Sá um bom pai ou como forma de vingar-se dele pelas mágoas e ressentimentos oriundos do relacionamento afetivo que vivenciaram. Tal posicionamento foi corroborado por Carlos e João Koseritz, especialmente pelo primeiro, que acolhendo as orientações do testamento da falecida mãe e sendo ele, inclusive, advogado, tratou de tomar as providências necessárias para afastar Mário de Sá do convívio de sua irmã caçula. Desse modo, em abril de 1922, o filho mais velho de Carolina Koseritz dirigiu-se ao Cartório de Registros de nascimento e óbito de Porto Alegre a fim de

¹³⁰ APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Ação de tutela. Tutelada: Áurea Estela, tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

produzir a certidão de nascimento de Áurea Estela, na qual, obviamente o nome do pai da menina não foi mencionado.¹³¹

A situação da paternidade de Mário de Sá em relação à Áurea Estela não se resolveu, entretanto, naquele momento, prolongando-se de modo a gerar outro imbróglia familiar. Em 1968, a própria Áurea Estela é quem vai promover uma ação de investigação de paternidade, requerendo seu reconhecimento enquanto filha natural e sua parte na herança dele. Nesta época, ela já era viúva de Darci Feijó,¹³² com quem teve dois filhos Dirceu e Alceu Feijó, sendo sua ocupação identificada como de doméstica. Áurea Estela deu início a esse processo após a morte de Mario de Sá, ocorrida em 1959, motivada pelo fato de que na certidão de óbito dele, constaram apenas Dilá Feijó de Sá (filha legítima, gerada com a esposa Damiana Vale) e Maria Helena Muller de Sá.¹³³

Foi justamente nesse farto documento que tomamos conhecimento sobre uma outra possível filha de Carolina Koseritz e Mário de Sá, chamada Maria Helena Muller de Sá. As informações que encontramos sobre ela, identificaram-na como em “situação de incapacidade absoluta” e “interdita”, tendo sido representada no processo por sua curadora Domitila Macedo Martins. Sendo assim, possivelmente tratava-se de uma mulher com algum tipo de deficiência. Nos trâmites da ação, Áurea Estela identificou Maria Helena de Sá como sua irmã, fruto do concubinato de Carolina Koseritz e Mario; Dilá Feijó, por sua vez, rebateu essa filiação, reconhecendo Maria Helena como filha dele, mas alegando ser impossível Carolina ser a mãe. O argumento utilizado foi o de que, em 1959 (ocasião da morte de Mário de Sá), Maria Helena era menor de idade o que impossibilitaria a maternidade de nossa personagem histórica, uma vez que ela havia falecido em 1922.¹³⁴ Como o objetivo do processo não era esse, foi um ponto que não teve aprofundamento e que nos deixou, então, sem respostas e com muitas dúvidas. Por outro lado, algo que veio à tona, especialmente pelas cartas trocadas entre Dilá Feijó e Mário de Sá anexadas aos autos do processo, foi o suposto desprezo que Áurea Estela teria por Maria Helena. Conforme o pai escreveu à filha legítima, Áurea Estela “odiava” a “pobrezinha

¹³¹ Certidão anexada em: APERS - 1º Cartório de Porto Alegre, Ação de tutela. Tutelada: Áurea Estela, tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

¹³² APERS - 2ª Vara Família e Sucessões, Ação de investigação de paternidade. Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968.

¹³³ Ainda não localizamos a certidão de óbito de Mário de Sá, mas da leitura das cartas trocadas entre ele e as filhas Dilá Feijó e Áurea Estela, anexadas no dito documento de ação de investigação de paternidade, identificamos que ele sofria de cataratas nos olhos, doença que àquela altura da vida o deixou praticamente cego. Além disso, entre 1957 e 1959 verificamos que ele passou sucessivos períodos internado no hospital, cujo motivo e enfermidades desconhecemos (APERS - 2ª Vara Família e Sucessões, Ação de investigação de paternidade. Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968).

¹³⁴ APERS - 2ª Vara Família e Sucessões, Ação de investigação de paternidade. Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968.

da irmã” o que especulamos ser ressentimento pelo fato dele a ter reconhecido como sua filha natural, o que não ocorrera em relação a ela.

Após a apresentação de evidências que apontaram Mário de Sá como pai de Áurea Estela inúmeras cartas trocadas entre os dois, bem como depoimentos de testemunhas que confirmaram tal relação, o desfecho foi favorável para ela. Esse processo, no entanto, revelou-nos que a filha de Carolina Koseritz se alistou como eleitora e, de acordo com seu título, compareceu às urnas nos anos de 1959, 1960, 1962 e 1963.¹³⁵ Oriunda de uma geração que assistiu à conquista das mulheres pelo sufrágio e sendo filha de uma mulher que, como bem vimos, não se enquadrou nas normativas sociais delimitadas às mulheres, Áurea Estela foi, assim, a única de todas as personagens históricas abordadas nessa tese que circulou num espaço político mais institucionalizado. A filha de Carolina Koseritz era uma mulher como tantas outras – dona de casa, esposa e mãe – nada excepcional perto de outras trajetórias apresentadas até aqui, mas que inserida em dada conjuntura histórica e devido às suas vivências julgou-se capaz de contribuir na escolha dos representantes de seu país, fazendo valer seus direitos (ou ao menos alguns deles) como cidadã.

Enfim, falecida em 1922, aos quarenta e três anos de idade, talvez Carolina Koseritz não tenha alcançado todas as projeções feitas em vida, sua contribuição à literatura sul-rio-grandense foi reconhecida, ainda que ela tenha visto isso em vida, afinal tornou-se patrona de uma cadeira na Academia Literária Feminina e teve uma rua batizada com seu nome, além de seu nome frequentemente ser arrolado entre escritoras gaúchas do século XIX. Em termos históricos, ainda que tenha sido bastante difícil pesquisar sobre sua trajetória, em virtude das poucas fontes disponíveis sobre ela, pudemos perceber que Carolina Koseritz encontrou em sua escrita uma forma de expressar seus pensamentos e vontades no mundo público, e, principalmente, de questionar as restrições que eram impostas às mulheres naquela época.

4.4 Sofia Veloso

Sofia Paradedda Veloso nasceu em Porto Alegre, em meados de 1857. Era a filha caçula de Jaime Paradedda e Maria Paradedda que, nessa época, já tinham outros seis descendentes: Antônio, Sebastião, João, Jaime, Pedro e Rosa. Jaime e Maira Paradedda eram ambos espanhóis, naturais da Catalunha, entretanto, não sabemos quando e por quais circunstâncias eles

¹³⁵ Consta nos anexos desta tese uma digitalização do título de eleitora de Áurea Estela.

estabeleceram-se no Rio Grande do Sul e, especificamente, na capital.¹³⁶ O que sabemos é que a família tinha propriedades em Porto Alegre e em Jaguarão, além de possuírem uma loja de fazendas, chamada Jaime Paradedada & Filhos.¹³⁷ Com isso, inferimos que Sofia Paradedada advinha de uma família ascendente economicamente, pertencente às camadas urbanas e médias da sociedade.

Com apenas dez anos de idade, Sofia e os demais irmãos e irmã já eram órfãos, tendo o pai e a mãe falecido com pouco tempo de diferença um do outro. O óbito do pai nós não localizamos ainda, mas a mãe, Maria Paradedada, faleceu de cólera morbos em 8 de abril de 1867, descrita como branca, com 54 anos de idade, espanhola e viúva.¹³⁸ Nessa época, Sofia e a irmã Maria Paradedada ficaram tuteladas pelo irmão mais velho, Antônio Paradedada, que não tardou para arranjar casamento às jovens.¹³⁹ Em 1869, o tutor firmou o casamento de Maria, na época com quatorze anos de idade, com José Joaquim de Carvalho Bastos, afirmando haver “reconhecido vantagem” nessa união.¹⁴⁰ Poucos anos depois, em 1875, foi a vez de Sofia que, aos dezessete anos de idade, uniu-se em matrimônio a Francisco José Veloso, indivíduo oriundo de uma rica e poderosa família de estancieiros de Rio Pardo.¹⁴¹ Como é sabido, os matrimônios

¹³⁶ A presença de espanhóis no sul do país data do período de povoamento, numa época de limites ainda indefinidos entre Portugal e Espanha. Foi ao longo das primeiras décadas do século XIX, que a imigração de espanhóis para o Rio Grande do Sul tornou-se mais expressiva - momento em que possivelmente Jaime e Maria Paradedada vieram para cá -, especialmente em cidades fronteiriças do Brasil com o Uruguai e Argentina – caso de Jaguarão, onde a família Paradedada possuía propriedades e onde devem ter se estabelecido inicialmente. Segundo Regina Weber (2012, p. 140), ainda não existem estudos específicos sobre essas primeiras levadas de imigração espanhola, porém as “[...] as informações existentes sugerem menos uma configuração predominantemente operária ou artesanal de ase associativa e mais camadas, que, após algumas décadas estavam inseridas em redes locais detentoras de poderes sociais e políticos”. Isto é, tratou-se mais de indivíduos que por conta própria instalaram oficinas, compraram terras, criaram gado ou se dedicaram a profissões liberais e que pouco recorreram aos auxílios de entidades mutualistas (WEBER, 2012).

¹³⁷ APERS - Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariados: Jaime Paradedada e sua mulher D. Maria Paradedada, inventariante: Antônio Paradedada, nº. 341, 1867.

¹³⁸ Maria Paradedada foi enterrada no dia seguinte ao seu falecimento, na sepultura nº 140 da 3ª ordem, no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ela foi sepultada ao lado de uma de suas filhas, Maria Paradedada Filha, que faleceu da mesma doença – o cólera – em 7 de abril de 1867. Essa irmã de Sofia era também descrita como branca, com 18 anos de idade, natural desta província (ACHCSC - Livro de Óbitos de livres, nº 7, registros 11691 e 11694).

Sobre a enorme mortalidade do cólera em Porto Alegre, ver: WITTER, 2007.

Sobre o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, criado em 1850, ver: MEIRELLES, 2016; NASCIMENTO, 2006.

¹³⁹ O inventário de Jaime e Maria Paradedada foi feito no ano de 1867, tendo como inventariante o primogênito do casal, Antônio Paradedada. Neste documento não constam as datas e os motivos dos óbitos de Jaime e Maria Paradedada, todavia ele nos informa da existência de mais uma irmã, Cristina Paradedada, nascida depois de Sofia Veloso e que já havia falecido nessa época, uma vez que não foi arrolada enquanto herdeira (APERS - Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariados: Jaime Paradedada e sua mulher D. Maria Paradedada, inventariante: Antônio Paradedada, nº. 341, 1867).

¹⁴⁰ APERS - Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariados: Jaime Paradedada e sua mulher D. Maria Paradedada, inventariante: Antônio Paradedada, nº. 341, 1867

¹⁴¹ Francisco Veloso era natural de Rio Pardo, nasceu em meados de 1851, sendo o único filho legítimo de Manoel Veloso Rebello e Josefina Cidade Veloso. Tendo falecido em 1857, Manoel Veloso deixou uma quantidade expressiva de propriedades, terras, ações em companhias de comércio e escravizados como herança. No

eram estratégias utilizadas pelas elites para obterem vantagens econômicas. E, no caso de Sofia e Maria Paradedada que eram órfãs, era de responsabilidade mesmo de seu tutor, o irmão, que lhe garantissem um bom casamento e, por consequência, um futuro e um lugar social mais valorizado.¹⁴²

Como Sofia Paradedada ainda era menor de idade, o processo de obtenção da habilitação matrimonial, aberto por seu responsável legal Antônio Paradedada, em dezembro de 1875, correu junto do Juízo de Direito e Órfãos de Porto Alegre. A noiva teve que responder uma série de perguntas ao Curador Geral do Juízo e declarar, sobretudo, que era de sua “livre vontade” unir-se em matrimônio a Francisco José Veloso. Nesse processo eclesiástico não constou demais detalhes desse interrogatório, tampouco encontramos registro dele noutros documentos e arquivos. Com a aprovação do Juízo de Órfãos e com o cumprimento das diligências da Igreja Católica, Sofia Paradedada e Francisco Veloso casaram-se na noite do dia 24 de janeiro de 1875, tendo como testemunhas José Pinto Gomes Filho e os irmãos da noiva Antônio Paradedada e Rosa Paradedada Bastos.¹⁴³

Após o casamento, Sofia e Francisco Veloso foram morar na Rua da Redenção, numa propriedade que frequentemente foi designada como “palacete” pela imprensa local. Ela viveu até os últimos dias de sua vida nessa casa e localidade, a qual, décadas depois, originou o Bairro Cidade Baixa, onde hoje está localizada aquela rua que homenageia Sofia Veloso. Além da imponente residência, o casal Veloso também se tornou proprietário de algumas chácaras, e prédios no centro da cidade que eram alugados e de onde provinha, ao menos parte, do sustento familiar.¹⁴⁴ Entre as ocupações ligadas à pessoa de Francisco Veloso destacaram-se a de

inventário dos bens do pai de Francisco Veloso, foi Ana Francisca Veloso, irmã do inventariado, que tomou a frente do processo na posição de inventariante e, ao que tudo indicou, tendo também ficado como administradora dos negócios do falecido. Ainda que a viúva fosse viva, havia assinado um contrato pré-matrimonial que a impediu de assumir a posição de cabeça-de-casal e a excluiu da relação de herdeiros, determinando exclusivamente o recebimento da quantia de três contos de réis (3\$000,00). Por essa circunstância, Josefina Veloso não podia sequer pleitear a posição de tutora de Francisco Veloso, na época com cerca de sete anos de idade, cuja tutela foi concedida a Antônio Joaquim da Silva Mariante (APERS - 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventário post-mortem. Inventariado: Manoel Veloso Rabello, inventariante: Ana Francisca Veloso, nº 178, 1857).

¹⁴² O prestígio social da família Paradedada pode ser avaliado pelos dados do casamento de um dos irmãos de Sofia. Sebastião Paradedada (nascido em Barcelona, filho legítimo de Jaime e Maria Paradedada) casou-se pela primeira vez em 03.06.1861, na casa do Comendador Patrício Correia da Câmara, com Amália da Câmara (natural desta província, filha legítima do comendador). Falecendo sua primeira esposa, Sebastião casou-se uma segunda vez, em 12.12.1874, com Maria Amélia de Campos (nascida nesta província, filha legítima do Tenente Coronel de engenheiros José Maria Pereira de Campos e Regina de Campos). O casamento ocorreu às 19:30 horas na Capela de Nossa Senhora da Conceição e a cerimônia foi testemunhada pelo Visconde de Pelotas e pelo negociante João Carlos Augusto Bordini (AHCMPA - Livros de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, volume 1 - folha 17v, volume 2 - folha 38).

¹⁴³ AHCMPA - Habilitação matrimonial. Noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedada, nº 128, 1875.

¹⁴⁴ Não foi possível precisar que bens exatamente Sofia e Francisco Veloso possuíam. O inventário dele, segundo informou-nos o APERS, foi retirado do acervo a pedido do Juiz Marcelino Teixeira de Moraes, em 14 de março

“proprietário” e “capitalista”, além de também ter feito carreira na política local, cumprindo mandato de vereador em Porto Alegre, na década de 1880. O casal teve duas filhas, Alice Veloso e Maria de Lourdes Veloso, cujos nascimentos devem ter ocorrido respectivamente em 1896 e 1899.

Sofia Veloso, como sabemos, fez seus primeiros movimentos no mundo público nas atividades abolicionistas, por meio do Centro Abolicionista. Nos anos posteriores e até o final de sua vida, em meados de 1930, observamos essa mulher transitando numa gama variada de espaços culturais da capital sul-rio-grandense, bem como contribuindo com diferentes causas sociais. Tal circulação, todavia, não ocorreu de maneira individual: Sofia Veloso frequentemente levava as filhas Alice e Maria de Lourdes Veloso como acompanhantes, isso desde que elas eram bem meninas. Em decorrência disso, objetivamos analisar as relações de convivência e sociabilidade estabelecidas entre essas três mulheres, mãe e filhas, cujas vidas e personalidades nos servirá de observatório para visualizar o progressivo avanço feminino em relação à sua emancipação.

4.4.1 A educação das filhas Alice e Maria de Lurdes Veloso

É necessário lembrarmos que Sofia Veloso, pela natureza das atividades que desempenhou como integrante do Centro Abolicionista, tinha bom domínio da cultura letrada, pois sabia ler e se expressar por meio da escrita. Todavia, não sabemos em que momento da vida ela adquiriu esses conhecimentos, se enquanto criança, vivendo com os pais ou quando esteve tutelada ao irmão, ou se já adulta e mulher casada. Tampouco sabemos de que forma isso se deu, se frequentou alguma escola ou se foi ensinada por alguma pessoa próxima. Por outro lado, sabemos que suas filhas Alice e Maria de Lourdes, receberam instrução formal, tendo estudado dos sete aos quatorze anos de idade, concluindo ao menos o Ensino Primário que desde os tempos do império era obrigatório.

As duas filhas de Sofia e Francisco Veloso foram educadas no início da República, quando a influência do positivismo era forte e servia como régua para a formação de uma nação que pretendia tornar-se moderna e civilizada. Homens e mulheres tinham diferentes papéis sociais a desempenhar, a eles cabia prover o sustento familiar; a elas recaíam as

de 1962, não sendo a finalidade informada. E, o inventário dela, foi iniciado em 1930 pela filha Maria de Lourdes Veloso, mas não foi concluído, de modo que não constam os bens que a ela pertenciam. Tanto Sofia como Francisco Veloso deixaram testamentos, nos quais citam apenas algumas das propriedades e os fins que desejavam após suas mortes, sendo eles os que citaremos ao longo do trabalho.

responsabilidades de educação dos filhos e das filhas e a manutenção da casa. Para tanto, a educação proposta para meninas e meninos em casa e na escola, tinha que ocorrer separadamente e de forma diferenciada. No convívio familiar, Sofia Veloso certamente transmitiu às filhas Alice e Maria de Lourdes aqueles conhecimentos relativos aos serviços e as prendas domésticas - bordar, fazer rendas, costurar etc. Enquanto na escola, as meninas além de serem alfabetizadas, aprendiam a tocar instrumentos musicais, como violino, acordeom e piano (ISMÉRIO, 2007, p. 10).

Alice e Maria de Lourdes estudaram no Colégio Cecília Corseuil, instituição cujo foco era justamente a educação de meninas oriundas de círculos mais abastados da sociedade porto-alegre. O referido estabelecimento de ensino era coordenado pela professora que lhe dá nome - Cecília Corseuil¹⁴⁵ - e ficava localizado na esquina das Ruas de Bragança (atual Floriano Peixoto) e Jerônimo Coelho. Neste local, Alice e Maria de Lourdes Veloso tiveram a oportunidade de aprender, entre outras coisas, francês, alemão, desenho, caligrafia, técnicas de pintura e artesanato. Na imprensa local, a prática pedagógica da professora Cecília Corseuil era vista positivamente pelo fato de que ela não se limitava a “simples missão de transmitir” o que sabia às suas alunas: ela as educava “tocando-lhes o coração, despertando-lhes os sentimentos do bem e do cumprimento do dever social”.¹⁴⁶ Tratava-se, assim, de uma escolarização tradicional, voltada à formação de mães e esposas.

Talvez o maior atrativo do Colégio Cecília Corseuil fosse a “plena execução” do programa de ensino”, que contava com “provas reais que apresentava ao findar do ano letivo”.¹⁴⁷ Dessa forma, os exames finais das alunas eram as exposições dos trabalhos manuais produzidos ou mesmo apresentações artísticas delas, onde podiam cantar, tocar algum

¹⁴⁵ A edição de 27 de fevereiro de 1910, do jornal Independente, de Porto Alegre, prestou homenagem a Cecília Corseuil, qualificada na edição como “exímia professora porto alegreense”, ao publicar um artigo sobre a vida profissional dela. Desta fonte, pudemos extrair alguns dados sobre a professora de Alice e Lourdes Veloso. Cecília Corseuil Du Pasquier nasceu no dia 26 de fevereiro de 1859, onde hoje é a cidade de Taquara/ RS, era filha do Eugenio Du Pasquier e Leonor Monteiro. Estudou no Colégio Minerva e na Escola Normal, de onde saiu apta para exercer a docência. Cecília Du Pasquier obteve nomeação de regente de aula pública nos municípios do Caí e São Leopoldo, locais onde se destacou e conquistou promoções e reconhecimento social. Em 1891, já casada com Ivo Pasquier, outro professor da rede pública, vieram morar em Porto Alegre onde fundaram seus respectivos colégios: Cecília Corseuil Du Pasquier voltada para a educação de meninas, e, Ivo Pasquier para a de meninos (INDEPENDENTE, Porto Alegre, 27 fev. 1910, p. 1-2)

¹⁴⁶ INDEPENDENTE, Porto Alegre, 27 fev. 1910, p. 2.

¹⁴⁷ Até 1901, alunas selecionadas do Colégio Cecília Corseuil Du Pasquier e São José (de São Leopoldo) apresentavam seus trabalhos na sessão trabalhos manuais, da *Exposição Comercial e Industrial*, evento cujo tema central era o desenvolvimento econômico da província. Segundo Flávio Krwczyk (1997), a organização de uma seção destinada às obras de arte nesse evento, a partir de 1875, proporcionou as primeiras experiências coletivas de artes plásticas em Porto Alegre, tendo sido de muita importância para o desenvolvimento da profissionalização desse âmbito. As técnicas apresentadas pelas estudantes dos referidos colégios, variavam da porcelana pintada à ornamentação, passando por desenho, pintura e corte e costura, flores de cera e bordado. Ainda que se tratasse de uma evidente contribuição às artes plásticas, a participação dessas jovens era minimizada pelos jornalistas da época como “trabalhos de senhoras” (KRAWCZYK, 1997, p. 61-62).

instrumento musical, recitar poesias etc. Era, na realidade, um verdadeiro evento que normalmente ocorria nos Salões do Teatro São Pedro e que eram abertos à comunidade. Ao menos aos olhos de Sofia Veloso, esse tipo de programa educacional que não destoava do esperado para a escolarização feminina, mas que ao mesmo tempo privilegiava o contato com a cultura artística e com o uso dela para aparições em público, pareceu ser o mais adequado para suas filhas Alice e Maria de Lourdes. Conforme analisaremos melhor ao longo do capítulo, essa senhora tinha especial interesse por determinadas práticas artísticas, como canto e pintura.

A primeira a concluir o primário foi Alice Veloso que, em 1908, destacou-se na prova final pelos desenhos e pinturas que produziu.¹⁴⁸ Em 1911, foi a vez da caçula Maria de Lourdes que protagonizou um solo de violino, na companhia de sua irmã mais velha que a acompanhou tocando piano.¹⁴⁹ Especialmente as habilidades musicais poderiam ser de grande valia às mulheres, afinal, era uma maneira dessas jovens se expressarem – afetiva ou politicamente – sem constituírem uma ameaça à ordem patriarcal existente. É possível que Sofia Veloso reconhecesse o valor da cultura artística como ferramentas úteis às mulheres no mundo público-político. Até àquele momento de sua vida e, principalmente as experiências que tivera enquanto mulher em tal espaço, haviam lhe mostrado que a arte poderia ser um meio interessante de marcar um posicionamento político ou mesmo uma individualidade. A participação no movimento abolicionista certamente contribuiu, pois ainda que a arte não tenha sido a agência adotada por Sofia Veloso nas atividades, ela conviveu com jovens que assim o fizeram, caso de Amália Haensel, por exemplo. Enquanto mãe e responsável em grande medida pela formação das filhas, direcionou tanto a educação formal como a convivência dela com as filhas para o âmbito das artes, especialmente os de pintura e música.

Além de terem tido acesso a uma educação mais direcionada à vida urbana, Alice e Maria de Lourdes Veloso cresceram num contexto em que a modernidade porto-alegrense já estava mais consolidada. Sendo assim, desde bem meninas existiram oportunidades para que elas marcassem suas individualidades em diferentes espaços socioculturais da cidade, como teatros, eventos esportivos, ações de caridade e demais festividades locais. Não podemos esquecer que a progenitora delas era, por sua vez, uma mulher instruída, cujo estilo de vida caracterizava-se pela urbanidade – aspecto que certamente influenciou na construção das personalidades das filhas de Sofia Paradedá. Todavia, a própria Sofia Veloso havia vivenciado uma época em que as sociabilidades femininas eram mais restritas e que a saída das meninas

¹⁴⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 03 dez. 1908, p. 3.

¹⁴⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 23 nov. 1911, p. 1.

do âmbito privado da família ocorria lentamente e muitas vezes estava condicionada ao casamento e a viuvez – como visto nos capítulos anteriores.

Após o falecimento de Francisco José Veloso, em 1906, foi justamente quando Sofia Veloso adquiriu maior autonomia e conseqüentemente controle sobre seu patrimônio, o que a permitiu frequentar diversos espaços culturais da cidade, passando a apreciar muitos eventos distintos. Em muitas dessas ocasiões, Sofia Veloso levou consigo as meninas Alice e Lurdes, de modo que as presenças das três recorrentemente foram publicitadas nas colunas sociais dos periódicos da capital sul-rio-grandense. Tais fontes, inclusive, foram de extrema importância para rastreamos alguns dos locais que elas frequentavam e marcaram suas agências. Todavia, temos consciência que essas mesmas fontes são perigosas, pois sendo marcadas por parcialidades fornecem apenas limitados fragmentos da vida e do cotidiano dessas mulheres.

As exposições artísticas foram, justamente, um desses eventos em que a participação de Sofia, Alice e Maria de Lourdes foi frequentemente visibilizada.¹⁵⁰ Por duas vezes, por exemplo, essas mulheres visitaram a exposição do consagrado pintor Pedro Weingärtner,¹⁵¹ onde a viúva Veloso, inclusive, arrematou alguns exemplares. Em 1913, acompanhada das duas filhas, essa senhora prestigiou a exposição do referido artista, ocorrida na Voelker. Ao apreciar as trinta e três telas exibidas na ocasião, entre paisagens regionais e retrato, Sofia Veloso optou por adquirir e levar para casa a intitulada “Arroio do Ribeiro”.¹⁵² Anos depois, em 1927, agora acompanhada somente de sua caçula Maria de Lourdes, novamente ela marcou presença e comprou um quadro noutra exposição de Pedro Weingärtner.¹⁵³

Diante disso, é evidente que as obras de Weingärtner chamavam a atenção e agradavam aos olhos de Sofia Veloso. As pinturas desse artista tinham um estilo marcado pela narrativa e o detalhamento, sendo feitas geralmente em quadros pequenos, praticamente minúsculos. Além disso, era característico de Weingärtner as pinturas de gênero, as quais dizem respeito às cenas cotidianas, nas quais ele incorporou significativamente a temática regionalista. Em relação ao Rio Grande do Sul, foram temas de suas obras: as paisagens dos pampas, as festas, a cultura, a vida dos imigrantes etc. (FOCHESATTO, 2015). Embora não tenhamos a imagem do primeiro

¹⁵⁰ Até o final do século XIX, Porto Alegre não possuía galerias de artes plásticas ou museus, na verdade, as exposições limitavam-se à colocação de trabalhos nas vitrinas das principais lojas da Rua da Praia (KRAWCZYL, 1997).

¹⁵¹ Foi um pintor, gravador, litógrafo, desenhista e professor de origem alemã, nascido no Rio Grande do Sul, em 1853. Iniciou seus estudos no Brasil, mas aprimorou sua técnica na Europa, onde viveu boa parte de sua vida e estabeleceu seu ateliê. Mais informações sobre a vida e a obra de Pedro Weingärtner, ver: FOCHESTTO, 2015.

¹⁵² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 18 set. 1913, p. 4.

¹⁵³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 27 nov. 1927, p. 4

quadro adquirido por Sofia Veloso, pelo título – “Riacho do Ribeiro” – deduzimos que se encaixava justamente na linha regionalista.

As obras adquiridas por Sofia Veloso nas ditas exposições entre outras, ficaram naturalmente de herança para as filhas. Em seu inventário, inclusive, constaram “quadros e objetos de arte”, os quais, deveriam ser divididos “de comum acordo” entre as irmãs. Indicativo, por sua vez, de que Sofia Veloso tinha o hábito de adquirir esse tipo de capital.

Um dos eventos que pareceu figurar entre os favoritos de Sofia Veloso, foram os musicais de canto lírico, geralmente ocorridos no Teatro São Pedro. A presença dessa senhora na plateia ou mesmo nos camarotes foi identificada diversas vezes na imprensa. Somente em relação às temporadas líricas, ocorridas no Teatro São Pedro, observamos a presença dessa senhora prestigiando os concertos de, por exemplo, Rotolli Billoso, Galicurei-Lazzaro e Giulia Lambiase.¹⁵⁴ Embora o nome das filhas não tenha constado na maior parte das vezes como acompanhantes de Sofia Veloso, sabemos que tanto Alice como Maria de Lourdes tinham interesse em canto lírico, não só enquanto consumidoras, mas, principalmente enquanto cantoras desse gênero.

Além de apreciadora da cultura artística, Sofia Veloso por vezes também assumiu a função de organizadora, especialmente de bailes e espetáculos musicais cujo objetivo era político. As primeiras experiências do tipo, certamente Sofia Veloso teve no Clube Comercial de Porto Alegre, onde sabemos que por diversas vezes ela tornou-se organizadora de eventos, bailes e demais festividades. Oriunda de uma família de comerciantes, desde menina Sofia Veloso deve ter frequentado o salão da dita associação. Em 1889, por exemplo, Sofia Veloso foi nomeada como uma das senhoras responsáveis pela organização do concerto do maestro Luiz Roberti, em 1889, promovido com o objetivo de ter seu produto destinado ao pagamento da dívida interna do Rio Grande do Sul.¹⁵⁵ A mesma ocupação foi assumida por ela, junto das filhas, em algumas edições da Festa da Flores, um evento anual que ocorria em novembro, sendo promovido pelo Centro Republicano e PRR, dentro da programação de celebração da República.¹⁵⁶

Sofia, Alice Veloso e Maria de Lourdes também eram frequentadoras dos cafés e confeitarias da capital sul-rio-grandense. Em 1910, por exemplo, as três estiveram inclusive presentes na inauguração do Café Colombo, cujo evento foi restrito à dadas famílias. Na

¹⁵⁴ A presença de Sofia Veloso em espetáculos de canto lírio, pode ser encontrada nas seguintes publicações: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 12 mar. 1996, p. 3; 23 abr. 1909, p. 2; 09 jul. 1915, p. 3; 08 nov. 1915, p. 3; 11 set. 1916, p. 4.

¹⁵⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 13 dez. 1889, p. 2.

¹⁵⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 16 nov. 1909, p. 4; 10 nov. 1916, p. 5.

ocasião, foram oferecidos “doces e finos líquidos” e “excelentes cafés” ao som de “afinada orquestra”.¹⁵⁷ Essa confeitaria localizada na esquina das ruas da Praia e General Câmara, centro da vida urbana de Porto Alegre, e se tratava, obviamente, de um estabelecimento famoso e aristocrático, tido como apropriado para receber homens e mulheres. Conforme foi descrito numa reportagem na revista ilustrada *Máscara*, certamente paga pelos donos do local, o Café Colombo era um local que proporcionava ao “sexo gentil um centro de reunião” “compatível com a cultura” da vida social da cidade. Ali, na altura da sobreloja, havia toda uma estrutura para que as famílias ficassem “confortavelmente instaladas”, “em alegre e distinta convivência” para ouvir “belíssima música feita, por bem afinada orquestra, que executa diariamente, escolhidas partituras, dos mais reputados autores”. Além disso, o café era “decorado com agradável pintura e grandes espelhos, a galeria do Colombo constitui o ponto da elite, de nossa capital, para reunião de senhoras.”¹⁵⁸ O Café Colombo era, dessa forma, um espaço literário, sendo frequentado por jornalistas, escritores e artistas da cidade, onde havia muito contato e intercâmbio cultural

Sendo um lugar de sociabilidade, propício para apreciação de boa arte e música num só lugar, é possível que o Café Colombo tenha se tornando um estabelecimento querido por Sofia Veloso e suas filhas. Todavia, não podemos desconsiderar que a presença de mulheres como elas era mais adequada nas confeitarias, afinal, cada vez mais naquele início do século XX, as sociabilidades que se desenvolviam nos cafés eram tipicamente masculinas. Ocupavam a tônica das conversas travadas pelos frequentadores desses estabelecimentos o trabalho, negócios, política, literatura, esportes e mulheres, ou seja, assuntos entendidos como *de homem* (LEWGOY, 2009, p. 10).

Clubes recreativos, as regatas, corridas de cavalo, demonstrações ginásticas, provas de ciclismo, parques de lazer e campos de futebol proliferaram-se consideravelmente em Porto Alegre, no início do século XX (FEIX, GOELLNER, 2008). Vivenciando tal contexto, em que as atividades de lazer se expandiram consideravelmente, observamos Sofia, Alice e Maria Lourdes compartilhando juntas espaços do tipo, especialmente os relacionados ao esporte.¹⁵⁹ Um dessas foram as partidas de futebol, onde elas recorrentemente figuraram entre os

¹⁵⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 18 jun. 1910, p. 4.

¹⁵⁸ A MÁSCARA, Porto Alegre, 1922.

¹⁵⁹ É importante frisar que nossas personagens apareceram nas fontes somente enquanto frequentadoras de eventos esportivos, o que obviamente consideramos como importante para o avanço feminino sobre o espaço público. Por outro lado, não podemos ignorar que contemporaneamente a Sofia, Alice e Maria Lourdes Velosos existiam mulheres que buscavam um papel mais ativo dentro das modalidades esportivas, enquanto atletas e profissionais, sobre as quais recaía uma série de interdições relacionadas ao gênero. Em relação às dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas práticas esportivas, ver: ADELMAN, 2003; GOELLNER, 2003, 2005.

expectadores. Como as três compareceram somente nos jogos disputados pelo Grêmio Futebol Clube,¹⁶⁰ deduzimos que elas eram *torcedoras* deste time.¹⁶¹ Pensando que, ainda hoje, o universo do futebol é muito masculinizado, a presença feminina nas arquibancadas dos estádios, acompanhando a trajetória de um clube, foi certamente sintomático de uma mudança de comportamento social das torcidas em geral e das mulheres propriamente. Outro destaque foi a presença de Sofia, Alice e Maria de Lourdes no *Skate-clube*, local destinado à prática de patinação.¹⁶² Essa modalidade esportiva, diferente das demais, cuja dimensão de assistir ao espetáculo era mais pronunciada, na diversão dos patins ela dividia espaço com a prática propriamente dita, inclusive no que tangia às mulheres (MELO, KARLS, 2016).¹⁶³

Ao menos duas vezes em sua vida, Sofia Veloso viajou para a Europa, a primeira em 1887, com o esposo Francisco José Veloso, e a segunda em 1914, junto das filhas, quando foi especificamente para a Espanha, terra natal de seus falecidos pais.¹⁶⁴ Não sabemos detalhes dessas movimentações, todavia devemos considerar que a temporada que passou por lá permitiu a essas mulheres ter contato com outras culturas.

Enfim, mesmo depois de crescidas e casadas, como foi possível observar até aqui, Alice e Lurdes mantiveram o hábito de acompanhar a mãe até os últimos de vida dela. Ainda que as fontes dificilmente nos revelem os aspectos ligados aos sentimentos existentes entre nossas personagens, podemos supor que a intensa convivência mantida entre elas é um reflexo de laços fortes de afeto, amor e admiração mútuos entre elas. Apesar disso, Alice e Lurdes Veloso eram mulheres diferentes de sua progenitora, de modo que cada uma delas desenvolveu seus próprios gostos e, especificamente, formas próprias de se movimentarem no mundo.

¹⁶⁰ O Grêmio Futebol Porto-alegrense foi fundado na capital gaúcha, no dia 15 de setembro de 1903, por iniciativa de jovens ligados ao comércio da cidade. A organização desse clube fez parte do processo de profissionalização do futebol e, conseqüentemente, da elitização desse. Sobre os aspectos históricos desse time, ver: SOARES, 2014.

¹⁶¹ Em posições semelhantes às de Sofia, Alice e Maria Lourdes Veloso nos campos de futebol, foi que as mulheres desempenharam um papel precursor em relação às torcidas de futebol. Segundo Renata Cappelano (1999, p. 28-29), foram as mulheres que consagraram a expressão “torcer”, pois “[...] como não ficava bem para uma dama se descabelar, gritar, chorar, com seu time de coração, elas levavam para os estádios pedaços de pano, os quais torciam durante as partidas para aliviar a tensão. O hábito as fez ficar conhecidas como “torcedoras” e não demorou muito para o termo ser adotado para designar todos aqueles que compareciam com frequência às partidas no intuito de incentivar as equipes”. Um estudo específico que aborda as mulheres torcedoras do Grêmio pode ser visto em: MENEGOTO, 2011.

¹⁶² As edições em que encontramos a presença de Sofia, Alice e Maria de Lourdes visibilizada em eventos esportivos são: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 jul. 1909, p. 4; 10 ago. 1909, p. 4, 10 set. 1913, p. 4; 24 set. 1913, p. 5; 11 nov. 1913, p. 4; 18 nov. 1913, p. 6.

¹⁶³ Segundo Victor Andrade e Cleber Karls (2016), a chegada patinação em Porto Alegre ocorreu num momento em que a capital passava por transformações em relação às ideias de modernidade, por se uma expressão a maior possibilidade de exposição corporal, ligava-se a concepção de uma dinâmica pública mais ativa. Esses autores também identificaram uma menor participação feminina enquanto praticantes de patinação, quando em comparação do Rio de Janeiro, por exemplo.

¹⁶⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1887, p. 4; 20 out. 1894, p. 6

4.4.2 As sociabilidades das filhas Alice e Maria de Lurdes Veloso

Alice Veloso, a filha mais velha de Sofia Veloso com Francisco Veloso, desde cedo vivenciou momentos de bastante visibilidade cidadina: tornou-se rainha de carnaval da Sociedade Esmeralda Porto-alegrense. Quando ela foi convidada a assumir esse posto, justamente os esmeraldinos ressurgiam na capital depois de um período de decadência, ocorrido no final na década de 1880. A escolha da rainha já foi pauta da primeira reunião de reorganização, realizada por uma diretoria constituída exclusivamente por homens. As rainhas dessas associações deveriam ser solteiras, ter entre doze e dezenove anos de idade, e eram exaltadas por sua beleza, graça, candura, fineza, instrução, modéstia e dotes morais. Certamente os pais da “interessante menina” - conforme Alice Veloso foi identificada na imprensa local -, bem como a irmã Maria de Lourdes, senão sócios da Esmeralda, no mínimo colaboraram com a organização dos desfiles e estiveram juntos da caçula.

A Sociedade Esmeralda Porto-alegrense e a Sociedade Carnavalesca Os Venezianos organizaram-se, respectivamente nos dias 1 e 3 de março de 1873. Ambas as sociedades surgiram com a proposta de modernizar o carnaval, a fim de tornar sua comemoração mais civilizada e com requinte. Até então, o que caracterizava essas festividades em Porto Alegre, era a brincadeira de origem ibérica chamada de entrudo, a qual consistia em molhar e sujar o adversário com bolas de cera, em formato de limão contendo água, ou com bacias, baldes, bisnagas e seringas (LEAL, 2013, p. 31). Com o tempo, principalmente as autoridades e parte das elites passaram a condenar e até mesmo a proibir, devido à brutalidade e à ocorrência de crimes e transgressões que foram associados à brincadeira. Dessa forma, promovendo bailes e desfiles, às duas sociedades carnavalescas associaram-se indivíduos das classes altas e médias da capital. A partir da década de 1880, a Esmeralda e a Os Venezianos começaram a enfrentar diversos problemas econômicos, decorrentes principalmente da falta de contribuição dos integrantes, levando ao seu desaparecimento até o início do século XX (LEAL, 2013).

A presença e a participação feminina nas comemorações do carnaval, a partir de 1906, passaram a ser cada vez mais valorizadas e exaltadas, não por acaso que se colocava a rainha numa posição de destaque, geralmente em carros ornamentados e à frente do desfile. Na década de 1870, na primeira fase do carnaval moderno em Porto Alegre, as mulheres eram apenas espectadoras, apenas podiam assistir e aplaudir os desfiles promovidos pelos homens.¹⁶⁵ Na Esmeralda a primeira mulher a vivenciar essa *nova* concepção foi, então, Alice Veloso.

¹⁶⁵ Sobre as mudanças relacionadas à mulher nas festividades carnavalescas de Porto Alegre, ver: LEAL, 2013, 2019.

Conforme o cronograma noticiado pela diretoria no jornal, no primeiro desfile após o reerguimento da dita sociedade carnavalesca, a investidura da rainha foi organizada como sendo um dos pontos altos da festividade:

No cortejo, que irá, à tarde, com o velho e tradicional estandarte, busca a rainha, a jovem Alice Velloso, devem tomar parte cerca de cinquenta carros, conduzindo os membros da diretoria e os sócios da Esmeralda, já inscritos nas listas, que quiserem acompanhar o prestígio.

Ramalhetes de flores e serpentinas em profusão, serão atirados dos carros, pelos esmeraldinos, durante o trajeto, para as casas das ruas onde passarem.¹⁶⁶

A posição ocupada por Alice Velloso certamente rendeu-lhe muita visibilidade, afinal, fora os desfiles, para as rainhas se dedicavam bailes, concertos, exposições de seus retratos, vários eventos que pretendiam consagrar as soberanas (LEAL, 2019). Não podemos esquecer que naquele início do século XX, o ideário positivista exercia considerável influência sobre a sociedade sul-rio-grandense, especificamente devido ao crescente poder do PRR no Estado. Assim, o ressurgimento das sociedades carnavalescas inseriu-se também na ideia de que a organização e a regeneração moral da sociedade eram necessárias ao progresso. Às mulheres foram direcionados um papel e uma imagem específicos, amplamente difundidos por meio do carnaval: deveriam ser bonitas, mas ingênuas; cultas, mas modestas; elegantes e, sobretudo, moralizadas (LEAL, 2019, p. 100). Alice Velloso, ao menos aos olhos dos homens que a escolheram, deveria encarnar esses atributos, sendo a imagem feminina que se deseja à nascente república.

Tanto Sofia como Alice Velloso ocuparam, em diferentes contextos, posições em que obviamente elas estavam sob o controle e supervisão masculina. Ao relativizarem as relações de dominação e ao mesmo tempo se divertindo, mulheres como Sofia e Alice Velloso agiam dentro dos marcos de uma sociedade controlada por homens. Dessa forma, trajetórias como as delas foram importantes dentro da busca feminina pela ampliação de espaços no mundo público.

Afora essa participação pontual de Alice Velloso no carnaval de 1906, devemos considerar que as duas filhas de Sofia Velloso compartilharam juntas de muitas atividades. Entre essas, destacamos que ambas haviam recebido desde meninas uma formação voltada para a música, de modo que a mais velha tocava piano e a mais jovem violino. Embora elas não tenham se profissionalizado como cantoras, no sentido de o canto ser uma fonte de renda, observamos que ambas buscaram aperfeiçoamento. Afinal, Alice e Maria de Lourdes foram alunas de Amália Iracema, na década de 1930. Lembremos que Amália havia sido colega de Sofia Velloso

¹⁶⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 02 mar. 1906, p. 2.

no Centro Abolicionista e, como vimos, tornou-se uma cantora lírica de carreira internacional. Por meio do curso de música dessa professora, as duas filhas de Sofia Veloso tiveram oportunidades de se apresentar naquelas famosas audições organizadas por Amália Iracema em prol de causas caritativas, muitas vezes ocorridas no Teatro São Pedro.¹⁶⁷

Levando em conta que nas primeiras décadas do século XX, prevalecia a ideia de inaptidão para o mundo das artes, especialmente os da criação e da composição, de modo geral, produzir e criar eram considerado algo impróprio para o gênero feminino (PRIORI, 2017). As filhas de Sofia Veloso talvez por sua origem sociofamiliar ou por reconhecerem esses empecilhos, *optaram* por utilizarem-se de seu canto para promover eventos beneficentes, especialmente os de cunho religioso. Alice Veloso, por exemplo, ficou conhecida nos círculos católicos por sua performance de “Ave Maria”, entoada inúmeras vezes em diferentes eventos do tipo. Maria de Lourdes, por sua vez, fez apresentações em benefício das freiras carmelitas e do orfanato do Pão dos Pobres. Assim como as duas irmãs, juntas, foram convidadas para cantar nas Festas de Natal promovida na Igreja Matriz Menino Deus.¹⁶⁸ No geral, ambas as filhas de Sofia Veloso cantavam em prol de causas bem-vistas socialmente, à devoção religiosa e às práticas caritativas.

Além disso, verificamos um significativo envolvimento de Alice e Lourdes Veloso tanto enquanto colaboradoras, como organizadoras de vários eventos beneficentes, especialmente os que diziam respeito às crianças. Ambas tiveram forte influências em casa, afinal tanto o pai Francisco Veloso, como a mãe Sofia Paradedda eram conhecidos na cidade por suas benemerências. Em seus testamentos, por exemplo, cada um deles legou certa quantia à Santa de Misericórdia. Assim, bem meninas, Alice com dez anos e Maria de Lourdes Veloso com sete, elas já faziam doações para a instituição do Pão dos Pobres, ofertando anualmente a quantia de dez réis (10\$00) para o Natal das crianças. Prática que certamente aprenderam com a mãe que todos os anos fazia essa mesma contribuição.¹⁶⁹

Quando crescidas, Alice e Maria Lourdes Veloso envolveram-se ativamente na construção do um edifício destinado a acolher crianças órfãs: o Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres. Além de integrarem como diretoras uma das comissões auxiliaadoras, elas fizeram doações de móveis, da pia batismal e promoveram festas em benefício dessa causa.¹⁷⁰ O orfanotrófio ficou pronto em 1930, sendo edificado por meio de uma ampliação da instituição

¹⁶⁷ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 22 nov. 1929, p. 2; 13 nov. 1931, p. 4.

¹⁶⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 21 dez. 1925, p. 5; 22 dez. 1931, p. 3.

¹⁶⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 24 dez. 1907, p. 2; 17 fev. 1909, p. 1; 18 set. 1906, p. 2; 27 dez. 1910, p. 1.

¹⁷⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 28 jun. 1927, p. 4; 09 out. 1927, p. 8; 09 mar. 1936, p. 2; 10 maio 1926, p. 4; 16 mar. 1929, p. 7.

do Pão dos Pobres já existente na localidade atual da Cidade Baixa, mesmo bairro em que a família Veloso residia. Destacável também foi o envolvimento das irmãs com o Asilo Padre Cacique, como organizadoras de festas beneficentes e, principalmente por meio das vultuosas doações realizadas.

Logo, ficou evidente o significativo envolvimento das senhoras Veloso com causas e eventos beneficentes na localidade porto-alegrense em que residiam. Tais ações e cidadania ativa no bairro em que viviam, renderam a essas mulheres distintas homenagens post-mortem. No início da década de 1930, Sofia Veloso foi homenageada tendo uma rua batizada com seu nome; enquanto em 1934, Maria de Lourdes teve um retrato seu, intitulado “Grande Protetora”, pendurado no salão do Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres.¹⁷¹

Afora os hábitos urbanos das irmãs Veloso, também devemos considerar outros aspectos importantes nas vivências dessas mulheres, como os matrimônios constituídos (e destituídos) por elas. Sendo a mais velha, Alice Veloso foi a primeira a casar-se, tendo se unido ao advogado Ernesto da Fontoura Rangel, em novembro de 1916, numa cerimônia ocorrida no palacete da família Veloso. Pouco sabemos sobre a vida familiar de Alice Veloso, sequer se ela chegou a ter ou não filhos com o esposo, entretanto, observamos que suas sociabilidades cidadinas seguiram as mesmas, voltadas no geral para o exercício da caridade e da devoção religiosa. Dessa forma, Alice Veloso pareceu ter se movimentado dentro do esperado social e constitucionalmente. Bem diferente foi o caminho percorrido por Maria de Lourdes Veloso que se casando em 1918 com Manoel de Sá Palmeiro, desquitou-se cerca de dois anos depois.

De antemão, é preciso pontuar que o primeiro Código Civil brasileiro, vigente no contexto estudado, deliberava sobre os direitos civis, entre eles o de casamento e desquite. Em relação ao matrimônio, o Estado continuava determinando à mulher uma posição de submissão em relação ao homem, sendo o propósito o mesmo de outrora, o da procriação. Nessa perspectiva, a lei legitimava que aos esposos cabiam os direitos políticos e o controle sobre as esposas, as quais, por sua vez, eram vistas como incapazes e dependentes, necessitando de autorização para várias situações. Quanto ao desquite, esse poderia ocorrer por adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do lar conjugal durante dois anos contínuos, ou, por mútuo consentimento dos cônjuges, podendo assim, ser amigável ou litigioso. Com isso, colocava-se fim à vida em comum, mas não ao vínculo matrimonial, cada um poderia seguir sua vida como entendesse, porém, não poderiam casar-se novamente enquanto o outro vivesse, bem como os filhos tidos fora dessa união seriam considerados

¹⁷¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 06 nov. 1935, p. 2.

legítimos. No fim das contas, a perspectiva religiosa do casamento como um laço perpétuo e indissolúvel continuava vigorando (BEVILÁQUA, 1916; CHAUI, 1984; MAIA, 2008)

De acordo com os autos do processo de desquite, Maria Veloso e Manoel Palmeiro não tiveram filhos, tendo resolvido “divorciar-se por mútuo consentimento”, em “consequência de sérias divergências que surgiram entre ambos”.¹⁷² De forma amigável, os dois também decidiram pela divisão de seu patrimônio, do qual a filha mais jovem de Sofia Veloso ficou de posse de alguns prédios e terrenos no centro de Porto Alegre,¹⁷³ algumas ações na “Força e Luz”, bem como da parte que lhe caberia na herança do falecido pai Francisco José Veloso que ainda tramitava na justiça naquele ano. A partir de então, o sustento econômico de Maria de Lourdes passou a advir certamente do aluguel dessas propriedades, as quais ela obteve o direito de gerenciar após desquitar-se de Manoel Palmeiro.

Como vimos, as razões pelas quais Maria de Lourdes Veloso e Manoel Palmeiro optaram por não viverem mais em comunhão não foram explicitadas no processo. Especulamos que, pela pouca duração que teve essa relação, se Maria de Lourdes Veloso não foi de alguma forma pressionada pela mãe e familiares a seguir por esse caminho. Também não se pode esquecer que o desquite era uma estratégia disponível para as mulheres se verem livres de maridos violentos, adúlteros e irresponsável, ou mesmo de escaparem às determinações impostas pelo casamento e ao mesmo tempo expor a condição de submissão das esposas (MAIA, 2008). Não temos evidências sobre como sua mãe Sofia Veloso lidou com o desquite da filha, afinal, a condição de *desquitada* era bastante delicada socialmente para as mulheres. Sendo esse considerado um modelo de comportamento e de família diferente daquele hegemônico na época, essas mulheres muitas vezes eram consideradas como adúlteras e corruptoras.¹⁷⁴ Não nos pareceu que tenha sido esse o caso de Maria de Lourdes, pois como já

¹⁷² APERS - Juízo da comarca da 2ª vara e casamentos de Porto Alegre. Desquite amigável de Manoel de Sá Palmeiro e Maria Veloso Palmeiro, nº 121, 1921.

¹⁷³ O prédio a rua Voluntários da Pátria, n. 287; outro prédio a mesma rua n. 285; outro prédio a rua Barros Cassal n. 2 e 2a; um terreno a mesma rua n. 82; quatro ações da “Força e Luz” ns. 4620 a 4623 (APERS - Juízo da comarca da 2ª vara e casamentos de Porto Alegre. Desquite amigável de Manoel de Sá Palmeiro e Maria Veloso Palmeiro, nº 121, 1921).

¹⁷⁴ Cláudia Maia (2008) ao estudar os processos de desquite entre 1917 e 1936, ocorridos na comarca de Montes Claros em Minas Gerais, procurou sublinhar a construção de gênero e de representações contraditórias em torno das mulheres desquitadas. De acordo com a historiadora, nos discursos identificados por ela tanto no Código Civil de 1916 como nos processos de desquite que levantou, as mulheres transitavam entre inocência e corrupção, dependendo da posição de cada um dentro ou fora da família. Assim, as diferenças de gêneros, asseguradas pelo contrato de casamento, eram frequentemente utilizadas pelos advogados para legitimar a defesa de seus ou suas clientes. Do lado da esposa, fazia-se uso “da representação da mulher vítima e inocente”, enquanto do lado do marido usava-se como recurso a lógica do “pai provedor” e a “imagem de mulher profana” que, por sua vez, justificava o adultério por exemplo (MAIA, 2008, p. 295-296).

apontado, ela foi até o fim de sua vida muito bem quista pela comunidade em que vivia, especialmente nos meios caritativos em que colaborava ativamente.

Quando se desquitou, Maria de Lourdes Veloso ainda era muito jovem, tinha apenas 22 de idade, de modo que certamente envolveu-se noutros relacionamentos amorosos. Suspeitamos, inclusive, que ela tenha se envolvido com Joaquim Faro Santiago, indivíduo apontado como seu testamenteiro – cuja posição geralmente era ocupada pelo indivíduo mais próximo e de confiança do testador. Nessas disposições testamentárias, escritas em 1931, Maria de Lourdes afirmou que não tinha “herdeiros necessários” – o que, por sua vez, não exclui a hipótese de que ela tenha vindo a ter filhos fora do casamento com Manoel Palmeiro. De qualquer forma, a maior parte de seu patrimônio foi deixado para as três principais instituições sociais de Porto Alegre, com as quais colaborou ao longo da vida: o Asilo Padre Cacique, ao Asilo Pão dos Pobres e à Santa Casa de Misericórdia.¹⁷⁵

Quando faleceu, em 1930, Sofia Veloso deixou uma última e importante recomendação às filhas Alice e Maria de Lourdes Veloso através de seu testamento, escrito a próprio punho em novembro de 1924. Por esse documento, Sofia Veloso determinou como seus bens seriam divididos entre as herdeiras e como deveriam ser gerenciados:

*Os bens que estas minhas filhas de mim houver serão por elas livremente administrados e inclusive os seus rendimentos, não se comunicarão aos seus cônjuges. A casa nº 85 da Avenida Redenção deixo a minha filha Alice, o prédio nº 89 da Avenida Redenção com jardim [?] caberá a minha filha Maria. A diferença que porventura entre este prédio em sua totalidade e a casa nº 85 da Avenida Redenção será considerado como legado que faço à mesma minha filha Maria. Os móveis que guarnecem a casa em que moro, deixo a minha filha Maria. Os quadros, objetos de arte, porcelanas, pratos, cristais farão a partilha de comum acordo. No prédio sobrado sob nº 469, 469^a e 471 da Rua Andradas serão aquinhoados em partes iguais as minhas duas referidas filhas Alice e Maria.*¹⁷⁶

Ao recomendar que o patrimônio fosse administrado de *forma livre e independente* pelas próprias filhas, Sofia Veloso deixou evidente sua afinidade com as ideias de independência econômica feminina. Podemos interpretar suas palavras como uma verdadeira afronta às ideias

¹⁷⁵ Especificamente, Maria de Lourdes Veloso deixou determinado a seguinte divisão de seus bens: “Lego o imóvel situado a Avenida João Pessoa n. 439 e terreno ao lado mais o imóvel situado n. 470 na rua General Lima e Silva e respectivo terreno, mais o prédio nº 426 da rua General Lima e Silva, e mais a parte do terreno situado à rua República ao Asilo de Mendicidade Padre Cacique. Lego as casas nº 496, 14, 44 e 50 da Rua Barros Casal, nº 889, 895 da rua Voluntários da Pátria e mais o imóvel situado a Avenida Osvaldo Aranha, nº 1404 até a rua Ramiro Barcelos ao asilo Pão dos Pobres. Lego a parte do imóvel a rua dos Andradas nº 1431, 1435 e 1437 à Santa Casa de Misericórdia” (APERS - 4º Juízo Distrital. Testamento. Testadora: Maria de Lourdes Veloso, testamenteiro: Joaquim Faro Santiago, 1934).

¹⁷⁶ APERS - 4º Juízo Distrital, Testamento. Testadora: Sofia Paradedda Veloso, testamenteira: Maria de Lourdes Veloso, nº 2166, 1924, grifos nossos.

de domesticidade da época, as quais afastavam as mulheres dos assuntos financeiros familiares, sendo a responsabilidade de provedor e administrador reservada aos homens. Ficamos com a impressão de que, de alguma forma, Sofia Veloso quis alertar as filhas para que cuidassem do que a elas pertencia, no sentido de manterem certo controle e autonomia sobre suas vidas e escolhas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese buscamos analisar diferentes formas de agência feminina no processo de abolição da escravidão em Porto Alegre, visibilizando suas agentes e respectivas ações e experiências no espaço público dessa capital. Deparamo-nos com um número significativo de jovens e senhoras, socialmente brancas e oriundas dos segmentos abastados e médios da sociedade que ensejaram suas trajetórias em âmbitos diferentes do abolicionismo – do movimento organizado ao nível cotidiano. Como integrantes de sociedades abolicionistas, promovendo ações dentro e por meio delas, ou como senhoras travando negociações diretas em torno da liberdade de seus escravizados e suas escravizadas, essas mulheres puderam testar os limites de gênero que lhes eram impostos, avançando sobre dados espaços públicos e políticos que até então não transitavam.

Em relação àquelas que participaram do movimento abolicionista organizado, identificamos e analisamos o grupo de vinte mulheres que integrou o Centro Abolicionista e que recebeu a alcunha de Anjos da Caridade. Nesse eixo, predominaram jovens porto-alegrenses, com idade em torno de vinte anos de idade, sendo a maioria solteira e residente nos 1º, 2º e 3º distritos da capital. Várias delas eram filhas ou esposas de homens cujas ocupações destacaram-se a de jornalista, advogado, militar e político que, por sua vez, reforçaram o pertencimento das abolicionistas às classes média e alta, bem como o fato de serem socialmente *brancas*. Os pais e maridos de algumas também atuaram no abolicionismo local, uns eram inclusive sócios e membros da diretoria do Centro Abolicionista, de onde puderam supervisionar diretamente as agências das mulheres sob sua responsabilidade; enquanto outros (em maioria) sendo senhores de escravizados e escravizadas colaboraram com a causa ao transmitirem alforrias nesse contexto.

Definimos as agências das jovens integrantes dos Anjos da Caridade como *protofeministas*, afinal, tratou-se de uma experiência política anterior ao feminismo e com a ausência de demanda especificamente feminina, mas que teve caráter associativista, compreendendo ações colaborativas de e entre mulheres. Ainda que não tenhamos constatado uma evolução direta entre essa agência e a *feminista* – como sabemos ter ocorrido em relação às abolicionistas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos –, constatamos que as jovens abolicionistas vivenciaram e incorporaram essas experiências de formas diferentes em suas vidas, tanto naquele momento, como futuramente. Como vimos, as principais atividades que as integrantes do Centro Abolicionista se envolveram foram a de agenciamento das alforrias, numa campanha de rua, e a organização da quermesse. Em ambas, algumas das senhoras chamaram

mais atenção que outras, sendo essas as que se dedicaram com mais afinco às suas tarefas, criando com isso oportunidades de visibilidade às próprias performances em espaços que geralmente não eram identificados com o feminino – caso da imprensa, por exemplo.

Os Anjos da Caridade do Centro Abolicionista conquistaram resultados expressivos, que contribuíram concretamente para o desfecho da campanha abolicionista de 1884. Por meio das Comissões Libertadoras, persuadindo proprietários e proprietárias a alforriarem suas escravarias elas contabilizaram inúmeras alforrias. Ainda que não tenhamos encontrado o número exato da contribuição de todas as abolicionistas no agenciamento das cartas de liberdade, constatamos que somente Carolina Koseritz, Maria Jesuína Araponga Gay, Afonsina dos Reis e Leopoldina Chaves participaram na outorga do total de 108 alforrias. Além disso, o empenho das tendeiiras em seus bazares na quermesse resultou na arrecadação de uma soma bem significativa de quinze contos novecentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa réis (15:936\$90). Com vimos, nenhuma das atividades foi de *fácil* realização, uma vez que recorrentemente eram exigidas relatórios, listas, prestações de contas e demais burocracias das abolicionistas, além do acionamento de suas engenharias sociais para executá-las.

Ainda que a atuação das abolicionistas tenha sido incentivada e recebido muita atenção e visibilidade na imprensa e nos documentos oficiais produzidos (Livro de Ouro e Atas), ela não foi devidamente reconhecida. Afinal, seus protagonismos foram frequentemente negados e suas contribuições diminuídas e depreciadas pelos colegas homens através de aparentes elogios, o que ficou expresso no insistente uso de diminutivos na descrição das performances abolicionistas femininas, bem como no destaque da faixa etária e dos atributos físicos das jovens integrantes do Centro Abolicionista. Na mesma linha foi que esse grupo recebeu o apelido de Anjos da Caridade, alcunha que ao mesmo tempo contribuiu para despolitizar a pauta da transformação do trabalho, tornando-a mais acessível socialmente, bem como a própria ação de suas componentes. Afinal, as motivações das abolicionistas foram entendidas e representadas pelo viés moral, de caráter religioso e sentimentalista.

Além do empenho que identificamos ter sido despendido pelos Anjos da Caridade em prol do abolicionismo, é importante pensarmos o que essa agência pode ter significado na vida dessas jovens mulheres efetivamente. Para várias delas com certeza representou uma oportunidade de se expressar, de demonstrar suas opiniões, ideias, escolhas e habilidades artísticas numa das causas mais importantes do fim do século XIX. Não por acaso, observamos especialmente que três dessas abolicionistas mantiveram-se ativas e atuantes no mundo público-político até o fim de suas vidas, caso de Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso.

Ao estudarmos a ação das mulheres enquanto senhoras de escravizados e escravizadas, observamos que suas agências no contexto abolicionista da década de 1880 foram tão intensas quanto às empreendidas pelos Anjos da Caridade. Analisando o conjunto de 2175 cartas de alforrias registradas nos cartórios de Porto Alegre, entre 1878 e 1888, identificamos que 693 (32 %) delas foram transmitidas por senhoras – cuja maior incidência ocorreu no ano de 1884, denotando novamente o protagonismo feminino no contexto de fim da escravidão. Essas senhoras eram possuidoras de pequenas escravarias, uma média de 1,5 para cada uma das 479 proprietárias arroladas, adquiridas principalmente por herança familiar ou pelo matrimônio. De modo geral, esse grupo senhorial feminino alforriou predominantemente escravizadas mulheres, nascidas no Brasil, pretas e de ocupações domésticas. Nos tipos de alforrias outorgadas por essas abolicionistas predominaram as condicionadas (42,3%), especialmente as que impuseram prestações de serviço (75,1%), seguida pelas incondicionadas (37,3%) e pelas pagas (20,3%).

No geral, constatamos que as mulheres que atuaram no âmbito cotidiano do abolicionismo, marcado pelas negociações travadas em torno da liberdade com sua escravaria compartilharam um perfil em comum. Eram viúvas, na faixa etária dos 60 e 70 anos de idade, com pouca ou nenhuma escolarização, *socialmente* brancas, afortunadas, administradoras de seus patrimônios e com ampla circulação nos espaços das irmandades, das ações caritativas e da justiça cidadinas. Investigando individualmente as seis senhoras que mais transmitiram alforrias no recorte cronológico proposto – sendo elas Antônia Ferreira da Cruz, Maria do Carmo Ferreira Porto, Camila Josefa, Josefa Machado de Castro, Leonor Lopes Mariante e Martiniana Lopes Mariante – concluímos que a exploração da mão de obra escravizada era um eixo importante na manutenção de suas condições socioeconômicas privilegiadas. Essas senhoras, sozinhas ou aconselhadas por filhos e procuradores, souberam diversificar seus rendimentos driblando um contexto difícil que era o do fim do trabalho escravo e que, por sua vez, poderia significar a ruína econômica delas. Sendo mulheres cuja convivência com sua escravaria (ou parte dela) era muito afínca, os laços afetivos e de dominação paternalista misturaram-se e muitas vezes manifestaram-se nos trâmites das alforrias outorgadas. Por isso, foi impossível identificarmos um padrão nesses processos, visto a particularidade de cada uma das 65 cartas de liberdades transmitidas por esse grupo de mulheres.

Atuando nos dois âmbitos do abolicionismo por nós delimitados – o do movimento organizado e o do cotidiano – identificamos Isabel Perpétua Gonçalves. Como integrante do Centro Abolicionista destoou do perfil dos Anjos da Caridade por ser uma senhora de 63 anos, viúva, administradora de seu patrimônio e residente na localidade de Pedras Brancas.

Concluímos que sua atuação no abolicionismo ocorreu principalmente por meio do agenciamento de alforrias com seus vizinhos e suas vizinhas, e, enquanto proprietária com a transmissão de nove alforrias.

Com o exercício biográfico realizado sobre as abolicionistas Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso foi possível observar como as próprias, bem com mulheres próximas a elas vivenciaram o gênero e suas prerrogativas, especialmente no início do século XX. Nessa época, as ideias positivistas apontaram a mulher como a responsável por educar as vindouras gerações, o movimento feminista institucionalizou-se e intensificou o debate sobre os direitos políticos das mulheres, bem como alinhou-se uma ideologia antifeminista que estereotipou as componentes da luta feminista como *masculinas*. Toda essa efervescência entrecortou as trajetórias de nossas personagens de diferentes formas, algumas vezes feriu-as, noutras significou avanços em relação ao controle de suas vidas e escolhas.

O ponto que mais se destacou, nesse sentido, foi o relacionado ao casamento e às relações afetivas. Por mais que a sociedade ainda forçasse às jovens ao matrimônio e à vida doméstica, nem sempre elas corresponderam da maneira esperada. Amália Haensel somente casou-se após vivenciar seu sonho de ser cantora e de estrelar pelos palcos do Brasil e da Europa; enquanto Carolina Koseritz não hesitou em abandonar o marido e engrenar outro relacionamento, arcando com todos os julgamentos sociais que ações do tipo implicavam sobre às mulheres. Sofia Veloso casou-se quando ainda era menor de idade, numa união arranjada pelo irmão, permanecendo assim até a morte do marido Francisco Veloso; enquanto sua filha, Maria de Lurdes Veloso, com pouco tempo de casamento com Manoel Palmeiro solicitou o divórcio. Tal diferença entre a conduta dessas mulheres, de gerações distintas, denunciou o progressivo avanço feminino sobre suas escolhas. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o pensamento dos homens também passou por transformações, afinal, deparamo-nos tanto com maridos que cercearam as atividades profissionais de suas esposas – caso de Jacinto Ferrari –; como os que se tornaram grandes entusiastas das carreiras das companheiras – caso de Theodor Brugelmann.

Enquanto abolicionistas, observamos que as mulheres puderam vivenciar o gênero feminino de uma forma bem específica. Naquele contexto, observamos que todas tiveram suas agências em prol do fim da escravidão entendidas pelos homens de acordo com as prerrogativas da domesticidade, de modo que exprimiam suas naturezas bondosas e sentimentalistas. Fora desse contexto, com o exercício biográfico feito de Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso observamos que tais experiências variaram de acordo com o comportamento e com as escolhas de cada uma delas. Especialmente, Amália Haensel e Carolina Koseritz tiveram

frequentemente suas habilidades enquanto cantora e escritora diminuídas e questionadas, tendo que traçar estratégias para manter a respeitabilidade em relação às carreiras profissionais que construíram. No caso de Sofia Veloso, cuja agência centrou-se em práticas de benemerência (entendidas como compatíveis com às mulheres), entendemos que foi uma forma dessa senhora de não restringir suas experiências à vida doméstica. Afinal, ela tratou de direcionar a educação das filhas Alice e Maria de Lourdes para o mesmo sentido, principalmente incentivando-as a aperfeiçoarem suas habilidades artísticas que as permitiram transitar com mais facilidade por vários pontos do mundo público-político.

Pensando nas trajetórias de Amália Haensel, Carolina Koseritz e Sofia Veloso de modo mais amplo, reforçamos que o domínio da cultura letrada se mostrou uma valiosa ferramenta às mulheres que, como elas, em pleno século XIX, buscaram trilhar caminhos distintos daqueles que lhes eram pré-definidos socialmente. Especialmente o conhecimento de outros idiomas incidiu na projeção daquelas mulheres que constituíram alguma carreira profissional, caso de Amália Iracema, Hedy Iracema e Carolina Koseritz como escritora. Essas três dominavam pelo menos os idiomas alemão, francês e inglês – o que permitiu que viajassem à Europa, a passeio ou a trabalho, ou tivessem acesso à leitura de obras estrangeiras, ampliando suas visões de mundo e aguçando seus sentidos críticos. Por outro lado, simples noções de letramento já serviram para abrir oportunidades às jovens de experimentarem sociabilidades diferentes das que estavam acostumadas, caso dos Anjos da Caridade que por tal habilidade puderam participar das atividades abolicionistas promovidas pelo Centro Abolicionista.

Se por um lado a cultura letrada facilitou o acesso das mulheres ao mundo público e, especificamente na tomada de consciência sobre sua condição social e posterior luta por direitos; eles não foram determinantes para fadar o destino de outras mulheres que não tiveram oportunidade de recebê-los à vida doméstica. Tendo por base as senhoras que se destacaram no abolicionismo cotidiano, verificamos que no máximo eram alfabetizadas e que mesmo assim conseguiram dar diferentes rumos às suas vidas. Destacamos em especial o caso de Maria do Carmo Ferreira Porto que foi uma das integrantes mais bem sucedidas desse grupo e que se manteve solteira até o fim da vida, não teve filhos e partilhava da ideia de que as mulheres deveriam manter sua independência econômica e controlar seu próprio patrimônio. Autonomia que no geral, só era adquirida pela mulher quando se tornava viúva.

À procura por independência financeira foi, inclusive, outro traço que se destacou nas personagens históricas analisadas nesta tese. Além de Maria do Carmo Ferreira, mencionada acima, Amália Haensel e Sofia Veloso foram outras mulheres que pareceram partilhar desse princípio. Afinal, a primeira priorizou sua carreira profissional, mantendo-se a maior parte da

vida com os proventos oriundos de seu próprio trabalho; e a segunda, por sua vez, tomou consciência disso ao ficar viúva e tornar-se administradora de seu patrimônio, tendo transmitido tal ensinamento às filhas ao estabelecer entre suas últimas vontades a de que elas mantivessem o controle das propriedades que herdariam.

Mesmo que não tenhamos identificado um desenvolvimento linear entre as agências *protofeministas*, ensejadas no abolicionismo, para agências *feministas*, constatamos que as mulheres estudadas ao longo desta tese refletiram suas interações com ambas as perspectivas em vários momentos de suas vidas. A partir do abolicionismo nossas personagens históricas começaram a invadir os mais variados espaços públicos-políticos, e, utilizando de modo inteligente e inventivo os recursos que possuíam, a maioria delas criou e manteve espaços de atuação para si em espaços a priori entendidos como masculinos. Nas ruas, nos palcos e nas plateias dos teatros, nos jornais, nos estádios de futebol, nos cafês, nas festividades carnavalescas, na justiça, nas irmandades, nas agremiações recreativas, na literatura como leitoras e autoras, foram alguns dos tantos espaços em que ensinaram suas agências e desenvolveram diferentes formas de protagonismo. Formas essas que, por sua vez, identificamos dentro do espectro *protofeminista*. Por vezes, os papéis e as funções atribuídas ao gênero feminino também foram desafiados e questionados por elas em dadas conjunturas. Quando se mantinham solteiras, priorizavam as próprias carreiras e cultivavam as próprias independências financeiras, mostravam-se em sintonia com o contexto *feminista* que se delineava entre os séculos XIX e XX. Noutras palavras, essas diferentes noções entrecortaram a vida e as escolhas das mulheres de modo complexo, heterogêneo e, portanto, individualizado.

Pelas mulheres que foram, pelos caminhos que percorreram, pelas escolhas de vida que tomaram e, principalmente, por terem subvertido à ordem patriarcal às suas maneiras, é que verificamos que nossas personagens se tornaram exemplos positivos e inspiradores para outras mulheres. Por tudo isso, algumas delas despertaram o interesse de suas descendentes que com carinho preservam suas memórias até hoje, enquanto outras foram imortalizadas em Porto Alegre pelas ruas que levam seus nomes. Para nós, enfim, esperamos com esse trabalho ter resgatado essas personalidades femininas do obscurantismo dos arquivos, inserindo-as nos círculos acadêmicos e conferindo-lhes importância histórica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 445-65, 2003
- ALÁDREN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- ALANNIZ, Anna Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos**: estratégias de sobrevivência familiar em época de transição 1871-1895. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. **Ingênuos e Libertos**: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895). Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- ALENCAR, Maria Eduarda dos Santos. Tradutoras brasileiras dos séculos XIX e XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13. 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499475403_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero.pdf. Acessado em: 06 ago. 20121.
- ALMALEH, Priscilla. **Ser mulher**: cotidianos, representações e interseccionalidade da mulher popular (Porto Alegre 1889-1900). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- ALMEIDA, Vinicius; MOREIRA, Paulo. Os pardos da Imaculada: Trajetórias e agências negras na irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). **Métis**, v. 16, p. 141- 172, 2017.
- ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Joaquim Nabuco**. Coleção Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 28, p.166-199, 2011.
- _____. A teatralização da política. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 101-122, 2012a.
- _____. O triângulo negro da abolição. **Ciência Hoje**, v. 49, ed. 292, p. 151-162, 2012b.
- _____. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos**, v. 100, p. 116-137, 2014.

_____. **Flores, votos e balas.** O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Adriana Dantas Reis. **As mulheres negras por cima.** O caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c.1780 - c.1830. 2010. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDRADE, Valéria. Notas para um estudo sobre compositoras da música popular brasileira – século XIX. **Travessia**, n, 23, p. 236-252, 1991.

ANELHE, Daniele Almeida. **A mulher no século XIX a partir da figura de Chiquinha Gonzaga.** 2007. Monografia (Curso de Formação Profissional em Laboratório em Biodiagnóstico em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2007.

ANTONIOLLI, Júlio Francisco. **“Através do passado”:** crônica, biografia e memória na série pedagógica de Achylles Porto Alegre (1916-1920). 2001. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, Campus Universitário, 2011, p. 1-19.

_____. Nem escravos, nem libertos: os contratos de prestação de serviços nos últimos anos da escravidão na província de São de Pedro. In: MACHADO, Maria Helena; CASTILHOS, Celso Thomas. **Tornando-se livre.** Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 85-104.

ARILHA, Margareth, UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Bendito (orgs.). **Homens e masculinidade.** Outras palavras. São Paulo: Ecos Editora, 1998.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade:** contratos de locação de serviços e trabalhadores libertando em São Paulo e Campinas (1830-1888). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSUNÇÃO, Mariana. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX).** 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. **Revista Métis: história & cultura**, v. 1, n. 1, p. 39-69, 2002.

AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 30, p. 151-162, 1996.

BAIROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, P. (org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 177-193.

BAKOS, Margaret. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

BARBOSA, Everton Vieira. O Rio de Janeiro e as práticas musicais em meados do século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA/ PROFISSÃO HISTORIADOR: FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO. 19., 2014, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Anpuh MG, 2014, p. 1-12.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Almanaque histórico Nísia Floresta uma mulher à frente do seu tempo**: Projeto memória 2006. Brasília: Redeh; Petrobrás; Fundação Banco Brasil, 2006.

BARBOSA, Michel da Silva. **Parente e aliados: o compadrio entre escravos da freguesia de nossa senhora do livramento das Pedras Brancas (1842-1872)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BARCELLOS, Daisy Macedo de (e outros). **Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BATTISTELLA, Laura Sánchez. Nísia Floresta, trajetória de uma educadora, abolicionista e defensora da educação feminina no século XIX. In: CONGRESSO EPISTEMOLOGIAS DO SUL, 1., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...]**. Foz do Iguaçu: Revista Unila, p. 61-67, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/issue/view/41>. Acessado em: 23 jun. 2020.

BERUTTI, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 n. 65, p. 207-229, 2009.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil**. v. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Auguste Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BORBA, Gislaine. **“É causa dos oprimidos a que abraçamos”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre/ 1870-1888)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p. 183-191.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2005.

BREDEMEIER, Maria Luísa Lenhard. **O português como segunda língua nas escolas de imigração alemã**: um estudo do jornal da associação de professores teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul (1900-1939). 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BRÜGELMANN, Regine. **Hedy Iracema Brügelmann**. Disponível em: <https://www.iracema-brugelmann.de/portugues/>. Acessado em: 20 out. 2021.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. Doutorado (Tese em História Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CANDIDO, Mariana P., JONES, Adam Jones (org.), **African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880**, Suffolk: Boydell and Brewer, 2019. Lamonte Aidoo, **Slavery Unseen: Sex, Power, and Violence in Brazilian History**, Durham; Londres: Duke University Press, 2018.

CAPELATO, Maria Helena R. Capelato. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CAPPELANO, Renata. **O torcedor de futebol e a imprensa especializada**. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2014.

CARDOSO, José Carlos da Silva. **"Como se fosse meu filho"**? As crianças e suas famílias no juízo dos órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 2015. Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista de História Social**, n. 19, 2010, p. 33-62.

_____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CHARLE, Christophe. História de elite e método prosopográfico. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHEUICHE, Edson Medeiros. 120 anos do Hospital Psiquiátrico São Pedro: um pouco de sua história. **Revista Psiquiatria**, v. 26, n. 2, p. 119-120, mai./ ago. 2004.

CHRISTILINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

_____. O mato rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v. 8, nº 8, p. 87-111, 2008.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./ dez. 1995.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 65-84, 1994.

CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo – A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). **História da Educação**, Pelotas, v. 4, p. 57-75, 1998.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir**: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Estudos feministas**, Florianópolis, n. 12, p. 23-36, set./dez. 2004.

_____. Onda, Rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: Anos 70/80 do século XX). **Interthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 01-29, jul./dez. 2009.

COWLING, Camila; CASTILHO, Celso. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880, no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 161-197, 2013.

COWLING, Camila. **Concedendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

CRAINE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. Tradução Cristiana Coimbra. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**. Mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995

_____. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga**: uma história de vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

DIHL, Tuane Ludwig. (Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal A Federação. **Revista Hydra**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 170-185, 2016.

_____. **Plurais (in) visibilidades**: representações republicanas sobre o negro (Jornal A Federação – RS, 1884-1903). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. “Gerações, modernidade e subjetividade coletiva”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba do Norte, João Pessoa, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta vida e obra**. 2. ed. Natal: Editora da EDUFRN, 2008.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil (século XIX)**. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ELMIR, Claudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Revista anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, 2012.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c. 1888) e de Virgílio Calegari (c. 1912)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no Púlpito**. O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, vol. 15, n. 28, jul. 2008, p. 57-72.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FEIX, Eneida; GOELLNER, Silvana. O florescimento dos espaços públicos de lazer e de recreação em Porto Alegre e o protagonismo de Frederico Guilherme Gaelzer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 1-18, dez. 2008.

FERREIRA, Liliane Carneiro dos Santos. **Cenários da ópera na imprensa carioca: cultura, processo civilizador e sociedade na Belle-Époque (1889-1914)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FINGER, Eduardo. “**Ardosa maragata**”: a atuação política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em Rio Pardo – RS (1890-1920). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, J. R. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Carolina Koseritz. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1-2, p. 101-110, 1983.

_____. A mulher na Guerra dos Farrapos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, n. 148, p. 211-216, 2014.

FOCHESATTO, Cyanna Missaglia. **Imagens da imigração europeia nas pinturas de Pedro Weingärtner**: representação do imigrante e do processo de colonização (Século XIX e XX). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FRAGOSO, João. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. In: **História quantitativa e serial no Brasil**: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. **Santa Casa 200 anos**: caridade e ciência. Porto Alegre: Complexo Hospitalar Santa Casa, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

_____. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul**. 1821-1937. Editora Suliane Letra & Vida, 2010.

FREIRE, Vanda Lima Bellard, PORTELLA, Angela Celis H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Escénicas**, n. 5, v. 2, 2010.

FUENTE, María Jesús. Cruzando el umbral. Mujeres en el proceso de paso del espacio privado al público. In: HUGUET, Montserrat; MARÍN, Carmen González (org.). **Género y Espacio Público**. Nueve Ensayos. Madrid: Editorial Dykinson, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**. O outro lado do mito. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta Em Porto Alegre no Século XIX: 1850-1889**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GEREMIAS, Patrícia Ramos. **Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o conto: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p.165-178.

GOELLNER, Silvana V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2003.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p.177-191.

GONÇALVES, Regina. ROSA, Regis L. A. **D. Pedro II e o jornalista Koseritz**. Rio de Janeiro: Editora Viajante do Tempo, 2010.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GRINBERG, Keila. Liberata. **A lei da ambiguidade**. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). **Afro-Ásia**, N. 35, p. 83-141, 2007.

_____. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

GUSMÃO, Giovanna Ferreira Nunes. **Histórias de ingênuos e órfãos tutelados na Bahia (1871-1900)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

GUZMÁN, Florencia. **Los Claroscuros del mestizaje**. Negros, indios y castas en la Catamarca Colonial. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2010.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HAACK, Marina; PACHECO, Henrique; MOREIRA, Paulo. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS) (in)visibilidade negra, devoção, memória e as artes da resistência**. São Leopoldo - RS: Oikos, 2020.

HAHNER, June. Educação e ideologia. **Estudos feministas**, n. 1, p. 52-64, 1994.

_____. Mulheres da elite. Honra e distinção da família. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE, 3. 2012, Campinas. **Anais [...]** Unicamp, São Paulo, 2012.

HEINZ, Flavio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 263-289, 2009.

HEINZ, Flávio M.; CODATO, A. A prosopografia explicada para os cientistas políticos. In: PERISSIONOTTO, R; CODATO, A. **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOFFMAN, Nancy. Teaching about slavery, the abolitionist movement, and women's suffrage. **Women's Studies Quarterly**, New York, n. 14, n. 1/2, p. 2-6, 1986.

ISMÉRIO, Clarice. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, Vol. 1, n. 1, Jan./Jun. 2007.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 38, Campinas, p. 367-394, 2012.

JOHNSON, Walter. "On agency". **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2003.

JUNIOR, Wellington Castellucci. Tramas, terra e liberdade: Família escrava e alforrias na Ilha de Itaparica no século XIX. **Afro-Ásia**, v. 42, p. 63-107, 2010.

KAERCHER, Silva. **Carola**: biografia romanceada sobre a vida do jornalista Carlos Von Koseritz e sua filha, Carolina. Novo Hamburgo: Novitas, 2011. E-book (não paginado).

KAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela**. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014a.

_____. *Suffragettes* nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014b.

KEIL, Thomas. **Karl von Koseritz (1830-1890): vida e obra**. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2008. Disponível em: <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/97/karl-von-koseritz-1830-1890>. Acessado em: 06 ago. 2021.

KITTLESON, Roger A. Campaign of all Peace and charity: gender and the politics of abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1846-1888. **Slavery and Abolition**, n. 22, p. 83-108. 2001.

_____. Women and notions of womanhood. In: SCULLY, Pamela; PATON, Diana (ed.). Gender and Slave. **Emancipation in the Atlantic World**. Durham and London: Duke University Press, 2005, p. 99-117.

_____. **The Practice of Politics in Postcolonial Brazil**: Porto Alegre, 1845–1895. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2006.

KRAWCZYK, Flávio. Arte incidental – as mostras de artes plásticas em Porto Alegre entre 1875 e 1903. **Porto Arte**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 55-69, maio 1997.

KROB, Bruna Emerim. **“Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros”**. Alforrias, contratos e experiências de trabalhos de libertos (Porto Alegre, 1884-1888). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**. A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LARA, Silva Hunold. **Campos da violência**: escravos senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, Caroline Pereira. **Festas carnavalescas da elite de Porto Alegre: Evas e Marias nas redes do poder (1906-1914).** 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. O positivismo e as mulheres no carnaval de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. **Crítica Histórica**, v. 10, n. 19, p. 95-112, 2019.

LEAL, Elisabete. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 109-127, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento - A Comunidade de Casa em Perícia.** Florianópolis: NUER/ UFSC, 2002.

LENIRA, Lima da Costa. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888.** 2007. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p. 183-191.

_____. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVIN, Orna Messer. O teatro e os gêneros do XIX – o palco e leitura. O programa teatral brasileiro antes do Romantismo (1822-1838) – gêneros. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 10, n. 24, 2009.

LIBERATO, Ester Pereira. **As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Espada Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX. **Revista Topoi**, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, p. 289-326.

LIRA, Maria Cândida Costa. **Nísia Floresta: a abolicionista.** 2007. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

LONER, Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (org.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 246-258.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jaques. (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 225-249.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

_____. Mulheres cativas nas Minas oitocentistas: experiências de liberdade. **Revista territórios & fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 93-109, 2017.

MACHADO, Maria Helena. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, Salvador, v. 42, p.157-193, 2010.

MAGALHÃES, Ana Flávia. **Fortes laços em linhas rotas**. Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MAIA, Cláudia. Entre “inocência” e “corrupção”: gênero e representações de mulheres desquitadas (1917-1936). **Gênero**, v. 8, n. 2, p. 283-300, 2008.

MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, nº 68, p. 61-81, 2014.

_____. **Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos Livre: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHO, Marialice M. (org.). **Mannheim**, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25, São Paulo: Ática, 1986, p. 67-95.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª edição. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Letícia Rosa Marques. **O Maestro Joaquim José de Mendanha: Música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, 2013.

_____. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p.13-18, 2015.

MARTINS, Barbara Canedo Ruiz. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (Des) considerações das identidades sexuais. **Cadernos AEL**, n. 34, p. 69-110, 1996.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História: Questões & Debates**, n. 34, p. 45-63, 2001.

MATOS, Paulo Roberto. A virgindade como “dote natural” da mulher: sexualidade feminina em São Luís na virada do século (1880-1920). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DE MARANHÃO OITOCENTISTA. 3., São Luís, 2013. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/46.pdf> . Acesso em: 24 jun. 2020.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. A propósito de cartas de alforria, Bahia 1779-1850. **Anais de História**, n. 4, p. 23-52, 1972.

_____. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, 1988.

_____. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MATTOSO, Kátia; KLEIN, Herbert; ENGERMAN, Stanley. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1919-1988. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 60-72.

MAZO, Janice Zarpellon; SILVA, Carolina Fernandes; LYRA, Vanessa Bellani. As mulheres no cenário associativismo esportivo em Porto Alegre/ RS na transição do século XIX para o XX: alternativas de sociabilidade e lazer para elas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 1-25, 2010.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. **Um terreno cheio de asperezas**. O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MELO, Victor Andrade de; KARLS, Cleber Eduardo. A modernidade sobre rodinhas: a patinação na Porto Alegre do Século XIX (1878-1882). **Revista Unisinos**, v. 20, n. 1, p. 50-59, 2016.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas da cidade de São Paulo (1889-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

MENEGOTTO, Francine Morim. **Que rosa nada, elas usam é azul!** Um estudo sobre a participação das mulheres na torcida jovem do Grêmio Foot-Ball porto alegreense. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MIDGLEY, Clare. Sisterhood and Slavery: Transatlantic antislavery and women's rights. 2001. PROCEEDINGS OF THIRD ANNUAL GILDER LEHRMAN CENTER INTERNATIONAL CONFERENCE AT YALE UNIVERSITY, 3., 2001, Connecticut. **Anais [...]**. Connecticut: Yale University, 2001, p. 1-23.

_____. **Women against slavery: the british campaigns, 1780-1870**. London and New York: Routledge, 1992.

_____. Anti-slavery and feminism in nineteenth-century Britain. **Gender & History**, v. 5, n. 3, p. 343-362, 1993.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Proto-feministas na Inglaterra setecentistas: Mary Wollstonecraft, Mary Hays e Mary Robinson**. Sociabilidade, subjetividade e escrita de mulheres. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MODESTO, Victor Hugo do R. **“Nascidos de ventre livre”**: a tutela de “ingênuos” em Belém do Grão-Pará (1871-1889). 2018. Monografia (Graduação em História) -Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MONSMA, Karl. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: Estratégias de dominação e de resistência. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**.

Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MONTI, Verônica A. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1-2, p. 211-224, 1990.

_____. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das Cartas de Alforria – Porto Alegre (1858/1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

_____. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. As cartas de alforria de Porto Alegre. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiana. **Que com seu trabalho nos sustenta**. As cartas de alforrias de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST Edições, 2007, p. 09-90.

_____. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura crioula: os parentes contra o cativo. In: **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 46-62.

_____. Com ela tem vivido sempre como o cão com o gato – Alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional. In: **Histórias das Mulheres Negras**. Condição feminina, escravidão e pós-emancipação no Brasil, séculos XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2012, p. 149-171.

_____. Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre RS – 1871/ 1888). **Revista território & fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, 2013.

_____. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). **História Unisinos**, v. 18, p. 312-337, 2014.

_____. Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade: O associativismo abolicionista negro (Porto Alegre, 1883/1885) In: **Instituições e práticas de controle social**: perspectivas de pesquisa. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2016, v.1, p. 89-113.

_____. “Que o Assassinado não tinha Religião, nem Contava com Deus Pai”: escravidão, afro-catolicismo, paternalismo e criminalidade (Ilha do Quilombo, RS, 1874). **Outros Tempos**, vol. 18, n. 31, p. 59-86, 2021.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, p. 30 - 46, 2013.

_____. "Gozam no mercado da fama de bem morigerados e obedientes": Trajetórias mercantis no oitocentos (Barão de Guaíba / de Lisboa ao Brasil Meridional). In: CESAR,

Tiago da Silva e outros (orgs.). **História, Cultura & Patrimônio: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PINTO, Natália. “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa de seus senhores”. Experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS – 1871/1888). In: **História das crianças no Brasil Meridional**. 2ª edição. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 164-193.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiana. **Que com seu trabalho nos sustenta**. As cartas de alforrias de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST Edições, 2007.

MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maira. “Minha comadre. Quero que minha afilhada se chame Luciana”: a trajetória da professora Luciana de Abreu e a luta pela emancipação feminina por meio da educação. **Revista Territórios e Fronteiras**. [No prelo, 2021].

MOREIRA, Sandra Careli. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. **Métis: História & cultura**, v. 2, n. 2, p. 285-306, 2002.

MORRISON, Toni. Mulheres, raça e memória. In: **A Fonte da Autoestima**. Ensaaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 119-131.

MOTT, Maria Lúcia. **Submissão e Resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Praça: Revista Discente da pós-graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 2, n. 2, p. 62-86, 2018.

MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”. In: OSÓRIO, Helen, XAVIER, Regina Xavier (org.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil, São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 360-392.

MÜGGE, Miqueias Henrique. **Prontos a contribuir**. Guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul - século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. **Senhores da Guerra**. Elites militares no sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional - 1845-1873). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

MÜLLER, Liane. “**As contas do meu Rosário são balas de artilharia**”. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre, 1889-1920. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 1999.

_____. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MUNIZ, Diva Couto; MACENA, Fabiana, Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionista do século XIX. **Revista Mosaico**, v. 5, n.1, p. 45-54, 2012.

MUNIZ, Paulo Ricardo, BARCELLOS, Jorge Alberto Soares e SANTI, Rita. **Lugar de Mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820 -1940)**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. **Anuário de Literatura**, p. 149-162, 1996.

_____. (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora mulheres, Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999, v. 1.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. A Irmandade Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/ RS. Séculos XVIII-XIX. **Paralellus**, Recife, v. 5, n. 9, p. 93-118, jan./jun. 2014.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NETO, José Maia Bezerra. A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil. **Almanack, Guarulhos**, n. 2, p. 87-100, 2011.

NOVAES, Elizabete David. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da História. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 3, p. 55-66, dez. 2015.

NUNES, Etienne Carvalho. **“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”**: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). 2019. Trabalho de conclusão (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

_____. A participação de mulheres na campanha abolicionista de Pelotas (1881-1884). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA & RESISTÊNCIAS, 15., 2020, Passo Fundo. **Anais eletrônicos** [...]. Passo Fundo: ANPUH, 2020. Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1599137950_ARQUIVO_99c6e7efc2df7d418dbb9be288fb4e2a.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família**. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, 2009.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX**. Porto Alegre: EST, 2006.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ ago. 2008.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Tese de Professor Titular em História do Brasil - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro. Ed. Paz e terra, 1981.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Corridas de cavalo em cancha reta em Porto Alegre (1852/1877): uma prática cultural-esportiva sul-riograndense. **Revista de Educação Física**/ UEM, Maringá, v. 21, n. 4, p. 655-666, 2010.

PEREIRA, Ester Liberato, SILVA, Carolina Fernandes, MAZO, Janice Zarpellon. O turve em Porto Alegre/ Rio Grande do Sul: aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 150, p. 1-15.

PERROT, Michele. “Práticas da memória feminina”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Quando o Estado intervém: apontamentos sobre a Lei do Ventre Livre de 1871. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 91-102, 2009.

_____. **Como se de ventre livre nascesse**. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

_____. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (C. 1892 - C. 1911). Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração alemã e política**. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Natália Garcia Pinto. **Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888.** 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018

PIRES, Karen Daniela. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - Final do Século XIX.** Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016;

PRIORE, Mary Del. **A mulher na História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

_____. (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORI, Claudia. Mulheres e a pintura paranaense: relação entre arte e gênero (fim do século XIX e começo do século XX). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 65, n. 1, p. 359-384, jan./jun. 2017.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil.** A audácia de sonhar. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

RAMOS, Eloisa H. C. **As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha.** Porto Alegre: Memorial do Judiciário, 2008.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista.** 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião.** 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

REINHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

REIS, Adriana Dantas. A “imoralidade” das mulheres negras e os paradoxos do patriarcado – Brasil séc. XIX. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, p. 103-118, set. dez. 2018.

REVEL, Jaques. (org.). **Jogos de escalas.** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga e Beijing. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 446-457, 1995.

RITTER, Deisi Carolina da Silva Prado. **A infância desvalida: abandono de crianças na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre (1840-188).** 2011. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2011.

ROCHA, Eliane Pereira Rocha. Vida de professora: ideais e aventuras de Leolinda Figueiredo Daltro durante a Primeira República. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, p. 29-47, jan./jun. 2016.

ROCHA, Karolina Fernandes. **Mensageiras da liberdade**: mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (Província do Espírito Santo, 1836-1888). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História social das relações políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

ROEDIGER, David. **E se o trabalho não fosse branco e masculino?** Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre. et al. Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 29-59.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2014.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SÁNCHEZ- EPPLER, Karen. **Touching liberty: abolition, feminism, and the politics of the body**. Los Angeles and London: University of California Press, 1993.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 03, p. 1095-1098, set. dez. 2003.

SANGLARD, Gisele; GIL, Caroline Amorim. Assistência à infância. Filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929). **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 63-90, out. 2014.

SANT'ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação**: práticas abolicionistas, práticas política (1870-1888). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). **OPIS** – Revista do NIESC, v. 6, p. 68-78, 2006.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (comarca de Rio Pardo XIX). 2020. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Joceneide Cunha. Um olhar sobre as irmandades do Rosário dos homens pretos nas terras sergipanas (1750-1835). **Seculum**, Revista de História, v. 25, João Pessoa, p. 11-26, 2011.

SANTOS, Marinês Ribeiro. Domesticidade e identidade de gênero na revista Casa & Jardim (anos 1950 e 50). **Cadernos Pagu**, v. 36, p. 257-282, jan. jun. 2011.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. **Senhoras de incerta condição**: proprietária de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiência de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.
SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SELISTER, Michelle Raupp. **"A viúva rica com um olho chora e o outro repica"**: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SICILIANO, Tatiana. **“Ele amava o teatro”**: a construção de Artur Azevedo no cotidiano das letras. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 6, p. 101-127, 2012.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **De “Papa-pecúlio” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **“Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo”**: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionista. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (org.). **Instituições Nefandas**. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos

Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 338-360.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino**: a exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVEIRA, Aline Montagna. De fontes e aguadeiros às penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas – RS. 200. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**. O Partenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 239-260, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Móises Peixoto. **Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780-1870)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

SOARES, Ricardo Santos. **O foot-ball de todos**: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. 1974. Dissertação (Mestrado em História. Departamento de História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97-117, 2000.

_____. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: EDUNISC, 2006.

SOUSA, Lia Gomes, SOMBRIIO, Mariana Moraes de Oliveira, LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 315-325, jan./jun. 2005.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados**: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

SOUZA, Maria Izabel Siciliano. ABDALA-MENDES, Maria Ferreira. A formação científica e profissional das mulheres no Brasil: a contribuição de Bertha Lutz. **História da Ciência e Ensino**, v. 18, p. 22-46, 2018.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, UFPR, v. 19, n.39, p. 115-137, 2011.

PIASSINI, Carlos Eduardo. Imigração alemã e política. **Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Mulheres e história**: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteira (Rio Grande do Sul, Brasil). *Travessia*, n. 23, p. 54-72, 1991.

_____. **Uma outra cidade**. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Os sete pecados da capital**. Porto Alegre: Editora Hucitec, 2008.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal, Seção de memorial. Rosa Ângela Fontes (org.). **Logradouros públicos em Porto Alegre**: presença feminina na denominação. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TELLES, Norma. Rebeldes. Escritoras, abolicionistas. **Revista História**, São Paulo, v. 120, p. 73-83, 1989.

TERNERO, Nataly Rafaela; NUNES, Aparecida Maria. Literatura e jornalismo no oitocentos: o discurso da poetisa Narcisa Amália em favor da instrução intelectual da mulher no semanário o sexo feminino. **Revista (Entre Parênteses)**, n. 8, v. 2, p. 1-20, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMASCHEWSKI, Claudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva**. A distribuição de assistência a partir das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 - c.1891. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TRINDADE, Alexandre Dantas. **André Rebouças**: da Engenharia Civil à Engenharia Social. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

URRUZOLA, Patricia. **Faces da liberdade tutelada**: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VAQUINHAS, Irene. As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O caso da “quermesse da tapada da ajuda” em 1884. **Biblos**, v. 72, p. 273-291, 1996.

VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (séc. XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VANIN, Iole Macedo. Feminismo verso “anti-feminismo”: embates baianos. In: BONETTI, Alinne. SOUZA, Ângela Maria Freire (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA/ NEIM, 2011.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. **República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

XAVIER, Regina Célia. A escravidão no Brasil Meridional. In: SILVA, Gilberto Ferreira, SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (org.). **RS Negro**: cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p. 15-31.

WARE, Vron. (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

WEBER, Regina. Espanhóis no sul do Brasil: Diversidade e identidade. **História: Questões & debates**, Curitiba, n. 56, p. 137-157, jan./ jun. 2012.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WITTER, Nikelen. Dos Cuidados e das Curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, p. 14-25, 2006.

_____. **Males e epidemias**. Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. “Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX”. WEBER, Beatriz T., RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria, Gráfica Editora Pallotti, 2010, p. 267-286.

ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade**: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo, n. 4, 1985.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Slaves and Contratados**: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888. Tese (Doutorado em História.). State University of New York at Stony Brook, New York, 1998.

_____. Os Escravos e as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul: Apropriações da Lei de 1871. In: ROCHA, Márcia Medeiros (org.). MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL, 5., 2006, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: CORAG, p. 223-235.

_____. A invenção branca da liberdade negra. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009.

ACERVOS E FONTES

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA):

Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre – Livros 4, 6, 7, 17, 18.

Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre - Livros 1 e 2.

Batismos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Livros de 1860/1873; 1872/1888,

Batismos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Livro 1849/1858

Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores - Livros 1 e 2

Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre – Livro 7.

Certidão de casamento, livro 8º de Casamentos da Paróquia da Madre de deus de Porto Alegre, folha 93v.

Habilitação de casamento, ano: 1875, nº 128, caixa: 285, noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedda Veloso.

Habilitação de casamento, ano: 1881, nº 233, caixa: 302, noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado.

Habilitação de casamento, ano: 1882, nº 361, caixa 307, noivo: Nemésio Gay, noiva: Maria Jesuína Araponga.

Habilitação de casamento, ano: 1884, caixa: 67, noivo: Carlos Lisboa, noiva: Júlia Dias de Castro.

Habilitação de casamento, ano: 1885, nº 203, noivo: Carlos Bastian, noiva: Maria Carlota Vieira.

Habilitação de casamento, ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva.

Habilitação de casamento, ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher.

Habilitação de casamento, ano: 1886, nº 193, caixa: 319, noivo: João da Mota Coelho, Noiva: Maria Miguelina Werna.

Habilitação de casamento, ano: 1901, nº 41, caixa: 343, noivo: José Vitorino da Rocha, noiva: Cândida de Oliveira Vale.

Óbitos de livres da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas – Livro 1.

Óbitos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas – Livros de 1860/1884

Óbitos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas – Livros de 1873/1884.

Óbitos de Ingênuos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas – Livros de 1873/1884.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho (AHPAMV):

Livros de Atas e Ouro do Centro Abolicionista, Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG):

Requerimentos, maço 101 (1863), 163 (1873) e 198 (1881)/ [Vilas-Boas, Pedro].

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS):

Ação de despejo, Juízo de Direito da 1ª vara civil nesta cidade de Porto Alegre, Autora: Antônia Ferreira da Cruz, Réu: Joana Eiras, nº 2993, 1887.

Ação de despejo, Juízo de Direito da 1ª vara, Autora: Antônia Ferreira da Cruz, Réu: Bernardo Ribeiro da Fonseca, nº 2150, 1885.

Ação de despejo, Juízo de Direito de 2ª vara civil, Autora: Antônia Ferreira da Cruz, Réu: José Clemente Palma Dias, nº 3907, 1884.

Ação de investigação de paternidade, 2ª Vara Família e Sucessões, Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, Requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968.

Ação de tutela, 1º Cartório de Porto Alegre, Tutelada: Áurea Estela, Tutor: Mário Teixeira de Sá, nº 1795, 1922.

Apelação civil, 4ª classe do Tribunal da Relação em Porto Alegre, Apelante: Baronesa de Cai como tutora de seus filhos menores e outros, Apelada: Maria do Carmo Ferreira Porto, nº 1276, 1886.

Cartas de alforrias, Livros Notariais de Transmissões e Notas de Porto Alegre, 1878-1888.

Desquite amigável, Juízo da comarca da 2ª vara e casamentos de Porto Alegre, Manoel de Sá Palmeiro e Maria Veloso Palmeiro, nº 121, 1921.

Executiva, Juízo de Direito da Vara Civil de Porto Alegre, Executante: Maria do Carmo Ferreira Porto, Executada: Baronesa de Caí, nº 3229, 1889.

Inventário, 1º cartório de órfãos, Inventariada: Floripes Maria Alves de Oliveira, inventariante: Manoel Alves de Medeiros, nº 1865, 1861.

Inventário, 1º Cartório de Órfãos, Inventariado: João Dias de Castro, Inventariante: Josefa Machado de Castro, nº 2175, 1878.

Inventário, 1º Cartório de Órfãos, Inventariado: João Dias de Castro, Inventariante: Josefa Machado de Castro, nº 2175, 1878.

Inventário, 1º Cartório de Porto Alegre, Inventariada: Martiniana Lopes Mariante, Inventariante: Guilherme Mariante, nº 2454, 1898.

Inventário, 1º Cartório de Porto Alegre, Inventariando: Antônio Carlos Pereira da Cunha, Inventariante: Zeferina Koseritz Pereira da Cunha, nº 24, 1944.

Inventário, 1º Cartório do Civil e Comércio de Porto Alegre, Inventariada: Amália Haensel Ferrari, inventariante: Otília Haensel Bachlke, nº 896, 1937,

Inventário, 1º Cartório do Civil e Comércio de Porto Alegre, Inventariada: Amália Haensel Ferrari, inventariante: Otília Haensel Bachlke, nº 896, 1937.

Inventário, 1º Cartório do Civil, Inventariada: Camila Josefa da Silva, inventariante: João Antônio da Silva, nº 431, 1879.

Inventário, 1º Cartório do Civil, Inventariado: Antônio Joaquim da Silva Mariante, inventariante: Martiniana Lopes Mariante, nº 455, 1883.

Inventário, 1º Cartório do Civil, Inventariado: Antônio Joaquim da Silva Mariante, inventariante: Martiniana Lopes Mariante, nº 455, 1883.

Inventário, 1º Cartório do Civil, Inventariado: José Henrique da Cruz, inventariante: Antônia Ferreira da Cruz, nº 161, 1842.

Inventário, 2º Cartório Civil de Porto Alegre, Inventariado: João Antônio da Silva Barros, inventariante: Camila Josefa da Silva, nº 393, 1868

Inventário, 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, Inventariante: Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, nº 483, 1874.

Inventário, 2º Cartório de órfãos de Porto Alegre, Inventariado: Manoel Veloso Rabello, inventariante: Ana Francisca Veloso, nº 178, 1857.

Inventário, 2º Cartório de órfãos, Inventariada: Ida Bahlcke, inventariante: Frederico Bahlcke, nº 15, 1893.

Inventário, 2º Cartório de Porto Alegre, Inventariado: José Henrique Mariante, Inventariante: Leonor Lopes Mariante, nº 324, 1875.

Inventário, 2º Cartório do Civil de Porto Alegre, Inventariado: Josefa Machado de Castro, Inventariante: Joaquim Pedro Soares, nº 579, 1894.

Inventário, 3º Cartório de Porto Alegre, Inventariada: Cândida Gomes de Oliveira vale, inventariante: João Batista de Oliveira Vale, nº 166, maço 41, 1905.

Inventário, 3º Cartório, Inventariada: Isabel Perpétua Gonçalves, Inventariante: Eduardo Pires Martins, nº 213, 1901.

Inventário, Cartório da Provedoria, Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, Inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº 727, 1890.

Inventário, Cartório da Provedoria, Porto Alegre, Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, Inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº. 727, 1890.

Inventário, Cartório da Provedoria, Porto Alegre, Inventariada: Maria do Carmo Ferreira Porto, Inventariante: Luís Lara da Fontoura, nº. 727, 1890,

Inventário, Cartório de órfãos e ausentes, Inventariante: Jerônima Barbosa de Oliveira, Inventariado: Cândido Leite de Oliveira, nº 97, 1860.

Inventário, Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventariado: Frederico Haensel, inventariante: Amália Haensel, nº 799, 1894.

Inventário, Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventariados: Jaime Paradede e sua mulher D. Maria Paradede, inventariante: Antônio Paradede, nº. 341, 1867

Inventário, Juízo de Órfãos, Inventariado: Elesbão Lopes Duro, inventariante: Maria José Alves de Medeiros, nº 1934, 1867.

Inventário, Juízo Distrital de Porto Alegre, Inventariada: Leonor Lopes Mariante, Inventariante: Serapião Mariante, nº 6391, 1914.

Proceso judicial/ Emancipação, 1º Cartório do Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Requerente: Zeferina von Koseritz, nº 3343, 1890.

Processo-crime, Juízo do 3º Distrito Criminal de Porto Alegre, Autora: Isabel Perpétua Gonçalves, Réu: José Macedo Couto, nº 1351, 1878.

Protesto, Juízo Distrital da 1ª Vara civil de Porto Alegre, Protestante Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, Protestado Isidoro Belmonte Ursua de Montajol, nº 2344, 1884.

Testamento 4º Juízo Distrital, Testadora: Sofia Paradede Veloso, testamenteira: Maria de Lourdes Veloso, nº 2166, 1924,

Testamento, 2º Juízo Distrital de Porto Alegre, Testador: Jacinto Ferrari, testamenteiro: Antônio Leão da Costa Ferreira, nº 168, 1935.

Testamento, 2º Juízo Distrital de Porto Alegre, Testador: Jacinto Ferrari, testamenteiro: Antônio Leão da Costa Ferreira, nº 169, 1935.

Testamento, Cartório da Provedoria de Porto Alegre, Testadora: Antônia Ferreira da Cruz, Testamenteiro: Luiz Lara da Fontoura Palmeiro, maço 72, Auto 2286, 1889.

Testamento, Cartório da Provedoria, Testadora: João Dias de Castro, testamenteiro: Josefa Machado de Castro, nº 2004, 1878.

Testamento, Juízo Distrital de Porto Alegre, Testadora: Carolina Koseritz Brasil, testamenteiro: não consta, nº 05, 1922.

Testamento: 4º Juízo Distrital, Testadora: Maria de Lourdes Veloso, testamenteiro: Joaquim Faro Santiago, 1934.

Centro Histórico Cultural - Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC-SCMPA):

Óbitos de Livres da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – Livro 16, registro 24165.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN):

A Família (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A Federação (RS) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A Máscara (RS) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A Notícia (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A Província (PE) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A Renascença (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

A República (PA) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Campeão Lusitano (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Cidade de Salvador (BA) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Cidade do Rio (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Correio Paulistano (SP) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Deutsche Zeitung (RS) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Diário de Notícias (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Gazeta da Tarde (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Gazeta de Notícias (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Gazeta Literária (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Independente (RS) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Jornal de Notícias (BA) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Jornal do Brasil (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Jornal do Comércio (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Jornal do Recife (PE) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Leitura para todos (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O Brasil (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O Imparcial (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O Mercantil (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O Mercúrio (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O País (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

O Século (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Pequeno Jornal (PE) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Revista da Semana (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Rio-post (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Suplemento Literário (RJ) - Edições das décadas de 1880 até 1930.

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCHJC):

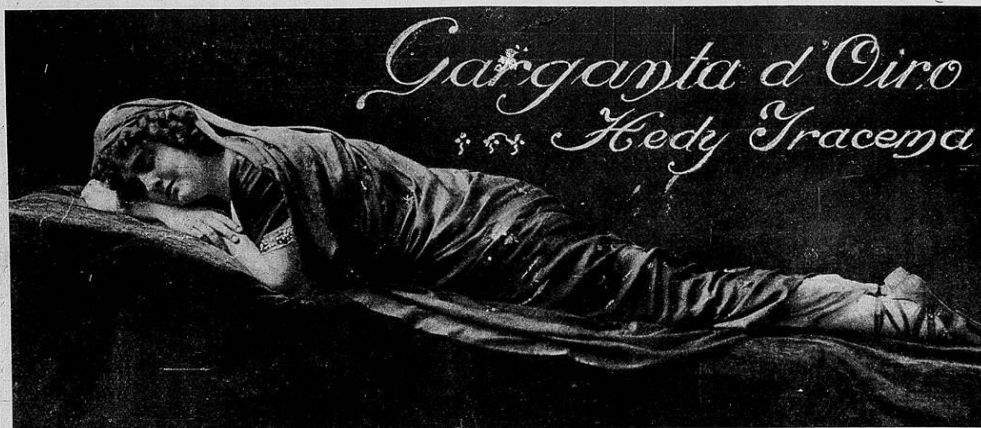
A Reforma (RS) – Edições da década de 1880.

Jornal do Comércio (RS) – Edições da década de 1880.

O Mercantil (RS) – Edições da década de 1800.

O Século (RS) – Edições da década de 1880.

ANEXO A — EDIÇÃO DA REVISTA DA SEMANA SOBRE HEDY IRACEMA



"Ha mãos—diz Ingegnieros—, que vivem e pensam, amam e choram..."— as mãos da Duse, por exemplo; as de Miecio Horszowskei, as do Vecsey! Seus gestos traduzem as mais variadas emoções, percorrendo o teclado, vibrando as cordas do violino ou executando uma admirável symphonia de movimentos no drama e na comedia.

Tudo o que as mãos dizem nos seus multiplos rythmos e *poses*, tudo é o complemento de actos suggeridos pela vontade, actos que traduzem pensamentos.

Maiores, porém, são os prodigios que opéra a voz! Educada, ella é o mais rico, o mais bello, o mais perfeito dos instrumentos. A variedade de intonações, belleza de timbres e riqueza de coloridos que exhibem os cantores na interpretação—v. g.—, de uma *Aria*, tornam-na um thesouro de inestimavel valor.

Difficilima, porque réquer, além de pronunciada vocação, paciente e criterioso estudo, a arte do canto realisa algo acima de tudo o que é mundano, algo de divino,—infindo gozo para os nossos ouvidos, delicioso encanto para nossa alma, qualquer cousa que faz-nos, por instantes, deixar o espirito librar-se nas azas do extase, para viver um pouco a vida do sonho!

Merecem, pois, os que se esmeram nessa preciosa arte, todas as homenagens devidas aos triumphadores. E se é com indizivel satisfação que registramos os



Hedy Iracema na "Tosca"

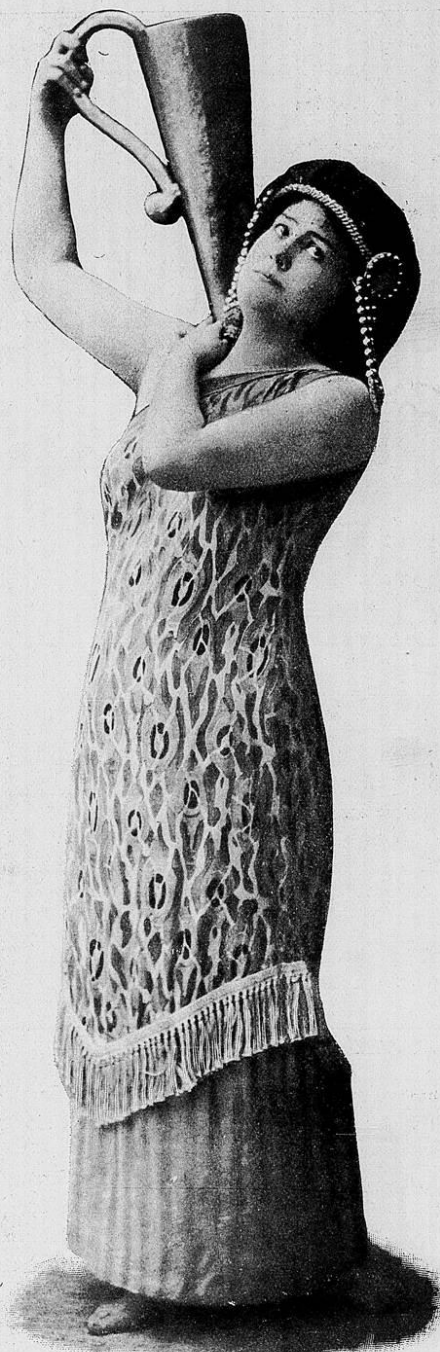
successos obtidos por um Caruso, um Titta-Ruffo, uma Tetrzzini, uma Scalchi, por tantas gargantas de ouro que proporcionam horas deliciosas aos que amam a Musica.—com que orgulho, com que entusiasmo não publicaremos os triumphos, não tornaremos conhecidos os nomes dos patricios que honram o Brasil no estrangeiro, patenteando-lhes os primores da graça e belleza e os thezouros de Arte que possuem talentos nascidos sob o Cruzeiro do Sul?!

A distincta cantora Rio-Grandense, D. Hedy Iracema, depois de uma ausencia que durou sete annos, na Europa, volta a sua Patria, applaudida pelos mais cultos auditorios e laureada pelos mais eminentes musicistas do velho mundo.

As preciosas qualidades artisticas que D. Hedy



Hedy Iracema no 2º acto da "Tosca", de Puccini



Hedy Iracema na "Aida", de Verdi

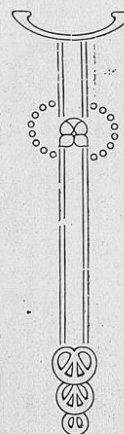
revelou no Concerto dado nesta capital, a 14 de Agosto de 1907, attingiram a perfeição, e de tal modo que soube conquistar assignalados triumphos, cantando com Caruso a *Tosca*, creando o principal



Setembro. Brevemente D. Hedy Iracema dará um Concerto e nessa ocasião, como justa homenagem ao seu raro talento, todos os que apreciam a verdadeira Arte verão como lhe é applicavel o conceito que Rossini externou a respeito da celebre cantora Carolina Ungher:

"Ardore del sud, energia del nord, petio di bronzo, voce d'argento, talento d'oro."

Julio Reis.



papel na nova opera de Richard Strauss—*Le chevalier de la rose*, mais uma joia do raro escritorio do autor da *Salomé*.

Regida pelo proprio auctor—Richard Strauss, D. Hedy cantou a principal parte da sua opera *Arianne*. Pelos Reis da Roumania e do Wurtemberg foi agraciada com o diploma de cantora privilegiada da corte.

As operas em que a nossa patricia mais successos tem alcançado são: *Tosca*, *Cavalleria Rusticana*, *Arianne* e *Aida*.

Cantou-as nos theatros de Munich, Berlim e Stuttgart, e no *Covent-Garden*, de Londres. Está actualmente no gozo de ferias que lhe permittem contractos com varios theatros da Europa, até

A grande cantora brasileira em sua casa

Hedy Iracema na

"Aida"



ANEXO B – “A VINGANÇA DAS FLORES” DE CAROLINA KOSERITZ

Anoitecera.

A alcova hermeticamente fechada era apenas iluminada pela fraca luz que se coava pelo globo opaco da lâmpada.

No leito, coberta com suas brancas roupagens, ornada de lindas rendas transparentes, repousa a formosa donzela.

A mimosa cabeça sobressaía nas alvas cambraias, os longos e dourados cabelos formam0lhe uma auréola, e ligeiras madeixas brincam em sua pálida fronte.

Sobre o mármore da mesinha ostenta-se um viçoso ramo de flores, que vencidas pelo tépido ar do aposento, inclinam suas hastes semi-crestada, sobre o dourado friso da rica jarra de Sevrec que as contém.

Reina profundo silêncio na alcova.

Apenas a fraca respiração da gentil adormecida, suavemente eleva-se ao ar.

Mas eis que pouco a pouco um leve murmúrio perturba o silêncio.

É das flores que partem.

E de instante a instante torna-se mais forte o murmúrio.

Eis, porém, que as flores se agitam, erguem seus cálices há pouco ainda pendidos, e as corolas entreabrindo-se deixam surgir do interior estranhas figuras.

Do seio da rosa ergue-se uma majestosa mulher, de rubras faces, e com a fronte ornada por áurea coroa;

Do lírio, um altivo mancebo, de pálida e pensativa fronte;

Da magnólia, uma nobre princesa ostentando o esplendor de seus arminhos;

Do amor-perfeito, um jovem que com seu triste olhar revela profundo desespero;

Da violeta, uma menina que modestamente abaixa os meigos olhos;

Do narciso, um formoso mancebo, que se aproximando da donzela que repousa no leito, imprime-lhe um ardente beijo nos lábios;

Da camélia, uma mulher de deslumbrante formosura, mas em cujo rosto só se lê imensa vaidade e gélida indiferença;

Do louro, um cavalleiro que com galhardia sustenta sua cintilante espada;

Da papoula, um turco em esplêndidas vestes, com a palidez profunda e o amortecido olhar dos fumadores de ópio;

Do cravo, um arrogante fidalgo, envolto em púrpura capa;

Da flor de laranjeira, uma pálida noiva coberta de branco véu;

Do jasmim da Índia, um ardente boiadeiro com seus cabelos de azeviche e seus olhos mais negros ainda;

Da granada, uma graciosa espanhola agitando risonha suas castanholas;

Da saudade, uma desconsolada mulher coberta do crepe de viuvez;

Do junquillo, um moreno filho dos trópicos, cujos ardentes olhos deslumbram e fascinam;

Da sempre-viva, uma triste donzela em cujo rosto parece estar estampada uma dor eterna;

Do hirto, um pretensioso lenho que persegue a imagem da rosa com seus cobiçosos olhares;

Dos cactos, finalmente, um mancebo belo, vaidoso e insignificante...

Uma a uma, as estranhas figuras rodeavam o leito em que estava reclinada a donzela, e de novo se repetem em murmúrios, que lentamente alteiam-se e formam o seguinte coro:

Donzela, cruel donzela, por que nos arrebataste do jardim em que tão felizes éramos?

Nascemos, crescemos na liberdade e aos fecundos beijos da brisa uma a um desabrocharam nossos botões.

Quão belas eram as manhãs de então, quando ao romper da autora, o Zéfiro em nossos seios dispunha seus inebriantes beijos;

Quando sob o ardor dos benéficos raios do sol languidamente nos inclinávamos, para nós recuperamos novo viço e brilho;

Quando uma a uma as diamantinas gotas do rocio sobre nossas pétalas tombavam!

Oh! Quão bela era a vida então... e tu, criança cruel, por um capricho nos roubaste toda a alegria, toda a felicidade, para fornecermos longe de tudo que amávamos, morremos mais belas se nos antolhava a vida, morremos longe da terra, nossa mãe querida e comum.

Colheste-nos sem todo o viço para ornar teu aposento virginal, e para depois de rápida extinção de nossa vida, lançar nossos pobres cadáveres em indiferença nos braços de nossa amada mãe, a cujos beijos seremos insensíveis mesmo aos beijos do nosso amante Zéfiro!

Desapiedada donzela, não te comoveu nossa sorte: à morte nos votaste.

Pois bem: és bela, jovem, cheia de vida e de esperanças, e vais morrer?

Uma a uma se inclinam sobre a virgem adormecida, e na cálida atmosfera da alcova cada vez mais intensos se tornam os perfumes.

Sobre as lindas faces da donzela, que tão brancas se destacam entre as douradas madeixas, uma rósea mancha se desenha, e a cada instante decorrido mais rubras se tornam...

E quando a noite se sucedeu o dia, acharam a pálida donzela imóvel e mais branca ainda que as transparentes rendas em que repousava sua loira cabecinha.

Sem vida também, junto ao belo cadáver, jaziam os cadáveres não menos belos das flores, na vida rivais dela em beleza, e na morte irmãos...

Retirado de: GONÇALVES, Regina. ROSA, Regis L. A. **D. Pedro II e o jornalista Koseritz**. Rio de Janeiro: Editora Viajante do Tempo, 2010, p. 358-361.

ANEXO C – “AO LUAR” DE CAROLINA KOSERITZ

Junto à tosca cerca, formada por uns paus desiguais, entre as plantas selvagens de toda espécie, floresce uma roseira silvestre. Suas brancas flores sobressaem entre a verdura de tons diversos que a cercam e a lua das ilumina com a sua prateada luz.

Elas as simples e modestas rosas silvestres em nada se pareciam com as suas aristocráticas irmãs que com tanto orgulho se ostentam nos jardins e rivalizam entre si, querendo cada qual ser a mais bela, almejando como suprema felicidade a escolha de algum noivo para serem oferecidas como mensageiras de amor; ou então ornarem a frente de alguma donzela, emprestando-lhe por algumas horas o seu brilho. Não! Seus sonhos eram outros e não se pareciam com as da altiva Guanabara, da graciosa rosa Chá ou da rubra Senateur Réveil. A lua cada vez se tornava mais clara e seus pálidos raios espalhavam-se em profusão sobre a terra.

Uma das rosas brancas, a menos bela, inclinou a sua haste, procurando ocultar-se, porém, curvaram-se e em sua misteriosa e suave linguagem perguntaram:

- Porque te ocultas, porque foges a luz tão suave da lua, a essa luz tão benéfica para nós?

- Por que fujo dela? Ah, não me interrogueis por piedade!...

- Fala, deposita em nosso seio tuas magoas. Não compreendes que as dores silenciosas são muito cruéis? Porque te subtrai a essa luz querida?

- Não sabeis que essa luz que achais tão suaves tem o dom fatal de avivar as dores de nossa alma?

- E sofres?... confio nas tuas penas.

- Vou contar-vos a minha história de hoje e que ela vos sirva de escudo contra vós mesmas. Ouvi: “sabeis que desabrochei ao romper d'alva e que vós outras quando os raios vivificadores vos decertaram as corolas a luz da tarde, já me encontrareis no auge da existência. E já eu curtia saudades...”

Pois bem, minha irmã, quando assim abri o peito ao encanto da vida, o ar estava repleto de perfumes e doces murmúrios de amor, as folhas se agitavam alegremente, o sabiá canta naquela laranjeira em flor iluminada por um raio solar.

Lancei o olhar em torno de mim: insetos dourados brincavam na relva, um pirilampo jurava amor eterno a uma borboleta de rutilantes azas, um canário entoava um romance de amor aos pés de um gaturamo que do galho superior ouviu com devaneio as enfeixas do amante. Finalmente no meio de todos esses jubilosos hinos de alegria, uma melancólica viuvinha lançava as notas plangentes de seu triste canto.

Minha alma que desabrochava sobre a terra só recebera impressões de felicidade e por isso acreditei que o mundo só me reserva prazeres.

Junto a mim desabrochou uma dessas formosas açucenas cor de rosa, silvestre como eu. Contemplávamos tudo em volta de nós, em certo momento a açucena chamou-me e mostrando-me um formoso beija-flor que de longe nos observava:

- Vês dizia ela, como te contempla? Vês o afeto que brilha em seus olhos? Oh! Eil o que voa e aproxima-se de nós!

Açucena não acabara ainda de falar, quando ele pousou junto a mim.

Como era formoso! Cobriam-lhe o corpo apenas de mil matizes, outras ainda verdes com relevos multicores e como brilhavam seus olhos!

Saltitando aproximou-se mais e inclinando a bela cabecinha que um raio de sol dourava, murmurou-me ao ouvido meigas palavras.

Dizia-me que entre todas as rosas não havia outra que me preferisse, outra que fosse tão superior a todas as flores, disse tanta coisa ainda, que nem sei como contar-vos...

Como era feliz, então, que idílio divino se tornava a vida para mim. E os perfumes se tornavam mais fortes, as folhas se agitavam graciosas os cânticos soavam mais suaves...

Eis, porém, que alguém se aproxima... meu formoso beija-flor assusta-se e erguendo o voo desaparece através das árvores.

Passou-se o dia. ele o traidor não tornou a voltar e eu esperando-o sempre não desanimei até o momento em que uma bela abelha mensageira da minha amiga açucena veio dizer-que que a pessoa que a levara, a transplantara num grande jardim e que nesse jardim o infiel beija-flor aos pés de uma rosa chá, jurar amá-la até morrer.

O que sofri então, jamais podereis imaginar. Eis porque a luz da luz, essa luz tão suave, faz-me sofrer, recordando-me minha dor tão recente. Ah! Felizmente sinto que vou morrer... Adeus, não creiam nunca nos juramentos dos beija-flores... são tão infiéis.

E ao murmurar essas últimas palavras, a pobre rosinha reclinou tristemente a haste e uma a uma tombaram suas brancas pétalas!

A FAMÍLIA, Rio de Janeiro, 09 nov. 1889, p. 3-4.

ANEXO D – TÍTULO DE ELEITORA DE ÁUREA ESTELA

TÍTULO ELEITORAL

RIO GRANDE DO SUL
CIRCUNSCRIÇÃO

NOVO HAMBURGO
MUNICÍPIO OU DISTRITO

STELLA DE SÁ FEIJÓ

27 fevereiro de 1906 **Porto Alegre RS.** **Viúva**
DATA DO NASCIMENTO NATURALIDADE ESTADO CIVIL

Mário de Sá e Carolina Kosoritz
FILIAÇÃO

Doméstica **Hamburgo Velho**
PROFISSÃO RESIDÊNCIA

VOTA NA 55 **cinquenta e cinco** **SEÇÃO**

EM 31/7/58
T. S. E. - TÍTULO MOD. 4

VOU:

Em 1959 Egon Garbura RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE
Em 3 / 10 / 1960 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE
Em 7 / 10 / 1962 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE
Em / / 1963 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE	Em / / 19 RUBRICA DO PRESIDENTE

APERS - 2ª Vara Família e Sucessões, Ação de investigação de paternidade. Requerido: Herança de Mário Teixeira de Sá, requerente: Áurea Estela de Sá Feijó, nº 14.525, 1968.